

TÂNIA LOBO
ILZA RIBEIRO
ZENAIDE CARNEIRO
NORMA ALMEIDA
(Orgs.)

PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

VOLUME VI: *NOVOS DADOS, NOVAS ANÁLISES*

TOMO I



**PARA A HISTÓRIA DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

VOLUME VI: *NOVOS DADOS, NOVAS ANÁLISES*

TOMO I



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Naomar Monteiro de Almeida Filho

Vice-reitor

Francisco José Gomes Mesquita



E D U F B A

Editora da Universidade Federal da Bahia

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Angelo Szaniecki Perret Serpa
Carmen Fontes Teixeira
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti
Fernando da Rocha Peres
Maria Vidal de Negreiros Camargo
Sérgio Coelho Borges Farias

Suplentes

Bouzid Izerrougene
Cleise Furtado Mendes
José Fernandes Silva Andrade
Nancy Elizabeth Odonne
Olival Freire Junior
Sílvia Lúcia Ferreira

Apoio



Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia

O conteúdo desta obra foi aprovado pelo Conselho Científico da FAPESB

TÂNIA LOBO
ILZA RIBEIRO
ZENAIDE CARNEIRO
NORMA ALMEIDA
(Orgs.)

PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

VOLUME VI: *NOVOS DADOS, NOVAS ANÁLISES*

TOMO I

EDUFBA
Salvador - Ba
2006

©2006 dos autores

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade Federal da Bahia. Feito o depósito legal.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida,
sejam quais forem os meios empregados, a não ser com a permissão escrita
do autor e da editora, conforme a Lei nº 9610 de 19 de fevereiro de 1998.

Arte final capa e miolo
Rodrigo Schlabitz

Revisão
as organizadoras

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa

P221 Para a história do português brasileiro / (organizadoras) : Tania Lobo ... [et al.]. -
Salvador : EDUFBA, 2006.
v. 6, t. 1-2.

"Textos apresentados e discutidos durante o VI Seminário do Projeto Para a História
do Português Brasileiro, realizado no período de 29 de agosto a 02 de setembro de 2004,
na Ilha de Itaparica, BA."

Conteúdo : v. 6, t. 1-2 Novos dados, novas análises.

ISBN 85-232-0425-3 (tomo 1)

ISBN 85-232-0426-1 (tomo 2)

1. Língua portuguesa - Brasil - História. 2. Língua portuguesa - Português escrito -
Brasil. 3. Gramática gerativa. 4. Funcionalismo (Linguística). 5. Língua portuguesa -
Fonética. 6. Língua portuguesa - Fonologia. 7. Linguística. 8. História social.

I. Lobo, Tania. II. Seminário do Projeto Para a História do Português Brasileiro (2004 :
Itaparica, Ilha de (BA)

CDU - 811.134.3(81)(091)

CDD - 469.798

EDUFBA
Rua Barão de Geremoabo, s/n Campus de Ondina
40170-290 Salvador Bahia
Tel: (71) 3263-6160/6164
edufba@ufba.br
www.edufba.ufba.br

Sumário

<i>Apresentação</i>	9
---------------------------	---

Conferência

<i>Sobre a (alegada) perda do sujeito nulo no português brasileiro</i> Georg A. Kaiser.....	11
------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Sintaxe Gerativa

<i>Anáfora do complemento nulo na história do português brasileiro</i> Sonia Maria Lazzarini Cyrino.....	45
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

<i>A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos</i> Maria Aparecida C. R. Torres Morais & Rosane A. Berlinck.....	73
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

<i>A evolução do se reflexivo em português na perspectiva da gramaticalização</i> Lorenzo Vitral.....	107
----------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

<i>Expressão clítica de posse no PB</i> Ev´Ángela Barros.....	135
------------------------------------------------------------------	-----

<i>A evolução das estruturas clivadas no português: período v2</i> Mary Kato & Ilza Ribeiro.....	165
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

<i>Primeiras histórias sobre a diacronia do dequeísmo: o clítico locativo em e o dequeísmo das orações relativas no PM</i> Célia Maria Moraes de Castilho.....	183
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Sintaxe Funcional

<i>Proposta funcionalista de mudança lingüística: os processos de lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização na constituição das línguas</i> Ataliba T. de Castilho.....	223
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Cadeias de gramaticalização e lexicalização
Sônia Bastos Borba Costa..... 297

*A estrutura correlativa alternativa 'quer...quer'
de uma perspectiva multissistêmica*
Marcelo Módolo..... 313

*Variação das orações reduzidas de gerúndio e orações desenvolvidas conjuncionais:
sintaticização, semanticização e discursivização das orações reduzidas
de gerúndio no português brasileiro*
José da Silva Simões..... 335

*Abordagem sociofuncionalista de usos conjuncionais contíguos:
um percurso pelos manuscritos oficiais do século XVIII*
M^a Elizabeth A. Christiano & Camilo Rosa Silva..... 387

Sintaxe gerativa x Sintaxe funcional

Nós se cliticizou-se?
Marilza de Oliveira..... 413

*O morro é feito de samba:
gramaticalização, prosódia e o cada vez mais famigerado se*
Uli Reich 425

Fonética e Fonologia

*A evolução fonética do português do Brasil:
arcaicidade e inovação*
Volker Noll 443

As vogais: estudo diacrônico
Dermeval da Hora & Stella Telles 459

*Aquisição da escrita em textos de africanos e afro-descendentes no Brasil do século XIX:
grafias para sílabas complexas, por exemplo*
Klebson Oliveira..... 469

Apresentação*

Neste volume, publicam-se textos apresentados e discutidos durante o VI Seminário do Projeto *Para a História do Português Brasileiro*, realizado, com financiamento da CAPES e do CNPq, no período de 29 de agosto a 02 de setembro de 2004, no Club MED da Ilha de Itaparica/BA. Participaram do Seminário pesquisadores brasileiros integrados a nove equipes regionais de investigação – Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo – e quatro pesquisadores alemães.

Divide-se este sexto volume da coleção *Para a História do Português Brasileiro* em dois tomos. O primeiro apresenta a conferência *Sobre a (alegada) perda do sujeito nulo no português brasileiro*, proferida pelo Prof. Dr. Georg Kaiser, e 16 artigos que exploram áreas da Sintaxe Gerativa, da Sintaxe Funcional e da Fonética/Fonologia. O segundo tomo apresenta a conferência *Tradições discursivas e mudança linguística*, proferida pelo Prof. Dr. Johannes Kabatek, 12 artigos sobre temas das Tradições Discursivas e da História Social do PB, 2 artigos da equipe PHPB-RJ a partir de um mesmo *corpus* homogêneo de finais do século XIX – as cartas dos avós Ottoni –, e, finalmente, 1 artigo sobre edição de *corpus*.

Salvador, 09 de novembro de 2006

Tânia Lobo, Ilza Ribeiro, Zenaide Carneiro e Norma Almeida

* Registre-se o agradecimento das organizadoras à colaboração dos bolsistas de Iniciação Científica Luís Gomes e Verônica de Souza Santos.

CONFERÊNCIA

SOBRE A (ALEGADA) PERDA DO SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO*

por

Georg A. Kaiser

Universidade de Konstanz, Alemanha

1. Introdução

Muito já se escreveu sobre a mudança que se observa no português, especialmente no português brasileiro (doravante PB), em relação ao chamado "parâmetro do sujeito nulo" (ou "parâmetro *pro-drop*"). Com base na existência desse parâmetro, tenta-se descrever e explicar, dentro do quadro da gramática gerativa, a diferença entre línguas que permitem um pronome vazio na posição de sujeito de uma oração finita e línguas que exigem que essa posição seja obrigatoriamente preenchida por um sujeito lexical. A mudança, observada na história do PB, consiste num crescente emprego do pronome pessoal sujeito acompanhado de um enfraquecimento da morfologia verbal. Segundo muitos autores, essa mudança confirma a validade da hipótese de que o PB estaria deixando de ser uma língua de tipo "sujeito nulo", apresentando apenas fenômenos residuais. Partindo da hipótese de que a mudança diacrônica se caracteriza também pela alteração na fixação de parâmetros, essa mudança foi interpretada como uma mudança "paramétrica" de uma marcação positiva para uma marcação negativa dentro do parâmetro *pro-drop*. Assim, o PB mostraria um forte paralelismo com outra língua românica, a saber, o francês, que parece ter sofrido uma mudança similar.

Este trabalho procura exatamente investigar esse paralelismo na mudança diacrônica do PB e do francês. O trabalho tem por objetivo explorar a mudança no uso do pronome sujeito em ambas as línguas, procurando relacioná-la a outras mudanças que parecem

* Agradeço muito aos organizadores do VI Seminário do PHPB o convite a este encontro muito inspirador reunindo diferentes escolas lingüísticas do Brasil, formais e funcionais, na tentativa de dar conta dos fatos lingüísticos da variação diacrônica do português do Brasil. Agradeço aos participantes do seminário pelas críticas e sugestões e a Esther Rinke (Hamburg), Marc-Olivier Hinzelin (Konstanz) e, sobretudo, a Leonel F. de Alencar (Fortaleza) pela revisão crítica do texto.

coocorrer quando uma língua perde a sua propriedade de permitir a omissão de pronomes sujeitos. Pretendo verificar, assim, se no PB está realmente se perdendo a propriedade de sujeito nulo ou se, antes, estão mudando somente as condições que determinam a omissão do sujeito. Uma parte da minha contribuição consiste em apresentar e comparar dados de um estudo empírico baseado em traduções da Bíblia de diferentes épocas. Trata-se de traduções de sete capítulos dos *Livros de Samuel* do Antigo Testamento (*1 Samuel 1-3* e *2 Samuel 11-14*). A razão pela qual escolhi exatamente esses capítulos reside no fato de que a tradução dos *Livros de Samuel* e dos *Livros dos Reis*, denominada *Li quatre livre des Reis* e feita aproximadamente no ano de 1170, constitui um dos primeiros textos em prosa que possuímos da língua francesa. Portanto, essa tradução da Bíblia forma, na minha opinião, uma base excelente não somente para fazer estudos diacrônicos de gramática de uma mesma língua, mas também para fazer estudos comparativos com outras línguas (Kaiser 2005). Assim, os resultados da análise desta tradução são comparados com outras traduções francesas do mesmo texto bíblico de outras épocas e com três traduções portuguesas, a saber: uma tradução (abreviada) em português antigo, uma em português europeu moderno e outra em PB moderno.

2. A evolução dos sujeitos pronominais: do sujeito nulo ao sujeito pleno

Nos seus estudos diacrônicos, já clássicos, Duarte (1993, 1998, 2000) revela que o PB, desde o século XIX, sofreu uma mudança muito importante no emprego dos pronomes sujeitos. Analisando estatisticamente o uso desses pronomes em peças de teatro populares brasileiras dos dois séculos passados, Duarte observa uma tendência mais e mais freqüente de utilizar pronomes lexicais na posição de sujeito de orações finitas. Os resultados da pesquisa de Duarte podem ser vistos no Gráfico 1 a seguir:

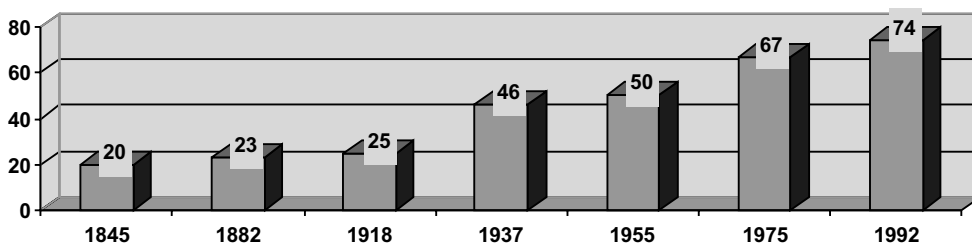


Gráfico 1: Evolução do uso de pronomes sujeitos lexicais no português brasileiro através de sete períodos (Duarte 2000:19).

Esses resultados são confirmados por outros estudos diacrônicos (Tarallo 1993) e também por muitos estudos sincrônicos (Meyer-Hermann 1998, Lira 1996, Barme 1998, 2001 ou os trabalhos em Kato & Negrão (eds.) 2000). De acordo com a maioria desses estudos, os dados do uso do pronome sujeito no PB sugerem que o PB esteja passando por uma etapa de mudança de uma língua *pro-drop* para uma língua não-*pro-drop*. Segundo Duarte (1998:199), os dados analisados confirmam que "uma mudança paramétrica está em curso no português brasileiro". Essa análise recebe evidência adicional pelo fato, também observado por Duarte, entre outros, de que a crescente preferência pelo emprego do sujeito pronominal está acompanhada de um enfraquecimento morfológico nos paradigmas flexionais. Assim, alguns autores chegam à conclusão de que o PB moderno deve ser considerado "uma língua com sujeito nulo parcial, utilizando-se de estratégias especiais para identificar os sujeitos nulos quando essa posição deve ser interpretada referencialmente" (Silva 1996: 120). Outros autores, porém, põem em dúvida essa conclusão, afirmando, como, por exemplo, Meyer-Hermann (1998: 223), que outras condições adicionais deveriam ser cumpridas "[a]ntes de que se possa concluir [...] que o português brasileiro está em vias de perder as suas características como língua *pro-drop*".

Todavia, os dados diacrônicos e sincrônicos mostram claramente que o PB moderno difere bastante das línguas *pro-drop* românicas autênticas ou prototípicas, como, por exemplo, o italiano (*standard*) ou o espanhol (*standard*), nas quais o uso dos pronomes lexicais em posição de sujeito parece depender de outras regras que no PB. Uma dessas regras exige que nessas línguas, ao contrário do PB moderno, o emprego do sujeito pronominal seja limitado a poucos contextos bem restritos. Segundo a gramática da *Real Academia Española*, uma das gramáticas referenciais do espanhol, o sujeito pronominal somente pode ser empregado numa oração finita em espanhol (*standard*) em duas condições:

[...] el sujeto pronominal se emplea correctamente en español por motivos de énfasis expresivo, o para evitar alguna ambigüedad posible, según las circunstancias particulares de cada caso. Tales circunstancias hacen que el hablante, sintiendo como insuficiente la expresión del sujeto contenido en la forma verbal, necesite determinarlo más. (Real Academia Española, 1973:421)

Dado que essas circunstâncias não são muito freqüentes numa conversa ordinária, porque o falante normalmente não dá ênfase no sujeito nem precisa evitar alguma ambigüidade referencial, a omissão do sujeito numa língua de sujeito nulo, como no espanhol, forma o caso não marcado.

Em geral, em muitas gramáticas ou estudos de línguas de sujeito nulo, afirma-se que essa possibilidade de omitir o pronome sujeito está relacionada com a existência da flexão verbal rica. Basta ver, a título ilustrativo, as explicações da gramática da *Real Academia Española* para o espanhol (*standard*):

Las desinencias personales de la conjugación española son tan claras y vivaces, que casi siempre hacen innecesario y redundante el empleo del pronombre sujeto. Un verbo en forma personal contiene en sí el sujeto y el predicado, es decir, los dos términos esenciales de la oración. [...] este carácter sintético de las formas verbales [...] forma contraste con otras lenguas, especialmente el inglés y el francés, donde la anteposición del sujeto pronominal es, de ordinario, obligatoria. (Real Academia Española, 1973:421)

No quadro da gramática gerativa, essa correlação entre a propriedade de permitir sujeitos nulos em orações finitas e a riqueza ou a "vivacidade" morfológica verbal também foi considerada como uma das características cruciais de uma língua de sujeito nulo. De acordo com Chomsky (1981, 1982), que propôs pela primeira vez o estabelecimento do parâmetro *pro-drop*, a diferença entre línguas *pro-drop* e línguas não-*pro-drop* tem a ver com a capacidade ou incapacidade da categoria funcional da concordância de identificar ou tornar recuperável, por meio de traços morfológicos, o sujeito nulo. Além disso, acredita-se que um sujeito nulo precise ser formalmente licenciado. Ou seja, a ocorrência de um sujeito nulo, sendo representado pela categoria vazia *pro*, é determinada não só por um processo de *identificação*, mas também por um processo de *licenciamento*. Os dois processos podem ser formulados, para uma língua como o espanhol, do seguinte modo (cf. Rizzi 1986a: 518-520, Raposo 1992: 480, Silva 1996: 33-34):

(1) Categoria vazia *pro*:

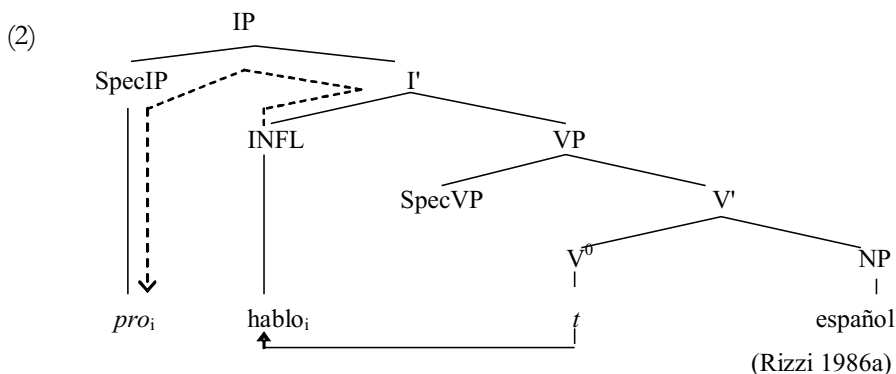
(a) Condição de licenciamento formal:

A categoria vazia *pro* é regida por INFL capaz de atribuir Caso nominativo.

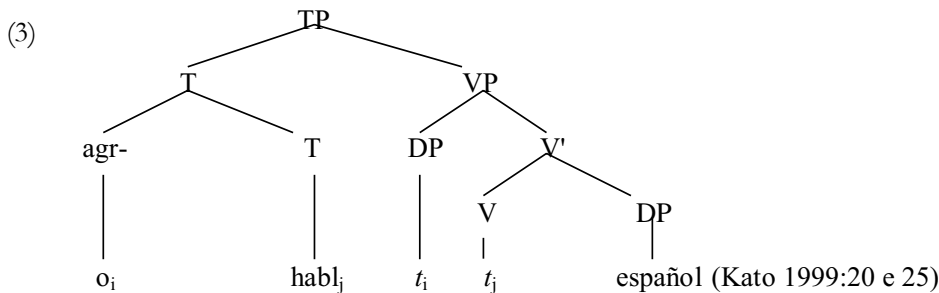
(b) Condição de identificação:

O conteúdo de *pro* é identificado pelos traços de pessoa e número numa categoria AGR forte contida na categoria INFL que rege *pro* e que está coindexada com *pro*.

Partindo dessa teoria, a ocorrência de um sujeito nulo em espanhol é permitida quando é regido por INFL e ao mesmo tempo identificado pelos traços morfológicos de pessoa e número, o que permite a recuperação do seu conteúdo. Isto é ilustrado em (2) para uma frase espanhola:



Vários trabalhos desenvolvidos nesses últimos anos sobre as condições para a ocorrência de *pro* mudaram consideravelmente as bases da discussão, seja por modificações internas da teoria, seja pela análise de novos dados. Kato (1999), por exemplo, aplicando o modelo minimalista da teoria gerativa à análise dos pronomes lexicais e nulos em várias línguas, propõe a seguinte análise para uma oração finita com sujeito nulo no espanhol:



Note-se que essa análise, embora não implique a ocorrência de um pronome sujeito vazio *pro*, também interpreta a riqueza flexional, ou seja, um "Agr pronominal", isto é, o afixo *o*, como um fator crucial responsável pela omissão do sujeito nulo. Essa ênfase na riqueza flexional perde, porém, seu caráter de exclusividade com a análise de línguas como

o chinês ou o japonês. Demonstrou-se que essas línguas, aparentemente, não podem recorrer a uma morfologia verbal rica para identificar o sujeito nulo por não apresentarem um paradigma verbal com flexões (Huang 1984). Foram oferecidas várias análises para dar conta dessas línguas dentro do parâmetro do sujeito nulo (veja-se Jaeggli & Safir 1989). Todas concordam, como resume o Gráfico 2, que, dentro do grupo das línguas de sujeito nulo, existem dois tipos que se diferenciam pela possibilidade de permitir ou não a identificação do sujeito nulo através de traços morfológicos verbais de concordância:

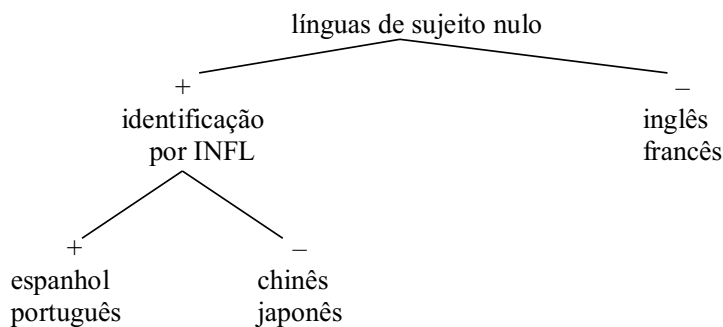


Gráfico 2: Tipos de língua com respeito ao sujeito nulo (Kato 2000:8)

Outra implicação importante no tratamento das línguas de sujeito nulo na gramática gerativa é que se supõe que as línguas nas quais se verifica a possibilidade de *pro* ocupar a posição de sujeito em orações finitas possuem propriedades adicionais que são vistas como sendo parte de um mesmo parâmetro sintático. Acredita-se que a fixação do parâmetro do sujeito nulo numa determinada língua não somente permita a omissão ou não do pronome sujeito, mas também implique usualmente a presença ou a ausência de um agrupamento específico de outras propriedades lingüísticas. Essa assunção quer dar conta do famoso "problema lógico da aquisição", observado por Chomsky (1986), segundo o qual os dados primários aos quais é exposta uma criança durante a fase de aquisição são insuficientes para explicar o sistema de conhecimentos específicos de um falante adulto. Neste modelo, a fixação de um parâmetro implica a aprendizagem de um conjunto de propriedades sem que a criança tenha de aprender cada propriedade individualmente (Meisel 1995). Espera-se, assim, que línguas como o espanhol e o português exibam várias propriedades sintáticas que derivam da especificação positiva do parâmetro do sujeito nulo. O francês ou o inglês, que têm uma especificação negativa do parâmetro, não deverão, conseqüentemente, ser caracterizadas pelas propriedades relacionadas à especificação positiva do parâmetro.

A coleção de propriedades associadas ao parâmetro do sujeito nulo tem sido intensamente discutida na gramática gerativa, especialmente em trabalhos baseados na Teoria da Regência e da Ligação. Algumas das propriedades relacionadas com a especificação positiva do parâmetro do sujeito nulo que foram propostas são apresentadas, com exemplos em português, a seguir (Chomsky 1981:240, Rizzi 1982:117-118, Raposo 1992:481-492, Silva 1996:30):

1. A omissão obrigatória de sujeitos não referenciais (expletivos) de uma oração com um verbo meteorológico ou de uma oração impessoal:

- (4) (a) (**Ele*) chove.
(b) (**Ele*) parece que as crianças comeram o bolo.

2. A inversão "livre" do sujeito em orações principais, ou seja, a ocorrência do sujeito na posição final de uma oração sem que isso envolva uma mudança do conteúdo semântico da oração em comparação com a oração com sujeito pré-verbal (Safir 1985: 172):

- (5) Comeram o bolo *as crianças*.

3. A atribuição de caso nominativo à direita em construções passivas ou inacusativas ((6)) ou em frases com verbos predicativos ((7)):

- (6) (a) Foi convidado *um estudante* para a festa.
(b) Chegou *um estudante* atrasado à festa.

- (7) Sou *eu*.

4. A ausência do efeito "*that-trace*", o que quer dar conta da observação de que em línguas não-*pro-drop* o sujeito de uma oração subordinada introduzida por um complementador ("*that*") não pode ser alçado à posição inicial da frase deixando um vestígio imediatamente depois da conjunção. Em línguas *pro-drop*, porém, esse alçamento é permitido:

- (8) Quem_i (é que) tu pensas [**que** [*t_i* viu esse filme]]?

No entanto, depois de uma intensa discussão teórica dessas propriedades e da correlação dessas (e outras) propriedades com a propriedade de sujeito nulo, tornou-se evidente que

essa proposta de correlação não podia dar conta de vários fatores. O exame tipológico fornece evidências de que, por um lado, existem línguas de sujeito nulo que não dispõem de todas as propriedades associadas ao parâmetro do sujeito nulo e que, por outro lado, há línguas que não admitem sujeitos nulos, mas que dispõem de algumas dessas propriedades (cf. van der Auwera 1984, Gilligan 1987). Haider (2001), no seu resumo desse exame tipológico, conclui, portanto, que a correlação entre *pro*-drop e as outras propriedades associadas ao parâmetro do sujeito nulo não pode ser mantida. Segundo esse autor, existe, porém, uma única propriedade que continua a ser associada ao parâmetro de sujeito nulo: a omissão obrigatória de pronomes sujeitos não referencias, ou seja, expletivos (Haider 2001:285). De fato, com base numa definição como a da gramática da *Real Academia Española*, esperar-se-ia essa conclusão: se, numa língua de sujeito nulo, o uso de um pronome sujeito for limitado a contextos de ênfase ou de ambigüidade, um sujeito expletivo, que não tem - por definição - nenhum conteúdo semântico, não deveria ser empregado numa tal língua porque não existem contextos adequados para o seu uso.

Vimos, porém, que essas condições para o emprego do sujeito pronominal são somente válidas, em geral, para as línguas de sujeito nulo prototípicas. Numa língua de sujeito nulo menos típica, como, por exemplo, o PB moderno, essas regras de emprego do sujeito pronominal parecem ser determinadas por condições menos restritas. Dever-se-ia esperar, então, menos restrições à ocorrência de um pronome expletivo lexical que numa língua de sujeito nulo prototípica.

3. A perda dos sujeitos nulos no francês e no português (brasileiro): uma comparação empírica

Nesta parte, vou apresentar e discutir, como já acentuei no início, dados empíricos de um estudo diacrônico de traduções da Bíblia. Ao meu ver, uma boa possibilidade de investigar a questão da perda do sujeito nulo no PB consiste numa comparação empírica com outra língua românica que originalmente era uma língua de sujeito nulo, mas que perdeu essa propriedade durante o seu desenvolvimento histórico. Como bem se sabe, o francês é uma tal língua, dado que o francês antigo, ao contrário do francês moderno, permitia a omissão de sujeitos pronominais. Como foi demonstrado em muitos trabalhos diacrônicos, o francês perdeu essa possibilidade e tornou-se uma língua não-*pro*-drop (Adams 1987, Roberts 1993b, Vance 1997). Esta observação é confirmada pelos resultados do estudo empírico das cinco traduções francesas analisadas em Kaiser (2002a). Os resultados com respeito à ocorrência de pronomes sujeitos lexicais são resumidos no Gráfico 3:

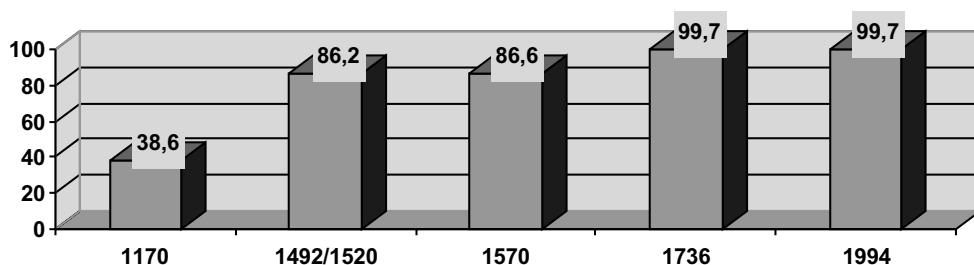


Gráfico 3: Ocorrência total de pronomes sujeitos lexicais em orações finitas declarativas e não coordenadas em traduções francesas da Bíblia (1 Samuel 1-3, 2 Samuel 1-14)

Observa-se um aumento radical no emprego dos pronomes plenos entre a primeira tradução de 1170 e a segunda tradução, que foi redigida no final do período do francês médio e revisada no início do período do francês moderno. Essa observação concorda com os resultados de muitos estudos empíricos sobre a evolução diacrônica do francês, segundo os quais a perda da propriedade de sujeito nulo se iniciou aproximadamente no mesmo período. Os resultados obtidos na análise das traduções bíblicas da época do francês mais moderno, seja do século XVIII, seja do século XX, confirmam também as observações feitas nos demais estudos diacrônicos, mostrando que no francês moderno a omissão do sujeito está (quase) completamente excluída em orações finitas declarativas e não coordenadas.

Comparemos agora esses resultados com os resultados da análise de traduções dos mesmos capítulos de uma Bíblia em português antigo, em português europeu moderno e em português brasileiro moderno:

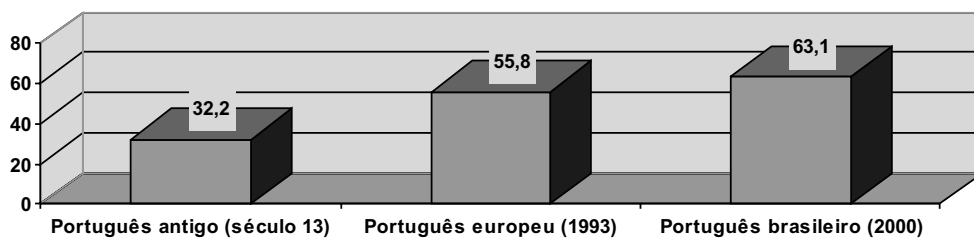


Gráfico 4: Ocorrência total de pronomes sujeitos lexicais em orações finitas declarativas e não coordenadas em traduções portuguesas da Bíblia (1 Samuel 1-3, 2 Samuel 1-14)

Podemos observar, no uso dos pronomes lexicais, um aumento bastante grande tanto no português europeu quanto no PB em comparação com o português antigo. Mas, em comparação com os dados das traduções francesas, destacam-se pelo menos duas diferenças nas traduções portuguesas modernas: a primeira é que não existe um aumento tão importante na evolução do uso de pronomes sujeitos lexicais como se pode constatar nos dados do francês medieval. A segunda diferença consiste no fato de que o uso do pronome sujeito na tradução do PB moderno ainda está longe da porcentagem que encontramos nas traduções francesas dos séculos XV ou XVI e não chega nem de longe à porcentagem que obtemos nas duas traduções mais modernas do francês. Portanto, os dados, que se confirmam também por outros estudos diacrônicos e sincrônicos do português, demonstram claramente que o PB ainda possui a propriedade de sujeito nulo, sendo capaz - usando os termos da gramática gerativa - tanto de licenciar formalmente um sujeito nulo quanto de identificar o seu conteúdo. A única diferença com relação a uma língua de sujeito nulo prototípica, como o espanhol *standard*, parece consistir no fato de que o uso de pronomes sujeitos lexicais não está restrito somente a contextos nos quais o falante quer pôr ênfase no sujeito ou evitar alguma ambigüidade possível.

Com base nesses resultados do nosso pequeno estudo empírico, pode-se abordar a questão de saber se o PB moderno se encontra atualmente na fase em que se encontrava o francês médio, isto é, a caminho de perder as suas características como língua de sujeito nulo. No que segue, vou abordar essa questão comparando dados do francês com dados do PB moderno. O objetivo é investigar processos morfossintáticos que foram analisados, em vários estudos diacrônicos do francês, como processos que ocorreram aproximadamente no mesmo período no qual o francês deixou de ser uma língua de sujeito nulo. Foram destacadas pelo menos quatro mudanças principais (Roberts 1993b, Vance 1997):

- a diminuição de efeitos de 'verbo segundo'
- o enfraquecimento da morfologia verbal
- a formação de pronomes sujeitos clíticos
- a formação de pronomes sujeitos expletivos

Embora as análises não estejam totalmente de acordo umas com as outras sobre a relação exata desses processos com a perda do sujeito nulo nem sobre a ordem diacrônica entre eles, todas as análises concordam que essas mudanças - salvo a formação de

sujeitos expletivos, que se iniciou já numa fase anterior - tenham ocorrido dentro do período de transição do francês medieval para o francês moderno. No que segue, vou comparar essas mudanças adicionais do francês com as mudanças que podemos observar no português brasileiro.

3.1 A diminuição de efeitos de 'verbo segundo' (V2)

O francês, como bem se sabe, é geralmente considerado uma língua que foi originalmente uma língua de 'verbo segundo', isto é, uma língua na qual o verbo finito aparece sempre na segunda posição das frases declarativas principais, independentemente do tipo ou da função do constituinte que ocupa a primeira posição. Embora exista uma série de problemas empíricos e teóricos com essa hipótese, sobretudo quando se supõe que o francês antigo era uma língua de V2 do tipo "rígido" (Kaiser 2002a), é incontestável que a peculiaridade que distingue o francês moderno do francês medieval, quanto à ordem das palavras, é a falta quase absoluta de construções de tipo XVS, ou seja, de construções que evidenciam o efeito V2. O francês medieval, contudo, dispunha, conforme mostra a tabela abaixo, com os dados das traduções bíblicas do francês, de uma taxa relativamente alta de construções desse tipo:

		Francês medieval		Francês moderno		
		Francês antigo (1170)	Francês médio (1492/1520)	(1570)	(1736)	(1994)
V1		11.6	1.9	1.9	0.0	0.2
V2	SV(X)	64.9	62.6	70.0	70.0	83.8
	XVS	12.6	26.8	3.4	0.8	1.5
V>2		10.9	8.7	24.7	19.2	14.5

Tabela 1: Diminuição de efeitos V2 nas frases principais declarativas com sujeitos realizados em traduções francesas da Bíblia (1 Samuel 1-3, 2 Samuel 11-14).

Observa-se, então, uma mudança brusca no uso de frases com a ordem XVS a partir do período do francês moderno. Segundo muitas análises gerativas, essa mudança evidencia uma mudança paramétrica na fixação do parâmetro de V2 (Adams 1987, Roberts 1993b). Apesar do fato de que, como vimos no parágrafo anterior, o uso dos pronomes sujeitos já começou a aumentar na fase do francês medieval, tem-se afirmado também que essa mudança esteja ligada a uma mudança paramétrica na fixação do parâmetro de sujeito nulo.

Quanto ao português, no que diz respeito à evolução do efeito V2, os dados das traduções portuguesas parecem indicar um tipo de mudança similar à observada no francês. Os resultados são resumidos na tabela 2:

		Português antigo (século XIII)	Português europeu (1993)	Português brasileiro (2002)
V1		42.7	3.8	2.1
V2	SV(X)	42.2	68.2	61.5
	XVS	11.9	2.8	4.4
V>2		3.2	25.2	32.0

Tabela 2: Diminuição de efeitos V2 nas frases principais declarativas com sujeitos realizados em traduções portuguesas da Bíblia (1 Samuel 1-3, 2 Samuel 11-14).

Como no francês, as variedades modernas do português diferem do português antigo por uma baixa frequência de frases com efeitos V2. Segundo a análise de Ribeiro (1995), eles evidenciam uma mudança paramétrica do português, mudando a fixação do parâmetro de V2 de um valor positivo a um valor negativo. Embora uma tal análise, que presuppõe uma fase na qual o português era uma língua de V2, contenha fraquezas similares como para o francês, tanto teóricas como empíricas (Kaiser 1999), podemos constatar, comparando os dados da tabela 2 com os dados do gráfico 4, que a queda drástica de frases com a ordem XVS parece coincidir com um aumento do emprego de sujeitos pronominais lexicais.

3.2 O enfraquecimento da morfologia verbal

Outro desenvolvimento diretamente relacionado, de acordo com muitos estudos diacrônicos do francês, ao decréscimo de ocorrências de sujeitos nulos no francês é o enfraquecimento da morfologia verbal. A tabela 3 ilustra esse processo: o francês antigo dispunha de um paradigma verbal morfologicamente rico e diferenciado, distinguindo seis formas para número e pessoa. Ainda no período do francês médio, tem-se uma redução dessa distinção, devido principalmente à queda das consoantes finais. O francês moderno falado mostra uma perda quase completa das desinências verbais. A maioria dos verbos somente marca morfofonologicamente a primeira e a segunda pessoa do plural. Visto que o pronome *on*, que utiliza as formas verbais da terceira pessoa singular, substitui muitas vezes, na linguagem coloquial, o pronome *nous*, sobra somente a segunda pessoa do plural, que continua sendo regularmente marcada morfofonologicamente. Assim, o francês passou de um paradigma formado de seis pessoas distintas a um sistema de três ou duas formas:

Presente do indicativo	Francês antigo		Francês médio		Francês moderno		
1ª pessoa singular	<i>chant</i>	∅	<i>chant</i>	[ə]	<i>je</i>	<i>chant</i>	∅
2ª pessoa singular	<i>chant</i>	<i>es</i>	<i>chant</i>	[ə]	<i>tu</i>	<i>chant</i>	∅
3ª pessoa singular	<i>chant</i>	<i>e(t)</i>	<i>chant</i>	[ə]	<i>il/elle</i>	<i>chant</i>	∅
1ª pessoa plural	<i>chant</i>	<i>ons</i>	<i>chant</i>	[õ]	<i>nous</i>	<i>chant</i>	[õ]
					<i>on</i>	<i>chant</i>	∅
2ª pessoa plural	<i>chant</i>	<i>ez</i>	<i>chant</i>	[e]	<i>vous</i>	<i>chant</i>	[e]
3ª pessoa plural	<i>chant</i>	<i>ent</i>	<i>chant</i>	[ə]	<i>ils/elles</i>	<i>chant</i>	∅

Tabela 3: Enfraquecimento da morfologia verbal no francês (Foulet 1935/36:275ff.,292, Roberts 1993b:125ff, Kaiser 2002a:97)

Muitos autores de estudos diacrônicos do francês apontam para uma correlação entre esse enfraquecimento da morfologia verbal e a perda do sujeito nulo (Foulet 1935/36, Roberts 1993b). Segundo esses autores, em função dessa mudança fonológica que atingiu o paradigma flexional do verbo, a propriedade de sujeito nulo deixou de ser uma opção produtiva no fim do período do francês medieval, ou seja, a partir do século XVI.

Ao compararmos o sistema flexional verbal do PB com o do português europeu, podemos observar um enfraquecimento morfológico similar. Observe-se a tabela 4 a seguir:

Presente do indicativo	Português europeu				Português brasileiro			
1ª pessoa singular	<i>(eu)</i>	<i>cant</i>		<i>o</i>	<i>(eu)</i>	<i>cant</i>		<i>o</i>
2ª pessoa singular	<i>(tu)</i>	<i>cant</i>	<i>a</i>	<i>s</i>	<i>((vo)cê)</i>	<i>cant</i>	<i>a</i>	<i>∅</i>
3ª pessoa singular	<i>(ele/ela)</i>	<i>cant</i>	<i>a</i>	<i>∅</i>	<i>(ele/ela)</i>	<i>cant</i>	<i>a</i>	<i>∅</i>
1ª pessoa plural	<i>(nós)</i>	<i>cant</i>	<i>a</i>	<i>mos</i>	<i>(nós)</i>	<i>cant</i>	<i>a</i>	<i>(mos)</i>
					<i>a gente</i>	<i>cant</i>	<i>a</i>	<i>∅</i>
2ª pessoa plural	<i>(vós)</i>	<i>cant</i>	<i>a</i>	<i>is</i>	<i>((vô)ces)</i>	<i>cant</i>	<i>a</i>	<i>m</i>
	<i>(vocês)</i>	<i>cant</i>	<i>a</i>	<i>m</i>				
3ª pessoa plural	<i>(eles/elas)</i>	<i>cant</i>	<i>a</i>	<i>m</i>	<i>(eles/elas)</i>	<i>cant</i>	<i>a</i>	<i>m</i>
					<i>o pessoal</i>	<i>cant</i>	<i>a</i>	<i>∅</i>

Tabela 4: Enfraquecimento da morfologia verbal no português (Duarte 1993:109, Cerqueira 1993:138, Kato 1999:4, Barme 2001:52-70, Kaiser 2002b)

Como se vê, o PB dispõe de uma morfologia verbal menos diferenciada em comparação ao português europeu: em vez de seis formas distintas, há no PB um paradigma que apresenta somente quatro formas. Esse paradigma coexiste com um

paradigma com apenas três formas, em consequência do uso, muito freqüente na linguagem coloquial, do sintagma *a gente* em lugar do pronome *nós* (Lopes 2003) e, menos freqüente, do sintagma *o pessoal* em lugar dos pronomes *eles* ou *elas* (Cerqueira 1993). Por conseguinte, as diferenças entre o PB e o português europeu na morfologia verbal são geralmente atribuídas à uma reorganização do sistema pronominal no PB (Duarte 1993, Galves 1993). Assim, Roberts (1993a:415) conclui que, ao contrário do que ocorreu no francês, "[o] desgaste da morfologia verbal no PB contemporâneo não se deve à mudança fonológica". Embora essa conclusão seja contestada por Oliveira & Ramos (2002), o que é importante ressaltar é que o PB sofreu, analogamente ao francês, uma modificação significativa do quadro da morfologia verbal e que a tendência ao uso do sujeito no PB pode ser vista como uma consequência dessa evolução. Em outras palavras, como no caso da perda dos efeitos V2, podemos também aqui observar no PB um desenvolvimento similar ao francês.

3.3 A formação de pronomes sujeitos clíticos

Outra mudança que acompanha o processo da perda da propriedade do sujeito nulo no francês é a formação de pronomes sujeitos clíticos. No francês antigo, os pronomes sujeitos comportavam-se, em geral, como elementos independentes. Somente quando apareceram em posição pós-verbal, mostraram comportamentos de elementos clíticos, ligando-se como enclíticos ao verbo precedente (Foulet 1928:150, Skårup 1975). Em posição pré-verbal, os pronomes sujeitos do francês antigo apresentam todas as características típicas de elementos independentes ou não clíticos (Moignet 1976:127-128, Vance 1995, Dupuis & Dufresne 1997).

- podem aparecer em posição isolada:

- (9) Et ce voil que vos me tenés? - **Jo?** fait li peres
 e isso quero que você me segura - Eu diz o pai
 (*Aucassin et Nicolette* 10,51)

- podem ser coordenados:

- (10) **il é Achazias**, li reis de Juda eussirent de la cited
 ele e Achazias o rei de Judá saíram da cidade
 (*Quatre Livre de Reis* 4,21)

- podem ser modificados:
- (11) Lors prist **il meismes** le saint Vessel
depois tomou ele mesmo o 'saint Vessel'
(*La Queste del Saint Graal* 270,17)

- podem ficar separados do verbo:
- (12) **Je si** ferai (*Erec* 216)
Eu assim farei

Ainda no período do francês medieval, esses pronomes começaram a perder essa sua independência e começaram a formar um paradigma próprio de pronomes sujeitos chamados "fracos" ou "átonos". Paralelamente, formou-se um novo paradigma independente de pronomes sujeitos "fortes" ou "tônicos". Enquanto no francês moderno esses pronomes "fortes" se comportam como os pronomes sujeitos (pré-verbais) do francês antigo, os pronomes sujeitos "fracos" mostram todas as características típicas de elementos clíticos (Kayne 1975:82-85, Kaiser 1992:30-37, Cabredo Hofherr 2004):

- não podem aparecer em posição isolada:
- (13) (a) *Je veux qu' il vienne avec moi – **Il**? dit-elle
eu quero que ele venha comigo – ele diz ela
(b) Je veux qu' il vienne avec moi – **Lui**? dit-elle
eu quero que ele venha comigo – ele diz ela

- não podem ser coordenados:
- (14) (a) ***Ma mère et il** sont partis
minha mãe e ele são partidos
(b) **Ma mère et lui** (ils) sont partis
minha mãe e ele eles são partidos

- não podem ser modificados:
- (15) (a) ***Même il** a acheté le livre
mesmo ele tem comprado o livro
(b) **Même lui** (il) a acheté le livre
mesmo ele (ele) tem comprado o livro

- não podem ficar separados do verbo:

(16) (a) **Il* toujours le fait
 ele sempre o faz

(17) (b) *Lui* toujours (il) le fait
 ele sempre ele o faz

Como revelam esses dados, os pronomes sujeitos do francês sofreram um processo de gramaticalização. De acordo com a definição dessa noção, estabelecida pela primeira vez por Meillet (1912), esse processo implica a mudança de estatuto de um item autônomo com significado lexical, que se transforma gradualmente em um item gramatical, primeiramente em um clítico e, finalmente, em um afixo flexional (Hopper & Traugott 1993). É importante ressaltar que todos os pronomes sujeitos "fracos" do francês moderno não só chegaram ao estágio de ser clíticos, mas também mostram comportamentos que são considerados como características típicas de afixos. Aplicando os critérios estabelecidos por Zwicky & Pullum (1983) para a distinção entre clíticos e afixos, pode-se observar que, na linguagem coloquial, esses pronomes compartilham muitas características típicas de afixos (Kaiser 1992, Auger 1993). Observe-se, por exemplo, que alguns pronomes clíticos podem, em posição pós-verbal, provocar modificações morfofonológicas no 'anfitrião', o que é considerado como propriedade prototípica de afixos e não de clíticos (Kaiser 1992:39):

(18) (a) *Il* savait [ilsavɛ] Que savait- *il?* [kəsavɛtil]
 ele sabia o que sabia ele
 (b) *J'* aime [ʒɛm] Aime- *je?* [ɛmɛʒ]
 eu amo amo eu

Outra característica dos pronomes sujeitos clíticos do francês moderno que atesta o caráter afixal deles é que podem coocorrer com outro sujeito dentro da mesma oração. Note-se que essa coocorrência é obrigatória quando o sujeito é um pronome ("forte") da primeira ou da segunda pessoa:

(19) (a) **Moi* travaille.
 eu trabalho.
 (b) *Moi* *je* travaille.
 eu eu trabalho

- (20) (a) **Toi* travailles.
 tu trabalhas.
 (b) *Toi* **tu** travailles.
 tu tu trabalhas.

No caso do pronome da terceira pessoa existe, na língua escrita e elevada, a possibilidade de omitir o pronome clítico. Por outro lado, na linguagem coloquial, normalmente não se faz uso dessa possibilidade, optando-se pelo emprego do sujeito clítico:

- (21) (a) *Lui* travaille.
 ele trabalha
 (b) *Lui* **il** travaille.
 ele ele trabalha

Além disso, na linguagem coloquial do francês moderno, observa-se também o uso de pronomes sujeitos clíticos junto com sujeitos não-pronominais. Isso é possível, mas nunca obrigatório, tanto com nomes próprios quanto com sujeitos nominais definidos:

- (22) (a) *Marie* travaille ici.
 Maria trabalha aqui
 (b) *Marie* **elle** travaille ici.
 Maria ela trabalha aqui
- (23) (a) *Ma* *mère* travaille ici.
 minha mãe trabalha aqui
 (b) *Ma* *mère* **elle** travaille ici.
 minha mãe ela trabalha aqui

Existe uma extensa discussão, que não pode ser resumida aqui por falta de espaço, sobre a questão de saber se as versões (b) nos exemplos em (22) e (23) constituem instâncias de um "redobro do clítico" ou, antes pelo contrário, de uma "deslocação para a esquerda" (Carroll 1982, Auger 1993). Um critério crucial para distinguir os dois tipos de oração é a possibilidade ou não da coocorrência de um pronome sujeito quantitativo e um clítico sujeito. Visto que, por razões semânticas, quantificadores não podem ser topicalizados, esses pronomes não podem ser alçados para uma posição deslocada. Por isso, frases com pronomes quantitativos po-

dem servir para comprovar o estatuto de elementos clíticos numa determinada língua. Assim, no que concerne ao francês moderno, Rizzi (1986b), apoiando-se no seu famoso exemplo (24), que atesta a distribuição complementar entre pronome quantitativo e pronome clítico, defende a tese segundo a qual os pronomes sujeitos clíticos no francês moderno funcionam como pronomes ordinários e não como afixos de concordância:

- (24) (a) *Personne* ne mange.
 ninguém NEG come
 (b) **Personne* **il** ne mange.
 ninguém ele NEG come

A agramaticalidade de (24)(b) evidencia, para Rizzi, que o sujeito clítico no francês ocupa a mesma posição que o pronome *personne*, isto é, a posição do especificador da categoria flexional INFL, e não a posição de núcleo dessa categoria, como propõe para os sujeitos clíticos do trentino, um dialeto italiano. Assim, de acordo com essa análise pode-se concluir que os exemplos (b) em (22) ou (23) constituem "instances of Left Dislocation, with a pause between the initial NP and the following subject clitic" (Jaeggli 1982:95).

Essa conclusão, porém, depara-se com vários problemas. Em primeiro lugar, deve-se objetar que essa análise não se baseia em estudos prosódicos de entoação (Carroll 1982:296) e que os poucos estudos que existem nesta área apontam a falta de uma pausa em construções como (22)(b) ou (23)(b) (Léon 1972, Ronat 1979). Além disso, a argumentação de Rizzi, que se baseia no comportamento de pronomes quantitativos enfrenta outro problema: o exemplo (25)(b), o estribilho de uma canção pop francesa, mostra que a alegada distribuição complementar de pronome quantitativo e pronome clítico não vale aparentemente para todos os tipos de pronomes quantitativos (Auger 1995:39, Cabredo Hofherr 2004:105):

- (25) (a) *Tout le monde* **est** beau.
 todo mundo é bonito
 (b) *Tout le monde* **il** est beau.
 todo mundo ele é bonito

Os resultados de trabalhos quantitativos do francês coloquial colocam outro problema para a hipótese de Rizzi. Esses estudos revelam um índice muito alto da

coocorrência de sujeito nominal e sujeito clítico (Lambrecht 1981, Sankoff 1982, Kaiser 1992, Auger 1995). As análises de *corpus* do francês falado tanto de Sankoff (1982) como de Kaiser (1992) evidenciam que aproximadamente 80% de todos os sujeitos nominais são acompanhados de um clítico correferencial. Em vista desses resultados, é muito difícil defender a hipótese segundo a qual orações como (22)(b) ou (23)(b) são deslocamentos para a esquerda, nas quais o elemento deslocado está enfatizado. Parece, como observa Sankoff (1982:85), que essas construções perderam essa sua função original de pôr ênfase no sujeito e sofreram uma gramaticalização:

Celui qui utilise la reprise avec la quasi-totalité de ses SN perd nécessairement la possibilité de l'employer pour les différencier, ce qui montre la récupération par la grammaire d'un processus à l'origine discursif, bref, la grammaticalisation.

Passemos agora à situação no PB no que diz respeito à formação de pronomes clíticos. Podemos constatar uma nítida diferença entre o francês e o PB: ao contrário do francês moderno, o PB somente dispõe de um único paradigma de pronomes sujeitos. Esses pronomes se comportam como os pronomes "fortes" do francês, conforme mostram as provas de clítico abaixo:

- podem aparecer em posição isolada:
(26) Eu quero que ele venha comigo - *Ele?* disse ela.
- podem ser coordenados:
(27) A minha mãe e ele foram embora ontem.
- podem ser modificados:
(28) Mesmo ele comprou o livro.
- podem ficar separados do verbo:
(29) *Ele sempre* faz isso.

Embora não haja um paradigma específico de pronomes sujeitos clíticos no PB, a maioria dos pronomes sujeitos dispõe de formas reduzidas que, em geral, mostram comportamentos de elementos clíticos. Uma lista dessas formas, acrescentadas de alguns exemplos apresentados nos estudos de Ramos (1997, 1999) e de Kato (1999), aparece na tabela 5:

Pessoa	número / gênero	Forma normal	Forma reduzida	Exemplo
1 ^a	singular	<i>eu</i>	<i>ô</i>	Ô vô. (linguagem infantil) (Kato 1999:14)
2 ^a	singular	<i>você</i>	<i>(o)cê</i>	Se ocê não consertar. De que lado cê tá? (Ramos 1997:44)
3 ^a	singular / masculino	<i>ele</i>	<i>el</i>	
3 ^a	singular / feminino	<i>ela</i>	<i>é []</i>	
2 ^a	plural	<i>vocês</i>	<i>cês</i>	Vocês, cês aprontam a maior bagunça. (Ramos 1997: 48 e 56)
3 ^a	plural / masculino	<i>eles</i>	<i>es</i>	Es não me entendiam (Ramos 1999:1)

Tabela 5: Formas reduzidas de pronomes sujeitos no PB (Kato 1999:14).

Todos os estudos que examinam as propriedades dessas formas reduzidas concordam com a afirmação de que se trata de elementos clíticos ou, pelo menos, de formas que "se encontra[m] num processo de cliticização" (Vital 1996:124). A forma que recebeu a maior atenção na discussão lingüística é a forma *(o)cê*, visto que parece se encontrar no estado mais avançado no processo de cliticização (Vital 1996, Ramos 1997). De fato, utilizando as nossas provas de clítico, podemos constatar que *cê* cumpre quase todos os critérios. Somente com respeito ao critério da contigüidade ao verbo a forma *cê* não mostra um comportamento típico de um elemento clítico, mas se comporta como uma palavra independente, conforme mostra o exemplo (33) (Ramos 1997:55):

- não pode aparecer em posição isolada:
(30) *Você quer que eu venha contigo - **Cê?** disse ela.

- não pode ser coordenado:
(31) ***A minha mãe e cê** foram embora ontem

- não pode ser modificado:
(32) ***Mesmo cê** comprou o livro.

- pode ficar separado do verbo:
(33) **Cê** sempre faz isso.

Com respeito ao critério da modificação, é importante ressaltar que a modificação de *cé* não é categoricamente excluída. Conforme evidencia a gramaticalidade do exemplo em (34), *cé* não se comporta como um clítico quando o elemento modificador aparece na posição pré-verbal:

(34) *Cé mesmo* comprou o livro.

Em resumo, tanto as formas reduzidas do pronome *voicê(s)* quanto as outras formas reduzidas dos pronomes sujeitos do PB, apresentadas na tabela 5, mostram comportamentos típicos de elementos clíticos. No entanto, contrariamente aos pronomes clíticos do francês moderno, nenhuma dessas formas dispõe de todas as propriedades prototípicas de elementos clíticos. Confirma-se, então, a hipótese de que essas formas estão numa fase de cliticização que ainda não terminou.

Essa hipótese é reforçada pelas observações que podem ser feitas em relação às construções de duplicação pronominal. Esse tipo de construção pode conter tanto sujeitos pronominais como sujeitos nominais, conforme mostram os exemplos (35) e (36), respectivamente.

(35) (a) *Eu, ô* adoro isso. (Kato 1999:14)

(b) *Você, 'cê* não me pega! (Cyrino *et al.* 2000:69)

(36) (a) *A Clarinha ela* cozinha que é uma maravilha (Duarte 2000:28)

(b) *Essa competência ela* é de natureza mental (Galves 1993:398)

É interessante ressaltar que alguns autores também constataam (poucos) exemplos com sujeitos indefinidos ou quantificados:

(37) (a) Eu acho que *um trabalho sério ele* teria que começar por aí.

(Duarte 2000:28)

(b) *Qualquer pessoa* que vai praticar um esporte *ela* tem que se preparar..

(Duarte 2000:28)

A existência de construções desse tipo poderia levar a supor que os pronomes sujeitos, coindexados com um sujeito nominal ou pronominal, se comportam como elementos clíticos cuja função principal é a de servir de marcadores da concordância

sujeito-verbo. De fato, Barthe (2000:14), por exemplo, vê nessas construções de duplicação pronominal os "primeiros indícios" de que "os pronomes fracos não são pronomes verdadeiros que ocupam a posição do sujeito, mas, no âmbito de uma cliticização sintática, são reduzidos a elementos flexionais" (vejam-se também Galves 1993, Duarte 1998, Kato 1999).

Essas conclusões, contudo, são, na minha opinião, prematuras e não são comprovadas pelos fatos empíricos. Em primeiro lugar, note-se que, na maioria dos casos verificados de construções de duplicação pronominal, é a forma plena do pronome sujeito que atua como pronome "lembrete" ou "resumptivo". Vimos, porém, que somente as formas reduzidas mostram (algumas) propriedades de elementos clíticos. Assim, é muito difícil manter uma hipótese segundo a qual formas morfossintaticamente independentes desempenham a função de marcadores de concordância, ou seja, de afixos flexionais. A única solução seria a de postular, como faz Kato (2002:12), que os pronomes sujeitos fraco e forte são homófonos e que no PB "se criou um paradigma de pronomes fracos quase homófonos aos pronomes fortes, deixando os afixos de concordância de actuar como pronominais". Além disso, devemos constatar que, ao contrário do que observamos no francês moderno, não existe nenhum tipo de construção de tópico no PB, salvo uma exceção que vou discutir em seguida, na qual o emprego de um pronome resumptivo é obrigatório. Ramos (1997:56) observa que, nas construções de tópico com o pronome *voilà* encontradas no seu *corpus*, a forma *cê(s)* aparece em 88% dos casos. Nas demais construções de tópico com sujeito pronominal, a frequência da ocorrência de um pronome resumptivo é bem mais baixa. Quando se incluem as construções de tópico com sujeitos nominais, a probabilidade de pronomes resumptivos decresce de maneira drástica. Tarallo (1988:46) observa no seu estudo empírico somente uma frequência de aproximadamente 10% no uso de um pronome resumptivo em todos os tipos de construções. Em resumo, enquanto no francês moderno colloquial a grande maioria das construções de tópico contém um pronome clítico correferencial com o sujeito nominal ou pronominal, as mesmas construções no PB são usadas na maior parte das vezes sem pronome resumptivo.

Como mencionei, existe uma construção de tópico no PB na qual o uso do pronome resumptivo é obrigatório. Trata-se de construções com a forma pronominal *a gente*, que também pode servir de pronome resumptivo, conforme mostrado em (38)(a) (Duarte 2000:28). Observe-se, além disso, que *a gente* não pode ser omitido nem em construções de tópico nem em construções simples, como ilustram os exemplos em (38)(b) e (38)(c), respectivamente:

- (38) (a) *Eu e o Mário a gente* vai casar logo
(b) ?**Eu e o Mário* vai casar logo
(c) *Vai casar logo (= Nós vamos casar logo)

Esses dados parecem atestar a gramaticalização completa do pronome *a gente*. Essa conclusão, contudo, é pouco provável. Com efeito, seria muito de estranhar que um pronome "forte" e lexicalmente ainda muito transparente tivesse sofrido o processo da gramaticalização antes dos pronomes menos "fortes". É muito mais provável que a distribuição muito especial de *a gente* em comparação aos demais pronomes sujeitos no PB esteja relacionada ao fato de que se trata de um pronome que é usado semanticamente para a expressão da primeira pessoa do plural, mas que utiliza as formas verbais da terceira pessoa singular. Isso implica a expressão quase obrigatória do pronome para evitar ambigüidades possíveis.

Podemos concluir que, ao contrário do que ocorreu no francês, o PB ainda não desenvolveu um paradigma de pronomes sujeitos clíticos completo e independente. As formas pronominais que mostram características de elementos clíticos são todas formas reduzidas dos pronomes sujeitos ordinários. O francês, por outro lado, dispõe de um paradigma próprio de pronomes sujeitos clíticos "especiais", ou seja, de clíticos que são morfossintaticamente independentes dos pronomes sujeitos ordinários. Enquanto as formas clíticas do PB não dispõem de todas as propriedades típicas de elementos clíticos, os clíticos do francês moderno mostram características típicas de afixos. Isso mostra que esses clíticos estão num estágio de gramaticalização muito mais avançado do que os clíticos do PB, os quais parecem estar somente numa fase inicial.

3.3 A formação de pronomes sujeitos expletivos

A formação de pronomes expletivos é outro fenômeno geralmente ligado à perda da propriedade de sujeito nulo no francês. Lembremos que, segundo as definições de línguas de sujeito nulo, o uso de tais pronomes não deveria ser compatível com a propriedade de sujeito nulo. Dado que nessas línguas um sujeito geralmente só pode ser usado quando o falante quer enfatizar ou desambiguar o sujeito, o uso de um pronome semanticamente vazio não corresponderia a essas regras. No entanto, já no francês antigo, uma língua de sujeito nulo, como vimos, podemos observar a ocorrência de pronomes expletivos.

O primeiro aparecimento de um pronome expletivo no francês é verificado na *Chanson de Alexis*, que data dos meados do século XI. Trata-se de uma construção com um verbo meteorológico. Os outros exemplos, apresentados em (39) por

motivo de ilustração, datam do final do século XII e do início do século XIII e comprovam o uso de um pronome expletivo em construções impessoais com um verbo existencial e um verbo inacusativo, respectivamente (Hilty 1959, Bakker 1995, Arteaga 1994):

- (39) (a) Quant li jurz passet ed **il** fut anuit(i)et (*Alexius* 51)
quando o dia passou e EXP foi anoitecido
(b) **Il** n' i ot el (*Yvain* 203)
EXP não lá era ele
(c) **Il** i vont ci viel prestre (*Aucassin et Nicolette* 6,29)
EXP lá vão esses velhos sacerdotes

Note-se que esses tipos de exemplos não são abundantes durante o inteiro período do francês medieval e que só a partir do período do francês moderno os pronomes expletivos começam a ser usados regularmente. De qualquer maneira, todos esses exemplos representam, sem dúvida, um problema para a classificação das línguas de sujeito nulo e para a definição da propriedade de sujeito nulo. Embora não exista, segundo eu saiba, uma explicação satisfatória para o emprego de pronomes expletivos no francês antigo, o que parece propiciar o aparecimento de tais tipos de pronomes é que o francês antigo já estava começando a perder a sua propriedade de sujeito nulo.

Se compararmos essa evolução do francês com a do PB, devemos constatar no PB a falta completa de frases impessoais similares às frases (39) do francês medieval. Conforme mostram os exemplos (40), o uso de um pronome expletivo está completamente excluído em construções impessoais:

- (40) (a) (***Ele**/***Isso**) (es)tá chovendo.
(b) (***Ele**/***Isso**) tem novidade.
(c) (***Ele**/***Isso**) parece que vai chover.
(Kato 1999:5, Silva 2000:130)

Então, partindo do pressuposto de que o uso de pronomes expletivos forma um dos primeiros sinais da mudança de uma língua de sujeito nulo para uma língua sem sujeito nulo, os dados do PB não fornecem evidência para uma tal mudança. Pelo contrário, os dados em (40) mostram claramente que o PB ainda é uma língua de sujeito nulo:

Though in subject position BP tends to have a lexical pronoun when the subject is referential, in impersonal construction we have obligatorily an empty expletive, [...] BP is still very much a null subject language in that respect. (Kato & Tarallo 2003:124)

Por outro lado, é interessante ressaltar que nas variedades européias do português parece haver evidência do uso de pronomes expletivos. Eles são encontrados na linguagem coloquial do português e do galego nos diferentes tipos de construções impessoais, a saber em construções com verbos meteorológicos, com verbos existenciais ou com verbos inacusativos, conforme mostram os exemplos em (41) do galego:

- (41) (a) *El* chovía.
(b) *Il* hai cecais outro problema.
(c) *El* chegou un estudante tarde
(Raposo & Uriagereka 1990:514, Silva-Villar 1998:253)

O problema que colocam esses exemplos, que são bastante freqüentes na linguagem coloquial tanto do galego como do português europeu (Carrilho 2001), é que são encontrados em variedades do português que não são caracterizadas por um decréscimo de ocorrências de sujeitos nulos nem mostram outros indícios da perda da propriedade de sujeito nulo, como o enfraquecimento morfológico das desinências verbais ou a formação de pronomes clíticos sujeitos.

Uma saída para superar esse problema seria propor que os pronomes em (41) não sejam pronomes expletivos, mas elementos discursivos com a função de estabelecer uma coerência com o contexto anterior. Deste modo também poderia ser explicada a distribuição muito restrita desses elementos. Conforme evidenciam os exemplos em (42), eles são excluídos tanto em posição pós-verbal quanto em frases encaixadas e diferem, assim, de modo significativo da distribuição de elementos expletivos ordinários, como no inglês ou no alemão (Silva-Villar 1998).

- (42) (a) *Choverá *el* hoje?
(b) *Xa sei que *el* chove.

Qualquer que seja a análise adequada desses elementos, o fato importante aqui é que o PB não permite o uso de pronomes expletivos em nenhum contexto e que se distingue, assim, claramente do francês.

4. Conclusão

Vou concluir resumindo brevemente as propostas fundamentais deste artigo: na primeira parte, defendi a hipótese de que, apesar de muitas críticas, as línguas podem ser distinguidas com respeito à fixação do parâmetro do sujeito nulo. Nas línguas românicas, este parâmetro parece estar relacionado com a natureza forte ou fraca da concordância na flexão verbal. Se a concordância é forte, como acontece no italiano ou no espanhol, são possíveis sujeitos nulos temáticos. Se a concordância é fraca, como no francês, não é permitida a omissão de sujeitos temáticos. O português brasileiro, contudo, parece estar entre os dois tipos de língua. De um lado, permite sujeitos nulos temáticos, embora menos freqüentemente que as línguas de sujeito nulo prototípicas, e de outro lado, tem uma concordância verbal relativamente fraca.

Na segunda parte, tentei verificar a classificação do PB dentro do quadro desta hipótese com relação ao parâmetro do sujeito nulo, comparando a evolução do PB com a evolução do francês, que perdeu a sua propriedade de sujeito nulo no fim da Idade Média. Destaquei quatro fenômenos que supostamente acompanham esta perda e comparei-os com os fenômenos equivalentes no PB. Em relação a dois fenômenos, a perda de efeitos V2 e o enfraquecimento da morfologia verbal, o PB mostra um comportamento muito similar ao francês. Em relação ao processo de formação de pronomes sujeitos clíticos e de pronomes sujeitos expletivos, porém, distingue-se o PB nitidamente do francês. No que diz respeito aos pronomes sujeitos clíticos, pode-se constatar que o PB ainda se encontra numa fase de cliticização na qual estão se formando pronomes clíticos. A maior diferença entre o francês e o PB encontra-se na formação de pronomes sujeitos expletivos. Enquanto já no francês antigo podem ser observadas as primeiras ocorrências desses pronomes, o PB não permite o uso de tais pronomes. O que se verifica então é que o PB ainda dispõe de algumas características típicas de uma língua de sujeito nulo e ainda não perdeu a propriedade de permitir sujeitos nulos. Assim, o PB e as línguas prototípicas de sujeito nulo não diferem qualitativamente, mas apenas quantitativamente em relação às propriedades de sujeito nulo.

Bíblias analisadas:

Francês:

Li quatre livre des Reiz. Die Bücher Samuelis und der Könige in einer französischen Bearbeitung des 12. Jahrhunderts. Nach der ältesten Handschrift unter Benutzung der neu aufgefundenen Handschriften. Kritisch hrsg. von E.R. Curtius. Dresden: Gesellschaft für Romanische Literatur 1911.

Le premier volume de la bible en francois. Francovs Regnavlt. Paris 1520.

La Bible qui est toute la Sainte Escriture: contenât le Viel & Nouveau Testament. Or, La Vieille & Nouvelle Alliãce. Avec argumens sur chacun liure. Pour Sebastien Honorati. Lyon 1570.

La Sainte Bible qui contient le Vieux & le Nouveau Testament: revue sur les Originaux & retouchée dans le langage. Avec de petites notes par David Martin. Clément Marot / Théodore Bèze. Basle: chés Jean Rudolphe Imhoff avec les caractères de *, Nouv. éd., revue & corr. 1736.

Les livres de Samuel. A. Caquot & P. de Robert. Genève: Labor et Fides 1994.

Português:

Bíblia medieval portuguesa. Histórias d'abreviado Testamento Velho segundo o Meestre das histórias scolasticas. Texto apurado por S. da Silva Neto. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro 1958.

Bíblia Sagrada. Tradução interconfessional do hebraico, do aramaico e do grego em português corrente. Lisboa: Sociedade Bíblica de Portugal 1993.

Bíblia completa. Nova tradução na imagem de hoje. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil 2000.

Referências

ADAMS, Marianne. (1987). From Old French to the theory of pro-drop. *Natural Language and Linguistic Theory* 5, 1-32.

ARTEAGA, Deborah. (1994). Impersonal constructions in Old French. In M.L. Mazzola (ed.), *Issues and Theory in Romance Linguistics*. Washington: Georgetown University Press, 141-157.

AUGER, Julie. (1993). More evidence for verbal agreement-marking in Colloquial French. In W.J. Ashby, M. Mithun, G. Perissinotto & E. Raposo (eds.), *Linguistic Perspectives on the Romance Languages. Selected Papers from the 21st Linguistic Symposium on Romance Languages (LSRL XXI)*. Santa Barbara, California, 21-24 February 1991. Amsterdam: Benjamins, 177-198.

AUGER, Julie. (1995). Les clitiques pronominaux en français parlé informel: une approche morphologique. *Revue québécoise de linguistique* 24, 21-60.

- AUWERA, J. van der. (1984). Subject vs. non-subject asymmetries in the relativization of embedded NP's. In W. de Geest & Y. Putseys (eds.), *Sentential Complementation. Proceedings of the International Conference held at UFSAL, Brussels, June 1983*. Dordrecht: Foris Publications, 257-269.
- BAKKER, Cecile de. (1995). Synchronic and diachronic variation in the French *il*-construction. In M. den Dikken & K. Hengeveld (eds.), *Linguistics in the Netherlands 1995*. Amsterdam: Benjamins, 1-12.
- BARME, Stefan. (1998). Sujeito/objeto explícito vs. não-realização no português brasileiro e europeu. In S. Große & K. Zimmermann (eds.), «*Substandard*» e mudança no português do Brasil. Frankfurt: Teo Ferrer de Mesquita (TFM), 273-290.
- BARME, Stefan. (2000). Existe uma língua brasileira? Uma perspectiva tipológica. *Iberoromania* 51, 1-29.
- BARME, Stefan. (2001). *Der Subjektsausdruck beim Verb in phonisch-näbesprachlichen Varietäten des europäischen Portugiesisch und Brasilianischen*. Frankfurt: Lang.
- CABREDO-HOFHERR, Patricia. (2004). Les clitiques sujets du français et le paramètre du sujet nul. *Langue française* 141, 99-109.
- CARRILHO, Ernestina. (2001). Expletivos do português europeu em foco: a evidência dos dados dialetais." *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Coimbra, 28-30 Setembro 2000*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.
- CARROLL, Susanne. (1982). Redoublement et dislocation en français populaire. In C. Lefebvre (éd.), *La syntaxe comparée du français standard: approches formelle et fonctionnelle. Tome 1: Langues et société*. Québec: Éditeur officiel du Québec, 291-357.
- CERQUEIRA, Vicente C. (1993). A forma genitiva 'dele' e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In I. Roberts & M.A. Kato (orgs.), *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 129-161.
- CHOMSKY, Noam. (1981). *Lectures on Government and Binding. The Pisa Lectures*. Dordrecht: Foris, second revised edition 1982.
- CHOMSKY, Noam. (1982). *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambridge: The MIT Press.
- CHOMSKY, Noam. (1986). *Knowledge of Language. Its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger.
- CYRINO, Sonia M.L.; DUARTE, M. Eugênia L. & KATO, Mary A. (2000). Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In M.A. Kato & E. V. Negrão (eds.), 55-74.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (1993). Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In I. Roberts & M.A. Kato (orgs.), *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 107-128.

- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (1998). O sujeito nulo no português do Brasil: de regra obrigatória a regra variável. In S. Große & K. Zimmermann (eds.), «*Substandard*» e *mudança no português do Brasil*. Frankfurt: Teo Ferrer de Mesquita (TFM), 189-202.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (2000). The loss of the ‘avoid pronoun’ principle in Brazilian Portuguese. In M.A. Kato & E. V. Negrão (eds.), 17-36.
- DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia. (2004). On the ‘embedding’ of a syntactic change. In *Language Variation in Europe. Papers from ICLaVE2 - Second International Conference on Language Variation in English*. Uppsala: Universitetstryckeriet, 145-155.
- DUPUIS, Fernande & DUFRESNE, Monique. (1997). Les pronoms personnels français: un cas de réanalyse structurale. In B. Combettes & S. Monsonégo (éds.), *Le moyen français. Philologie et linguistique. Approches du texte et du discours. Actes du VIII^e Colloque International sur le moyen français. Nancy, 5-6-7 septembre 1994*. Nancy: Institut National de la langue française, 463-481.
- FOULET, Lucien. (1928). *Petite syntaxe de l'ancien français*. Paris: Champion, troisième édition revue. Réédition 1982.
- FOULET, Lucien. (1935/36). L’extension de la forme oblique du pronom personnel en ancien français. *Romania* 61, 257-315.
- GALVES, Charlotte M. Chambelland. (1993). O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In I. Roberts & M.A. Kato (orgs.), *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 387-408.
- GILLIGAN, Gary Martin. (1987). *A Cross-linguistic Approach to the Pro-drop Parameter*. Ph.D. dissertation. Los Angeles: University of Southern California.
- HAIDER, Hubert. (2001). Parametrisierung in der Generativen Grammatik. In M. Haspelmath, E. König, W. Oesterreicher & W. Raible (Hgg.), *Language Typology and Language Universals. An International Handbook. Volume I*. Berlin: Mouton de Gruyter, 283-293.
- HILTY, Gerold. (1959). ‘Il’ impersonnel. Syntaxe historique et interprétation littéraire. *Le français moderne* 27, 241-251.
- HOPPER, Paul J. & TRAUGOTT, Elizabeth Closs. (1993). *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, second edition 2003.
- HUANG, C.T. James. (1984). On the distribution and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry* 15, 531-574.
- JAEGGLI, Osvaldo. (1982). *Topics in Romance Syntax*. Dordrecht: Foris.
- JAEGGLI, Osvaldo & SAFIR, Kenneth. (1989). The null subject parameter and parametric binding. In O. Jaeggli & K.J. Safir (eds.), *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer, 1-44.

- KAISER, Georg A. (1992). *Die klitischen Personalpronomina im Französischen und Portugiesischen. Eine synchronische und diachronische Analyse*. Frankfurt: Vervuert.
- KAISER, Georg A. (1999). A ordem das palavras e a posição do verbo finito no português antigo. In P. Ferenc (org.), *Actas do Congresso Internacional por motivo dos vinte anos do português no ensino superior*. Budapest: Departamento de língua e literatura portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade Eötvös Loránd de Budapeste, 248-261.
- KAISER, Georg A. (2002a). *Verbstellung und Verbstellungswandel in den romanischen Sprachen*. Tübingen: Niemeyer.
- KAISER, Georg. (2002b). Resenha de Mary A. Kato / Esmeralda Vailati Negrão (eds.): Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter. Frankfurt: Vervuert – Ibero-americana, 2000. *Lusorama* 51-52, 283-290.
- KAISER, Georg A. (2005). Bibelübersetzungen als Grundlage für empirische Sprachwandel-untersuchungen. In C.D. Pusch, J. Kabatek & W. Raible (Hgg.), *Romanistische Korpuslinguistik. Korpora und Historische Sprachwissenschaft*. Tübingen: Narr (no prelo).
- KATO, Mary Aizawa. (1999). Strong and weak pronominals in the null subject parameter. *Probus* 11, 1-37.
- KATO, Mary Aizawa. (2000). Preface. In M.A. Kato & E.V. Negrão (eds.), 7-16.
- KATO, Mary A. (2002). Pronomes fortes e fracos na sintaxe do português brasileiro. *Revista portuguesa de filologia* 24, 101-122.
- KATO, Mary Aizawa & NEGRÃO, Esmeralda Vailati (eds.). 2000. *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Vervuert, 17-36.
- KATO, Mary Aizawa & TARALLO, Fernando. (2003). The loss of VS syntax in Brazilian Portuguese. In B. Schlieben-Lange, I. Villaça Koch & K. Jungbluth (Hgg.), *Dialog zwischen den Schulen. Sozio-linguistische, konversationsanalytische und generative Beiträge aus Brasilien* Münster: Nodus, 101-129.
- KAYNE, Richard S. (1975). *French Syntax. The Transformational Cycle*. Cambridge: The MIT Press.
- LÉON, Monique. (1972). *L'accentuation des pronoms personnels en français standard*. Ottawa: Didier.
- LAMBRECHT, Knud. (1981). *Topic, Antitopic and Verb Agreement in Standard French*. Amsterdam: Benjamins.
- LIRA, Solange de Azambuja. (1996). *The Subject in Brazilian Portuguese*. New York: Lang.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. (2003). *A inserção de a gente no quadro pronominal do português*. Frankfurt: Vervuert / Iberoamericana.

- MEILLET, Antoine. (1912). L'évolution des formes grammaticales. *Scientia (Rivista di scienza)* 12. Reimpressão em A. Meillet, *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion 1958, 130-148.
- MEISEL, Jürgen M. (1995). Parameters in acquisition. In P. Fletcher & B. MacWhinney (eds.), *The Handbook of Child Language*. Oxford: Blackwell, 10-35.
- MEYER-HERMANN, Reinhard. (1998). Utilização e colocação dos pronomes pessoais no português falado do Brasil: indicações duma mudança tipológica em progresso? In S. Große & K. Zimmermann (eds.), «Substandard» e mudança no português do Brasil. Frankfurt: Teo Ferrer de Mesquita (TFM), 203-225.
- MOIGNET, Gérard. (1976). *Grammaire de l'ancien français. Morphologie - syntaxe*. Paris: Klincksieck, deuxième édition revue et corrigée.
- OLIVEIRA, Marilza de & RAMOS, Jânia. (2002). O estatuto de 'você' no preenchimento do sujeito." Texto apresentado como comunicação no Encontro da Associação Linguística da América Latina em Costa Rica, 2002.
- RAMOS, Jânia M. (1997). O uso das formas você, ocê e cê no dialeto mineiro. In D. da Hora (org.), *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 43-60.
- RAMOS, Jânia. (1999). Sujeitos indeterminados e o uso dos pronomes "você/cê" e "eles/es" no português do Brasil. Comunicação apresentada na ABRALIN, Florianópolis.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. (1992). *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho.
- RAPOSO, Eduardo & URIAGEREKA, Juan. (1990). Long-distance case assignment. *Linguistic Inquiry* 21, 505-537.
- Real Academia Española. (1973). *Esbozo de una gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe.
- RIBEIRO, Ilza. (1995). Evidence for a verb-second phase in Old Portuguese. In A. Battye & I. Roberts (eds.), *Clause Structure and Language Change*. New York: Oxford Univ. Press, 110-139.
- RIZZI, Luigi. (1982). *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris.
- RIZZI, Luigi. (1986a). Null objects in Italian and the theory of pro. *Linguistic Inquiry* 17, 501-557.
- RIZZI, Luigi. (1986b). On the status of subject clitics in Romance. In O. Jaeggli & C. Silva-Corvalán (eds.), *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 391-419.
- ROBERTS, Ian. (1993a). O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In I. Roberts & M.A. Kato (orgs.), *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 409-425.

- ROBERTS, Ian. (1993b). *Verbs and Diachronic Syntax. A Comparative History of English and French*. Dordrecht: Kluwer.
- RONAT, Mitsou. (1979). Pronoms topiques et pronoms distinctifs. *Langue française* 44, 106-128.
- SAFIR, Kenneth J. (1985). *Syntactic Chains*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SANKOFF, Gillian. 1982. Usage linguistique et grammaticalisation: les clitiqes sujets en français. In N. Dittmar & B. Schlieben-Lange (eds.), *Die Soziolinguistik in romanischsprachigen Ländern. La sociolinguistique dans les pays de langues romane*. Tübingen: Narr, 81-85.
- SILVA, Maria Cristina Figueiredo. (1996). *A posição sujeito em português brasileiro. Em frases finitas e infinitas*. Campinas: Editora da Unicamp.
- SILVA, Maria Cristina Figueiredo. (2000). Main and embedded null subjects in Brazilian Portuguese. In M.A. Kato & E. V. Negrão (eds.), 127-146.
- SILVA-VILLAR, Luis. (1998). Subject positions and the roles of CP. In A. Schwegler, B. Tranel & M. Uribe-Etxebarria (eds.), *Romance Linguistics. Theoretical Perspectives. Selected Papers from the 27th Linguistic Symposium on Romance Languages*. Irvine, 20-22 February 1997. Amsterdam: Benjamins, 247-270.
- SKÅRUP, Povl. (1975). *Les premières zones de la proposition en ancien français. Essai de syntaxe de position*. København: Akademisk.
- TARALLO, Fernando. (1993). Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: Mudanças sintáticas aleatórias.” In I. Roberts & M.A. Kato (orgs.), *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 35-68 (= Tradução da versão original em inglês de 1988).
- VANCE, Barbara. (1995). On the clitic nature of subject pronouns in Medieval French. In A. Dainora et al. (eds.), *CLS 31. Papers from the 31st Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society. Vol. 2: The Parasession on Clitics*. Chicago: CLS, 300-315.
- VANCE, Barbara S. (1997). *Syntactic Change in Medieval French. Verb-Second and Null Subjects*. Dordrecht: Kluwer.
- VITRAL, Lorenzo. (1996). A forma cê e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem* 5, 115-124.
- ZWICKY, Arnold M. & PULLUM, Geoffrey K. (1983). Cliticization vs. inflection: English *n'?*” *Language* 59, 502-513.

SINTAXE GERATIVA

ANÁFORA DO COMPLEMENTO NULO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

por

Sonia Maria Lazzarini Cyrino
Universidade Estadual de Londrina/CNPq

Introdução

No trabalho realizado para o V Encontro PHPB em Ouro Preto, ao qual não pude comparecer, embora tenha enviado o texto para publicação, apresento os resultados da pesquisa realizada acerca dos objetos nulos encontrados na imprensa do século XIX – os resultados vêm do *corpus* de cartas de leitores de jornal (Barbosa & Lopes, 2002), mas são também comparados com os resultados já obtidos no *corpus* de anúncios de jornal (Cyrino, 2002).

Esses resultados mostram que o objeto nulo já ocorre nesses dados, embora em número de ocorrências seja inferior ao que podemos encontrar atualmente. No entanto, os dados trouxeram alguns resultados interessantes acerca do tipo de objeto nulo. A tabela 1 apresenta esses resultados:

Tipo de objeto nulo	N	%
Ausência do “o” neutro	24	39
Ausência de outro clítico	38	61
Total	62	100

Tabela 1: Tipos de objetos nulos.

Observamos que já no século XIX, nesse *corpus*, a ocorrência do objeto nulo (= ausência de outro clítico) é maior do que a ocorrência da elipse proposicional (= ausência do “o” neutro), embora esta também apresente uma porcentagem considerável.

Mas é também interessante observar o que ocorre quando comparamos a ocorrência desses tipos de nulos com sua contraparte preenchida:

Tipo de ocorrência	Ausência		Presença		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
Clítico “o” neutro	24	41	35	59	59	100
Outro clítico acusativo	38	10	331	90	369	100

Tabela 2: Ocorrência ou ausência de clíticos

Nestes dados, percebemos que, no século XIX, a elipse proposicional (= ausência do clítico “o” neutro) já apresenta uma maior porcentagem na ocorrência em relação ao clítico neutro “o”, enquanto o objeto nulo (“ausência de outro clítico de 3ª. pessoa acusativo) ainda tem pouca ocorrência em relação ao seu preenchimento. Hoje, o clítico neutro, como visto em Cyrino (1994/1997), raramente ocorre na língua escrita e já não faz mais parte da intuição do falante.

Embora a ocorrência do objeto nulo como ausência de outro clítico diferente do neutro seja bastante elevada em dados de cartas de leitores de jornal do século XIX (cf. tabela 1), fica evidente a variação entre o uso do clítico neutro e da sua elipse (cf. tabela 2), já classificada por mim como objeto nulo. Este estudo, portanto, sugere mais uma vez que, no século XIX, uma considerável evidência¹ acerca da possibilidade de objetos nulos ocorrerem na língua estava disponível para a criança adquirindo o PB.

Uma questão que retomo, portanto, é a possibilidade da existência do objeto nulo estar ligada à possibilidade da elipse “proposicional”, ou seja, à elipse do pronome clítico neutro “o”. Nesse sentido, um ponto ainda a pesquisar é a relação entre essa elipse, o objeto nulo e a chamada Anáfora do Complemento Nulo.

Este trabalho está organizado da seguinte forma. Primeiramente, descrevo o fenômeno da Anáfora do Complemento Nulo; em seguida, proponho que esse fenômeno em PB teria se confundido com a elipse proposicional (que será definida abaixo, a partir dos resultados sobre o estudo do NCA) e a possibilidade de objeto nulo em PB. Esses diferentes processos somente se tornam claros a partir de um estudo diacrônico, empreendido neste trabalho. Os dados analisados fazem parte do *corpus* do PHPB, a saber, anúncios de jornal e cartas a jornais do século XIX.

¹ A questão da ‘robustez’ nos dados para a criança, em meu entender, no entanto, ainda precisa ser melhor discutida em relação a esse tipo de dados em PB – cf. Cyrino (em preparação).

1. A anáfora do complemento nulo (NCA)

A Anáfora do Complemento Nulo (doravante, NCA, a partir de “Null Complement Anaphora”) é um fenômeno que ocorre em algumas línguas como o espanhol, o italiano e o inglês, e, segundo os autores que a estudaram (Zubizarreta, 1982, Radford 1977, Bosque 1984, entre outros, *apud* Depiante 2000; Brucart 1999), ocorre com alguns verbos, de reestruturação ou não, sempre deixando elíptica uma oração **infinitiva**, cujo conteúdo está presente no contexto anterior, como mostram os exemplos (Brucart 1999:2838):

- (1)
 - a. Luis fue al acto; María, en cambio, no pudo ____.
 - b. Le pedí a mi madre ir a la excursión, pero no me dejó ____.
 - c. La invitaron a visitar la exposición y rehusó ____.
 - d. Le gusta bailar el charlestón, pero su marido no sabe ____.
 - e. Empezó a escribir aquella novela, per nunca acabó ____.

Em estudo recente, Cyrino & Matos (2002) ilustram as diferenças existentes entre eclipse de VP e Anáfora do Complemento nulo em português, em dois aspectos:

- a) a elipse de VP tem verbos idênticos a licenciarem a lacuna, enquanto esse não é o caso da Anáfora do Complemento Nulo;
- b) a elipse de VP não admite a alternância com um pronome clítico neutro, enquanto, a Anáfora do Complemento Nulo aceita o clítico com alguns verbos.

O exemplo em (2) ilustra as duas propriedades:

- (2)
 - a. Ainda que queiras ____² / Ainda que o queiras,³ não podes resolver esse problema.
 - b. Nosso time é superior aos adversários. Sei ____ / Eu sei isso.

No entanto, Brucart (1999) afirma que, em espanhol, o modo mais confiável de se predizer se um predicado seleciona NCA é vendo se é possível que ele tome a forma nula da pro-forma (pronome clítico) “lo”. Sua generalização é que um predicado que seleciona NCA não costuma permitir que seu objeto proposicional seja representado pelo pronome clítico *lo*.

² PE e PB

³ PE

- (3) Comenzó a escribir el artículo. Lo comenzó a escribir. *Lo comenzó.
(92) in Brucart 1999)

Depiante (2000), baseada em Bosque (1984) e Brucart (1999), mostra que a Anáfora do Complemento Nulo é selecionada por certos verbos (em espanhol e inglês): modais (*deber, poder, querer, should, could, want to*), aspectuais (*acabar de, começar a, empezar a, soler, terminar de*) e verbos que expressam predisposição, atitude ou propósito (*aceptar, aprender a, dudar de, rehusar, renunciar a, saber, estar, refuse, approve, volunteer*). Brucart (1999) acrescenta verbos **causativos** que expressem permissão, colaboração ou influência sobre a atitude de outros (*autorizar, ayudar a, dejar, incitar a, invitar a, obligar a*, entre outros) e verbos pronominais – **causativos psicológicos** — (*absternese de, decidirse a, enfadarse por, negarse a, olvidarse de, quejarse de*, e outros, cf. Brucart 1999: 2839).

Em Cyrino (2003) e (2004), eu apresento os primeiros resultados de um estudo sobre a Anáfora do Complemento Nulo em PB, argumentando que é um fenômeno de elipse como outros nessa língua (elipse de VP, objeto nulo), ao contrário do que ocorre em espanhol, ou inglês. Abaixo, descrevo esse estudo.

Hankamer & Sag (1976) e Sag & Hankamer (1984) propõem uma distinção entre dois tipos de construções elípticas baseados nos dois modos em que os elementos anafóricos podem ser interpretados: anáfora de superfície (*‘surface anaphora’*) e anáfora profunda (*‘deep anaphora’*). Anáforas profundas têm sua interpretação baseada em informação proporcionada pelo contexto, mesmo na ausência de um antecedente lingüístico. Anáforas de superfície, por outro lado, requerem alguma forma de representação sintática.

De acordo com essa distinção, propõe-se que fenômenos de elipse como elipse de VP, elipse lacunar (*‘gapping’*), despojamento (*‘stripping’*), e escoamento (*‘sluicing’*) pertencem ao reino das anáforas de superfície – para exemplos dessas estruturas, ver nota 4 abaixo –, enquanto outros fenômenos como *‘do it anaphora’* e a Anáfora do Complemento Nulo (NCA) seriam construções anafóricas profundas.

Williams (1977) e Chao (1987), ao contrário de Hankamer & Sag (1976), propõem que elipse lacunar, elipse de VP, e escoamento deveriam ser considerados como anáfora profunda. Mas parece que há pouco desacordo em relação ao estatuto de anáfora profunda da NCA.

Hankamer & Sag (1976) primeiramente propuseram essa classificação e Depiante (2000) argumenta a favor do caráter de anáfora profunda dessa construção no inglês, espanhol e italiano, a partir da evidência de que esse elemento nulo: a) permite um antecedente no contexto (pragmático); b) não pode conter o antecedente de um pronome; e c) não exige paralelismo sintático com seu antecedente.

NCA é, na realidade, um processo pouco estudado, no qual o complemento de um predicado é fonologicamente nulo:

- (4) a. I asked Bill to leave, but he refused ____.
b. Sue was attempting to kiss a gorilla, and Harry didn't approve ____.
c. We needed somebody to carry the oats down to the bin, but nobody volunteered ____ . ((56) in Hankamer & Sag, 1976:411)

Além de ocorrer não somente em inglês, mas também em italiano e espanhol,⁴ o fato interessante sobre esse fenômeno é que, como vimos acima, ele é restrito a alguns predicados (Zubizarreta, 1982, Radford 1977, Bosque 1984, entre outros, *apud* Depiante 2000; Brucart 1999); isto é, é determinado lexicalmente nas diferentes línguas.

Os exemplos do NCA em espanhol que (Brucart 1999:2838-9) apresenta mostram que o complemento nulo é sempre uma oração infinitiva ou com o verbo flexionado no modo subjuntivo, cujo conteúdo está ou expresso no antecedente lingüístico, ou no contexto pragmático:

- (5) a. Luis fue al acto; María, en cambio, no pudo ____ . (____ = [ir al acto])
b. La invitaron a visitar la exposición y rehusó ____ . (____ = [visitar la exposición])
c. Le gusta bailar el charlestón, pero su marido no sabe ____ . (____ = [bailar el charlestón])
d. El chico estudia porque su madre quiere ____ . (____ = que estudie)
(Bosque, 1986:176)

Através da tradução dos exemplos, observamos que NCA⁵ ocorre no PB, cf. (4):

⁴ E talvez no francês – cf. nota 38 em Cyrino & Reich (2000) e Zribi-Hertz (1986). Esta última autora menciona a possibilidade de eclipse em francês, licenciada por verbos aspectuais e modais, um fenômeno que parece muito semelhante ao NCA. Maiores estudos são necessários sobre os dados do francês (cf. Cyrino, 2003).

⁵ PB também possui eclipse de VP (i) e outros tipos de eclipse, como despojamento (ii), eclipse lacunar (iii), escoamento (truncamento) (iv):

- (i) João comprou as maçãs no supermercado, mas a Maria não comprou ____ .
(ii) a. João deu chocolates para a Maria, e Pedro ____ também.
b. João deu chocolates para a Maria e flores ____ também.
c. João não deu chocolates para a Maria, mas ____ para Ana.
(iii) João gosta de cinema e Pedro ____ de shows musicais.
(iv) João foi para algum lugar no verão, mas não sei aonde.

- (6) a. Eu pedi ao João para partir, mas ele (se) recusou ____.
- b. Luis foi público; Maria, ao contrário, não pôde ____.
- c. Ela gosta de dançar o charleston, mas seu marido não sabe ____.
- d. O menino estuda porque sua mãe quer ____.

Em Cyrino (2003) e (2004), no entanto, eu questiono se o NCA em PB pode ser descrito da mesma forma como tem sido na literatura. Os argumentos apresentados para o estatuto de anáfora profunda não se sustentam para o fenômeno em PB – a NCA em PB se parece com as anáforas de superfície, como elipse de VP e o objeto nulo. Além de a NCA em PB poder conter o antecedente de um pronome – compare (7) em espanhol e (8) em inglês com (9) em PB, os outros argumentos apresentados por Depiante – possibilidade de um antecedente no contexto (pragmático) e não exigência de paralelismo sintático com seu antecedente – não são exclusivos da NCA, podendo também ocorrer em elipse de VP.

- (7) a. ?? Juan no pudo asesinar a Pablo com um cuchillo pero Pedro si pudo ____ y *pro* estaba oxidado.
- b. Juan no pudo asesinar a Pablo con un cuchillo pero Pedro sí pudo asesinar a Pablo con **un cuchillo** y *pro* estaba oxidado.
- (8) a. * Jack couldn't kill Peter with a knife, but John could, and ____ was rusty.
- b. Jack couldn't kill Peter with a knife, but John could, and it was rusty.
- (9) a. João não pôde assassinar Pedro com uma faca, mas Mário pôde ____ e ela estava enferrujada.
- b. João não pôde assassinar Pedro com uma faca, mas Mário conseguiu ____ e ela estava enferrujada.

Ainda outros argumentos, além desses, reforçam o caráter de anáfora de superfície da NCA em PB. Um deles é a evidência de presença de estrutura interna, observada através da possibilidade de extração de dentro de um constituinte nulo. Novamente, comparamos o espanhol e inglês⁶ com o PB:

⁶ Isso não ocorre, por exemplo, em elipse de VP, uma vez que, de acordo com essa linha de argumentação, não estrutura interna nesse caso (Depiante 2000:28):

(i) Bill knows which book Kris read and Dan knows which journal she did ____.

- (10) * Juan sabe qué libro Maria quiere/puede leer y Pedro sabe qué revista Ana quiere/puede ____.
- (11) * This novel, Bill agreed to read and this biography, Peter agreed ____.
- (12) a. O João sabe que livro a Maria pode ler e o Pedro sabe que revista a Ana pode ____.
 b. Esta novela, o João concordou em ler e este conto o Pedro concordou ____.
 c. O João sabe que livro a Maria quis ler e o Pedro sabe que revista a Ana recusou-se ____.
 d. Esta novela, o João começou a escrever, mas este conto, ele nunca acabou ____.

Uma outra evidência é a possibilidade de Apagamento Contido no Antecedente (Antecedent Contained Deletion, ACD), que não é possível em estruturas NCA inglês (13), mas pode ocorrer em PB (14):

- (13) a. * I always eat anything that he volunteers ____ .
 b. * I refused to do everything that he refused ____ .
- (14) a. Eu sempre digo qualquer coisa a que o João se negue ____.
 (João se nega a dizer algo em particular e eu digo isso)
 b. Eu me recuso a fazer qualquer coisa com que ele concorde ____.

Além disso, NCA permite leituras *sloppy*, o que a torna semelhante a outra anáfora de superfície, a elipse de VP. O fenômeno ocorre também no PB:

- (15) José se recusou a conversar com sua mãe, mas Pedro concordou ____.

Depiante (2000) propõe que a NCA é representada na sintaxe (contrariamente a Grimshaw, 1979) como uma pro-forma nula sem estrutura interna. Assim, pode ser interpretada como uma proposição, uma propriedade ou uma pergunta, sendo análoga a um pronome, tomando sua referência do indivíduo saliente no contexto lingüístico, ou não-lingüístico. NCA seria a contrapartida nula de uma pro-forma sentencial como 'it' ou 'so' em inglês e 'lo' em espanhol (16).

- (16) Mary believes that Anne is pregnant but I don't believe it/so.
 ((42) em Depiante, 2000:43)

A autora propõe a seguinte generalização:

- (17) Um predicado que seleciona NCA não pode ter uma pro-forma predicativa/propositional lexical.⁷

Como vimos, no entanto, a NCA no PB parece ter estrutura interna, e não parece ser uma anáfora profunda, ao contrário do que ocorre em inglês e espanhol⁸.

Além disso, temos muita dificuldade para identificar a construção NCA em PB, se formos seguir a proposta de distribuição complementar de que verbos que permitem NCA não permitem o clítico neutro *a*.⁹

Como sabemos, o clítico neutro desapareceu, e, portanto, não poderia servir como “diagnóstico” de uma construção NCA. Conforme veremos abaixo, além disso, temos também a construção de elipse proposicional, que, em minha proposta, é um fenômeno diferente da NCA.

Em Cyrino (2003), sugiro, como um primeiro passo nessa investigação, que a única maneira de se poder identificar a NCA em PB seria, além de considerar a lista de verbos NCA apresentada em Depiante (2000) e Brucart (1999), observar a natureza da seqüência elíptica, isto é, observar se corresponde a uma oração infinitiva ou flexionada no subjuntivo. Como vimos, esse fato não é observado no trabalho de Depiante: a autora propõe que a NCA é uma pro-forma nula, sem estrutura interna, interpretada como uma proposição, propriedade ou pergunta.

⁷ “A predicate that selects NCA cannot take an overt predicative/propositional pro-form.” (Depiante, 2000:47)

⁸ Aparentemente, permite extração, antecedentes ausentes e ocorrência em estruturas de apagamento contido no antecedente (ACD), além da possibilidade de leitura *sloppy*.

⁹ Essa complicação também ocorre em espanhol. De acordo com os dados dessa língua, os verbos *querer* e *saber* são “verbos NCA”; contudo, contrariamente à proposta de distribuição complementar, esses verbos podem ter *lo* como complemento, como mostrado pelo exemplo com o verbo *saber*, em Depiante, 2000:52 (exemplo (57c) em Depiante, minha ênfase):

(i) Los pacientes del tercero tienen que ser llevados al segundo piso, aunque el director del hospital no **lo** sepa.

Assim o problema com a proposta de distribuição complementar é que não é confiável para a identificação dos “verbos NCA”. Além disso, em alguns exemplos, se temos o clítico *lo*, a interpretação do clítico será diferente da interpretação da NCA. Por exemplo, no exemplo (1d) acima, repetido aqui como (ii). Se há elipse, a interpretação é como dada por Brucart:

(ii) Le gusta bailar el charleston, pero su marido no sabe _____. (_____ = bailar el charleston)

Se *lo* é usado nesta sentence (cf. *Le gusta bailar el charleston, pero su marido no lo sabe*), a interpretação do clítico será a proposição “she likes to dance the Charleston”, isto é, seu marido não sabe que ela gosta de dançar o charleston.

Dessa forma, estaremos distinguindo a NCA da elipse proposicional, que, por permitir o clítico neutro em alternância com a estrutura elidida em PE e em dados do PB até o século XIX, seria um fator complicador para a distinção dos fenômenos no PB atual e no estudo da mudança na ocorrência do objeto nulo segundo as hipóteses que tenho levantado acerca do assunto a partir de Cyrino (1994/1997).

Nesse sentido, como poderíamos caracterizar o fenômeno NCA em PB? Proponho que os verbos que permitem um complemento infinitivo ou subjuntivo seriam verbos que permitem a NCA. Outros verbos, como ‘dizer’, ‘crer’, ‘querer’, seriam verbos que permitem elipse proposicional que, em PE, corresponde ao clítico *o* ou demonstrativo *isso*.

Para PE, Matos (2003) propõe que a NCA é a lacuna correspondente a um complemento proposicional, o clítico *o*, ou o pronome demonstrativo *isso*, o qual, neste contexto, denotaria uma dada situação, não uma entidade — a distribuição de *o/isso* seria lexicalmente determinada.

No entanto, Matos (2003) afirma que, em PE, as sentenças abaixo exemplificam a NCA. Podemos observar que em todas elas o complemento alterna com o pronome demonstrativo neutro:

- (18) Ainda que queiras ____, não podes resolver esse problema com facilidade.
____ = resolver esse problema com facilidade /o /isso
- (19) Nós pedimos à Teresa que voltasse para casa depressa, mas ela recusou-se ____.
____ = a voltar para casa depressa /a isso
- (20) Ela quis fazer um curso de pós-graduação e os pais aprovaram ____.
____ = ela fazer um curso de pós-graduação

Em alguns casos, com verbos semiauxiliares modais e aspectuais, as frases são consideradas pela autora como também sendo casos de NCA, embora a alternância com o pronome neutro não seja possível:

- (21) a. Os alunos não vão freqüentemente à biblioteca, mas necessitavam ____.
____ = [de ir freqüentemente à biblioteca]
- b. *Os alunos não vão freqüentemente à biblioteca, mas necessitavam disso.

- (22) a. Os alunos não vão freqüentemente à biblioteca, mas deviam ____.
 ____ = [ir freqüentemente à biblioteca]
 b. *Os alunos não vão freqüentemente à biblioteca, mas deviam-no /isso.
- (23) a. A Maria ainda não escreveu o livro todo, mas vai acabar ____ em breve.
 ____ = [de escrever o livro todo]
 b. *A Maria ainda não escreveu o livro todo, mas vai acabar isso /disso em breve.¹⁰

Para Matos, a razão para a impossibilidade de alternância com o demonstrativo nessas sentenças como (22) e (23) reside no fato de que verbos modais como *dever* e *poder* somente selecionam IPs, e não CPs ou DPs, ao passo que, com outros verbos, a NCA corresponde aos constituintes DP, CP ou IP. Por exemplo, um verbo NCA como *aprovar* aceita tanto um complemento CP, como um complemento DP:

- (24) a. Ela quis fazer um curso de pós-graduação e os pais aprovaram ____.
 ____ = [_{CP} ela fazer um curso de pós-graduação]
 b. Ela quis fazer um curso de pós-graduação e os pais aprovaram ____
 ____ = [_{DP} isso /-(n)o]

Nesse caso, o demonstrativo neutro alterna com a NCA:

- (25) Ela quis fazer um curso de pós-graduação e os pais aprovaram-no.

Já os verbos *dever* e *poder* somente aceitam IPs como complementos, e, portanto, não permitem o demonstrativo neutro (cf. (22) acima, repetida abaixo)¹¹:

- (26) a. Os alunos não vão freqüentemente à biblioteca, mas deviam ____.
 ____ = [_{IP} ir freqüentemente à biblioteca]
 b. *Os alunos não vão freqüentemente à biblioteca, mas deviam-no /isso.

¹⁰ Observemos que (23b) com o pronome demonstrativo *isso* é **gramatical** no PB.

¹¹ Matos (1985) estuda o clítico demonstrativo e afirma que o *o* é substituído pelo pronome demonstrativo *isso*, ao qual o Caso acusativo pode ser atribuído. Portanto, seria “nominal”, independentemente de seus antecedentes o serem. Portanto, pode também ocorrer com um verbo predicativo de ligação (como no final da sentença anterior nesta nota, cf. ‘independentemente de seus antecedentes o serem’), pois esses predicados, além de selecionarem APs (cf. ‘Maria está feliz’), selecionam também DPs (cf. ‘Maria é uma professora’).

Bosque (1984, *apud* Brucart, 1999) assinala que, em espanhol, os predicados que admitem a NCA são os mesmos que aceitam a elipse de um objeto direto oracional em orações encaixadas introduzidas por *cuando*, *si*, *como*, *donde* ou *porque* (Brucart 1999: 2839):

- (27) a. El chico estudia porque su madre quiere _____. [____ = que estudie]
(Bosque, 1984:176).
b. Vendrá si puede _____. [____ = venir]
c. No tiene tantos años como parece _____. [____ = tener]
d. Iremos donde tú nos digas _____. [____ = que vayamos]
e. Iremos cuando a ti te parezca bien _____. [____ = que vayamos]

Todos esses exemplos são possíveis em PB. Conforme veremos abaixo, há exemplos nos dados diacrônicos. Porém, os exemplos ocorrem com verbos como *querer*, que admitem (ou admitiam) o clítico neutro (tomando por base a análise do PE, segundo Matos, 2003).

2. Fenômenos de elipse no PB: elipse proposicional, objeto nulo, NCA

Observamos que auxiliares/modais/semiauxiliares parecem permitir a elipse de seus complementos em línguas como o espanhol, PE, e, talvez francês, além do inglês. A questão que coloco neste trabalho é: podemos considerar esse tipo de verbos como pertencendo à mesma “classe” de verbos que permitem NCA?

Em francês, esses verbos parecem permitir a elipse. Zribi-Hertz (1986) os denomina *semi-auxiliares*:

- (28) a. Jean n’a pas accordé le piano, mais il aurait pu.
‘Jean não afinou o piano, mas ele poderia.’
b. Jean n’a accordé le piano, mais il aurait dû.
‘Jean não afinou o piano, mas ele deveria.’

É interessante notar que esses verbos permitem que o clítico *le* substitua a elipse em francês. Sportiche (1995) chama esse clítico de “clítico predicativo”, que substitui um PP, um CP infinitivo, um NP, um AP ou sintagma participial adjetival, ou um sintagma participial verbal.

Como vimos, embora Depiante (2000) argumente que há uma distribuição complementar entre as estruturas NCA e as ocorrências de ‘it/so’ e ‘lo’, o mesmo não parece ocorrer nem em PE e nem em francês (como acima). Portanto, proponho que quando a ocorrência de ‘o’ é possível com alguns verbos que permitem sua elipse, temos um caso diferente de NCA, ou seja, teríamos uma elipse proposicional.

Essa proposta pode distinguir casos como o verbo *saber*. Zribi-Hertz (1986), na nota 3, capítulo XII, distingue o verbo modal *savoir* ‘saber’ (quasi-sinônimo de *pouvoir*), como em *savoir jouer du piano* ‘saber tocar piano’ que permite complementos nulos, de *savoir* que rege um complemento objeto, como em *savoir qu’on joue du piano* ‘saber que se toca piano’.

Notemos que no primeiro caso, o verbo seleciona um infinitivo, e poderia, nesse caso ser considerado um verbo NCA – nesse caso estaria em distribuição complementar com o clítico neutro. É o caso da sentença (29) em espanhol, com a interpretação dada por Brucart (1999:2838):

- (29) Le gusta bailar el charlestón, pero su marido no sabe ____.
[____ = bailar el charlestón]

No caso do uso do clítico *lo*, teríamos um caso de referência à proposição (CP) *que le gusta bailar el charlestón* (cf. nota. 9 e abaixo)

Esse verbo permite elipse proposicional em português, mas não em espanhol. Portanto, em espanhol, pode-se propor, como fazem os autores, uma distribuição complementar de *lo*: o clítico somente ocorre nos casos em que o antecedente é uma proposição (ou predicado – trata-se de um clítico ‘predicativo’, conforme argumentam Sportiche (1995) para o francês e Matos (1985) para o PE) e não substitui uma oração no infinitivo ou subjuntivo (que seriam casos de NCA). Como vimos (cf. nota 9) anteriormente, se usamos *lo*, o verbo *saber* não é mais um modal, mas um verbo que rege um CP:

- (30) Le gusta bailar el charlestón, pero su marido no *lo* sabe. [*lo* = que le gusta bailar el charlestón]

Em PE, conforme Matos, há verbos que permitem ‘o’ ou não – a ausência desse clítico seria, então, uma ‘elipse proposicional’. Repetimos os exemplos abaixo:

- (31) Ainda que queiras ____, não podes resolver esse problema com facilidade.
 ____ = resolver esse problema com facilidade /o /isso
- (32) Nós pedimos à Teresa que voltasse para casa depressa, mas ela recusou-se ____.
 ____ = a voltar para casa depressa /a isso
- (33) Ela quis fazer um curso de pós-graduação e os pais aprovaram ____.
 ____ = ela fazer um curso de pós-graduação

Nesse caso, a estrutura elíptica seria um CP/DP¹².

No caso da NCA, o complemento seria um IP, e, portanto, não permitiria a recuperação pelo clítico ‘o’/ ‘lo’.

Em PB, ainda podemos observar o clítico ‘o’ nos dados diacrônicos (cf. abaixo). Os dados mostram que havia uma alternância entre a ocorrência do clítico e a elipse, quando o antecedente é uma proposição (ou ‘predicado’, cf. acima). Como mostrado em Cyrino (1994/1997), este tipo de elipse sempre foi possível no português – é a elipse proposicional, em que a estrutura elíptica se refere a uma proposição ou predicado.

Se pensarmos em termos de mudança diacrônica relacionada à aquisição, a questão é: como esse fenômeno é diferente da NCA – como a criança poderia distinguir quando estaria exposta aos diferentes processos?

Teríamos 3 fenômenos, a princípio diferentes¹³, mas relacionados. Abaixo, vejamos esses três fenômenos, exemplificados com dados extraídos do corpus do PHPB, cartas de leitores e redatores (Barbosa & Lopes, 2002):

a) elipse proposicional: (complemento é um CP com verbo no indicativo) – pode ou não ter ‘o’ em PE; lacuna pode ser substituída por ‘isso’.

¹² Torrego & Uriagereka (1992) mostram que verbos epistêmicos têm, como complementos, sentenças com verbos no indicativo que se comportam mais como sentenças coordenadas, ao contrário de complementos com verbos no subjuntivo, que atuam como complementos subordinados. Os autores propõem que esses verbos epistêmicos subcategorizam um complemento nominal que teria um CP complemento em uma relação apositiva com este NP. Em Cyrino (1994/1997), proponho que o clítico neutro ‘o’, possível com esses verbos, seria anafórico ao antecedente nominal.

¹³ Em Cyrino (2003) e (2004), proponho que em PB o complemento nulo das estruturas de NCA seja, da mesma forma que a elipse de VP, a elipse proposicional e o objeto nulo, estrutura de reconstrução em FL, não pronunciada.

ver

elipse proposicional:

- (34) “mas assevero (porque ____ vi), que offerecião bordas regulares, ...”
(carta do leitor, Rio de Janeiro, fase 2)

crer

elipse proposicional

- (35) “Ora, Sr. Redactor, a ser isto verdade (o que ora não ____ creio)”
(carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 1)

clítico *o*

- (36) “eu o não posso crer;” (carta de leitor, São Paulo, fase1)

ouvir

elipse proposicional

- (37) “Ninguém ____ ouviu, nem ousará affirmar-o que Luiz Fernandes requeresse protesto algum, que para tanto não chegaria o seo discernimento” (carta de leitor, Bahia, fase 1)

saber

elipse proposicional

- (38) “e destacando logo da minha columna 180 praças, remetti-as, sob o commando do capitão Paulino, ao sobredito commandante superior, o qual de intelligencia com o mesmo capitão bateo os rebeldes, e os fez fugir precipitadamente, ficando desde esse dia o arraial da Lagoa Sancta em poder da legalidade, como ____ sabe todo o mundo, e nem serà capaz de o negar o proprio *senhor* Latalisa, se por accaso não for um ente, filho da immaginação do padre Marinho, assim como o foi a minha debandada.” (carta de leitor, Minas Gerais, fase 2)

- (39) “Senão ____ sabe, eu lhe conto” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

- (40) “E isto será verdade, *Senhor* Redactor? Não ____ sei, mas o povo nomêa esses atravessadores, ...” (carta de leitor, São Paulo fase 1)

clítico *o*

- (41) O publico tem o direito de o perguntar e de o saber.
(carta de leitor, São Paulo, fase 2)

- (42) Fiquei finalmente desgraçado, e para maior infelicidade minha, todo o mundo o sabe! (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 1)

provar

elipse proposicional

- (43) “... eu vos empraso para isso, mostrai os procesos que fizemos, os recrutamentos perseguiçoens, as bacchanaes orgias de *vivas* e *morrás*, as forças que emballamos ... provai ____, provai ____ se tendes honra, ou se a presaes. (carta de leitor, Minas Gerais, fase 2)
- (44) “... no qual este *Senhor* possuído de um zelo alias muito louvável, para acautelar a fortuna de seu próximo, pede que ninguém faça transacção com uma obri-gação firmada pelo mesmo Verneck em favor de José Perpetuo, morador da villa da Palmeira; dizendo mais que tal documento está pago por elle como ____ provará com o mesmo Perpetuo;” (carta de leitor, Paraná, fase 3)

clítico *o*

- (45) Não basta dizer que o officio foi en|tregue; é necessario proval-o e eis o que não conseguirão jamais. (carta de leitor, Minas Gerais, fase 3)
- (46) d’onde resultou sofrer A. fracturação no braço esquerdo, tornando-se defeituosa; segundo allega no *artigo* 5. do seo libello, e o comprova a *folha* 13 por um corpo de delicto a que procedeo – (carta de leitor, Bahia, fase 1)

contestar

elipse proposicional:

- (47) “Senhores Redactores, eu conheço, que o que acabo de expor não está documentado, masi eu dezafo dos meus inimigos, para que contestem ____;” (carta de leitor, Pernambuco, fase 2)

responder

elipse proposicional:

- (48) “... O que são as nossas liberdades individuaes se audaciosos agentes do poder judiciario pódem impunemente confundir o vicio e o crime com a innocencia e a virtude? Respondam ____ aquelles que teem com o mais frio e cruel indiffe-rentismo assistido impassíveis a marcha d’esse attentado, em que quer immolar a innocencia.” (carta de leitor, Pernambuco, fase 3)

dizer

elipse proposicional:

- (49) “O milho e feijão produzem ordinariamente de 80 a 100 por 1, (*) Me disse ___ em Castro um lavrador do Assunguy –” (carta de leitor, Paraná, fase 2)
- (50) “... é muito atrevimento, é até muita relaxação se quer que ___ diga: parece que elles não tem commandante pr’a os reprehender!” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)
- (51) “Quanto á casa, comadre, ainda não há por aqui vaga; assim que haja lhe ___ mandarei dizer.” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

clítico *o*

- (52) o que não irá pelos outros arrabaldes? Eu lho digo. (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 2)
- (53) Homens ha que, não tendo importancia, proamam tel-a, fazendo bulha; - assim **o** disse V. Ex. na resposta que parece ser sua, com quanto nas a tivesse assignado, e V. Ex. é competente para provar esta verdade – (carta de leitor, Rio de Janeiro, se 2)
- (54) assenhoreando-se de um logar onde, desculpe-me dizel-**o**, s. ex. está mal collo cado. (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 3)
- (55) Hoje era esperado e, assim **o** disse o *Diario* - mas ainda não chegou! (carta de leitor, São Paulo, fase 3)
- (56) Não sei si s. s. fez com exactidão a selecção de que trata em seu artigo. Não basta que **o** diga. (carta de leitor, Bahia, fase 3)
- (57) Quando terão/ellas um resultado, ou antes quando se fará conhecer/este resultado á Europa? Ninguem poderia dize-**lo** de uma maneira precisa. (carta de leitor, Pernambuco, fase 2)

contar

elipse proposicional

- (58) “Senão sabe eu lhe ___ conto” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

conseguir

elipse proposicional

- (59) aconselhando-o que escolha gente melhor e proceda como homem de bem para merecer importancia que tanto deseja, mas por estas e outras não tem conseguido____. (carta de leitor, Bahia, fase 3)
- (60) Se o qom(sic) *Senhor* Luiz Fernandes quer ser authority, e merecer os encomios de seos Concidadãos, pode vir a conseguil-o; (carta de leitor, Bahia, fase1)

querer

elipse proposicional

- (61) “Aqui fico por ora (se assim __ quiserem)...” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)
- (62) Quanto ao vinho e ao chá, isso nem é bom fallarmos, ha tal abundancia, e variedade que eu iria longe, se __ quizesse descrever-lhe. (carta de leitor, São Paulo, fase 2)
- (63) Segundo me consta | os festeiros tendo requerido ao *Excellentissimo* | *Senhor* Presidente permissão para o indicado | fim, obtiverão em Despacho, que fosse | acompanhar a Procissão aquellas Guar- | das do Districto que __ quizessem (carta de leitor, Bahia, fase 1)
- (64) E’ porque tem dinheiro sempre, e quando __ quer, a 5 0/0 ao anno, e não lhe importa o resto?... (carta de redator, Bahia, fase 2)
- (65) *Senhor* Padre Camillo, *vosmecê* tem toda a liberdade de opinião, ninguem lh’a disputa; leia o *Itamontano*, e a *Voz*, assigne ambos, pense como__ quizer, vote como __ quizer, mas fazer-se *destribui dor* de periodicos da opposição um em | pregado publico, que recebe dinheiro do governo... (carta de redator, Minas, fase 2)
- (66) E na verdade, imagine Você a quantas inconveniencias nos sujeitaremos se __ quizermos, (carta de redator, Paraná, fase 3)
- (67) Eu apenas quero ter um, porem os outros que tenham quantos quizerem _____. (carta de redator, Paraná, fase 3)

- (68) Tenho ouvido dizer, que nas grandes Universidades da Alemanha, e da França não há uniforme algum, cada qual vae como quer, mas com decencia. (carta de leitor, São Paulo, fase 1)
- (69) e que por isso qualquer estrangeiro nos faz quanto desaforo quer _____. (carta de leitor, São Paulo, fase 2)
- (70) se quizer porem dar coices, sim pode dar quantos quizer _____. (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 1)
- (71) foi facil a ilusão e *Vossa Excelência* por essa nova especulação conseguiu tudo quanto quis ____ (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 2)

clítico *o*

- (72) Basta que o Governo **o** queira seriamente. (carta de redator, Bahia, fase 2)

observar

elipse proposicional

- (73) “Os estrangeiros são, em geral, amigos do Brazil, e alguns até mais amigos do que muitos nacionaes, como eu tenho tido occasião de ____ observar...” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

obter

- (74) “Não sejas tólo... não te mettas a tomar partido, unicamente com o fim de teres ingresso, para seres nomeado mordomo do serralho, por que não obtens ____; esses lugares estão ocupados... e ...” (carta de leitor, Minas Gerais, fase 3)

negar

elipse proposicional

- (75) Promptos em qualquer tempo ao restabeleci | mento da cordialidade de que, não ____ negamos, de | ram em seu tempo as mais inequivocas provas, | (carta de redator, Bahia, fase 3)

clítico *o*

- (76) como sabe todo o mundo, e nem será capaz de **o** negar o proprio *senhor* Latalisa, (carta de leitor, Minas Gerais, fase 2)

- (77) Influente pelo seu e pelo prestígio de sua família, distinto por aquelas qualidades que já mencionámos, elevado em posição social e política, o Barão de Villa-Bella, como chefe de partido liberal de Pernambuco, era não ha negal-o, um elemento da ordem, uma garantia valiosa para as liberdades constitucionaes, (carta de redator, Pernambuco, fase 3)

b) NCA (complemento é infinitivo ou subjuntivo) – Os exemplos ocorrem com os modais *poder* e *dever*, mas temos também ocorrências do verbo *merecer*. Com esse verbo, observamos a estrutura apontada por Brucart, acima, ou seja o verbo aceita a elipse de um objeto direto oracional em orações encaixadas introduzidas por *quando*, *si*, *como*, *donde* ou *porque* (Brucart 1999: 2839). Nesse sentido, o verbo *querer*, acima, também ocorre nesse tipo de estrutura, mas foi por mim classificado como um verbo do tipo que admite elipse proposicional devido à sua alternância com o clítico *o*. No entanto, *querer* merece outros estudos.

merecer

- (78) “A camara dos srs. deputados já o ouviu, e forçoso é confessar, que se não o applaudiu como ___ mereceu...” (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 3)
- (79) “... quando esse procedimento foi, pela maior parte dos portuguezes daqui, reprovado como ___ merecia?” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)
- (80) julgo conveniente restabelecer a verdade dos factos para que | justiça seja feita a quem ___ merecer.

poder

- (81) Seguir-se-ha daqui, que os Imperantes devão ou possuem imitar á risca, e inalteravelmente todos os exemplos que encontramos em todas as paginas da revelação? Parece que podem ___ algumas vezes, (carta de leitor, Bahia, fase 1)
- (82) O que prova tudo isso é que elles attentarão, e se naõ attentaõ he porque não ___podem, contra essa Constituição mesma (carta de redator, Pernambuco, fase1)
- (83) Recebemos a sua prezadissima carta, em que nos diz estar prompto | a fazer tudo quanto puder ___ em beneficio da | <<galeria>>. (carta de redator, Paraná, fase 3)

- (84) Entretanto não sahi de diante de minha meza de trabalho, e apenas em espirito-por um oculo-vi tudo quanto desejava ver, se tanto pudesse _____. (carta de redator, Paraná, fase 3)
- (85) e não evitou, como _____ podia, o derramamento do sangue brasileiro, (carta de redator, Rio de Janeiro, fase 1)
- (86) Os colegas fiserão uma alliança entre si para me vencerem, vencerem não digo bem, porque elles sabem que não podem, (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 3)

dever

- (87) Julgo cumprir um dever imperioso romper o silencio, que até hoje, como _____ devia, tenho guardado sobre as desagradaveis occurencias que se tem dado na familia de eu sempre chorado sôgro o venerando barão de Cajaiba, depois do seu fallecimento. (carta de leitor, Bahia, fase 2)
- (88) Confesso, *Senhor* Redactor, que faltou-me a necessaria presença d'espírito, e coragem, dote que a natureza não deo a todos, para responder-lhe como _____ devia; (carta de leitor, Pernambuco, fase 1)
- (89) e no 2.º que a fraqueza não he a sua, que pusilanimidade; não tem coragem para tomar a única resolução que deve _____ (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 1)
- (90) que promoveo, aliciando Povo, e a Tropa: elle se dirigio a mim, que lhe respondi o que devia _____ (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 1)

c) o objeto nulo (outros verbos que exigem complemento NP). Seguem abaixo alguns exemplos – o corpus apresenta outros:

percorrer

- (91) Esperando tirar algumas induçoens de sua historia, util, segundo creio, eu vou percorrer _____ rapidamente para ao depois passar á outras consideraçõens. (carta de leitor, Bahia, fase 1)

punir

- (92) Creio que procedi em regra, e admiro que a má fê tenha chegado ao ponto de pretender-se lançar sobre mim aquillo que outros fizeram, e eu puni ___ logo como me cumpria! (antecedente = dois paisanos que roubaram umas peças) (carta de leitor, Bahia, fase 2)

assinar

- (93) 1º Quem foi que pedio a *Vossa Senhoria* para assignar como testemunha a dita declaração, e onde; 2º Se *Vossa Senhoria* estava presente quando o mesmo Damaso assignou ___, e, se ahi se achava Aniceto Paulo; (carta de leitor, Paraná, fase 3)

corrigir

- (94) Ora, meu pedaço d’asno, nenhuma auctoridade, quando lavra uma ordem, tem obrigação de dizer o motivo por que faz: ella não está argumentando, meu caro; se há abuso, a auctoridade superior ___ corrige. (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

d) Outros verbos que aparecem somente com o clítico neutro nos dados, mas que hoje apresentariam elipse proposicional:

afirmar

- (95) “Ninguém ouviu, nem ousará affirmar-**o** que Luiz Fernandes requeresse protesto algum, que para tanto não chegaria o seo discernimento” (carta de leitor, Bahia, fase 1)
- (96) parece-me incrível; e entretanto m’**o** afirma pessoa que tem rasão para saber do facto. (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 1)

jurar

- (97) Receba-os, e creia, que de **o** jurar-mos he que hade vir o bem da liberdade justa a que aspiramos (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 1)

prometer

- (98) Longe desta prudente resolução produsir o que eu esperava, que era a paz, tive de ver com a maior dôr o Sr. Barreto abordar alguns de meos inespertos Officiaes como já **o** havia prometido no seo officio de 15 de Fevereiro do corrente anno) e arrastal-os á revolução de 20 de Março d’este – (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 1)

(99) mas eu espero qu V. concorrerá para que tudo acabe em bem, e me recordo que assim **mo** prometteo. (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 1)

comentar

(100) Eis o factio real, senhores, o mais fica por conta do Sr. Dr. T. da Costa, elle que **o** commente como lhe approuver. (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 2)

entender

(101) Porém, os governos do imperio americano não **o** entendem assim: (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 3)

julgar

(102) Lembrei-me d'isto, porque me parecêo acêrto, e se outros **o** julgarem desacertado – (carta de leitor, São Paulo, fase 1)

acreditar

(103) Uma coisa que não temos nesta nossa boa cidade do Apostolo das gentes, quem **o** acreditaria! é agua. (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

(104) Portuguezes – tambem são *estrangeiros!*... e o autor da apreciação devia lembrar-se que o labéo lançado a estes hia ferir a dignidade daquelles que não só se confêssão amigos do Brasil, como já por vezes **o** teem manifestado pela imprensa e nas ondulações dos animos em ques- | tões de honra nacionaes!! | (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

perguntar

(105) O publico tem o direito de **o** perguntar e de **o** saber. (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

demonstrar

(106) elle está certo que he indigno delles quem os procura: conhecemo-lo muito de perto para tanto avançar, e passamos a demonstral-**o** por factos. (carta de leitor, Bahia, fase 1)

ignorar

(107) D'onde taes zelos e iras originavam ninguem **o** ignora. (carta de leitor, Bahia, fase 2)

mostrar

- (108) o orgulhoso Bretão ficaria riscado da lista das nações, o Anti-Russo **o** tem mostrado com mão de mestre, (carta de leitor, Bahia, fase 2)

compreender

- (109) Si, portanto, na ausencia de lei que revogasse a supressão, algum acto do governo houve, do qual se possa tirar argumento opposto á medida suppressoria do *artigo* 263, isto, comprehendem-n'os todos, (carta de leitor, Bahia, fase 3)

pensar

- (110) em breve até os nomes de cascudo e farrapo, que hoje um partido aqui applica, por escarneo, ao outro, e com que ambos sem **o** pensarem se desairão aos olhos de estranhos, serão riscados de seu vocabulario politico”. (carta de leitor, Paraná, fase 2)

Esses exemplos do *corpus* mostram que há uma maior ocorrência nos dados do que estou chamando de ‘elipse proposicional’ do que o fenômeno NCA. A elipse admitiria a substituição da lacuna por um clítico (ou pelo demonstrativo *isso*), o mesmo não ocorrendo com a NCA.

De fato, conforme mostrado em Cyrino (1994/1997), o uso do objeto nulo e da elipse proposicional sempre foi possível no português, em variação com o clítico de 3ª. Pessoa. Em PB, no entanto, já que o clítico de 3a. pessoa desapareceu, a elipse é agora a única opção. A tabela abaixo retoma a mudança:

Século	Objeto nulo (antecedente: NP [+ani])	Objeto nulo (antecedente: NP [-ani])	Elipse proposicional (ausência do clítico <i>o</i>)
XVI	2% (2/86)	6% (5/87)	23% (23/99)
XVII	5% (3/55)	13% (17/130)	21% (14/68)
XVIII	5% (1/22)	8% (10/131)	45% (41/90)
XIX	1% (1/79)	44% (38/87)	83% (81/98)
XX	14% (4/28)	88% (91/103)	91% (97/107)

Tabela 1: Objetos nulos e elipse proposicional de acordo com o tipo de antecedente, adaptado de (Cyrino (1994/1997))

A proposta deste trabalho está, portanto, baseada nos resultados de Cyrino (1994/1997), Cyrino (a sair), Cyrino (2004), que abordam o objeto nulo e a NCA e Cyrino & Matos (2002, e em preparação) que enfoca a elipse de VP:¹⁴

Conclusão

Vimos acima que o objeto nulo no PB (111a) apresenta ambigüidade strict/sloppy, que também pode ser observada em estruturas de elipse de VP (111b).

- (111) a. O João dobra seu jeans, mas a Maria amassa ____.
b. O João dobra seu jeans, e a Maria também dobra ____.

Em (111a), temos a leitura sloppy – Maria amassa seu próprio jeans—, e a leitura *strict* – Maria amassa o jeans de João. Da mesma forma, em (111b), ambas as leituras são possíveis.

Como vimos neste trabalho, a NCA também permite ambigüidade de leituras—um dos argumentos para ser considerada anáfora de superfície em PB. Assim, propus a análise de reconstrução em FL e elipse em PF para NCA em PB (seqüência reconstruída em itálico):

- (112) João_i beijou sua amiga, mas Pedro_j não quis ____ . (____ = [*beijar sua_{ij} amiga*])

Deste modo, a proposta deste trabalho relaciona a NCA em (113) abaixo ao objeto nulo em (114):

¹⁴ PE e PB apresentam elipse de VP ellipsis (cf. (i)).

(i) Perguntamos se eles já tinham chegado e, efectivamente, já tinham ____

De fato, PE e PB exibem diferenças em relação ao licenciamento do constituinte elíptico, quando as seqüências verbais formadas por um auxiliar e um verbo principal ocorrem. Enquanto (iia) abaixo é interpretada com elipse de VP tanto em PE quanto em PB, (iib) em PB permite a recuperação de todos os complementos do verbo; (iic) em PE, ao contrário, favorece uma interpretação de objeto nulo indefinido, sem a interpretação do objeto indireto ausente

(ii) a. Ela está *a ler/ lendo* livros às crianças mas ele não está ____ **EP, BP**

b. Ela está lendo livros às crianças mas ele não está lendo ____ **BP**

c. Ela está a ler livros às crianças mas ele não está a ler ____ **PE**

Cyrino & Matos (em preparação) afirma que as diferenças apresentadas nas duas variedades de português devem-se principalmente às projeções funcionais distintas envolvidas na interação com as exigências de paralelismo para a recuperação/apagamento da categoria elíptica.

(113) João me pediu para ir à festa, e eu aceitei ____ . (____ = ir à festa)

(114) João me deu um convite, e eu aceitei ____ . (____ =o convite)

Podemos ver como as estruturas são semelhantes e porque podemos considerar a NCA como um epifenômeno de um processo mais amplo de eclipse no PB. Da mesma forma, podemos propor a reanálise da criança para estruturas desse tipo, a partir da semelhança entre as estruturas, e a queda dos clíticos.

Como essa reanálise ocorreu? Em PB, o objeto nulo é um resultado de uma mudança diacrônica na qual a possibilidade de ausência do clítico neutro ‘o’ em algumas sentenças com eclipse proposicional foi estendida para todos os casos em que um clítico poderia aparecer com o mesmo tipo de antecedente (i.e., [+specific, - animate]).

Quanto à NCA, proponho que, se o fenômeno em PB **costumava** ser como em PE, inglês ou espanhol, um tipo de anáfora profunda, houve então uma mudança em relação a esse estatuto, devido à falta de uma pista (*cue*, nos termos de Lightfoot) que levasse a criança a diferenciar entre eclipse proposicional (anáfora de superfície), permitindo a alternância com o clítico neutro) e a NCA, que não permite o clítico neutro (cf. PE atual). A ausência do clítico é a pista (*cue*) para essa reanálise.

Pode-se supor que a análise por parte da criança de estruturas com verbos que permitem o clítico “o” ou sua ausência (como *saber* proposicional, cf. acima) levou à reanálise de verbos NCA, que não permitem o clítico (como *saber* modal, cf. acima). Essas estruturas precisam ser detectadas nos dados – e aí encontramos um outro ponto de discussão: a questão da robustez da evidência para a criança (cf. Lightfoot, 1999). Esse ponto não está sendo abordado aqui, mas sua é de extrema relevância para a teoria de mudança sintática. É preciso discutir ainda até que ponto as ocorrências descritas neste trabalho, relacionadas a um número restrito de verbos, podem ter tido relevância para a reanálise por parte da criança. Pode-se supor que verbos como *saber* ocorram mais freqüentemente nos dados a que a criança tem acesso, e, portanto, seria esse tipo de estrutura que poderia ter provocado a reanálise da NCA de um fenômeno de anáfora profunda para um fenômeno de anáfora de superfície. Outros dados, ou outro tipo de dados, poderiam ser mais esclarecedores para essa hipótese¹⁵.

¹⁵ Um último ponto, ainda sendo pesquisado, é a questão do licenciamento de estruturas de eclipse. Cyrino & Matos (em preparação) propõem que AspP licencia estruturas de eclipse de VP; Cyrino (em preparação) propõe que a mesma categoria licencia objetos nulos em PB. Observamos que Aspecto é importante para o fenômeno NCA nas línguas, a partir das observações das características dos verbos que o licenciam. A questão é então verificar a relevância dessa categoria para o fenômeno de NCA e também para os outros tipos de eclipse em PB.

Referências

- BARBOSA, A. & LOPES, Célia. (2002) (orgs.) *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- BARRA FERREIRA, M. (2000). Argumentos nulos em português brasileiro. MA Thesis, UNICAMP, Brasil.
- BIANCHI, V. & FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. (1994). On some properties of agreement-object in Italian and Brazilian Portuguese. In M. Mazzola (ed.), *Issues and theory in Romance linguistics*, Washington, DC: Georgetown University Press, pp. 181-197.
- BOSQUE, I. (1984). Negación and ellipsis. *Estudios de Linguística* 2: 171-199.
- BRUCART, J. M. (1999). La elipsis. In I. Bosque and V. Demonte (eds.), *Grammatica descriptiva de la lengua española*, Madrid: Espasa Calpe, pp.2787-2863.
- CHAO, W. (1987). *On ellipsis*. Doctoral Dissertation, University of Massachusetts, Amherst.
- CYRINO, S. (1994/1997). *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrónico*. Londrina: Editora da UEL.
- CYRINO, S. (2003). Para a história do português brasileiro: investigando a Anáfora do Complemento Nulo, a categoria Aspecto e o Objeto Nulo no português brasileiro. Research Project, CNPq.
- CYRINO, S. (2004) Null Complement Anaphora and Null Objects in Brazilian Portuguese, trabalho apresentado no Workshop on Morphosyntax, Universidad de Buenos Aires, submetido a MIT Working Papers.
- CYRINO, S. (a sair). On the existence of null complement anaphora in Brazilian Portuguese. *Letras*.
- CYRINO, S. (em preparação) Sobre modelos de mudança sintática. ms. (submetido ao 6. Encontro do CELSUL, Florianópolis, 2004).
- CYRINO, S. & LOPES, R. (2004). Animacy as a driving cue in change and acquisition in Brazilian Portuguese. Paper presented at the International Conference on Linguistic Evidence, University of Tübingen.
- CYRINO, S. & MATOS, G. (2002). VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese: a comparative analysis. *Journal of Portuguese Linguistics*. 1(2): 177-195.
- CYRINO, S. & MATOS, G. (em preparação). Local licensers & recovering in VP ellipsis construction: variation across languages and language varieties.
- CYRINO, S. & REICH, U. (2002). Uma visão integrada do objeto nulo no Português Brasileiro. *Romanistisches Jahrbuch*. Band 52: 360-386.

- DEPIANTE, M. (2000). *The syntax of deep and surface anaphora: a study of null complement anaphora and stripping/ bare argument ellipsis*. Doctoral Dissertation, University of Connecticut.
- FARRELL, P. (1990). Null objects in Brazilian Portuguese. *The linguistic review* 8: 325-346.
- FIENGO, R. & MAY, R. (1994). *Indices and Identity*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- GALVES, C. (1987). A sintaxe do português brasileiro. *Ensaio de lingüística* 13: 31-50.
- GALVES, C. (1989). Objet nul et la structure de la proposition en Portugais Brésilien. *Revue des Langues Romanes* 93: 305-336.
- GRIMSHAW, J. (1979). Complement selection and the lexicon. *Linguistic Inquiry* 2: 269-313.
- HANKAMER, J. & SAG, I. (1976). Deep and surface anaphora. *Linguistic Inquiry*. 7(3): 391-426.
- KATO, M. (2000). Pronomes fortes e fracos na sintaxe do português brasileiro, Ms., UNICAMP.
- MATOS, G. (1985) *Clítico verbal demonstrativo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- MATOS, G. (2003). Construções elípticas. In M.H.M. Mateus et al. (eds.) *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 869-913.
- RADFORD, A. (1977). *Italian syntax: transformational and relational grammar*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RAPOSO, E. (1986). On the null object in European Portuguese. In O. Jaeggli & C-S. Corvalán (eds.) *Studies in Romance Linguistics*, Dordrecht: Foris, pp. 373-390.
- SAG, I. & HANKAMER, J. (1984). Toward a theory if anaphoric processing. *Linguistics and Philosophy* 7: 325-345.
- SCHWENTER, S. & SILVA, G. (2002) Overt vs. null direct object in spoken Brazilian Portuguese: a semantic/pragmatic account. *Hispania* 85: 577-86
- SPORTICHE, D. (1995) French predicate clitics and clause structure. *Syntax and Semantics*. Vol. 28. New York, Academic Press. pp.287-324.
- TORREGO, E. & URIAGEREKA, J. (1992) “Indicative dependents”, ms., University of Maryland.
- WILLIAMS, E. (1977). Discourse and logical form. *Linguistic Inquiry* 8: 101-139.
- ZUBIZARRETA, M-L. (1982). *On the relationship of the lexicon to the syntax*. Doctoral Dissertation, MIT.
- ZOCCA, C. (2002). *O que não está lá? Um estudo sobre morfologia flexional em elipses* MA Thesis, UNICAMP.
- ZRIBI-HERTZ, A. (1986). *Relations anaphoriques en Français: esquisse d'une grammaire générative raisonnée de la réflexivité et de l'ellipse structurale*. Doctoral Dissertation, University of Paris.

A CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO INDIRETO NO PORTUGUÊS: ASPECTOS SINCRÔNICOS E DIACRÔNICOS

por

Maria Aparecida C. R. Torres Moraes

Universidade de São Paulo

Rosane A. Berlinck

Universidade Estadual Paulista, Araraquara

1. Palavras iniciais

Na evolução do latim, a perda das flexões casuais nos nomes leva as línguas românicas a explorarem diferentes recursos sintáticos para a expressão das relações entre os constituintes da sentença, entre eles, a ordem das palavras e o enriquecimento funcional das preposições.¹⁶ Nos termos de Câmara Jr. (1975), “As partículas conectivas, ditas “preposições”, e a ordem dos vocábulos na frase tornaram-se o meio de expressão das relações sintáticas, que no tipo lingüístico flexional assenta essencialmente nas desinências nominais específicas.”(p.25) Ora, as mudanças que marcam as línguas românicas em relação ao latim criam problemas para os gramáticos, preocupados em descrever as relações gramaticais nos moldes clássicos. Torna-se necessária uma reflexão mais voltada para a nova realidade lingüística, de modo que os termos tradicionais *nominativo*, *acusativo*, *dativo* etc., referentes aos casos formais ainda presentes no sistema pronominal, passam a ser entendidos como variantes denominativas das relações ou funções gramaticais correspondentes, *sujeito*, *objeto direto*, *objeto indireto*.

Neste artigo, focalizamos as propriedades do chamado objeto indireto (OI), ou argumento dativo, no contexto dos verbos ditransitivos semanticamente interpretados como verbos de movimento ou transferência. O texto está dividido da seguinte forma. Na seção 2, selecionamos alguns aspectos da função, partindo de descrições encontradas

¹⁶ O latim tinha um quadro variado de preposições, regendo o caso ablativo e acusativo. No entanto, o papel por elas desempenhado é bastante distinto do que acabam por adquirir nas línguas românicas. Nestas, o seu uso se amplia consideravelmente na realização dos complementos nominais e verbais. (cf. seção 4)

nas gramáticas que tomam como base os usos cultos do português europeu (PE). Nestas descrições destaca-se que o objeto indireto pode ser expresso através de um sintagma introduzido pela preposição *a* ou pela forma pronominal cliticizada, no caso da 3ª pessoa, os pronominais *lhe/lhes*.¹⁷

Paralelamente, tais descrições assumem que a alternância possível entre a forma pronominal dativa e o DP introduzido pela preposição *a* é que possibilita distinguir complementos de verbos como *dar, oferecer* etc., de complementos de verbos como *gostar, assistir* etc., introduzidos por diferentes preposições, inclusive a preposição *a*. Portanto, na tarefa de descrever as expressões do dativo no português, assumimos como fundamental a delimitação do estatuto da preposição *a*. Não menos importante, porém, é a suposição de que o argumento dativo apresenta uma marcação especial de caso. No nosso entender, tal identificação morfológica se realiza tanto através dos sintagmas introduzidos por *a*, em particular nas expressões *a ele/a eles/a ela/a elas*, como nas formas pronominais de 3ª pessoa, *lhe/lhes*. Mostramos ainda que a identificação do OI como uma classe definida morfológicamente exige que se leve em conta o fenômeno do *redobro do clítico*, mesmo sendo este bastante restrito no português, em oposição ao espanhol.

Na seção 3, apresentamos resultados quantitativos obtidos em *corpus* do português brasileiro atual (PB)¹⁸, os quais claramente revelam dois aspectos: o primeiro, a tendência para substituir a preposição *a* pela preposição *para* nos complementos de verbos ditransitivos de transferência ou movimento; o segundo o predomínio das variantes nula e preposicionada na expressão do dativo anafórico de 3ª pessoa, ou seja, a tendência a usar as formas oblíquas *a/para ele/s/, a/para ela/s* ou o nulo anafórico em lugar das formas clíticas *lhe/lhes*. A baixa produtividade dos clíticos de 3ª pessoa inclui-se no conjunto das reanálises que refletem a perda da expressão morfológica do dativo no PB. Tais tendências, porém, não parecem se manifestar no PE.

Os resultados obtidos para o século XX foram confrontados com os dados obtidos para o século XVIII, e com aqueles provenientes de peças de teatro, anúncios e cartas de leitores e redatores veiculados em jornais do século XIX. Aproveitamos a base empírica

¹⁷ Adotamos para nomear as categorias gramaticais os termos do inglês: PP para Sintagma Preposicional; DP Sintagma Determinante; NP para Sintagma Nominal; VP para Sintagma Verbal. Quanto às funções gramaticais são referidas como OI=Objeto Indireto etc.

¹⁸ O *corpus* compreende língua falada e língua escrita. Esta última veiculada em cartas e anúncios de jornais e revistas femininas da segunda metade do século XX, em dois períodos.

para reforçar algumas considerações feitas a respeito das reanálises gramaticais que possivelmente estão afetando a gramática do PB, em oposição ao PE. Em particular, fazemos algumas reflexões sobre as propriedades semânticas das preposições *a* e *para*, e sobre os traços [+/-animado] do referente do complemento indireto que podem ter favorecido a evolução do PB.

A busca de critérios mais exatos que caracterizem uma relação gramatical particular exige ainda a elaboração de uma teoria da estrutura argumental do predicado, a qual permita estabelecer hipóteses relativas ao mapeamento ou licenciamento dos argumentos na sintaxe. Na caracterização do OI este é um ponto crucial. No entanto, não o abordaremos formalmente no presente trabalho. Limitamo-nos a discutir os aspectos preliminares de uma suposição: o PB sofreu reanálises no seu sistema gramatical, perdendo a propriedade de expressar morfologicamente o OI. Com isso, distancia-se do PE na manifestação do fenômeno conhecido como “alternância dativa” no contexto de verbos ditransitivos. A discussão deste tópico está na seção 4.

2. Aspectos descritivos na caracterização do objeto indireto

Mateus *et alii* (1991) definem o objeto indireto dos verbos ditransitivos como o argumento introduzido pela preposição *a*, tipicamente com a função semântica de *recipiente* (*alvo/meta*) e *fonte/origem*.¹⁹ O complemento preposicionado tem o traço [+animado], ou é interpretado como tal. Quando é um pronome, apresenta a forma casual dativa. No caso da 3ª pessoa, as formas *lhe/lhes*.²⁰

- (1) a. O miúdo deu o brinquedo *ao amigo*.
- b. O miúdo deu-*lhe* o brinquedo. (p. 231)

¹⁹ A classificação dos verbos ditransitivos adotada é a que foi proposta em Berlinck (1996). Os predicados ditransitivos compreendem os verbos semanticamente classificados como verbos de transferência material - *dar, vender, entregar, comprar, roubar* etc.; transferência verbal/perceptual - *comunicar, dizer, confiar, revelar, explicar, declarar, mostrar* etc.; movimento físico - *trazer, fugir* etc.; e movimento abstrato - *oferecer, conferir, destinar* etc. - dentro do esquema sintático S V OD OI. Por sua vez, o esquema temático envolve um argumento *agente/causador* da ação expressa pelo verbo; um argumento *tema* e um argumento *recipiente/fonte* que marca o ponto final ou o ponto de partida da ação expressa pelo verbo. Embora o traço [+animado] seja o termo preferido pelos gramáticos para caracterizar o núcleo do complemento indireto, este tem que ser entendido, às vezes, num sentido mais particular, como nome humano ou abstrato. Ex: Dava pouca importância *ao seu futuro*.

²⁰ Cf. também Bechara, 2000, pp. 421-422

Certos verbos intransitivos do tipo de *obedecer*, *sobreviver* (obedecer ao regulamento, sobreviver ao massacre) selecionam o objeto indireto [-animado].²¹ O mesmo traço identifica o objeto indireto com os verbos *dar* e *fazer*, quando seguidos de objeto direto que tem como núcleo um nome deverbal, como (2a-b):

- (2) a. Dar [uma pintura]_{OD} [às estantes]_{OI}
 b. Fazer [uma limpeza]_{OD} [à casa]_{OI} (p. 230)

Nestas construções pode se ter ainda um oblíquo locativo:

- (3) a. Dar [uma pintura]_{OD} [nas estantes]_{OBL/loc}
 b. Fazer [uma limpeza]_{OD} [na casa]_{OBL/loc} (p.230)

A associação dos clíticos *lhe/lhes* ao complemento indireto constitui um bom teste para sua identificação. De fato, embora a preposição *a* não seja exclusiva dos objetos indiretos (cf. 4e), os clíticos dativos não podem estar associados a certos complementos preposicionados, como mostram os casos agramaticais do conjunto abaixo:

- (4) a. O João gosta *da* Maria.
 b. *O João *lhe* gosta.
 c. O João pensa *na* Maria.
 d. * O João *lhe* pensa.
 e. Os turistas assistiram *à* *opera*.
 f. *Os turistas *lhe* assistiram.

Para dar conta desses fatos, Mateus et alii propõem uma distinção entre relações gramaticais oblíquas e a relação gramatical de objeto indireto, embora sejam ambas introduzidas por preposição.²² As relações oblíquas são estabelecidas tanto por complementos, como por adjuntos, a partir da natureza do predicador verbal, e expressam um leque de relações semânticas, entre elas, *instrumento*, *comitativo*, *beneficiário*, *tempo*, *duração*, *frequência*, *locativo*, *situacional*, *direcional*, *causa*, *fim*. Vejamos alguns exemplos:

²¹ Neste estudo, não tratamos dos predicados inacusativos, psicológicos, existenciais, nos quais o argumento dativo recebe uma diversidade de interpretações, incluindo *experenciador*, *possessivo* e *locativo*. Tais predicados expressam eventualidades (eventos, processos ou estados). Entre eles, podemos citar: *obedecer*, *servir*, *chegar*, *constar*, *faltar*, *incumbir*, *convir*, *tocar*, *corresponder*, *bastar*, *sobrar*, *subir*, *vir*, *cair*, *escapar*, *parecer*, *ocorrer*, *sobrevir*, *suceder*, *acontecer*, *agradar*, *desagradar*.

²² Cf. Bechara, pp. 419-421. O autor chama complemento relativo a esses termos preposicionados.

- (5) a. O meu amigo pintou esse quadro *para a Maria*. (beneficiário)
b. Tenho de sair já *para não perder o avião*. (fim)
c. O Luís foi ao cinema *com a Ana*. (comitativo)
d. O João cortou-se *com o abre-latas*. (instrumento) (p. 234)

Os constituintes oblíquos podem ser, portanto, introduzidos por uma preposição, que marca sua função semântica. Os verbos que determinam o esquema oblíquo são, em geral, verbos que selecionam a preposição. Assim, entre os que selecionam a preposição *com*, temos: *confundir*, *partilhar*, *repartir*, a preposição *de*: *afastar*, *aproximar*, *esconder*, *em*: *converter*, *enfiar*, a preposição *por*: *distribuir*, *substituir*, *trocar*. Observe-se que os complementos oblíquos podem ser pronominalizados pelas formas tônicas *ele/s*, *ela/s*, introduzidas pelas respectivas preposições (6a-f). Igualmente, verbos como *chegar*, *ir*, *vir*, *viver*, *morar*, selecionam oblíquos que podem ser comutados por advérbios de lugar (6h):

- (6) a. Todos gostam *do artista*.
b. Todos gostam *dele*.
c. Os turistas assistiram *à ópera*.
d. Os turistas assistiram *a ela*.
e. O José não confia *nos empregados*.
f. O José não confia *neles*.
g. O José chegou *de São Paulo*.
h. O José chegou *de lá*.

Voltando ao objeto indireto, uma questão intimamente relacionada à sua identificação diz respeito ao estatuto da preposição que o introduz na estrutura verbal. No conjunto das línguas românicas, o objeto indireto tem sido caracterizado como uma relação gramatical, formalmente introduzida pelas preposições *a* e *para*. No entanto, sabemos que as preposições *a* e *para* têm significados distintos que se manifestam nos diferentes contextos lingüísticos. Vejamos um caso claro em que as preposições *a* e *para* não são sinônimas:

- (7) a. O Pedro comprou um carro *ao José*.
b. O Pedro comprou um carro *para o José*.

Em (7a), a seqüência a+DP é ambígua: *ao José* é interpretado como *recipiente* ou *fonte*. A ambigüidade se expressa na direção do movimento que se estabelece entre o OI e o OD. No primeiro caso, *José* é entendido como o ponto final do movimento.

No segundo caso, como o elemento de onde partiu o movimento, ou seja, a sentença expressa a venda de um carro por parte de *José*. Em (7b), porém, o DP introduzido pela preposição *para* é um adjunto oblíquo, interpretado como o *beneficiário* do evento *comprar*.²³

Bechara (2000) reconhece a necessidade de se esclarecer esse ponto: “Cabe insistir que a preposição que introduz o complemento indireto é *a*; muitas vezes, parece que, nesta função, se acha a preposição *para*, já que *a* e *para* se alternam em muitos esquemas sintáticos, mas não quando se trata do complemento indireto, o que só raramente acontece” (pp.422-423). Segundo o autor, na sentença *alguns alunos compraram flores para a professora*, a preposição *para* não introduz o objeto indireto, dada a possibilidade de co-ocorrência com a preposição *a*, como em: *alguns alunos compraram flores à florista para a professora*. Além disso, a pronominalização só poderia ser realizada com o termo *à florista*, evidente no contraste entre a *gramaticalidade* da sentença *alguns alunos compraram-lhe flores para a professora* e a *gramaticalidade* de *alguns alunos compraram-lhe ao florista*. Além do mais, não seria possível introduzir com a preposição *a* os dois sintagmas preposicionados como em *Alguns alunos compraram flores à florista à professora*.²⁴

²³ Na versão atual da sua gramática, Mira Mateus *et alii* (2003) confirmam a intuição do falante português no uso das preposições *a* e *para*: a primeira, expressa meta/fonte (i-ii);

(i) O João ofereceu um CD *ao* Pedro.

(ii) O João comprou esse livro raro *a* um alfarrabista do Portal. (p. 289)

(iii) O meu amigo pintou esse quadro *para* a Maria. (p. 294)

Nos casos em que ocorre a preposição *a*, as autoras afirmam tratar-se da relação gramatical objeto indireto; nos casos em que ocorre a preposição *para*, são relações oblíquas.

²⁴ Em seus estudos sobre o OI no espanhol, Ordoñez (1999) apresenta uma reflexão semelhante, ao considerar equivocado o paralelo entre *a* e *para*, como expresso em (i):

(i) a. *Hizo una toquilla a su suegra / Le hizo una toquilla.*

b. *Hizo una toquilla para su suegra / Le hizo una toquilla.*

Nos termos do autor, a substituição pelo clítico dativo da expressão *para su suegra* em (ib) não é adequada descritivamente e assumi-la obriga ou a postular que os sintagmas introduzidos por *a* e *para* desempenham a mesma função, ou abandonar o critério da substituição pelo clítico, uma vez que os contextos de redobro no espanhol mostram claramente que o *lhe* redobra unicamente DPs introduzidos por *a*, como seria o caso em *Le hizo una toquilla a su suegra*. Segundo o autor, nenhuma das conclusões é aceitável, uma vez que decorrem de uma má aplicação da possibilidade de cliticização do argumento dativo, com base na sinonímia contextual, ou em uma confusão dos conteúdos lingüísticos com a realidade extralingüística que se depreende das expressões *a su hijo* e *para su hijo* (cf. também, Hernanz & Brucart, 1987 e Campos, 1999). Como ele afirma: “El mantenimiento en las gramáticas (con la honrosa excepción de Bello 1847) de la preposición *para* como índice funcional propio de los complementos indirectos no se correspondía con el comportamiento de la lengua. Poco a poco se iría desvelando la inconveniencia e incluso las contradicciones a las que conducía mantener aquella opinión.”(p.1868).

Algumas línguas, como o espanhol, permitem ainda que se estabeleça uma distinção entre as preposições *a* e *para* com base no conhecido fenômeno do redobro do clítico.²⁵ De fato, como se vê pelos exemplos (8a-b), os pronomes clíticos *lhe/lhes* co-ocorrem com constituintes introduzidos unicamente pela preposição *a*, em oposição à preposição *para*. Entretanto, ao contrário do espanhol, onde o redobro do OI é muito produtivo e praticamente irrestrito, o português alinha-se ao francês e ao italiano, por não apresentá-lo em sua gramática com os complementos lexicais (exs.9a-f):²⁶

- (8) a. *Le* envió una postal *a* Pepe.
 b. **Le* envió una postal *para* Pepe.
- (9) a. Jean *a* donné des bonbons *à* Marie.
 b. *Jean *lui* *a* donné des bonbons *à* Marie.
 c. Lina *a* dato una caramella *a* Giovanni.
 d. *Lina *gli* *ha* dato una caramella *a* Giovanni.
 e. O José deu balas *à* Maria.
 f. *O José deu-*lhe* balas *à* Maria²⁷

O argumento do redobro do clítico pode ainda ser aproveitado para o português, quando se considera que o fenômeno é bastante produtivo na presença das formas pronominais. Neste caso, a restrição quanto à preposição *a* se apresenta normalmente. É o que se observa no contraste expresso em (10a-c). Mais importante, porém, para nossas reflexões é o fato de o redobro das formas pronominais *a ele/s*, *a ela/s*, ser obrigatório na presença dos verbos ditransitivos (10a-b), e vetado aos contextos em que os predicadores selecionam um complemento pronominal oblíquo (10d)²⁸. Portanto, tanto as restrições quanto à preposição como a obrigatoriedade do redobro não atingem os predicados que não selecionam um argumento dativo (cf.exs.6a-h).

²⁵ Na literatura corrente, o redobro do clítico se caracteriza pelo esquema cl-DP, em que o DP-OI é “dobrado” pelo clítico dativo, instanciando concordância de número e pessoa.

²⁶ Os exemplos do francês e italiano são de Jaeggli (1986).

²⁷ A ausência de redobro do clítico do OI lexical pode estar refletindo uma variação dialetal. De fato, nos dados do CORDIAL-SIN – *corpus* dialetal de etiquetagem sintática –, encontramos alguns casos, embora duvidosos, uma vez que podem ser tratados como anti-tópicos. Um exemplo:

(i) E essa rapariga roubou-*lhe*, *ao pai*, apanhou-*lhe* *ao pai* um cheque de cento e sessenta contos, e fugiu com o gajo e o ouro.

²⁸ Cf. Raposo, 1998.

- (10) a. Dei-*lhe* o livro *a ela*.
 b. *Dei o livro *a ela*.
 c. *Dei-*lhe* o livro *para ela*.
 d. *O José reagiu-*lhe* *a ele*.

O mesmo contraste entre as preposições *a* e *para* se manifesta nas construções de Deslocamento à Esquerda Clítica (DEC), nas quais o *lhe* co-ocorre com um OI lexical, introduzido por *a*. Observe-se ainda a agramaticalidade de (11b), com a forma *a ele* em lugar do *lhe*. Os exemplos são do PE atual.

- (11) a. *Ao teu amigo*, ainda não *lhe* pagaram os direitos de autor, pois não?
 b. **Ao teu amigo*, ainda não pagaram *a ele* os direitos de autor, pois não?
 c. **Para o João*, ainda não *lhe* pagaram os direitos de autor, pois não?
 (cf. Duarte, 1987)²⁹

3. Resultados de estudos quantitativos: PE vs. PB

3.1 Amostra de língua escrita

É fácil para os falantes do PB reconhecerem que a descrição das propriedades do objeto indireto apresentada na sessão anterior contempla os usos cultos, oral e escrito, da variedade lusitana, mas não os da variedade brasileira. Como sabemos, estudos sobre o PB atual mostram que, na língua falada, incluindo a dos falantes cultos, e na língua escrita menos formal, há uma tendência em substituir a preposição *a* pela preposição *para* com os verbos ditransitivos de transferência ou movimento. Além disso, os mesmos estudos

²⁹ Entretanto, é preciso analisar a construção de Deslocamento à Esquerda Clítica com mais cuidado, uma vez que são constatados usos da preposição *para* nesses contextos, como notado por Peres & Mória (1995). Os autores, que têm por objetivo apontar erros ou desvios da escrita jornalística em relação à norma padrão, comentam o seguinte caso:

(i) Para o jovem Proust esta filosofia parece-*lhe* a princípio irrefutável. (p.145)

O erro, segundo os autores, "...consiste apenas no facto de ter sido usada a preposição *para* em lugar da preposição *a*, que é, no português, a preposição característica dos complementos indirectos. Corrijamos, alterando a preposição e usando pontuação adequada:

(ii) Ao jovem Proust, esta filosofia parece-*lhe*, a princípio, irrefutável." (p.146)

No entanto, tal uso pode não ser um caso de desvio de norma, mas uma possibilidade da gramática, uma vez que o PP está em posição periférica, deslocado, e pode ter seu licenciamento condicionado por outros fatores. Não haveria, assim, a obrigatoriedade de uma conectividade casual entre o pronome dativo e a frase preposicionada. Ou seja, a DEC teria propriedades distintas do redobro neste aspecto. O estatuto de erro ao uso da preposição *para* na DEC pode ser questionado também quando se observa a sua ocorrência nos textos literários. O exemplo abaixo foi encontrado no *Memorial do Convento* de José Saramago.

(iii) ...*para D. Maria Ana* é que *lhe* vem chegando o tempo. (p. 69)

revelam a competição que se estabelece entre o uso da forma dativa *lhe*, as formas oblíquas *a/para ele/s*, *a/para ela/s* e o nulo anafórico. A baixa produtividade do dativo *lhe* no PB falado (cf.3.2) reflete não só uma reorganização do sistema pronominal na expressão das relações referenciais, mas também uma alteração no seu uso semântico-discursivo (cf. Kato, 1999; Ilari & alii 1996; Duarte, 2000). Desse modo, as formas *lhe/lhes* apresentam-se, tanto na fala como em certos gêneros de textos, não mais como formas de 3ª pessoa, mas de 2ª pessoa formal, ao lado dos correspondentes *a você/a vocês*; ou seja, ficam restritos à função oblíqua (cf. Galves, 1998, 2001). Em outras palavras, as mudanças no sistema pronominal atingem principalmente o campo de expressão da 3ª pessoa.³⁰

Vejam, primeiramente, uma comparação entre o PE e o PB com uma amostra de língua escrita, constituída de entrevistas (12a-b) e anúncios (12c), coletada em revistas e jornais portugueses e brasileiros. Em relação ao PE, a análise do *corpus* nos revelou duas propriedades: (i) o complemento indireto de verbos ditransitivos de transferência e movimento é introduzido categoricamente pela preposição *a* (12a-c); (ii) a expressão anafórica da função se realiza exclusivamente com os clíticos dativos (12d):

- (12) a. Pediram-me, inúmeras vezes, para *explicar aos professores* as causas do insucesso escolar de muitas crianças portuguesas imigrantes. (*DNA*, nº177, 22/04/00)
- b. ...Eduardo Gageiro *entregou* todo o seu talento *ao jornalismo*. (*DNA*, nº166, 05/02/00)
- c. DIREITO À DIFERENÇA. 60 MODELOS DIFERENTES, 9000 VIATURAS E MAIS DE 200.000 CLIENTES. Dos mais económicos aos mais executivos, *ofecemos aos nossos clientes* sempre a melhor qualidade, com a garantia da EUROPCAR. Europcar | MUITO MAIS DO QUE ALUGAR UM AUTOMÓVEL. (*Visão*, nº. 342, 30/09/99)
- d. ...A pele do seu bebé é muito delicada e o seu rabinho é uma das zonas mais sensíveis do seu corpo. Ao estar permanentemente exposto à humidade e a outros agentes externos, é fundamental *dedicar-lhe* toda a atenção, *oferecendo-lhe* uma fralda com Cermo-protecção e Máxima Secura. (*Pais & Filhos*, nº 105, 10/10/1999)

No PB, ao contrário, ocorre variação no uso da preposição *a* e *para* com os objetos indiretos (ex.13a). No entanto, o fato marcante que expressa claramente uma diferença entre o PB e o PE, é a substituição do clítico *lhe/lhes* pelas formas tônicas dos pronomes na expressões preposicionadas *a/para ele/ela/eles/elas*, sem o redobro, encontrados em anúncios (13a), entrevistas (13b-d) e reportagens (13e-f):

³⁰ Vale lembrar ainda o uso do *lhe/lhes* como objeto direto, normal em várias regiões do Brasil (cf. Ramos, 1999).

- (13) a. Se o seu namorado merece mais do que rosas, *dê para ele* os melhores botões. Camisas Dudalina por Fernando de Barros. (*Cláudia*, 06/04/1999)
- b. ...o mesmo respeito que merecem os professores de seus alunos, que dão *a eles*, lamentavelmente, um péssimo exemplo. (*Veja*, 08/03/00)
- c. Segundo seu relato, um empresário do setor de ônibus *contou a ele* ter sido obrigado a aceitar um acordo para pagar 40.000 reais por mês. (*Veja*, 26/06/2002)
- d. Em julho de 1980, o papa visitou o Rio Grande do Sul. Na oportunidade, eu era o presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre e *entreguei a ele* o título de cidadão porto-alegrense. (*Veja*, 26/06/2002)
- e. Das biografias de Lula, minha predileta é a de seu mentor intelectual, Frei Betto. Se me nomeassem diretor da Eletrobrás, eu *daria a ele* a função de escrever um roteiro sobre o presidente. (*Veja*, 28/5/2003)
- f. *Expliquei a ele* que a linguagem da televisão mudou nos últimos anos. E tentei convencê-lo de que as cenas não eram assim tão explícitas. (*Veja*, 28/5/2003)³¹

Como dissemos, na variedade culta lusitana, o emprego dos pronomes com verbos ditransitivos está condicionado por certas restrições, entre elas, o redobro do clítico (cf.10a-b) ou as interpretações contrastiva/enfática (14a-b), comumente licenciadas pela presença de expressões do tipo *só, mesmo, etc.:*

- (14) a. Enviei o livro *a ele*, não a seu irmão.
- b. Darei a notícia *só a ele*.

Podemos, assim, resumir as similaridades e as diferenças entre o PE e o PB, no que diz respeito ao emprego dos pronomes anafóricos de 3ª pessoa, com o paradigma expresso em (15). Repare que o predicado *reagir*, diferentemente de *dar*, seleciona um complemento preposicionado em ambas as variedades.

³¹ É importante lembrar, porém, que, na escrita mais formal, a forma *lhe* continua produtiva no PB, nos seus diferentes significados, ou seja, incluindo os usos *possessivo, locativo e beneficiário*. Os exemplos abaixo são retirados de ensaios.

- (i) Segundo os veterinários, restava-*lhe*, no máximo, um mês de vida. (*Veja*, 06/10/00)
- (ii) Mas o quadro regulatório é inadequado, as agências não estão preparadas para isso, faltam-*lhes* autonomia e recursos financeiros e institucionais. (*Veja*, 08/03/00)
- (iii) ...que a boa solução para a Rocinha seria atirar-*lhe* uma bomba atômica. (*Veja*, 19/01/00)
- (iv) Só por troça, reconhecem-*lhe* a majestade... (*Veja*, 08/03/00)
- (v) Que todos os políticos se acotovelaram na ânsia de beijar-*lhe* o anel... (*Veja*, 06/10/00)

- (15) a. O José reagiu *a ele*. (PE/PB)
 b. O José deu *a ele* o livro. (*PE/PB)
 c. O José deu-*lhe a ele* o livro. (PE/*PB)
 d. O José deu-*lhe* o livro. (PE/PB formal)

3.2 O PB: o OI na fala e na história

Nessa seção, serão apresentados, inicialmente, resultados quantitativos do PB falado, os quais nos permitem desenhar um quadro de predomínio das variantes nula e preposicionada na expressão anafórica do dativo de 3ª pessoa, em detrimento do pronome clítico (*lhe*).³² Berlinck (1997), analisando a língua falada de jovens curitibanos, constata que apenas 1% dos casos de dativo de 3ª pessoa ocorreu na forma de pronome clítico. A figura abaixo revela o contraste entre as três pessoas gramaticais observado nesse estudo.³³

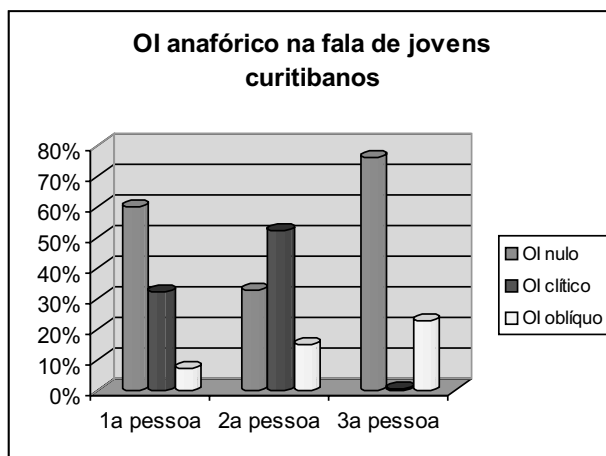


Figura 1

³² A respeito da realização do objeto indireto nulo no português culto falado (NURC), cf. Dillinger (1996) e Cyrino (2000).

³³ A tabela que segue apresenta os percentuais e número de ocorrências correspondentes à figura 1.

	OI nulo	OI clítico	OI oblíquo	Total
1ª pessoa	60% (117)	32,5% (64)	7,5% (15)	(196)
2ª pessoa	33% (20)	52% (31)	15% (9)	(60)
3ª pessoa	76% (141)	1% (1)	23% (43)	(185)

Um contraste semelhante foi identificado por Silveira (1999), no estudo de dados da língua falada de habitantes de Florianópolis: apenas 2% dos casos de objeto indireto de 3ª pessoa ocorrem na forma de pronome clítico dativo, enquanto essa realização caracterizou 43% dos casos de objeto indireto de 1ª pessoa do singular e 71% dos casos de objeto de 2ª pessoa do singular.

Gomes (2003), avaliando o mesmo fenômeno na fala de cariocas (*corpus* do Programa de Estudo do Uso da Língua – PEUL), em entrevistas gravadas nos anos de 1980 e 2000, não apenas observou a mesma ausência de uso de pronomes clíticos dativos de 3ª pessoa identificada por Berlinck, como também constatou que essa forma de expressão do objeto indireto não é mais utilizada para complementos com referência de 1ª e 2ª pessoas do plural.³⁴

Paralelamente a esse uso inexpressivo do pronome dativo, especialmente na expressão da 3ª pessoa, observa-se em PB uma tendência ao uso variável da preposição que introduz a forma preposicionada do objeto indireto. Como dissemos, tanto segundo a norma gramatical, como no uso europeu, a preposição *a* constitui o uso normal nesse contexto. No entanto, a análise de dados do PB falado não corresponde a essa afirmação, uma vez que não é tal emprego que caracteriza nossa variedade.

De fato, no mesmo estudo acima mencionado, Berlinck encontrou apenas 6,5% de casos do objeto indireto introduzido pela preposição *a* em dados de língua falada de curitibanos. Por sua vez, Salles & Scherre (2003) obtêm um índice bem mais elevado de uso dessa preposição na fala de brasileiros habitantes de Fortaleza, com idade entre 18 e 54 anos e nível médio de escolaridade – 33% (25 casos entre 76). É importante destacar que as próprias autoras consideram que nessa região a “eliminação de *a* é menos radical”.

No entanto, apesar da variação regional, o baixo uso da preposição *a* parece ser uma tendência dominante e em expansão no PB. O estudo de Gomes (2003) vem igualmente reforçar essa hipótese. As suas amostras de dados da fala de cariocas de baixa escolaridade não apenas verificou que a preposição *a* é a escolha menos usual, como também identificou uma tendência à diminuição de seu emprego. Tomemos como ilustração dessa tendência a distribuição das preposições introdutoras do objeto indireto de verbos do tipo de *dar* (figura 2).

³⁴ Monteiro (1991), Abaurre & Galves (1996) e Galves (2001) analisam o *corpus* NURC e mostram não apenas a produtividade menor do dativo *lhe* como pronome de 3ª pessoa em relação aos dativos de 1ª e 2ª pessoas *me/te*, na fala culta, como também o seu uso como 2ª pessoa. Nas palavras de Galves (2001): “Quanto ao pronome *lhe*, que era originalmente uma forma de 3ª pessoa, ele praticamente só é utilizado como correspondente a *voocê*, ou seja, na 2ª pessoa do discurso.” (p. 155)

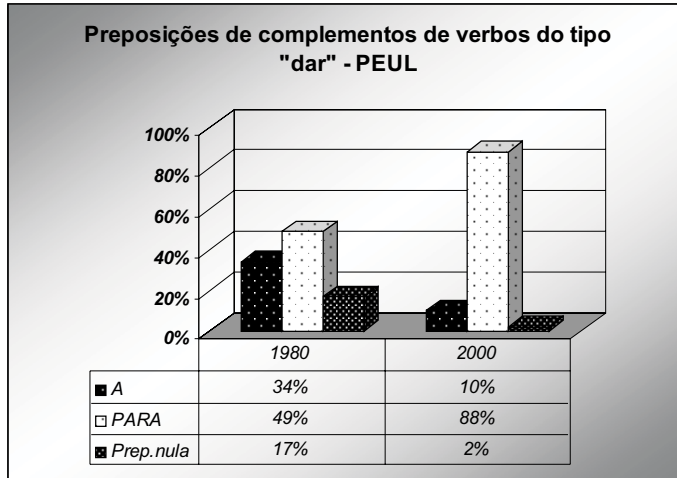


Figura 2

Portanto, na maioria dos estudos apresentados, a grande concorrente de *a* é a preposição *para*, que corresponde a, pelo menos, dois terços das ocorrências, chegando na análise de dados da região de Curitiba e nos dados mais recentes do Rio de Janeiro a um predomínio quase absoluto.

Esse quadro para o objeto indireto contrasta fortemente com o que se observa em momentos anteriores do português usado no Brasil. Para o século XVIII, Berlinck (2001) identifica um uso quase categórico da preposição *a* (95% e 90% dos dados para a 1ª e a 2ª metades do século, respectivamente). A preposição *para*, quando ocorre, normalmente introduz complementos que não constituem objetos indiretos típicos³⁵, pois seu correspondente anafórico não comporta o pronome dativo (*lhe*) e a opção com o pronome tônico (*ele*) também não parece possível, como se vê em (16):

- (16) a. acharam situados já naquela mesma parte aos P.P. Jesuitas Castelhanos com os seus Indios com caminhos feitos de Carros, e cavaladuras em que *conduziam* a prata *para as suas aldeias*, e como foram sentidos, vendo ser maior o poder dos ditos P.P., (*Relatos Sertanistas*, 1730).

³⁵ Com OI [-animado], a presença da preposição *a* reduz-se consideravelmente (86%, em 1730, e 78% em 1790) e torna-se mais significativo o emprego da preposição *para* (14% e 22%, respectivamente).

- b. * e cavalgadas em que *lhes conduziã*m a prata.
- c. * e cavalgadas em que *conduziã*m a prata *para elas*.

Para o caso típico de objeto indireto – aquele que tem um referente [+animado]–, foram encontrados apenas dois casos com a preposição *para* (17a-b):

- (17) a. Havendo em S.Paulo acabado de *escrever para a frota*, e tendo recebido carta de Gomes Freire, de que era mui conveniente ao serviço de El-Rei vermo-nos em Paraty, me pus a caminho no 1.º de Abril; (*Relatos Monçoeiros*, 1730).
- b. ... e q' mais lhe decera o mesmo C. Ioaq.m Silverio q' vindo do Siro em q' vinhao de paSar as Revistas com o Ten.e Cor.el Ioaq Carllos vindo de S. Thiago em hum alto parara o cavallo e *dysera para os q' vinhao na cometiva* Ioaq Carllos e o S. Mor Pestana, e outros mais q' mundo novo nao he este que pais nao seria este o melhor do mundo (...) (*Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, 1789).

A análise de material do século XIX não revela uma situação muito diferente do que a observada para o século XVIII. Berlinck (2000) avaliou para aquele período a realização do objeto indireto em peças de teatro, constatando ainda a predominância da preposição *a*. Seus resultados, porém, sugerem o início de uma tendência à diminuição do emprego dessa preposição (cf. tabela 1):

Preposição	A	PARA
Momento		
XIX – 1ª.metade	93% (25/27)	7% (2/27)
XIX – 2ª. metade	83% (29/35)	17% (6/35)

Tabela 1

Como já havia sido notado para o século anterior, a preposição *para* nos textos da primeira metade do século introduz complementos de verbo de transferência material e de movimento material, que podem favorecer um interpretação ambígua *meta/beneficiário*:

- (18) a. - Que eu canto com sua mulher? Que eu saiba, não senhor.
 - Quer também fazer-se rogado, como uma moça! *Deixe* isso *para* [a] *tola da minha mulher*. Venha cá.
 b. -Esta carta que acabam de *trazer para o senhor*.
 (Martins Pena, *O Dileitante*, 1845)

Por sua vez, nos dados de objeto indireto do fim do século XIX, destacam-se os complementos de verbos de transferência verbal/perceptual, em especial os *dicendi*. No caso do diálogo abaixo, o exemplo (19b) parece deixar claro que *a* e *para* estão ocorrendo no mesmo contexto:³⁶

- (19) a. - Surge aqui o seu Ramão, meu conhecido de outros tempos, e a senhora *grita para ele*: Tu!...E ele *grita pra senhora*: Tutututu! Não percebo!
 b. - Sinhozinho! Mimoso! *Diga a mamãe* que eu estou aqui...
 - *Pra mamãe* eu *digo*; mas *pra tia* não *digo*, não!
 (Simões Lopes, *A Viúva Pitorra*, 1896)³⁷

Buscando confirmar essas tendências, Torres-Morais & Berlinck (2002) estendem a análise do século XIX a outros gêneros de textos – anúncios e cartas de redatores/leitores de jornais. Foram obtidos 493 casos de objeto indireto oblíquo em anúncios e 129 em cartas. Em ambos os tipos de texto, observou-se uma distribuição estatisticamente

³⁶ Mas veja observações feitas acima a respeito dos verbos *dicendi*.

³⁷ Entretanto, é preciso que se registre que verbos como *dizer*, *escrever* etc., também no PE moderno, podem ocorrer com complementos preposicionados introduzidos por *para*, como mostram os exemplos abaixo, extraídos de contos populares portugueses (Pedroso, 2001).

- (i) a. Disse ele *para a mulher*:
 - Eu vou chamar os meus companheiros.(p. 322)
 b. A bruxa *disse para o pai da menina* que fosse correndo...p. 55

Essas ocorrências talvez possam ser explicadas, paralelamente aos casos de predicados do tipo de *comprar*, como a possibilidade de certos predicados em participar do que se denomina “estrutura de argumentos alternativa”. A alternância em questão envolve o mesmo número de argumentos, mas papéis semânticos distintos, a saber, *meta* ou *beneficiário*, no caso dos *dicendi*, ou *meta/fonte* no caso do verbo *comprar*.

A mesma explicação, porém, não parece ser boa para os fatos do PB, uma vez que a preposição *a* está desaparecendo em todos os casos de alternância *meta/fonte* ou *meta/beneficiário*, dando lugar à preposição *de* ou *para* respectivamente.

equivalente das preposições variantes: 99% e 97% de casos com a preposição *a*, para os anúncios e para as cartas, respectivamente.³⁸

Vejam alguns trechos de anúncios do Estado de São Paulo e Capital. A preposição *para* em (20d-e) foi usada na expressão do argumento *meta/recipiente*. Por sua vez, o exemplo (20b) ilustra um caso de interpretação do complemento dativo do verbo *comprar* como *fonte/origem*. Esse último caso é importante, primeiro por ser mais raro, uma vez que os dados históricos favorecem as ocorrências em que o dativo é interpretado como *meta/alvo*; e, segundo, porque revela o uso do *a* como introdutor do argumento *fonte/origem*. No PB atual, essa interpretação é obtida unicamente com o uso da preposição *de*.³⁹

- (20) a. João Rost, Cirurgião Dentista, aprovado por varias faculdades de Medicina tem a honra de *avisar a este respeitavel publico*, _que elle tira, alimpa, chumba dentes, e os faz claros por sujos que elles seião, ... (O Farol Paulistano, 06 de agosto de 1828).
- b. À PRAÇA Eu abaixo assignado declaro que *comprei ao senhor Joaquim Machado de Lemos*, livre e desembaraçado de qualquer onus, o seu armazem de secco e molhados, sito à rua do Seminario numero 8. Luiz Turri. (Diário Popular, 03 de janeiro de 1879).
- c. SORTEIO DE UM CHALET. *Peço aos portadores de bilhetes do sorteio de um chalet* em Caxambú, a virem conferir os seus bilhetes na redacção desta folha. (A Notícia, 15 de dezembro de 1898).
- d. Quer isto dizer que o nosso descascador, nas primeiras mil arrobas de café que beneficia, já *proporcionou para o fazendeiro* uma economia cujo valor é superior ao seu custo. (Correio Paulistano, 27 de fevereiro de 1889)

³⁸ O cálculo de peso relativo para os grupos de fatores definiu a oposição ‘anúncios – cartas’ como não relevante para a explicação da variação nesse momento histórico. O peso relativo geral para a preposição *a* é de 0.96, o que indica uma probabilidade quase categórica de escolha dessa variante.

³⁹ O uso da preposição *de*, porém, não é exclusivo do PB. No PE, a preposição *a*, ao lado da forma cliticizada do pronome é comum com verbos como *fugir* e *roubar*, que permitem a interpretação *fonte/origem* do OI. No entanto, esta interpretação é obtida também na presença da preposição *de*, como mostram os exemplos com o verbo *fugir*. Lembramos apenas que, diferentemente do que ocorre no PB, para os falantes portugueses existem diferenças de interpretação, embora sutis, entre os complementos introduzidos por *a* e *de* nestes casos.

- (i) a. ... mas não fugiu *aos tíques* e situações dos anos 60. (DNA, n° 171, 03 /11/00)
b. Não vá a boca fugir-*lbe* para certas verdades... (DNA, n° 168, 19/02/00)
c. Às vezes tenho ataques de nostalgia. Mas procuro fugir *deles*. (DNA, n° 180, 13/05/00)
d. Já contei também a história do juiz que mandou vir ao tribunal os ladrões que “faziam” a estação do Rocio porque tinham roubado o relógio *ao seu pai*... (Noticias-Magazine, maio/2000)
e. Quem conseguia roubar a camisa lavada *ao outro*... (DNA, n° 171,11/03/00)

Nos anúncios de jornais do século XIX, o uso do *de* já se apresenta também em concorrência com *a*:

- (i) a. *Furtaram de* Paulo Delfino da Fonseca, de sua chacara, uma campainha de prata *que fazia parte de um tinteiro do mesmo metal, tendo gravado seu nome e uma dedicatória*. (Correio Paulistano, 29 de maio de 1879)

e. Pertende-se *entregar* uma carta vinda da Província das Alagoas *para* a *Senhora Dona Francisca Joséfa d’Araujo*; e como se ignora quem seja esta Senhora, roga-se-lhe a queira mandar procurar n’esta Typographia. (*O Farol Paulistano*, 06 de agosto de 1828)

Ressalte-se ainda que os objetos indiretos foram regularmente pronominalizados pelo *lhe*, tendo as expressões *a ele/a ela*, sem redobro, ocorrido com baixíssima frequência no conjunto dos dados (3 casos). Aparecem ainda nos anúncios e cartas outros aspectos da gramática dos clíticos, como as formas duplas *lhe+o/a/os/as* (21b), incluindo a forma *se-lhe* (21c), ambas ausentes da variedade brasileira atual, inclusive na escrita formal. Os exemplos abaixo são de anúncios de jornais de São Paulo:

- (21)
- a. Furtaram de Paulo Delfino da Fonseca, de sua chacara, uma campainha de prata que fazia parte de um tinteiro do mesmo metal, tendo gravado seu nome e uma dedicatória. Quem *lhe dêr* notícias ou *restituir-lhe* esta peça, receberá de gratificação o dobro de seu valor. (*Correio Paulistano*, 29 de maio de 1879)
 - b. O annunciante gratifica a quem o prender e *lh’o entregar* ou pozer na cadêa desta cidade... (*Gazeta de Campinas*, 15 de junho de 1870)
 - c. Vendem-seSeis carroças com arreios e bestas muito boas, por preço muito commodo. Quem pretender compral-as, dirija-se á typographia d’esta folha, aonde *se lhe darão* as precisas informações. (*A Mocidade*, 17 de maio de 1874)

O forte contraste observado entre os resultados obtidos para o século XIX e aqueles obtidos nas amostras de língua falada das últimas décadas do século XX pôde se dar, pelo menos em parte, pela diferença de modalidade de língua, escrita vs. falada, que serviu de fonte de dados em cada caso. Como dito na seção 3.1., para minimizar essa oposição, fizemos um estudo comparativo entre o PE e o PB com uma amostra de língua escrita, organizada a partir de entrevistas e anúncios de revistas e jornais portugueses e brasileiros. Ainda com o objetivo de minimizar as diferenças entre oralidade e escrita, ampliamos o *corpus* de língua escrita do PB da segunda metade do século XX. Novamente, usamos textos da mesma natureza que aqueles utilizados anteriormente – anúncios e cartas de leitores/redatores, embora tenhamos nos limitado a revistas brasileiras. A ampliação mostrou-se pertinente.⁴⁰

⁴⁰ Tanto os anúncios, quanto as cartas, provêm de revistas, na sua maior parte ‘femininas’, e não de jornais. A opção se justifica por esse tipo de veículo, e nele o tipo de texto selecionado, apresentarem um grau de informalidade maior do que os jornais no período analisado. Tal como foi observado na análise dos dados oitocentistas, a natureza do texto-fonte – anúncio ou carta – não foi selecionada pelo cálculo de peso relativo, que indica os fatores mais significativos para a explicação da variação. Assim, os resultados aqui discutidos se referem ao conjunto dos dados obtidos a partir desses dois tipos de texto.

A tabela 2 traz os índices gerais de frequência e de peso relativo das preposições *a* e *para* em dois momentos considerados – os anos 60-70 e os anos 95-2000. Como se observa, a presença de *a* no primeiro período é alta, embora já represente uma diminuição acentuada em relação ao que foi observado para o século XIX. Mais significativa ainda parece-nos a redução verificada no intervalo entre os anos 60-70 e os anos finais do século, quando as preposições se apresentam com uma distribuição equilibrada, em torno de 50%⁴¹. Se considerarmos o cálculo de peso relativo (PR), o contraste entre os dois momentos é ainda mais expressivo, apontando para uma tendência inequívoca à redução no uso da preposição *a*.

Preposição	A		PARA	
	%	PR	%	PR
Anos 60-70	70% (117/167)	0.71	30% (50/167)	0.29
Anos 95-2000	48% (85/179)	0.30	52% (94/179)	0.70

Tabela 2

Os exemplos em (22) ilustram o emprego das preposições nos períodos analisados. Destacamos que a seleção dos dados incluiu a preposição *para* como introdutora de sintagmas “locativos” que permitiam uma relação anafórica com o pronome *lhe*. São os casos em que não temos os locativos puros (22c), mas sim aqueles complementos que podem receber metaforicamente uma interpretação de *recipiente/meta* com o traço [+ animado].

- (22) a. Havia tanto trabalho a fazer: puxar arado, semear e colher, levar a colheita, *levar* o doutor *ao doente distante*, transportar por estradas ruins ou por onde não

⁴¹ Entre os dados colhidos, encontramos ocorrências com as preposições *em* e *até*, junto a verbos de *movimento com transferência*. Trata-se de 3 casos, nos dados de 60-70, e 7 casos entre os dados de 95-2000. Consideramos que, na modalidade de texto analisada, essas preposições ainda não constituem realmente concorrentes de *a* e *para* e, assim, decidimos excluir tais dados da análise.

havia estrada, ajudar a construir estradas e desbravar o sertão. Tanto trabalho. Só mesmo um veículo forte. Então apareceu o primeiro “Jeep” brasileiro.

(*Manchete*, 03/1966)

b. Seja a primeira a saber. Que ninguém lhe dê a notícia de que você vai ser mamãe. O direito é seu de *dizer a “ele”* e *aos outros* que você está “esperando”.

Distribua a sua alegria de mãe, sozinha, como a Soberana do Lar. Faça o teste do Twentisec em casa mesmo. Em 20 segundos você sabe o resultado. Economiza tempo, um bom dinheiro e você é a primeira a saber. (*Capricho*, 03/1973)

c. Não dá para ficar de fora dessa promoção. *Mande sua carta para a Capricho* até o dia 28/07/95 (data de postagem no Correio). (*Capricho*, 07/1995)

d. Viva Mais! faz aniversário e você é que escolhe o presente. *Conte para nós* quem é o ídolo que você quer ver na capa da revista nessa edição tão especial. (*Viva Mais!*, 15/9/2000)

3.3 Considerações sobre os dados históricos

A partir dos resultados quantitativos obtidos com amostras de língua falada da segunda metade do século XX, temos uma base empírica forte para afirmar que o objeto indireto está sendo reanalisado no PB, no sentido de se apresentar preferencialmente como um sintagma preposicionado, introduzido por *para*. Além disso, os resultados relativos aos dados de língua escrita, para o mesmo período, revelam que o processo de substituição da preposição *a* por *para*, já consolidado na fala, também se encontra bastante avançado no uso escrito.

Ao contrário, os resultados quantitativos referentes aos séculos XVIII e XIX mostram ainda a predominância da preposição *a* com os complementos dos verbos ditransitivos e o uso dos clíticos dativos de 3ª pessoa. Como interpretar tais resultados? Que validade lhes poderia ser atribuída? A hipótese que nos ocorre é a de que a gramática dos autores dos textos históricos examinados evidencia que ainda não estariam em andamento as reanálises gramaticais que hoje identificam a variante brasileira do português. Esta não é a única hipótese, porém. Mais provável é que os dados históricos estejam revelando a dependência da língua escrita aos padrões lusitanos por seu valor sociolingüístico. Ou seja, os resultados quantitativos obtidos não evidenciam obrigatoriamente que as reanálises gramaticais na manifestação do complemento dativo já não fizessem parte da competência lingüística dos falantes, nos dois períodos em estudo. É bem possível que já estivessem se manifestando na oralidade, mesmo entre os indivíduos com um certo grau de escolaridade. Seguindo a teoria da coexistência de gramáticas, formulada por Kroch (1994), podemos supor que durante os séculos XVIII e XIX, os falantes cultos internalizam gramáticas em competição: uma delas, de prestígio,

reflete os usos cultos lusitanos, e se manifesta na língua escrita; a outra, é expressiva do vernáculo. Seria necessário, porém, que buscássemos no *corpus* estudado outros aspectos gramaticais do PB que dessem sustentação a essa hipótese.

No PB atual, os estudos quantitativos que contemplam a língua falada em diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade mostram que a competição entre as formas *a* e *para* e a competição entre os clíticos anafóricos e formas pronominais fortes apresentam um percurso que se resolve pela predominância das formas inovadoras. O caso particular da modalidade escrita e, nesta, a diferença entre os textos mais formais e menos formais, pode caracterizar ainda, como dissemos, uma situação de *diglossia*, ou seja, a internalização de gramáticas distintas, com um estatuto sociolingüístico particular.⁴²

Por outro lado, a visão laboviana de regra variável nos permite considerar que, embora com todos os aspectos avaliados a distribuição das preposições se mantenha próxima dos índices gerais, o cálculo de peso relativo identifica para os séculos XVIII e XIX alguns contextos que se associam mais fortemente ao uso da preposição *a* ou de sua concorrente. Estes é que seriam considerados os pontos frágeis da estrutura por onde a substituição teria começado.

Um primeiro caso é o de verbos que podem ser construídos ou com um complemento [+humano] / [+animado] ou com um complemento [+locativo] que, na tipologia que adotamos, são chamados de verbos de transferência material e de movimento físico, como *remeter, enviar, levar, trazer*.

Notou-se, na análise, que a preposição *a* predomina quando o complemento inclui um referente humano. Quando, porém, o referente indica um lugar, as chances de termos a preposição *para* encabeçando o complemento aumentam expressivamente, como podemos ver na tabela 3, que apresenta resultados dos dados do século XIX:

Preposição	<i>A</i>		<i>PARA</i>	
	%	PR	%	PR
<i>Humano</i>	99%	0.60	1%	0.40
<i>Locativo</i>	92%	0.08	8%	0.92

Tabela 3

⁴² Para uma discussão relacionada ao tópico, cf. Torres-Morais (2002).

Os dois exemplos abaixo ilustram essa associação:

- (23) a. ... Foi remetido *a um senhor* *Negociante* desta Cidade um caxóte de livros...
(*O Farol Paulistano*, 11 de março de 1830)
b. Remette-se *para qualquer ponto de Estrada de ferro*. Cal, cimento, telhas.
(*O Farol Paulistano*, 11 de março de 1830)

Há muita variação, porém, com o argumento locativo. Um caso interessante é o do exemplo (24), encontrado nos anúncios, que revela a co-ocorrência dos usos locativo e dativo da preposição *a*, com o verbo de movimento físico *levar*:

- (24) Quem o prender *e levar a Taubaté* *á Antonio Joaquim da Silva ou á João Evangelista da Costa Marcondes*, será generosamente gratificado. Taubaté, 6 de Outubro de 1879. Antonio Joaquim da Silva. (*A Constituinte*, 08 de outubro de 1879)

Em outros casos, embora o locativo co-ocorra com o dativo, é introduzido pela preposição *em*:

- (25) Fugiu no dia 1º de Abril, ao abaixo assignado, o escravo de nome Pio... Quem o aprehender *e levar a seu senhor em sua fazenda*, perto da estação dos Vallinhos será bem gratificado. Pedro Americo G. Andrade. (*Gazeta de Campinas*, 28 de abril de 1872)

A correlação entre, por um lado, o traço [humano] e a preposição *a*, e, por outro, o traço [locativo] e a preposição *para* continua válida nos dados escritos da segunda metade do século XX; no entanto, o processo de gradual substituição de *a* por *para* fica evidente na medida em que esta preposição passa a ter um emprego bastante mais significativo com complementos com referente humano entre os dados do final do século, como ilustram a figura 3 e os exemplos em (26).

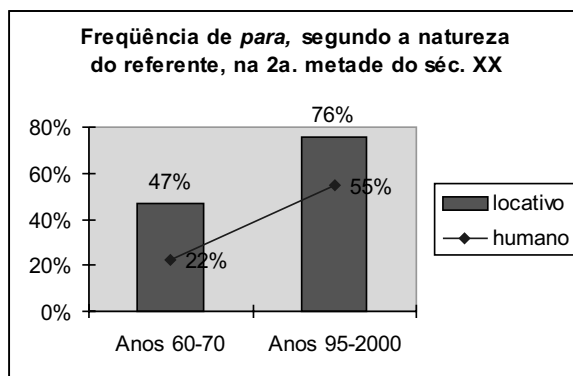


Figura 3

- (26) a. A tecnologia japonesa *traz para você* sua última imagem: fujichrome Cromo para profissionais, com granulação excepcionalmente fina. (*Revista ÍrisFoto*, jan/fev., 1995)
- b. Meu irmão *manda* todas as edições de Viva Mais! *para mim*, aqui em Angola. A revista é ótima. (*Viva Mais!*, 15/9/2000)
- c. Na edição especial CAPRICHOS/Férias, seção passatempo nós pedimos *para as meninas* montarem um retrato falado. Foi a maior curtição e resolvemos *mostrar alguns para vocês*. (*Capricho*, 04/1995)

Em relação aos exemplos do século XVIII, no caso de (16a) (“conduziam a prata para as suas aldeias”), não temos um objeto indireto, mas um complemento oblíquo locativo. No entanto, a co-existência com construções como (17a-b) (“escrever para a frota” e “disera para os q’ vinhao na cometiva”) sugere que podem ter sido esses verbos com mais de uma possibilidade de construção que tenham sido os primeiros a serem afetados pela mudança que levou ao uso de *para* na expressão dos dativos de modo predominante no PB atual.

Esse tipo de ocorrência também leva a uma outra reflexão. A interpretação [+ humano/+animado] dos complementos indiretos dos predicados ditransitivos pode, embora não necessariamente, ser interpretado acessoriamente como um *beneficiário*. Ao *remeter*, *levar* ou *trazer* algo para alguém, pode estar implícita tal interpretação. Ora, esse valor semântico já podia ser marcado pela preposição *para*, como atestam os exemplos abaixo, do período arcaico (27a) e período moderno – teatro do século XIX (27b).

- (27) a. Ho avarento faz tesouro, e nom ssabe *pera quem o guarda*. (*Fabul.,fab.*,42)
- b. (...) Não ha como as viúvas! Foi *para mim* que ela anichou estes versos dentro da mimosa luva! (Simões Lopes, *A Viúva Pitorra*,1896)

Assim, a interpretação *beneficiário*, característica dos constituintes introduzidos pela preposição *para*, pode ter representado uma condição favorável à substituição de *a* por *para* com certos verbos de movimento que selecionam um argumento *meta/recipiente*.

Posteriormente, esse processo acaba por atingir objetos indiretos que não poderiam receber a interpretação [locativo], mas que são sempre [+humano], como os complementos de verbos de transferência verbal ou perceptual. É o que se observa na análise dos dados de língua escrita da segunda metade do século XX: entre os dados

dos anos 60-70, 91% dos casos ocorrem introduzidos pela preposição *a*; já nos dados dos anos 95-2000, o emprego de *a* corresponde a apenas 55% das ocorrências. Se a preposição *para* ainda não predomina nesse contexto na língua escrita, ela já entra “em condições de igualdade” na construção do complemento (cf. 28).

- (28)
- a. Que tal *anunciar* o seu produto *para uma torcida de 15 milhões de ouvintes fanáticos por consumo?* (*Capricho*, 03/1996)
 - b. A *Capricho* *perguntou para trinta meninos*, de 14 a 18 anos, se eles são ou não influenciados pelos amigos. O resultado foi 10% sim x 90% não. (*Capricho*, 02/1996)
 - c. Coisas para você fazer: *dizer para ele* que está completamente apaixonada. (*Capricho*, 03/1996)

O segundo aspecto que se destacou na análise foi a oposição entre o caráter concreto ou abstrato da situação descrita. Quando a construção descreve uma situação entendida como ‘abstrata’, observou-se uma grande probabilidade de ocorrência da preposição *a*, nos dados do século XIX (peso relativo de 0.89). Esse índice cai para 0.31 quando a situação descrita se caracteriza como ‘concreta’. Embora o contraste entre os índices não seja tão acentuado nos dados de língua escrita da segunda metade do século XX, as correlações se mantêm: a preposição *a* apresenta uma possibilidade de ocorrência entre 0.6 e 0.7, quando a situação é identificada como ‘abstrata’, e entre 0.35 e 0.4 quando temos uma situação ‘concreta’. Os exemplos (29a-c) ilustram as construções identificadas como ‘abstratas’:

- (29)
- a. “levar ao conhecimento das autoridades”
 - b. “oferecer vantagens a seus possuidores”
 - c. “confiar a educação dos seus filhos a moços bem procedidos”

O sentido mais concreto ou mais abstrato de uma construção depende da natureza dos elementos que a compõem, do modo como, nessa composição, um elemento atua sobre a natureza semântica do outro. Nos complementos preposicionados analisados, o N, como núcleo do NP que compõe o objeto indireto, é em boa parte responsável pela definição desse sentido, mas também contam a natureza do sujeito, *agente* ou não, e do objeto direto (quando presente), como mostram (29b-c).

A forte associação entre ‘situação abstrata’ e a preposição *a* não impede a ocorrência da preposição *para* nesse contexto. Mesmo nesse espaço há variação (30a-b) e ela é extremamente significativa. Considerando o papel preponderante da preposição *para*

no PB atual, o fato de encontrarmos o seu emprego em textos do século XIX não só em construções que descrevem situações concretas, mas também para marcar um dativo em uma situação abstrata é indício do encaminhamento que o processo de substituição deve ter tomado.

- (30) a. “proporciona ao fazendeiro uma grande economia de tempo.”
 b. “já proporcionou para o fazendeiro uma economia.”
 (*Correio Paulistano*, 27 de fevereiro de 1889)

Ilustrativo dessa tendência e dessas relações é o resultado da análise de objetos indiretos complementos de verbos de transferência material (*dar*, *remeter*) nos dados de língua escrita da segunda metade do século XX. Correlacionando a variação da preposição introdutora da função com a natureza [\pm concreta] do objeto direto, observamos que casos como (31b) se tornarão bem mais freqüentes, mesmo no uso escrito (cf. tabela 4 e exemplos (31)).

Preposição	<i>OD concreto</i>	<i>OD não-concreto</i>
Período		
<i>Anos 60-70</i>	33% (12/36)	15% (5/34)
<i>Anos 95-2000</i>	86% (25/29)	39% (9/23)

Tabela 4: Freqüência de *para* com OIs de verbos de *transferência material*, segundo a concretude do OD.

- (31) a. O Kumon *dá um belo apoio para nós*, orientadoras, o material é programado e de excelente qualidade e estamos sempre nos reciclando. (*Cláudia*, 02/1997)
 b. O SCI é o maior banco de dados de informações comerciais da América Latina. Não é à toa que *fornece* informações atualizadas sobre o perfil de pessoas e empresas em qualquer lugar do Brasil, *para mais de 25.000 empresas filiadas*. (*Veja*, 8/10/1997)

c. Milleteo é uma linha de puro óleo e creme vegetal que *oferece para você o melhor do milho* com qualidade e sabor para uma alimentação leve e equilibrada. (*Criativa*,03/1995)

Por outro lado, fica caracterizado qual é o ‘nicho’ de manutenção da preposição *a*, que ainda apresenta percentuais significativos de uso em enunciados com um sentido geral, que podemos tentativamente caracterizar como *meta/recipiente*, tal como ilustram os exemplos (32).

- (32) a. A NEC está sempre desenvolvendo novos computadores mais rápidos e versáteis, preparados, inclusive, para *oferecer muito mais recursos às telecomunicações*. (*Veja*, 8/10/1999)
- b. Acho a história de meu avô muito triste. Sonho em *dar a ele a alegria de reencontrar os irmãos*. (*Viva Mais!*, 3/11/2000)
- c. Para ser líder mundial neste segmento, a Tupperware pensou em tudo. Só ela *dá 10 anos de garantia aos produtos que fabrica*, o que a torna incomparável. (*Cláudia*, 13/03/1998)

4. “Alternância dativa” no português

4.1 Sobre as preposições

Como se buscou enfatizar ao longo deste trabalho, parece estar claro que o PB tomou rumos distintos do PE ao adotar a possibilidade de substituir a preposição *a* pela preposição *para* com os complementos *recipiente/fonte* dos verbos ditransitivos que expressam movimento ou transferência. Mudanças no emprego das preposições, porém, não representa algo incomum na história de muitas línguas. Em particular, processos observados no período de formação das línguas românicas dizem respeito a rearranjos no sistema das preposições.

Como se sabe, o latim clássico já possuía um sistema de preposições expressivo das relações que se estabeleciam entre alguns tipos de complementos, ou adjuntos, com o predador verbal. No entanto, as marcas de caso morfológico, acusativo ou ablativo, nos sintagmas nominais, por si sós eram suficientes para expressá-las. Desta forma, o papel das preposições era restrito, consistindo principalmente em delimitar as relações já estabelecidas, como em: *ire ad silvam* - “ir à floresta”; *ire in silvam* - “ir pela floresta a dentro”. Com a perda das flexões casuais nas línguas românicas, o papel das preposições se amplia consideravelmente.

No caso da formação do português, o fato de as preposições terem ganho novas funções não significou nem a conservação, nem a ampliação do inventário das formas latinas⁴³. Ao contrário, o que se observou foi uma redistribuição no emprego de algumas delas. De fato, o pequeno grupo de preposições essenciais do português, todas originárias do latim, tem como um dos seus significados gramaticais básicos a localização no *espaço* e, por extensão no *tempo*, do qual resulta um conjunto de significações, deduzidas metaforicamente, de *estado*, *origem*, *fim* etc. (cf. Câmara Jr.1975. pp. 177-184)

No plano locativo, por exemplo, a preposição portuguesa *em* indica uma localização estática. Já o acréscimo de uma noção dinâmica pode ser bem ilustrado pelas preposições *de*, *a*, *por*, *para*. A preposição *de*, oriunda da latina *dē*, incorpora, ao lado da significação latina de *movimento de cima para baixo*, as noções de *proveniência* e *movimento de dentro para fora*, respectivamente expressas no latim clássico pelas formas *ab* e *ex*. Portanto, assume as três noções. Além disso, passa a expressar a idéia de posse concretizada na relação de subordinação de um substantivo a outro. Da mesma forma, já no latim imperial *per* + *ad* dá origem a *para* (em sua forma arcaica, *pera*), que assimila os significados das duas formas, respectivamente, *percurso* e *direção definida*. No português, há uma evolução, e a forma passa a incluir, além da noção de *direção*, as noções complementares de *chegada* e *permanência*. Daí a oposição entre *ir a Paris*, com significação geral de *direção* e *ir para Paris*, com a significação de *permanência*.

Quando à forma portuguesa *a*, há uma ampliação do significado da preposição latina *ad* para expressar a noção dinâmica de *direção*. No latim clássico, o conectivo *ad* tinha uma distribuição limitada, ou seja, co-ocorria com *in* que manifestava duas propriedades: reger acusativo e expressar o significado *movimento + entrada*. Com a ampliação de significado da preposição *a*, o que no latim se expressava como *ire in silvam* (ir pela floresta adentro) e *ire ad silvam* (ir à floresta), no português é a forma única *ir à floresta*⁴⁴. Por outro lado, como já mencionado, a preposição *a* entra em competição com *para*, uma vez que esta última amplia o seu significado e se especializa na expressão da *direção com permanência* com certos verbos de movimento.

⁴³ Não ignoramos os processos que levaram alguns adjetivos (*segundo*, *conforme*), formas de particípio passado (*salvo*, *exceto*, *junto*) e presente (*tirante*, *mediante*, *durante*) a desempenharem a função de preposições no português; nem a ampliação dessa classe por meio de locuções prepositivas, processo muito produtivo em nossa língua. Queremos, apenas, ressaltar os processos que envolveram especificamente o inventário de preposições latinas.

⁴⁴ Sobre essa alternância cf. Guedes & Berlinck, 2003.

Segundo Câmara Jr, mudanças da mesma natureza parecem estar ocorrendo no PB em relação ao PE, pelo menos na língua falada e escrita menos formal. A distribuição entre *em* e *a* se resolve por uma acentuada preferência por *em* com verbos que selecionam um *locativo*. Assim, *ir na floresta, ir no banco, ir na escola* são muito produtivos no vernáculo brasileiro, ao lado de *ir à floresta, ir ao banco, ir ao cinema*, dos usos cultos em Portugal e no Brasil.

4.2 Sobre a expressão morfológica do OI

Neste trabalho a nossa atenção se voltou ainda para a expressão anafórica dos argumentos dativos. O que se pôde observar é que o PB se distancia do PE, de forma marcante na língua falada, não só pelo uso preferencial da preposição *para*, como também pela ausência dos pronomes *lhe/lhes* em seu uso como 3ª pessoa. Neste último caso, a inovação é substituí-los pelas formas preposicionadas *a/para ele/s a/para ela/s*, sem o redobro ou sem uma interpretação obrigatoriamente contrastiva.

No PE, porém, a expressão morfológica dos argumentos dativos é muito produtiva. O que queremos propor é que a manifestação morfológica dos argumentos dativos no PE não se restringe à forma cliticizada da 3ª pessoa. Também o argumento dativo (DP) introduzido pela preposição *a* é outra estratégia morfológica disponível. Esta afirmação nos leva, então a tratar a frase introduzida por *a* como sintagma determinante (a-DP) e não como sintagma preposicional (PP). Assim, no PE, a preposição *a* teria um estatuto ambíguo: preposição plena e marcador de caso. No caso dos argumentos dativos, a preposição *a* não é uma verdadeira preposição, mas um marcador de caso dativo.

Essa afirmação pode ficar mais clara se retornarmos aos fatos da formação do português. Sabemos que os verbos que no latim clássico selecionavam um complemento morfológicamente dativo (*loquor puero - falo ao menino*), já no latim vulgar passam a expressá-lo pela forma *ad + complemento acusativo*. E embora, como vimos acima, a preposição *ad* tenha sido a escolhida para expressar a noção de direção em vários contextos verbais, vamos sustentar que, nos contextos dativos, sua evolução é diferente, ou seja, ela não é tratada como uma verdadeira preposição, mas um marcador de caso. Desta forma, entende-se por que os gramáticos têm divergido em suas descrições do objeto indireto. (cf. seção 2) As divergências descritivas revelam que a função está sendo entendida tanto num sentido estrito como num sentido amplo. No sentido estrito, que nós estamos entendendo como

aquele que se baseia também em critérios morfológicos, o OI refere-se ao conjunto dos argumentos plenos introduzidos exclusivamente pela preposição *a* e, neste caso, está em distribuição complementar com a forma cliticizada *lhe/lhes*. No sentido mais amplo, o termo pode se referir a uma gama de sintagmas introduzidos por preposição, inclusive a preposição *a*, e abrange um conjunto de verbos que não se restringe aos tradicionalmente denominados verbos ditransitivos (cf. Cunha & Cintra, 2001). Repare, porém, que o último critério implica que a possibilidade de co-ocorrência do argumento preposicionado com a forma cliticizada deverá ser desconsiderado obrigatoriamente, uma vez que os clíticos dativos não “substituem” os sintagmas preposicionados (PPs). Lembramos ainda que os pronomes dativos de 3ª pessoa, ao contrário dos de 1ª e 2ª pessoas, resultam dos demonstrativos latinos e estabelecem uma distinção formal entre acusativo e dativo. Assim, *o, a, os, as* vs. *lhe, lhes*. “É esta a marca formal que ainda existe para distinguir com precisão objeto direto de objeto indireto, de um lado, e, de outro lado, objeto indireto e complemento de direção”. (Câmara Jr, 1975. p. 238, grifo nosso)

Com base no critério morfológico que identifica o OI, vamos propor que o PE apresenta dois tipos de construções que exibem as propriedades fundamentais do conhecido fenômeno da “alternância dativa”, já bastante estudado na literatura especializada para um conjunto de línguas. Na primeira, que denominamos *construção ditransitiva preposicionada*, o argumento de verbos como *levar, dar, dizer, comprar*, etc., introduzido por preposição, se apresenta como um PP, ou seja, é um argumento selecionado por uma verdadeira preposição, com conteúdo semântico, que proporciona o sentido direcional na expressão dos papéis temáticos *meta/recipiente* e *fonte*.

A segunda, denominada *construção de objeto duplo*, é a construção dativa “verdadeira” no sentido em que o OI se apresenta como uma classe distinta morfológicamente, uma vez que está identificado por uma marcação especial de caso. O argumento dativo se apresenta na sua forma cliticizada (*lhe/lhes*) ou como um argumento pleno, (*a*-DP), em que a preposição *a* é um marcador de caso dativo, incluindo ainda as formas *a ele/s, a ela/s*. Como dissemos, ao assumir a alternância dativa, estamos ao mesmo tempo afirmando que a preposição *a* tem um estatuto ambíguo no PE nos contextos ditransitivos. Assim, na construção ditransitiva preposicional, *a* é uma preposição plena que proporciona um sentido direcional, locativo. Neste caso, o OI é um PP. Na construção de objeto duplo, o OI não é um PP, mas um DP marcado morfológicamente como uma expressão

dativa. A interpretação temática do argumento dativo é obtida através da posição em que o mesmo é gerado.⁴⁵

Vejamos como a alternância dativa se apresenta no PE na expressão dos papéis temáticos *meta/recipiente* (33a) e *meta/fonte* (33b):⁴⁶

- (33) a. O José enviou uma carta *à Maria* / enviou-*lhe* uma carta vs. O José enviou uma carta *para a Maria*.
b. O José roubou o relógio *ao Pedro*/ roubou-*lhe* o relógio vs. O José roubou o relógio *do Pedro*/ O José roubou o relógio *para o Pedro*.

É importante registrar que os falantes cultos do PE reconhecem também diferenças sutis na interpretação da duas construções, embora os papéis temáticos possam ser os mesmos. Assim, com verbos do tipo de *enviar*, *entregar*, a construção ditransitiva com *para* só será possível se a carta não tiver sido entregue diretamente *à Maria*. Ou seja, se puder ser interpretada como: O José entregou *ao João* uma carta *para a Maria*/entregou-*lhe* (*ao João*) uma carta para que este a entregasse *à Maria*. Ao contrário, se enviou a carta *à Maria*, entregou-a diretamente.

O mesmo se dá com verbos do tipo de *roubar*, *tirar*, *furtar*. No caso em que o argumento interpretado como *fonte/origem* do movimento é introduzido por *a*, entende-se que embora o relógio não tenha que estar necessariamente com o Pedro na hora do roubo, o Pedro é, de alguma forma, mais diretamente afetado pelo roubo. No segundo caso, não. Ou seja, no PE há uma distinção entre uma expressão dativa e uma expressão genitiva. Já com *roubar para*, o José roubou o relógio *para o Pedro*/ roubou-o para dá-lo ao Pedro ou porque o Pedro *lhe* pediu ou porque ele sabia que o Pedro o queria.⁴⁷

A dicotomia no estatuto da preposição *a* como preposição direcional e marcador de caso dá conta também dos fatos do redobro obrigatório no PE, discutidos na seção 2. Enquanto o redobro é exigido com as expressões pronominais *a ele/s*, *a ela/s* nos contextos dativos (cf. exs. em 10), o mesmo não ocorre com as expressões pronominais selecionadas por diferentes tipos de predicadores (cf. exs. em 15). Portanto, aqui também o mesmo morfema *a* está presente em ambas as construções, embora com estatuto gramatical distinto.

⁴⁵ Para um estudo do estatuto categorial das preposições, associado à dicotomia Caso estrutural vs. Caso inerente, cf. Chomsky (1981, 1986).

⁴⁶ Em trabalho em andamento, Torres-Morais & Berlinck apresentam novos argumentos, de natureza sintática e morfológica, mostrando que as duas construções no português correspondem às duas estruturas da alternância dativa. As sentenças ditransitivas com argumentos clíticos ou com o redobro têm uma estrutura distinta das sentenças em que o OI é um complemento PP.

⁴⁷ Agradecemos à Ana Maria Martins por nos ter fornecido estas informações.

Como discutimos anteriormente, os processos que levam à substituição da preposição *a* pela preposição *para* no PB, em oposição ao PE, na expressão do objeto indireto, não ocorrem isoladamente, mas paralelamente à perda da estratégia de expressão morfológica dos complementos dativos, ou seja, do uso dos dativos anafóricos de 3ª pessoa, *lbe/lbes*. Tais mudanças morfológicas se refletem ainda na perda do redobro do clítico na presença dos pronominais fortes. Nesta perspectiva, consideramos que o que ocorreu na história do PB foi a perda de uma propriedade que caracteriza a gramática do PE, a saber: os argumentos dativos formam uma classe distinta morfológicamente.

5. Conclusão

Como procuramos mostrar ao longo deste texto, não havia no latim clássico um complemento dativo preposicionado. A construção de objeto duplo, em que o argumento *meta/fonte* é introduzido pela preposição *a* aparece no português com a perda da flexão casual nos nomes. No entanto, a manifestação morfológica da função permanece, uma vez que, neste caso, *a* é um marcador de caso e não uma verdadeira preposição. Com isso, tem o mesmo estatuto morfológico dos pronominais clíticos de 3ª pessoa. O estatuto da preposição *a* como marcador de dativo se reflete ainda no redobro obrigatório com os pronomes fortes. Estes fatos caracterizam a gramática do PE atual.

No PB, porém, se estivermos no caminho certo em nossa argumentação, após a perda das propriedades morfológicas do OI, esta é uma função preposicionada na presença dos verbos ditransitivos, ou seja, *a* deixa de ser uma preposição ambígua, ao mesmo tempo em que os clíticos dativos *lbe/lbes* se tornam praticamente ausentes na língua falada e escrita menos formal, para se referir à 3ª pessoa. Com isso, desaparece na gramática do PB o fenômeno da “alternância dativa.” Este seria sido o primeiro momento da mudança. Num segundo momento, há uma tendência em se usar a preposição *para* com os argumentos *meta/recipiente*, e a preposição *de* com os argumentos *fonte/origem*. Resumindo: com a perda de certas características gramaticais que identificam o OI, este ganha o estatuto de complemento oblíquo, sendo expresso unicamente nas construções ditransitivas preposicionadas no PB.

6. Referências

- BECHARA, E. (2000) *Moderna gramática portuguesa*. Edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna.
- BERLINCK, R. de A. (1996) The Portuguese Dative. In: Van Belle, W. & Van Langendonck, W. *The Dative*. Vol 1: Descriptive Studies. Amsterdam: John Benjamins, 1996. pp. 119-151.
- BERLINCK, R. de A (1997). Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. In: *II Encontro do CelSul* (CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL). Anais. Florianópolis: UFSC.
- BERLINCK, R. de A. (2000a) O objeto indireto no português brasileiro do século XIX. In: *II Congresso Nacional da e XIV Instituto Lingüístico*, 1999. Anais. Florianópolis: UFSC. pp. 210-220.
- BERLINCK, R. (2000b) *Complementos preposicionados: variação e mudança no português brasileiro*. Conferência proferida no Congresso Internacional “500 anos da Língua Portuguesa no Brasil”, 8 a 13 de maio de 2000. Universidade de Évora. Évora – Portugal.
- BERLINCK, R. de A. (2001) Dativo ou Locativo? Sobre sentidos e formas do “dativo” no português. Curitiba. *Revista Letras*. n. 56, pp. 159-175.
- CAMARA JR.(1975) *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora Ltda.
- CAMPOS, H (1999) Transitividad e intransitividad. In: BOSQUE, I. & DEMONTE, V. (dir.) (3 vol.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid. Espasa-CALPE.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.
- CHOMSKY, N. (1986) *Knowledge of languages*. New York: Praeger.
- CYRINO, S.M.L. (2000) “O objeto indireto nulo no português brasileiro.” *Signum*. n. 3. Londrina: Ed. UEL.
- CUNHA, Celso & CINTRA, L. (2001) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Froneteira. 3ª edição revista.
- DILLINGER, M. et alii (1996) “Padrões de complementação no português falado.” In: KATO, M. (org.) *Gramática do português falado*. Vol.V. Campinas. UNICAMP.
- DUARTE, M. E. L. (2000) The loss of the avoid principle in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A. & NEGRÃO, E.V. (Orgs.) *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Vervuert – Iberoamericana.
- DUARTE, M. I. (1987) *A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições sobre o movimento*. Dissertação de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

- GALVES, C. & ABAURRE M. B. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, A. e BASÍLIO M. (Orgs). *Gramática do Português Falado*. Vol IV: *Estudos Descritivos*. Campinas, Editora da UNICAMP. p. 267-312. 2002.
- GALVES, C. (1998) “A gramática do português brasileiro”. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. n.1, p. 79-93.
- GALVES, C. (2001) *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp.
- GUEDES, M. & BERLINCK, R. de A. Variação em complementos preposicionados no português paulista do século XIX. *Estudos Lingüísticos* 32. Documento C198.htm, 2003. Publicação do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo.
- GOMES, Christina Abreu. (2003) Embedded processes in dative alternation: a comparative study about three contemporary varieties of Portuguese. NWAV(E) 28, Toronto, Canadá, mimeo.
- HERNANZ, M. L. & BRUCART, J.M (1991) *La Sintaxis*. Barcelona. Editorial Crítica.
- SALLES, H. M. L. & SCHERRE, M. M. P. (2003) Indirect objects in ditransitive constructions in Brazilian Portuguese. In: Núñez-Cedeño, Rafael; LÓPEZ, Luis; CAMERON, Richard. (Orgs.). *A Romance Perspective on Language Knowledge and Use - Current Issues in Linguistic Theory*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins. p. 151-165.
- SILVEIRA, G. (1999) “A realização variável do objeto indireto (dativo) na fala de Florianópolis. Trabalho apresentado para exame de qualificação em Sociolingüística, curso de Doutorado em Letras/ Lingüística, Universidade Federal de Santa Catarina.
- ILARI, R. *et alii*. (1996) “Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise. In: CASTILHO, Ataliba de & BASÍLIO, Margarida (orgs.) *Gramática do português falado*. Vol. IV: *Estudos Descritivos*. p. 79-168.
- JAEGGLI, O. (1982) *Topics in Romance Syntax*. Studies in Generative Grammar 12.
- KATO, M. A. (1999) Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter, *Probus*. 11 (1), p. 1-37.
- KROCH, A. (1994) “Morphosyntactic variation.” University of Pennsylvania. ms.
- MATEUS, M.H. M. *et alii* (1983) *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.
- MATEUS, M.H. M. *et alii* (2003) *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MONTEIRO, J.L.(1994) *Pronomes Pessoais*. Subsídios para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza: EUFC.
- ORDOÑEZ, S. G. (1999) Los Dativos In: BOSQUE, I. & DEMONTE, V. (dir.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-CALPE.

- PEDROSO, C. (2001) *Contos Populares Portugueses*. São Paulo: Ed. Landy.
- PERES, J. A. & MÓIA, T. (1995) *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- RAMOS, C. (1999) *O clítico de terceira pessoa: um estudo comparativo português brasileiro/ espanhol*. Universidade Federal de Alagoas. Dissertação de Doutorado.
- RAPOSO, E. (1998) Some observations on the pronominal system of portuguese. *Catalan Working Papers in Linguistics*, 6, p. 59-93.
- SARAMAGO, J. (1982) *Memorial do Convento*. Lisboa: Caminho.
- TORRES-MORAIS, M. A. (2002) Rastreamento aspectos gramaticais e sociohistóricos do português brasileiro em anúncios de jornais do século XIX. IN: ALKMIM, T. M.(org.) *Para a história do português brasileiro. Primeiros Estudos*. Vol. III. São Paulo: Humanitas. pp. 69-126.
- TORRES-MORAIS & BERLINCK, R. de A. (2002) Caracterização do objeto indireto no português. Trabalho apresentado no V encontro do PHPB. Outro Preto. MG.

A EVOLUÇÃO DO SE REFLEXIVO EM PORTUGUÊS NA PERSPECTIVA DA GRAMATICALIZAÇÃO

por

Lorenzo Vitral

Universidade Federal de Minas Gerais

1. Introdução

Esse trabalho trata do percurso diacrônico da forma pronominal *se* reflexiva de acordo com a perspectiva teórica da gramaticalização. A metodologia quantitativa proposta em Vitral (2005) é retomada, em linhas gerais, na seção 2 e é com base nela que analisamos o percurso da forma *se*. Os textos que compõem nossos *corpora* estão listados na seção 3 e, na seção 4, apresentamos a análise de gramaticalização de *se*, destacando os tipos de ocorrências desta forma, a quantificação dessas ocorrências e a descrição teórica dos tipos de ocorrências de *se* que nos leva a analisar a trajetória dessa forma como um processo de gramaticalização.

2. A identificação de processos de gramaticalização

Em Vitral (2005), expusemos as linhas gerais de uma metodologia que permite a identificação de um processo de gramaticalização⁴⁸. Central na nossa proposta é a análise da frequência de um item I, suspeito de estar passando por um processo desse tipo. Assim, levando-se em conta três períodos do português, isto é, os períodos arcaico, moderno e contemporâneo, é necessário examinar a frequência de ocorrência do item I nesses três períodos. Se o item I estiver se gramaticalizando, espera-se que seu uso aumente gradativamente quando se compara seu índice de produtividade nos três períodos. Esse resultado é esperado, porque, quando se gramaticaliza, o item I, além dos usos enquanto item que desempenha *uma função lexical* (que chamamos de *f.Lex*), será empregado adicionalmente enquanto item que desempenha *uma função gramatical* (que chamamos de

⁴⁸ Discutiui-se, em Vitral (2005), a questão de saber se a metodologia proposta não poderia ser vista como uma descrição da difusão de uma mudança.

f.Gra). Além disso, espera-se que a frequência de uso do item I ao desempenhar uma *f.Lex* diminua em detrimento do aumento do seu uso enquanto item que desempenha uma *f.Gra*.

O que acabamos de resumir constituem os Critérios de Frequência da nossa metodologia, que receberam, divididos em quatro procedimentos principais, a seguinte formulação:

(1) Critérios de Frequência:

(1.1) análise da frequência do item I – somando-se, portanto, sua ocorrência em *f.Lex* e *f.Gra* - em relação ao número de palavras de cada texto que compõe o *corpus* de cada período e posterior comparação dos valores encontrados nos períodos considerados.

(1.2) análise da frequência do item I em *f.Gra* em relação ao total de ocorrências do item I em cada texto que compõe cada *corpus* de cada período e posterior comparação dos valores encontrados nos períodos considerados.

(1.3) análise da frequência do item I em *f.Lex* em relação ao total de ocorrências de I em cada texto que compõe cada *corpus* de cada período e posterior comparação dos valores encontrados nos períodos considerados.

Para aferir os índices de frequência previstos pelos critérios acima, os procedimentos, a serem empregados na análise de gramaticalização de um item I, são os seguintes:

- 1º) extrair e contar as ocorrências do item I do *corpus* selecionado.
- 2º) classificar as ocorrências em *f.Gra* e *f.Lex*.
- 3º) levando em conta o número de palavras de cada texto, calcular o percentual global de ocorrência do item I.
- 4º) levando em conta o número de ocorrências de item I, calcular seu percentual como *f.Gra* e como *f.Lex*.

No entanto, preliminarmente à análise da frequência, é óbvio que devemos definir o que é desempenhar uma *f.Lex* e uma *f.Gra*, isto é, que aspectos lingüísticos necessitam ser considerados para classificarmos as ocorrências do item I como um item que

desempenha uma *f.Lex* ou um item que desempenha uma *f.Gra*⁴⁹. Para isso, propusemos um segundo grupo de critérios que são os seguintes:

(2) A. Os critérios sintáticos; B. Os critérios morfofonéticos; e C. Os critérios semânticos.

Por meio dos critérios sintáticos, morfofonéticos e semânticos, é possível então caracterizar o comportamento sintático, morfofonético e semântico do item I e, assim, isolar as duas funções, ou seja, *f.Gra* e *f.Lex*. Vamos comentá-los.

A. Os Critérios Sintáticos:

Esses critérios permitem-nos caracterizar a distribuição sintática do Item I de forma a decidir, assim, se seu emprego o determina como item gramatical ou como item lexical. É necessário lançar mão de uma teoria sintática que nos dê subsídios de análise. No nosso caso, trata-se da teoria Gerativa (cf. Chomsky (1995)). É a partir desse quadro teórico que determinamos se a distribuição de um item é evidência para seu estatuto lexical ou gramatical. Como veremos, o que exatamente deverá ser investigado na determinação desse estatuto do item varia de acordo com cada processo de gramaticalização em análise.

B. Os Critérios Morfofonéticos:

No que concerne a esses critérios, devem-se examinar (i) a redução fônica do item, esperando-se que essa redução seja “visível” quando o item I for empregado como *f.Gra*; e (ii) a quantidade dos tipos de formas do item. O critério (i) acima pressupõe, bem entendido, que a redução é um recurso de aferição de gramaticalização, o que foi proposto, como se sabe, no interior da literatura sobre esses fenômenos. Também nesse caso necessitamos de uma teoria que embase nossas decisões a esse respeito. As principais questões a serem respondidas em relação a esse critério são as seguintes: (a) como caracterizar explicitamente a redução fônica, isto é, que tipo de mudança sonora é suficiente para afirmarmos que está a caminho um processo de gramaticalização?; e (b)

⁴⁹ Em Vitral (2005), propusemos ainda algumas diretrizes para a escolha dos textos que devem compor os *corpora* numa análise de gramaticalização.

que recursos dos componentes da gramática viabilizam essas reduções? Em Vitral (2002), pode ser consultada uma sugestão de análise para essa questão (b).

Em relação ao critério (ii) acima, espera-se que, como *f.Gra*, o item exiba menor variação de formas. Por exemplo, observou-se, em relação aos verbos modais, analisados por Vianna (2000), a diminuição, de maneira gradativa, do número de formas flexionais desses verbos, isto é, comparados os períodos, aumentou sensivelmente o uso desses verbos na terceira pessoa do singular do presente do indicativo.

C. Os Critérios Semânticos:

A respeito dos critérios semânticos, que são, evidentemente, os mais difíceis de apreciação quantitativa, devem-se analisar (i) o número de significados do item que foram utilizados; e (ii) que significados são caracterizados como significados lexicais e que significados são caracterizados como significados gramaticais. A distinção entre esses dois significados não é, naturalmente, fácil de ser definida de forma objetiva (no entanto, consultem-se Vitral & Ramos (1999) e Alves (1998)).

Além disso, na literatura sobre gramaticalização, defende-se que, nesses processos, o item que passa por esse processo adquire significado *abstrato* em detrimento de significado *concreto*. A dificuldade aqui é caracterizar explicitamente essa distinção de significado (cf. Flaux *et alii* (1996)). Em Vitral (2005), são dados mais detalhes sobre esse ponto.

3. Alguns tipos de processos de gramaticalização

Em Vitral (2005), testamos a metodologia resumida acima, tomando como objeto empírico o percurso da forma verbal *ter*. Esse é o nosso primeiro tipo de processo de gramaticalização, porque, ao distinguir no emprego de *ter*, as funções *f.Lex* e *f.Gra*, isolamos *formas distintas*, como os exemplos abaixo o mostram:

- (3) *f.Gra*: Ele tem comprado bugingangas.
f.Lex: Ele tem um carro novo.

Em (3), no nível sintagmático, o item *ter* é seguido de itens de categorias distintas, isto é, um sintagma verbal quando é classificado como *f.Gra*; e um sintagma nominal quando é classificado como *f.Lex*. Este fenômeno mostrou-se um teste confiável para nossa metodologia, na medida em que conseguimos documentar o incremento do emprego da forma *ter* como auxiliar e sua conseqüente redução enquanto verbo lexical.

É preciso estar claro nesse ponto que, já que o uso de *ter* lexical continua um recurso produtivo da língua, ocorre, como efetivamente encontrado, incremento global dessa forma, isto é, somados seus usos enquanto *f.Lex* e *f.Gra*.

Há, no entanto, um segundo tipo de processo de gramaticalização no qual depara-se com *formas iguais*. Trata-se da análise de gramaticalização dos verbos modais, isto é, *querer*, *dever* e *poder*, examinados por Vianna (2000). Observemos o exemplo seguinte:

(4) Ele pode encontrar a Maria.

A oração em (4) pode ser analisada como uma oração simples – e, nesse caso, teríamos o modal funcionando como auxiliar, o que pode ser definido como *f.Gra*; ou como uma oração composta, isto é, *encontrar a Maria* seria analisada, de acordo com a nomenclatura tradicional, como uma oração subordinada objetiva direta reduzida de infinitivo, o que caracterizaria o modal como *f.Lex*. Podemos também extrair de (4) o significado *epistêmico*, isto é, o de “probabilidade”, que gostaríamos de associar com *f.Gra* e o significado *agentivo*, ou seja, o de “capacidade”, que caracteriza *f.Lex*. Colocado em outros termos, haveria a seguinte distribuição das funções *f.Gra* e *f.Lex* de acordo os tipos de complementos que exigem:

(5) <i>f.Lex</i> : modal seguido de [CP]	Onde: [CP] = Sintagma Complementizador
<i>f.Gra</i> : modal seguido de [VP]	[VP] = Sintagma Verbal

Como se vê, então, as ocorrências modal + [CP] e modal + [VP] podem apresentar, superficialmente, *formas iguais*. A diferença estrutural que caracteriza as duas funções, que é aparente, ou sintagmática, no primeiro tipo de processo de gramaticalização, só será obtida, no caso dos modais, através da aplicação dos Critérios Sintáticos mencionados acima, ou seja, quando o fenômeno em análise envolver formas iguais, será preciso examinar *a produtividade do comportamento sintático do item I enquanto caracterizador das funções f.Gra e f.Lex*. Ou seja, através de teoria sintática, determinar-se-á que distribuição sintática evidencia o comportamento do item nas funções *f.Gra* e *f.Lex* e com que frequência esse comportamento ocorre.

No caso dos verbos modais, por exemplo, os aspectos sintáticos considerados foram os seguintes: a) ausência (ou redução) de material interveniente, isto é, vocábulos separando o modal do infinitivo; b) a possibilidade de alçamento de clítico, alojando-se à esquerda do modal na estrutura modal + infinitivo; e c) a impossibilidade de negar o

infinitivo separadamente. Esses aspectos sintáticos permitiram distinguir o comportamento dos modais enquanto verbo lexical e enquanto verbo auxiliar. Como dissemos, uma teoria sintática, que, no nosso caso, é a Gramática Gerativa, deve ser empregada de forma a justificar essas decisões. Assim, considerando que, enquanto classificado como auxiliar, o modal toma um sintagma verbal como complemento, não se espera a presença de material interveniente (ou em quantidade muito reduzida; por exemplo, certos advérbios); prevê-se que o clítico possa alçar devido à ausência de Barreiras (cf. Chomsky (1986)); e o fato de haver uma oração simples não permite a negação independente do verbo que está no infinitivo.

Esperou-se assim encontrar, comparados os períodos, (1º) redução de material interveniente; (2º) maior ocorrência de alçamento de clítico e (3º) redução da negação do verbo que está no infinitivo. Em relação à primeira e à terceira expectativas, fomos correspondidos, mas não em relação à segunda: o alçamento do clítico aumentou considerando-se os períodos arcaico e moderno, contudo, no período contemporâneo, esse fenômeno diminuiu consideravelmente. Esse problema mostra a complexidade da nossa tarefa, já que comparamos dados do português europeu nos dois períodos iniciais com dados do português brasileiro contemporâneo. Uma hipótese para tratar dessa questão é que, em lugar de falar de “desgramaticalização”, preferiu-se cruzar nossos resultados com o fato, documentado na literatura, de haver, no dialeto brasileiro, queda acentuada do uso de clíticos acusativos.

Nesses dois casos, partimos da identificação de uma *f.Lex* e a cotejamos com uma *f.Gra*. Tudo se passa diferentemente com o terceiro tipo de processo de gramaticalização que destacaremos. Nesse terceiro tipo, que é a análise de gramaticalização da forma *se*, da qual nos ocupamos neste trabalho, o recorte do percurso envolve, já num primeiro momento, a identificação de uma *f.Gra* que se expande na língua, assumindo outras *f.Gra*, ou, em outras palavras, são inovações que, a partir de uma forma gramatical, geram outras formas “mais gramaticais”. Assim, tomando como ponto de partida seu uso como reflexivo, oriundo do pronome reflexivo latino SE, acusativo e ablativo, que, por sua vez, se vincula à raiz indo-européia *SE-, que significa “à parte, separado, para si”, de acordo com Romanelli (1975:169), *se* expande-se na nossa língua de maneira a formar a chamada construção passiva sintética e, posteriormente, a construção com sujeito indeterminado (cf. Said Ali (1950,1966), Maurer Jr. (1951); Naro (1976); Nascimento (1984); Nunes (1990)). Observem-se os exemplos:

- (6) a. João barbeou-*se*.
- b. Construíram-*se* duas casas naquele lote.
- c. Vive-*se* bem no interior.

Note-se que, no caso do *se*, as “saídas” geradas pela gramática interna são, como no caso de *ter, formas distintas*, mas isso não se dá num nível exclusivamente sintagmático, ou seja, não é na linearidade estrita dos itens que as captamos: inclui a averiguação das relações de concordância e da transitividade dos verbos.

Podemos considerar, assim, que a partir de sua raiz indo-européia, que realiza uma função lexical, *se*, já no latim, desempenha uma função gramatical, como pronome reflexivo, que, posteriormente, se expande, em nossa língua, em duas outras funções gramaticais, isto é, como apassivador e como índice de indeterminação do sujeito. É preciso dizer, no entanto, que esses três usos não esgotam a trajetória dessa forma que é, como veremos a seguir, bastante complexa e permitir-nos-á desenvolver certas questões concernentes ao ciclo da gramaticalização proposto por Hopper e Traugott (1993).

Vejamos a seguir os *corpora* utilizados e a análise de gramaticalização da forma *se*, que se baseou nos dados de Lima (em elaboração).⁵⁰

4. Os *corpora*

Atento às diretrizes que determinam a escolha de textos que devem compor os *corpora* para uma análise de gramaticalização (cf. Vitral (2005)), Lima (*op. cit*) selecionou os textos abaixo. É interessante observar a necessidade de haver variação dos gêneros dos textos para que seja disponibilizado o maior número possível de ambientes semânticos. Ora, dependendo do fenômeno em análise, o uso de um único gênero pode gerar um ambiente propício para o aparecimento, em número elevado, do item em análise com uma aceção específica, o que camuflaria os resultados.

Utilizamos a separação dos textos por período, de acordo com a literatura consultada (Mattos e Silva (1989)), isto é, os períodos arcaico (séculos XIV ao XVI), moderno (XVII e XVIII) e contemporâneo (séculos XX e XXI). Considerou-se, por outro lado, sem discussão, que há uma continuidade em vários níveis entre o português europeu e o brasileiro, que é suficiente para tomarmos como válidas as comparações entre os períodos. Essa tomada de posição não é sem problemas, como veremos na discussão da queda de produtividade do pronome *se* no período contemporâneo. Vejamos agora os textos selecionados:

⁵⁰ Trata-se de uma tese de doutoramento, orientada por mim, que se encontra em elaboração.

Período Arcaico

Código	Texto	Descrição	Datação	No de palavras
CDJ	Crônica de D.João	Trecho da Crônica do Rei D. João	1437/1450	9.746
TLL	Livro de Linhagens	Trecho do livro de Linhagens	Meados século XIV.	6.907
VER	Vereações do Funchal	Atas/Câmara de Vereadores Funchal - Portugal	1485 e 1486	7.901
PED	Conselhos de Duarte	Cartas de Dom Pedro e do Conde Arraiolos	1426 a 1434	9.438

Período Moderno

Código	Texto	Descrição	Datação	No de palavras
CJB	Cartas dos primeiros jesuitas do Brasil	Cartas informativas	1550	9.738
TTB	Tratado da terra do Brasil Gândavo	Texto de caráter informativo	1550	9603
AVE	Aves Ilustradas (Novelistas e contistas portuguesas)	Texto moral e fabulas para religiosos nos mosteiros	1738	10.925
COB	Cultura e Opulência do Brasil	Tratado sobre como conduzir um engenho de cana	1711	10.383
SES	Carta de Sesmaria ao Coronel Matias Barbosa	Documentos cartoriais de Barra Longa - MG	1736-1786	6.942

Período Contemporâneo

Código	Texto	Descrição	Datação	No de palavras
CFP	Jornal Hoje em Dia	Matérias e crônicas sobre futebol e política.	2000	9.999
POB	Transcrições de Belo Horizonte	Projeto BH	2002	4.988
BUL	Bulas de remédio	Bulas de remédios Tylenol, e Gardenal	1990 a 1994	6.630
CMP	Transcrições de Campanha	Texto narrativo sobre campanha política	2002	55.098
DGC	Modelo Funcional da Regressão	Texto acadêmico	1993 a 1995	26.539

5. A análise de gramaticalização da forma *se*

A relação entre as ocorrências do pronome de *se* é matéria difícil de ser explicitada e tem mobilizado os esforços dos melhores autores.

Naro (1976:788), por exemplo, detectou o vínculo entre o *se* passivo e o *se* indeterminador do sujeito em termos de linearidade no tempo. Segundo ele, as construções com o *se impessoal ou indeterminador do sujeito*, sem concordância, são historicamente posteriores às com *se-apassivador*, e ganham aceitação mais geral no português a partir da primeira metade do século XV até se consolidarem em torno da metade do século XVI:

There can be no doubt the historical chronology: the *se*-passive, with agreement and agent phrase, precedes the *se*-impersonal, without agreement or agent phrase, by several centuries.

Essa visão dos fatos está de acordo com a descrição elaborada por Maurer Jr.(1951) acerca da voz médio-passiva e o impessoal nas línguas indo-européias. Segundo este gramático, das “aplicações novas do pronome reflexivo” – que têm origem no latim

vulgar – merece destaque, em primeiro lugar, o (1) “uso do pronome reflexivo em qualquer pessoa junto de verbos intransitivos, servindo para realçar a *espontaneidade* ou *energia* do estado ou ação expressa pelo verbo. Assim...*ir-se, sair-se, vir-se, rir-se, morrer-se*, e mesmo alguns que são sempre reflexivos: *queixar-se, irar-se, arrepender-se, ufanar-se* etc [grifo do autor](*op. cit.*: 49)”. Em segundo lugar, o (2) “emprego do pronome reflexivo, geralmente só na 3ª pessoa, para a expressão da voz passiva” que é usada, preferencialmente, “quando o sujeito é nome de cousa, assim port. *vendeu-se a casa, abriu-se uma loja* (*idem.*: 49)”; e, por fim, (3) “o emprego do mesmo pronome com verbos intransitivos, para formar expressões impessoais que servem de enunciar um agente pessoal indefinido. (*ibidem.*: 50)

Como se vê, segundo Maurer Jr., o *se* reflexivo apresenta, por um lado, um percurso de inovação que gerou o seu emprego com verbos intransitivos, que chamaremos de *se estilístico* tendo por base as observações de Gama Kury (1985:39), e este uso se expandiu para gerar construções em que *se* forma os verbos pronominais; e, por outro lado, um percurso que fez surgir o *se passivo* e a partir deste o *se indeterminador do sujeito* ou impessoal, já que a partir da “expressão do sentido passivo de ação sofrida”, atribuiu-se “pouco a pouco...um sentido ativo” a construções como *vende-se esta casa*, “como se vê da tendência freqüente para transformar o antigo sujeito em um simples objeto direto (*ibidem.*: 51)”. No entanto, ele recusa a idéia de que, no caso do *se* indeterminador, tenhamos “um sujeito ao qual se refira de qualquer modo a ação verbal (*ibidem.*: 54)” à semelhança do *on* do francês ou *man* do alemão. “Na realidade, ele [o *se* indeterminador] é um simples morfema que unido ao verbo dá-lhe um sentido impessoal, com referência a um agente indeterminado (*ibidem.*: 52)”.

Os dois percursos do *se* são mais bem visualizados por meio de (7)

- (7) (a) *se* estilístico > *se* com verbos pronominais
se reflexivo >
 (b) *se* apassivador > *se* indeterminador do sujeito

Há, no entanto, diferenças entre os dois percursos. Para comentá-las, retomemos, inicialmente o que diz Said Ali (1950:144) acerca dos usos que se encontram no percurso (a) de (7). Para este gramático, em construções como *Ele riu-se*, “o pronome reflexo não faz outra coisa senão mostrar que o sujeito participa intensamente da ação. *Éle riu-se* é mais do que *éle riu*...A diferença, sem dúvida, nem sempre é percebida; acreditaremos que existiu outrora, obliterando-se da consciência com o correr do tempo”. Nesse caso, de acordo agora com Gama Kury (*idem.*: 39), “o pronome, de valor antes estilístico do

que gramatical, é uma palavra expressiva, de realce, sem denominação especial na análise sintática. Não deve, nesta, separar-se do verbo”. Tratamento similar recebe o *se* dos verbos pronominais: para Said Ali (*idem*: 144), o que se enuncia com verbos como *afligir-se*, *aborrecer-se* é um “estado dalma”; “um ato material ou movimento que o sujeito executa em sua própria pessoa, idêntico ao que executa com cousas ou outras pessoas, sem haver propriamente a idéia de direção reflexa (Said Ali (1927:138))”

A intuição dos gramáticos é então que o *se* estilístico e o *se* que aparece com os verbos pronominais, embora não (ou não mais) claramente reflexivos, têm ainda uma incidência semântica sobre o sujeito da oração, o que pode ser visto como um resíduo da reflexividade desse pronome, que, possivelmente, vigorou outrora.

Tudo se passa diferente no caso do percurso (b) de (7). Nesses casos, desapareceu por completo a idéia de reflexividade do *se* que, de forma inequívoca, assumiu funções sintáticas distanciadas de seu uso inicial como anafórico.

A diferença entre os dois percursos deve, enfim, ser enunciada da seguinte maneira: o *se* estilístico e o *se* dos verbos pronominais são partes do radical verbal, preservando, ainda que de difícil, ou impossível, percepção pelos falantes nos dias atuais, conteúdos de natureza lexical associados à reflexividade. Além disso, não têm representação sintática, ou seja, não determinam uma posição sintática capaz de ser legitimada por recursos da gramática interna, como *papel temático* e *Caso* (ou *Checagem*; cf. Chomsky (1995)). Nesses casos, o *se* é comparável com um afixo que participa da formação de palavras derivadas. Em relação ao *se* apassivador e o *se* indeterminador do sujeito, o pronome perdeu qualquer conteúdo lexical de natureza reflexiva e têm representação sintática, ou seja, estão associados a posições sintáticas que podem ser legitimadas por recursos da gramática interna.

5.1 Tipos de ocorrências de *se*

Vejam agora a exemplificação das ocorrências de *se* realizada por Lima.

Em relação ao tipo reflexivo, foram encontrados: a) reflexivo simples; b) reflexivo recíproco, na qual a reflexividade se expressa por uma ação recíproca realizada pelos dois agentes; e c) reflexivo duplicado, no qual o pronome é duplicado com o intuito de reforçar a reflexividade. Vejam os exemplos:

a) Reflexivo

e a pôr-se mal com os que com razão SE defendem.(COB)

Não andao todos Juntos, derramão-SE por muitas partes, (TIB)

b) Reflexivo Recíproco

A troco disto SE vendição huns aos outros, (TTB)
que huns aos outros SE entendem e se conhecem. (TTB)

c) Reflexivo Duplicado

o negro SE sentiu-se marginalizado... (CMP)

Há ainda, como dissemos, construções em que aparece o *se estilístico*. Nesses casos, tem-se um verbo intransitivo ⁵¹:

d) Estilístico:

Riu-SE a ninfa e disse (AVE)

A seguir, temos um exemplo do *se* nos chamados verbos pronominais em que, como se sabe, o verbo exige um complemento preposicionado⁵²:

e) Pronominal

sem que o demônio SE esquecesse de o molestar com terríveis visões. (AVE)

No caso do *se apassivador*, é preciso distinguir dois subtipos: f) a passiva sintética: no caso em que a forma verbal apresenta concordância com argumento interno; e a g) médio-passiva. Vejamos abaixo os respectivos exemplos⁵³:

f) Passiva Sintética

obtêm-SE limites de controle mais apertados, (DGC)

g) Médio-passiva

Estas bananas crião-SE em cachos, (TTB)

⁵¹ O *se* estilístico pode aparecer também com verbos no infinitivo, quer flexionado quer não flexionado: *com dificuldade para SE andarem por serem despinhados e (SES); El rei dom Afonso de Portugal, jazendo pera SE sair deste mundo, (TLL)*

⁵² O complemento do verbo pronominal pode também aparecer elíptico, como no seguinte exemplo: *não há caridade em quem SE vinga. (AVE)*

⁵³ A concordância nas estruturas de passiva sintética pode também se realizar num verbo modal, que, neste caso, se comporta como um auxiliar: *e muitas agoas pera SE poderem fazer engenbos dassucre, (TTB)*.

Em relação ao se-indeterminador do sujeito, distinguimos as construções seguintes: (h) com verbo intransitivo na terceira pessoa do singular; (i) verbo transitivo direto seguido de oração subordinada; (j) com verbo transitivo direto na terceira pessoa do singular e objeto realizado foneticamente⁵⁴ (trata-se, como se sabe, das ocorrências ainda condenadas pelo normativismo); (k) com a forma infinitiva do verbo *ter* sem possibilidade de leitura passiva; (l) com locução verbal contendo o verbo *ser* ou *estar* + particípio; (m) com formas gerundivas: de verbos transitivos indiretos ou funcionando como auxiliar; (n) com verbos transitivos indiretos + preposição DE. Vejamos os exemplos abaixo:

(h) com verbo intransitivo na terceira pessoa do singular:

Nesta capitania SE vivia seguramente nos peccados (CJB)

(i) com verbo transitivo direto seguido de oração subordinada:

Diz-SE que os processos podem ser alterados (DGC)

(j) com verbo transitivo direto e objeto realizado foneticamente:

Geralmente não SE conhece m e s (DGC)

(k) com a forma infinitiva do verbo *ter* sem possibilidade de leitura passiva:

para SE ter uma decisão marcada pela certeza real, incontestes. (DGC)

(l) com locução verbal contendo o verbo *ser* ou *estar* + particípio:

digamos, dado outra, digamos U. E outras vezes SE está interessado (DGC)

Jtem SE sera feyta liga com os Reis d aragom nanarra e Jfantes.(PED)

(m) com formas gerundivas: de verbos transitivos indiretos ou funcionando como auxiliar:

Partindo-SE da idéia estatística de que todo teste de hipótese pode ser (DGC)

erros nas variáveis e gráficos de controle, buscando-SE dar referências e (DGC)

(n) com verbos transitivos indiretos + preposição DE:

rata-SE da mais charmosa ... (CFP)

⁵⁴ A interpretação de sujeito indeterminado aparece também com verbo modal formando uma locução: *pode-SE cometer duas espécies de erros, (DGC)*.

Algumas construções, no entanto, permitem-nos propor mais de uma análise. Consideraremos que nesses casos temos estruturas ambíguas, como no seguinte exemplo em que, o verbo estando na terceira pessoa do singular e o objeto estando também no singular, não há como aferir se ocorre concordância entre o objeto e o verbo, o que caracterizaria uma passiva sintética, ou se temos o *se* indeterminador do sujeito:

- (o) construções ambíguas: passiva-se ou se-indeterminador do sujeito
donde SE colnsegue mais proveito são assuseres, (ITB)

É de se supor, porém, que o que chamamos de ambigüidade resulta apenas da nossa dificuldade de discernir as duas análises: ao empregá-las, o usuário da língua seguramente realizou, internamente, uma análise para orações como as que estão acima, atribuindo-lhes uma das estruturas pertinentes.

5.2 A quantificação das ocorrências

A quantificação das ocorrências da forma *se* foi dividida por Lima (*op. cit.*) em duas partes de acordo com os diferentes objetivos e naturezas dos cálculos estatísticos utilizados. Em primeiro lugar, são apresentados os resultados das porcentagens, freqüências absolutas e relativas (por mil) considerando as ocorrências dos *corpora* nos três períodos analisados. Essas duas noções são definidas da seguinte maneira:

- *Freqüência Absoluta*: constitui-se da divisão número de ocorrências por tipo dividido pelo total de ocorrências por período.
- *Freqüência Relativa*: constitui-se da divisão do número de ocorrências por tipo dividido pelo total palavras do texto multiplicado por mil. O valor retornado é a freqüência do tipo no texto ou período analisado a cada mil palavras.

Em segundo lugar, são apresentados os resultados do teste qui-quadrado, que calcula a probabilidade de a alteração da freqüência dos tipos do pronome *se* ser relevante, ou seja, demonstra, em termos estatísticos, se a variação da freqüência está relacionada *diretamente à interferência* dos períodos analisados. Não apresentaremos aqui os resultados do teste qui-quadrado realizado por Lima que mostram, de acordo com o que esperávamos, que as variações de freqüência encontradas são relevantes estatisticamente⁵⁵.

⁵⁵ A aplicação e relevância do teste qui-quadrado é também discutida em Vitral (2005) para a análise de gramaticalização da forma verbal *ter*.

Vejamos agora, por meio das tabelas abaixo, os resultados estabelecidos para os três períodos considerados. Nestas tabelas, a segunda coluna informa a frequência absoluta, a terceira indica o percentual de ocorrência de cada tipo em relação ao total de ocorrências de *se* encontradas; a quarta coluna informa a frequência relativa; e a primeira coluna indica, abreviadamente, o tipo de ocorrência de *se* que consideramos, da seguinte maneira:

- (8) **Ref** = reflexivo
Est = estilístico
Pro = pronominal
Pas = passivo
Amb = ambíguo
Ind = indeterminador

A fim de facilitar o comentário dos resultados encontrados, dividiremos os tipos de (8) em dois grupos: o primeiro deles, composto de **Ref**, **Est** e **Pro**, será chamado de *grupo reflexivo*; e o segundo, ao qual pertence **Pas**, **Amb** e **Ind**, nomearemos de *grupo não-reflexivo*.

No período arcaico, contabilizamos 314 ocorrências de *se* distribuídas pelos tipos considerados:

Tabela 1

Descrição das porcentagens e frequências por tipo no período arcaico.

Tipo	Freq Ab.	Porc. %	Freq. por mil
Ref	88	28,0	2,64
Est	44	14,0	1,32
Pro	31	9,9	0,93
Pas	50	15,9	1,50
Amb	79	25,2	2,37
Ind	22	7,0	0,66
Total	314	100	9,40

Como se vê, no período arcaico, o tipo **Ref** é o que mais ocorre, correspondendo sozinho a 28% do total das ocorrências, enquanto os demais tipos reflexivos ocorrem

em menor frequência, isto é, 14% para **Est** e 9,9% para **Pro**. Somados, os tipos do grupo reflexivo correspondem a 51,9% do total.

Por outro lado, os tipos do grupo não-reflexivo totalizam 48,1% das ocorrências de *se* distribuídos da seguinte maneira: 25,2% para **Amb**, 15,9 % para **Pas** e 7% para **Ind**.

Já a frequência global do pronome *se* no período arcaico é 9,4 (p/mil). O tipo com maior índice de frequência é **Ref** =2,64 (p/mil), seguido de **Amb**= 2,37 (p/mil). Os tipos do grupo reflexivo totalizam o índice de 4,89 (p/mil), enquanto os tipos do grupo não-reflexivo chegaram a 4,51 (p/mil).

Passemos aos resultados do período moderno.

No textos do período moderno, recolhemos 816 ocorrências distribuídas em todas as funções analisadas. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 2

Descrição das porcentagens e frequências por tipo no período moderno

Tipo	Freq Ab.	Porc. %	Freq. por mil
Ref	175	21	3,68
Est	28	3	0,59
Pro	126	15	2,65
Pas	151	19	3,17
Amb	281	35	5,90
Ind	55	7	1,16
Total	816	100	17,15

De acordo com a tabela acima, o tipo **Ref** ocorre em 21% dos casos e somado com os tipos **Est** e **Pro**, respectivamente, 3% e 15%, o grupo reflexivo totalizou 39% das ocorrências.

No grupo não reflexivo, o tipo **Amb** proporcionou-nos 34%, o tipo **Pas** 19% e **Ind** 7%. Somados, os tipos desse grupo correspondem a 61% do total das ocorrências.

A frequência global do pronome *se* no período moderno é de 17,15 (p/mil). O tipo com maior índice de frequência no período é **Amb**= 5,90 (p/mil), seguida de **Ref**= 3,68 (p/mil). Os tipos do grupo reflexivo apresentam frequência de 6,96 (p/mil), ao passo que os tipos do grupo não-reflexivo somados chegam a 10,19 (p/mil).

Vejamos a seguir os resultados do período contemporâneo.

No período contemporâneo, foram encontradas 420 ocorrências do pronome *se*, distribuídas de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 3

Descrição das porcentagens e frequências por tipo no período contemporâneo.

Tipo	Freq Ab.	Porc. %	Freq. por mil
Ref	44	10,48	0,43
Est	1	0,24	0,01
Pro	50	11,90	0,48
Pas	32	7,62	0,31
Amb	148	35,24	1,43
Ind	145	34,52	1,40
Total	420	100,00	4,07

De acordo com a tabela acima, os tipos do grupo reflexivo reduzem sua participação no universo das ocorrências de *se*, ou seja, o tipo **Ref** totaliza 10,48%, **Pro** 11,90% e **Est** 0,24%, correspondendo a 22,62% do total. Por outro lado, há um incremento da frequência dos tipos do grupo não-reflexivo cujo resultado é o seguinte: **Ind**= 34,52%, **Amb**= 35,24%, e **Pas**= 7,62%; e, juntos, esses tipos correspondem a 77,38% do total das ocorrências. Já a frequência global do pronome no período contemporâneo é de 4,07 (p/mil). Os tipos do grupo reflexivo, somados, apresentam frequência de 0,92 (p/mil), e os do grupo não-reflexivo de 3,15 (p/mil).

5.2.1 A quantificação das ocorrências e a gramaticalização de *se*

A distribuição de *se* de acordo com os tipos destacados e a frequência deles nos três períodos confirmam a hipótese de gramaticalização desta forma pronominal.

Vamos observar, em primeiro lugar, que há aumento da frequência dos tipos do grupo não-reflexivo em detrimento da frequência dos tipos do grupo reflexivo: os primeiros apareceram em 48,1% das vezes no período arcaico, em 61% das vezes no período moderno e em 77,38% no período contemporâneo. Inversamente, a frequência dos tipos do grupo reflexivo diminui: obtivemos 51,9% no período arcaico, 39% no moderno e 22,62% no contemporâneo. Como desenvolveremos na próxima seção, os tipos do grupo não-reflexivo são “mais gramaticais” que o *se* reflexivo e os outros tipos do grupo reflexivo.

Ocorre também aumento da frequência do tipo **Ind** que de 7% nos períodos arcaico e moderno passa a 34,52 no contemporâneo. Na próxima seção, veremos que o tipo **Ind** é o tipo “mais gramatical” de *se*. O fato de termos obtido o mesmo índice de 7% para este tipo nos períodos arcaico e moderno pode ser pensado a partir do incremento do tipo **Amb** no período moderno. Como dissemos, a ambigüidade em questão diz respeito à nossa dificuldade de discernir entre os tipos **Ind** e **Pas**, mas o falante fez uma escolha em relação a um desses tipos. Ora, o tipo **Amb** aumenta consideravelmente na passagem do arcaico para o moderno: de 25,2% para 34%. Vamos supor então que parte desses 34%, difícil (ou impossível) de ser precisada, é, na realidade, casos de **Ind**, o que nos leva a concluir que o índice de ocorrências de **Ind** no moderno deve ser maior que os 7% aferidos. É óbvio que a dificuldade de precisarmos o índice real de **Pas** e **Ind** está também presente quando se observam os índices de **Amb** no arcaico, isto é, 25,2%, e no contemporâneo, ou seja, 35,24%. É razoável supor, no entanto, já que o índice de **Ind** aumenta, que o aumento do tipo **Amb** deve ser debitado ao aumento dos casos de **Ind**.

É também esperada a diminuição da frequência de **Pas** encontrada na comparação do arcaico com o contemporâneo: como discutiremos a seguir, o tipo **Pas** é “menos gramatical” que o tipo **Ind**. Há, seguramente, outros aspectos a serem pensados em relação ao tipo **Pas**: o mais evidente deles é como se distribui a concorrência deste tipo com a passiva perifrástica, o que pode lançar luz acerca do aumento desse tipo do arcaico para o moderno. Mas não o faremos aqui.

A redução da frequência do tipo **Ref** é também altamente esperada: de 28% no arcaico para 21% no moderno e 10,48% no contemporâneo. Já que no nosso recorte de tempo, **Ref** foi tomado como estágio inicial da gramaticalização e, como veremos

na seção seguinte, é o tipo ‘menos gramatical’, esperávamos atestar que, à medida que a forma *se* se gramaticaliza, o tipo **Ref** “perca terreno” para os tipos “mais gramaticais”. E foi isso que, de fato, ocorreu. Neste caso, também valeria a pena cotejar a frequência do tipo **Ref** com a das formas perifrásticas como *a si mesmo* ou *ele/ela(s) mesmo/a(s)*, sobretudo no contemporâneo.

A diminuição do tipo **Est**, de 14% no arcaico para 3% no moderno e 0,24% - o que é praticamente seu desaparecimento - no contemporâneo comprova que esse estágio foi o primeiro do percurso (a) de (7), isto é, o percurso envolvendo os tipos do grupo reflexivo. Já o segundo estágio deste percurso, isto é, o tipo **Pro**, aumentou do arcaico para o moderno, de 9,9% para 15% e teve queda significativa no contemporâneo, ou seja, 11,90%. Esses resultados, aliados à frequência por mil, isto é, $0,93 > 2,65 > 0,48$ mostram uma tendência a uma diminuição drástica desse tipo, sobretudo quando sabemos que, em alguns dialetos do português brasileiro, esse tipo praticamente não ocorre. Esses resultados favorecem nossa posição de pensar os dois percursos de (7) como percursos paralelos, evitando assim a linearidade estrita do ciclo de Hopper e Traugott (1993, cf.(16) abaixo))

A hipótese da gramaticalização é também reforçada quando comparamos os índices de frequência por mil dos períodos arcaico e moderno. Houve aumento considerável, isto é, de 9,40 para 17,15, o que é esperado já que, nesse tipo de processo, como comentamos na seção 2, o item em análise, além do uso inicial, passa a apresentar também usos inovadores. Não é esperado, porém, o decréscimo robusto do emprego do *se* no contemporâneo, que foi de 4,07. A solução deste problema pode vir do fato de que, em relação ao período contemporâneo, levamos em conta textos do português brasileiro que, fartamente documentado na literatura, exhibe queda acentuada do emprego de clíticos pronominais (cf. Duarte (1995), Pagotto (1993)). Acredita-se também que tal decréscimo se associa ao estágio *zero* da gramaticalização, ou seja, o fato de que o último estágio de um ciclo de gramaticalização é a extinção do item. Uma análise de *corpus* de língua falada pode confirmar essa proposta, isto é, espera-se que na modalidade falada, ocorra, com grande frequência, o apagamento de *se*, o que é compatível, assim, com o índice de 4,07 de emprego de *se* no período contemporâneo.

5.3 De “menos gramatical” a “mais gramatical”

Como vimos, a expansão da forma *se* inclui dois percursos: a partir do *se* reflexivo, a língua inovou criando uma trajetória que apresenta os estágios do *se* estilístico e do *se* que ocorre com verbos pronominais; e outra que inclui o *se* passivador (com dois

subtipos, isto é, o *se* médio passivo e a passiva sintética) e o *se* indeterminador do sujeito. (7), retomado abaixo, permite visualizar o que dissemos:

- (7) a) *se* estilístico > *se* com verbos pronominais
se reflexivo >
 b) *se* apassivador > *se* indeterminador do sujeito

Já que queremos tratar a expansão dessa forma pronominal como um caso de gramaticalização, a pergunta que se coloca é: como caracterizar os estágios da expansão de *se* de maneira a estabelecer que usos são “mais gramaticais” que outros?

Na verdade, é difícil encontrar sentido para essa pergunta no que concerne ao percurso (a) de (7). Embora, de acordo com nossos resultados quantitativos, o *se* estilístico pareça ter surgido primeiro do que o *se* com verbos pronominais, não é claro que esses dois tipos sejam distintos do ponto de vista da “gramaticalidade”. Ora, como vimos, a forma *se* nesses dois tipos pode ser vista como parte do radical, ou seja, são afixos, sem representação sintática, que, em momentos progressos da língua, indicavam reflexividade, ou tinham uma incidência de significado sobre o sujeito da oração. É razoável pensar, assim, que o *se* com verbos pronominais é uma extensão do uso do *se* estilístico em contextos transitivos. Nesse percurso então, podemos considerar que o *se* reflexivo, um clítico, categorizado como um D (isto é, um determinante; cf (9) abaixo), já desempenhando, portanto, uma *f.Gra* (ou seja, uma *função gramatical*; cf.seção 2), deu origem a um *se* afixal, também um D, que se amplia na língua; e, nos nossos dias, em alguns dialetos, tende a não ser pronunciado. O fato de não ser pronunciado em alguns dialetos pode indicar o ocaso desse percurso, ou o estágio *zero* da gramaticalização, como comentamos acima.

A pergunta que fizemos acima é, no entanto, relevante para o percurso (b) de (7). Recolocada em outras palavras, indagamos, então, a partir de que elementos teóricos podemos afirmar que o *se* apassivador é “mais gramatical” que o *se* reflexivo e o *se* indeterminador do sujeito é “mais gramatical” que o *se* apassivador?

Já dissemos que a primeira etapa da evolução do *se*, isto é, o *se* reflexivo, deve ser analisada como uma *f.Gra*. Ora, trata-se de uma forma pronominal que, na nossa perspectiva, é categorizada como um D (isto é, um Determinante (=“determiner”); cf. Chomsky (1995)). De acordo com Vitral (2005), nos processos de gramaticalização que interessam a uma visão formalista desses fenômenos, deve-se examinar, de acordo com (9) abaixo, quando um item que funciona como um item de uma das categorias

Em resumo, o *se reflexivo* é um item [+ argumental], clítico, isto é, desloca-se na sintaxe visível, e é categorizado como D; e, já que está co-indexado com seu antecedente *João*, dispõe dos traços semânticos de [3º pessoa], [singular] e [masculino], (cf. Chomsky (1986:340): “...the general requirement that proximate elements have the f-features of their antecedents”).

Vejamos agora o caso de (11). De acordo com Raposo e Uriagereka (*op.cit.*)⁵⁶, o *se* apassivador é também [+ argumental] e recebe o papel temático externo na posição sujeito interna ao VP. Como clítico, ele se desloca desta posição e adjunge à categoria I. E, embora sendo também um D, faltam-lhe especificações para os traços semânticos de [pessoa] e [gênero] e [número], já que não está coindexado com um antecedente. Observe-se a representação seguinte:

- (14) Construíram-*se* [cv] muitas casas.⁵⁷
+θ

Finalmente, no caso do *se* indeterminador do sujeito, trata-se também de D que não dispõe, como no caso do *se* apassivador dos traços semânticos de [pessoa] e [gênero] e [número] já que não está co-indexado com nenhum NP, mas consideraremos que, diferentemente deste último, não recebe papel temático, ou seja, é [-argumental], o que significa que é inserido diretamente, por meio da operação Juntar, na posição de adjunção a I. Assim, *se* indeterminador do sujeito apresenta uma natureza de *afixo* e não de clítico, já que não surge em I por meio da operação Mover. É a seguinte representação:

- (15) Vive-*se* bem no interior.
-θ

A razão da distinção [+/- argumental] em relação ao *se* apassivador e o *se* indeterminador do sujeito se liga a propriedades interpretativas das construções em que aparecem (cf. Cinque (*op.cit.*:546)). A principal delas é o fato de que, no caso do *se* apassivador, a interpretação do sujeito é “agentiva”, mas “indefinida”, o que explica a preferência dessa construção com passado ou com referência de tempo específica;

⁵⁶ Esses autores analisam o português europeu

⁵⁷ Representamos em (14) apenas a caracterização do *se* que nos interessa. A análise completa desta estrutura inclui, como os autores citados o propõem, o movimento do objeto para a posição de especificador de AgrP – para justificar a concordância – e a formação de uma cadeia, no nível LF, envolvendo *se* e a posição sujeito de FP.

enquanto que, em relação ao *se* indeterminador, a interpretação do sujeito é “genérica” ou “prototípica”, o que favorece seu uso em construções com tempo presente ou não específico. Essa visão dos fatos, aliás, é compatível com a intuição de gramáticos como Gama Kury (*op. cit.*) e Maurer Jr. (*op. cit.*).

Nossa análise permite-nos agora distinguir as três ocorrências de *se*: o *se* reflexivo e o *se* apassivador têm em comum o fato de serem clíticos e argumentais, mas este último é mais “reduzido” que o primeiro na medida em que lhe faltam especificações para os traços semânticos de [pessoa] e [gênero] e [número]; já o *se* indeterminador tem em comum com o *se* apassivador o fato de não dispor destes três traços, mas, contrariamente a ele, não é um argumento, o que significa que, gerado diretamente em I, comporta-se como um afixo.

Essa análise é compatível com a nossa proposta de que há um crescendo de “gramaticalidade” dos itens quando se consideram as três ocorrências de *se*. Ora, na literatura sobre gramaticalização, prevê-se que ocorre um gradativo “esvaziamento semântico” e “redução de forma ou fônica” nos itens que sofrem esse tipo de processo. Para discutir alguns detalhes sobre esse ponto, retomemos a seguir o ciclo da gramaticalização de Hopper e Traugott (1993)

(16) 1°. Item lexical > 2°. item gramatical > 3°.clítico > 4°.afixo.

O ciclo acima supõe que os processos de gramaticalização ocorrem de forma linear, embora os estágios previstos sejam potenciais. Em Vitral (1999), já dizíamos que essa linearidade não é adequada, sobretudo, porque os dois primeiros estágios dizem respeito ao conteúdo dos itens, enquanto os dois últimos se referem à forma deles. Assim, é possível haver dois itens que tomam parte de um processo de gramaticalização, mas que se distinguem pela forma e não pelo conteúdo. Por exemplo, os itens *não* e *num* são ambos itens gramaticais, isto é, NEG, mas apenas *num* se comporta como um clítico.

Algo de semelhante acontece com as ocorrências de *se* do percurso (b) de (7): são itens gramaticais, isto é, D, mas o *se* reflexivo e o apassivador são clíticos, enquanto o *se* indeterminador é um afixo. No plano do conteúdo, como vimos, os dois primeiros são argumentais e o último é não argumental e, além disso, a caracterização dos traços semânticos nos três casos é diferente: o primeiro dispõe de especificações para os traços de [pessoa], [número] e [gênero], mas não os dois últimos. Assim, aliadas aos índices de frequência apresentados na seção anterior, essas propriedades caracterizam a expansão de *se* como um processo de gramaticalização.

Em relação à natureza cíclica da gramaticalização, é interessante observar ainda a tendência a ocorrer na fala do português do Brasil, o apagamento do *se* nas construções com sujeito indeterminado, A quantificação desse fenômeno seria muito útil para nossos propósitos. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (17) a. Aqui não usa mais saia. (cf. Galves (1987))
- b. Diz que o Brasil vai ser campeão de novo.

Como vimos, podemos pensar que, nesses casos, ocorre o estágio Zero da gramaticalização, isto é, a não ocorrência da forma *se* que caracterizaria o ocaso de seu processo de gramaticalização. Vem ao apoio dessa hipótese a incidência, na fala atual, de novas formas de indeterminação do sujeito (cf. Alves (1998)), como, por exemplo, o caso do pronome *você* e de sua redução *cê*:

- (18) Para passar no vestibular, *você/cê* tem que estudar muito.

Fica-se tentado assim, observando o uso indeterminado de *você/cê* (e de outras formas plenas, de forte distribuição dialetal ou regional, como *carinha*, *neguinho* etc), a fazer a especulação de que, no momento do ocaso de um ciclo de gramaticalização, novas formas são “cooptadas” para dar início a um novo ciclo.

Não desenvolveremos aqui essas especulações que ficam como tema para um futuro trabalho.

Referências

- ALVES, N. (1998). *As Formas Você e Ce e a Indeterminação do sujeito no Português Brasileiro*, dissertação de mestrado, UFMG.
- BYBEE, J., R. Perkins & W. Pagliuca (1994). *Tense, Aspect and Modality in The Languages of the World*. Chicago: University of Chicago Press.
- CASTILHO, A. (1997). A Gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador: UFBA, n. 19, pp. 25-64.
- CHOMSKY, N. (1986). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris Publications.
- _____ (1996). *Barriers*. Cambridge: The MIT Press.

- _____ (1991). Some Notes on Economy of Derivation and Representation. In: R. Freiden (ed.). *Principles and Parameters in Comparative Grammar*. Cambridge: The MIT Press.
- _____ (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge: The MIT Press.
- CINQUE, G. (1988). On Si Constructions and the Theory of Arb, *Linguistic Inquiry*, 19, 521-581.
- DUARTE, M. E. (1995). *A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro*, tese de doutorado, UNICAMP.
- FLAUX, N., M. Glatigny & D. Samain (eds) (1996). *Les Noms Abstracts. Histoire et Théories*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion.
- GALVES, C. (1987). A Sintaxe do Português Brasileiro, *Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura-Ensaios de Linguística*, Belo Horizonte: FALE/UFMG.
- GAMA KURY, A. (1985). *Novas Lições de Análise Sintática*. São Paulo: Editora Ática.
- HALLE, M. (1998). Diachronic Syntax, *Syntax* 1, p. 1-18.
- HARRIS, A. & L. Campbell (1995). *Historical Syntax in Cross-linguistic Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HEINE, B., B. Hünemeyer & U. Claudi (1991). *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.
- HOPPER, P. & E. Traugott (1993). *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUBER, J. (1933). *Altportugiesisches Elementarbuch*. Carl Winters Universitätsbuchhandlung: Heidelberg. Trad. Port. De M. M. G. Delille. Lisboa, *Gramática do Português Antigo*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- KAYNE, R. (1984). *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris.
- KROCH, A. (1989). Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change, *Language Variation and Change*, 1, pp. 199-244.
- KROCH, A. & A. Taylor (1994). *Remarks on the XV/VX alternation to early Middle English*. Ms. University of Pennsylvania.
- _____ (1997). Verb movement in Old and Middle English: Dialect variation and language contact. In A. van Kemenade and N. Vincent (eds.). *Parameters of morphosyntactic change*, 297-325. Cambridge: Cambridge University Press.
- KURYLOWICZ, J. (1964). *The Inflectional Categories of Indo-European*. Heidelberg: Carl Winter.
- LIGHTFOOT, D. (1979). *Principles of Diachronic Syntax*. Cambridge: MIT Press.

- _____. D. (1999). *The Development of Language*. Oxford: Blackwell.
- LIMA, B. (em elaboração). *As Construções do Sujeito Indeterminado: uma evidência de gramaticalização do pronome SE da língua portuguesa*, tese de doutoramento, UFMG.
- MARTELOTTA, M., S. Votre & M. M. Cezario (orgs.). (1996). *Gramaticalização no Português do Brasil – uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MARTINS, A. M. (2002). Mudança Sintática e História da Língua Portuguesa, *Actas do Encontro A. A. V. V.*, Coleção Poliedro, Universidade do Minho: Minho.
- MAURER JR., T. (1951). Dois Problemas da Língua Portuguesa. *O Infinito Pessoal e o Pronome SE*. São Paulo.
- MATOS E SILVA, R. V. (1990). *Estruturas Trecentistas: Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- MATTOSO CAMARA JR., J. (1979). *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Editora Padrão.
- MEILLET, A. (1958). L'Evolution des Formes Grammaticales, *Esquisses Linguistiques*, p. 38-54, Munich: Fink.
- MEILLET, A. & J. Vendryes (1948). *Traité de Grammaire Comparée des Langues Classiques*. 2 éd. Paris: Lib. Honoré Champion.
- MENDES, R. (1999). *A gramaticalização de estar + gerúndio no português falado*, dissertação de mestrado, UNICAMP.
- NARO, A. (1976). The genesis of the reflexive impersonal in Brazilian Portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon, *Language*, 52:4, 779-810.
- NASCIMENTO, M. do (1984). *Sur la Posposition du Sujet em Portugais Brésilien*. Tese de doutorado, Université Paris-VII.
- NUNES, J. J. (1945). *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- NUNES, J. (1991). Se apassivador e se indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro, *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 20, 33-58.
- PAGOTTO, E. (1993). Clítico, mudança e seleção natural, In: Roberts, I & M. Kato (orgs.). *Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica*, Campinas: Editora da UNICAMP.
- PONTES, E. (1973). *Verbos Auxiliares em Português*. Petrópolis: Vozes.
- RAPOSO, E. & J. Uriagereka (1999). *Indefinite Se*, artigo inédito, University of Califórnia/ University of Maryland.

- RIBEIRO, I. (1993). A Formação dos Tempos Compostos: a evolução histórica das formas ter, haver e ser. In: I. Roberts & M. Kato (1993). *Português Brasileiro*. Uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp.
- ROBERTS, I. & M. Kato (orgs)(1993). *Português Brasileiro*. Uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp.
- ROMANELLI, R. C. (1975). *O Supletivismo Indo-Europeu na Morfologia Latina*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária.
- SAID ALI, M. (1950). *Difícultades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- _____(1966). *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos.
- TRAUGOTT, E. (1980). Meaning-change in the Development of Grammatical Markers, *Language Science* 2, pp. 44-61.
- TRAUGOTT, E. & B. Heine. (orgs.) (1991). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins.
- VIANNA, H. L. G. (2000). *A Estrutura Modal+Infinitivo em português*: Gramaticalização e Modalização, dissertação de mestrado, UFMG.
- VITRAL, L (1996). A Forma Cê e a Noção de Gramaticalização, *Revista de Estudos da Linguagem*, 5, pp. 115-124.
- _____(1999). A Negação: teoria da Checagem e mudança lingüística, *D.E.L.T.A.*, 15, 1, pp. 57-84.
- _____(2001). Sintaxe Formal e Gramaticalização: roteiro de uma pesquisa, In: Nicolau, E. (org.) *Estudos sobre a Estrutura Gramatical da Linguagem*, p. 59-86, FALE/UFMG: Belo Horizonte.
- _____(2001). *Identifying Clitics*: phonetic evidence, artigo inédito. UFMG: Belo Horizonte.
- _____(2002). A Interpolação de Se e suas Conseqüências para a Teoria da Cliticização, *Revista da ABRALIN*, v. 1, n° 2, p. 161-197.
- _____ & J. Ramos (1999). Gramaticalização de “você”: um processo de perda de informação semântica?, *Filologia e Lingüística Portuguesa*, v. 3, p. 55-64, Humanitas Publicações, São Paulo.
- _____, L. Ciríaco & C. Reis (2004). Intensidade e Duração de Formas Reduzidas do Português Brasileiro, *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 12, n°2, p. 143-157.
- _____ & J. Ramos (2005). *Gramaticalização: uma abordagem formal*, a sair pela Editora Mercado de Letras, Campinas.
- _____(2005). O Papel da Freqüência na Identificação de Processos de Gramaticalização, a sair na Revista *Scripta*, Belo Horizonte: PUC-MG.

EXPRESSÃO CLÍTICA DE POSSE NO PB

por

Ev Ângela Barros

Doutoranda, Universidade Federal de Minas Gerais

1. A expressão clítica de posse: uma estratégia em declínio

No Português Brasileiro (doravante, PB), existem atualmente as seguintes estratégias para a expressão da idéia de posse:

(A) Pronome possessivo

(1) João machucou o **seu** pé. [**seu** = **de João** ou **de outrem**]

(B) Sintagma preposicionado – [de + pronome]

(2) João machucou o pé **dele**. [**dele** = **seu pé** = **pé de João** ou **de outrem**]

(C) Marcador vazio

(3) João machucou o **Ø** pé. [**Ø** = **seu pé** = **pé dele** = **pé de João**]

(D) Clítico dativo de posse:

(4) João machucou-**lhe** o pé. [**lhe** = **seu** = **dele** = **pé de alguém, exceto João**]

Tomaremos como objeto de estudo neste trabalho a estratégia (D), buscando responder à seguinte questão: do ponto de vista sintático, que relações há entre (D) e (ABC)?

Observem-se as ocorrências de construções clíticas de posse em textos veiculados pela mídia, atualmente:

(5) “Espremida pela concorrência dos vizinhos e tendo de carregar uma planilha de custos entre as menos competitivas, a anglo-holandesa, formada em 1999 a partir da fusão da British Steel e da Koninklijke Hoogovens, precisava **achar uma saída que lhe garantisse a sobrevivência**.” (*Época*, nº 218, 22 de julho de 2002, p. 78)

(6) “Descobrir o potencial de cada indivíduo, **desenvolvendo-lhe as habilidades ao máximo limite**, formando assim pessoas responsáveis e mentalmente sãs que contribuam para a comunidade global.” (material publicitário sobre a missão do Método Kumon).

(7) “A pessoa se sente outra. E realmente é outra. Muito mais atlético e disposto, aquele cidadão se sente de novo imerso no mundo de Apolo e Vênus. A auto-estima sobe, a sensação de poder **invade-lhe a mente** e ele começa a perder o foco de sua necessidade maior: manter-se em forma.” (“Cortando gorduras.” – *Estado de Minas*, Economia, p. 18 dezembro / 2001 – revista encartada no jornal)

(8) “Pensa no que deveria ter feito e deixou de fazer, e esses pensamentos não **lhe saem da cabeça**.” (*Veja*, 31/07/02, p. 80)

(9) “A idéia é manter o corpo no freezer para ressuscitá-lo no futuro, quando a medicina descobrir a cura do mal que **lhe tirou a vida**.” (*Isto É*, nº 1712, 24/07/2002, p. 90)

(10) “O dono do bordel banhou-a com suco de abacaxi, o que supostamente **lhe clarearia a pele** e “vendeu sua virgindade” por bom preço...” (*Veja*, 04/02/04, p. 114)

(11) “Quando Kristoff propôs comprar-**lhe a liberdade**, ela levou um susto. Srey Mom informou que sua liberdade custava 70 dólares”. (*Veja*, 04/02/02, p. 130)

(12) “Só que isso detonou um monte de protestos da turma de esquerda. Eles ficam dizendo que esse tipo de humor servia à direita. Tomei algumas boas pedradas, mas o personagem **me lavou a alma**.” (*Revista V*, nº 04, fev. 2004)

As ocorrências acima podem ser agrupadas como estruturas novas (criadas conforme necessidades expressivas do momento) ou expressões cristalizadas. Comparem-se (8), (9) e (12) com as demais, bem como as seguintes estruturas, típicas de linguagem oral, as quais considero cristalizadas⁵⁸, isto é, resíduos lingüísticos:

- (13)
- a. “Vê se não **me** enche o saco”.
 - b. “Não posso falhar, senão Fulano **me** come o fígado”.
 - c. “Não **me** aluga os ouvidos”
 - d. “Ele adora **me** chamar a atenção”.
 - e. “Isso vai **lhe** custar os olhos da cara”.

⁵⁸ Não há como documentar as fontes de expressões como as apresentadas acima, uma vez que se trata de sentenças coletadas no dia-a-dia. Embora a presente pesquisa não se baseie em dados de introspecção, as estruturas em (13) servirão apenas para distinguir o grupo de estruturas novas x cristalizadas.

O estudo quantitativo dos dados (vide gráfico 1) evidencia que (D) foi uma estratégia extremamente produtiva em estágios anteriores (haja vista sua frequência no século XVII), progressivamente perdendo terreno para as outras estratégias (A, C e, principalmente B) de expressão de posse.

Além disso, ao leitor contemporâneo, as construções clíticas indicadoras de posse parecem pouco naturais; soam arcaicas. Falantes jovens tendem a rejeitar tais construções. Uma explicação plausível encontra-se na constatação de que os clíticos, via de regra, têm sido preteridos, no estágio atual do PB, em favor de pronomes tônicos ou sintagmas preposicionados.

Duarte (1989) constatou que o clítico é, de modo geral, a opção menos utilizada pelos falantes (ocorrendo apenas em 4,9% das estruturas analisadas), além de evidenciar *a ausência absoluta de clíticos na fala dos jovens*, se considerados falantes da faixa etária de 15 a 17 anos. Embora não tenha pesquisado clíticos acusativos, como Duarte, seus resultados podem servir a um paralelo com os dados que obtive em testes realizados com estudantes do ensino médio (2ª e 3ª séries, mesma faixa etária enfocada pela autora), os quais mostraram que a maioria (72%) não relaciona, inicialmente, o clítico à idéia de posse. Tais testes evidenciaram que a interpretação possessiva só passa a fazer parte do seu repertório após um treinamento específico. Depois de “treinados” (constam exercícios desse tipo em seu material de ‘análise sintática’), passam a fazer analogia entre o clítico e o pronome possessivo ou PP, inclusive em textos.

Assim como se observou em relação ao uso dos clíticos acusativos, a utilização dos clíticos de posse remete a aprendizagem escolar, não espontânea – trata-se de um conhecimento passivo, já que espontaneamente não produzem sentenças com clíticos de posse.

Duarte constata que as demais opções distribuem-se na seguinte ordem de preferência: pronome lexical, NPs anafóricos e categoria vazia; além disso, a ocorrência de NPs anafóricos e clíticos aumenta com a idade e a escolaridade. Endossando esses dados, Cerqueira (1993:139) afirma que “o clítico acusativo de terceira pessoa não faz parte da gramática inicial dos falantes do PB, sendo adquirido posteriormente”.

No caso da expressão de posse, atualmente, vê-se nítida preferência pelos sintagmas preposicionados. Uma mudança como esta, ora abordada, indica, nos termos de Kroch (1994), ter havido uma espécie de “luta” entre formas lingüísticas: após um período de coexistência, uma delas tende a apresentar um decréscimo de uso, podendo chegar a desaparecer. Tratando de ‘doublets morfológicos’ (como exemplo, no português temos os chamados ‘verbos abundantes’), Kroch (1994:6) afirma que:

The best explanation for the occurrence of doublets is sociolinguistic: doublets arise through dialect and language contact and compete in usage until one or the other form wins out. Due to their sociolinguistic origins, the two forms often appear in different registers styles, or social dialects; but they can only coexist stably in the speech community if they differentiate in meaning, thereby ceasing to be doublets. Speakers learn either one or the other form in the course of basic language acquisition, but not both. Later in life, on exposure to a wider range of language, they may hear and come to recognize the competing form, which for them has the status of a foreign element. They may borrow this foreign form into their own speech and writing for its sociolinguistic value or even just because it is frequent in their language environment.

O percurso da expressão clítica de posse, verificado em textos escritos⁵⁹ a partir do século XVII, aponta para um processo análogo a esse descrito por Kroch, para ‘doublets morfológicos’: ainda que o uso de clítico de posse seja licenciado (sob circunstâncias que serão especificadas), isto é, coexista com outras formas de expressão de posse, sua frequência decresceu significativamente e, neste início de século XXI, esta estrutura tornou-se bastante marcada, típica de um estilo cuidado e formal (da mídia e da literatura).

Antes de apresentar graficamente a síntese dos dados em que se baseou essa pesquisa, é necessário salientar que as ocorrências com marcador vazio (estratégia (C)) não foram quantificadas, uma vez que, acionada tal estratégia de expressão de posse, sob condições que serão apresentadas abaixo, a cliticização ficava automaticamente bloqueada, sem que isso se devesse a qualquer razão sintática, mas antes a um aspecto pragmático-discursivo, a saber, a oposição entre informação dada/nova. Observem-se algumas das ocorrências desta estratégia:

(14) “Dá pra fazer e daria certo, desde que se usasse a cabeça.” (*Veja*, 1807, 18/06/03, p. 14)

(15) “Meu filho único foi criado de modo a sempre contar com meu amor e Ø compreensão. (...) Secretamente eu guardava Ø suspeitas pelos Ø trejeitos observados

⁵⁹ Uma das maiores dificuldades da pesquisa diacrônica, como esta que executei, reside justamente no fato de basear-se exclusivamente em fontes escritas. Relativizando esse problema, Kroch (*op.cit.*, p.18) pondera: “since the cases of grammar competition we have studied are all historical cases based on written texts, it is perfectly possible that it reflects stylistic options limited to the written language, with its known peculiarities and tendencies to linguistic unnaturalness. Thus we might see in historical contexts competition between the grammar of the spoken language of a given time and an archaic but still influential literary standard. If this is so, then grammar competition will have no purely linguistic significance, but will still be important in the interpretation of texts.”

quando garotinho, o que consegui corrigir. Sufocando o Ø choque e as Ø lágrimas, pois até então eu desconhecia a realidade, aconcheguei-o ao Ø peito e conversamos abertamente sobre o assunto.” (*Veja*, 1809, 02/07/03, p. 25)

(16) “Faço ioga e meditação diariamente, para controlar a Ø tensão e ordenar o Ø espírito. Enfim, para controlar os Ø nervos.” (*Veja*, 1811, 16/07/03, p. 15)

(17) “Sou professora e sinto na Ø pele a causa de tamanha vergonha: classes superlotadas, falta de recursos, professores mal pagos.” (*Veja*, 1811, 16/07/03, p. 26)

(18) “Recebeu guerrilheiros da Colômbia no palácio, cruzou os Ø braços para as invasões de terras e até festejou a destruição de uma unidade de pesquisa da Monsanto pelo ativista francês José Bové.” (*Veja*, 1812, 23/07/03, p. 15)

(19) “Nosso estimado presidente Lula deve saber bem o que é isso, pois já passou por essa fase e hoje ele é quem está com o problema nas Ø mãos.” (*Veja*, 1812, 23/07/03, p. 25)

(20) “Nossa auto-estima aumenta à medida que nos embelezamos, que cuidamos do Ø corpo e da Ø saúde e quando as outras pessoas notam a diferença. Faço um tratamento para a Ø pele à base de isotretinoína e estou muito feliz com os resultados.” (*Veja*, 1836, 14/01/04, p. 30)

Em vez de prolongar extensivamente essa lista de exemplos, passemos à análise de tais ocorrências: o marcador vazio ocorreu sempre, nos dados, em sintagmas introduzidos por artigos definidos (DPs⁶⁰), em situações nas quais o elemento possuído era inalienável⁶¹ – o contexto propício a tal estratégia é uma estrutura não-ambígua (cuja interpretação possessiva

⁶⁰ As notações da teoria gerativa serão mantidas neste trabalho, após indicação do seu significado, dado o seu elevado grau de abrangência na literatura: NP (*noun phrase*), IP (*inflectional phrase*), PP (*prepositional phrase*), DP (*determiner phrase*). Isso se justifica por estar esta pesquisa sendo construída com o instrumental teórico gerativista.

⁶¹ Em sua análise do estatuto dos determinantes definidos do francês e do inglês, Vergnaud & Zubizarreta (1992, p.615) afirmam que nomes inalienáveis, normalmente, exigem argumentos (nos termos dos autores, são ‘subject-taking nouns’); no entanto, nomes como ‘computador’, ‘camisa’, etc podem funcionar, por extensão, como inalienáveis e exigir um argumento externo. Embora tal estratégia, de extensão da inalienabilidade, acarrete, no final das contas, uma indistinção (ou esvaziamento) do que seja (in)alienabilidade, pode-se prever que certos objetos pessoais (computador, roupas, animais de estimação, imóveis, entre outros) apareçam em estruturas similares: “João vendeu o Ø apartamento” - supõe-se que seja o dele próprio.

é contextual), em que o nome possuído é coindexado a um outro que apareceu previamente ou que é dado pela situação discursiva. A marcação vazia, então, seria uma espécie de “default”, com uma leitura preestabelecida. Trata-se, portanto, de uma estratégia mais restrita de posse, complementar (e não concorrente) à expressão clítica, como se pode ver em:

- (21) a - Eu lavei as mãos. (Ø = minhas – coindexado ao NP ‘eu’)
 b - * Eu me lavei as mãos.
 c - Ele lavou as mãos. (Ø = as próprias mãos)
 d - Ele lavou-me as mãos. (clítico e NP sujeito têm referências distintas).
- (22) a - A Ø mãe cortou-lhe as unhas. (A *sua* mãe: traria ambigüidade)
 b - A Ø mãe cortou as unhas *dele*. (A mãe *dele*: traria redundância)
 c - A Ø mãe cortou as f unhas. (novo sentido: a ausência do indicador automaticamente instaura a leitura de possuído correferente ao NP “a mãe”).

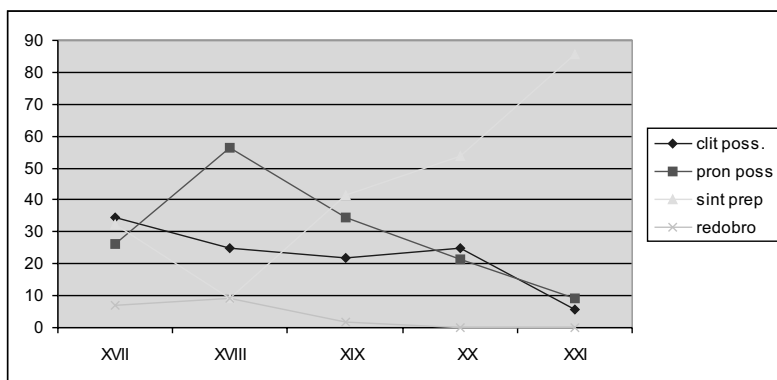
Considerando, então, as três estratégias de posse (explicitadas em 1 - A, B, D), pode-se visualizar melhor o fenômeno ora descrito com base nos resultados abaixo:

Tabela 1 - Estratégias de expressão de posse no PB no eixo do tempo

Século Variáveis	XVII		XVIII		XIX		XX		XXI	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Clíticos	104	34,67	08	25,0	122	21,78	37	24,83	14	5,91
Pronome possessivo	78	26,0	18	56,24	194	34,65	32	21,48	21	8,86
PP (sintagma preposicionado)	97	32,33	03	9,38	233	41,61	80	53,69	202	85,23
Redobro ⁶²	21	7,0	03	9,38	11	1,96	00	00	00	00
Ocorrências	300	100	32	100	560	100	149	100	237	100

⁶² São estruturas de redobro (ou pleonásticas) aquelas em que se encontra duplamente codificada a idéia de posse, seja pela presença de **clítico + PP** (Ex: “**A Felippa Maria**, fugio-lhe uma escrava de nome Marcelina, criôla fula, rosto comprido...” (XIX)), **clítico + pronome** (Ex: “...ouvindo contar certa mãe, ajuntando todos seus filhos os açoutou mui bem, dizendo: não **me** arrancareis vós **a mim** o nariz.”; “Um cavaleiro, diz o mesmo Autor, que conhecera, que adoecendo-lhe o **seu** cavalo o lançou em colchas de seda...” (XVII)). Não foram encontradas nos dados do XX estruturas desse tipo – algo como: *Não me enche meu saco”–, embora ainda se encontrem registros em variedades não-padrão do PB de estruturas como “Ele saiu com **seu** filho **dele**”, no qual o PP se faz presente a fim de evitar ambigüidade.

Gráfico 1 – Estratégias de expressão de posse no PB no eixo do tempo



Se no período inicial pesquisado (século XVII), a forma clítica utilizada para expressão de posse apresentava frequência superior ao uso de pronomes e de sintagmas preposicionados (34,67% contra 26% e 32,33%, respectivamente), no estágio final, correspondente ao início do século XXI, há nítida preponderância do uso de PPs (85,23%), em detrimento tanto do clítico (5,91%) quanto do uso de pronomes possessivos (8,86%). Inesperadamente, o escore do uso de clíticos nas cartas do século XX ainda alcançou valor elevado: 24,83% (bem próximo dos 21,78% do século XIX). Atribuo tal frequência ao fato de as cartas analisadas terem sido escritas nas décadas iniciais do XX, retratando mais fielmente o registro do final do XIX (várias das cartas são datadas de 1920 e 1922), embora o livro “Cartas Devolvidas” tenha sido editado em 1960 (por ocasião do centenário de nascimento do autor, João Ribeiro, como homenagem póstuma).

Note-se que novas formas, tônicas, passaram a ser mais frequentes, em detrimento dos clíticos. Tudo isso representa uma evidência positiva de alteração na gramática do PB, com nova organização interna do sintagma nominal, que privilegia a indicação da idéia de posse por meio de sintagmas preposicionados (genitivos), conforme salienta Cerqueira (*op.cit*, p.130):

Esse sistema [o do PB] encerra, pois, forma possessiva pronominal e uma construção perifrástica (*de* + pronome); essa última é equivalente, em termos sintáticos, à indicação de posse quando o possuidor é representado por um NP (*de*+ *Paulo*, *de* + *o menino*). Uma conseqüência do uso dessas duas formas de indicação de posse [uso de pronome ou PP] está relacionada

à estrutura do sintagma nominal, que apresenta em estrutura-S duas configurações distintas em função da presença de uma outra forma. Com a forma do pronome possessivo, tem-se uma ramificação para a esquerda do nome ([poss [nome]]); com a forma genitiva (*dele*), essa ramificação se dá à direita do nome ([nome [de + NP]]). Diferentes condições de licenciamento devem estar envolvidas na garantia da legitimidade desses dois padrões formais.

Silva (1984, *apud* Cerqueira, 1993:130) estudou a distribuição das formas possessivas de 3ª pessoa *dele / seu* e constatou a superioridade absoluta da primeira forma (75,0%) no registro oral; no *corpus* escrito, o menor percentual (5,4% deste PP) foi encontrado em jornais, que buscam aproximar-se ao máximo da norma padrão. A hipótese de Cerqueira para explicar o contraste entre *seu* e *dele* é que o avanço da forma preposicionada está relacionado “a certos processos de mudança que vêm sendo verificados no PB e que parecem poder ser associados a certas mudanças no sistema de concordância da língua” (*op.cit.*, p.131). Segundo ele,

A especificação de traço [+ pessoa] em AGR em PBC [português brasileiro coloquial] parece ter-se reduzido à primeira e à segunda pessoas do discurso, ou seja, o sistema opera agora com duas distinções, quando antes exibia um conjunto de cinco (meu, teu, seu, nosso, vosso e seu – P3 e P6 sempre foram indiferenciadas). Como a legitimação da forma possessiva depende da identificação da pessoa gramatical que a ela está associada, apenas dois itens possessivos podem ocorrer legitimamente. A indicação de posse para outros sujeitos diferentes do falante/ouvinte vai se dar por meio do sintagma *de + possuidor*; esse recurso já fazia parte da gramática do PB, sendo empregado para estabelecer relação de posse quando o possuidor é apresentado por meio de um nome, para o qual o traço [+ pessoa] é inerentemente especificado para terceira pessoa. No sistema do PB padrão, a especificação de terceira pessoa gramatical parece ainda permanecer operante, embora as marcas flexionais estejam equiparadas às de segunda pessoa (ambas são terceira pessoa gramatical). (pp.152-3)⁶³.

Diferentemente do escopo da pesquisa de Cerqueira, o objeto de análise deste trabalho consiste numa terceira forma de indicação de posse, igualmente legítima, ainda que tal estratégia encontre-se numa linha descendente em termos de frequência.

⁶³ No caso da estrutura clítica, o alçamento do clítico é desfavorecido quando se tem um D^o, isto é, um sintagma nuclear. Segundo Cerqueira (*op.cit.*, p.153), “o núcleo AGR como um conjunto de traços de concordância (pessoa, número e gênero), (...) seleciona uma projeção de N, e é, por sua vez, selecionado pelo núcleo D^o do DP”

Meus dados endossam a constatação de Silva (no que se refere à diminuição do uso de pronomes possessivos), bem como a de Cerqueira a respeito da superioridade de ocorrência de PPs (note-se que meus *corpora* são de textos escritos – cartas diversas publicadas em jornais ou livros), o que poderia estar sendo facilitado pela ausência de traços de concordância dos clíticos.

Cerqueira conclui que “em função desse processo de perda da especificação da pessoa gramatical, o núcleo AGR vai se tornar incapaz de estabelecer uma relação própria com o seu especificador, não podendo atribuir Caso a esta posição, o que ocasiona a impossibilidade de legitimar os pronomes possessivos, à exceção das formas de primeira pessoa P1 (meu) e de segunda pessoa P2 (seu), nessa posição.” (p. 154) Essa afirmação é compatível com os resultados relativos à utilização de pronomes possessivos ao longo do período enfocado, que sofreu sensível decréscimo sobretudo a partir do século XIX (34,65% no XIX; 21,48% no XX; 8,86% no século XXI).

Enquanto os clíticos acusativos são portadores de traços de concordância (número, pessoa, gênero), o uso de clíticos de posse (ou pronome pessoal) pode trazer opacidade em relação à referência do antecedente; à exceção dos pronomes possessivos de primeira e segunda pessoas, que são dêiticas, haverá maior transparência, então, com o uso do sintagma preposicionado, como se pode ver em:

(23) a - Ele o viu. Ele a viu. (o/a – terceira pessoa, singular, feminino / masculino: maior transparência)

b - Seu carro está pronto. (seu = do interlocutor - 2ª pessoa, dêitica; singular; sem referência a gênero do possuidor)

c - Ele me / nos lavou o cabelo. (me / nos: 1ª pessoa, singular / plural; dêitica; sem referência a gênero)

d - Ele lhe / lhes lavou os cabelos. (lhe / lhes: 2ª ou 3ª pessoa – sincretismo de formas – singular ou plural; sem referência a gênero do possuidor: maior opacidade)

e - Eu lavei o cabelo dele / dela. (dele / dela: 3ª pessoa, singular, referência a gênero do possuidor)

No PB, a definitude ou não do NP (o fato de este ser interno a um DP ou a um QP) a que se vincula o clítico, não interfere na realização da expressão de posse (cf. Desapareceu-lhe o / um escravo; Beijou-lhe a / uma mão.), bem como o

caráter concreto ou abstrato do núcleo deste NP (cf. Elogiou-lhe o / um comportamento). Note-se que a extração a partir de um sintagma nuclear é extremamente restrita, sendo licenciada, porém, se houver uma coordenação entre elementos do NP possuído:

- (24) a - (?) João lavou-**lhe** pé.
 b - João lavou-**lhe** pé e mão.

Vejam, no quadro abaixo, o perfil dos constituintes de que alçam os clíticos, quanto à especificidade, nos séculos enfocados

Tabela 2 - Constituição dos sintagmas de origem do clítico

Séculos	Referência Específica		Referência Não-Específica		Ausência de Artigo		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
XVII	123	98,4	01	0,8	01	0,8	125
XVIII	11	100	00		00		11
XIX	123	92,48	09	6,77	01	0,75	133
XX	35	94,6	01	2,7	01	2,7	37
XXI	12	85,72	01	7,14	01	7,14	14

(Considerando também estruturas com redobro do clítico)

Verificado o ponto de geração do possessivo, alçado sob forma clítica, verifica-se que a maioria absoluta corresponde a material interpretado com o traço [+ específico] na LF, o que salienta a importância de D lexicalmente preenchido. Isso é compatível, nos termos da Teoria Gerativa, com a assunção de que Dº é um núcleo funcional onde se localiza “o AGR nominal que é responsável pela atribuição do caso genitivo ao nome ou ao pronome possessivo” (Cerqueira, *op.cit.*, p.153).

Dada a dificuldade de cliticização em caso de um D° , é natural atribuir a Spec, DP um papel crucial: endossando Szabolcsi (1983/84), cuja análise é retomada em Gavruseva (2000), assumirei que essa categoria funcional é a primeira posição a acomodar o clítico em caso de extração. Note-se que o clítico não alça obrigatoriamente para Spec,VP, embora possa fazê-lo (por questões de focalização, como evidenciarei posteriormente):

- (25) a - João machucou-**lhe** o pé. [Spec, DP]
 b - João **lhe** machucou o pé. [Spec, VP]

Assumir que o clítico alce para Spec, DP coloca-nos em consonância com a hipótese de que, funcionalmente, DP = CP, defendida por Szabolcsi: nesta posição existiriam traços não interpretáveis [Q - features], cuja ‘força’, no PB, reside no fato de haver concordância entre determinante / possuído e entre possuído / possuidor – assim, o nódulo Agr/DP (flexões nominais internas ao DP) é que seria o responsável pela possibilidade de extração do clítico:

- (26) a - os_i filhos_i da_k minha_k irmã_k (gênero e número)
 b - os **meus** filhos / a **sua** filha (gênero, número e pessoa)

Note-se que no inglês, em que D é necessariamente nulo (cf. Kayne, 1994), não há possibilidade de extração: * *the my books*; além disso, D não apresenta traços de concordância: *the boy / the girl*. No italiano, em que há comportamento similar ao PB, D pode ser preenchido lexicalmente: *il mio libro, il bambino di Maria*. Diante desses fatos, Gavruseva associa a possibilidade de extração à riqueza de traços Agr/DP, que serão checados em Spec, DP:

In the Minimalist framework, inflections are not taken to project separate functional heads, rather inflectional morphemes correspond to abstract grammatical features that are checked by lexical items with ‘matching’ features via syntactic movement. The lexical items themselves are inserted fully inflected into the syntax. On this approach, it is not difficult to see how feature-checking works in [+ extraction] languages. (p.756)

Segundo Uriagereka (1988, apud Gavruseva, op.cit. p.748), quanto mais rico for o *status* morfológico de D em uma língua, maiores as barreiras a serem transpostas para

extração do possuidor – suas predicções valem para o russo, o chamorro e as línguas germânicas, mas não dão conta do fenômeno no húngaro e no português. Diferentemente de Uriagereka, para quem um D morfológicamente rico seria um empecilho à extração, Gavrusseva atribui à riqueza de D' (o fato de haver processos de concordância internos ao DP), isso é, à existência de Agr/DP, a possibilidade de D tornar-se um regente apropriado para traço deixado pelo possuidor extraído (no nosso caso, sob a forma clítica): assim, a correlação estabelecida por ela, e que se aplica ao PB, seria entre a especificação de traços de concordância (+ pessoa, + gênero, + número, + caso) e a extratabilidade.

Quanto à assimetria entre a extração do clítico da posição pré ou pós-verbal, o que ocorre no PB, Gavrusseva retoma a análise de Cinque (1990) para o italiano, no qual o autor considera uma posição não diretamente selecionada pelo V regente como uma barreira à extração. Assim, possuidores inseridos em NPs sujeitos pré-verbais funcionam como ilhas à extração, já que o DP não poderia ser governado propriamente, contrariamente ao DP em posição de objeto.

Note-se que o deslocamento do sujeito para Spec, VP gera uma dubiedade quanto ao caráter do clítico (posse? beneficiário?), como se pode ver em:

(27) “Não posso dizer as coisas muito ao certo, porque a vista **se me** escureceu, mas pude lobrigrar que ali a prática amparava a teoria.” (Cartas devolvidas, p. 95)

Investigar por que, ainda que disponível, a cliticização (extração do possuidor) ocorre, atualmente, em menor proporção do que em séculos anteriores, equivale a indagar qual seria a natureza do clítico, ou seja, o que lhe permite (após ser extraído via Spec, DP) ocupar a posição imediatamente anterior ao verbo – VP ou FP? – embora não sendo argumento verbal, mas num relacionamento tão estreito que não pode haver interpolação:

(28) a - * Eles **lhe** não machucaram os pés.
b - * Ninguém **lhe** ontem machucou os pés.

Esse é o comportamento normal dos clíticos argumentos verbais, e as mesmas restrições de movimento se mantêm para o clítico que expressa posse, o qual vincula-se ao nome possuído, de onde alça o clítico (o que é compatível com a visão de paralelismo entre nomes e verbos com relação à exigência de argumentos).

2. A estrutura clítica de posse: estratégia de focalização?

Jayaseelan (2001) afirma ser contígua ao verbo, em malayalam, a posição típica de FP (*focus phrase*), imediatamente dominando VP, posição para a qual alçam as palavras QU e elementos de clivagem (*cleft words*), além de objetos deslocados (*shift objects*). O movimento de algum elemento para [Spec, FP] é opcional, atendendo a alguma intenção comunicativa do falante e, por vezes, gerando uma ordem marcada. Vejam-se os exemplos abaixo:

- (29) a - ninn-e aare aTiccu?
You-acc who beat-past è Who beat you?
b - * aare ninn-e aTiccu?
- (30) a - nii aa pustakam aar-kka koDuttu?
You that book who-dat gave è To whom did you give that book?
b - * nii aar- kka aa pustakam koDuttu?
- (31) a - nii enta aaNa tinn-ata ?
You what is ate-nominalizer è Lit: What is that you eat? (clivado)

Segundo o autor, em malayalam, partindo-se de uma ordem básica subjacente SOV (tipo tradicional nas línguas sul-asiáticas), fica difícil compreender como se gerou uma posição similar a COMP dentro do VP (uma vez que movimentos descendentes são impossíveis), o que permitiria explicar o alçamento do sujeito para Spec, IP e de argumentos internos para Spec de alguma categoria funcional intermediária entre IP e VP. Ele afirma que:

...all we need to do, in order to generate the question word's position next to V, is to postulate a Focus Phrase (FP) immediately dominating vP, and to say that the Q-word moves into Spec of this FP. All other arguments, and such adjuncts as are generated within vP, e.g. manner, location, time adverbials, would now 'past' this position into SPECS of higher functional projections by the normal movements that derive SOV word order. In the case of (1a (= 79 a)), for example, the subject is a Q-word and moves into Spec, FP and the direct object moves 'past' it. (pp. 40-1)

O autor (p.40, nota nº2) afirma que muitas outras línguas dravídicas e indianas subcontinentais também tendem a colocar as palavras-Q imediatamente à esquerda de

V – mas não se trata de algo tão restritivo quanto em malayalam. A questão residiria, então, numa diferença paramétrica em termos de traços forte/fraco: os operadores interrogativos, em malayalam, têm um traço forte de Foco, enquanto nas outras línguas apresentariam um traço de Foco opcionalmente forte.

Analisando as ocorrências de clítico de posse no PB, constata-se que o alçamento do clítico é opção disponível, mas não utilizada em larga escala. O fato de, eventualmente, o falante ainda expressar posse dessa maneira pode ter sua explicação em necessidades outras que não estritamente sintáticas: a hipótese aventada por Jayaseelan, em termos de diferença paramétrica quanto ao traço funcional Foco oferece-nos uma explicação plausível para a explicação do fenômeno.

No Programa Minimalista, todo traço deve ser checado e, para que um traço (t) o seja, a fim de LF (a forma lógica da sentença) e PF (forma fonológica) satisfazerem o princípio de Interpretação Plena, isto é, para que a estrutura possa convergir (o que equivale a ser considerada gramatical), uma operação – Move *a* – “transporta” estritamente o material necessário (os traços do constituinte) para tal checagem. Nos dizeres de Zubizarreta (1998, p.29),

There are empirical reasons for assuming that, when the operation Move *f* [Move *a*] applies to *f* belonging to the lexical item LI [*f*], it automatically carries along FF (LI [*f*]), the set of formal features of LI [*f*]. On minimalist assumptions, Move *f* is a *last resort* operation in the following sense:

Move *f* raises *f* to the target K only if *f* enters into a checking relation with a feature of the head of K or with a feature of some element adjoined to the head of K or with a feature of some element adjoined to the head of head of K.

The application of Move *f* is governed by the *Minimal Link Condition*:

Minimal Link Condition (MLC)

a can raise to target K only if there is no legitimate operation Move *b* targeting K, where *b* c-commands *a*.

No entanto, nem todo movimento é feito exclusivamente por razões sintáticas (checagem de traços). E essa constatação, ao lado da diferença paramétrica sugerida por Jayaseelan, embasará a proposta de análise da estrutura clítica aqui focalizada. Vejamos, a seguir, as motivações responsáveis pelo alçamento do clítico possessivo.

2.1 Clíticos de posse e estratégias de focalização no PB atual

Foco de uma sentença é uma noção discursiva. Pode ser definido como a parte não pressuposta, considerando-se as informações compartilhadas pelos interlocutores em determinada situação de enunciação. Endossando Zubizarreta (1998, que, por sua vez, segue Chomsky, 1972, 1976 e Jackendoff, 1972), pode-se afirmar que há casos nos quais o foco é “um evento ou parte de um evento” sem que, necessariamente, corresponda a um constituinte sintático.

Vejam os exemplos abaixo, nos quais o foco foi instanciado a partir da questão correlata, em que se evidencia a parte pressuposta e o foco – constituinte marcado [+ F]:

- (32) Maria partiu o bolo.
a - O que Maria partiu? \rightarrow [+ F] = o bolo.
b - Quem partiu o bolo? \rightarrow [+ F] = Maria.
c - O que aconteceu? \rightarrow [+ F] Maria partiu o bolo.
d - O que aconteceu ao bolo? \rightarrow [+ F] Maria partiu (- o).

Note-se que há situações em que o foco equivale a um constituinte, a uma parte do constituinte (verbo + objeto, sujeito + verbo), ou mesmo à sentença toda. Existe, portanto, uma relação entre a focalização e a prosódia (atribuição de acento), no PB, para evidenciar o constituinte marcado com o traço [+ F].

Há dois tipos de focos: o contrastivo e o não-contrastivo. O primeiro tem o efeito de negar algum valor atribuído a determinada variável que se infere do contexto comunicativo (*context statement*, nos termos de Zubizarreta) e, além disso, introduzir um valor alternativo para tal variável. Se no foco não-contrastivo há um centramento na informação nova, o foco contrastivo permite, diferentemente, jogar luzes sobre um elemento já dado da estrutura. Atente-se para o fragmento abaixo, de Zubizarreta (*op.cit.*, p.7):

Although the semantic nature of the focus is the same in cases of contrastive and noncontrastive foci in that they both introduce a value for a variable, contrastive focus has another dimension that makes it comparable to emphasis as well. Like emphasis, contrastive focus makes a statement about the truth or correctness of the assertion introduced by its context statement.

A autora exemplifica o foco contrastivo com a seguinte sentença:

- (33) John is wearing a RED shirt today (not a blue shirt).
[context statement: John is wearing a blue shirt today.]
Sentença com foco contrastivo = conjunção de duas ‘proposições ordenadas’:
a) John is not wearing a blue shirt today. + b) John is wearing a red shirt today.

Sabe-se que as línguas naturais usam diferentes expedientes para focalizar determinados constituintes da sentença: a prosódia (como no PB, exemplo acima), a presença de marca morfológica (como a partícula *ma*, no japonês) ou posição sintática específica (pode-se citar o malayalam e o basco), havendo casos em que mais de um desses recursos pode ser utilizado.

No basco, por exemplo, a posição pré-verbal é típica de focalização – [Spec, CP], podendo, nesse caso haver um foco distribuído entre o verbo e o constituinte imediatamente à esquerda (seja sujeito ou objeto), conforme atesta Arregi (2001)⁶⁴:

- (34) Q: Jon señek ikusi rau?
[lit: Jon acusativo quem ergativo viu → Quem viu Jon?]
A: Jon Mirenek ikusi rau.
[lit: Jon acusativo Miren ergativo viu → MIREN viu Jon.

Na ordem básica (SOV), tem-se uma sentença neutra (por exemplo em resposta à questão “o que aconteceu?”, na qual se pode focalizar o constituinte imediatamente à esquerda do verbo (o objeto), mas não o sujeito.

- (35) Jonek ergativo Miren acusativo ikusi rau.
- Jon viu MIREN.
- Jon viu Miren.
- * JON viu Miren.

Sob abordagem teórica Minimalista, Zubizarreta propõe uma análise na qual proeminência frasal (determinada por uma regra de atribuição de acento na sentença, NSR – Nuclear Stress Rule, de Chomsky (1968,1971)), baseia-se no princípio de boa formação que estabelece

⁶⁴ Os exemplos citados são do autor, com nova numeração.

que “o constituinte focalizado (ou F-marcado) de uma sentença deve conter o núcleo entonacional [= a palavra ritmicamente mais proeminente] daquela sentença”⁶⁵.

A regra acima é sensível apenas aos constituintes marcados [+ F], isto é, se os constituintes são ‘desfocalizados’, tornam-se ‘invisíveis’ a NSR. Ressalte-se que o acento (NS) pode incidir sobre a sentença inteira, o VP, o objeto ou o complemento PP. Curiosamente, caso o NS recaia sobre um pronome, este assume um sentido contrastivo, como se percebe em “John kissed **her** (and not Mary)”- no PB, isso se evidenciaria em casos como “Maria beijou **ele**. – com o uso do pronome tônico, o que é bastante freqüente.

Analisando as diferenças inter e intralingüísticas concernentes à focalização, Zubizarreta agrupa línguas germânicas (inglês e alemão) e românicas (espanhol e italiano), salientando que existem particularidades em cada língua. Segundo a autora, esses dois grupos não se diferem com respeito à atribuição de NS por uma restrição prosódica: diferenças paramétricas estabeleceriam se a língua em questão pode ou não “analisar certos elementos fonologicamente explícitos como metricamente invisíveis” (p. 84) - ou seja, como desfocalizados.

Para as românicas, ela postula que a palavra mais proeminente deve estar mais à direita, adjacente à fronteira da sentença, ainda que se obtenha tal posicionamento por diferentes tipos de movimento (prosódica ou sintaticamente motivado). Note-se que tal restrição não se aplica ao PB que, embora língua românica, assemelha-se ao inglês quanto à possibilidade de focalização de qualquer constituinte sem necessidade de um movimento para essa finalidade, isto é, não existe uma posição específica para a focalização de constituintes.

Zubizarreta (1998) retoma (e amplia generalizações importantes) trabalho prévio de Cinque (1993), no qual o autor buscou formular NSR puramente em termos de estruturação dos constituintes, e postula que o elemento privilegiado para receber NS é o mais encaixado na estrutura (o nóculo mais ‘baixo’). Se Cinque peca por não explicar satisfatoriamente a ambigüidade de posições de NS em caso de intransitivos do inglês e de inacusativos do alemão, uma vez que se restringe à análise de constituência estrutural (seu sistema é insuficiente para lidar com casos em que NS recai em sujeitos pré-verbais), além de ater-se a estruturas neutras quanto a foco (as não neutras seriam atribuídas a alguma regra discursiva não explicitada), Zubizarreta propõe que haja uma semelhança entre estruturas neutras ou não neutras em termos de atribuição de foco; além disso, afirma que posições ambíguas na atribuição de NS em estruturas transitivas com objetos

⁶⁵ Ressalte-se, porém, que não apenas itens lexicais completos podem ser focalizados. Itens gramaticais ou mesmo pedaços de palavras podem ter prominência, recebendo o traço [+ F]. Ex: Eu pedi meu café COM açúcar (não SEM). / Eu disse que CONcordo com seu pedido (e não DIScordo). Como são marcados [+ F], são constituintes visíveis à NSR, assim como itens completos o são.

desfocalizados são similares à ambigüidade encontrada em estruturas intransitivas quanto à atribuição de NS. Para melhor lidar com os dados ‘recalcitrantes’ do alemão e do inglês, a autora postula uma NSR modular - sensível não só à constituinte estrutural (isto é, à noção de c-comando assimétrico, já que o elemento mais ‘baixo’ na estrutura tem status privilegiado), mas também às relações seletivas; esta se aplicaria na sintaxe, antes de Spell-out e após a checagem de traços sintáticos.

A partir da análise do espanhol moderno (MS), língua na qual o constituinte mais à direita, ao final da cláusula, é o que recebe focalização, Zubizarreta dedica-se a um tipo específico de ‘scrambling’ (movimento de constituinte por sobre outro), cuja peculiaridade é gerar estruturas prosodicamente não ambíguas, associadas com uma interpretação estrita de foco: trata-se do “p-movement” ou “movimento prosodicamente motivado”. A partir de um movimento estritamente local, um constituinte desfocalizado alça sobre outro - no caso do MS, o objeto desloca-se para a esquerda, deixando o sujeito no final da sentença, a fim de que este receba maior proeminência, com a adequada aplicação de NSR. A obtenção da ordem VOS, no espanhol (derivada de VSO, com adjunção à esquerda do objeto ao VP1) seria um caso de movimento cujo propósito não é a checagem formal de traços (motivação sintática), mas o cumprimento de uma exigência prosódica. Vejamos um exemplo da autora, para maior clareza:

- (36) a - Maria me regalló la botella de **vino**. (neutra, NS no último constituinte)
b - MARIA me regalló la botella de vino. (no Juan).
Me regalló MARIA la botella de vino.
[foco contrastivo⁶⁶, núcleo entonacional no sujeito, não no objeto]
c - Q: Quién te regaló la botella de vino?

R: Me regaló la botella de vino **Maria**. (incompatível com interpretação neutra; NS no sujeito pós-verbal, por aplicação de NSR ao constituinte mais à direita).

R: * Me regaló la BOTELLA de vino Maria.

R: Me regaló la botella de VINO Maria. (Impossível a interpretação com maior proeminência ao objeto na ordem VOS; havendo o deslocamento do sujeito, este é o termo focalizado (recebe NS)).

⁶⁶ Casos de ênfase ou foco contrastivo seriam gerados por uma outra regra prosódica (Emphatic / Contrastive Rule), segundo a qual cria-se uma interpretação em que a pressuposição (perceptível pelo contexto comunicativo) é parcial ou totalmente confirmada ou negada pelo falante. Normalmente, os falantes não aceitam tal tipo de sentença como resposta a uma questão, como ocorre no processo de focalização.

O ‘p-movement’ postulado por Zubizarreta não afeta simplesmente relações lineares, mas também relações de c-comando entre os constituintes reordenados. Ainda que haja algum PP (ordem VPPS), o mesmo move-se por sobre o sujeito, a fim de que o sujeito fique em posição adequada para receber maior proeminência via NSR: em termos minimalistas, “p-movement adjunge à esquerda VP1 e VP2”. O mesmo acontece se se pretende focalizar um objeto (ordem SVPP0 – ex: “Ana escondió debajo de la cama **la muñeca**.”).

Assim como afeta relações interconstituintes, Zubizarreta (*op.cit.*, p.133) afirma que p-movement pode incidir sobre relações intra-sentenciais:

So far I have examined cases where p-movement affects the relative ordering of major argument constituents of the sentence (i.e, where it affects the subject, the object, or the PP complement of a verbal predicate), but *there is no reason why p-movement cannot affect the relative ordering of constituents contained within these major constituents.*⁶⁷

Essa possibilidade de interferência de um movimento de natureza prosódica nas relações intra-constituintes será relevante para a compreensão das estruturas clíticas de posse do PB.

2.2 P- movement e as construções clíticas de posse

Como defendem Zubizarreta (1998) e Arregi (2001), entre outros, existe um traço funcional (discursivo) de foco, que marca a posição sintática de constituintes marcados [+ F] em certas construções, sem que isso tenha conseqüências semânticas.

Atente-se para o seguinte fragmento:

The “focus” feature that heads a functional projection and participates in the feature-checking algorithm is not to be confused with the [F] feature used to mark the phrases that are part of the assertion of a sentence. “Focus” is a morphosyntactic feature with no semantic import. Its presence is optional, at least in the languages under discussion, and its function is to characterize the syntactic position of a fronted F-marked constituent in certain structures. In effect, when present in the structure, the functional “focus” attracts an F-marked constituent to its specifier position. (Zubizarreta, *op. cit.*, p.182, nota 3)

⁶⁷ Grifo meu.

Considerando que a estrutura sintática, na abordagem gerativista, consiste na existência de um núcleo portador de determinados traços a serem devidamente checados (em relação com outros núcleos) – caso isso não ocorra, a estrutura não converge, ou seja, é agramatical –, Zubizarreta propõe que o espanhol, assim como outras línguas, tem um TP generalizado, ou seja, a categoria funcional que contém o verbo flexionado apresenta a capacidade de acomodar outros sintagmas que não apenas o sujeito, além de permitir um sincretismo entre traços sintáticos e discursivos: T (*tense*) pode aparecer combinado com traços discursivos como foco, tópico e ênfase. Assim, um constituinte topicalizado, enfatizado ou focalizado deve mover-se para [Spec, T] para checagem de traços.

No espanhol, sentenças com advérbios (locativos ou temporais) ou argumentos (outros que não o sujeito) topicalizados preenchem a posição [Spec, T], desde que esta se encontre disponível. Há apenas um constituinte enfático por sentença (associado a T); o tópico pode preceder o constituinte enfatizado, mas não o oposto. Pode-se encontrar mais de um sintagma topicalizado por sentença, mas no máximo um constituinte (ainda que descontínuo) marcado [+F], em associação com [T]⁶⁸:

- (37) a - **Todos los días** compra Juan el diario. (adjunto temporal em [Spec, T])
 b - **En este bar** escribió Max su primera novela. (locativo em [Spec, T])
 c - **Me** devolvió Maria el libro que le presté. (clítico dativo em [Spec, T])
 d - **Todos los días**, Juan compra el diario. (temporal + sujeito, ambos topicalizados).
 e - **Su secreto**, con NADIE lo compartió Maria. (objeto topicalizado, precedendo sintagma enfático)
 f - *Con NADIE, Maria compartió su secreto. (constituinte enfático precedendo topicalizado)

Em síntese, a autora propõe, para o espanhol, a possibilidade de outros constituintes (não exclusivamente o sujeito) ocuparem a posição de [Spec, T]; além disso, as categorias funcionais-discursivas ênfase, tópico e foco devem constituir uma categoria sincrética com T' (exceto se houver necessidade de que tais categorias projetem independentemente, acima de TP, caso [Spec, T] já esteja preenchido lexicalmente: por exemplo, há um sintagma topicalizado, mas [Spec, T] já comporta um sintagma não topicalizado).

⁶⁸ Exemplos selecionados dentre vários apresentados em Zubizarreta (pp.100-106), com nova numeração.

A fim de que o sujeito, no limiar da sentença, possa receber Caso (nominativo) a ser checado fora da relação especificador-núcleo, Zubizarreta afirma que o traço D do sujeito deva ser checado via adjunção de D a T⁶⁹. Segundo ela,

A phrase may not check more than one type of feature in a given specifier-head configuration. In other words, a phrase may not simultaneously check an intrinsically grammatical feature such as Case and discourse-based feature such as “topic”, “emphasis” or “focus”. (...) In MS nominative Case must be checked either overtly in [Spec, T] or via covert adjunction of D to T. (p. 117)

Para aplicação do que se analisou acima, quanto ao espanhol, às estruturas clínicas de posse, alguns aspectos são cruciais: a) a de que se pode focalizar um constituinte de forma descontínua; assim, pode-se ter um complexo verbo/sujeito ou verbo/objeto recebendo o traço [+F], ainda que haja, interpolado, algum constituinte marcado [-F]; b) pode haver “p-movement” internamente a um constituinte, não apenas entre constituintes; no espanhol, pode haver focalização estrita no complemento genitivo de um objeto direto ou o traço [+F] pode interferir na ordem de um advérbio e um argumento do verbo (Zubizarreta, *op.cit.*, p.133-4).

2.3 A aplicação de NS às sentenças do PB

Diferentemente do alemão, língua para a qual Zubizarreta propõe uma versão modularizada de aplicação de NS – a aplicação de acento seria sensível tanto às restrições seletivas (variando conforme o verbo seja transitivo, inacusativo ou inergativo, ou a sentença seja matriz ou encaixada) quanto às relações de c-comando (acento no constituinte que representa o nódulo mais baixo), o português aproxima-se, quanto à focalização, de línguas como o francês e o espanhol (guardadas certas peculiaridades), em que apenas C-NSR (regra de aplicação de acento sensível às relações de c-comando) é válida.

No PB, a aplicação de acento seria no último constituinte em estruturas transitivas (foco no objeto, informação nova, na ordem básica SVO):

⁶⁹ Recorde-se que, na teoria de checagem de traços, são os traços de D, e não o DP, que entram em relação com T; /o caso nominativo pode, então, ser checado de duas formas: os traços de D movem-se (juntamente com o DP inteiro, de forma explícita) para [Spec, T] ou os traços de D adjungem a T implicitamente (*covertly*), deixando a posição Spec livre para ser ocupada por outros materiais fonológicos que não o DP sujeito.

- (38) a - O que ela cortou? - Ela cortou [o meu cabelo] .
 b - O que ela fez? - Ela [cortou o meu cabelo].
 c - A quem ela emprestou o livro? - Ela emprestou o livro [ao colega].
 d - Ela emprestou O LIVRO ao colega. (não a revista). – foco contrastivo
 e - Ao colega ela emprestou [o livro]. → PP topicalizado / objeto focalizado.

O mesmo se observa em relação a estruturas inacusativas, nas quais o sujeito, pós-verbal, traz uma informação nova:

- (39) a - Chegou um novo livro deste escritor.
 b - Fugiu meu cachorrinho pequinês.

Note-se que tais dados são compatíveis com C-NSR (acento no constituinte mais à direita); movimentos de constituinte(s) para a esquerda trazem efeito de topicalização, como foi mostrado acima.

Parafraçando a sentença (37 - b) acima (repetida para maior clareza), o falante poderia optar por uma estrutura como a dada abaixo:

- (40) a - O que ela fez? - Ela [cortou o meu cabelo].
 b - O que ela fez? - Ela [me cortou o cabelo].

Como resposta à pergunta “O que ela fez?” (ou, melhor ainda, “O que que ela te fez?”), inúmeras são as possibilidades com alçamento do clítico, utilizando estruturas cristalizadas (“Ela me encheu o saco”, “me torrou a paciência”, “me furou os olhos”, entre tantas) ou respostas não cristalizadas, menos frequentes, em que haja a extração de dentro de um PP (“Ela me acabou com a paciência”, “me levou ao conhecimento um fato terrível” etc) – o que não é uma inovação, já que os dados (diacrônicos) atestaram esse tipo de ocorrência.

O que estaria em jogo, então? Embora disponível, o movimento do clítico para [Spec,T] não é movimento exigido por razões sintáticas, mas apresenta uma consequência discursiva sensível: ao movê-lo, o falante obtém uma estrutura mais efetiva do ponto de vista informacional, ainda que utilizando sentenças já ‘cristalizadas’.

Considerando que é exatamente esse o papel da marcação de foco, ou seja, tornar mais efetiva a estrutura informacional da sentença, na estrutura clítica de posse se obtém esse acréscimo semântico-discursivo pela marcação de todo o VP, o que é compatível com a constatação de que certas línguas apresentam como estratégia a focalização descontínua.

A representação seria como se segue:

- (41) Ela [+F / T me i [+ F / VP cortou [+ F / DP o e i cabelo]]]

No PB, como já se evidenciou anteriormente, nota-se a necessidade de o possuidor estar inserido em um DP (isto é, o alçamento do clítico de um “bare NP” é altamente restringido) gerado em posição de argumento verbal (pós-verbal): preenchida a posição [Spec, T], a extração é bloqueada:

- (42) a - O **nosso** comércio se fortaleceu bastante.
b - * O comércio se **nos** fortaleceu bastante.
c - Fortaleceu-se o **nosso** comércio.
d - Fortaleceu-se **nos** o comércio.

Considere-se o par abaixo: trata-se de sentenças gramaticais no PB - em (42 a), o DP de onde alça o clítico foi topicalizado, e em (42 b), há interpolação de um adjunto entre V e DP:

- (43) a - O_t cabelo, ele me cortou_t muito bem.
b - Ele me cortou muito bem o cabelo.

Note-se que há possibilidade de interpolação de algum elemento (representado por XP) no constituinte descontínuo focalizado [clítico – verbo – XP – SN], mas não entre clítico e verbo⁷⁰, o que vale para os demais clíticos do PB. Apesar disso, a interpolação obedece a restrições bem delimitadas, isto é, o movimento do clítico segue a determinadas condições de localidade, como se pode constatar, a partir da análise de dados diacrônicos e sincrônicos. Vejamos exemplo abaixo, no qual a interpolação inicialmente impede a cliticização, já que o constituinte de onde alçaria o clítico encontra-se muito distante de V (‘chegar’, verbo inacusativo, apareceu com freqüência com clítico de posse nos dados):

⁷⁰ Em todo o *corpus*, houve uma estrutura, apenas, em que havia interpolação clítico – neg – verbo (carta pessoal, Acervo do Barão de Camargos, 1736): “..favor procurar esse sujeito e entregarlhe ele sexama Domingos pereira e me dizem mora em casa de hum tio seu que o nome lhe não sei mas he mercador”. Embora esse tipo de interpolação tenha sido freqüente em estágios anteriores do português e outras línguas neolatinas (veja-se, sobre o espanhol, Fontana, 1992), no século XVIII, reduzia-se a freqüência desse tipo de estrutura.

- (44) a - “Vossa Excelencia [...] digne mandar que os Engenheiros procedão o referido exame, *a fim de que chegando pela Imprensa ao conhecimento do Publico o seu resultado...*”
 → [V – XP - PP - DP]

Há dois DPs de que o clítico poderia alçar, o nominativo (pós-verbal) e o PP; no entanto, a interpolação do PP ‘pela imprensa’ quebra tal possibilidade. Notem-se as reestruturações abaixo:

- (44) b - ... a fim de que chegando ao conhecimento do público o seu resultado...
 a fim de que **lhe** chegando ao conhecimento o seu resultado...
 c - ... a fim de que chegando o seu resultado ao conhecimento do público ...
 → ... a fim de que **lhe** chegando o resultado ao conhecimento ...

Isso ocorre, como vimos, graças à restrição de localidade para alçamento de constituintes, ou seja, dependendo de sua natureza, XP se constituirá ou não em barreira à extração. Verifique-se a possibilidade de cliticização nas sentenças que seguem:

- (45) a - “Abre também, aos que quizerem, sem a mínima dor, os abcessos e tumores e cura também estes sem emprego do bistouri.”
 b - Abre-**lhes** também, sem a mínima dor, os abcessos e tumores. (lhes = [a NP] - com interpolação de PP).

- (46) a - “... todavia elle não meteo totalmente o dedo sobre a ferida estava reservado para ontros (sic) Médicos distintos *o acrescentar mais alguma coisa às suas observaçoens.*”
 b - ...o acrescentar-**lhe t** mais alguma coisa às **t** observações.
 c - (?) acrescentar-**lhe t** mais alguma **t** coisa (= sua coisa) às observações.
 d - acrescentar-**lhe t** mais comentários às **t** observações...
 e - (?) acrescentar-lhe **t** mais **t** comentários às obervaçãoes...

Note-se que itens como **alguns** e **mais**, quando integrantes de um XP interpolado entre V e o clítico – ordem: [V clítico XP DP] não impedem o alçamento do mesmo, mas a interpretação do vestígio do clítico passa, automaticamente, a ser o DP seguinte – isto é, havendo um QP interpolado, o quantificador (um operador) funciona como um empecilho ao alçamento do clítico

de dentro do QP⁷¹. No entanto, fosse a ordem [V clítico DP DP] ou [V Cl PP DP], poder-se-ia criar uma ambigüidade quanto ao ponto inicial de onde alçou o clítico, como se vê em:

- (47) a - “O testemunho de que hum Deos Omnipotente *mete a mão debaixo da cabeça dos Grandes Príncipes* no momento em que Elles cahem...”
 b - mete-lhes a mão debaixo da cabeça → a concordância no clítico mostra qual o sintagma possessivo substituído (= dos príncipes), mas não o ponto de alçamento do clítico (a mão dos príncipes? A cabeça dos príncipes?)
 c - mete-lhe a mão debaixo da cabeça: dupla possibilidade de interpretação [mete a sua mão debaixo da cabeça] ou [mete a mão debaixo da sua cabeça], como na anterior, indicando apenas que o PP possessivo era singular (lhe = de X, X = singular, mas não correferente com o sujeito “Deos Omnipotente”, já que deve haver disjunção de pessoa entre o núcleo do NP sujeito e o de que alça o clítico).
- (48) a - “Tenho por diviza a franquesa, e alguns amigos mais particulares sabem que não costume negar os meus feitos, *ainda mesmo que elles me custem o sacrificio da própria vida.*”
 b - (?) custem o **meu** sacrificio da própria vida.
 c - ...custem [DP o sacrificio [PP de [DP a minha própria vida]]]

A melhor estruturação (clareza de interpretação) seria (47 c) acima, com o clítico alçando de um DP interno a um PP, ainda que haja um outro DP contíguo ao verbo.

Embora exista uma ordem de constituintes que favoreça a cliticização, na qual o DP ou PP seria pós-verbal (independentemente da função sintática que este esteja desempenhando), os dados abaixo oferecem um panorama instigante sobre a cliticização no PB:

- (49) a - “Senti cair-**me**- as calças e o jaleco_i voar-**me**_i rasgado em asas despregandose pelos braços abertos em indignação.” (XX, Cartas Devolvidas, p. 13) Ao lado de uma ocorrência prototípica do clítico de posse, na segunda ocorrência, pode haver também uma leitura possessiva, sem que o NP esteja sucedendo o verbo; no entanto, o mais provável é que seja um clítico expletivo.

⁷¹ Um NP pode ser determinado do ponto de vista semântico apenas uma vez; é plausível que elementos que funcionam como *determinantes* sejam licenciados exatamente pelo fato de cada um introduzir um NP distinto: isso evita a existência de dois operadores ligando a mesma variável. No caso em pauta, o artigo (determinante) e o quantificador se repelem por exercerem a mesma função.

b - “Não posso dizer as coisas muito ao certo, porque a vista **se me** escureceu, mas pude lobrigar que ali a prática amparava a teoria.” (XX, Cartas Devolvidas, p. 95)
Embora o NP seja pré-verbal, reforça-se uma leitura possessiva (não é possível, por exemplo, uma leitura do clítico como beneficiário).

Tais fatos de não prototipicidade do alçamento do clítico, ao lado de outros igualmente relevantes (como o fato de o clítico alçar de um DP pós-verbal, mas em certos casos haver mais de um DP e o clítico alçar do que está mais à direita, “saltando” um constituinte) nos remetem à busca da explicação dos fatores que favorecem ou restringem o movimento do clítico.

3. Considerações finais

Esta pesquisa da expressão clítica de posse no PB, em fase de execução, já aponta para uma série de questionamentos, que dizem respeito não só aos aspectos facilitadores ou desfavorecedores da cliticização, mas também ao encaixamento desse processo de mudança em relação a outras por que vem passando o PB.

Um dos aspectos que estão sendo investigados e já se mostrou relevante à possibilidade de extração do clítico se prende, também, ao tipo semântico do verbo – assim, verbos que indicam movimento físico (como *levar, cortar, pintar*, etc) ou abstrato (como *submeter, associar, considerar*, etc), bem como verbos psicológicos (como *sentir, admirar, temer*, etc), favorecem a cliticização; por outro lado, verbos de transferência material e perceptual (como *dar, transferir, anunciar, divulgar*, entre outros) a desfavorecem. Do ponto de vista sintático, estruturas com verbos triargumentais (cuja grade prevê um NP nominativo, um NP acusativo e um PP dativo) repelem a ocorrência do clítico - embora codificado como o seriam argumentos normais do verbo, o clítico não é licenciado pela grade temática do verbo; assim, o possuidor é tratado como uma espécie de “argumento adicional” da sentença.

Curiosamente, ainda que não possam aparecer estruturas com verbo *dandi* (triargumental), caso se forme um constituinte V-NP acusativo (estrutura cristalizada), o clítico é licenciado:

- (50) a - O pai deu um livro seu ao filho.
b - * O pai **lhe** deu um livro ao filho. [o clítico não indica posse]
c - Ele costuma **dar ouvidos** às queixas dos filhos.
d - Ele costuma **lhes** dar ouvidos às queixas. [dar ouvidos = ouvir]

Se, por um lado, a grade temática dos verbos já se revelou um fator relevante, por outro persiste a necessidade de buscar os demais fatores condicionantes dessa estrutura (bem como do encaixamento dessa mudança em curso, em relação a outras por que vem passando o PB), objetivo que vem norteando o desenvolvimento deste trabalho.

Referências

- ANAGNOSTOULOPOULOS, Elena. (1999). *On Double Object Alternations and Clitics*. Doctoral Dissertation.
- ARREGI, Karlos (2001). Focus and Word Order in Basque. 32nd Annual Meeting of the North Eastern Linguistic Society, New York University, NY. (mimeo)
- AUTHIER, J. Marc & REED, Lisa. (1992). On the syntactic status of French affected Datives. *The Linguistic Review*.
- BERLINCK, Rosane A. (1996). The Portuguese Dative. In: W. Van Belle & W. Van Langendonck. *The Dative*. Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins.
- _____ (1997). O Objeto Indireto no Português Brasileiro do Século XIX. Comunicação apresentada no X Encontro do CELLIP, Londrina, Paraná.
- _____ (2000). Dativo ou locativo? Sobre sentidos e formas do ‘dativo’ no português.
- CERQUEIRA, Vicente C. (1993). A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no português do Brasil. In: Roberts, I. & Kato, Mary (orgs). *Português Brasileiro – Uma viagem diacrônica*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- CHOMSKY, Noam. (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass., The MIT Press.
- CYRINO, Sônia M. L. (1997). *O Objeto Nulo no Português do Brasil – Um estudo Sintático-Diacrônico*. UEL, Londrina, PR.
- FRANCIS, Elaine J. (2000). Two Perspectives on the Grammar of Possession, *Language Sciences*, 22, 87-107.
- GAVRUSEVA, Elena (2000). *On the Syntax of Possessor Extraction*. *Lingua* 110, pp.743-772, Iowa City.
- GUIMARÃES, Maria Nazaré Serra Silva (1985). *Sintaxe das Preposições: Seu Valor na Estrutura Sintagmática Portuguesa*. UFMG, Belo Horizonte.
- JAYASEELAN, K. A (2001). IP Internal Topic and Focus Phrases, *Studia Linguistica*, 55 (1), pp. 39-75, Massachussets, Blackwell Publishers.

- KAYNE, Richard. (1994). *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge/Mass: the MIT Press.
- KROCH, Antony (1994). Morphosyntactic Variation. In: Beals, K. et al (eds). *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: Parasession on Variation and Linguistic Theory*.
- LANDAU, Idan. (1999). Possessor Raising and the Structure of VP. *Língua* 107, 1-37, Cambridge, MIT Press.
- LEAL, Maria Auxiliadora F. (1992). *Complementos Preposicionados no Sintagma Verbal do Português: Uma Abordagem Síncronica e Diacrônica*. Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte.
- LIGHTFOOT, David. (1991). *How to Set Parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge: MIT Press.
- _____. (1999). *The Development of Language - Acquisition, Change and Evolution*. Massachusetts: Blackwell Publishers.
- MALING, Joan (2001). *Dative: the Heterogeneity of the Mapping among Morphological Case, Grammatical Functions and Thematic Roles*. *Língua* 111, pp.419-464, Waltham, Massachusetts.
- MIGUEL, Matilde (1996). A preposição a e os complementos genitivos. In: *Quatro Estudos em Sintaxe do Português. – Uma abordagem segundo a teoria dos princípios e parâmetros*. Edições Colibri, Lisboa.
- NUNES, Jairo (1995). *The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains In the Minimalist Program*. Doctoral Dissertation, University of Maryland.
- _____. (1993). Direção de Cliticização, Objeto Nulo e Pronome Tônico na Posição de Objeto em Português Brasileiro. In: I. Roberts & M. A. Kato (orgs). *Português Brasileiro – uma Viagem Diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp.
- PAYNE, Doris L. & BARSHI, Immanuel (1999). External Possession: What, Where, How, and Why. In: *External Possession* (orgs). Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- PENNA, Heloísa M. M. Moreira (2002). O emprego do ele acusativo: do português Brasileiro ao latim. In: RAMOS, J. M & COHEN, M. A. A. M. *Dialeto mineiro e outras falas – Estudos de variação e mudança lingüística*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG.
- PINTZUCK, Susan. (1999). *Phrase Structures in Competition: Variation and Change in Old English Word Order*. Garland Publishing, New York & London.
- RAMOS, Jânia M. (2000). Sintagmas possessivos: o percurso diacrônico de perda de [a NP pleno]. Celsul.
- _____. (1998). História Social do Português Brasileiro: Perspectivas. In: Castilho (org). *Para a História do Português Brasileiro. V. 1, 153-167, FAPESP, SP*.

_____ (2002). Sintagmas possessivos: o percurso diacrônico de perda de a NP pleno no Português Brasileiro. (no prelo)

RAPOSO, Eduardo Paiva. (1999). O Programa Minimalista – Noam Chomsky. Tradução, apresentação e notas à tradução. Editorial Caminho, Lisboa.

ROBERTS, Ian G. (1993). *A formal account of grammaticalization in the history of Romance futures*. In: *Folia Linguistica Historica* 13: 219-58.

URIAGEREKA, Juan. (1996). From being to having. Working Paper in Linguistics, University of Maryland.

VELAZQUEZ - CASTILLO, Maura (1996). The Grammar of Possession: Inalienability, Incorporation and Possessor Ascension in Guaraní. Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins.

VERGNAUD, Jean-Roger & ZUBIZARRETA, Maria Luisa. (1992). The Definite Determiner and the Inalienable Constructions in French and in English. *Linguistic Inquiry* 23, v.4, 595-652, Cambridge, MIT Press.

ZIMMERMANN, Ilse. (1993). The syntax of “possessor phrases”. In: Fanselow, G.

The Parametrization of Universal Grammar. John Benjamins Co, Amsterdam/ Philadelphia.

ZUBIZARRETA, Maria Luisa. (1998). *Prosody, focus and Word Order*. Cambridge, MIT Press.

Fontes documentais

- Acervo do Barão de Camargos. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. (em fase de disponibilização) – Cartas Pessoais.

- Acervo do Projeto PHPB - Cartas de Leitores e de Redatores de Jornais Brasileiros do Século XIX.

- Anúncios do Século XIX pertencentes ao Projeto PHPB (professora Jânia Ramos)

- Cartas de Leitores, de Editores e entrevistas - Revistas Veja, Istoé, – período 2000 a 2003.

- Livros:

(1685) - *“Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia”*. Padre Alexandre de Gusmão, da Companhia de Jesus, Província do Brasil. Lisboa, Oficina de Miguel Deslan. (127 páginas)

RIBEIRO, João. *Cartas Devolvidas*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 2 ed., 1960.

(Obs: primeira edição na década de 20; há cartas datadas de 1921. São 43 cartas, 227 páginas. A reedição foi homenagem póstuma ao autor.)

A EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS CLIVADAS NO PORTUGUÊS: PERÍODO V2

por

Mary Kato

Universidade Estadual de Campinas / CNPq

Ilza Ribeiro

Universidade Federal da Bahia, PROHPOR / CNPq

Muitos autores trataram de ua matéria, mas o módo e caminho que cada um levou, fez a variaçám de quantos tratados vemos. (João de Barros – Diálogo da Viçiosa Vergonha)

1. O problema

Estudando as mudanças nas interrogativas-Q no Português Brasileiro (PB), Lopes Rossi (1993) mostra que, até o século XVIII, o padrão das perguntas raízes obedecia à ordem QVSX (exemplos em (1a/b)), como nas línguas V2, exceto com as interrogativas com Q+N (expressões-Q *D-linked*⁷²), casos em que a ordem VS era opcional (exemplos em (1c/d)).

- (1) a. *Que* tem Deus de ver comigo?
b. Prudência, *que* dizeis vós?
c. Que recado me dás tu?
d. Que cuidado vós tendes de me pagar a soldada...?
(Gil Vicente, século XVI)

O decréscimo da ordem QVSX começa a ocorrer com a introdução das perguntas com *é que* (exemplos em (2)), analisadas pela autora como derivadas de estruturas clivadas de um tipo especial (exemplos em (3)):

⁷² “D-linked” = Discourse linked

- (2) a. Sobrinho desalmado, que *é o que* fizeste?
 b. Tenha mão, senhor, que *é o que* quer?
 (Judeu, século XVIII)
- (3) a. [E se] ele *é o que* me faz as injustiças...
 b. E isso *é o que* lhe dá saúde...
 (Couto, século XVII)⁷³

Além disso, segundo Lopes Rossi (1993), as estruturas clivadas com *é que* limitavam-se, até o século XVIII, a focalizar argumentos. A possibilidade de clivar adjuntos fez eclodir as perguntas clivadas no século XIX.

Assumindo as hipóteses de Lopes Rossi 1993, as perguntas que norteiam nosso trabalho são as seguintes:

- a) se as clivadas não existiam antes do Português Clássico (PC)⁷⁴, por que elas não existiam?
 b) quais eram os recursos de focalização no Português Arcaico (PA)⁷⁵ e no PC, antes do aparecimento da clivagem?

Tendo como objetivo determinar a origem das estruturas clivadas na história do português, selecionamos para estudo uma documentação variada, incluindo nos *corpora* textos do PA até o Português Moderno (PM). Os documentos estudados do Português Europeu (PE), dos séculos XVI ao XIX, fazem parte do *corpus* Tycho Brahe (UNICAMP); os dos séculos XIII a XV, do *corpus* do PROHPOR (UFBA); além desses documentos, dados foram coletados nas edições de *Os Diálogos de São Gregório* (Mattos e Silva 1971) e de *Um Flos Sanctorum do século XIV* (Machado Filho 2003).

2. O objeto de estudo: as sentenças clivadas

É comum a distinção entre sentenças básicas, neutras ou sentenças não-marcadas, e sentenças marcadas. As clivadas fazem parte do segundo grupo. As sentenças clivadas são geralmente vistas como um tipo relacionado com focalização, em que X é o foco nas estruturas “é / foi X que ...” / “X é / foi que ...”.

⁷³ Diogo de Couto nasceu em 1542 e morreu em 1606. Talvez seja melhor identificá-lo como do século XVI.

⁷⁴ Consideramos como do PC a documentação escrita entre os inícios do século XVI e fins do XVII.

⁷⁵ Incluímos aqui a documentação escrita até os inícios do século XVI.

Os quatro tipos mais básicos de realização focal no PB atual, incluindo a sentença neutra, estão listados a seguir:

- (4) a. (Maria (encontrou { *João* })) (Sentença neutra)
- b1. **Foi** o JOÃO **que** Maria encontrou (Clivada (It-cleft))
 b2. **Foi** esse CD **que** Maria comprou
- c1. O JOÃO **é que** Maria encontrou. (Clivada invertida)
 c2. ESSE CD **é que** Maria comprou
- d1. **Quem** Maria encontrou **foi** JOÃO (Pseudo-clivada (Wh-cleft))
 d2. **O que** João quer comprar **é** ESSE CD.
- e1. JOÃO **foi quem** Maria encontrou (Pseudo-clivada invertida)
 e2. ESSE CD **é o que** o João comprou.
 (Kato *et alii* 1996)

O constituinte em itálico no exemplo em (4a) marca o foco *informacional* (ou foco largo), sobre o qual recai o acento nuclear. O foco pode ser apenas o objeto ou o verbo + o objeto ou a sentença toda, isto porque o foco largo tem a propriedade de se propagar da direita para a esquerda (Cinque 1990). O foco informacional responde a perguntas-Q cujo escopo pode ser o último elemento da sentença não-marcada ou qualquer constituinte que o contenha:

- (5) A - **O que** o vizinho comprou?
 B - Ele comprou **um Fiat novo**.
- (6) A - **O que** o vizinho fez ?
 B - Ele **comprou um Fiat novo**.
- (7) A - **O que** é engraçado?
 B - **O vizinho comprou um Fiat novo**.

Por outro lado, os constituintes em caixa alta, nos exemplos em (4), indicam a posição do acento sobre o foco quantificacional, ou foco estreito⁷⁶. É o foco quantificacional que se relaciona com as leituras semânticas de contraste, exclusividade e exaustividade. Desse modo, o constituinte em caixa alta identifica o valor (ou o referente) de uma variável **X**, a partir de um subconjunto exaustivo de elementos, contextualmente definido.

Observa-se que as orações clivadas e as pseudo-clivadas podem ter uma interpretação de foco informacional ou contrastivo, enquanto as pseudo-clivadas inversas e as clivadas inversas só podem ter interpretação de foco contrastivo. Os seguintes contextos ilustram estas possibilidades:

Resposta: foco informacional:

- (8) A - O que **é/foi que** o vizinho comprou?
B - **Foi** O NOVO FIAT (**que** ele comprou). (Clivada)
O que ele comprou **foi** O NOVO FIAT. (Pseudo-clivada)
O NOVO FIAT **é que/o que** ele comprou. ((Pseudo-)clivada inversa)

Resposta: foco contrastivo

- (9) A - Seu vizinho comprou o novo Corola?
B - Não, **foi** O NOVO FIAT **que** ele comprou (Clivada)
Não, **o que** ele comprou **foi** O NOVO FIAT. (Pseudo-clivada)
Não, O NOVO FIAT **é que / o que** ele comprou. ((Pseudo-)clivada inversa)

Além dos tipos básicos apresentadas em (4b-d), outras possibilidades de clivagem são atestadas no PB (como também em outras línguas), como as apresentadas nos estudos de Modesto (2001)⁷⁷, Kato *et alii* (1996) e Kato (1989):

- (10) a. **É** a SUZANITA **quem** quer casar (Modesto 2001) (Pseudo-clivada extraposta)
b. Quero **é que** VOCÊ VÁ PRA CASA (Kato *et alii* 1996) (Pseudo-clivada reduzida)
c. MARIA **que** chegou (Kato 1989) (Clivada sem cópula)

⁷⁶ Outros acentos secundários podem ocorrer, a depender do contexto. Observa-se que, em contexto apropriado, (4a) também pode ter uma leitura de foco estreito.

⁷⁷ Modesto trata casos de inversão dos tipos abaixo como casos de pseudo-clivadas, mas nossa análise para essas estruturas é distinta.

Existem ainda, no PB, outras construções com *é que*, mas que não são exemplos de clivadas, pois não se pode derivar, a partir delas, os efeitos de contraste e/ou exclusividade. Assim, *é que* pode ocorrer em construções dos tipos exemplificados em (11) abaixo, estabelecendo um foco informacional.

- (11) a. A - Por que você está mancando?
 B - É que meu pé tá doendo (*é que* explicativo/causal)
 b. A - O que aconteceu?
 B - É meu pé que tá doendo (*é que* apresentador)⁷⁸
 B[?] - É que meu pé tá doendo (*é que* apresentador)

Realizações de *é que* desses tipos foram excluídas da análise.

As línguas humanas apresentam variações quanto às possibilidades de realização do foco contrastivo por movimento do constituinte focalizado ou por clivagem, ou seja, nem todas as estratégias estão disponíveis para todas as línguas⁷⁹.

Lambrech (2001:20-21) apresenta contrastes translingüísticos ilustrativos (mas não exaustivos) das possibilidades de variação na marcação do foco contrastivo e informacional, como os seguintes (caixa alta indica constituinte acentuado, focal)⁸⁰:

Foco contrastivo:

- (12) Contexto: Is your knee hurting? (Seu joelho está doendo?)
 a. No, my FOOT hurts. / No, it's my FOOT that hurts (SV/*it*-cleft)
 b. Nein, mein FUSS tut weh. (SV)
 c. No, mi fa male il PIEDE. / No, è il PIEDE che mi fa male (VXS/*it*-cleft)
 d. Non, c'est mon PIED qui me fait mal (*it*-cleft)
 e. Não, o meu PÉ tá doendo. / Não, o meu PÉ que tá doendo (SV/*que*-cleft)
 Não, é o meu PÉ que tá doendo. (PB) (*it*-cleft)
 Não, o meu PÉ é que tá doendo (*it*-cleft inv.)

Assim, a depender do contexto, as línguas podem apresentar variação em relação ao tipo de estratégia possível para indicar o foco contrastivo: (i) mudança da estrutura

⁷⁸ Cf. Casteleiros 1979.

⁷⁹ Acredita-se que a variação está diretamente relacionada com as escolhas que cada língua faz em relação ao seu léxico e aos traços gramaticais que o caracterizam.

⁸⁰ Cf. (Lambrech 2001) sobre dados e análise de (12) e (13). Os dados do PB e do PE foram acrescentados.

prosódica em inglês, em alemão e em PB (SV em lugar de SV)⁸¹; (ii) inversão da ordem canônica entre sujeito e predicado (VXS em lugar de SVX, em italiano)⁸²; (iii) *it-cleft*, opcional em inglês, em italiano e em PB, mas obrigatório em francês⁸³.

Para as respostas listadas a seguir, segundo um contexto como o apresentado em (13), observam-se diferentes possibilidades de realização do foco informacional (ou *sentence-focus*, segundo Lambrecht 2001):

Foco informacional:

- (13) Contexto: Why are you walking so slowly? (Por que você tá andando tão devagar?)
- a. My FOOT hurts. (SV)
 - b. Mein FUSS tut weh. / Mir tut ein FUSS weh. (SV / OVS)
 - c. Mi fa male um PIEDE. / Ho un PIEDE che mi fa MALE. (VS / *have-cleft*)
 - d. J'ai mon PIED qui me fait MAL (have-cleft)
 - e. Meu PÉ tá doendo / Tô com meu PÉ doendo/ (SV / *estar-cleft*)
É que meu PÉ tá doendo (É QUE-apresentativa)

Como se vê, os exemplos em (13) também apresentam variação formal, tendo como constante só o acento sobre o local da dor (ou seja, *meu pé*): (i) em inglês, em PB e em alemão, a ordem prosódica inversa, com acento no sujeito (SV); (ii) em alemão também é possível a ordem XVS, com o objeto frontado; (iii) inversão da ordem sujeito-predicado em italiano (VXS); (iv) construção HAVE-cleft, opcional em italiano, obrigatória no francês falado⁸⁴; (v) construção ESTAR-cleft em PB e ainda a É QUE-apresentativa.

3. Hipóteses de trabalho

3.1 Hipótese inicial: clivadas e propriedade V2

Pode-se conjecturar, como uma primeira hipótese, que a clivada moderna, com cópula inicial e o elemento *que* sem o determinante *o* inexistia até o século XVII por

⁸¹ Nas línguas românicas, a atribuição do acento prosódico ocorre no constituinte mais à direita na sentença; mas as línguas podem usar de estratégias que permitem alterar este padrão.

⁸² O português europeu (PE) se comporta como o italiano (Não, dói-me o PÉ; Não, é o MEU PÉ que dói)

⁸³ Segundo Lambrecht 2001, em alemão *it-cleft* seria possível, mas não natural nesse contexto.

⁸⁴ Segundo o autor, o francês tem uma outra alternativa lexical, o uso de *J'ai mal au pied*.

não ser licenciada pelas restrições de uma língua do tipo V2⁸⁵, que restringe as possibilidades de sentenças declarativas com o verbo em posição inicial, hipótese que encontra suporte na constatação de Sornicola (1988) e Lambrecht (2001) de que o alemão, língua V2, não tem o tipo de focalização “it-cleft” e que a única língua germânica que tem a “it-cleft” é o inglês, justamente a que deixou de ser língua V2 (Kroch 1989, Lightfoot 1991). Dessa hipótese decorre que, quando o português começa a perder a propriedade V2, deverá começar a licenciar as clivadas do tipo “it-cleft”, com o constituinte clivado seguindo o verbo copulativo (este realizado em posição inicial), como em (14) abaixo:

- (14) a. **É** ELE **que** me fez essa promessa.
b. **É UM LIVRO** **que** ela leu

Logo, as primeiras estruturas clivadas do português⁸⁶ deveriam ser do tipo inverso e, portanto, ter o constituinte clivado precedendo a expressão enfática *é que* (ou a forma verbal copulativa) para obedecer ao padrão V2, do tipo ilustrado em (15):

- (15) a. ELE **é que** me fez essa promessa.
b. UM LIVRO **é que** ela me deu.

Mas, ao contrário da clivada moderna, com o *que* sem determinante, as clivadas encontradas nas interrogativas por Mattos e Silva (1991) e Lopes Rossi (1993) aparecem com o determinante *o*, o que nos leva a analisá-las como pseudo-clivadas e não clivadas, quer nas declarativas (tipo ilustrado em (16)), quer nas interrogativas (tipo ilustrado em (17)):

- (16) a. ESTE LIVRO **foi o que** me comoveu.
b. **O que** me comoveu **foi** ESTE LIVRO.
c. **Foi** ESTE LIVRO **o que** me comoveu.
- (17) a. Que **é o que** tu figiste? (Mattos e Silva, 1989)
b. Tenha mão, senhor, que **é o que** quer? (Lopes Rossi, 1993)

⁸⁵ Ribeiro (1995) mostra que o PA tinha características de uma língua V2 (cf. item 4).

⁸⁶ Usamos o termo “clivada” de uma forma geral, quando não estivermos estabelecendo diferenças entre “clivada” e “pseudo-clivada”.

3.1.1 Considerações sobre a propriedade V2 do PA

O português europeu foi um tipo de língua V2⁸⁷ até o século XVII (Ribeiro 1995, Torres de Morais 1995). Os efeitos V2 nas sentenças raízes do PA se refletem, sobretudo, em construções com a ordem X V S, as que melhor ilustram os efeitos da sintaxe V2:

- (18) a. **Com tanta pazeença** sofria ela esta enfermidade (DSG 4.13.13)
b. **Com estas e outras taaes rrazoões** arrefeço **el-rrei** de sua brava sanha (CDP.7.62-63)
c. ...rrespondeo a esto que **bem certo** devia el de seer dos bõos e grandes divedos que sempre ouvera antre os rreis de Purtugall e d’Aragom (CDP.15.72-75)
d. depois que **antre elles** rrecrecera **aquella discordia** (CDP.15.82-83)

O PA era uma língua de sujeito nulo⁸⁸. Assim, as construções V2 se realizam mais com a forma XV do que XVS, como em:

- (19) a. e **en esto** pecava ainda mortalmente (DSG.1.24.12)
b. e **con muitas lagrimas** dava con a cabeça en terra (DSG.1.31.10)
c. E **tan vilmente** andava vestido (DSG.1.7.20)

Por ser uma língua de sujeito nulo, sem apresentar restrições sobre os contextos de sujeito nulo⁸⁹, as construções V1 declarativas são atestadas em sentenças raízes, quer V1 com sujeito nulo, quer V1 com sujeito realizado (VSX):

- (20) a. **Quero** que mh’o digas e **desejo** mui de coraçõn a saber (DSG.1.14.12)
b. **Mandamos** que...(FR.1.10.83r)
c. **semelha**-me que... (DSG.1.1.18)
d. **Acaeceu** en outro tempo que...(DSG.1.4.2)

⁸⁷ O PA não é uma língua de V2 no sentido estrito de refletir sempre o efeito V2 linear (como ocorre no alemão moderno), porque licencia estruturas V>2 e também V1. Ribeiro (1995) analisa o PA como um sistema V2 técnico, no sentido de que o verbo ocupa sempre uma posição alta na periferia à esquerda das sentenças raízes (o núcleo de CP) e deriva as possibilidades de V1 da propriedade de sujeito nulo do PA.

⁸⁸ O PE continua sendo uma língua de sujeito nulo; por outro lado, o PB começa a perder a propriedade de licenciar sujeito nulo referencial, perda já bem atestada na documentação dos inícios do século XX (Duarte 1993).

⁸⁹ Diferentemente do que foi observado para o francês antigo, por Vance 1988.

- (21) a. Casou **el-rrei** com dona Branca (CDP.17.107)
 b. Sei **eu** que non he teu proveito (DSG.1.28.29)
 c. dise **ele** que ño vira... (CPVC.F8.34-35)

Em resumo, as possibilidades de V1 mostram que a restrição postulada para o PA, quanto à provável inexistência de clivada padrão, na fase V2 da língua, não é uma hipótese suficiente. Se existiam construções V1, também poderiam existir clivadas padrão com cópula em posição inicial. Sem descartar a hipótese da propriedade V2 do PA, procuramos entender as realizações e restrições quanto às (pseudo)clivadas em línguas V2 modernas, tomando como paradigma o alemão.

3.2 A periferia de CP e de VP

A segunda análise que defendemos é que nas línguas humanas há duas posições para verificação de Foco Contrastivo: a) uma posição na periferia à esquerda (LP), em CP (Rizzi 1997, 2004), e outra na posição medial da sentença (MP), isto é, na periferia do VP (Belletti 2002, 2003), realizando-se sempre em adjacência à direita do verbo flexionado. Com o movimento dos elementos do domínio do VP para o domínio do IP, o elemento focalizado pode parecer estar em posição não medial, mas na periferia à direita. As línguas V2, por outro lado, só ativam a periferia à esquerda (alemão, PA); as línguas não V2 podem ativar a posição medial (francês, italiano)⁹⁰. Além desta distribuição, levantamos a hipótese de que as línguas que não admitem sujeito referencial nulo podem realizar o Foco Contrastivo *in-situ*, marcado com acento prosódico forte (alemão, inglês, PB)⁹¹. Desse modo, a seguinte distribuição translingüística pode ser observada:

- | | | |
|------|--------------------------------------------------------|---------------------|
| (22) | a. [_{FP} DIESE CD] hat er gekauft | LP |
| | b. [_{FP} MEIN FUSS] tut weh | Foco <i>in situ</i> |
| (23) | a. C'est [_{FP} MON PIED] qui me fait mal | MP |
| | b. C'est [_{FP} ma VOITURE] qui est en panne | MP |
| | c. (Ma voiture) elle est en [_{FP} PANNE] | MP |

⁹⁰ Assumimos uma hipótese distinta da de Belletti (2002/2003), por considerarmos que (a) a posição de foco medial pode ser ativada independentemente da propriedade *pro-drop* da língua; (b) foco contrastivo pode ser realizado em posição interna.

⁹¹ Nas línguas de sujeito nulo prototípicas, quando o foco recai sobre o sujeito, existe o recurso da inversão, como foi visto nos exemplos em (12).

- (24) a. Mi fa male [_{FP} il PIEDE [_{VP}.....]] MP
 b. È [_{FP} il PIEDE] che mi fa male MP
 c. - No. Me l'ha fatta [_{FP} MARIA] e non Joana MP
 d. Ha letto il discorso [_{FP} GIANNI] MP
- (25) a. MY FOOT hurts Foco *in situ*
 b. It is [_{FP} MY FOOT] that hurts MP
- (26) a. MEU PÉ dói Foco *in situ*
 b. É [_{FP} MEU PÉ] que dói MP
 c. [_{FP} O MEU PÉ] é que dói LP

A hipótese assumida pode ser assim resumida. De uma sentença original apresentativa, (27a), um constituinte é destacado para se tornar foco, podendo essa propriedade aparecer em uma das posições onde pode receber o acento focal: na periferia à esquerda como em (27b) ou na posição medial, como em (27c)⁹²:

- (27) a. É que [os meninos saíram]
 b. [_{FP} OS MENINOS] É que ___ saíram. (+V2) LP
 c. É [_{FP} OS MENINOS] que ___ saíram. (-V2) MP

Supõe-se que línguas do tipo V2 só disponham da posição focal na periferia à esquerda, em Spec de C. Como observamos acima, das línguas germânicas somente o inglês admite clivadas do tipo *it cleft* (Sornicola 1988); pode-se dizer que isso é uma consequência do inglês ter deixado de ser uma língua V2. Se é verdade que o PA e o PC eram sistemas V2, então dispunham da posição na periferia à esquerda para foco. De modo semelhante, outras estruturas de foco do PA e do PC devem também apresentar o foco frontado, e não na posição medial da sentença. Parece que as línguas -V2 podem ter as duas posições, mas as V2 não podem ter MP. Só que as duas posições das línguas -V2 se especializam em: (i) foco contrastivo para a LP; (ii) podendo a posição MP ser usada mais livremente.

⁹² Essa posição é imediatamente acima do VP para Belletti. Como o verbo sobe no português para o nulo INFL, o resultado é esse elemento FOCO aparecer adjacente à direita do verbo flexionado.

Quanto às pseudo-clivadas, os dois tipos são atestados em uma língua V2 tipo alemão, pois não alteram o padrão de verbo finito em segunda posição⁹³:

- (28) a. Was Hans kaufte was DIESE CD (pseudo-clivada)
O que João comprou foi ESTE CD
b. DIESE CD war die, die er mir gegeben hat (pseudo-clivada inversa)
ESTE CD foi o que ele me deu

Considerando que estamos no caminho certo, também esperamos encontrar os dois tipos de pseudo-clivada no PA e no PC.

4. Análise empírica

Conforme prevê nossa hipótese, as pseudo-clivadas invertidas aparecem no que estamos chamando aqui de período V2 da língua portuguesa:

- (29) a. témi Deus e guarda os seus mandados, ca AQUESTO *he o que* todos devemos a fazer. (DSG)
b. ca ELE *he o que* tempera a sanha enos bõos e nos maaos. (DSG)
c. ca EL sol *é aquel que* pode perdoar os pecados.(Flos)
d. DEUS PODEROSO *seja aquele que* te livre. DSG.3.37.38.
e. ESSES *sam ôs que* péço (João de Barros 1497-1562) (esses cadernos e não outros)
f. Nõ sodes vós meus juizes? DEUS soo *é o que* me ha de julgar. (DSG)
g. TU, soo, o que ouvesti os olhos abertos em min! (DSG) (sem a cópula)
h. DEUS soo *é o que* me ha de julgar. (Flos)
i. mais pero ELE *era aquel a que* acaecera este feito que el contava (Flos)

O elemento fronteadado é freqüentemente um elemento dêítico, movido de uma posição em que era originariamente parte de um constituinte deslocado à direita:

- (30) a. E **ESTO** *he o que* eu dixi primeiramente:[__ que aqueles que andamos pelo mar, quanto mais andamos tanto mais pouco veemos o porto de que nos partimos, se nos pera el non queremos tornar.] (DSG)

⁹³ Agradecemos a Georg Kaiser pela tradução das sentenças para o alemão.

b. **AQUESTO** *be o que* me a min semelha ben en este mundo,[__ que cada hũũ cómia ben e beva ben e aja prazer e folgança naquelas cousas en que ouve trabalho. (DSG)

Também, conforme nossa previsão, as clivadas invertidas são licenciadas no período (séc. XV):

- (31) a. A DEMANDA DO SANTO GRAAL *é que*, pois el espartio os cavalleiros dos maos assi como o grão da palha e quando elle partir os luxuriosos dos bõos cavalleiros, em tam mostrará a estes homees bõos e a estes bem aventurados as maravilhas que andam buscando do Santo Graal. (GRAAL – CLXVI)
b. E quando el esto ouviu, ouve gram vergonha e respondeo: «Senhora, pois que vos tam bem conhocedes, tam bem o poderedes vos a mim dizer como eu a vos, e se AQUESTE *é que* eu cuido, nom vo-lo negarei, mais se por este nom dizedes vos, eu nom me outorgarei em outro». (GRAAL – XXXVI)

As clivadas do tipo “it-cleft” aparecem em subordinadas, onde a língua não é constrangida a obedecer o padrão V2⁹⁴:

- (32) Esto creio que *é PER DEUS que* os homens se lavam de seus pecados em aquele Nitrea, como o nitro lava o vidro de todo lixo.(Flos-Machado Filho)

Estruturas que não constituem sentenças clivadas, *strictu senso*, mas sim sentenças com sujeito oracional têm, modernamente, o padrão (33a), com foco medial, enquanto que o que encontramos no período arcaico da língua é o predicado focal fronteado, como em (33b):

- (33) a. *É VERDADE o que* você ouviu MP (PB)
b. VERDADE *be o que* tu ouvisti. (DSG) LP (PA)

Qualquer tipo de predicativo e/ou constituinte pode ser fronteado para LP no PA, em construções de foco contrastivo, como ilustram os exemplos em (34) a (36):

⁹⁴ Evidências adicionais para a realização de foco contrastivo em posição inicial (LP) no período V2 da língua são apresentadas a seguir.

- (34) a. MARAVILHOSAS *son estas cousas que* contas, padre, ca non veemos ora en nossos tempos tan grandes cousas fazer, mais pero quen a vida deste santo bispo ben conhocesse non se devia a maravilhar das vertudes que Deus por el fazia. (DSG)
 b. E se nõ ouue de uijr, BEN *é que* o chamen e se ueer ouçã el e seu *contentor*, e se no ueer faça assi como é de suso dicto. (FR)
 c. Pois mi tu contasti, padre, tan gram miragre que el fez e que foi tan apregoado, DIREITO *he que* mi contes e que me fales de sa humildade que tragia asconduda en sa alma. (DSG)
 d. Ca RAZÕ *é que* cobre o que derõ en garda, ca elhes son teudos de re der o que roubarõ ou que furtarõ. (FR)
- (35) a. IGUAL *é a* peendencia d'ambos. (Flos)
 b. e LIMPHO *és* desta razom ante Deus (Flos)
 c. GRANDE *he*, Pedro, a mercee dos bẽes de Deus en que despensa con os seus servos, (DSG)
- (36) a. DUAS son, Pedro, as maneiras do * marteiro: hũũ marteiro á hi ascondudo e o outro aberto e conhoçudo. (DSG)
 b. MEU *é* este adove. (Flos)⁹⁵

4.1. Após o período V2

No final do período V2, as clivadas inversas são atestadas com mais freqüência, tanto em declarativas quanto em interrogativas⁹⁶. A partir do século XVII, as interrogativas são atestadas com a forma expletiva *é que*.

-Declarativas :

- (37) a. Eles estão tão pouco considerados e tão submetidos à tutela desta Corôa, que AQUI *é que* se hão-de fazer tôdas as negociações e (Cunha Brochado 1651-1735)
 b. De Deus são mais para temer os castigos, dos homens mais para temer os juisos. E D'ESTES *é que* nós fallamos. (Vieira 1608-1697)

⁹⁵ Eu cuydo que é meu. (...) Nõ é teu, mais meu. (...) Se teu é, toma-o.

⁹⁶ As interrogativas podem ser analisadas como clivadas invertidas.

- c. AO PREDICAMENTO DA ACCÇÃO *é que* pertence a verdadeira fidalguia. (Vieira 1608-1697)
- d. E ISSO *é que* se chama postura, ou posição reta. (Argote 1676-1749)
- e. A respeito dos serviços que se fazem, O CRIADO *é que* deve ser pago e não a senhora. (CAVALEIRO DE OLIVEIRA 1702-1783)
- f. SÓ DESTE *é que* se pode dizer que, incendiado e entretido por uma substância que imagina e que arrazoa, não está sujeito a nenhum dos inconvenientes que.... (CAVALEIRO DE OLIVEIRA 1702-1783)
- g. Na parte em que domina algum usurpador, PARA ELE *é que* se olha, e não para a usurpação; AIRES, Matias (1705-1736)

-Interrogativas:⁹⁷

- (38) a. M. E para que tempos, *é que* serve de Auxiliar? (Argote 1676-1749)
- b. agora dizeis que os relativos não concordam com o seu substantivo em caso: logo com que substantivo *é que* concordam? (Argote 1676-1749)
- c. M. E quando *é que* são Relativos? (Argote 1676-1749)
- d. M. E quando *é que* são enclíticos os relativos O, Os, A, As? (Argote 1676-1749)
- e. M. E quando *é que* o mostra? (Argote 1676-1749)

Também nesse século continuam a serem atestadas, nos dados de escrita, as pseudo-clivadas invertidas:

- (39) a. NAS INQUIETAÇÕES CIOSAS *é onde* a alma se acha como em desordem e como em delírio (CAVALEIRO DE OLIVEIRA 1702-1783)
- b. Diraõ que fallo picante, ou lepido: ISSO *he o que* pertendo, para adoçar por todas as vias o desgredo da materia. (Manuel da Costa 1601-1667)

As clivadas (não-inversas) começam a ser atestadas no séc. XVIII, quando todos os quatro tipos apontados em (4b-e) acima tornam-se freqüentes. Os dados a seguir ilustram este fato, retirados das *Cartas e outros Escritos* da Marquesa D'Alorna (1750-1839):

⁹⁷ Dados de Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), no documento “Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina”.

- (40) a. *é O REI LEGÍTIMO que* devemos opor ao usurpador. (Clivada)
 b. *é NAS MÃOS DE VOSSA EMINÊNCIA que* êles depositam hoje a sorte da Igreja e da França
 c. DE INGLATERRA E FRANÇA *que* hão-de partir todos os raios, com que desaparecerão do painel da Europa as outras potências - e nós com elas.
 d. *é ÊLE MESMO a quem* a França ameaça
- (41) a. DO PRÍNCIPE *é que* tudo depende. (Clivada invertida)
 b. NA FRANÇA MESMA *é que* se devem buscar as mais eficazes diversões e os mais úteis aliados.
 c. O MÉDICO *é que* me traz todos os meses os tais Review.
 d. e SÓ NISSO *é que* tenho empenho.
 e. Isso não é tão pouco, mas DEUS *é que* sabe se será perverso ministro.
- (42) a. mas *o que* me custou mais a combater *foi* MINHA MÃE. (Pseudo-clivada)
 b. e *o que* mais me admira *são* AS SUAS PROTESTAÇÕES DE SENTIMENTO.
 c. Ora pois, Senhor, *o que* tiramos daqui *é* que OS MINISTROS OU NÃO QUEREM OU NÃO SABEM FAZER OS NEGÓCIOS.
 d. pois *o que* me serve *é* que O BEM SE FAÇA.
- (43) a. UM JUÍZO CLARO E UMA CONSTANTE MODÉSTIA *é quem* determina o tempo que se pode perder com a sociedade inútil; (Pseudo-clivada invertida.)
 b. O MEU TEMPO E O MEU TRABALHO *não é o que* me faz chorar.
 c. ISSO *é o que* me despedaça o coração.
 d. mas tanto um como outro Ministros declararam que O PRÍNCIPE *é quem* não queria.
 e. e às vezes parece que O MERECIMENTO *é quem* exclui dos prêmios.
 f. VOSSA ALTEZA REAL *é quem* há-de soltar tôdas as dificuldades,

Também há casos de pseudo-clivadas extrapostas:

- (44) a. *foi* VOSSA EMINÊNCIA *quem* me conduziu à presença de Sua Alteza Real
 b. *foi* VOSSA EMINÊNCIA *quem* julgou que eu era digna de expor, na presença do Príncipe Regente, meu Senhor, aqueles negócios de que me encarregavam pessoas dignas de grande atenção.
 c. Não *é* ESPANHA *quem* deve estabelecer as regras da nossa conduta, mas *é* O NOSSO PRÍNCIPE *quem* deve ditar à Espanha o que convém;

5. Conclusões

Conforme nossas hipóteses:

- a) a clivada (it-cleft) não aparece em sentenças raízes por violar o padrão V2;
- b) as clivadas inversas são possíveis, mas apenas com DP focalizado, fase em que ainda não se observam as interrogativas clivadas;
- c) as pseudo-clivadas e pseudo-clivadas invertidas ocorrem nos documentos, caracterizando-se como um padrão perfeitamente licenciado no período V2;
- d) o período V2 admite também as perguntas-Q derivadas de pseudo-clivadas;
- e) é com o aparecimento sem restrições de elemento focalizado, que as perguntas-Q clivadas aparecem no sistema; isso quando o português deixa de ser V2.

Assim, procuramos responder às questões colocadas no início do texto considerando que a inexistência de clivadas no PA e no PC deriva de restrições relacionadas com suas características de língua V2. Mostramos que outros recursos estavam disponíveis para a focalização de constituintes, ativando sempre a periferia à esquerda da sentença (LP), como em outras línguas V2. Assumimos que a derivação da estrutura clivada com cópula inicial e com a cópula medial (é X que / X é que) está relacionada com as propriedades V2 e de sujeito nulo: línguas V2 só ativam LP para foco; línguas não-V2 podem ativar as duas, distribuindo-as entre: LP = foco contrastivo; MP = usada livremente, para os dois tipos de foco.

Referências

- ALMEIDA, Napoleão M. de. (1967). *Gramática metódica da língua portuguesa*. Curso único e completo. 21ª. ed. São Paulo: Edição Saraiva.
- BARBOSA, Afranio & LOPES, Célia. (org.). (2004). Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores e outros *corpora*. UFRJ - CD
- BELLETTI, Adriana. (1999). 'Inversion' as Focalization and related questions. *Catalan Working Papers in Linguistics*, 7:
- BELLETTI, Adriana. (2001). Inversion as focalization. In: A. HULK & J. Y. POLLOCK (eds.). *Subject inversion in Romance and the Theory of Universal Grammar*. Oxford University Press.

- BELLETTI, Adriana. (2002). Aspects of the low IP area. University of Siena. ms.
- BELLETTI, Adriana. (2003). Extended doubling and the VP periphery. University of Siena. ms.
- BERLINCK, R. de A. (1989). “A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem”. In: F. Tarallo (1989). (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. pp.95-112.
- BUESCU, M. L. C. (1971). *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CASTELEIRO, João Malaca. (1979). “Sintaxe e semântica das construções enfáticas com É QUE”. *Boletim de Filologia*, tomo XXV. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. 97-166.
- CASTRO, Ivo, MARTINS, Ana Maria *et alli*. (——). *Vidas de santos de um manuscrito alcobacense: vida de Tarsis, vida de uma monja, vida de Santa Pelágia, morte de São Jerónimo, visão de Tündalo*. Alcobaca / Lisboa: Comp. e Imp. da Tip. Alcobacense / Instituto Nacional de Investigação Científica.
- CINQUE, L. (1990). *Types of A'-dependencies*. Cambridge: MIT Press.
- DUARTE, Maria Eugênia L. (1993). “Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil”. In: Ian Roberts & Mary A. Kato. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 107-127.
- KATO, M. A. (2000). The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese.
- KATO, Mary Aizawa & RAPOSO, Eduardo. (1996). European and Brazilian word order: questions, focus and topic constructions. In: C. Parodi, A. C. Quicoli, M. Saltarelli & M. L. Zubizarreta. (eds.). *Aspects of Romance Linguistics*. Washington: Georgetown U. Press. 267-277.
- KROCH, Anthony. (1989). Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change*, 1: 199-244.
- LAMBRECHT, Knud. (1996). *Information structure and sentence form*. Topic, focus and the mental representations of discourse referents. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAMBRECHT, Knud. (2001). “A frame for the analysis of cleft constructions”. *Linguistics* 39, 3. 463-516.
- LIGHTFOOT, David. (1991). *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge: MIT Press.
- LOBATO, A. J. dos R. (1770). *Arte da grammatica da língua portugueza*. Composta, e offerecida ao Ill^{mo}. e Exc^{mo}. Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello Conde de Oeyras. Lisboa: Na Regia Officina Typografica.
- LOPES ROSSI, M. Aparecida. (1993). “Estudo diacrônico sobre as interrogativas do português do Brasil”. In: I. Roberts & M. A. Kato. (eds.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP. 307-342.

- MACHADO FILHO, Américo Venâncio L. (2003). Um *Flos sanctorum* do século XIV. Edições, glossário e estudo lingüístico. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos “Quatro livros dos diálogos de São Gragório”*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- MODESTO, M. (2001). *As construções clivadas no português do Brasil*. São Paulo: Humanitas.
- PROHPOR: <www.prohpor.ufba.br>
- RIBEIRO, I. (1995). O efeito V2 no português arcaico. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- RIBEIRO, I. (1999). “Sobre a perda da inversão do sujeito no PB”. In: R. V. Mattos e Silva. (org.) *Para a história do português brasileiro*. Vol. 2. São Paulo: Humanitas.
- RIZZI, Luigi (1997). “The fine structure of the left periphery”. In: L. HAEGEMAN (ed.). *Elements of grammar*. Dordrecht: Kluwer.
- RIZZI, Luigi (2002a). On the grammatical basis of language development: a case study. Università di Siena. ms.
- RIZZI, Luigi (2002b). Locality and left periphery. Università di Siena. ms.
- RIZZI, Luigi (2004). On the form of chains: criterial positions and ECP effects. Università di Siena. ms.
- ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (Orgs.). *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp.
- SAID ALI, M. (2001). *Gramática histórica da língua portuguesa*. Ed. rev. e ampl. por Mário Eduardo Viaro. São Paulo / Brasília: Melhoramentos / Editora Universidade de Brasília.
- SORNICOLA, (1988). It-clefts and wh-clefts :two awkward sentence types. *Journal of Linguistic*, 24; 348-79.
- TORRES DE MORAIS, M. A. (1995). Do português clássico ao português moderno: um estudo da cliticização e do movimento do verbo. Tese de Doutorado. Unicamp.
- TYCHO BRAHE: <www.ime.usp.br/~tycho/corpus>
- VANCE, Barbara. (1989). Null subjects and syntactic change in Medieval French. Tese de Doutorado. Cornell University.
- WHEELER, Dana. (1982). Portuguese pseudo clefts: evidence for free relatives. *Papers from the eighteenth regional meeting Chicago Linguistic Society*. Chicago: Chicago Linguistics Society – The University of Chicago. 507-20.
- ZUBIZARRETA, M. L. (1999). Las funciones informativas: tema y foco. In I. BOSQUE & V. DEMONTE (org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*, v. 3. Madrid: Editorial Espasa Calpe. p. 4215-4244.

PRIMEIRAS HISTÓRIAS SOBRE A DIACRONIA DO DEQUEÍSMO: O CLÍTICO LOCATIVO *EN* E O DEQUEÍSMO DAS ORAÇÕES RELATIVAS NO PM

por

Célia Maria Moraes de Castilho
Doutoranda, Universidade Estadual de Campinas

0. Introdução

O processo de *dequeísmo* (aparecimento da preposição de antes da conjunção que) está ligado ao processo de *queísmo*, e aparentemente é encontrado somente em duas línguas românicas: espanhol e português. Ele se acha em expansão nas duas variedades americanas dessas línguas, mas parece pouco produtivo nas respectivas variedades ibéricas. O processo é documentado nessas línguas desde os séculos XII-XIII, tendo ganho impulso a partir do século XVII.

Foi observado e estudado primeiramente no espanhol, por Rabanales (1974), e no português brasileiro atual pelo trabalho pioneiro de Mollica (1995). Para esses autores, o dequeísmo resulta do cruzamento de duas estruturas sintáticas que compartilham traços semelhantes.

As gramáticas normativas modernas do espanhol e do português têm duas posições em relação ao dequeísmo: (i) numa, ele é considerado de uso adequado, portanto dentro da norma da língua, quando aparece em subordinadas completivas nominais e em orações relativas, e (ii) noutra, ele é discriminado e considerado fora do padrão da língua quando aparece em orações subordinadas substantivas.

Trabalhando com reduplicação sintática pronominal na fase arcaica do português, que vai do século XII até meados do XVI, achei que a diacronia do dequeísmo podia estar conectada ao processo de reduplicação sintática pronominal, processo esse muito corrente no português arcaico: Moraes de Castilho (2002), Moraes de Castilho (2005).

Verificada e constatada a possibilidade, construí a seguinte hipótese: o dequeísmo tem sua origem no pronome clítico locativo redobrado **en**, o qual duplicava um SP, organizando a estrutura **en + de NP**. Esse locativo redobrado se agregou a verbos,

nomes, adjetivos e advérbios, passou por um longo processo de gramaticalização, e como consequência essas classes gramaticais passaram a se construir com complementos iniciados com a preposição **de**. Durante o processo de gramaticalização o clítico e seu sintagma preposicionado se separaram, fazendo com que esse sintagma, encabeçado pela preposição **de**, sofresse um deslocamento para a esquerda da sentença, se posicionando antes da conjunção relativa **que**. Daí resultou o dequeísmo nas orações relativas, que depois se irradiaria para as substantivas e as adverbiais. As diferentes alterações estruturais invisibilizaram, por assim dizer, a diacronia do dequeísmo.

Este trabalho terá as seguintes partes: no item 1 apresento o problema que focalizo neste texto. No item 2, listo meus objetivos, hipóteses e quadro teórico. No item 3, discuto o redobramento pronominal e a formação do “de-ísmo”. No item 4, trato da formação do dequeísmo nas orações relativas. Nas conclusões, elenco meus achados e configuro uma área de pesquisas que deverá dar conta da diacronia do dequeísmo em outros ambientes sintáticos.

1. O problema: e o dequeísmo pintou na sintaxe brasileira

Começemos o estudo do fenômeno por um breve resumo do trabalho de Mollica. Segundo essa autora (1995:12)⁹⁸, sentenças como:

- (1) a) “... *eu* estou com a impressão **de que** o senhor é candidato ao governo do seu estado.”
b) “Tenho certeza **Ø que** entre mim e o povo há muita coisa em comum e **Ø que** nós nos daremos muito bem.”
- (2) a) “*Eu* poderia provar para o povo **de que** houve fraude nas eleições passadas”
b) “*Eu* creio **Ø que** nós temos que fazer associação com qualquer país...”

exemplificam dois processos – **queísmo** (1b, 2b) e **dequeísmo** (1a, 2a) – ambos correntes no português, sendo que o segundo está se destacando atualmente no português brasileiro, envolvendo principalmente complementos nominais e orações substantivas objetivas diretas.

O processo do dequeísmo consiste na presença da preposição **de** antes da conjunção integrante **que**, formando o conjunto **de + que**; o queísmo consiste na utilização somente

⁹⁸ Os grifos dos exemplos (1) e (2) são meus. Os exemplos numerados com (1a e b) correspondem aos de Mollica (1) e (1’), respectivamente; e os exemplos (2a e b), correspondem aos de (2) e (2’) da mesma autora.

da conjunção **que**, com elipse da preposição **de**, sendo seu lugar marcado por \emptyset . Constituiu-se assim o conjunto \emptyset **que**.

Rabanales (1974, *apud* Mollica 1995:22), um dos primeiros a estudar esses fatos no espanhol, assim definiu esses dois processos: (i) *queísmo* é a “perda”, “elipse”, “supressão” ou “ausência” da preposição de diante da conjunção integrante *que*, e (ii) *dequeísmo* é a “intromissão” ou “inserção” da preposição de antes da conjunção integrante *que*. Ele hipotetizou que o *dequeísmo* surgiu do cruzamento sintático de duas formas lingüísticas relacionadas sintática e semanticamente, dando os seguintes exemplos:

- (3) a) *‘espero **que** venga mañana’*
b) *‘tengo la esperanza **de que** venga mañana’*
c) *‘espero **de que** venga mañana’;*
d) *‘tengo la esperanza \emptyset **que** venga mañana’*

Assim, uma subordinada substantiva objetiva direta (3a), introduzida por um *que* integrante, tem semelhança com uma subordinada completiva nominal (3b), que é introduzida pela preposição *de* e passa a apresentar também a conjunção integrante *que*, surgindo um *de que*; daí ocorre o cruzamento entre os dois tipos de orações: em (3c) tem-se uma substantiva objetiva direta com *de que*, (exemplo de *dequeísmo*), e em (3d), surge uma completiva nominal com \emptyset *que*, (exemplo de *queísmo*).

Inspirando-se nas explicações de Rabanales, Mollica (1995) estudou os mesmos fenômenos no Português Brasileiro atual, enfatizando a variação nos usos de **de + que** e de \emptyset **que**. A esse modo de focar o problema ela propôs o termo **(de)queísmo**, ou seja, a ocorrência da preposição **de** varia com a sua não-ocorrência, vindo daí a utilização da preposição **de** entre parênteses. Essa variação,

caracterizada de forma bem ampla, se constitui na possibilidade de empregar-se ou não empregar-se a preposição “de” diante de “que” numa relação de complementação entre ou um verbo, ou um nome, ou um adjetivo, ou uma expressão, presente na matriz, e uma sentença subordinada introduzida pelo complementizador ou pelo relativizador “que”. A referida variação pode também ocorrer no interior de locuções conjuntivas com função de conectar enunciados sentenciais.

Segundo a autora, vários gramáticos brasileiros já haviam mencionado a existência do *dequeísmo* no português e destacado sua origem como um cruzamento sintático. Cita Barreto (1980, *apud* Mollica 1995:19), que afirma que o infinitivo

preposicionado, muito empregado nos séculos XVI e XVII, deu origem às completivas nominais com ‘de que’. Assim, ‘determinou de escutar a música’, ‘jurou de cumprir’, ‘ordenou de vender’, equivalem a ‘tomou a determinação de’, ‘fez juramento de’; daí surgindo as orações subordinadas ‘fez juramento de que’, ‘tomou a determinação de que’.

Investigando se o dequeísmo português é um fato novo ou se já ocorria na época medieval, Mollica concluiu que: (i) o (de)queísmo é uma inovação ibérica, ocorrendo tanto no português como no espanhol, e não existindo em nenhuma outra língua românica; (ii) aparece raramente em textos do espanhol medieval mas começa a ganhar força por volta do século XVII; (iii) no português já é detectado na Demanda do Santo Graal (obra dos séculos XII-XIII, de que se dispõe de uma versão do século XV) em sentenças subordinadas completivas nominais, como mostram os exemplos em (4a,b,c), ao lado do queísmo (4d), embora no trabalho exaustivo de Mattos e Silva (1989), sobre uma obra do século XIV, não tenham sido encontradas ocorrências de (de)queísmo; (iv) é detectado em todos os séculos no português, segundo um *corpus* composto pela própria autora, como mostram os exemplos em (5)⁹⁹:

- (4)¹⁰⁰
- a) “*Enton se foi Tristam mui sanbudo e com grã pesar de que nom matara Palomades.*”
 - b) “*... mui bouve rei Artur Grã pesar de que rei mais assi escapou*”
 - c) “*... e pois cavalgarom partiroim-lbe dali mui ledos e com mui grã prazer de que escaparam tam bem.*”
 - d) “*Pero que trobam e sabem loar sas senhores o mais e o melhor que eles podem, são sabedor Ø que os que trobam quando a qual saçom a ...*”
- (5)
- a) “*Essas coisas **de que** dicemos forão feytas por espaços de tempos, em vida Del Rey*” (*Livro de Linbagens, anônimo, p.05, século XII*)
 - b) “*Dicemos, olbando para a molher de seu Senbor, **de que** tantas mercas bouveis recebida*” (*A arte de furta, p.05, século XIII*)
 - c) “*Grandes senhores foram liados contra el Rey **de que** se muyto temiam*” (*Chronica de el Rey D. Affonso, Rui de Pina, p.03, século XIV*)
 - d) “*Estas coisas **de que** dicemos foram feytas por espaços de tempos, em vida Del Rey D. Affonso*” (*Chronica de D. Affonso Henrique, Duarte Galvão, p. 02, século XV*)

⁹⁹ Exemplos encontrados em Mollica (1995:38)

¹⁰⁰ Exemplos tirados de Mollica (1995:18).

- e) “*mas o que digo entendo **de que** se isso o fazem*” (*Espelho de casados, século XVI*)
- f) “*Não era assim com meu conhecido, tão discretamente confiado, que sempre apostava, a quem menos sabia, prezando-se **de que** ninguém melhor que elle ignorava, o que ignorava*” (*Apólogos Dialogaes, século XVII*)
- g) “*Sem dúvida, que a saber **de que** falava de veras, perdera os meus sentidos e também apariência*” (*Anfitrião ou Júpiter e Alomena, século XVIII e XIX*)
- h) “*Cumprindo disposições do Exm Presidente da República e do Monistério da Guera, General Campos tenbo a satisfação de avisar a Vossa Ex que expeço pelo correio a guia e os detalhes do conteúdo de três caixas em que vos são enviados modelos das armas **de que** usa o exército argentino e destinados ao Museu Militar de Artilheria do glorioso exército Brasileiro*” (*Jornal “O Paiz” – 1900, século XX*)

Verificando em que contextos o dequeísmo aparece no século XX, Mollica (1995: 44-46) menciona os seguintes:

1. No começo do século XX apareciam em locução (*sic*) (6a), em orações subordinadas adverbiais comparativas (6b), e os dequeísmos propriamente ditos (*sic*) (6c-e):

(6) **Contextos dequeístas no começo do século XX**

- a) “*Não se perdeu tempo em admirar a passagem. A imediata disposição da pequena força avançada para que tomassem as melhores vantagens militares era necessária ao exílio de toda operação. As tropas de apoio estavam ainda muito distantes e **antes de que** chegassem, já estava tomado e convenientemente defendido*” (*O Paiz, 11/03/1900*)
- b) “*Pelas suas fecundas reações pátrias em bem da ordem e da prosperidade pública, que não se sinta credor d’esses agradecimentos que tanto o penhorava, visto como moda mais fez **de que** procurar cumprir o seu dever...*”
- c) “*A nenhum dos leitores deve ser estranho o nome de Lopes Cardoso, ou antes o de Victor Vieira, pseudonymo **de que** usa aquelle meu amigo, a creatura mais hábil que o céu cobre.*” (*O Paiz, 18/04/1900*)
- d) “*A companhia acaba de tomar uma resolução acertadíssima e **de que** demonstra o espírito conciliatório de que acha animado o digno gerente dessa importante empresa.*” (*O Paiz, 28/04/1900*)
- e) “*Folgo **de que** o meu artigo seja o veículo de tão justificado entusiasmo.*” (*O Paiz, 19/06/1900*)

2. Nos anos 60 apareceram em orações subordinadas substantivas objetivas diretas (7a-c), em oração subordinada substantiva apositiva (7d), em orações relativas (7e), em locução conjuntiva (7f), e em situação de reorganização dos termos da estrutura por parte do falante (sic) (7g-h), como se pode verificar em (7):

(7) Contextos dequeístas nos anos 60

- a) “... *aqui na sua pauta está escrito no final **de que** há muito escrúpulo dessas mulheres em abandonar os filhos...*”
- b) “... *todo mundo botou na cabeça **de que** a vocação do Rio de Janeiro e a vocação da oposição ...*”
- c) “... *nós já avisamos **de que** o alho tem uma substância que é capaz de matar bactéria ...*”
- d) “... *como é que você explica isso **de que** uma peça foi feita em 34 só agora a primeira apresentação dela...*”
- e) “... *porque ela é que car ... carreira os anseios é ... da da ... da sociedade **de que** tem transtornos da da sexualidade ...*”
- f) “... *o raps é uma tendência normal por causa **de que** ele vem com batidas seqüentes ...*”
- g) “... *existe um fator com que você tem que contar, que alguns atribuem à palavra sorte, que eu não, não coloco bem por aí, mas a índole que essa pessoa vem ao mundo, e trabalha com a índole é ... um problema sério **de que** por mais que você dê os exemplos dificilmente ...*”
- h) “... *Qual é o momento provável **de que** isso acontecerá? O momento provável **de que** isso acontecerá é quando as forças americanas ...*”

Apesar desses resultados, Mollica afirma que o dequeísmo: (i) ocorre no português atual do Brasil, provavelmente em todo o território nacional, sendo raro na fala e mais raro ainda na escrita, e aparecendo somente em certos contextos e em alguns falantes; (ii) é bem documentado atualmente em vários países da América Espanhola, sendo que seu uso está em expansão; (iii) ocorre com frequência muito baixa no espanhol europeu de Madri e se mostra em fraca expansão, mas é bem difundido no espanhol de Santiago; (iv) ocorre mais na classe média alta e rica, e menos nas classes baixas, valendo essa observação para toda a América, espanhola e portuguesa.

Sintetizando o pensamento da autora, vê-se que (i) no dequeísmo tem-se a preposição **de** acompanhando uma conjunção integrante **que**, formando o conjunto **de + que**, enquanto que no queísmo há a ausência da preposição **de** diante da conjunção **que**, sendo então, marcado com **Ø + que**; (ii) o dequeísmo é fruto de um cruzamento sintático entre estruturas semelhantes; (iii) é um processo inovador das línguas românicas ibéricas; (iv) é um fato encontrado desde o século XII-XIII

no português e no espanhol; (v) atinge os seguintes contextos no português brasileiro atual: orações substantivas completivas, orações subordinadas substantivas objetivas diretas e apositivas, orações relativas, subordinadas comparativas e algumas locuções prepositivas.

Dois pontos prenderam minha atenção nesse trabalho de Mollica. Um deles foi o modo como a autora procurou caracterizar os processos queísmo x dequeísmo, e o outro, seu resumo das idéias de Érica Garcia (1986) sobre o dequeísmo.

Mollica (1995:11) insiste em caracterizar o que é queísmo/dequeísmo e para isso lança mão de alguns argumentos não muito claros:

1. **O dequeísmo é encontrado ao longo de toda a história do português, concluindo daí que** *“há forças do próprio sistema da língua que proporcionam o surgimento do dequeísmo”* (p.14).

2. **O queísmo representa** *“o estágio primário da formação das relações de complementação entre sentenças subordinadas”* (p.19).

3. **O dequeísmo representa uma inovação do português e do espanhol,** *“enquanto tendência natural a esses sistemas, que aconteceu inicialmente em certos contextos queístas e, posteriormente, em contextos dequeístas”* (p.20).

4. **Acredita-se que** *“a inovação consiste num processo de ‘inserção’ e não de ‘omissão’, uma vez que originalmente a variante ‘O que’ foi a base da relação de complementação sentencial em quaisquer dos contextos de subordinação entre orações, na história das línguas românicas”* (p.20).

O outro ponto a chamar a minha atenção foi um resumo das idéias de Garcia (Erica, 1986, *apud* Mollica 1995:28) sobre o dequeísmo. É um trabalho funcionalista e contém passagens que interpretei como sinais, ou indícios de outras coisas:

1. O dequeísmo é mais uma *confusão de regência de verbos* do que de cruzamento sintático, explicação esta que não pode ser sustentada porque há verbos que não possuem correspondentes nominais e há nomes que não possuem correspondentes verbais.

2. A preposição **de** introduz noções de (i) *‘partitivo’*, como em comer ‘O’ x comer ‘de’, (ii) de *‘acerca de’* em entender ‘O’ x entender ‘de’, e (iii) de *‘locativo’*, indicando *‘separação’*,

tendo o papel de um conector à distância, ou seja, “esse ‘de’ à distância tem a finalidade de indicar que o que segue tem conexão com algo anterior que não está muito próximo”, e assim essa autora introduz a idéia “da ‘distância relativa’, segundo o qual a variante ‘de’ é um atenuador de sentido versus a variante ‘o’, de justaposição”.

3. *A oposição ‘O’ versus ‘de’* deve ser estudada em vários contextos estruturais, tais como o *modo e tempo verbais*.

As idéias de Garcia prenderam minha atenção porque, pesquisando sobre as construções pronominais redobradas no Português Medieval, de um modo especial os pronomes clíticos locativos redobrados **hi + em SN** “a?” e **en + de SN**¹⁰¹ “da?”, notei que este último se enquadrava muito bem nas descrições que a autora fazia sobre a preposição **de**, introduzindo as noções de ‘partitivo’ e de ‘locativo’. Por outras palavras, nessas construções, **de** seria mesmo uma preposição? Vou neste trabalho considerá-la como tal, mas em outra ocasião pretendo verificar a possibilidade de ser essa forma a segunda parte do locativo **ende**.

Quanto às explicações aventadas pelos diversos autores, seja a do cruzamento sintático, seja a da confusão de regência de verbos, não ficarei com nenhuma delas, porque acho que são válidas quando vistas de um ponto de vista sincrônico, mas não diacrônico. O fato de se tentar dar explicações sincrônicas com pinceladas diacrônicas não é um bom casamento, podendo levar a observações e conclusões pouco sustentáveis, que correm o risco de serem facilmente contestadas.

2. Objetivos, hipótese e quadro teórico

2.1 Objetivos

Os objetivos deste texto são:

1. Demonstrar como apareceu a preposição **de** antes do pronome-conjunção **que**, fenômeno que estou chamando de *deísmo*. O deísmo tem sua origem na gramaticalização do pronome clítico locativo/partitivo **en** redobrado, que organizava a

¹⁰¹ O clítico locativo **en** apresenta também uma variante **ende**. Nos primórdios da língua, se usava o primeiro quando a palavra seguinte começava por consoante, e o segundo, quando a palavra seguinte era iniciada por vogal. Em todo o PM essa variação no uso das formas não foi mantido, podendo ver-se um pouco dele em cantigas.

estrutura **en + de SN** e que funcionava como uma minioração; esse processo recebeu esse nome por causa da preposição **de** que encabeça o SP.

2. Descrever como estava o dequeísmo nas orações relativas.

3. Verificar se esse conjunto **de que** já se constituía, ou não, numa nova conjunção, mediante a incorporação léxica de **de**.

Passo a detalhar esses objetivos.

Com respeito ao deísmo, notei que nas primeiras fases do PM ocorreram alterações significativas em muitas estruturas sintáticas envolvendo a gramaticalização de miniorações e processos como adjunção e complementação; uma dessas alterações é o deísmo, termo aqui utilizado na falta de termo melhor.

Combinando-se com algumas classes gramaticais, esse pronome redobrado deu origem a complementos encabeçados pela preposição **de**; trata-se de complementos de verbos, nomes deverbais, nomes não deverbais, nomes quantificados, adjetivos e advérbios. Essa preposição ocorre portanto em três ambientes: (i) introduz argumento sentencial, como em “ter a certeza **de** que...”, (ii) introduz oração relativa, como em “um viveiro **de** que tiram mudas”, e (iii) pode fazer parte tanto do antecedente como da oração relativa.

O deísmo parece ser um processo quase simultâneo ao do queísmo no português, pois nas primeiras etapas da língua a conjunção relativa **que** ainda não se contruía contígua ao seu antecedente, e a conjunção integrante **que** nem sempre se fazia presente nas orações substantivas.

2.2 Hipóteses

Com respeito ao dequeísmo, vou considerá-lo como a resultante de dois processos sintáticos do PM: o deísmo e o queísmo.

A constituição histórica do dequeísmo é a hipótese central deste trabalho, em que postulo o seguinte, dada a escassez de evidências diretas: (i) é um processo bem antigo na língua portuguesa, (ii) se originou da desagregação do pronome clítico redobrado **en**, quando só restou o sintagma preposicionado encabeçado pela preposição **de**, (iii) esse sintagma preposicionado estava numa posição de deslocamento à esquerda, antecedendo a conjunção relativa.

O dequeísmo parece ter-se implementado assim: (1) seu “début” deve ter ocorrido nas orações com conjunções correlatas, as quantificadas e as comparativas, visto que em ambas aparece um *de* partitivo: (i) nas quantificadas, o sentido de partitivo era compartilhado com o sentido do locativo **en**, co-ocorrendo as duas classes: cf. *(de) quanto...tanto, (de) quanto...tudo, (de) qual...tal, (de) todo...todo*; (ii) nas comparativas, como *mais ca / que > mais de ca / que*, o **de** está contido no **en** redobrado: *en mais de NP...que*, podendo ficar *en mais que / mais de que*; (2) em seguida, o dequeísmo teria alcançado as orações relativas, atingindo seu apogeu no período medieval; (3) por último, foram atingidas as orações substantivas objetivas diretas que, como se sabe, resultaram de uma reanálise das adjetivas.

Este último tópico me traz ao terceiro objetivo deste estudo, a saber, a formação de uma nova conjunção no português, o **de que**.

Insisto em que a literatura atual sobre o dequeísmo está retratando o processo neste seu último ambiente de atuação. A falta de perspectiva diacrônica tem dado como novo um antigo processo sintático da língua, deslocando a argumentação de seu âmbito real.

Vejamos agora no que consiste o redobramento sintático pronominal, peça-chave para o entendimento do surgimento do processo de dequeísmo.

2.3 Quadro teórico

2.3.1 O redobramento sintático pronominal

O redobramento sintático pronominal é o emprego redobrado ou duplicado de constituintes afins, podendo ser encontrado em línguas não-configuracionais, o que não exclui seu aparecimento em línguas configuracionais. Uma língua que possui redobramentos pode ter complementizadores recursivos, quantificadores duplicados, clíticos pronominais redobrados, deslocamentos de NP/SP à esquerda ou à direita, com retomada/não retomada por um clítico, topicalizações com retomada/não retomada por pronomes, etc.

Esse processo teve no PM um alcance muito amplo e muito forte, tornando-se o desencadeador da mudança tipológica pela qual o português passou e ainda está passando: a de migrar de uma língua não-configuracional ou de ordem livre para uma língua configuracional ou de ordem rígida. Vejamos inicialmente alguns exemplos encontrados no PM:

(8) **Pronome clítico duplicando SP e SN**

- a) [XIII SG 325:8][...] e *entom aguilharom mais de X a Paramades e matorom-lbe o cavalo e chagarom-**no a el** de muitas chagas.* [clítico acusativo como redobro de um SN/SP]
- b) [XV CDP 276:25][...] *se este he o seu filho Joane de que **me a mim** algũuas vezes fallarom.*[clítico dativo como redobro de um SP]
- c) [XIV DSG 9:35] *E o monge Libertino outrossi deitou-se ante os pees de seu abade e disse-lbi que aquele mal que el recebera non fora per **sa crueza do abade**, mais fora per **sa culpa del mesmo**.* [o possessivo *seu* como redobro de um SP]
- d) [XIII HGP 77:20] [...] e *que dedes ende **ĩ** cada ano aó moesteyro de Chouzã per seu maordomo meadade de nino no lagar e meadade de todo pam que **y** lauarardes **na eyra**.* [o locativo *bi* como redobro de um SP locativo]
- e) [XIII CSM2 131:11] *E disse: “Ay, Groriosa, / a mia ovela me dá, / ca tu **end’** es poderosa **de o fazer**.”* [o locativo/partitivo *ende* como redobro de um SP locativo/partitivo]

(9) **Duplicação de advérbios de negação**

- a) [XIII CSM1 193:12] *Enton cuidei logo como me partisse / daquesta terra que **neun non** me visse, / [...]* [duplicação da negação]
- b) [XIII SG 4:10] [...] *que nom podia de maior seer e via tam pobre festa e tam pequena lediça em sua cavallaria nem el **nom** no podia **ja mais** cuidar que podesse vir a tam gram cousa como pois veo.* [duplicação da negação]

(10) **Deslocamento à esquerda**

- a) [XIV LLD 94:34, 95:3] *E **este Gonçalo Annes** foi **o** que teve a Faia e a terra de Basto em quanto dom Pedro correo terra de Monte Negro e terra de Valariça e de Lampazes. E **este** foi **o** que casou com dona Maria, filha de Martim Afonso Chichorro, o Velbo.*
- b) [XIII:1254 IDD 31:27] *itẽ a aldeya de **Gaton** trage a por onrra Efernam Oanes de Gaton da freeguesia de San Oane.*
- c) [XIII CSM1 43:22] [...] *ca o demo **no seu coraçõ**n / metera **y** tan grand’ erigia, / que per ren non podia mayor.*
- d) [XIII CSM1 144:15] *Ca **Deus en ssi meesmo**, ele mingua non á, / nen fame nen sede nen frio nunca ja, / [...]*
- e) [XIII FR 181:1] *< T > **oda carta que seya feyta ante alguus e seya y posto // seello del rey ou de arçabispo ou de bispo ou de abade ou de prior ou de concelho ou de pessoa conhocuda por testimonho, esta ualla, [...]***

- f) [XIV LLD 122:22] E *esta dona Violante Sanches casou com ela* o conde dom Martim Gil de Portugal, [...]
- g) [XV VS 50: 24] E *a alma* estando em tanto prazer disse-*lhe* o angeo...
- h) [XV VPA1 95:4] *Sam Filipo*, estando em Samaria (...) disse-*lhe* o angio de Nostro Senhor...

No caso do redobramento sintático pronominal (exemplos 8a-e), que interessa diretamente a esse trabalho, temos a ocorrência de duas categorias pronominais, a primeira denominada **pronome fraco**, e a segunda, **pronome forte**, de tal modo (i) que ambos estejam contidos numa mesma fronteira sintática, ou seja, dentro da abrangência da categoria CP, e (ii) que o pronome fraco duplique o pronome forte. Sobre pronomes fortes e fracos, estou acompanhando Kato (2004).

O pronome fraco corresponde a clíticos como o acusativo *o*, o dativo *lhe*, os ablativos/locativos *hi/en*, o genitivo/partitivo *en*, a pronomes pessoais do tipo *eu>o*, *voçê>ocê/ce*, *ele>ei* no PB, a pronomes reflexivos do tipo *se*, a pronomes possessivos como *sa/sua*, *seu*, ao pronome demonstrativo neutro do tipo *o*, ou a um pronome não-realizado foneticamente, entre outros. Já o pronome forte equivale a pronomes ou sintagmas nominais preposicionados, representado por SPs do tipo acusativo *ele/a ele/SN/a SN*, dativo *a ele/a SN*, ablativo/locativo *em SN/de SN*, genitivo/partitivo *de SN*, ou pronome pessoal do tipo ELE, também existente no PB, ou pronome possessivo do tipo *de ele/de SN*, ou pronome integrante *que* introduzindo uma oração subordinada substantiva.

Esses pronomes redobrados podem estar em adjacência estrita, ou não. No caso dos pronomes não serem adjacentes, o pronome forte pode se antepor ou se pospor ao seu duplicador, constituindo casos de deslocamento à esquerda/à direita, ou de topicalização.

Em suma, o processo de redobramento sintático pronominal é a utilização de pronomes clíticos para vincular ao seu núcleo os complementos verbais preposicionados, que estão numa posição de adjunção, do mesmo modo que a categoria de sujeito se vincula à parte flexionada do verbo.

2.3.2 A noção de minioração (“small clause”)

A teoria da minioração aqui utilizada foi formulada por Stowell (1995: 272), nos seguintes termos: “*Small clause theory is based on the conviction that this semantic relation is reflected uniformly in constituent structure, in the sense that the subject/predicate relation is always encoded syntactically in terms of a pair of sister constituents, as in*”

(11)

CLAUSE 3

SUBJECT

PREDICATE

O predicado de uma minioração não é um verbo flexionado, como na “full clause”, mas pode ser um verbo não-flexionado (infinitivo, gerúndio, particípio passado), um adjetivo, uma preposição ou um nome.

Podem ser encontrados diferentes tipos de miniorações, na dependência da categoria lexical do predicado: verbal, nominal, adjetiva e prepositiva. Esses tipos podem ser agrupados em dois subtipos: [+V], miniorações verbal e adjetiva, e [-V], miniorações nominal e prepositiva.

Quanto à sua estrutura interna, ela não é a projeção de uma categoria funcional, mas a projeção lexical do predicado, sendo que o sujeito ocupa o lugar de especificador dessa projeção ou é adjungido a ele.

A minioração pode ter a função gramatical de complemento (como se vê no exemplo 1, agora 12), de adjunto (2 / 13) ou predicativa (14 a e b), estando relacionada com o sujeito ou com o objeto¹⁰². Os seguintes exemplos mostram esses tipos de miniorações (exemplos de Kato, 1998):

(12) Miniorações em função de complemento

- a) *Considero [os meninos inocentes]*
- b) *Maria acha [o João um gênio]*
- c) *Eu vi [as visitas saindo]*

(13) Miniorações em função de adjunto

- a) *Eu como as cenouras [PRO cruas]*
- b) *Encontrei o dinheiro [PRO escondido]*

(14) Miniorações com verbos de alçamento

- a) *Os meninos; parecem [t_i inocentes]*
- b) *Essa conversa; soa [t_i falsa]*
- c) *Os soldados; continuam [t_i feridos]*

¹⁰² Kato (1998), no seu artigo sobre a existência de miniorações livres no português, distingue a minioração livre da dependente. São exemplos de minioração livre: “*Bonita a sua casa*”, “*Um artista o seu filho*”.

Como já foi dito mais acima, o português, nos seus primórdios, apresentava traços de língua não-configuracional, isto é, seus núcleos verbais e nominais não possuíam complementos como os que se conhecem hoje em dia, e sim constituintes que estavam ligados a esses núcleos de modo muito tênue, por adjunção. Esses “futuros complementos verbais” apareciam sob a forma de pronomes redobrados, ou seja, eram compostos de dois pronomes: um, clítico e átono, e o outro, preposicionado e tônico.

O pronome clítico funcionava, num primeiro momento, como complemento do verbo ao se cliticizar a ele, e ao mesmo tempo duplicava o pronome tônico “complemento”, que permanecia numa posição de adjunção ao verbo. Esse pronome clítico funcionava como uma espécie de flexão dos complementos em adjunção. Assim, podia-se ter clíticos dos casos acusativo e dativo duplicando SN objeto direto e SP objeto indireto, respectivamente, ou clíticos dos casos genitivo e ablativo duplicando complementos partitivos e locativos, respectivamente.

Num segundo momento, o pronome clítico se integrava ao verbo ou desaparecia, permitindo assim que os pronomes preposicionados tônicos, adjuntos ao verbo, fossem reanalisados como complemento do verbo.

Para este trabalho, estou considerando o clítico locativo redobrado **en + SP** como uma minioração prepositiva que se adjungia, nos primórdios do português, principalmente a verbos, mas também a alguns tipos de nomes, adjetivos e advérbios.

2.4 O corpus

Para a confecção deste trabalho, me baseei em obras dos séculos XIII a XV, a fim de estabelecer um *corpus* sobre o dequeísmo nas orações relativas. Menciono a seguir os textos que foram utilizados e acrescento as siglas que eles receberam. Os exemplos são identificados primeiramente pelo século, em seguida pela sigla que atribuí a cada texto, indicando-se por último a página e a linha nas quais o exemplo foi encontrado. As referências mais completas de cada obra se encontram nas Referências Bibliográficas.

Século XIII: [XIII CA] Cancioneiro da Ajuda; [XIII CSM1,2,3] Cantigas de Santa Maria, 3 volumes; [XIII DPNL] Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa; [XIII FR] Foro Real; [XIII HGP] História do Galego-Português; [XIII IDD] Inquirições de D.Dinis; [XIII SG] A Demanda do Santo Graal;

Século XIV: [XIV CGE1,2,3] Cancioneiro Geral de Espanha de 1344, 3 volumes; [XIV DSG] Diálogos de São Gregório; [XIV DPNL] Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa; [XIV HGP] História do Galego-Português; [XIV LLCP] Livro de Linhagens do Conde D. Pedro; [XIV LLD] Livro de Linhagens do Deão;

Século XV: [XV CDP] Crônica de Dom Pedro; [XV DPNL] Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa; [XV HGP] História do Galego-Português; [XV LM] Livro da Montaria feito por D. João I, Rei de Portugal; [XV VPA1,2] Vidas e Paixões dos Apóstolos, 2 volumes; [XV VS] Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense

3. O redobramento pronominal, a minioração e o processo de “deísmo”

As estruturas de redobramento pronominal exemplificadas de (8) a (10) funcionam como uma minioração.

3.1 A minioração formada pelo clítico locativo [*en + de SN*]

A minioração contendo o clítico locativo redobrado [**en + de SN**], quando se vinculou a verbos, passou por um longo processo de gramaticalização que pode ser dividido em duas fases: (i) fase A, ou fase do redobro propriamente dito, e (ii) fase B, ou fase de simplificação do redobro. Essa mesma minioração se agregou também a outras classes gramaticais (nomes, adjetivos e advérbios antecidos de verbo suporte, nomes deverbais, nomes quantificados), que passaram a se construir com complementos iniciados com a preposição **de**. Vou tentar caracterizar essas duas fases e os exemplos envolverão todas as classes mencionadas porque eles são poucos.

Na **fase A**, ou fase do redobro, os dois pronomes podem estar adjacentes ou não, e são sempre correferenciais. Essa fase é a mais antiga, pouco documentada, e apresenta dois estágios. O primeiro estágio se caracteriza (i) por conter a minioração na sua forma primária em que seus pronomes estão em adjacência estrita, e (ii) por ela estar em adjunção a um verbo ou a outras classes já mencionadas. Essa estrutura é chamada aqui de **original** e pode aparecer adjunta a verbos como, em sua maior parte, monoargumentais (auxiliares [*haver, ser, ter* etc]; de movimento, [*ir-se, sair-se, vir-se* etc];

impessoais, [*acaecer, parecer, avir, prazzer* etc.]; reflexivos, [*trabalhar-se, guisar-se, nembrar-se* etc.]; e outros [*atender* “esperar”, *ajudar, curar* “*cogitat*”, *cuidar* “pensar”, *deitar* “tirar” etc.]). Ela terá, em princípio, a seguinte representação: [V] [en + de SN]. Dessa estrutura foram encontrados somente três exemplos:

(15) **O clítico locativo *en* na estrutura original**

- a) [XIII:1299 HGP 216:24] [...] *áatal preito que nos dedes ende cada ùu ano .v.e quartos de pam pela midida per que rreçebemos os outros cabedades para a dita oucêça e séer hũu quarto **ende de trýgo** e os quatro de segunda e paguardes o fforo a Santiago, [...]*
- b) [XV:1414 HGP 107:22] *Et por que esto seja certo et nõ veña em dulta, rroquey et mandey ao notário sub escripto que feçesse **ende delo** esta carta de testamẽto et que a signase de seu signo.*
- c) [XV:1516 HGP 67:9] [...] *e de todo enbargo fr qual quer persona que vos la demandar o enbargar em qual quer manera que sea so pena Del dobro de la dita contia et do valor da dita fazenda que vos dé et page por pena o contrarjo fazendo la metade de la dita pena pera la justiça que la executare et la outra metade pera la parte de vos, o dito frey Lopo, mjnistro em fé e fyrmeza de lo qual otorgé **ende dello** la presente carta de venda em la manera que dita es ante Juan Garcia de Padrjn, [...]*

O segundo estágio da Fase A contém a estrutura original em processo de modificação e suas características são: (i) os dois pronomes não estão mais em adjacência estrita, mas ainda são correferenciais, (ii) o clítico **en** se agrega aos mais variados tipos de verbos, se tornando seu complemento, (iii) o sintagma preposicionado continua em adjunção a esses mesmos verbos, o que pode ocasionar o deslocamento desse SP para a periferia da sentença, à esquerda ou à direita. Essas modificações ocasionam o aparecimento de três tipos de estruturas, aqui denominadas **descontínua**, **deslocada** e **topicalizada**.

Na estrutura **descontínua**, o pronome forte vem separado do fraco por uma pausa marcada por vírgula ou por algum item lexical, e o pronome fraco aparece proclítico ou enclítico ao verbo dependendo do tipo de oração (oração dependente ou independente). Essa estrutura será representada como [en-V-en] ... [de SN], na qual se vê, de um lado, o verbo com o clítico, posicionado proclítica ou encliticamente a ele, do outro, o SN preposicionado, e no meio um ou vários itens lexicais. Dessa estrutura foram encontrados os exemplos abaixo:

(16) O clítico locativo *en* na estrutura descontínua

- a) [XIII FR 167:10] *Outrosy dementres que for em corte del rey, des aquel dya que se **en partir de sa casa** por todo huu dia seya y seguro (E) el con todas sas cousas, [...]*
- b) [XIV:1310 HGP 89:38] *Et que isto sseia certo e nõ uena em dulta, mãdamos uos **en fazer esta carta desta uençõ** feyta per Ares Peres, [...]*
- c) [XIV CGE2 156:20] [...] e tomou delle per força toda a terra de Ytallia, segundo adyante ouyredes, e a cidade de Egípciana; e foy **ende senhor della** sem nem hũa contenda.
- d) [XIV:1345 HGP 258:33] [...] e para uêder essas herdades a quẽ por bẽ uirẽ conuyr e para mãdar **ende fazer carta ou cartas de pura vêda** per costregimento e per poder da ley do rreyno [...]
- e) [XIII:1299 DPNL 160:16] [...] e reconecemos que todolhas coussas que **ende ouuemos desse quarto do dito Casal** e dele. recebemos ata áquy [...]
- f) [XIII:1299 HGP 216:22] [...] áátal preito que nos dedes **ende** cada ùu ano ue quartos de pam pela midida per que rreçebemos os outros cabedaes para a dita oueçça [...]
- g) [XIII:1299 HGP 216:28] [...] e que nos dedes cada ano **ende o meyo do uino** que Deus y der per nos ou per nosso homme [...]
- h) [XIV:1301 HGP 217:25] [...] per tal preyto que dedes **ende** de foro e de renda a nos e a nossa uoz três moyos de pã cada anno, dès dia de Santa Maria d' Agosto [...]
- i) [XIV:1301 HGP 217:28] [...] per tal preyto que dedes **ende** de foro e de renda a nos e a nossa uoz três moyos de pã cada anno, dès dia de Santa Maria d' Agosto [...] e **seér ende a terça de millo e a terça de ce(uey)ra e a terça de paynço** e dardes este pã em esse casal ou enna jolleia de (Sam) Fijs de Çeleyros.
- j) [XIII:1252 DPNL 109:10] *Jn primis Giraldus petri xxv. Libras. Martinus stephani vij. libra<s>. Gumez falâte. xxxvij. soldos. Fabuleiru. vij. libras e istas libras habet **inde iij. quartos de milio**. fernandus lebur habet de me .ij. cubas de pane e. i. de uino, e uma archa [...]*
- k) [XIII:1299 DPNL 389:17] [...] e so tal cõdiçõ. que. nos e os ditos uossos filbos. dedes **ende a mñ o quinto de todo pã e fruyto que deus. der na Ademba e o terço de todo pã que deus. der na paul.** colhêdosse todo per ssj e o terço de todo viho é azeyte que deus. der nas vihas e nos boliuaes.

A estrutura **deslocada** contém o pronome fraco em próclise ao verbo e um pronome forte se posicionando na periferia da sentença, podendo ser uma deslocação à esquerda ou à direita do verbo. Será representada como [de SN] [en-V]. Foram encontrados poucos exemplos, sendo que em alguns a preposição **de** não aparece e foi marcada com (Ø):

(17) **O clítico locativo en na estrutura deslocada**

- a) [XIII CA 60:11] *Mentr'eu viver', mais guardar-m'ei / que mi-o non sábia mia senbor; / c'assi (e)stare d'ela melhor, / e d'ela tant' end' averei: / enquanto non souberen quen / est a dona que quero ben, / algũa vez a veerei! / /*
- b) [XIII FR 208:4] *Mays (ou) se for terra e for semeada a macar que nõ paresca o fruyto a sazõ da morte, partasse per meo (Ø) quanto ende ouuerẽ.*
- c) [XIII FR 253:1] *Mandamos que nenbuu nõ penbore boys nẽ uaccas cū que aran nen arado nen trilho [...] e o que o fezer torne o que penborar a seu dono e (Ø) quanto dano lhy ende ueer e porque o prouou, peyte outro tato quanto penborou, [...]*
- d) [XIII:1283 HGP 77:31] *Et de totalas outras cousas que uos y ouuerdes e criardes e gáánardes nũcas ide a uos mais demãdem do moesteyro de Chouzã por razõ deste foro [...]*
- e) [XIII FR 200:23] [...], *seyã metudos ambos em seu poder e possaos uender e ffaizer delles o que quiser de morte ende fora.*

A estrutura **topicalizada** contém o pronome fraco em ênclise ao verbo e um pronome forte posicionado fora da sentença, numa posição de tópico. Será representada assim: [de SN] # [V-en]. Dessa estrutura há uma quantidade razoável de exemplos:

(18) **O clítico locativo en na estrutura topicalizada**

- a) [XIII CA 841:10] *Coitas sofremos, e assi nos aven: / eu por vos, amigo, e vos por mi! / E sabe Deus de nos que est assi; / e d'estas coitas non sei eu muit' én, / d'eu por vassalo, e vos por senbor, / de nos qual sofre mais coita d'amor!*
- b) [XIII FR 240:18] *Quando alguu ome que tener cousas encomẽdadas e de queyma ou de rouba ou de peço de naue ou doutra cousa desuenturada semellauil liur[ou] ende todo o seu sẽ perda e perdeo todo o albeo que tija <en> encomẽda, peyteo a seu dono.*
- c) [XIII CA 514:13] *E da gran coita, de que soffredor / foi, e do mal, muit'á, sem meu prazer, / a vos dev' én mui [bom grad'] a pôer: /*
- d) [XIII CA 223:8] *E mia senbor, al vos quero dizer / de que sejades ende sabedor: / non provarei eu, mentr'eu vivo for', / de lbe fogir, ca non ei én poder: / Ca pois mi-Amor ante vos quer matar, / matar-xe-mi-á, se me sem vos achar'. / /*
- e) [XIII:1289 HGP 197:41] [...]; e **do preço nẽ da robora nẽ do faiuizo nõ ficou ende nẽ uma cousa por dar nẽ por pagar.**
- f) [XIII:1287 DPNL 145:16] [...] *das quaes sentẽças os ditos caualeyros agrauarõ e pedirõ os agrauos e ó dito Juiz sarou os ditos agrauos nas lageas de Juyam .Iiij. dias andados de nouẽbro. e **de quando** os o dito Juiz sarou pedio ende a mj Tabellõ sobredito o dito Priol hiúu testemoyo*

- g) [XIII:1285 DPNL 353:20][...] e rogamos a qualquer Tabellion que esta carta ujr que faça ende a carta da dita partiçõ. Em testemõyo da qual cousa fazemos ende esta carta séélar dos seelos de m̃j Prioressa e do Conuêto sobreditos.
- b) [XIII:1292 DPNL 362:24] Em testemhõo desta quoussa mãdamos en ffazer Dous es[tru]mentos partydos. por A. b. c. e [...]
- i) [XIII:1294 DPNL 365:18] E o dito váasco rrebolo disse. que nica aquela carta mãdara fazer nẽ sabya ãde parte. das quaes cousas o dito {vasco reb} Martim dominguiç. quei-xada pedyu a m̃j. que lhy desse ende hũu testemoyo.
- j) [XIII:1274 DPNL 123:27] [...] e mãdo dos .x. morabitinos ut faciant inde mandatum quomodo Maria marti quomodo ego mandani ad illam facere.
- k) [XIII:1283 HGP 77:22] [...] assi como ás arendarẽ os outros oméés do móésteyro e de totalas outras cousas que y lauorardes e chamtardes dardes inde meo saluo ãde que nõ dedes nũca do nabal que y lauorardes [...]
- l) [XIV:1348 HGP 285:38] Das quaaes cousas a dita Dona Giomar Gonçalluez e o dito abbade de Santa Ssenhoã pedirõ ende senhos esstromentos tal hũu como o outro.
- m) [XIV:1328 DPNL 190:14] E esta seentença nõ sse estende Ao dito Gonçalo periz que dizia que queria poer o sseu direito cõtra o dito testamẽto e que nõ Anja por que ualer das quaées coussas todas o dito Priol por ssj e pelo Conuêto de sseu Mosteyro pedeu ende A m̃j dito tabaliõ este strumento.
- n) [XIV : 1314 HGP 151:33] [...] e da froyta toda que é feyt(a) ou que uos y fecerdes daredes ende a meã;

Em suma, a **fase A** apresenta poucas ocorrências, sendo que a mais produtiva é a topicalizada. E das classes de palavras com as quais o clítico se envolveu, a do nome, sobretudo quantificado, é a que mais apareceu. Na **fase B**, ou fase de simplificação do redobro, encontramos características como (i) um dos pronomes do redobro é elidido, aparecendo ou o clítico **en**, ou o **SP**, (ii) como consequência há a perda da correferencialidade entre eles, (iii) ambos se tornam concorrentes, entrando em variação, (iv) o clítico desaparece, e (v) fica somente o SP, que é reanalisado como complemento do verbo, e daí surge o fenômeno que estou chamando de “deísmo”. Essa fase atinge todo o período medieval da língua portuguesa, está muito bem documentada, e parece apresentar dois estágios. O primeiro contém a estrutura [V-**en**] e foi chamado de estágio do clítico sozinho, e o segundo, a estrutura [V **de SN**], sendo chamado de estágio do “deísmo”.

Os exemplos da estrutura [V-**en**] se apresentam espalhados por todas as classes mencionadas mais acima e são em grande quantidade. Selecionei uma quantia razoável deles para se poder fazer uma idéia de sua importância no PM.

(19) **O clítico locativo en com verbos**

- a) [XIII CA 558:2] *Que a torto foi ferida! / nunca **én** seja guarida ! /*
- b) [XIII CA 558:5] *Que a torto foi malhada! / nunca **én** seja vingada ! / ca non ama! / /*
- c) [XIII CA 615:13] *Porque sol dizer a gente / do que ama lealmente: / “se s'**én** non quer enfadar, / na cima gualardon prende, “ / am' eu e sirvo por ende; /*
- d) [XIII CA 642:11] *Mais en gran sandez andava / eu, quando me non pagava / de con tal senbor viver, / e que melhor ben querria! / E m'**end**' ora pagaria ! /*
- e) [XIII CA 649:8] *Quen omen sabe ben querer / já mais servid[a] **én** será ; /*
- f) [XIII CA 651:13] [...]. *E, certas, sabiades / ver amor non desejei; / e se vos end' al cuidades, / ben leu tort' **én** prenderei ! /*
- g) [XIII CA 666:18] [...]; *ca mentr' eu vosso desamor oer', / com' og' eu ei, [e por a]mor tever' / vosco tan mal mia fazenda, com' eu / tenbo con vosco, [non me será] greu/ de morrer, e praz~~er~~-mi-á mais **én** // Ca de viver, [...]*
- h) [XIII CA 680:4] *Pois eu entendo, mia senbor, / quan pouco proveito me tem / de vos dizer quan grand' amor / vos ei, non vos falar[ei] **én** . /*
- i) [XIII CA 602:8] *Mais de tod' esto non lbe digu' eu ren, / nen lb'o direi, ca lbe pesará **én** //.*
- j) [XIII CA 611:9] *Mais em tal mundo z por qué vai morar / ome de prez que s' **én** pod' alongar? / /*
- k) [XIII CA 434:9] *E se Deus ouv' o gran praz~~er~~ / de me fazer coita levar, / que bem s'**end**' el soube guisar / u me fez tal dona veer, / que me fez fulbar por senbor! / e non lb'ousou dizer: “senbor”! / /*
- l) [XIII CA 667:8] *E pesa-vos de vos amar / eu, e non m' ei **end**' a quitar , / / Entanto com' eu vivo for', / ca non ei poder d' al fazer. /*
- m) [XIV CGE2 64:15] [...] *e que aquele hermitã vira estar sobre aquelle crucifixo hũa pedra qual nũca doutra tal ouyra fallar, [...]. E disse que a tomaram ende os allarves quando entraron em Mérida [...]*
- n) [XIV CGE3 130:10] *E, se vos teverdes por bem de hyr cõmigo, praz~~er~~me hya ende myyto.*
- o) [XIV CGE3 219:2] *De como Airam tomou Almaria e Jeem e Beeça e Arjona e lançou ende os Berberis.*
- p) [XIV CGE3 383:9] *Mas digote que nõ há homẽ que me descercasse Çamora, fazendo ende levãta meu irmão, que lbe eu nõ desse que quer que me demandasse.*

- q) [XIV CGE4 53:17] [...]; e que por esto nō foy elle a Laedo: por que soube que vós erades tornado, ca o nō fez por outro mal; e que se quer ende salvar em qual maneira vós teverdes por bem e mãdar vossa corte.
- r) [XIV DSG 49:5] [...]; e desnouou-se da vestidura que tragia e deitou-se ora antr'as espīhas ora antr'as ortigas e andou-se envolvendo desnudo assi nas espinhas como nas ortigas. E tanta foi a coitae a door que **ende** recebeu que todo o deleito e o prazer que ouvera da molher [...] perdeu-o [...]
- s) [XIV LLD 71:4] [...] Gil Martins Zote, que foi casado com fillia de Martim Afonso Alcoforado, e houve **ende** uma filha que [...]

(20) O clítico locativo **en** com verbo suporte + nome

- a) [XIII CA 151:2] Ir-vus queredes, mia senhor, / e fiq' end' eu com gran pesar, / que nunca soube ren amar / ergo vós, dês quando vos vi. /
- b) [XIII CA 23:15] [...], / pois a mi contra vos mester non ten / nulha cousa, dizede-me ũa ren: / zque farei eu, desaconselhado? / E já m'end' eu ben são sabedor, / macar mi-o vos non queirades dizer: / morrer cativo, desamparado! / /
- c) [XIII CA 297:4] Se vos eu onsasse, senhor, / no mal, que por vos ei, falar, / des que vos vi: a meu coidar, / pois fossedes én sabedor, / doer-vus-iades de mi. / /
- d) [XIII CA 304:12] Por vosso prez e por Deus, mia senhor, / e por mesura e por quanto ben / vos el foi dar, rogo-vus eu por én, / que, se vos og' eu faço pesar i / em vos amar, mia senhor, mais ca mi, / que me non facades én sabedor. / /
- e) [XIII CA 424:8] E non pode per mi saber meu mal / sen devinhá'-lo, nen ei én pavor, / nen já per outr', enquant' eu vivo for', / o que eu cuid', e digo que cuid' al, / pois que eu punbo semp'r(e) e'-no negar, / maldito seja quen mi-o devinbar! / /
- f) [XIII CA 15:12] E per boa fé, mia senhor, / por quite me tenh' eu d'aver / vosso ben, enquant' eu viver', / nen al en que aja sabor. / Mais vos en preito sodes én, / ca me vos non quit' eu por én, / de vosso vassalo seer; / /
- g) [XIII CA 223:10] E mia senhor, al vos quero dizer / de que sejades ende sabedor: / non provarei eu, mentr'eu vivo for', / de lhe fogir, ca non ei én poder / Ca pois mi-Amor ante vos quer matar, / matar-xe-mi-á, se me sen vos achar'. / /
- h) [XIII CA 397:12] E non queredes que vos eu fal' i! / E non poss' eu muito viver assi / que non moira mui ced' én com pesar, / Que ei mui grande d' esto, mia senhor: /
- i) [XIII CA 403:4] Coit' averia, se de mia senhor, / quando a visse, coidass(e) aver ben, / e non poder' eu veé'-la per ren! / Pois **end'** agora tan gran coita ei, / como se d'ela ben cuidass' aver, / non morreria mais pola veer, / /

- j) [XIII CA 105:17] *Ca se el vir' o seu bon semelbar / d'esta senhor, por que mi-a min mal vem, / non m'ar terra que m'eu possa per ren / d'ela partír, enquant' eu vivo for', / nen que m'end' eu tenha por devedor, / nen outr'ome que tal senhor amar'. / /*
- k) [XIII CA 338:7] [...]; *mais quando cuid' en qual mia senhor vi, / entanto viv', e entanto vivi, / e tenho m'end' as coitas por pagado. / /*
- l) [XIII FR 269:26] *Se alguu abrir fossa ou silo ou poço en carreyra ou en praça ou enoutro logar onde dano possa uijr, nõna leyxe descoberta, mays cobraa de guisa que os que passarẽ per ella nõ lhys uenba **en mal** nõ dano nõ perda.*
- m) [XIV CGE2 239:26] *E, pois que esto avemos de fazer e a guerra tragemos antre as mããos, nõ compre a cada hũũ de nos metersse a fazer algũa vileza, ca o Nosso Senhor Jhesu Christo ama toda limpeza e **há em ódio** e avorrece toda çugidade e crueldade.*
- n) [XIV CGE4 146:1] *E o Cide pos a mãao pella barba, segundo arya ã custume.*
- o) [XIV CGE4 150:4] – *Pois que vós dizedes que as filbas do Cide nõ eram pera seer vossas molheres nõ vossas parelhas, por que me pedistes por mercee que vos casasse com ellas? Bem devedes de entender que errastes, pois que tiinhades em coraçõ de as desonrrar e leixar. [...] E porẽ mando agora aos do Cide que vos metã ã culpa quanto poderẽ com razõ.*
- p) [XIV CGE4 482:12] *E el rey ouve ende gram despeito e prometeulhes que, se punhassem de vedarlhes aquel passo, que lhes faria poren muytas mercees.*

(21) **O clítico locativo *en* com nomes não deverbais**

- a) [XIII CA 28:5] *Par Deus, senhor, sei eu mui ben / ca vus faço mui gran pesar / de que vus sei tan muit' amar. / Mais se o sei, non ar sei ren / Per que **end'** al possa fazer / enquant' eu no mundo viver'. / /*
- b) [XIII CA 280:4] *Senhor fremosa, vejo-vus queixar / porque vus am' e amei, pois vus vi; / e pois vos d'esto queixades de mi, / se **én** dereito queredes filbar, / aque-m'aqui eno vosso poder! / /*
- c) [XIII CA 309:8] *Pero sei ben, u non jaz al, / que lbes verrá **én** muito mal, / que os non pod' **én** guardar ren; / /*
- d) [XIII CA 457:8] *E esta coita, 'n que eu viv' assi, / nunca **én** parte soube mia senhor; /*
- e) [XIII CA 651:12] [...]. *E, certas, sabiãdes / ver amor non desejei; / e se vos **end'** al cuidades, / bem leu tort' **én** prenderei! /*
- f) [XIV:1333 HGP 53:32] [...] *por libras doze pequenas desta moneda del Rey dom Afonso, das quaes me outorgo por bem pagado e rreniço a toda exçeççõ que nõca **ende** diga o contrario e d'aquí endeante façades della uosa uoõtade para senpre.*

- g) [XIV:1322 HGP 154:5] *Et nõ tomaredes y amádigo nõ outro señorio contra nossa uoontade e se **ende** al fezerdes que uos rrecebam o casar.*
- h) [XIII DPNL 96:22] *Si aliquit uenerit com debitas que nõ seiã cunucudas facã **inde** ueritate { {eg} } e pagêlas.*
- i) [XIII:1294 DPNL 365:18] *E o dito váasco rrebolo disse. que nũca aquela carta mãdara fazer nõ sabya edê parte.*

(22) **O clítico locativo *en* com nomes quantificados**

- a) [XIV:1345 HGP 258:20] [...] *portadores ou portador desta precuraçõ para por nos e em nosso nome e do dito nosso moesteyro parar e receber e procurar e menistrar e arrêdar e uêder os fruytos e dereyts que nos auemos d'auer e receber da nossa herdade d'Agoas Belas para receber **ende** o preço e para pôer hj em seu logo e em nosso nome algũa pessoa que [...]*
- b) [XIV CGE4 99:5] [...] *de guisa que, antre os que morrerõ na batalha e os do encaço e os do ryo, nõ ficarõ **ende** dous mil.*
- c) [XIV DSG 28:12] [...] *e mandou que se fossen todos ende, tirado **ende** hũu meniho pequeno que hi ficou.*
- d) [XIV DSG 32:22] *E todos aqueles beschos que na horta andavan e as verças comian partiron-se do horto e nunca **ende** hi hũu ficou.*

(23) **O clítico locativo *en* com adjetivos e advérbios**

- a) [XIII SG 1:3] *El rei, que era **ende** mui ledo honrou-os muito e feze-os mui bem servir, [...]*
- b) [XIII CA 39:21] *E dê-me poder de negar / sempr' a mui gran cuita que ei / por vos aas gentes que sei / que punhan en adevinhar / fazenda d'om' e 'n'a saber. / E os que esto van fazer, / Deu-los leix' **end[e]** mal achar. //*
- c) [XIII CA 381:15] *Porque cuidava se viss(e) un pesar / de quantos vej' ora de mia senhor, / que morreria **én** pelo mëor , / dereito faç' en me maravilhar, / pois todo vejo quanto receei, / como non moiro, se de morrer ei? //*
- d) [XIII CA 497:10] – *“E senhor, dizem, pero vus tal ben / quero que moiro, que ren non me val, / ca vos dizedes d'est' amor atal / que nunca vus **ende** se non mal vem.” - - “Dizem verdad', amig', e pois é mal, / non i faledes, ca prol non vus tem!” //*
- e) [XIII CA 584:4] *Tal sazon foi que me tev' en desden, / quando me mais forçava seu amor; / e ora, mal que pés a mia senhor, / ben me fará, e mal-grad' aja **én**, / ca meu ben é d'eu por ela morrer / ante ca sempr' em tal coita viver. //*
- f) [XIII CA 610:12] *Quand' est' eu cat', e vej' **end'** o melhor , / ¿ por quê me non vou algur esterrar, / se poderia melhor mund' achar? //*

- g) [XIII CA 308:10] *Ca me fez Deus coitas saber, / porque mi-as fez todas soffrer, / e tenh' end' esta por mayor .//*
- h) [XIV DSG 36:17] *E pois ouvio o queixume que o romeu fazia do bispo, e ainda pera seer ende mais certo, preguntô-o e convidô-o pera as pousada [...]*
- i) [XIV CGE3 428:14] – *Vaxenos a gããça! E, se o souberem de Turuel primeiro que nos, sua seera a prol e a honrra, e nos nã averemos ende nada nem cobraremos nã hũa cousa de quanto mal nos hã feito.*

O segundo estágio, o do “deísmo”, será trabalhado no item 3.3.

Essas fases e estágios são aqui apresentadas de modo linear, para uma melhor compreensão de seu mecanismo. Isso não quer dizer que elas tenham ocorrido sucessivamente. Sua implementação apresenta uma certa regularidade, embora o resultado tenha uma aparência caótica, visto que todas as fases se apresentam ao mesmo tempo, conforme a minioração vai atingindo tipos de verbos diferentes. Sempre existe um contexto em que a gramaticalização começa, depois atinge setores que são afins, e, por último, se for uma gramaticalização muito forte, passa a atingir qualquer outro contexto, fugindo, então, do âmbito inicial, expandindo-se.

3.2 O processo de “deísmo”

A gramaticalização da minioração contendo o clítico redobrado **en** desencadeou no português um forte processo de mudança que afetou vários setores da sintaxe:

- a) transitivizando verbos, advérbios (*diante de, atrás de, em pós, de pós, des de*), adjetivos e nomes, deverbais ou não,
- b) criando a nova conjunção **porém**,
- c) desencadeando o processo de deísmo, que culminou com o surgimento de outro processo atualmente, o dequeísmo, e a criação da nova conjunção **de que**,
- d) contribuindo para o surgimento de expressões introdutórias de tópico discursivo, em que **en** locativo se incorporou a alguns verbos e a alguns quantificadores, como *en tanto > entanto, en quanto > enquanto* e, finalmente
- e) construindo-se com o gerúndio, como em *em falando*, construção hoje considerada como preposição + gerúndio, embora essa preposição seja na verdade um pronome clítico locativo reanalisado,

f) substituindo o pronome locativo **hi** em várias transitividades de verbos (*fazer hi, haver hi /fazer ende, haver ende, des h i > des em, des enton*).

A explicação do dequeísmo como cruzamento sintático ou troca de regência verbal deve-se ao fato de que os autores consideraram só os exemplos da segunda fase. A ausência de uma perspectiva diacrônica dificultou a percepção do fenômeno.

A seguir, estudaremos os contextos em que o deísmo ocorre.

3.3 Ambientes em que ocorre o “deísmo”

Vamos documentar agora o processo do “deísmo”. Primeiramente, esse processo vai ser mostrado nos verbos, em seguida nos diversos tipos de nomes e por último nos adjetivos e advérbios.

3.3.1 Verbos com complementos encabeçados pela preposição **de**

A quantidade de verbos que aparece com o sintagma preposicionado encabeçado por **de** é muito grande. Reuni aqui uma pequena quantidade deles apenas para se ter uma idéia de quais são:

1. Verbos impessoais: *acaecer* “acontecer”, *avir, prazer* “sentir prazer”, *parecer*.
2. Verbos reflexivos: *nembrar(-se)* “lembrar-se”, *salvar-se, trabalhar-se, alongar-se, cousir-se, doer-se, enfadar-se, gnisar-se* “arrumar-se” “preparar-se”, *guardar-se, pagar-se* “encantar-se”, *partir-se* “quebrar-se” “ir embora”, *quitar-se, queixar-se, salvar-se*.
3. Verbos de movimento: *arredar* “afastar-se”, *alongar, escapar, ir-se, levar, levantar, lançar* “expulsar”, *partir(-se), sacar* “tirar”, *sair-se, tirar, vir*.
4. Verbos “auxiliares” e de suporte: *fazer-se sabedor, fazer al, ficar com pesar, filbar dereito, guardar rem, haver, haver de, haver pavor, haver poder, haver coita, morrer com pesar, poer grado, seer sabedor, seer em preito, ter, ter-se por devedor, ter por bem*.
5. Verbos transitivos: *andar, atender* “esperar”, *ajudar, curar* “cogitar”, *cuidar* “pensar”, *deitar* “tirar”, *desenganar, espantar, escapar, escolher, falar, fugir, fazer, guarir, livrar, loar, levar, outorgar, osmar, prender* “tomar”, *pesar, prometer, preguntar, posfaçar, receber, recear, saber, servir, sofrer, tomar, tolher, trameter, vingar*.

(24) **Verbos com complemento encabeçado pela preposição de**

- a) [XIII CA 335:1] **D'estas coitas** eu podia falar / come quen as padece cada dia; /
- b) [XIV CGE2 226:7] [...] aa hora de meo dya, hũu eclipsse enno sol tan grande que pareceron as estrelas enno ceo; e foron dello muy espantados todollos moradores d'Espanha.
- c) [XIV CGE4 112:26] E a el rei prougue muito do que o Cide lbe mandara dizer [...]
- d) [XIV CGE4 39:18] Quando os mouros andaluzezes virõ como os matavã os mariis e lbe tomavã os senhores e tomavã as villas sã razõ, pesoulbes muyto do amor que cõ elles avya, ca mais se temyã delles que dos cristiãos.
- e) [XIV CGE4 270:2] [...]. foronse pera el rey dom Fernando de Leon que era seu tyo e conselharõno que, en quanto o moço era pequeno, que lbe tomasse o reyno. E elle trabalhouse dello quanto pode e tomoulbe villas e castellos e [...]
- f) [XIV CGE4 321:5] E por esto se trabalhou de os sacar da cidade per arte.
- g) [XIV LLD 87:13] E dona Sancha Peres da Veiga, [...], casou com Martim Viegas de Sequeira e nom houve del sémel, [...]
- h) [XIV CGE2 61:7] E Aariz he villa em que moraron os barboros e [...].E dally sacam muyto vermelhon e muy bõõ [...]
- i) [XIV CGE4 45:23] [...] e que, cada que o ouvesse mester, que verria a seu serviço sem sua custa e que tanta guerra faria aos mouros e assi os combateria que toda a terra lbes estragaria. **Desto** prougue muyto a el rey e [...]
- j) [XIV DSG 13:1] E **da virgen vassala de Nosso Senhor que jaz coitada da féver que á, non curesdes**, ca des aqui en deante non averá féver, nen Basilio demandará.

3.3.2 Nomes com complementos encabeçados pela preposição de

1. Nomes deverbais: *coita* (haver), *culpa* (meter), *devedor* (ter por), *lezer* (haver), *prazer* (haver), *preito* (ser em), *pesar* (com), *parte*, *perda* (haver), *sabedor* (ser, fazer-se) etc.
2. Nomes não-deverbais: *al* “tudo” (haver, fazer, cuidar), *contrário* (dizer), *custume* (haver), *dereito* (filhar, haver), *despeito* (haver), *dano* (haver), *ódio* (haver), *mal* (haver), *pavor* (haver), *poder* (haver), *pesar* (ficar com, morrer com), *prol* (haver), *rem* “coisa” (haver, dizer, guardar), *sabor* (haver), *senhor* (ser), *verdade* (fazer, dizer), *vontade* (ter) etc.
3. Nomes quantificados: *ambas*, *duas cubas*, *diçimo*, *meio*, *meiadade*, *mais quartoeiro*, *quarto*, *quinto*, *quatro morabitos*, *quanto(s)*, *três moios*, *terça*, *todo*, *tantos* etc.

(25) **Verbo suporte + nomes com complementos encabeçados pela preposição de**

- a) [XIII CA 511:4] [...]; *ca non sei / oj' outra ren com que visse prazer, / pois m'el non quis nen quer d'el defender / e de meu mal ouve tan gran sabor, / mentr' eu viver', sempre o servirei, / Pois ei gran coita, que me dê mayor, / / Com que moira! [...]*
- b) [XIII CA 371:14] *E des quand' ela fosse sabedor / do mui gran bem que lh'eu quis, poi'la vi, / pero me mal ar quisesse, des i / terria-m'eu que estava melbor: / ca me non quis nunca, nen quer, crer / per nulha ren, que lbe sei bem querer. / /*
- c) [XIII CA 494:12] *Ca pois eu ei tan gran coita d'amor / de que já muito non posso viver, / muit' é ben saberem, pois eu morrer', / que moiro con dereit': e gran sabor / ei eu d'esto; mais mal baratará, / pois eu morrer', quen mia senbor verá, / ca morrerá com(o) eu moir', ou peor! / /*
- d) [XV:1407 HGP 97:24] *Et por que esto seia certo, nos as ditas partes rogamos a Juã Fernandes de Gonçe, notário publico de terras de Saujião et Sardineyra por lo señor o conde don Fadrique que faça delo duas cartas as mays firmes que poder, anbas em hũ teno, [...]*
- e) [XIII:1290 HGP 200:27] *Et de todas estas cousas o çelareyro sobredito pediu este publico estrumêto a m̃j, dito notario, [...]*
- f) [XIII:1273 DPNL 119:8] *Em testemoiũ (sic) da qual cousa demos a ele esta carta séelada de nossus seelus.*
- g) [XIII:1300 DPNL 163:27] [...] *e so tal cõdicçõ que esse dõ Gonçalo mendez tẽhá esse casal ã toda as uida e receba ende todolos frutos e as Rendas e os dereitos.*
- h) [XIV CGE3 428:14] – *Vaxenos a gããça! E, se o souberem de Turuel primeiro que nos, sua seera a prol e a honrra, e nos nõ averemos ende nada nem cobraremos ne hũa cousa de quanto mal nos bã feito.*
- i) [XIV CGE4 267:1] *E el rey dom Sancho ouve dello muy grande pesar e sacou logo sua hoste e foisse pera Sam Fagundo*

3.3.3 **Adjetivos e advérbios com complementos encabeçados pela preposição de**

1. Adjetivos: *alegre* (ser), *certo* (ser), *coitado* (ser), *creudo* (ser), *grave* (ser), *ledo* “alegre” (ser), *maior* (ter-se por), *menor* (morrer pelo) etc.

2. Advérbios: *fora*, *mal* (vir, achar), *mal-grado* (haver), *melhor* (ver), *nunca*, *nada* (haver), *pior* (estar), *perto* etc.

(26) **Adjetivos e advérbios com complemento encabeçado pela preposição de**

- a) [XIII CA 176:1] *De quantos mui coitados son, / a que Deus coita faz aver, / min faz mais coitado viver. /*

- b) [XIII:1279 DPNL 136:19] [...] *por seruiço que de nos recebemos conuẽ a ssaber. por entrada. hũu. meio. maravedi. e hũu. carne[yro] e hũa fogaça. e por [Entrada] Reuor[a] x. soldos. ca tanto a nos e a nos prouge e **do preço** nõ ficou nada por dar.*
- c) [XIV CGE4 352:21] *E ella rogonbos que recebessem seu filho por rey e elles forom dello myto alegres.*

4. O dequeísmo nas orações relativas

Neste item, vou responder às questões anteriormente formuladas, sobretudo (1) como apareceu a preposição **de** antes do pronome-conjunção **que** (2) quais são as várias possibilidades de dequeísmo nas orações relativas, e (3) verificar se esse conjunto **de que** já se apresentava, ou não, como uma nova conjunção.

Apesar da oração relativa ser uma herança latina e se pressupor que tivesse já adquirido uma estabilidade, visto que já era uma senhora entrada em anos, ela apresentou, na fase medieval do português, um jovial vigor e uma capacidade enorme de alterações. No PM ela se apresentava ainda em fase de definição e passou por momentos turbulentos quando seus constituintes resolveram se envolver com um mero clítico, o nosso **en**, que apresentava um pretensioso redobro. Esse casamento trouxe mudanças incríveis para a milenar estrutura relativa.

As mudanças se devem a dois fatores: (i) instabilidade do pronome-conjunção **que**, e (ii) a presença do clítico locativo redobrado **en** tanto na oração em que se encontrava o antecedente do pronome relativo como na própria oração relativa. Vejamos o primeiro dos fatores.

4.1 Como apareceu a preposição **de** antes das orações relativas?

A oração relativa é introduzida por uma classe instável, que concentra duas propriedades gramaticais: como pronome, ele tem um antecedente e desempenha um papel argumental na oração; como conjunção, ele encaixa uma oração num SN.

Meus dados mostram desde um relativo que preserva suas propriedades de pronome e de conjunção, até um relativo que perde suas propriedades pronominais, o que se evidencia quando figura o locativo em na oração relativa – esse parente longínquo das relativas copiadoras.

Nos exemplos em que o relativo preserva suas propriedades, ele pode figurar contíguo ou afastado do NP antecedente, como nos exemplos a seguir.

(27) **Relativo contíguo a SN**

- a) *O Galaaz **que** chegou é aquele mesmo que deixou a moça do castelo na mão.*

(28) **Relativo afastado de SN**

- a) [XIII CSM1 68:6] *Non pod' errar nen falecer / **que**[n] loar te sab' e temer. / Dest' **un miragre** retraer / quero, **que** foi en França.*
- b) [XIII FR 234:28] *Se o marido der algũa cousa a sa molber **que** lla possa dar e ella [...]*

Pode-se supor que o afastamento do relativo em relação ao SN traz problemas em seu processamento, e por isso alguns pronomes começam a figurar no interior das orações relativas. Esses pronomes são correferenciais com o seu antecedente, copiando-o. Parece que o primeiro a ocupar essa posição teria sido o clítico **en**. Outros pronomes são o demonstrativo e o pronome pessoal – esta uma sintaxe que se acentuaria no PB:

(29) **Perda da pronominalidade do relativo: primórdios do pronome cópia**

- a) [XIII FR 220:17] *E quando ueerem a ydade leyxelbes todo o seu per escripto deãte o alcaide e os omees boos assy como a recebeu e dêlhys conto dos fruytos **que ende** recebeo.*
- b) [XIII:1295 HGP 201:11] [...] *conteeudo em hũa carta que ende he seyta per Giral Domjguez [...]*
- c) [XIII FR 244:3] *E se lly lha non der, peyte o dano dobrado que ende veer aquel a que non deu a carta.*
- d) [XIII FR 255:6] *E o meyrinho ou o sayon que mays toma do dizimo perca todo o dereyto que ende ania d'auer.*
- e) [XIII FR 138:23] *E mandamos que **aquel a que o** adusserẽ em apenhoramẽto que o recabede e o tenha el de que trouxer que nõ fuga [...]*
- f) [XIV CGE2 47:10] *E em Ouriba há muytas fontes corredias e nacen hy muytas anguas deffesas **que as** nõ ousam a fylbar.*
- g) [XIV CGE2 57:19] *E há hy dous celeytes e de hũu ao outro estam tam maranylhosos labores **que os** nom há ã Espanha tanto.*
- h) [XIV CGE2 74:6] *E en seu termbo há hũu monte muy alto e muy defendente **que** em outro tempo se acolheron **a elle** muytas gentes e [...]*
- i) [XIV CGE2 132:21] *Logo que el rey Allarico foy morto, alçarom os Godos por rey Ataulfo, seu coyrmãõ, **que o** parecia muyto en todo.*
- j) [XIV CGE3 346:21] [...], *e outrossi a todollos outros homẽs **que vollo** forem demãdar, [...]*
- k) [XIV CGE4 110:26] – *Senhor, ainda vos ãvya hũa tenda que foy del rei Unez, **que nunca a** homẽ vyo melhor.*

Outro lado da instabilidade do pronome-conjunção **que** foi sua especialização, desaparecendo os alomorfes de **que** (**ca**, **u**, **onde** e **unde**), e aparecendo formas como **qual**, **quem** e **cujo**, além de **como** e **quanto**, seguidas ou não de preposições.

O processo de queísmo, portanto, é mais amplo do que se imagina, pois abrange as orações relativas do PM e do Português Contemporâneo, no primeiro caso não interessando que pronome apareça, como exemplifico abaixo:

- (30) a) [XIII CSM1 15:8] *E desto vos quer' eu ora contar, segund' a letra diz, / um mui gran miragre que fazer quis pola Enperadriz / de Roma, segund' eu contar oý, per nome Beatriz, / Santa Maria, a Madre de Deus, onde este cantar fiz, / que a guardou do mundo, que lle foi mal joyz, / e do demo que, por tentar, a cuydou vencer. //*
- b) [XIII CSM1 2:12] *E macar eu estas duas non ey / com' eu querria, pero provarei / a mostrar ende un pouco que sei, / confiand' en Deus, ond' o saber ven, / ca per ele tenno que poderei mostrar do que quero algũa ren.*
- c) [XIII CSM1 32:15] *O monge da dona | non foi connoçudo, / onde prazer ouve, | e ir-se quisera;*

Ao mesmo tempo em que se despronominaliza, o relativo perde também suas propriedades de conjunção. Como conjunção, aumenta-se a freqüência de seu uso preposicionado. Então ele pode ser acompanhado de preposições como **em**, **com**, **de** e **a**.

4.2 Quais são as várias possibilidades do dequeísmo?

As preposições mencionadas anteriormente tinham uma particularidade muito interessante: uma mesma preposição (i) podia ser subcategorizada pelo SN antecedente, (ii) podia ser subcategorizada pelo verbo da oração relativa, ou (iii) podia ser subcategorizada, ao mesmo tempo, pelo SN antecedente e pelo verbo da relativa. É o que Nunes / Kato chamaram “**de** ambíguo”.

Esses diferentes contextos indicam que a fronteira sentencial da relativa pode se apresentar de vários modos: no primeiro caso a preposição pertence ao antecedente, no segundo, à oração relativa, e no terceiro pertence tanto ao antecedente como à oração relativa. Explicando melhor, quando a preposição:

- (i) pertence ao antecedente, não se tem dequeísmo, pois a fronteira sentencial passa entre a preposição e a conjunção relativa, ficando assim: [...SN **de**] # [**que**...];
- (ii) está contida na oração relativa e sofre deslocamento, ingressando na fronteira sentencial

da relativa, como em: [...SN] # [de que ...] , tendo-se então o dequeísmo, e (iii) está contida tanto no antecedente como na relativa, ficando assim:[... SN **de**] # [de que ...].

Vejamos essas três possibilidades com mais detalhes.

4.2.1 O falso dequeísmo

Quando o antecedente do relativo subcategoriza um complemento com **de**, tem-se o falso dequeísmo; a oração relativa é iniciada pela conjunção **que**, e daí vou dizer que essas relativas apresentam o processo de dequeísmo. Vejamos alguns exemplos.

1. O clítico locativo **en** na oração que contém o antecedente do pronome relativo

(31) O clítico locativo **en** na fase A, a redobrada

- a) [XIII CA 35:1] **De** quant' eu sempre desejei / de mia senhor, non **end'** *ei ren;* / e o que muito receei / de mi-avüir, todo mi-aven: /
- b) [XIII FR 220:14] E filbe **ende** pera sy meesmo o *dizymo* **de** quanto eles ouuerẽ per razão de seu trabalho.
- c) [XIV CGE4 484:6] [...]: que lbe dariam o alcacer da villa que o tevesse elle e que ouvesse as rendas todas, assi como as avya Miraamolín, e que lbe non queriam **ende** minguar nenbia cousa ($\emptyset = \mathbf{de}$) quanto el soya aver e [...]

(32) A preposição **de** na fase B, a simplificada

- a) [XIII CA 291:8] A mia senhor *gran pesar á* / **de** que lbe quer'eu mui gran ben, / e a min gran coita m'én vem:/
- b) [XIII CA 667:6] Oimais non sei eu, mia senhor, / ren per que eu possa perder / coita, nos dias que viver', / pois vos non avedes sabor / que vus eu diga *nulba ren* / **de** quanto mal me por vos ven. /

4.2.2 O dequeísmo, afinal

O que temos agora é a preposição **de** subcategorizada pelo verbo da oração relativa. Nunca é demais lembrar que essa preposição encabeça o SP redobrado pelo clítico **en**.

Os seguintes exemplos documentam a reunião da preposição com o pronome relativo no interior da oração correspondente:

- (33) a) [XIII FR 240:29] *Quem algũa cousa doutrin receber <en> encomêda essa meesma cousa seya tendo de entregar aaquel **de que** a recebo e nõ seya ousado de a usar e(n) nehũa maneyra [...]*
- b) [XIII FR 191:4] [...], e daquelha demanda for uençudo per iuryzo, nõ <a> possa mays demandar per aquella razõ **d[e] que** foy uençudo;
- c) [XIII FR 248:5] *E o que as tomar se morrer ante do prazo, seus herdeyros seyã teudos de conprir aquello **de que** el era tendo de conprir se nõ morresse e [...]*
- d) [XIII FR 258:26] *Se aquel que é tendo de pagar a outri e lhy der en paga besta ou outra cousa **de que** o outro seya pagado, ualla e nõ lha possa mays demandar.*
- e) [XIII FR 287:12] *E este que a ten iure que o nõ sabia que aquel <de> **que** a ouue se a ouue de maa parte ou de furto.*
- f) [XIII FR 255:8] *E se peruentura tal for a cousa **de que** se deue a fazer a entrega que nõ aya y pãa,*
- g) [XIII CA 69:4] *[Entend' eu ben, senhor, que faz mal-sen / quen vay gran ben querer quen lb'o non quer, / e quen deseja muit' ata^[T] molber / **de que** non cuida jamais aver ben, / e mia senhor, tod' est' a mi aven / de vos; ...]*
- h) [XIV DSG 2:22] *E quando torno mentes empós min, vejo a riba do mar **de que** me parti e sospiro por ela [...]*
- i) [XIV CGE2 9:14] *Mas da terceira parte, que he Europa, queremos aquy falar mais largo por que tange aa estoria d'Españha **de que** avemos de contar en este livro.*
- j) [XIV CGE2 61:6] [...] *e em seu termbo he o monte em que há o vyeiro **de que** sacam o azougue e [...]*
- k) [XIV CGE3 230:1] *E, quando esto ouve sabido Ydris, o irmão d'Alhy, **de que** já avemos dicto, o qual era adyantado de Cepta, como era morto seu irmão e o reyno desemparado, passou logo ho mar e veo logo em Mallega e [...]*
- l) [XIV LLD 98:4] *E dona Sancha Martins, [...] depois que lbe morreo dom Gonçalo Rodrigues de Nomães com que seia casada, e **de que** havia seus filhos que [...]*
- m) [XIII PT 58:17] *E, segundo, com' a mi parece, / comigo man meu lum' e meu senhor, / vem log' a luz, **de que** non ei sabor, / e ora vai [a] noit' e ven e cresce;*
- n) [XIII PT 73:19] *Ai, amigas, perdud' an conhocer / quantos trobadores no reino son / de Portugal; já non an coraçõ / de dizer ben que soían dizer [de nós] e sol non falan en amor / e al fazem, **de que** m' ar é peor, / non queren já loar bom parecer.*
- o) [XIII FR 246:18] *E se mays longe a lenar ou mays tempo a tener **de quanto** pos cū el, se morrer ou se perder ou se danar, peyte a besta cono dano e cono alquier assy como suso é dito.*
- p) [XIII FR 249:19] [...] *e desy este que pagou possa demãdar cada huu dos que forõ fiadores cū el que lhy entreguẽ sa parte **de quanto** el pagou.*

- q) [XIII FR 253:1] [...] e o que o fezer torne o que penborar a seu dono e quãto dano lhy ende ueer e porque o prouou, peyte outro tãto (Ø) **quanto** penborou, (falta a preposição)

4.3 Evidências sobre o surgimento da nova conjunção **de que**

Apontar para o surgimento de uma nova conjunção é o terceiro e último objetivo deste texto. Estou postulando que no século XIII já havia evidências da formação da nova conjunção, que teria surgido de alguns contextos diferentes. De novo, são poucas essas evidências, que funcionam entretanto como indícios nada desprezíveis.

Num desses contextos, há duas preposições **de** que se fundem. Uma delas subcategoriza o antecedente, e a outra é subcategorizada pelo verbo da relativa. A estrutura que daí decorre é assim representada: [... **de SN**] # [**de que** rel...]. Em seguida, tem-se [...SN] # [**de de que** ...] uma fusão das duas preposições iguais, ficando [... SN ...] # [**de que** ...].

Essa reanálise aponta para provável início da lexicalização de uma nova conjunção - **de que** -, que irá, com o passar do tempo, se aplicar a outros tipos de orações que não só as relativas:

- (34) a) [XIII FR 184:6] [...], e se teue a erdade ou aquella cousa en penbores ou en comenda ou arrendada ou alugada ou forçada, nõ se possa deffender per tempo ca estes taes non son teodores por sy, mays **daquelles de que** as teem.
- b) [XIII FR 201:15] Todo omẽ que casar nõ possa dar a ssa molber en arras mays **do dizimo de quanto** ouuer.
- c) [XIII FR 202:1] E se o padre ou a madre quiserẽ dar arra[s] por seu filbo, nõ possa mays dar **do dizimo do que** se pod(e) erdar delles.
- d) [XIII FR 208:12] Outrosy estando en huu se uenderẽ herdade ou conprarẽ outra, os fruytos della seiã d'ambos cõmunalmẽte e a herdade seya **daquel de cuya** herdade foi feyta a compra.
- e) [XIII FR 209:14] E sse peruentuyra per força de delhunyos e d'angas tãto crescer o ryo que entre enas terras albeas, aquellas terras fiquẽ por suas **daquell** que as ante tija e **de cuyas** erã.
- f) [XIII FR 255:3] Meyrõho ou sayõ que ouuer de entregar <a> alguu da dinida que lhi outři deua ou doutra cousa que tenba do seu, non tome pera sy mays **do dizimo da valia de quãto** entregar.
- g) [XIII FR 224:20] Porque manda el rey e a ley que o herdeiro, quer seya fillo quer outro, que nõ demãdar a morte **daquel de que** é berdeyro, non aia nada do que ende deuia auer,

A lexicalização de **de que** não é um fato único na língua. Em mais de uma situação, um locativo se agrega a um verbo, desdobrando-o em dois, mecanismo descrito como incorporação lexical: Português *aver* “possuir”, *aver y* “existir”; Francês *avoir* “possuir”, *y avoir* “existir”; Italiano *essere* “ser / estar”, *esserci* “existir”.

Conclusões

Neste trabalho, sustentei que o dequeísmo recentemente “descoberto” pela sintaxe brasileira tem uma diacronia que se desdobra em diferentes perspectivas: o redobramento sintático, a minioração e o surgimento de uma relativa dequeísta.

O redobramento sintático – neste caso o do clítico locativo **en** – provê a preposição que vai figurar em diversas estruturas oracionais: as correlatas, as relativas, as substantivas e as adverbiais. Neste trabalho, concentrei-me no dequeísmo das relativas.

O clítico locativo **en** tem *status* de uma minioração, sendo que esta estrutura pode dotar o verbo de um complemento introduzido por **de**. Esse processo teve no PM um alcance muito amplo e muito forte, tornando-se o desencadeador da mudança tipológica pela qual o português passou e ainda está passando: a de mudar de uma língua não-configuracional para uma configuracional.

Mostrei também a gramaticalização de uma nova conjunção, **de que**, já ocorrente com as substantivas (*dizer de que*), prevendo-se sua expansão nas relativas (*o menino de que chegou aí é Fulano*).

Na continuação deste trabalho, estudarei a diacronia do dequeísmo nas orações substantivas, comparativas, e algumas correlatas com quantificadores do tipo **tanto...que**, **tanto...quanto**, **tal...que**.

No término deste trabalho, depois de considerar longamente os textos do PM, posso esquematizar um programa de pesquisas bem amplo sobre o dequeísmo, que poderá ter os seguintes tópicos:

1. A ligação entre o dequeísmo e certas conjunções correlativas, dentre as quais são de interesse para este trabalho as quantificadas, mais antigas, e as comparativas, mais recentes. (i) As conjunções correlatas quantificadas do tipo **(de) quanto... tanto**, **(de) quanto...tudo**, **(de) todo...todo**, **(de) qual...tal**, etc., no século XIII são empregadas sem a preposição **de**, mas há raros exemplos atestando sua existência com essas mesmas conjunções quantificadas, parecendo que essa relação ocorreu bem

antes do século XIII. (ii) As conjunções correlatas comparativas do tipo **mais que/ca, melhor que/ca** etc., no século XIII começam a apresentar uma preposição **de** entre o advérbio e a conjunção **que**.

2. A ligação entre o dequeísmo e as orações relativas. Conjunções relativas acompanhadas de uma preposição **de** é um fato corrente no século XIII.

3. A ligação entre o dequeísmo e as orações subordinadas substantivas. Conjunções integrantes acompanhadas de uma preposição **de** é um fato raríssimo no século XIII.

4. A ligação entre o dequeísmo e alguns tipos de orações adverbiais. Talvez seja possível o aparecimento desse processo onde aparece a conjunção **que**, assim que o conjunto **de que** esteja bem gramaticalizado.

Como se pode ver, um trabalho sobre o dequeísmo no PM será uma tarefa vasta e demorada. Elegi o estudo das orações relativas, onde esse processo é bem patente, como uma primeira entrada nesse enorme programa de estudos.

Uma proposta paralela será explicar o surgimento das locuções prepositivas igualmente como um resultado do redobramento pronominal. São por demais documentadas expressões como *en baixo de, en cima de, en prol de, en fora de*, etc. Nestes e em muitos outros casos é bem visível a presença do locativo **en + de SN**.

Referências

AFONSO X (1987). *Foro Real*. Edição de José de Azevedo Ferreira. Lisboa: INIC, 2 volumes. (Texto dos finais do século XIII).

AFONSO X, o Sábio (1959-1964). *Cantigas de Santa Maria*. Edição de W. Mettmann. Coimbra: Universidade de Coimbra, 4 volumes. (Texto datado da segunda metade do século XIII).

BRIHUEGA, Bernardo de (1982-1989). *Vidas e Paixões dos Apóstolos*. Edição crítica e estudo por Isabel Vilares Cepeda. Lisboa: INIC, 2 volumes. (Texto de 1423-1433; cópia de um manuscrito do século XIV; tradução do latim).

CASTRO, I. de *et alii* (Ed. 1985) *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Instituto Nal de Investigação Científica. (Texto datado de meados do século XV, cópia de manuscritos mais antigos, tradução do latim).

- KATO, M. (1989). Miniorações em português. Comunicação apresentada ao III Encontro da ANPOLL, São Paulo, inédito.
- KATO, M. (1993). The distribution of null and pronominal objects in Brazilian Portuguese. Em: W. J. Ashby / M. Mithun / G. Perissinoto / E. Raposo (eds. 1993). *Linguistic Perspectives on the Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 225-235 [Current Issues in Linguistic Theory Series].
- KATO, M. (1998). Free and dependent small clauses in Brazilian Portuguese, inédito.
- KATO, M. (1999). Strong pronouns and weak pronominals and the null subject parameter. *PROBUS* 11 (1): 1-37.
- KATO, M. (2000). Tópicos como alçamento de predicados secundários. Florianópolis: GT de Teoria Gramatical / ANPOLL, inédito.
- KATO, M. (2000). The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. Em: M. S. Kato / E. V. Negrão (eds. 2000). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main: Vervuert, pp.223-258.
- KATO, M. (2001). Strong and weak pronominals in the history of Brazilian Portuguese grammar. *Proceedings of the Colloquium on Structure, Acquisition and Change of Grammars: phonological and syntactic aspects.*, Vol II: 26-37.
- KATO, M. (2002). Pronomes fortes e fracos na gramática do Português Brasileiro. *Revista Portuguesa de Filologia*, no prelo.
- LINDLEY CINTRA, L. F. (Ed. 1951). *Cronica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 4 volumes.
- LOPES, Fernão (1966). *Cronica de D. Pedro*. Edição de Giuliano Macchi. Roma: Edizione dell'Ateneo. (Texto escrito entre 1418 e 1452).
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986). *História do Galego-Português*. Estudo lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. Coimbra: INIC.
- MARTINS, A. M. (2001). *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa. Da produção primitiva ao século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, R.V. (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*, vol II. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Lingüística e Línguas Orientais da FFLCU-USP, inédito.
- MATTOSO, J. (Ed. 1980). *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. (Esta obra sofreu algumas refundições entre os anos de 1360-1365 e 1380-1383; informação encontrada na página 43).

- MOLLICA, Maria Cecília (1995). *(de) Que falamos?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MORAES, Perminio de (2003). *Inquirições de D.Dinis*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Tese de Mestrado. Mimeo (Textos do século XIII, mais precisamente de 1254)
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2001). Seria quatrocentista o português implantado no Brasil? Estruturas sintáticas duplicadas em textos portugueses do século XV. Em: Rosa Virgínia Mattos e Silva (Org.) *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2001, vol. II, tomo 1, pp.57-89.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2005). *O Redobramento pronominal no Português Medieval*. Campinas: IEL / Unicamp, tese de doutoramento.
- PEREIRA, F.M.E. (Ed. 1918). *Livro da Montaria feito por D. João I, Rei de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade. (Texto composto entre 1415 e 1433).
- PIEL, J-P e MATTOSO, J. (Eds. 1980). *Livro de Linhagens do Deão*. Lisboa: Portugaliae Monumenta Historica. (Texto escrito por volta de 1343).
- PIEL, J.-P. e MATTOSO, José (Eds.1980): *Livros Velhos de Linhagens*. Lisboa: Portugaliae Monumenta Historica, vol. I.
- PIEL, J.-M. (Ed. 1988): *A Demanda do Santo Graal*. Edição concluída por Irene Freire Nunes. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- RABANALES, Ambrosio (1974). Queísmo y dequeísmo en el español de Chile, *Estudios Lingüísticos y dialectológicos*. Caracas: Instituto Pedagógico, pp. 413-444, apud Mollica (1995).
- STOWEL, T. (1985): Small clauses restructuring. Em: R. Freidin (ed. 1985). *Principles and Parameters in Comparative Grammar*. Cambridge: MIT Press.
- VASCONCELOS, C. Michaelis de (Ed. 1904): *Cancioneiro da Ajuda*. Halle: Max Niemeyer.

SINTAXE FUNCIONAL

PROPOSTA FUNCIONALISTA DE MUDANÇA LINGÜÍSTICA: OS PROCESSOS DE LEXICALIZAÇÃO, SEMANTICIZAÇÃO, DISCURSIVIZAÇÃO E GRAMATICALIZAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DAS LÍNGUAS

por

Ataliba T. de Castilho
*Universidade de São Paulo, CNPq**

0. Apresentação

O objetivo deste texto, nesta primeira versão, é apresentar à discussão uma proposta funcionalista sobre a mudança lingüística.

Na Introdução, repasso rapidamente as teorias sobre a diacronia das línguas, focalizando a contribuição de neogramáticos, estruturalistas, gerativistas, variacionistas e funcionalistas, mostrando que elas compreendem duas grandes tendências de interpretação das línguas naturais: uma tendência formalista e uma tendência funcionalista.

No item 1, enquadro a gramaticalização – tema que assinala mais fortemente o campo funcionalista, embora não seja privativo dele – numa teoria multissistêmica da língua, argumentando que esse processo de criação lingüística não tem a centralidade que lhe tem sido atribuída. A partir dessa teoria outros processos de criação e de mudança podem ser postulados: a lexicalização, a semanticização, a discursivização e a gramaticalização.

Nos demais itens, exemplifico o conjunto desses processos, tomando para exemplificação o comportamento do N *vez* e das preposições portuguesas do eixo transversal. Assim, no item 2 trato da lexicalização dessas expressões, no item 3 sua semanticização, no item 4 sua discursivização e finalmente no item 5 sua gramaticalização. Posteriormente, pretendo incluir a análise de adjetivos, advérbios, verbos, conjunções e padrões sentenciais para testar a adequação da proposta.

* Este trabalho integra o projeto “Para a História do Português Brasileiro: gramaticalização e mudança gramatical”, bolsa de Produtividade Científica do CNPq (Proc. 306319/88-8).

Todo o texto está atravessado pela idéia de que devemos privilegiar a consideração da língua como um conjunto de processos, deixando para um segundo plano o recenseamento de seus produtos.

A) Introdução: teorias lingüísticas sobre a mudança

O entendimento sobre a mudança lingüística decorre obviamente da teoria lingüística esposada por quem vai se dedicar à diacronia das línguas naturais. Para uma visão panorâmica da Lingüística Histórica no Brasil, ver Mattos e Silva (1999)

Nesta Introdução, vou considerar ligeiramente as teorias sobre mudança lingüística formuladas pelos (1) neogramáticos, (2) estruturalistas, (3) gerativistas, (4) variacionistas, (5) funcionalistas.

0.1 Os neogramáticos

Os neogramáticos do final do séc. XIX localizavam na Fonética o momento crucial da mudança, entendida como um conjunto de acomodações fonéticas dos sons na cadeia da fala. Essas mudanças eram provocadas pela articulação seguida dos sons, que se adaptavam uns aos outros, via assimilação, isto é, “assemelhação” do som B ao som A. Os casos que não pudessem ser explicados pelas “leis fonéticas” assim identificadas seriam devidos à analogia, entendida como um fenômeno psicológico de aproximação de segmentos da linguagem. Os neogramáticos viam a língua, portanto, como uma seqüência linear de sons – posição que repercutiria nos atuais estudos sobre a gramaticalização: Mattos e Silva (2002).

Houve três momentos na formulação da teoria neogramatical sobre a mudança lingüística: um momento mais programático, dado pelo “Manifesto dos Neogramáticos”, escrito por Osthoff-Brugmann (1878), um momento de elaboração maior, constante do livro-síntese de Paul (1880/1920), e, como resultado de tudo, a identificação das regularidades da mudança fonética, em que os neogramáticos centraram sua reflexão. Esses três momentos serão examinados a seguir.

0.1.1 O Manifesto dos Neogramáticos

O Manifesto dos Neogramáticos compreende três conjuntos de argumentos: (i) argumentos programáticos, de combate aos comparatistas, (ii) uma teoria sobre a língua como atividade mental, e (iii) a questão da lei fonética. Vou concentrar-me nos dois últimos.

Osthoff e Brugmann referem-se à língua como um “*mecanismo*”, termo altamente recorrente em seu texto, por eles empregado num sentido muito próximo ao de Humboldt (1836), a saber, a língua como uma “*enérgeia*”. Eles sustentam que o aspecto mental da língua tem primazia sobre o aspecto físico, e lamentam o “*fisicismo*” dos comparatistas (p. 109), calcado no princípio positivista do naturalismo. Os neogramáticos mostram que desde 1850 se vinha estudando a Fonética Articulatória, “*que diz respeito ao aspecto puramente físico do mecanismo lingüístico*” (p. 198). Eles insistem em que mesmo a mais comum das mudanças fonéticas torna-se incompreensível, se o lingüista se fixar apenas no lado físico da língua, pois essas mudanças são o “*reflexo físico de processos psicológicos*” (p. 199).

Quanto à lei fonética, eles argumentam que a língua não tem uma vida em si mesma, acima dos indivíduos que a falam e que, portanto, todas as mudanças lingüísticas procedem do indivíduo. As seguintes afirmações centrais são formuladas a esse respeito:

(1) “*Cada mudança fonética, visto que ocorre mecanicamente, tem lugar de acordo com leis que não admitem exceção*” (p. 204). A menos que uma comunidade se divida dialetalmente, todos os seus membros obedecerão à mesma direção de mudança de som.

(2) A criação de formas novas através da associação de formas antigas, ou analogia, tem um papel importante na vida das línguas recentes e da língua original. Este argumento decorre de uma restrição formulada contra os comparatistas, que se dedicaram mais à “*língua original*”. Os neogramáticos argumentavam que as “*línguas recentes*” deveriam ser o ponto de partida das pesquisas, visto que elas encerram sua forma falada atual, seus dialetos, os quais podem ser confrontados com documentos escritos. É curioso observar que o ritmo de análise do presente para o passado, aqui recomendado, seria retomado pela Lingüística Histórica Contemporânea. Este fato, e ainda a percepção mentalista da língua, confere grande atualidade às reflexões dos neogramáticos sobre a mudança da língua.

A analogia pressupõe o componente individual das línguas como uma questão básica, por oposição à concepção biológica, rejeitada por Osthoff e Brugmann, quando estes repelem expressões tais como “*idade jovem das línguas*”, “*idade velha das línguas*”, tão comuns em sua época.

Ora, se a língua tem um componente individual, por que não admitir que a analogia representa uma ação constante na mudança lingüística, hoje como outrora (p. 206)?

Críticos da época referiam-se à analogia como uma sorte de “matéria de fé”, visto que ela não pode ser sustentada a partir de documentos. A isto, Osthoff e Brugmann contrapõem o seguinte argumento: por que não admitir que os falantes sabem usar adequadamente a gramática de sua língua ? Isto é, se é necessário violentar uma lei fonética para dar conta de um fato, por que não lançar mão da analogia para esse fim ? A analogia como um processo de associação entre as formas é, portanto, um “*ultimum refugium*” para a explicação dos fatos, e aponta para a língua como um fato mental. De novo, pode-se perceber que estes argumentos têm uma enorme atualidade, pois o conceito de “conhecimento lingüístico” a que Chomsky se refere para que possamos entender a LI (e, portanto, a língua como uma gramática implícita) está presente neste Manifesto dos Neogramáticos.

0.1.2 A Teoria dos Neogramáticos

A teoria dos Neogramáticos conheceu uma sistematização mais rigorosa nos escritos de Paul 1880, mais particularmente na edição de 1920. Essa teoria assenta nos seguintes princípios:

(1) O historiador de uma língua natural tem como tarefa de base acompanhar as diversas fases ou diversos estados dessa língua, entendida como um “*organismo psíquico*”. Esse organismo é uma sorte de gramática internalizada, e dela decorrem os enunciados, e tais enunciados são elementos relacionados uns com os outros.

(2) As relações lingüísticas são perceptíveis na fala individual, o que permite lançar uma ponte entre a pesquisa lingüística e a pesquisa psicológica. Mas é necessário relacionar os usos individuais com os usos coletivos, para melhor entender o mecanismo da mudança lingüística. O uso coletivo não passa de um artefato do lingüista: (i) Não há limites entre usos coletivos, que serão idealmente concebidos como uma soma de usos individuais. (ii) A única realidade disponível é o uso individual, e é nesse nível de consideração que as mudanças são desencadeadas, sobretudo quando usos são acrescentados ou subtraídos ao uso coletivo. (iii) Dois mecanismos causam as mudanças no uso individual: a) a mudança espontânea, explicável pelas tensões sintagmáticas, isto é, pela acomodação de um som ao que lhe está contíguo na cadeia da fala; b) as adaptações da fala individual a outra fala individual, e isto pressupõe o intercurso verbal como um momento importante na mudança.

(3) Localizado no uso individual o momento decisivo da mudança lingüística, Paul afirma que tal mudança se dá por meio de “*passos infinitesimais*”, um dos quais é o princípio do “*maior conforto [articulatório]*”, expressão que se tornou conhecida entre nós como “lei do mínimo esforço”, acaso uma versão infeliz da denominação original. Sendo foneticamente gradual, a mudança “*avança por uma implementação imperceptível, mas lexicalmente abrupta, afetando simultaneamente todas as palavras relevantes*”, na leitura de Labov (1981). Como veremos em seguida, os difusionistas aduziriam evidências contrárias a esta posição.

Há duas decorrências deste princípio, as quais foram sendo fixadas ao longo da Lingüística Histórica Portuguesa de inspiração neogramatical: (i) Como as mudanças fonéticas se fundamentam na produção fisiológica dos sons, elas têm certa universalidade e espontaneidade. Mesmo em línguas muito diversas podemos encontrar o mesmo tipo de mudança, dado que tudo é uma questão de acomodações entre sons contíguos, produzidos por um “aparelho fonador” em si mesmo idêntico. (ii) As mudanças fonéticas, por isso mesmo, não admitem exceções, e os casos de irregularidade decorrem de empréstimos lingüísticos, ou de analogias. Ou, como reconheciam Brugman Osthoff (1878), “*cada mudança fônica, visto que ocorre mecanicamente, tem lugar de acordo com leis que não admitem exceção*”.

(4) A mudança não tem um ritmo permanente, e conforma-se à estabilidade maior ou menor dos usos individuais. Historiadores das idéias lingüísticas vêm nisto uma evidência de que Herman Paul admitia o acaso como um fator de mudança. De todo modo, o curso de uma mudança passa pela difusão de um novo hábito de uma minoria para uma maioria, o que levanta a questão das mudanças intra e intergeracionais, que viriam a ser tematizadas pela Teoria da Variação e Mudança. Paul quer com isto dizer que um “fato novo” pode ser melhor identificado pelo adulto do que pela criança, mais suscetível de captar e executar as tendências à mudança, identificáveis em sua “gramática implícita”.

(5) Somente os fatores fonéticos podem condicionar a mudança. Isto quer dizer que os neogramáticos aparentemente não incluíam em sua argumentação fatores de caráter gramatical. Os fatores fonéticos podem ser sistematizados em termos de assimilação, dissimilação, permuta, adição, apagamento, transposição e outros. Vejamos como tais fatores vieram a ser organizados na tradição neogramatical desenvolvida na Língua Portuguesa.

0.1.3 Regularidades na mudança fonética

Sistematizarei com exemplos do Português os mecanismos identificados pelos neogramáticos em seu projeto de evidenciar que a mudança fonética é regular.

(1) A assimilação é a “assemelhação” de um som ao outro, devido (i) à antecipação da posição articulatória necessária à produção do som seguinte, ou (ii) à inércia dos órgãos articuladores, os quais guardam a disposição anterior quando já se está articulando o som subsequente. Vem daqui a assimilação regressiva (como em *ersa* > *essa*, erradamente grafado *eça*, *reversu* > *reverso*) e a assimilação progressiva (como em *vípera* > *víbora*). A assimilação pode atingir sons vocálicos (como em *novacula* > *navalha*, *caleente* > *caente* > *queente* > *quente*) ou consonantais (como em *persona* > *peessoa* > *pessoa*, *ipse* > *esse*). A assimilação pode ser total (*adversu* > *avesso*) ou parcial (*limite* > *linde*, *comite* > *conde*, *auru* > *ouro*).

A assimilação é a mudança fonética mais comum. Dela decorrem os seguintes fenômenos:

(1.1) Sonorização: o traço articulatório assimilado é o de sonoridade, como acontece com as surdas intervocálicas, que então se sonorizam: *lupu* > *lobo*, *acutu* > *agudo*.

(1.2) Nasalação: o traço assimilado é o da nasalidade: *mibi* > *mi* > *mim*, *multu* > *muíto*, *nec* > *nem*. Às vezes, uma nasalação é seguida da perda da nasalidade (desnasalação): *coronoa* > *corõa* > *coroa*, *bona* > *bõa* > *boa*, *luna* > *l_a* > *lua*.

(1.3) Palatização: o traço assimilado foi o de palatalidade: *aranea* > *aranba*, *filiu* > *filbo*, *russeu* > *roxo*, *gemma* > *gema*. A uma palatização pode seguir se uma despalatização, como em *cena* > *ceia*, perdida a fase intermediária **tsea*.

(2) A dissimilação é a supressão ou a substituição de sons idênticos: *calamellu* > *caramelo*, *formosu* > *fermoso*, *aratra* > *arado*, *memorare* > **mem'rar* > *nembrar* > *lembrar*, *anima* > *an'ma* > *alma*, *cribru* > *crivo*. Quando a dissimilação acarreta a perda de toda uma sílaba, temos a haplogogia, como nestes casos, de composição e derivação dentro da língua: *semimínima* > *semínima*, *bondadoso* > *bondoso*, *idadoso* > *idoso*.

(3) Permuta entre os sons:

(3.1) Semivocalização: uma consoante se transforma numa semivogal, como em *factu* > *feito*, *alteru* > *altru* > *outro*, *absentia* > *ausência*.

(3.2) Consonantização: uma semivogal se transforma em consoante, como em *iam* > *já*, *ieiunu* > *jejum*, *hierarchia* > *jerarquia*, *uagare* > *vagar*, *uiuere* > *viver*.

(3.3) Metafonia: alteração da vogal motivada por um prefixo, fenômeno denominado *ablaut* (como em *in+barba* > *imberbe*) ou pela ação de uma vogal, fenômeno denominado *umlaut*: essa vogal pode ser final da palavra que, sendo aberta, abre a vogal do radical (*ipsa* > *essa*, *formosa* > *formosa*) ou, sendo fechada, fecha a vogal do radical (*metu* > *medo*, *focu* > *fogo*, *corpu* > *corpó*). A metafonia é, no fundo, uma assimilação vocálica à distância, e tem uma explicação mais adequada quando se verifica a influência de fatores gramaticais sobre a mudança fônica.

(4) Adição:

(4.1) Prótese ou prótese: adição de um som no início da palavra, como em *stare* > **istare* > *estar*, *scutu* > **iscutu* > *escudo*, *rana* > *arc. arrã*.

(4.2) Epêntese: adição de um som no meio da palavra, como em *umeru* > *ombro*, **mem'rar* > *nembrar*, **adcinerare* > *acendrar*, *por acen'rar*, *honorare* > **on'rar* > *arc. ondrar*, *ingenerare* > *engendrar*, *stella* > *estrela*. O grupo *st* normalmente desenvolve um *r* epentético: *lista* / *listra*, *rasto* / *rastró*, etc.

(4.3) Anaptixe ou suarabácti: adição de uma vogal para desfazer um grupo consonântico, como em *blatta* > **bratta* > *barata*, *gruppa* > *garupa*, *crônica* > *pop. e arc. carônica*, *Silvério* > *Silivério*, *Clemente* > *Quelemente*.

(4.4) Paragoge ou epítese: adição de um som final da palavra, como nos vocábulos modernos *club* > *clube*, *chic* > *chique*, *film* > *filme*.

(5) Apagamento:

(5.1) Aférese: subtração de som inicial da palavra, como em *attonitu* > *tonto*, *episcopu* > *obispo* > *bispo*, *acume* > *gume*, *inamorare* > *enamorar* > *namorar*. Algumas aféreses se devem à

metanálise ou falsa partição, casos em que se subtrai a vogal inicial na suposição de que se trata do artigo, como em *horologium* > **orrológio* > *relógio*, *apotheca* > *abodega* > *bodega*, *avetarda* > *betarda*, *homenagem* > arc. e pop. *menagem*, *alicata* > pop. *licate*, *alameda* > pop. *lameda* etc.

(5.2) Síncope: subtração de um som medial, como em *malu* > *mau*, *rivu* > *rio*, *lepore* > **lebore* > *lebre*, *pulica* > **púlga* > *pulga*, *gallicu* > **gálego* > *galgo*, *liberare* > *livrar*.

(5.3) Apócope: subtração de um som final, como em *amat* > *ama*, *regale* > *real*.

(6) Transposição: denomina-se metátese a transposição de um som dentro da sílaba, ou de uma sílaba para outra, como em *semper* > *sempre*, *super* > **subre* > *sobre*, *primariu* > **primairu* > *primeiro*, *rabia* > *raiva*, *pigrítia* > arc. *pegriça*, mod. *preguiça*, *capio* > **cábio* > *caibo*, *habui* > **hauve* > *houve*, *merulu* > *mer'lu* > *melro*. A metátese do som de uma sílaba para outra é também conhecida como “hipértese”.

(7) Outras mudanças:

(7.1) Crase: fusão de duas vogais contíguas, como em *pede* > *pee* > *pé*, *dolore* > *door* > *dor*.

(7.2) Elisão ou sinalefa: fusão ou desaparecimento de uma vogal quando em contacto com outra, nas composições vocabulares, como em *de + ex + de* > *desde*, *de + intro* > *dentro*.

(7.3) Lenização: abaixamento das vogais altas *u* > *-o* e *i* > *-e*, como em *lupu* > *lobo*, *ipse* > *esse*.

Celebrizaram-se como neogramáticos K. Brugmann e B. Delbrück (*Gramática Comparada das Línguas Indoeuropeias*, 1886-1900), A. Meillet (*Linguistique historique et linguistique générale*, 1922), W. Meyer-Lübke (*Gramática Comparada das Línguas Românicas*, 4 vols, 1890-1902). Mas dentre todos avulta F. de Saussure, cuja *Memória sobre o Sistema Primitivo das Vogais nas Línguas Indoeuropeias*, 1878 traria os argumentos para uma extraordinária mudança de paradigma científico, que viria a ser conhecido como Estruturalismo.

No domínio da Língua Portuguesa, destacaram-se Pereira (1915), Nunes (1919), Leite de Vasconcelos (1928), Hüber (1933), Lima Coutinho (1938).

As afirmações dos neogramáticos foram fortemente acolhidas nas “gramáticas históricas do Português”. Elas voltaram a ser discutidas nos últimos anos, com refutações muito fortes, criando-se a chamada “controvérsia neogramatical”, que parece resumir-se neste: o que realmente muda, o som ou a palavra?

Segundo a Teoria da Difusão Lexical, desenvolvida a partir de 1970 - um século após a formulação da teoria neogramatical - não é possível confirmar a explicação neogramatical, segundo a qual é o som que muda.

Os difusionistas basearam-se num vasto *corpus* de 17 dialetos chineses, sustentando os seguintes princípios:

(1) Não é certo que a mudança fonética seja inexorável, dada sua base fisiológica. Há exceções que não podem ser explicadas nem mesmo pelo princípio da analogia. Além do mais, certas mudanças fonéticas não podem dar-se gradualmente, como é o caso das permutas, das adições e do apagamento. Talvez unicamente a assimilação e a dissimilação se possam conceber como um mecanismo lento.

(2) Por outro lado, não se pode comprovar que o léxico seja afetado em seu todo pelas mudanças. A este respeito, constata-se uma separação no léxico, ficando de um lado os itens que sofreram a mudança, e de outro os que não a sofreram. Bh. Krishnamurti 1978 (*apud* Oliveira 1991) diz que as palavras fundamentais para a comunicação e a cultura e as que integram determinadas áreas semânticas são as primeiras a mudar. Pode ser que tais palavras sejam as mais freqüentes em determinada comunidade, o que as predisporia à mudança, mas Oliveira contesta esta afirmação, como se verá adiante.

(3) Uma síntese dessa posição pode ser assim formulada: “*sustentamos que as palavras mudam sua pronúncia por implementações discretas e perceptíveis (isto é, foneticamente abruptas), mas de uma forma individuada no tempo (isto é, elas são lexicalmente graduais)*”: *apud* Labov (1981: 270).

Como se vê, os difusionistas inverteram o entendimento que os neogramáticos vinham tendo da mudança fônica.

Em nosso país, a Teoria da Difusão Lexical tem em Oliveira (1991) um estudioso atento.

Oliveira começa por comentar Viegas (1987). Nesse trabalho, a autora se indaga se o alçamento de /e/ para /i/, e de /o/ para /u/ (em *mentira mintira, morango murango*) é um processo neogramatical ou um processo de difusão lexical. Ela concluiu que (i) há regularidade na variação dessas vogais no PB, variedade em que a vogal média fechada predomina no sul, ao passo que a vogal alta predomina no centro do país; temos aí, portanto, uma regra de variação fonológica; (ii) não é possível estabelecer os contextos para entender essa variação, visto que ela não ocorre em certas palavras (como *mendigo, meninge, semestre* etc., de um lado, e *comício, bonina, tomada, pomar* etc., de outro), mas ocorre categoricamente em outras (como *mentira, menino, sentida* etc., de um lado, e *comida, bonito, tomate, pomada* etc., de outro); (iii) de todo modo, o alçamento da pretônica ocorre nas palavras mais freqüentes.

Oliveira mostra que (i) é negado por (ii). Ampliando as observações de Viegas, ele mostra que o estudo do contexto fonético não leva a nada. Ele conclui então que estamos diante de um caso de difusão lexical não fundamentada, entretando, na questão das palavras mais freqüentes, visto que a pouco usual *ceroula*, em que há um alçamento categórico, compete com as freqüentes *cenoura, cebola*, em que não há alçamento. Isto é, a mudança contemplou uma palavra rara e deixou de fora palavras de uso mais comum.

Continuando em sua argumentação, ele toma Chen / Wang (1975), os quais mostram que há dois aspectos da mudança fônica: (i) a atuação: a mudança está ligada a uma coerção inerente do aparato fisiológico e perceptual do usuário da língua; (ii) implementação: a implementação de uma mudança se dá por meio da difusão lexical.

Aparentemente, os autores citados por Oliveira apresentam uma “teoria neogramatical estendida”, pois o ponto (i), tem uma clara inspiração neogramatical, e o ponto (ii) é um argumento adicional que não desmente o anterior. Ora, Oliveira refuta a posição desses autores e afirma radicalmente que não há mudanças neogramaticais, e que todas as mudanças fônicas são lexicalmente implementadas, isto é, (1) muitas das mudanças não cabem no modelo neogramatical; (2) mesmo as mudanças neogramaticais quando examinadas mais de perto revelam uma motivação difusionista, como no caso do alçamento das pretônicas no PB; (3) caso não se possa identificar no presente a explicação difusionista, ela se encontra no passado; (4) mesmo as explicações neogramaticais podem ter tido uma motivação lexical em seus primeiros estágios, e o que temos agora é um estágio terminal da mudança.

As questões levantadas por Oliveira propõem um difícil dilema, que permeia a controvérsia neogramatical, e, mais amplamente, a própria teoria da mudança como um todo: o que muda, o som, ou a palavra? Os neogramáticos apostavam na primeira

alternativa, os difusionistas sustentam a segunda. No texto de Oliveira, esses polos parecem ter sido captados pelas expressões “*starting point*” (= o “momento decisivo” da mudança, segundo os neogramáticos, ou a “atuação”, segundo Chen & Wang 1975) e “*end result*” (= a “nova cara” assumida pelo item lexical, uma vez implementada a mudança fônica).

A continuação das pesquisas mostrará se novos dados poderão dirimir a dúvida, ou se estaremos novamente diante de mais um mistério das línguas.

0.2 Os estruturalistas

O Estruturalismo se constitui numa “família teórica” que tem em comum postular a língua como um sistema constituído por sub-sistemas hierarquicamente dispostos. A cada sub-sistema corresponde uma unidade, formalmente designada por vocábulos técnicos terminados em *-ema*.

Para o estudo da língua assim concebida, não é necessário levar em conta o falante historicamente situado, pois o que interessa é o enunciado, como um produto autônomo “*où tout se tient*”. Isso quer dizer que as motivações sociais da mudança lingüística não são tomadas em conta neste modelo teórico.

O Estruturalismo foi primariamente sincronicista, e secundariamente diacronicista. Isto não impediu que ele desse algumas boas contribuições ao estudo da mudança lingüística, igualmente contemplada como objeto científico desde a formulação da dicotomia saussuriana “sincronia / diacronia”.

Segundo Saussure (1917: 95), podemos dispor figuradamente as coisas de que a Lingüística se ocupa em dois eixos que se cortam. O eixo horizontal, ou das simultaneidades, concerne às relações coexistentes num dado estado de língua, excluindo-se qualquer consideração de ordem histórica. Essas relações podem ser descritas em termos de segmentação e de comutação, isto é, mediante a observação das unidades que se contrastam na cadeia sintagmática e que se opõem no eixo paradigmático. Esse é o plano sincrônico da língua. Já no eixo vertical, ou das sucessões, “*não se pode jamais considerar senão uma coisa por vez; nele estão situadas todas as coisas do primeiro eixo com suas mudanças*” (*ibidem*). Esse é o plano diacrônico das línguas.

A afirmação estruturalista mais forte com relação à mudança é a de que ela não é casual, como afirmavam os neogramáticos, antes deriva de um processo constante de estabilização e reconstrução do sistema. Câmara Jr. (1942: 196) reconhecia que os elementos das línguas “*se acham num equilíbrio instável, e as suas articulações têm inúmeros pontos fracos e até falhas*”. O chamado “erro lingüístico” assume, deste ponto de vista, uma alta relevância,

pois ele pode estar apontando para uma mudança. Por outro lado, qualquer alteração num dos sub-sistemas vai desencadear outras alterações no “sub-sistema superior”, reconhecendo-se sempre a primazia da mudança fonológica, que desencadeia a mudança morfológica, e esta, a sintática.

Parece que a primeira formulação estruturalista sobre a mudança se deve a Sapir (1921), que desenvolveu a Teoria da Deriva. Ele afirmou que *“a linguagem move-se pelo tempo em fora num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva”* (p. 151). Antecipando-se à teoria laboviana da Variação e Mudança, ele argumentou que a variabilidade própria das línguas é o fundamento de sua mudança: *“a deriva de uma língua consta da seleção inconsciente, feita pelos que a falam, das variações individuais que se acumulam numa dada direção especial”* (p. 155).

Eis aqui algumas contribuições dos estruturalistas às mudanças no sub-sistema fonológico e gramatical.

0.2.1 A mudança fonológica

De acordo com o raciocínio estruturalista, alterações no sistema fonológico repercutirão no sistema morfológico. O texto de Jakobson (1948) foi muito importante a esse respeito. Ele mostra que *“os limites entre a fonologia propriamente dita e a mor(f)fonologia é mais que lábil, e passamos de uma para outra imperceptivelmente”* (p. 169), e resume na pág. 172 como *“as mudanças fonológicas podem afetar o sistema gramatical”*. Um exemplo disto para o as línguas românicas é que a tendência à abertura silábica já existente no Latim Vulgar determinou a destruição do sistema de casos, cujos morfemas eram, muitas vezes, consoantes travadoras de sílaba. Como se sabe, esta mudança repercutiu na Sintaxe, dando à ordem de palavras um valor gramatical e desenvolvendo o sistema das preposições.

Martinet (1955) prevê três processos de mudança fonológica:

1) Fonologização: é o surgimento de um fonema novo, a partir da criação de um traço pertinente inexistente no estágio lingüístico anterior. Assim, no quadro das vogais latino-vulgares, não se estabeleciam dois graus na abertura média. O Português criou o traço pertinente /+ média aberta/, surgindo assim o /e/ e /o/ abertos. Analogamente, o Latim Vulgar não tinha o traço /+ palatal/ em seu quadro de consoantes. O Português, e outras línguas românicas, criaram esse traço, enriquecendo-se o quadro respectivo, em nosso caso, com os fonemas palatais /s/, /z/, /ñ/, /l/. Vogais médias abertas e consoantes palatais são casos de fonologização.

2) Transfonologização: é o surgimento de um fonema novo, mediante o aproveitamento de um traço pertinente já existente no sistema. A extensão do traço /+sonoro/ deu surgimento, no Português, aos fonemas consonantais /v/ e /ʒ/. A transfonologização promove o equilíbrio do sistema fonológico, preenchendo as “casas vazias” deixadas pelo não aproveitamento integral de um traço pertinente.

3) Desfonologização: é a perda de um traço, e conseqüente desaparecimento de fonemas. O Português perdeu o traço de quantidade e, por conseqüência, não temos vogais consoantes longas com valor fonológico. Esses fonemas desempenhavam um papel muito importante no sistema fonológico latino-vulgar.

Essas idéias foram examinadas no Português por Borba (1972, Castilho (1978), Zágari (1988), Mattos e Silva (1991, 1993), entre outros.

0.2.2 A mudança morfológica

Adaptando o esquema de Martinet para a Morfologia Diacrônica, pode-se afirmar que na passagem do Latim Vulgar para o Português houve casos de morfologização (criação dos morfonemas, formação dos tempos compostos e das perífrases verbais, criação de novos morfemas para o futuro do presente e do pretérito) e de desmorfologização (desaparecimento dos casos, perda do futuro imperfeito do indicativo, do imperfeito do subjuntivo, dos participios presente e futuro, desaparecimento dos morfemas de grau dos Adjetivos). Seriam casos de transmorfologização a recategorização de formas compostas da passiva perifrástica.

Para aplicações ao Português, v. Câmara Jr. (1975), Naro (1968, 1973), e Mattos e Silva (1991, 1993).

0.2.3 A mudança sintática

Na mesma linha de raciocínio, as alterações morfológicas implicaram em alterações sintáticas.

A perda dos casos desencadeou (i) uma utilização mais vivaz das preposições, e (ii) certo enrijecimento da ordem de figuração dos constituintes sentenciais, visto que as funções nesse nível hierárquico passaram a ter uma expressão configuracional.

As alterações na morfologia do Verbo, tais como o desaparecimento do particípio presente e sua substituição pelo gerúndio, o declínio no uso dessa forma e do infinitivo, ocasionaram uma utilização mais freqüente das conjunções, no caso das sentenças encaixadas.

No PB, estamos observando agora a destruição do sistema casual dos Pronomes, e suas conseqüências na expressão das categorias funcionais de sujeito e de objeto direto.

Para aplicações ao Português, v. Maia (1986) e Mattos e Silva (1989).

0.3 Os gerativistas

A primeira questão de alcance diacrônico que chamou a atenção dos gerativistas foi a da aquisição da linguagem: por que a gramática do falante adulto é um sistema tão complexo e tão rapidamente adquirido, se durante sua fase de aprendizado a criança recebe estímulos tão pequenos? Para uma visão de conjunto dos estudos gerativistas no Brasil, ver Kato (1999).

Para encaminhar esta questão, Chomsky (1988) retoma o chamado “paradoxo de Platão”. Tratando da aquisição do conhecimento, e contrastando o conhecimento sofisticado do mundo com o contacto precário que temos com esse mesmo mundo, Platão argumentava que o conhecimento é recordado de existências anteriores. Estímulos recebidos na existência atual despertam o conhecimento assim adquirido que, portanto, pré-existe ao indivíduo. Chomsky, por sua vez, afirma que o conhecimento, mais especificamente, o conhecimento das línguas, tem um caráter inato, e está, por assim dizer, inscrito em seu código genético.

A Teoria dos Princípios e Parâmetros, desenvolvida a partir de Chomsky (1981), explora esta perspectiva. Segundo essa teoria, na Gramática Universal há um conjunto de Princípios, que são invariantes, aos quais correspondem Parâmetros, que são opcionais. Assim, ao Princípio A, segundo o qual o verbo transitivo deve ser “irmão” do objeto direto, corresponde o Parâmetro A, segundo o qual o objeto pode preceder ou seguir o verbo. Ao Princípio B (“verbos finitos devem ligar-se a INFL”), corresponde o Parâmetro B (“o verbo move-se para INFL”, ou então “INFL move-se para o verbo”). Ao Princípio C (“os núcleos precedem os complementos”), corresponde o Parâmetro C (“X precede ou segue SN”) etc. Quer dizer, os parâmetros são sempre binários, e o falante faz a escolha de um delas na fase da aquisição.

Assim, adquirir uma língua é fixar os valores dos parâmetros, movimentando um leque de opções. Os parâmetros fixados pela criança não correspondem aos mesmos

parâmetros fixados pelos adultos. Com isto, a mudança lingüística é uma questão de mudança dos valores paramétricos. O Latim selecionou o parâmetro OV, ao passo que línguas românicas como o Português selecionaram VO. Deve-se destacar o fato de que nem todos os parâmetros estão sujeitos a mudança de seleção. Ainda não se conseguiu explicar por que certos parâmetros são mais sujeitos à mudança que outros.

Os trabalhos de Sintaxe Gerativa Diacrônica têm explorado as possibilidades abertas pela Teoria dos Princípios e Parâmetros. A hipótese central é que a criança não tem acesso direto à Língua-I do adulto, que dá origem aos dados lingüísticos de sua Língua-E, aos quais ela está exposta.

Dois lingüistas assinalaram bem sua posição neste particular: Lightfoot (1979, 1982, 1991) e Roberts (1990, 1992).

Roberts postula que a mudança paramétrica acontece na fase de aquisição da linguagem, identificando aí três momentos distintos:

1) Fase dos *passos*: um *passo* é o aparecimento de uma nova construção ou uma mudança significativa na freqüência de uso de uma dada construção, num conjunto de textos. Quando uma língua desenvolve um novo *passo*, isso ainda não implica necessariamente numa mudança gramatical. Pode-se dizer, apenas, que um *passo* é uma relação diacrônica entre Línguas-E.

2) Fase da *reanálise diacrônica*: as construções menos freqüentes são reanalisadas, sendo interpretadas diferentemente pelas gerações de falantes. A *reanálise diacrônica* é, portanto, uma relação diacrônica entre a Língua-E de uma geração e a Língua-I da geração subsequente. Uma *reanálise* pode estar armando o gatilho da mudança sintática.

3) Fase da *mudança paramétrica*: essa fase implica na mudança do valor de determinado parâmetro. Uma geração de falantes pode posicionar um dado parâmetro de sua gramática, diferentemente do posicionamento adotado por seus pais. Com isso, essas construções deixam de existir na gramática, tornando-se agramaticais: Kato 1993: 17. Uma mudança paramétrica é, portanto, uma relação diacrônica entre Línguas-I, e tem um efeito “catastrófico”, por ser mais abrangente.

Com base na associação das postulações teóricas da Gramática Gerativa aos procedimentos metodológicos da Teoria da Variação e Mudança, Kato / Tarallo (1987) lançaram um programa de pesquisas em que vêm sendo examinados os seguintes

parâmetros, particularmente no PB: “a) a inversão VS como um fenômeno não homogêneo; b) a correlação entre a restrição de monoargumentalidade para inversão e o desaparecimento de clíticos no PB; c) a perda em progresso do sujeito nulo e seu resíduo na construção inacusativa, decorrente do fato do expletivo nulo ser o último a desaparecer e d) a correlação entre as estratégias de relativização e as elipses em coordenação”.

0.4 Os variacionistas

Pelo menos duas orientações da Lingüística Histórica partem do pressuposto de que a língua é um fenômeno social, heterogêneo, em que as significações e as estruturas que as codificam estão encaixadas: a mudança como resultado dos contactos lingüísticos e a Teoria da Variação e Mudança.

0.4.1 Mudança e contactos lingüísticos

A correlação entre mudança e contactos lingüísticos se desdobra em dois aspectos: a Teoria dos Estratos Lingüísticos, e a Teoria dos Pidgins e Crioulos.

(1) A Teoria dos Estratos Lingüísticos

Um dos subprodutos de comparatistas e neogramáticos foi a afirmação de que um prolongado contacto cultural pode alterar as línguas envolvidas. Essa é a Teoria dos Estratos.

Estratos lingüísticos são aqui considerados como línguas que desapareceram ou porque sofreram a concorrência de um povo invasor (e neste caso temos o substrato), ou porque não conseguiram se sobrepor à língua do povo vencido (e neste caso temos o superstrato). Tanto num caso como noutro, os contactos estabelecidos provocam trocas bilaterais de dados lingüísticos.

Na primeira fase desses contactos, surge o bilingüismo, e os falantes que integram a nação cultural ou militarmente mais fraca esforçam-se por adaptar seus hábitos articulatórios aos da segunda língua. É de esperar que não o consigam totalmente, apesar da presença constante dos falantes da segunda língua, que funcionam como modelos de correção lingüística.

Na segunda fase, a situação se esclarece, patenteando-se a vitória de uma língua sobre a outra. Apesar de vitoriosa, a língua remanescente recebe influências da outra, notadamente no léxico e na fonética.

No caso da Península Ibérica, à chegada dos Romanos, os Ambroilírios e os Celtas não conseguiram salvar suas respectivas línguas. O Latim levou a melhor. Com isso, a língua desses povos converteu-se em substrato das línguas românicas derivadas do Latim Hispânico: o Castelhana, o Português e o Catalão.

Quando os Germanos invadiram a Ibéria, derrotando os Romanos, não conseguiram extirpar o Latim, para a qual cederam algumas contribuições. Assim, as línguas germânicas trazidas à Ibéria transformaram-se em superstratos das línguas românicas acima mencionadas.

O primeiro lingüista a estudar a importância dos substratos foi Graziadio Isaia Ascoli, que atribuiu o [i] francês ao substrato celta. Ele formulou algumas condições para a aceitação da influência do substrato, a que denominou “provas”: (i) prova corográfica: o fenômeno estudado deve ocorrer na região efetivamente habitada pelo povo que cedeu a influência; (ii) prova intrínseca: é preciso demonstrar que o fenômeno cedido ao “estrato superior” existia de fato na língua do “estrato inferior”; (iii) prova extrínseca: é necessário indagar se o fato lingüístico cedido o foi igualmente para uma terceira língua.

Houve no início certo entusiasmo com a descoberta de Ascoli, e nessa ocasião alguns exageros foram cometidos, dando-se à conta do substrato muitos fenômenos de mudança lingüística que podem ser explicados por tensões próprias aos sistemas.

Em 1933, Walther von Wartburg formulou uma complementação à teoria de Ascoli, passando-se a estudar a influência dos superstratos. Finalmente, Marius Valkhoff criou a teoria do adstrato, entendido como uma “camada” lingüística que convive com outra, mas que a partir de um dado momento sofre um constrangimento qualquer, restringindo-se a um território vizinho. O Basco foi substrato do Espanhol, pois estava disperso pela Península. Posteriormente, recolheu-se às Províncias Vascongadas, transformando-se em adstrato. O Árabe teve um percurso inverso: conviveu por cerca de 800 anos com o Castelhana e o Português, na qualidade de adstrato. Com a expulsão dos mouros, em 1492, ele se transformou num superstrato.

Os contactos fronteiriços entre o Português e o Espanhol na Europa e na América Latina representam também modalidades de adstrato.

Atualmente, não se considera que o contacto lingüístico tenha uma importância crucial na mudança, e o surgimento das teorias aqui expostas deve ter deixado isso claro. Hugo Schuchardt, por exemplo, achava que a admissão da influência do substrato valia tanto quanto entender a língua como um organismo biológico, suscetível a heranças atávicas. Câmara Jr., ecoando Ascoli, propõe outra reserva: como afirmar que certos traços ainda hoje correntes provêm das línguas do substrato, que mal conhecemos ?

Muitas mudanças fonéticas são espontâneas, ocorrem em quaisquer línguas e em quaisquer épocas. Fonemas como /s/ tendem em geral a espirar-se, a palatizar-se, ou a desaparecer, e isso ocorre mais ou menos espontaneamente. O /a/ tônico latino tende a manter-se em Português. Para explicar sua mudança para /e/ em *Tagus* > *Tejo*, Leite de Vasconcelos valeu-se da teoria do superstrato, atribuindo-a ao Árabe. Ora, estudos recentes sobre o Port. popular mostram que nessa variedade /a/ muda para /e/, como ocorreu no Francês. E como os empréstimos léxicos não afetam a estrutura das línguas, o alcance da Teoria dos Estratos passou a restringir-se à explicação de como se forma o Léxico das línguas naturais.

(2) Contactos lingüísticos: pidgins e crioulos.

Segundo esta teoria, ocorrendo o contacto entre uma língua europeia, do colonizador, com uma língua asiática, africana ou ameríndia, do colonizado, sucedem-se duas fases, a do pidgin e a do crioulo.

A fase do pidgin (do ingl. *business*) corresponde a uma forma simplificada de interação, voltada unicamente para o interesse comercial. Durante a expansão comercial portuguesa nos sécs. XV e XVI, o Português foi levado para a África, a Ásia e a América. Nessas regiões, surgiram pidgins de base portuguesa – os primeiros pidgins românicos de que se tem notícia –: Cabo Verde, Serra Leoa, ilhas de São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau.

Prolongando-se os contactos, o pidgin evolui para o crioulo, que representa uma elaboração mais profunda dessa linguagem de emergência. Seu poder referencial aumenta, produzindo-se interessantes fenômenos de acomodação da língua europeia às regras gramaticais da língua não-europeia. Assim, enquanto o pidgin é uma língua de emergência, o crioulo é uma língua natural, no sentido de que as pessoas podem aprendê-la quando adquirem a linguagem. O crioulo, portanto, “*preenche as necessidades comunicativas totais de seus falantes nativos e usuários*”: Tarallo / Alkmin (1987: 96). Justamente por terem uma função comunicativa, não se aceita que os crioulos sejam formas simplificadas de uma língua europeia, visto que não é possível que comunidades se entendam numa forma articulada, se o veículo disponível é “simplificado”. Os pidgins acima mencionados deram origem a diversos crioulos de base portuguesa: os de São Tomé e Príncipe (Angolar, Forro, Moncó), Cabo Verde e Guiné-Bissau. O destino desses crioulos foi vário: o semicrioulo sino-português de Macau continuou a receber influência do Português, enquanto que o malaio-português de Java, Malaca e Singapura, além do hindo-português do Ceilão, Goa, Damão e Diu desapareceram. No Caribe, o Papiamento da Ilha de Curaçau foi relexificado, e é hoje um crioulo do Espanhol.

No Brasil, em pleno séc. XVII, um grupo de judeus deixou o país, rumando com seus escravos para a Guiana Holandesa, levando seu falar crioulo para Suriname.

0.4.2 Teoria da variação e mudança

Sapir (1921) afirmava que o fenômeno da variação lingüística acarreta o da mudança: se há duas ou mais formas em competição, uma delas acabará por vencer a outra.

Essa idéia foi elaborada pela Teoria da Variação e Mudança de Labov, cujo objetivo maior é apanhar a mudança “em seu pleno vôo”, por assim dizer. Sobre os estudos brasileiros de Sociolingüística na linha laboviana, ver Paiva / Scherre (1999), Roncarati / Abraçado (Orgs. 2003), Paiva / Duarte (Orgs. 2003).

No texto fundacional dessa Teoria, Weinreich-Labov-Herzog (1968) começam por destacar as inconveniências do ponto de vista estruturalista e gerativista sobre a mudança. Uma e outra teoria postulam que a língua é homogênea, e praticada por um falante ideal, o que vai complicar seriamente as coisas tanto no plano sincrônico da descrição lingüística, quanto no plano diacrônico de interpretação de sua mudança. Fixando a atenção neste último aspecto, esses lingüistas reclamam que *“quanto mais os lingüistas se impressionarem com a existência da estrutura da língua, quanto mais apoiarem esta observação em argumentos dedutivos a respeito das vantagens funcionais da estrutura, tanto mais misteriosa se tornará a transição de um estágio para outro dessa mesma língua. Afinal de contas, se uma língua tem de ser estruturada para funcionar eficientemente, como as pessoas continuarão a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto ela passa por períodos de uma sistematicidade atenuada?”* (*ibidem*, pág. 100).

A alternativa que eles propõem é a de *“quebrar a identificação entre estruturação e homogeneidade”*, e ir ao enalço da competência lingüística dos falantes, a qual está ancorada numa heterogeneidade sistematizada, pois a *“ausência da heterogeneidade estruturada seria disfuncional”*.

Os seguintes argumentos compõem a teoria variacionista da mudança:

1) Reconhece-se a existência de princípios restritivos que governam a mudança de determinada estrutura. Há uma covariação entre esses princípios e variações individuais, as quais devem ser definidas (*ibidem*, pags.101 e 170).

2) A mudança das estruturas põe o problema da transição, isto é, há estágios intermediários nessa mudança, os quais podem ser empiricamente observados e controlados. Para examinar a transição será necessário determinar o valor da variável lingüística, pois *“uma mudança lingüística pode ocorrer numa gradação discreta”* (*ibidem*, pág. 170).

3) Duas questões resultam daqui: (i) questão do encaixamento: como as mudanças se encaixam “*na matriz dos concomitantes lingüísticos e extralingüísticos das formas em questão ?*”, isto é, por que setores da estrutura lingüística a mudança tem começo, e que segmentos da sociedade a incorporam primeiramente ? (ii) questão da avaliação: como as mudanças são avaliadas em termos de seu impacto sobre a estrutura lingüística e sobre a eficiência comunicativa ? (págs. 101 e 181). A avaliação pode acelerar ou bloquear uma mudança, segundo ela seja ou não aceita pelas classes sociais de mais prestígio.

4) Mas a questão mais central a respeito da mudança é a de sua implementação: que fatores a favorecem ? por que certas línguas dotadas do mesmo traço estrutural não passam pela mesma mudança ?

5) Um dos aspectos mais notáveis da Teoria da Variação e Mudança é o fato de que podemos observar a mudança lingüística no tempo real. A esse respeito, Naro (1992: 82) dá o seguinte exemplo: “*o estado atual da língua de um falante adulto reflete o estado da língua adquirida quando o falante tinha aproximadamente quinze anos de idade. Assim sendo, a fala de uma pessoa com sessenta hoje representa a língua de quarenta anos atrás, enquanto outra pessoa com quarenta anos hoje revela a língua de há apenas vinte e cinco anos*”. Esse mesmo Autor agrega que nem todas as variáveis são sujeitas à mudança. Há na língua setores mais estáveis, e que prosseguem com vitalidade, mesmo que sujeitos ao fenômeno da variação (pág. 84).

0.5 Os funcionalistas

Em Castilho (1994) procurei caracterizar a Gramática Funcional e os principais temas que vêm movimentando essa orientação teórica. Neves (1999) apresenta um balanço das pesquisas funcionalistas no Brasil.

A contribuição maior do Funcionalismo à elucidação dos fenômenos de mudança lingüística está em investigar o trânsito de expressões lingüísticas do léxico para o sistema gramatical, por motivações semântico-discursivas. Algumas aplicações ao Português aparecem em Castilho (1967), em que se estuda a motivação semântica da criação do pretérito perfeito, e em Fleischmann (1982), que mostra que na formação do futuro românico deslisou-se da expressão da obrigatoriedade para a expressão da posterioridade. Esse trabalho formula hipóteses que explicam o desdobramento das formas perifrásticas portuguesas, em que *ir + -r* codifica o futuro como uma sorte de deslocação no eixo do tempo: compare *vou falar*, futuro próximo, com *irei falar*, futuro remoto.

Assim, o gatilho da mudança lingüística seria um tipo de “dispositivo sociocognitivo”, que altera as propriedades semânticas e gramaticais dos itens: ver item 1, adiante.

Essas alterações podem generalizar-se (a “implementação” de Labov), ou esgotar-se num achado estilístico, que se perde.

A mudança é constante, pois o componente discursivo busca continuamente atender às demandas da competência comunicativa dos falantes. Assim, a perspectiva funcional da mudança deve tratar das alterações semânticas e das alterações gramaticais motivadas por uma necessidade discursiva.

0.5.1 O discurso como gatilho da mudança

A bibliografia especializada vem enfatizando o Discurso como uma sorte de gatilho da mudança, propondo-se a cadeia “Discurso > Sintaxe > Morfologia > Zero”. De acordo com essa perspectiva, o Discurso é um componente reitor, que afeta a Semântica e a Gramática da língua.

Estudos sobre o discurso falado têm lançado algumas luzes sobre o assunto. Ora, justamente as pesquisas pragmáticas e gramaticais sobre a língua falada têm comprovado que essa variedade, acaso mais acentuadamente que a língua escrita, ilustra uma certa “pancrônia”, trazendo água ao moinho daqueles autores que têm debatido o famoso binômio saussuriano “sincronia/diacronia”: Mattos e Silva (1995).

Para o que desejo aqui propor, bastará identificar “discurso” a “conversação”, e ver o que se aprende retomando as categorias pragmáticas da Análise da Conversação, hipotetizando que a língua muda durante as distintas situações de interação, mudanças essas que poderão ou não ser documentadas na língua escrita. Ao longo da interação conversacional, a necessidade de *significar* correlaciona-se, mas não determina, as alterações na Sintaxe, sobretudo nas estruturas ainda não inteiramente cristalizadas, sobre as quais podem operar-se as “escolhas” de que vêm falando os funcionalistas.

Entre outras coisas, isso implicará em admitir que o item lexical que vai sofrer o processo de gramaticalização deverá dispor de traços semânticos e de propriedades discursivas que lhe permitam, por exemplo, atuar como um coesivo do discurso. Assim, numa Fase A, esse item é um Marcador Conversacional, numa Fase B, um conectivo textual, e numa Fase C, uma conjunção que ligará sentenças ou constituintes de um sintagma. Se a hipótese for verdadeira, o que é hoje um nexos, isto é, uma Conjunção ou uma Preposição, já foi antes um Marcador Conversacional. Haverá enormes dificuldades em operar com este ponto de partida em textos de outras épocas históricas, mas talvez uma “filologia” de tais textos, associada ao que hoje se sabe sobre a Conversação, poderá ser de interesse.

As observações acima resumem drasticamente toda uma vasta bibliografia sobre a gramaticalização, não necessariamente minha opinião, que será apresentada ao longo deste texto.

0.5.2 Mudança e alterações semânticas

Heine-Claudi-Hünemeyer (1991:98-122) repassam criticamente os principais argumentos sobre as alterações semânticas que acompanham a gramaticalização. Eles se propõem a retratar o desenvolvimento dos conceitos gramaticais a partir de uma macroestrutura e de uma microestrutura. A macroestrutura é de natureza principalmente psicológica, tendo a ver com os domínios cognitivos e as relações que podemos estabelecer entre eles: domínios conceptuais, similaridade, analogia, transferência entre domínios conceptuais e a metáfora. A microestrutura é basicamente pragmática, e capta o contexto e as manipulações contextuais, tais como as implicaturas conversacionais, as reinterpretações induzidas pelo contexto e a metonímia.

Tanto a macroestrutura quanto a microestrutura estão envolvidas no processo que conduz ao surgimento de categorias gramaticais. Os Autores exemplificam o fato através do exame da preposição inglesa *with*. Limitando-se ao uso Comitativo e Instrumental dessa Prep., eles argumentam que os morfemas Comitativos podem adquirir um sentido Instrumental, mas não o inverso. Se considerarmos as sentenças *O pantomimista deu um show com um palhaço / O engenheiro construiu a máquina com um assistente / O general capturou a colina com um esquadrão de soldados / O acrobata exibiu-se com um elefante / O cego atravessou a rua com seu cachorro / O réu venceu a causa com um advogado muito bem pago / O Prêmio Nobel achou a solução com o computador / O caçador abateu o veado com um rifle / O arruaceiro quebrou a janela com uma pedra*, notaremos que é difícil separar rigorosamente Companhia de Instrumento, e por isso alguns optam pela hipótese do *continuum* entre a primeira e a última sentença. Outros, destacando tratar-se de entidades discretas, somente conseguem explicar o salto entre a primeira e a última sentenças através de um processo cognitivo, a metáfora, pois um instrumento é uma sorte de companheiro no trabalho.

A generalização semântica que acompanha a gramaticalização tem sido captada por meio dos seguintes modelos, que não serão elaborados aqui:

(1) Hipótese da extensão metafórica.

(2) Hipótese do “sentido contido”: no desenvolvimento de conceitos gramaticais por meio da mudança V pleno > V auxiliar, tem-se destacado que o item em processo de gramaticalização já dispunha de traços semânticos que permitissem a gramaticalização. É o caso, por exemplo, do V. port. *ir*, que passa de V pleno a V auxiliar de futuro, um tempo

para o qual nos deslocamos. Tudo o que acontece, portanto, é uma sorte de “desbotamento”, em que o item perde seu sentido mais concreto (“deslocar-se do ponto X para o ponto Y”), e assume um sentido mais abstrato (“deslocar-se do tempo presente para o tempo prospectivo”). A hipótese do sentido contido conheceu vários desdobramentos: (i) Modelo do “Desbotamento” (Ingl. *bleaching*): o item sofre perdas semânticas; (ii) Modelo de Ganhos e Perdas: formulado por Sweetser (1988), esse modelo choca-se com o anterior; aplicado, por exemplo, ao estudo das Preps. derivadas de Ns. designativos de partes do corpo humano, ele mostra que o forte poder relacional das Preps. enriquece esses itens, em comparação com aqueles de que derivaram. (iii) Modelo Localista: expressões espaciais são lingüisticamente mais básicas, e por isso podem funcionar de forma a dar surgimento a expressões de outro tipo. Tem-se notado que ao deslocar-se de um sentido mais pleno para um sentido menos vazio o item caminha do concreto para o abstrato. O Modelo Localista também relativiza a explicação por desbotamento de sentido, e tem aparecido na literatura de diferentes formas, tais como a Teoria dos Casos (Hjelmslev 1935, Anderson 1971, Lyons 1977, Pottier 1974). Fundamentam-se aqui explicações sobre a origem das construções existenciais, Tempo derivando de Aspecto, sentenças temporais e outras que derivam de construções locativas, etc. A Gramática do Espaço, desenvolvida, por exemplo, por Svorou (1994) e Heine-Claudi-Hünemeyer (1991: 115) fornecem a este respeito um quadro bastante elucidativo, fundamentado em Lyons (1977: 718-724):

Quadro 1
<p>FONTE ESTRUTURA DERIVADA</p> <p>Categorias locativas Categorias temporais</p> <p>Localização abstrata Posse e existência</p> <p>Expressões locativas e dêiticas Distinção passado x não passado</p> <p>Construção locativa Noções aspectuais de progressividade e estatividade</p> <p>Noções locativas Sentenças temporais, causais e condicionais</p>

Uma indagação que ficará pendente aqui diz respeito ao caráter efetivamente básico da noção de Espaço. Não derivaria essa noção da de Pessoa, acaso ainda mais básica? Uma hipótese interessante seria examinar a seqüência *Pessoa > Espaço > Aspecto > Tempo*.

(3) Hipótese da Implicatura.

0.5.3 Mudança e alterações gramaticais

A Sintaxe Funcional oferece aqui explicações próprias sobre os mecanismos da gramaticalização, referidos no item anterior, concentrando-se nos estágios da sintaticização, da morfologização, da fonologização e do grau zero, em que formas excessivamente gramaticalizadas constituem estruturas abstratas, que já não atendem à competência comunicativa, e por isso desaparecem, conforme argumenta Costa Val (1996: 113).

Uma explicação funcionalista da mudança sublinha o equilíbrio frágil entre as “determinações”, isto é, a escolha de estruturas cristalizadas, e as “escolhas”, isto é, a criação de novas estruturas. Retomarei a posição funcionalista no corpo deste trabalho, oferecendo minha própria alternativa à questão da mudança lingüística, de corte cognitivista-funcionalista.

Em suma, se compararmos as teorias acima, percebe-se que elas se vêem a braços com um “desentendimento” bem antigo entre os que postulam a língua como um objeto homogêneo, e os que a postulam como um objeto heterogêneo. Já os gramáticos gregos contrastavam a **onomasía** (literalmente “designação”), que é a expressão dos pensamentos tomada como um todo, como um esquema geral, com o **trópos** (literalmente, “uso convencional”), que é a expressão dos pensamentos tomada como um conjunto de usos individuais. Os estóicos enfatizavam a língua como **onomasía**, entendendo a como um conjunto de regularidades; eles sustentavam que a gramática deve ser mais técnica, mais formal. Os alexandrinos, mais filológicos, pensavam que a língua é **trópos**, isto é, um conjunto de usos a partir dos quais se institui a norma; portanto, a gramática deve ser mais empírica. Uns e outros lançaram uma polêmica que ainda não terminou, e que passou à história como a oposição de analogistas (os primeiros) aos anomalistas (os segundos). Basta ler hoje os gerativistas e os funcionalistas para encontrar a feição moderna dessa polêmica.

A oscilação entre o formal e o funcional, o geral e o individual, o código e o uso, assinala a pesquisa lingüística, em que se pode detectar certo “movimento pendular”. Ora há uma concentração no pólo formal (vide o entendimento da língua como “estrutura

/ sistema / forma” dos anos 50 [Estruturalismo de Bloomfield] e dos anos 60 [Gerativismo de Chomsky]), ora no pólo funcional (vide o entendimento da língua como “uso / comunicação / substância” dos anos 70 [Funcionalismo de Halliday e outros] e dos anos 80 [Pragmática]). Naturalmente esta constatação encerra um pouco de caricatura, pois muitos desses movimentos não surgiram na década indicada, sem se esgotarem aí, como é notoriamente o caso da Gramática Gerativa. De todo modo, deixa entrever certas regularidades na reflexão sobre a linguagem.

1. Enquadrando a gramaticalização numa teoria multissistêmica da língua

A partir do final dos anos 90, surgiram no Brasil diversos estudos sobre gramaticalização, enumerados em Castilho (2002b). Num artigo-balanço sobre parte da bibliografia publicada até 1995, propus que nos argumentos sobre a gramaticalização (1) se aceitassem como fases desse processo a fonologização, a morfologização e a sintaticização, (2) se considerassem como seus princípios (i) a analogia, (ii) a continuidade e o gradualismo, (iii) a unidirecionalidade e a simultaneidade, (iv) a reanálise e, finalmente, (3) ficasse claro que a gramaticalização é apenas um dos processos de criação lingüística, sendo a lexicalização, a discursivização, e a semanticização outros tantos processos, não se devendo estabelecer entre eles relações de derivação nem de determinação: Castilho (1997).

Mais recentemente, Campbell / Janda (2001:108) resenharam a amplitude das definições de gramaticalização, identificando pelo menos 13 questões críticas: (1) que mecanismos subjazem na gramaticalização ? (2) a gramaticalização é unidirecional ? (3) esse processo tem algum valor explanatório ? (4) a gramaticalização tem um estatuto próprio, ou é totalmente derivativa ? (5) caso não disponha de estatuto próprio, seria ela necessária, no sentido de que teria poder heurístico ? (6) qual é o papel do desbotamento semântico e da erosão fonética em relação a outros fenômenos de gramaticalização ? (7) o que é ‘desgramaticalização’ e ‘lexicalização’, e quais são suas relações com o princípio da unidirecionalidade ? (8) se a gramaticalização é um processo, o que significa isso ? (9) a gramaticalização é contínua, e se for, como explicar isso ? será ela gradual ? (10) seriam circulares as afirmações sobre a gramaticalização ? as reconstruções são causa ou conseqüência da proclamada unidirecionalidade ? (11) os contextos sociolingüísticos e a história social afetam a gramaticalização e sua implementação ? (12) gramaticalização é o trâmite de um item do léxico para a gramática, ou será o trâmite de um item menos

gramatical para um mais gramatical ? será ela constitutiva da gramática ? (13) como será o futuro da teoria da gramaticalização, ou como deveria ser essa teoria ?

Esses autores concluem que a gramaticalização não tem um estatuto próprio, e que os fatos considerados como de gramaticalização se dispersam pelos campos da mudança semântica e da reanálise gramatical, em sua qualidade de epifenômeno. Em todo caso, concluem eles, as pesquisas levadas a cabo criaram um interessante banco de dados, e isso parece ser tudo. Não posso concordar com esta posição, se considerarmos que tais pesquisas abrem caminho a desdobramentos como aqueles aqui propostos.

Da pena dos gramaticalizadores não escorreu nenhuma teoria explícita sobre a língua, ficando os leitores obrigados a inferir em que teoria ou em que teorias eles se fundamentam, tanto quanto a arranjar-se no cipoal de conceitos, interfaces e terminologias – e foi isto que levou Campbel / Janda (2001) a negarem estatuto próprio à gramaticalização.

Uma exegese possível dos textos disponíveis mostraria que seus autores parecem entender a língua como uma entidade heteróclita, estática, passível de representação através de uma linha, na qual podemos reconhecer pontos e estabelecer derivações entre esses pontos. Eis aqui alguns pontos que parecem integrar sua teoria lingüística:

(1) As línguas naturais são um conjunto de signos dispostos numa linha. A alteração desses signos se dá por estágios unidirecionais, de tal maneira que a um estágio A se segue um estágio B, a este se segue um estágio C, e assim por diante: Hopper / Traugott (1993: 95). Cada estágio corresponde a um ponto na língua-linha, e portanto uma relação de seqüencialidade pode ser estabelecida entre esses pontos. Em estudo recente, Mattos e Silva (2002) evidenciou a vertente neogramatical desta perspectiva, em suas pesquisas sobre as “leis fonéticas”. Como se sabe, foi o neogramático Antoine Meillet quem deu visibilidade ao problema da gramaticalização, em seu estudo sobre as conjunções. A teoria lingüística dos neogramáticos foi conservada nos estudos contemporâneos sobre esse processo.

(2) Depositadas sobre essa linha, categorias lexicais dão surgimento a categorias gramaticais, e estas a categorias ainda mais gramaticais, entendendo-se por isto os afixos. Quereria isto dizer que os itens lexicais não têm propriedades gramaticais, suficientes para arranjá-los em categorias próprias? Se eles não têm essas propriedades, como entender que as palavras possam ser dispostas em classes lexicais, as conhecidas classes maiores (Pronomes, Nomes e Verbos), intermediárias (Advérbios, Adjetivos), e menores

(Artigos, Conjunções e Preposições) que freqüentam essas páginas? Por outro lado, teriam essas classes um estatuto categorial claramente configurado, a ponto de se sucederem perceptivelmente umas às outras na língua-linha, permitindo-nos testemunhar sua metamorfose? Nesse caso, e pensando nos estudos funcionalistas sobre a gramaticalização, onde foi parar a Teoria dos Protótipos? Seriam mesmo tão claros os limites entre as classes lexicais, de tal forma que pudéssemos estabelecer uma relação de derivação entre elas ?

(3) Finalmente, na literatura sobre gramaticalização ficam situados no mesmo nível fenômenos tais como erosão fonética, descategorização / recategorização morfológica, ampliação dos empregos sintáticos, perda semântica, sem falar nas pressões do Discurso sobre o sistema. Esse ponto de vista levou diversos autores a dispor o Discurso, a Gramática e a Semântica num “(c)line” – e aqui faço um jogo de palavras associando *line* e *cline* - admitindo implicitamente uma hierarquia e uma decorrente derivação entre eles. Essa percepção implica em que no momento da criação lingüística nossa mente funcionaria por impulsos seqüenciais, isolados uns de outros, indo linearmente de uma classe lexical para outra, de um sistema lingüístico para outro.

Em resumo, nos textos sobre gramaticalização a língua é postulada como uma combinação linear de itens separáveis. Isto talvez possa acontecer quando falamos ou quando escrevemos – mas fala e escrita são produtos lingüísticos, e a gramaticalização é o estudo de um processo lingüístico. Caso contrário, o que estaria fazendo ali o sufixo *-ização*?

Os pontos acima resumem boa parte da complicação teórica da gramaticalização, embora nossos gramaticalizadores nunca deixassem de reconhecer que estavam tratando de um processo, não de um produto lingüístico. Eles sem dúvida sempre estiveram mais interessados na criatividade lingüística do que no enunciado pronto e acabado – notadamente os autores de corte funcionalista. É por isso mesmo estranho que continuassem apegados a categorias que pressupõem a língua como um enunciado. Estas breves reflexões nos conduzem ao próximo tópico, a saber, uma proposta de teoria multissistêmica da língua.

Ao objetar contra os três pontos acima, procuro naturalmente achar alternativas, mesmo reconhecendo que a busca dessas alternativas é tarefa para um grupo de pesquisadores. Em conseqüência, este texto deve ser considerado como um convite à busca de uma teoria que dê conta da enorme multiplicidade de fenômenos atualmente apresentados como casos de gramaticalização.

Num primeiro momento, precisaríamos tirar algumas conseqüências de um fato que goza de grande unanimidade: a gramaticalização é um processo de criação lingüística, o que demandará uma teoria dinâmica sobre a língua. Mais que isso, a gramaticalização é um dentre outros processos de criação lingüística, o que demandará a postulação de uma teoria multissistêmica da língua para a identificação dos demais processos.

Uma teoria dinâmica e multissistêmica nos permitiria - se é que em algum dia conseguiremos desenhá-la! - dar conta da grande quantidade de fenômenos que temos estudado sob a rubrica “gramaticalização”, permitindo, ademais, enquadrar este processo entre outros, igualmente relevantes para o entendimento da criatividade lingüística.

Para começo de conversa, poderíamos assumir que a língua é um multissistema dinâmico, que pode ser graficamente representado numa forma radial, tendo ao centro o Léxico e à volta a Semântica, o Discurso e a Gramática. Esses sistemas seriam por postulação teórica independentes uns de outros, dispoendo cada um de categorias próprias. Admitiríamos também que nossa mente opera simultaneamente sobre o conjunto das categorias recolhidas nesses sistemas – as categorias lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais. Quero com isto dizer que qualquer expressão lingüística exhibe simultaneamente propriedades lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais, variando o grau de saliência entre elas, por razões ainda pouco claras.

Dialogando com os textos de Morris (1938), Franchi (1976) e Nascimento (1993), vou portanto assumir que a língua tem uma natureza multissistêmica, captada em termos dos quatro sistemas acima mencionados. Insisto em que esses sistemas são independentes uns de outros, não sendo postuláveis implícita ou explicitamente regras de determinação entre eles. Por outras palavras, o Discurso não estipula a criação dos sentidos, e estes não estipulam as estruturas gramaticais que os “empacotam”. No atual quadro dos meus conhecimentos, não vejo vantagem em estabelecer uma hierarquia entre Semântica, Discurso e Gramática, admitida pelos autores ligados às diversas fases da gramaticalização, nomeadamente, (1) do Léxico para a Gramática, (2) do Discurso para a Gramática, (3) da Semântica para a Gramática: Castilho (2003b).

Eis aqui uma descrição ainda sumária dos sistemas propostos, reunidos no Quadro 2:

DISPOSITIVO SOCIOCOGNITIVO		
Ativação – Reativação – Desativação		
DISCURSO		SEMÂNTICA
	LÉXICO	
	GRAMÁTICA	

O Léxico será definido como um conjunto de categorias cognitivas prévias à enunciação, com base nas quais construímos os traços semânticos inerentes. Entendo por categorias cognitivas VISÃO, OBJETO, ESPAÇO, TEMPO, MOVIMENTO etc., e por subcategorias, digamos, de VISÃO, (i) FUNDO / FIGURA, (ii) PERSPECTIVA etc.; de ESPAÇO, (i) VERTICALIDADE / HORIZONTALIDADE / TRANSVERSALIDADE, (ii) DISTÂNCIA / PROXIMIDADE, (iii) CONTINENTE / CONTEÚDO etc. Os traços semânticos são constituídos a partir dessas categorias, tais como /contável ~ não-contável/ etc., a partir de OBJETO, /télico ~ atélico/ a partir de EVENTO, e assim por diante.

Combinando categorias e traços de diferentes modos, obtemos os itens lexicais, que serão realizados no dicionário da língua seja como um Nome, um Verbo, um Adjetivo, um Artigo, um Advérbio, uma Conjunção ou uma Preposição. Quer isto dizer que a cada um desses itens corresponde determinado arranjo de traços, não sendo necessário afirmar que um Nome gera um Advérbio, e este uma Preposição, por exemplo. A lexicalização será, assim, o processo de criação de itens, dispostos nas classes de palavra ou categorias lexicais.

É bem visível que estou seguindo os autores que entendem o Léxico como um conjunto de traços semântico-cognitivos, não como um conjunto de palavras, que é o dicionário da língua, situando-o ademais no centro do sistema lingüístico. Quando adquirimos o Léxico, provavelmente adquirimos em primeiro lugar esses traços e a habilidade de combiná-los em diferentes padrões, e em segundo lugar as palavras em que por convenção social esses padrões se abrigam. Em suma, proponho que o Léxico seja entendido nos quadros de uma hierarquia que vai da cognição pré-verbal para a expressão verbal.

A Semântica é a criação dos significados baseada em estratégias cognitivas tais como o emolduramento da cena, a hierarquização de seus participantes, a organização do campo visual, a movimentação real ou fictícia dos participantes, sua reconstrução através da metáfora e da metonímia, etc. Daqui resultam as categorias semânticas de dêixis, referenciação, predicação, foricidade e conexidade.

O Discurso é uma sorte de contrato social que estabelecemos lingüisticamente, de que decorrem os usos lingüísticos, concretizados no Texto. Esse sistema está fulcrado no eixo dêitico, isto é, na instanciação das pessoas do discurso e em sua localização no ESPAÇO e no TEMPO. Satisfeitas essas condições prévias, dá-se a interação através de estratégias pragmáticas que nos revelam as categorias discursivas de turno conversacional, tópico, unidades discursivas, nexos textuais, etc. (Castilho 1989).

Finalmente, a Gramática é um conjunto de estruturas razoavelmente cristalizadas, ordenadas nos subsistemas da Fonologia, Morfologia e Sintaxe, e governadas por regras

de determinação interna. Essas estruturas se expressam por meio das categorias gramaticais, definíveis em termos de classes (palavra, sintagma, sentença), relações (regência, concordância, colocação) e funções (construções de tópico, argumentos, adjuntos). A regularidade das categorias gramaticais tem sido comumente reconhecida, o que não exclui que a instabilidade é constitutiva da estrutura gramatical.

O ponto central desta proposta, ainda em seus lineamentos muito gerais, é que o Léxico é governado por um *dispositivo sociocognitivo* de caráter pré-verbal, através do qual o falante ativa, reativa e desativa as propriedades lexicais, dando origem às categorias discursivas, semânticas e gramaticais. Esse dispositivo é “social” porque é baseado numa análise continuada das situações que ocorrem num ato de fala. E é cognitivo porque lida com as categorias cognitivas e os traços semânticos já mencionados. Uma consequência dessa postulação é negar que as classes de palavra sejam deriváveis umas de outras.

A postulação desse dispositivo repousa nos achados da Análise da Conversação e nos achados dos pesquisadores ligados ao Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF). Nos dois casos o objeto empírico foi exclusivamente a língua falada, mais reveladora dos processos de criatividade lingüística que a língua escrita.

A conversação é a atividade lingüística básica, e pode, portanto, proporcionar-nos alguns princípios de interesse para esta demonstração. Quando conversamos, tentamos o tempo todo prever os movimentos verbais do interlocutor, isto é, se ele completou sua intervenção, se ela ainda está em curso, se devemos antecipar o momento de nossa entrada no curso da fala, etc. Para dar conta desse mecanismo, que assegura a manutenção da conversação, Sacks-Schegloff-Jefferson (1974: 702) postularam um “*componente de construção de turnos*” cujas unidades-tipo, isto é, palavras, sintagmas e sentenças com os quais o falante contrói seu turno, “*projetam a próxima unidade-tipo*”, numa sorte de antecipação da atuação verbal do interlocutor. Estas afirmações constituem o Princípio de Projeção Pragmática.

Por outro lado, que mecanismos lingüísticos os pesquisadores do PGPF identificaram, ao longo dos mais de 200 ensaios que escreveram? Algumas respostas podem ser encontradas em Nascimento (1993), Castilho (1989, 1998b). Pessoalmente, penso que os pesquisadores do PGPF identificaram três mecanismos, que aqui apresento como princípios – mesmo reconhecendo a precocidade deste rótulo. Esses princípios encontram seu fundamento nas estratégias de gestão dos turnos conversacionais – o que situa a conversação como a manifestação discursiva por excelência. Os princípios aqui propostos assentam, portanto, em observações empíricas, não precedem os dados da língua, não são apriorísticos. Sua postulação aparece em versões anteriores, sucessivamente alteradas: (Castilho 1998a, b).

1.1 Princípio de ativação, ou Princípio de Projeção Pragmática

A ativação é o movimento mental de escolha das propriedades lexicais, vale dizer, das categorias cognitivas e dos traços semânticos correlatos que se agruparão nas palavras. Os diferentes padrões de agrupamento das categorias e dos traços constroem a dimensão semântica, discursiva e gramatical das palavras, habitualmente dispostas em palavras principais ou categorias maiores (Nome, Pronome, Verbo), palavras acessórias ou categorias intermediárias (Adjetivo, Advérbio, Artigo) e palavras gramaticais ou categorias menores (Preposição, Conjunção), levando em conta o modo como operam nos enunciados.

A ativação das propriedades semânticas tem o papel de escolher as palavras necessárias à representação da dêixis, da referência, da predicação, da foricidade, da relação e das propriedades correlacionadas a essas macrocategorias semânticas: Marcuschi / Koch (2002), Fiorin (2002), Castilho (2002), Longo / Campos (2002), Silva (2002), Müller / Negrão / Nunes-Pemberton (2002).

No sistema discursivo, a ativação seleciona as palavras necessárias à construção do texto, à hierarquização dos tópicos, à marcação textual-interativa, à construção das unidades discursivas e sua conexão, etc.

1. Sobre a construção do texto: Koch (1999/2002), Travaglia (1999/2002).
2. Sobre a hierarquização dos tópicos: Koch *et alii* (1989 / 2002), Jubran *et alii* (1992 / 2002).
3. Sobre a marcação textual-interativa: Urbano (1999/2002), Risso (1999/2002), Silva (1999/2002).
4. Sobre as unidades discursivas: Castilho (1989).
5. Sobre a conexão textual: Risso (1993, 1996), Castilho (1997a).

A ativação das propriedades gramaticais é responsável pelos seguintes processos:

1. Fonologização: Bisol (1999/2002, 2002),
2. Morfologização: Basílio / Gamarski (1999/2002).
3. Sintaticização (construção dos sintagmas e das sentenças, ordenação dos constituintes, concordância, organização da estrutura argumental, etc.): Braga (1999/2002), Galves / Abaurre (2002), Leite *et alii* (2002), Rocha (2002), Kato / Nascimento (2002), Britto / Kato *et alii* (2002), Dillinger *et alii* (2002), Pezzati (1999/2002; 2002), Neves (1999/2002a, b, c), Neves / Hattner (2002), Camacho (1999/2020; 2002), Miotto / Kato (2002), Oliveira (2002). Neste particular, entendo que

a atribuição de caso e de papéis semânticos decorre do princípio de projeção estrita, descrita na reflexão tradicional como “transitividade”, “regência”, “valência”, e como “princípio de projeção” em alguns modelos formais. A projeção estrita é o correlato da projeção pragmática: Castilho (1998b).

1.2 Princípio de reativação, ou Princípio de correção

A reativação é o movimento mental por meio de que rearranjamos as propriedades lexicais e as palavras que as representam, retomando por assim dizer a construção do enunciado. O Princípio de reativação encontra seu fundamento nas estratégias de correção conversacional. Como se sabe, no curso de uma conversação temos freqüentemente de mudar seu rumo, seja corrigindo nossas próprias intervenções (= autocorreção), seja corrigindo a intervenção do interlocutor (= heterocorreção). As estratégias de correção conversacional buscam eliminar os erros de planejamento.

A reativação produz no Léxico as relexicalizações, vale dizer, as reconstruções das palavras, corrigindo-se sua adequação à representação da VISÃO, dos OBJETOS, dos EVENTOS, do ESPAÇO e do MOVIMENTO.

Na Semântica, a reativação provoca a paráfrase de textos já produzidos, aos quais voltamos com diversos propósitos examinados, por exemplo, por Hilgert (1987, 2002).

No Discurso, ela abre caminho à repetição dos enunciados para assegurar a coesão do texto ou a alterar o eixo argumentativo (Bessa Neto 1991, Marcuschi 1991, 2002), à correção do texto (Fávero / Andrade / Aquino 1999/2002), etc.

A reativação gramatical tem por conseqüência os seguintes processos:

Refonologização: Abaurre / Pagotto (2002).

Remorfologização: um item deixa de ser forma livre e se transforma em forma presa, como *-mente* em português. No substantivo *mente* foram ativados os traços de “inteligência, reflexão”; no sufixo, os de “modo, maneira”.

Ressintaticização: a repetição das palavras acarreta a reanálise da função sentencial, fato que examinei em Castilho (1997c).

Pelo menos dois rótulos têm sido utilizados na literatura para captar os efeitos desse princípio: a poligramaticalização e a reanálise. A poligramaticalização é o desenvolvimento de funções múltiplas da mesma palavra: Craig (1991). A reanálise, dada como um dos princípios da gramaticalização, decorre deste impulso da criatividade lingüística. Reanalisam-se sintagmas e sentenças, o que acarreta mudanças da fronteira sintática. Repetem-se as palavras, para assegurar a constituição sentencial.

1.3 Princípio de desativação, ou Princípio da Elipse

A desativação é o movimento que ocasiona o abandono das propriedades lexicais e até mesmo das palavras que estavam sendo ativadas. Este princípio mostra que o silêncio é igualmente constitutivo da linguagem. A linguagem musical apropriou-se desta característica, alternando-se na pauta as notas, ativadas e reativadas, e as pausas, que são a desativação do som.

Também este princípio assenta nas práticas conversacionais, quando ocorre a chamada “despreferência”. A estratégia da “despreferência” consiste em verbalizar o que não é esperado, violando-se o Princípio de Projeção Pragmática. Isso ocorre quando respondemos a uma pergunta com outra pergunta, quando recusamos um convite, etc. Nestes casos, cria-se na conversação um “vazio pragmático”: Marcuschi (1986).

O Princípio de Desativação promove no Léxico a morte das palavras.

No sistema semântico, ele está por trás das alterações de sentido presentes nas metáforas, nas metonímias, na especialização e na generalização, por meio dos quais “silenciamos” o sentido anterior e simultaneamente ativamos novos sentidos. Assim, em *agina* > port. medieval *aginha* “fulcro no braço da balança” passou a significar “rápido” por associação metafórica; *magis*, palavra de inclusão de sujeitos num conjunto, passou-se ao sentido de contrajunção por metonímia: Castilho (1997c).

Esse princípio produz no sistema discursivo a alteração da hierarquia tópica, levando os locutores a manobras tais como as hesitações, os parênteses, as digressões e as inserções, em que se silencia um tópico e se ativa outro: Marcuschi (1999/2002), Jubran (1993, 1996 a,b), Andrade (1995), Koch / Silva (1996), Silva / Koch (1996).

Na Gramática, o princípio de desativação é responsável pelos seguintes fenômenos:

Desfonologização: perda de propriedades fonológicas, como a da quantidade, na passagem do latim vulgar para o português; sílaba com núcleo vocálico vazio, etc.: Callou / Leite / Moraes (2002).

Desmorfologização (por exemplo, o morfema zero, a despronominalização do relativo *que*, a desnominalização de **ant*, examinada adiante)

Dessintaticização, de que se têm examinado, por exemplo, a perda da adjacência estrita (fenômeno examinado por Tarallo / Kato *et alii* 1991 / 2002, Tarallo / Kato 1992 / 2002, Kato / Tarallo 2002, Tarallo 2002), a categoria vazia (Cyrino 1999/2002).

Esses princípios permanecem disponíveis nos sistemas mencionados, agindo por acumulação de impulsos, e somente assim poderemos dar conta da extraordinária

complexidade da linguagem. Neste quadro, fica difícil concordar com as análises que mencionam o “desbotamento” do sentido, a “erosão” fonética, a unidirecionalidade das alterações, pois a língua desvela um processo contínuo de ganhos e perdas.

Tendo essas idéias como pano de fundo, parece claro que três programas adicionais precisariam ser desencadeados, no quadro dos estudos sobre mudança gramatical empreendidos pelos pesquisadores do PHPB: o da lexicalização, o da semanticização e o da discursivização, privando a gramaticalização de sua atual centralidade. Passo a exemplificar sumariamente esses processos, analisando o Nome *vez* e as preposições do eixo transversal.

2. Lexicalização: a construção dos itens lexicais

Lexicalização é o processo de criação das palavras via seleção de categorias cognitivas e de traços semânticos derivados, processando-se sua misteriosa concentração num dado item, composto por um conteúdo semântico e uma expressão fonológica. A Etimologia e a observação dos usos dos itens lexicais nos bons dicionários de uso nos permitirão identificar essas propriedades, numa espécie de volta ao momento de sua criação, ou, se quiserem, numa espécie de arqueologia lexical. Reúno tentativamente no Quadro 3 essas propriedades e traços.

CATEGORIAS COGNITIVAS DE BASE	CATEGORIAS COGNITIVAS DERIVADAS	SUBCATEGORIAS	TRAÇOS E PAPEIS SEMÂNTICOS
VISÃO	FIGURA FUNDO PERSPECTIVA, etc	Aspecto	/imperfectivo/ /perfectivo/ /iterativo/
OBJETO	CONCRETO ABSTRATO	Quantidade	/contável/ /não-contável/, etc.
		Qualidade	/causa/, /modo/, /posse/, /matéria/, /instrumento/, /condição/, /finalidade/, /meio/, /beneficiário/, etc.
EVENTO	DELIMITAÇÃO DE ENTIDADES, DINAMISMO, etc.	Télico Atélico	/agentivo/ /passivo/ /médio/
		Tempo	/presente/, /passado/, /futuro/
		Relação	/coordenação/, /subordinação/, /correlação
ESPAÇO E MOVIMENTO	POSIÇÃO NO ESPAÇO	Eixo horizontal	/origem/, /meta/
		Eixo vertical	/superior/, inferior/
		Eixo transversal	/anterior/, posterior/
	MOVIMENTO NO ESPAÇO	Real Imaginário	/dinâmico/ /estático/
	PROXIMIDADE NO ESPAÇO		/proximal/ /distal/
CONTEÚDO / CONTINENTE		/dentro/ /fora/	

Uma vez criadas, as palavras passam por alterações em suas categorias e subcategorias cognitivas, tanto quanto em seus papéis semânticos. De acordo com essa perspectiva, em sua variação sincrônica, tanto quanto em sua mudança diacrônica, um mesmo étimo dá origem a diversos itens lexicais. Vou denominar esse fenômeno de polilexicalização, um fenômeno paralelo à polissemia.

As diferentes classes de palavras, ou categorias lexicais, são o produto da lexicalização.

2.1 Lexicalização de vez

Do ponto de vista do Léxico, o nome *vez* integra uma das “palavras principais” da língua portuguesa. Ela tem por origem o lat. *uicis*, “turno, sucessão, alternativa, destino, retorno, reciprocidade, o turno / o papel / o ofício de alguém ou de alguma coisa”. A palavra era defectiva: não dispunha de nominativo, ocorrendo no genitivo (*uicis*), no acusativo (*uicem*, usado adverbialmente, no sentido de “no lugar de”) e no ablativo (*uice*, também usado adverbialmente, com o mesmo sentido), podendo vir preposicionada: *in uicem* “para tomar o lugar de, no lugar de”, *ad uicem*, “no lugar de”: Gaffiot (1947: s.v. *uicis*), Ernout-Meillet (1967, s.v. *uicis*, *uice*, *uicem*). Para sua história em português, ver Machado (1952-1959, s.v. *vez*), Cunha (1982, s.v. *vez*).

A etimologia de *uicis* remete ao substantivo feminino cujo nominativo seria *uix*, aparentemente não documentado; tampouco era usado no dativo. A lexicalização de *vez* deu origem às seguintes classes de palavra: nome, advérbio, conjunção sentencial e textual, e também ao prefixo culto *vice-*, popular e arcaico *viso-*, em *viso-rei*, com a variante *vis-*, em *visconde*. Como conjunção e como prefixo, *vez* se desnominaliza, atingindo o ponto máximo de sua morfologização.¹⁰³

Vejamos alguns exemplos de *vez*:

2.1.1 Como Nome, nucleando o sintagma nominal, exemplos (1) a (15), ou preposicionado, encaixado no sintagma preposicional, exemplos (16) a (17):

- (1) *tinha vez que eu não jogava... mas lá em casa havia umas pessoas que achavam graça... ouviu...(RJ 374)*

¹⁰³ O sinal “>” está sendo usado para indicar “possibilidades simultâneas”, e não como indicativo de fases sucessivas, mutuamente excludentes.

- (2) ...Kb seria algo do tipo... concentração de A menos elevado a xis... não é isso? mais... **vezes** concentração de B mais elevado a ípsilon... dividindo pela... concentração de A xis B ípsilon...(RJ 251)
- (3) :: mais **uma vez** eu eu chamo o aspecto da da responsabilidade ... a gente tem que ter porque eu dependo daquilo (D2 SP 62)
- (4) o Brasil... o Brasil comprava seu próprio algodão **umas cinco ou seis vezes mais...** com o preço mais alto... certo? (RJ 382)
- (5) L1 ubn ubn ... que hoje:: dentro da nossa profissão ainda **mais uma vez** falando nela ... até parece que sou empOLGAdo por ela não é ? ((risos)) não acaba? (D2 SP 62)
- (6) ele fica na empresa privada que ele está faturando **duas vezes mais** ... talvez aplicando muito menos o conhecimento dele não transmitindo a ninguém ... (D2 SP 62)
- (7) mas **uma vez** medido... ele não muda mais...(RJ 251)
- (8) não... tive **uma vez** com uma moça que era... trabalha na pesquisa... no Rio Grande do Sul eh... e ela estava falando dessas coisas (RJ 374)
- (9) quando eu estive **uma vez** em Uberaba houve uma exposição de gado... impressionante os fazendeiros daqueles lugares todos... (RJ 374)
- (10) os autores mais citados pelos livros didáticos de Comunicação e Expressão... são Carlos Drummond de Andrade... Stanislaw... éb... Stanislaw Ponte Preta... **muitas vezes** Edson Arantes do Nascimento... Pelé... e... Chico Anysio... e pessoas... vinculadas sobretudo aos meios... de comunicação de massa... televisão... rádio... cinema... etc... e ele discute esta escolha...(RJ 356)
- (11) e **muitas vezes** era uma verdadeira luta domar o carneiro...(RJ 374)
- (12) mas depois de você passar...**várias vezes** na porta da loja...sabendo que lá existia aquela televisão...você...passou a querer... a televisão... (RJ 341)
- (13) então... sempre que isso acontecer... **todas as vezes** em que – agora observe uma coisa... observe um minutinho isso que eu quero chamar a atenção (RJ 251)
- (14) **toda vez** então que essa constante não é muito afetada por valores extremamente grandes...(RJ 251)
- (15) você **alguma vez** jogou no bicho? (RJ 374)

A preposição *a* pode tomar *vez*, habitualmente pluralizado, como seu complemento:

- (16) quando eu era pequena meu pai tinha uma fazenda em Queluz... cidade de São Paulo... **às vezes** nós íamos... lá ...
- (17) aí o ratinho vira fera... e **às vezes** se salva...(RJ 251)

2.1.2 Como advérbio:

Tal + vez cristalizaram-se, dando origem ao advérbio *talvez*; port. arc. *tamala vez*:

- (18) *muitos de vocês tenham chegado à adolescência um pouco mais cedo... on talvez... um pouco mais tarde* (RJ 364)
- (19) *é clara... e o ponto mais BACANA é o aspecto é... da história de () talvez... mas é que em muitos casos o ratinho se salva...*(RJ 251)
- (20) *não sei se seria cobra não venenosa... não ... talvez fosse...*(RJ 374)

2.1.3 Como preposição complexa:

- (21) *mas ele mostra que houve uma troca... em vez... de se estudarem os autores literários pela literatura em si... se estuda um autor literário a partir dos meios de comunicação de massa...* (RJ 356)
- (22) *o que acontece é que em vez de se ampliar... pertinentemente o âmbito do ensino... o que está ocorrendo nos nossos alunos é uma fragmentação do ensino...*(RJ 356)
- (23) *então em vez de o professor riscar aqui o arbitrário com agá... o professor apenas sublinha o arbitrário e dá ao aluno as fontes onde ele pode encontrar essa palavra corretamente escrita... ou seja... um dicionário.*(RJ 356)
- (24) *o problema de concordância... então... número dois seria concordância... em vez de colocar a concordância* (RJ 356)
- (25) *quando eu saio... sai dois braços em vez de três...*(RJ 251)
- (26) **Na vez dele**, fique quieto !

2.1.4 Como conjunção complexa:

- (27) **uma vez que** a renda... nós vimos na Revolução Industrial... estava mais uniformemente dividida... (RJ 382)
- (28) **uma vez que** partimos do pressuposto... de que o estudante universitário não pode ser analisado como um fenômeno isolado daquela realidade... (RJ 356)
- (29) *este trabalho não quer... portanto... ser uma reforma... do ensino universitário em termos de redação e cria... criatividade... uma vez que isto implicaria medidas e mudanças radicais que alterariam to/... todo o sistema...* (RJ 356)
- (30) **de vez em quando** a gente lê em jornal mesmo no Brasil e em outros países também mais () problemas ligados a certos animais que estão desaparecendo né ? (RJ 374)

O étimo de *vez*, e as categorias lexicais que aí se entroncam, devem ter resultado do seguinte funcionamento do dispositivo sociocognitivo:

Ativando POSIÇÃO NO ESPAÇO e RELAÇÃO, desativando TEMPO, constituem-se a Preposição complexa *em vez de* e as Conjunções complexas *uma vez que*, *de vez em quando*.

Ativando TEMPO e desativando POSIÇÃO NO ESPAÇO, constitui-se o Nome, seja como núcleo do sintagma nominal (*uma*) (*muitas*) *vez(es)*, seja como complementizador do sintagma preposicional *às vezes*.

Ativando QUALIDADE /modo/ e desativando POSIÇÃO NO ESPAÇO e TEMPO, constitui-se o Advérbio *talvez*.

2.2 Lexicalização das preposições do eixo transversal

2.2.1 Preposições indicativas do espaço /+Anterior/

São as seguinte as preposições indicativas de espaço /+Anterior/: *ante*, *perante*, *diante de*, *antes de*, *defronte de/a*, *a/em frente de/a*, *em face de*. Elas se calcam em três étimos: Ide. **ant*, Lat. *fronte* e *facie*.

(1) Do ponto de vista etimológico, *ante* deriva do advérbio latino *ante* “adiante, antes, anteriormente” que, por sua vez, “*deriva-se do ide. *ant- ‘testa, fachada, frontispício’*”: Viaro (1994: 178). Em latim, *ante* tinha derivado de *anti*, funcionando como advérbio, prevérbio e preposição de tempo e de lugar, que selecionava acusativo. Segundo Houaiss (2001) s.v. *ante*, a preposição “relaciona por subordinação (vocábulo, termos, orações, etc.) orientando prospectivamente no tempo, no espaço, na noção”; “posição próxima ou frontal”.

O étimo deu origem no Latim a três categorias lexicais, exemplificando o fenômeno da polilexicalização: (1) Como pronome-advérbio¹⁰⁴ locativo e temporal, representava habitualmente um participante da cena localizado diante dos olhos, gramaticalizando-se como preposição, como em “*innumerabiles supra, infra, ante, post mundos esse*” [*existem inúmeros mundos em cima, embaixo, atrás, na frente*], ou o tempo anterior, gramaticalizando-se como advérbio [na terminologia dos autores citados], como em “*tertio anno ante*” [*três anos antes*].

¹⁰⁴ Para uma discussão sobre os pronomes-advérbios (ali denominados pronomes circunstanciais de tempo e lugar), ver Ilari *et alii* (1990). Dada a escalaridade entre pronomes circunstanciais de tempo e lugar e advérbios não predicativos, adotarei aqui a expressão “pronomes-advérbiais” para denominar as expressões de tempo e lugar.

(2) Como preposição, *ante* selecionava caso acusativo, com significado igualmente locativo, como em “*ante oculos ponere*” [pôr diante dos olhos], ou temporal, como em “*ante Romam conditam*” [antes da fundação de Roma]: Gaffiot (1957), s.v. *ante*. (3) Por algum mecanismo semântico de caráter associativo, a expressão desenvolveu o sentido de comparação, aparecendo na locução conjuncional correlativa *ante...quam*, “antes que”.

No latim vulgar, o item vinha reforçado por uma partícula preposta, donde *abante*, *deante*, *exante*, *inante*, casos evidentes de regramaticalização, que apontam para a perda de propriedades do item já naquela época: Ernout-Meillet (1967), s.v. *ante*. Interessante sublinhar que essas partículas de regramaticalização são outras tantas preposições latinas, as quais têm em comum (i) disporem os participantes num percurso, de que se assinala o marco inicial no eixo horizontal, de onde alguém se afasta (*ab*), ou (ii) disporem os participantes no ponto superior do eixo vertical (*de*), ou, finalmente, (iii) situarem-no num ponto de chegada, para o qual alguém se destina ou se inclui (*in*). Essa regramaticalização deve explicar-se pela vaguidão de termos dêiticos como *ante*, *post*. Provavelmente, as preposições agregadas ao advérbio serviam para inserir pontos de referência no espaço, delimitando o ponto inicial ou final.

O português preservou as categorias gramaticais herdadas do Latim, encontrando-se nos materiais (i) o pronome-advérbio *antes*, com -s paragógico, (ii) a preposição *ante*, (iii) as regramaticalizações *avante*, *diante* [*< de in ante*], *adiante* [*< ad de in ante*], a segunda das quais deu surgimento a adverbiais complexos como *de hoje em diante*, e (iv) o prefixo *ante-*, que aparece em substantivos (*antanho*, *antecipação*, *antebraço*, *avanguarda* / *vanguarda*, etc.), pronomes circunstanciais de tempo (*antes-de-ontem*, *anteontem*, *antemanhã*), e verbos (arc. *avantar*, *antevir*, *avançar* [*<* abantiare*]): Machado (1956), s.v. *ante*.

O exame preliminar dos dados revelou que *ante* lexicaliza-se como uma preposição simples em (31-32), pronome-advérbio em (33), preposição complexa em (34), conjunção coordenativa intersintagmática em (35) e intersentencial em (36), conjunção subordinativa em (37) e expressão volitiva em (38):

- (31) [19 2 BA/SA C]/L] *Senhor Redator.- Não posso ficar mudo **ante** o espectáculo doloroso, que acabo de presenciar. Um carroceiro, portuguez, ao que parece, alvo, com barba fechada (...)*
- (32) [19 2 MG/OP A] *Ernesto Augusto de Oliveira, incumbem-se de procuratórios **perante** todas as repartições públicas da capital.*
- (33) [19 1 RJ/RJ A] *No dia 17 de Fevereiro corrente pelas 10 horas da manhã, se perdeo hum Moleque na Praia do Peixe, o qual terá 15 annos de idade; chama-se Matheus, he de Nação Cabundá, com calças de Amiagem, e Camizã de pano de linho; ignora a lingua Portuguezã por ser comprado dias **antes** no Valongo: Quem delle souber, vá falar com João Pereira da Silva, morador na Rua da Ajuda Número 52 ao pé do Coronel Antonio Correa da Costa; e delle receberá boas alhiçanas.*

- (34) *A sala de jantar é **antes da** cozinha.*
- (35) [19 1 BA/SA CJ/R] [*Desgraça fatal! Ou **antes** moles | tia, que tanto persegue a certos | homens, que pelos efeitos de hu- | ma debilidade capital se propõe a dar | Leis ao Mundo, quando elles se não | sabem reger a si proprios.*]
- (36) [19 2 CJ/L] O caipira, é vadio. *Vive em sua casa, | mal barreada, e ali vivem, ou **antes** morrem, | a mulher e filhos, ao desabrigo.*
- (37) [19 2 PR/LO CJ/L] Entretanto (preceitua o mesmo regulamento) quem, **antes** de findar os dous annos, quizer pagar o valor da letra, po- | del-o-há fazer mediante um abatimento correspondente ao | tempo, que faltar para o do seu vencimento.
- (38) [19 2 SP/SP CJ/L] Infeliz homeopatha !... **antes** não tivesse vindo a S. Paulo ! Por certo daria um passo muito mais acertado se tivesse procurado um lugar inculto.

(2) A preposição complexa *defronte* (*de*) (*a*) deriva do substantivo latino *fronte* “fronte”, “testa”, “parte anterior do rosto”: Machado (1956) s.v. *fronte*, que a data do séc. XVI, ao passo que (*a*) (*em*) *frente* (*de*) (*a*) deriva de *frente*, dada pelo mesmo dicionarista como uma variante da primeira forma, datada do séc. XVII. A expressão *fazer frente* a “encarar”, “enfrentar” preserva o sentido primitivo de parte do corpo humano, segundo Ernout-Meillet (1967), s.v. *frons*, *frontis*.

Esses étimos se lexicalizaram como preposições complexas em (39) e (40), e como pronomes-advérbios em (41) e (42):

- (39) [19 1 SP/SP A] *se dirija a chacra cita adereita da estrada que segue para S. Amaro **defronte ao** Capitão Gabriel Henriques Pessoa*
- (40) [19 2 BA/SA CJ/R] *ao entrar em casa, notou que dous | degrãos da escada, que fica sobre a sua loja de charutos, na rua d'Alfandega, **em frente do** | Correio Geral, achavão-se fora do lugar compe- | tente*
- (41) [20 2 PE/RE DID 004] *naquela casa ali **defronte** mora um cidadão que é diretor do SANER...*
- (42) [20 2 PE/RE DID 004] *descobrimos que havia uma diferença muito pequena de nível **d aqui para a frente: daqui da frente** da casa para o final...*

(3) A proposição complexa *em face* de deriva igualmente de um substantivo latino, *facies* “face, semblante, beleza, ar, aparência” (Houaiss 2001, s.v.), cuja forma popular *facia* foi produtiva em outras línguas românicas e no português *facha* “cara” e *fachada* “parte dianteira do prédio”.

Este étimo se realizou apenas como preposição complexa (43) e (44):

- (43) [19 2 PR/CR CJ/L] *Mas, em compensação, os casamentos mul- | típlicaram-se espan-
tosamente, e raro é o dia | em que um homem e uma mulher (às vezes é | uma mulher e um
homem) não sejam unidos á | **face da** Igreja pelos indissolúveis laços do hy- | mineu.*
- (44) [19 2 RJ/RJ CJ/L] *É possível que **em face das** provas | que submetti ao juiz que me
condem- | nou e submetteo aos integros desembargadores, que o Senhor Souto Carvalho |
procurador do Senhor visconde de Santa | Cruz, erre nos seus calculos.*

2.2.2 Preposições indicadoras do espaço /+Posterior/:

São as seguintes as preposições indicadoras do espaço /+Posterior/: *trás, por trás de, atrás de, após, depois de*. Elas se calcam em dois étimos: Latim *ad + trans* e *ad+post*.

(1) *Trás* deriva de *trans*, e *atrás* de *ad+ trans*, “no lado oposto à face (nos humanos), lado oposto àquele que se vê ou de que se fala” (Houaiss 2001, s.v.). *Trans* é uma preposição latina que regia acusativo com o sentido de “além de”, com ou sem movimento.

O étimo deu origem à preposição simples, *trás*, como em (45), não documentado no corpus, às preposições complexas *atrás de, por trás de* (46-48) e ao pronomes-advérbio *atrás*, como em (49):

- (45) ***Trás** mim virá quem melhor me fará. **Trás** aquela fala macia, existe uma grande raiva contida [exemplo de Houaiss 2001, s.v].*
- (46) *Vive correndo **atrás do prejuízo**.*
- (47) [20 2 BA/SA DID 135: 400] *Quando ela nasce, aqui, **por trás** desse casario, compreendeu (...)*
- (48) *Saiu correndo, **atrás de** mais dinheiro.*
- (49) [20 2 SP/SP DID 234: 590] *há dez anos **atrás** os aviões não tinham o conforto de hoje...*

Esse étimo se realizou também como prefixo, como em *transformar*, etc.

(2) *Pós* deriva de *post*, tendo aparentemente se cristalizado como sufixo, como em *pós-graduação*. O item, não encontrado até aqui como preposição no corpus disponível, é documentado por Houaiss 2001, s.v. (“*corria o cão em pós de uma lebre*”). *Após* já é uma regramaticalização da forma anterior, tendo derivado de *ad+ post* “atrás de, depois de, em momento ou ocasião posterior a”. *Depois* é uma nova regramaticalização da mesma

base *post*, de etimologia controvertida. Aparentemente, as formas *de+post* > *depos*, *depois* e *de+ex+post* > *arc.* e *pop.* *despois* entraram em variação, recaindo sobre a primeira a preferência da língua culta.

O étimo se realizou como preposição (50) e, por regramaticalização, como preposição complexa (51-52):

- (50) [20 2 PE/RE DID 004] *e nos mudamos... de qualquer forma... tanto que assim que as últimas jane:las e as últimas portas foram pintadas já: APÓS a mudança...*
- (51) [19 1 MG/OP CJ]/L] *vem pois o supplicante requerer a vossa senhoria se digne man | dar que junta(sic) esta aos autos e sciente este juízo de | ter havido a absolvição fique o supplicante exonerado | do deposito que assignou, visto que o mandado de | levantamento que o executado havia se passar **depois** | da absolvição, ficou de nenhuma força e vigor e com | pletamente extinta a execução e penhora.*
- (52) [20 2 PE/RE DID 004] *vencido o primeiro satisfação do que se QUER e:: preenchendo também êh::... as intenções da consorte... ((ri)) **depois de** muita discussão “não porque a cozinha deve ser maior do que aquilo e:: falta a área da::... áh::... êb: área de serviço...*

Reúno na Tabela 1 os resultados da lexicalização dos étimos examinados.

Tabela 1: Lexicalização de **ant*, *fronte*, *facie*, *trans*, *post*.

ÉTIMO	PRONOME- ADVÉRBIO	PREPOSIÇÃO	CONJUNÇÃO
<i>*ant</i> > <i>ante</i>	81/164 – 49,3%	74/164 – 45,2%	9/164 – 5,5%
<i>Fronte</i> / <i>frente</i>	3/35 – 8,5%	32/35 – 91,5%	---
<i>Facie</i> > <i>em face de</i>	3/16 – 19%	4/16- 25%	9/16 – 56%
<i>Trans</i> > <i>trás</i>	---	1/1 – 100%	---
<i>Ad + trans</i> > <i>atrás</i>	7/7 – 100%	---	---
<i>Ad + post</i> > <i>pós</i> / <i>após</i>	---	1/1 – 100%	---
<i>De + post</i> > <i>depois</i>	21/75 – 28%	28/75 – 38%	26/75 – 34%

A Tabela 1 mostra que o étimo **ant*, mais antigo que os demais, conheceu uma polilexicalização mais acentuada que suas formas variantes, com forte aproximação percentual entre os usos pronômico-adverbiais e os usos preposicionais. Seguem-se *facie* e *de+post*, que se polilexicalizaram igualmente pelas três classes lexicais, com uma frequência de uso um tanto semelhante. Numa dispersão intermediária se concentraram *fronte*/*frente*, que deram origem categoricamente a preposições e muito discretamente a

pronomes-advérbios. Restringiram-se ao uso apenas preposicional *trans* e *ad+post*.

O dispositivo sociocognitivo constituiu o étimo de *antes* e promoveu a criação de várias categorias lexicais, devendo ter operado assim:

As Preposições *ante* e *perante* resultam da ativação de ESPAÇO ANTERIOR e da desativação de TEMPO; *depois de* ativou TEMPO e desativou ESPAÇO POSTERIOR. As Preposições *diante de*, *perante* resultam da reativação de ESPAÇO.

O Pronome-Advérbio *antes* resulta da desativação de /ESPAÇO/ e da ativação de TEMPO.

As Conjunções *e/ou antes*, *antes que*, *antes de* + {r} resultam da desativação de ESPAÇO e da ativação de RELAÇÃO e TEMPO ANTERIOR; no caso da Conjunção volitiva *antes* + subjuntivo, ativa-se também /modo/; e *depois*, *depois que*, *depois de* + {r} resultam da ativação de TEMPO POSTERIOR e da desativação de ESPAÇO POSTERIOR.

3. Semanticização: a construção do sentido

Precisamos sem dúvida entender mais claramente os mecanismos semânticos das línguas naturais, para configurar a agenda da semanticização. A criação e as alterações do sentido são algumas das perguntas básicas a formular aqui. Vejo dificuldades nas explicações que aludem a um desbotamento semântico (“bleaching”, “fading”), como se a permanente criatividade de que é feita a língua implicasse em perdas, sem ganhos, em desmaios, sem despertares. Em contrapartida, parece adequado aprofundar as pesquisas sobre a dêixis, a referência, a predicação, a foricidade e a conexidade, precedendo tudo isso de indagações sobre como criamos os sentidos.

Heine / Claudi / Hünemeyer (1991) formularam o processo de mudança semântica em termos de uma escala que tem seu ponto de partida em categorias cognitivas de base (como ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE), e seu ponto de chegada em conteúdos específicos, fundamentando-se na ação da metáfora o trâmite entre um polo e outro. Essa posição é de interesse para o esclarecimento do processo de semanticização. Convém lembrar que na notação desses autores, as letras maiúsculas remetem a sentidos abstratos, sempre lembrando que em minha representação o sinal “>” significa disposição radial, não linear.

O produto da semanticização são os sentidos das palavras (Semântica lexical), as significações composicionais das expressões multivoculares (Semântica sintática) e os significados inferenciais (Semântica pragmática), estes mais sujeitos que os anteriores à interação concreta entre indivíduos.

3.1 Semantização do item vez

Segundo Ernout-Meillet (1967), a semântica de *uicis* mostra que “do sentido de ‘no lugar de’, *passou-se ao sentido de ‘no turno de’, ‘na vez de’*”. Cunha (1982, s.v. *vez*) destaca outros desdobramentos do sentido básico de lugar: “*termo que indica um fato na sua unidade ou na repetição, ensejo, ocasião*”. Essas observações captam o processo de semanticização do item, no qual se concentraram por metáfora vários sentidos: ESPAÇO (Locativo: “no lugar de”) > TEMPO (“ocasião”) > QUALIDADE (= Aspecto Iterativo: “repetição”).

Nos exemplos transcritos no item 2 deste texto, é possível identificar os seguintes sentidos: Locativo, em que *vez* precisa ser preposicionado (21-25), (26); Temporal (1), (8-9), (23) e (30); Aspectual Iterativo (4-6), (10-14), (16), (17). Novos sentidos, cuja relação com os anteriores precisaria ser explicada, são: Dúvida (18-20), Condição (7) e Causa (27-29). Cunha (1982, s.v. *tal*) assim explica o sentido de *talvez*: “o vocábulo, antes de ter a aceção dubitativa, significou ‘alguma vez’, ‘uma certa vez’”. Portanto, Temporal > Dúvida.

Algumas derivações preservaram os elos acima representados: o Locativo no lat. *uicario* > port. *vigário*, “o que fica no lugar de”, “substituto”; o Temporal em lat. **uicata* > port. arc. *vegada* “uma ocasião”, “uma vez”; o Aspectual em *revezar* “ter seu turno de novo”.

Ilari (1992 e 1998) estudou a semântica de *vezes*, em que discrimina *vez 1*, que “*expressa a reiteração cíclica de eventos*”, construindo expressões que respondem à pergunta *quantas vezes?*, de *vez 2*, “*ensejo*”, “*ocasião*”, “*oportunidade*”, que “*intervém nas expressões certa vez, uma vez, normalmente utilizadas para introduzir desenvolvimentos narrativos bastante amplos*”.

É alta a frequência de uso de *vez*, compondo um adverbial predicativo aspectualizador (Ilari 1992, Castilho 1999 a, b), compondo o semelfactivo, como em:

(53) e **uma vez por semana** eu me dou o luxo de comer do::ces...sabe ? (DID RJ 328: 47).

(54) você disse... **uma vez**... em aulas passadas... que...(RJ 364)

e o iterativo, como em

(55) tu vijas deixa o apartamento e **muitas vezes** essa segurança também pifa (D2 POA 291: 1382).

(56) ao rever os seus objetivos **muitas vezes** o professor se dá conta de que (...) (EF POA 278: 60).

(57) também nós ouvimos... **muitas vezes** (EF POA 278: 361).

(58) a tradução literal... palavra por palavra... **muitas vezes** não permite... (EF POA 278: 167).

- (59) *então uma mesma questão **muitas vezes** pode exigir...ãh... diferentes processos mentais (EF POA 278: 108).*
- (60) *se usa **muito** o termo extrapolação (EF POA 278: 221].*

A iteratividade representada pelos adverbiais constituídos a partir do item *vez* pode ser universal, partitiva ou distributiva, na dependência do especificador do sintagma nominal de que ele é o núcleo.

Na iteratividade universal, o adverbial seleciona a totalidade dos indivíduos que compõem o conjunto verbalizado pela classe-escopo:

- (61) *síntese é **toda vez** que for produzida uma nova comunicação (EF POA 278: 360)*
- (62) *chove em São Paulo **todas as vezes** que saio sem guarda-chuva.*

Na iteratividade partitiva, o adverbial seleciona uma parte dos indivíduos que compõem o conjunto descrito pela classe-escopo, como em *muitas vezes, poucas vezes, às vezes, inúmeras vezes, várias vezes, algumas vezes, uma porção de vezes*. A quantificação partitiva se acentua naqueles casos em que antes de *vezes* aparece a preposição *de*, como em *a maior parte das vezes, a menor parte das vezes*.

Finalmente, na iteratividade distributiva o adverbial seleciona alguns desses indivíduos, omitindo outros:

- (63) ***cada vez** que chego à Universidade, lá está ele plantado na porta.*
- (64) *esse meu orientando me procura **umas vezes** sim, **outras vezes** não, já estou ficando maluco por causa dos prazos.*

3.2 Semanticização das preposições do eixo transversal

Os estudos sobre as preposições sempre reconheceu a importância das categorias cognitivas, sobretudo ESPAÇO, para o estudo dessa classe. Pensam assim Jerônimo Soares Barbosa, gramático português do século XVIII, e Viggo Brondal, teórico da linguagem do século XX: Soares Barbosa (1803: 218-236), Brondal (*apud* Borba 1971: 80), para ficar apenas com esses dois autores.

A literatura sobre as preposições tematiza continuamente a difícil questão de seu sentido. Teriam elas um sentido de base, de que decorreriam sentidos derivados? Ou seriam completamente vazias de sentido, e a semântica das expressões preposicionadas decorreria dos termos que elas relacionam?

Nesta proposta, vou hipotetizar que as preposições têm um sentido prototípico, dado pelas categorias e subcategorias cognitivas, que se desdobram por processos vários em traços semânticos derivados.¹⁰⁵

Os sentidos prototípicos das preposições correspondem às categorias semântico-cognitivas de POSIÇÃO NO ESPAÇO, DESLOCAMENTO NO ESPAÇO, DISTÂNCIA NO ESPAÇO e MOVIMENTO. A categoria de ESPAÇO poderá ser descrita em termos dos eixos horizontal, vertical e transversal. Reuni tentativamente no Quadro 3 as categorias cognitivas de base e derivada, e os traços e papéis semânticos de interesse para esta pesquisa.

Seria ingênuo supor que as preposições espelham perfeitamente os eixos espaciais indicados nesse quadro. Como se reconhece amplamente na literatura cognitivista, “*entre a linguagem e o mundo físico ou objetivo há um nível intermediário que nos chamamos ‘cognição’*”: Svorou (1993: 2). A criatividade humana intervém aí de diferentes modos, promovendo alterações nos sentidos prototípicos, de que derivam as subcategorias de Aspecto, Tempo, Quantidade e Qualidade: Castilho (2002a).

Confrontando a lexicalização das preposições /+Anterior/ com as preposições /+Posterior/, Castilho (2003b) observou que as primeiras aparecem 110 vezes, contra 30 ocorrências das segundas. Conclui-se que os objetos localizados no espaço diante dos olhos integram uma hierarquia cognitiva mais alta que aqueles localizados às costas, numa razão de 79% de usos para /anterior/ versus 21% para /posterior/. Os dados aí compilados mostraram também que as preposições /+Anterior/ levam vantagem sobre as /+Posterior/ também na dispersão entre preposições simples e preposição complexas, apontando para uma representação gramatical mais rica: 2 itens simples para 5 itens complexos entre as /anteriores/, contra 2 itens simples para 2 itens complexos entre as /+Posterior/.

Foi possível também nesse trabalho verificar que as preposições integradas no eixo transversal preservaram com maior ou menor vigor o valor prototípico de ESPAÇO, cindindo-se em duas possibilidades:

O participante que desejamos localizar (= FIGURA) tem à sua frente o participante que serve de ponto de referência (= FUNDO); diremos que essas preposições exemplificam a subcategoria ESPAÇO ANTERIOR. Por assim dizer, a FIGURA “olha” para o participante FUNDO.

¹⁰⁵ As categorias e subcategorias cognitivas são representadas em VERSALETES, e os traços semânticos, entre barras inclinadas.

O participante FIGURA está localizado atrás do participante FUNDO; diremos que essas preposições exemplificam a subcategoria ESPAÇO POSTERIOR. Por assim dizer, a FIGURA se localizou “às costas” do participante FUNDO.

Como vimos no item anterior, a lexicalização desses espaços não se deu com a mesma intensidade na gramática da língua portuguesa, ficando (2) com uma representação mais discreta em relação a (1).

Vejamos agora com detalhe a semanticização dessas preposições.

(1) Preposições que denotam o ESPAÇO ANTERIOR

Ante e *perante* preservam seu valor prototípico quando o FUNDO foi lexicalizado por OBJETO, seja /+ Concreto/, como em (42 a,b), seja /+Abstrato/, como em (43 a,b):

- (65) [19 2 PE/RE CJ/L]O seu comportamento **ante** o tribunal dos jurados ex- | cedeu em exaltação insensata, em brutalidades vio- | lentas todos os actos da sua vida.
- (66) [19 2 MG/OP A] Ernesto Augusto de Oli|veira, incumbe-se de procu|ratorios **perante** todas as | repartições públicas da ca|pital; e bem assim encarre|ga-se de qualquer negocio | concernente a sua profissão | de procurador. Escriptorio | no largo junto á academia de | direitos. | Ouro Preto.
- (67) [19 2 BA/SA CJ/L] Senbor Redactor. – Não posso ficar mudo | **ante** o espectáculo doloroso, que acabo de | presenciar. Um carroceiro, portuguez, ao | que parece, alvo, com barba fechada.
- (68) [19 2 SP/SP CJ/R] se não tivéssemos de quixar-nos primeiramente da pouca reflexão com que tem se exprimido sobre esta materia as pessoas incubidas de deffender os nossos interesses **perante** o jornalismo da corte.

Esses exemplos mostram que os sentidos processados relacionados pela preposição reuniam as condições para a preservação de seu sentido prototípico. Um caso de “linking”, como diria Weinreich (1972).

Uma primeira alteração de sentido ocorre quando passamos de ESPAÇO ANTERIOR para TEMPO ANTERIOR. Quando o dispositivo sociocognitivo desativa na preposição complexa *antes de* seu sentido prototípico de ESPAÇO ANTERIOR, ele ativa ao mesmo tempo o sentido de TEMPO ANTERIOR atribuído à FIGURA. Como se sabe, o trâmite ESPAÇO > TEMPO resulta da categoria cognitiva de MOVIMENTO. Quer dizer que o tempo passado da FIGURA se situa anteriormente ao tempo futuro do FUNDO, como se pode ver em:

- (69) [19 1 BA/SA CJ/L] *Quem incumbiria aos dous mal ama- | nhados correctores, José da Silva Cer- | queira Junior, e João da Silva Barbosa | a andarem dias **antes das** eleições de ca- | sa em casa pedindo votos para Luiz Fer- | nandes?*

Isto é,

- (69 a) *os dois corretores andaram (no passado) e as eleições ocorreram (no futuro).*
(70) [19 2 SP/SP A] *O Doutor Ricardo Gumbleton Daunt obrigado por circuns | tancias imprevistas á partir da capital **antes do** dia que havia | designado, não pode cumprir o seu dever despedindo-se pes | soalmente das pessoas que dignarão honral-o por suas relações | durante a sua estada em São Paulo, e por tanto o faz por este an | nuncio, e á todos*

Nova alteração de sentido ocorre quando o FUNDO for lexicalizado por um EVENTO, fato já anotado por Neves (2000: 720):

- (71) [19 2 PR/LO CJ/L] *e se o maligno | espirito de partido quebrar suas furias **ante** as considerações | do bem publico, que bradão tão alto pela união dos habi- | tantes do Paraná*

Entender como se desenvolveu o sentido de “por causa das considerações” é um desafio e tanto. Provavelmente a alteração envolva a noção de TEMPO contida no EVENTO “consideração”, colocado imageticamente à frente de “quebrar suas fúrias”. Se o tempo do EVENTO-FUNDO ocupa imageticamente um lugar de hierarquia mais alta que o do EVENTO-FIGURA, que ele passa por metonímia a governar, segue-se que “considerações” passa a causador, e “quebrar suas fúrias” passa a causado. Por outras palavras, a metáfora do TEMPO do evento foi o gatilho da metáfora de CAUSA. Nos termos de Fauconnier / Turner (2000), o espaço mental “evento situado num tempo” projeta um novo espaço, o de “evento causador”.

Essa observação confirma a hipótese levantada no Quadro 3, segundo a qual subcategorias semântico-cognitivas tanto quanto traços semânticos derivam de categorias semântico-cognitivas de base.

Estudar o comportamento do pronome-advérbio *antes* poderá talvez deitar novas luzes sobre os passos da semanticização que estamos pesquisando. Vejamos alguns exemplos:

- (72) [19 1 RJ/RJ A] *No dia 17 de Fevereiro corrente pelas 10 horas da manhã, se perdeu hum Moleque na Praia do Peixe, o qual terá 15 annos de idade; chama-se Matheus, he de Nação Cabundá, com*

- calças de Amiagem, e Camiça de pano de linho; ignora a lingua Portuguesa por ser comprado dias antes no Valongo. Quem delle souber, vá falar com João Pereira da Silva, morador na Rua da Ajuda Número 52 ao pé do Coronel Antonio Correa da Costa; e delle receberá boas abriças.*
- (73) [19 2 SP/SP-A] *O abaixo assignado faz sciente aos Senhores | devedores da caça fallida de Dom Victoranno | Jygena, para que quanto antes hajão do annun | ciente no prazo de 30 dias, pena de que não o | fazendo serão indispensavelmente executados. | São Paulo 20 de maio de 1853 | Daniel Senra Cardozo*

Como um operador, esse pronome-advérbio tem seu escopo ora à esquerda, criando um movimento fictício nessa direção, como em [dias ← antes], em (47), ora à direita, com o mesmo papel, como em (48) [quanto antes → hajão]. A associação de ESPAÇO a MOVIMENTO produz a metáfora do TEMPO, que será o tempo anterior ou passado no primeiro caso, ou o tempo posterior ou futuro, no segundo. Um objeto se desloca no ESPAÇO, e ao fazê-lo vai ocupando diferentes pontos na linha do TEMPO.

Esse pronome-advérbio pode tomar como Especificador uma expressão de graduação, como em [muito antes], [pouco antes], [quanto antes], ou de focalização, como em [bem antes]. Com isto, novas especificações de ESPAÇO e TEMPO podem ser obtidas:

Antes: anterioridade proximal
Quanto antes, muito antes: anterioridade distal
Bem antes: anterioridade focalizada

Temos lidado até aqui com a a escala [ESPAÇO > TEMPO > CAUSA]. Se continuarmos examinando os pronomes-advérbio constituídos a partir da mesma etimologia das Preps, será possível agregar também Modo a essa escala. Veja-se o exemplo (38), aqui reproduzido:

- (74) [19 2 SP/SP-CJ/L] *“Infeliz homeopatha! . . . antes não tivesse vindo a | S. Paulo ! | Por certo daria um passo muito mais acertado se ti- | vesse procurado um lugar inculto,*

equivalente a

- (74 a) **que** não tivesse vindo a S. Paulo !

O caráter modal volitivo desse exemplo está implícito no traço de comparação próprio a *antes*, documentado já na latinidade. E é que, assinalando o ESPAÇO situado

à frente do falante, cuja avaliação cognitivamente positiva já foi aqui lembrada, *antes* implícita uma escolha e explícita uma vontade. A comparação está implícita em *vir a São Paulo / não vir a São Paulo* e a escolha está na opção por *não ter vindo a São Paulo*.

Resumindo o que se viu até aqui, nota-se que as preposições estudadas mantiveram o valor semântico primitivo de ESPAÇO e desenvolveram outros sentidos, ao passo que o pronome-advérbio (e também a conjunção coordenativa *ou antes*, a subordinativa *antes que* e a correlativa *antes...do que* não exemplificadas aqui) se limitaram aos valores derivados de TEMPO e MODO. Como então sustentar, em face desses resultados, que o Advérbio deu origem unidirecionalmente à preposição e à conjunção? Nas conclusões apresentarei uma alternativa a esse modo de ver as coisas.

Outras preposições que remetem ao ESPAÇO ANTERIOR revelam igualmente aspectos interessantes do processo de semanticização. Assim, e compararmos as diversas ocorrências do item *face* no corpus examinado, notaremos a importância do trâmite / +Concreto/ > /+Abstrato/ nesse processo. Sejam os seguintes exemplos:

- (75) [19 2 PR/CR CJ/R] *Estala a gargalhada rubra na face dos que a | menospressão, e chora as desgraças d'aquelles | a quem acolhe, acaricia, acalenta.*
- (76) [19 2 BA/SA CJ/R] *O que se não pode contestar é que o governo actual, como seus predecessores ultimos, nada têm poupado para mudar a face da situação finan | ceira nacional e promover o desenvolvimento das | riquezas do paiz.*
- (77) [19 2 PE/RE CJ/L] *Para fazer face aos pagamentos que ainda restam, e concluir a | liquidação das despesas de guerra, esta taxa deverá | ser prorogada até março de 1858.*

Em (75), *face* é um substantivo /+Concreto/, designando parte do corpo humano. Em (76) já se trata de um substantivo /+Abstrato/, algo como “rumo da situação”, “ponto para o qual estamos mirando”, que abre caminho à sua utilização com verbo suporte, como em (77), equivalente de *encarar*, à expressão adverbial *face a face*, e à preposição complexa *em face de*, preservando esta a noção de ESPAÇO ANTERIOR, como em:

- (78) [19 1 BA/SA CJ/L] *muito trabalhou, e despendeo á face | de seus superiores e subalternos, para | obter, como obteve sua reforma*

A mesma escala ESPAÇO ANTERIOR > TEMPO > CAUSA é igualmente documentada nos dados, sempre que o FUNDO seja lexicalizado por um item / +Abstrato/:

- (79) [19 2 BA/SA CJ/R] *E é este o maximo perigo á que nos acha- | mos expostos **em face da** penuria que se | observa nos mercados.*

vale dizer, “por causa da penúria que se observa nos mercados”.

(2) Preposições que denotam o ESPAÇO POSTERIOR

As preposições que denotam o ESPAÇO POSTERIOR sofrem processos idênticos de semanticização.

Destaco primeiramente os exemplos em que foi preservado o sentido etimológico e cognitivo de base. Requer-se para isso que FIGURA e FUNDO sejam expressos por OBJETOS. Nada de estranhar, pois se tem demonstrado que OBJETOS são mais básicos que QUALIDADES e RELAÇÕES, e assim por diante.

Os exemplos mostram que o falante pode inverter a seqüência prevista em 4.2.1, como se pode constatar em:

- (80) [20 2 RJ/RJ D2 355: 610] e ***depois da** sala de estar se você **sobe** um lance de escada você chega a dois quartos e um banheiro e **depois** **Â** mais outro lance e você chega a um outro quarto*

isto é,

- (80 a) *dois quartos depois da sala de estar*
(80 b) *sala de estar antes dos dois quartos*

em que o ponto de vista seleciona a seqüência desejada.

Ativa-se TEMPO e se desativa ESPAÇO POSTERIOR se FIGURA e FUNDO são expressões temporais, como em:

- (81) [19 2 SP/SP CJ/L] *A 16 minutos **depois do** meio dia partio a locomotiva | daquelle ponto. | | Lia-se o entusiasmo e alegria em todos os rostos,*

ou se FUNDO é um evento:

- (82) [19 2 SP/SP CJ/L] *D’antes eu dizia-lhes rua de tal número 20. **Depois do** | borramento do 2 eu só dizia - rua de tal numero cifra.*

A subcategoria TEMPO é preferida para esta preposição complexa, e se mostra mais plenamente realizada nos pronomes-adverbiais e na conjunção subordinativa:

- (83) [19 2 MG/OP CJ/L] *sua vida não foi mais | que um sonho semelhante á roza que vem de desabrochar, | e que **depois** inclina-se sobre a haste, que a sustinha,*
- (84) [19 2 PE/RE CJ/L] *mas asseguro que nunca me fora ella pedi- | da, e só **depois que** se dera o julgamento de inter- | dição pelo juízo de orphãos é que recebi a intima- | ção judicial,*
- (85) [19 1 BA/SA CJ/R] *Agoardente de cochlearia, quantidade sufficiente | para fazer uma massa espessa, que **depois de** se ha- | ver bem limpo o dente enche-se o buraco com ella.*

Ao mover imageticamente o participante de FUNDO para as costas, *depois de* cria o efeito secundário de seqüenciamento, de hierarquização dos participantes:

- (86) [19 1 BA/SA CJ/R] *Um amigo he sem duvida o mais precioso bem | **depois da** saude;*

Esse valor é mais nítido em expressões como *uns após outros, dia após dia*, mencionados por Neves (2000: 723). Estamos aqui a um passo do pronome-advérbio *depois*, como em:

- (87) [19 2 BA/SA CJ/L] *logo á primeira | vista fiquei extremamente surpreendido, | mas vindo **depois** a reflexão, lembrei-me | do seguinte.*

Os materiais não se mostraram ricos nos casos em que o participante se desloca de um polo transversal para outro, como em *de trás para frente, de diante para trás*, etc. A única abonação encontrada foi:

- (88) [19 1 BA/SA CJ/L] *Ora, si o Diario ja disse que diversos ca- | sos se tem dado nesta provincia **antes e de-** | **pois da** epidemia, com todos os sympto- | mas do cholera,*

4. Discursivização: a construção do texto

O entendimento do que seja o discurso tem cindido fortemente a opinião dos lingüistas contemporâneos. Talvez o único ponto comum entre os estudiosos do discurso seja sua determinação de ultrapassar a sentença como limite máximo da análise lingüística, programa a que se ligam igualmente outras vertentes teóricas.

O termo “discurso” envolve pelo menos cinco acepções: (1) Discurso é a execução individual da estrutura lingüística, é o mesmo que fala, e corresponde à *parole* de Saussure. O estudo do discurso assim entendido foi empreendido pela Estilística, de que certas modalidades contemporâneas da Análise do Discurso representam uma continuação. (2) Discurso, ou enunciado (“utterance”) é uma combinação de sentenças, sujeitas a uma regularidade. Alguns modelos estruturalistas empreenderam a descrição desse objeto, sobretudo em línguas ágrafas: Harris, Pike, Grimes. (3) Discurso é o mesmo que texto, entendido como uma estrutura acabada, de que se podem identificar as unidades, os tópicos e sua hierarquia, os processos de conectividade, etc. A Lingüística do Texto adota esta posição. (4) Discurso é o mesmo que interação lingüística em presença, discurso é conversação. O discurso interacional é organizado por um “aparato enunciativo”, que inclui o locutor, o interlocutor, o assunto, e a rede de imagens que os falantes constituem a respeito deles mesmos e de suas pressupostas posições com respeito ao assunto. A Análise da Conversação perfilha este ponto de vista. (5) Discurso é a articulação ideológica contida nos textos. Neste sentido, a Análise do Discurso é uma sorte de nova Filologia, ou de nova Retórica, visto que procura proceder à hermenêutica dos textos, surpreendendo suas “formações discursivas”. A chamada “Análise francesa do discurso” se localiza aqui.

A extrema dificuldade de apreensão de um objeto tão aberto é compensada, em parte, pela convicção de que duas tendências maiores unificam a área: de um lado, uma “Análise do Discurso Anglo Saxã”, que considera as conversações do dia a dia, com o objetivo de descrever suas propriedades formais, e de outro, a “Análise do Discurso Francesa”, que parte de textos escritos num quadro institucionalizado, com o objetivo de interpretá los: Levinson (1983), Mainguenu (1989).

Os “analistas da forma” foram precedidos nos anos 60 por Jakobson, com suas análises das classes de palavras dependentes de uma ancoragem na enunciação, e por Benveniste, com seus ensaios sobre a pessoa, o tempo, e o aparato formal da enunciação. Eles aproximam o discurso da sintaxe, ocupando se de temas tais como tópico sentencial e tópico discursivo, o modo, o tempo, os pronomes, os advérbios e os dêiticos como coesivos textuais, a definitude e a indefinitude, etc. Os “intérpretes do conteúdo” foram precedidos pelos rétores e pelos filólogos, e versam temas tais como o discurso político, religioso, jurídico, missionário, etc.

Vou assumir neste texto os significados (3) e (4); o discurso conversacional oferece as bases para a postulação do dispositivo sociocognitivo, como indicado no item 1; o discurso como texto permite organizar a agenda da discursivização.

O processo de discursivização tem por resultado as categorias textuais de topicalização (= seleção e hierarquia tópica, desvios tópicos por digressão e por parênteses), correção sociopragmática, fluxo da informação, conexão textual, entre outros temas. Alguns linguistas brasileiros têm estudado a discursivização, sem uma elaboração teórica maior: ver, pelo menos, Castilho (1997a: 60), Bittencourt (1999) e Gorski / Gibbon / Valle / Rost / Mago (2002). Essas referências têm o mérito de mostrar que há certo desconforto em tratar os temas acima como casos de gramaticalização, o que significaria fazer confluir para uma mesma dimensão processos lingüísticos de variada ordem. O estudo pormenorizado da utilização das preposições na organização do texto poderia verificar se elas atuam em questões tais como (1) introdução do tópico discursivo, (2) agregação de informação secundária, enriquecendo a elaboração do tópico, via adjuntos, (3) determinação / indeterminação / impessoalização do tópico, (5) articulação do texto, etc. O produto da discursivização é o texto.

Givón (1979) postulou que a Pragmática alimenta a Gramática, sustentando que por gramaticalização também se entende o trânsito das estruturas pragmáticas para a sintaxe. Tornou-se famosa sua explicação de que as construções de tópico se gramaticalizam como sujeito.

À primeira vista, parece estranho que Givón tivesse alargado a escala então vigente para *Discurso* > *Sintaxe* > *Morfologia* > *Morfofonêmica* > *zero*. Afinal, se por Discurso se entende o contrato social que estabelecemos por meio das línguas naturais, como admitir que as categorias interacionais próprias do Discurso pudessem transmudar-se em categorias gramaticais ?

Essa, entretanto, não é a teoria do Discurso esposada por Givón, quando ele distingue em seu texto aqui referenciado o “modo pragmático” do “modo sintático”. Para ele, entende-se por modo pragmático o predomínio da estrutura tópico-comentário, o encadeamento vocabular frouxo e o uso reduzido da morfologia gramatical. O modo sintático, ao contrário, se caracteriza pela estrutura sujeito-predicado, pela subordinação, pela ordem rígida das palavras, e pelo uso elaborado da morfologia gramatical. O primeiro modo se documenta nos pidgins, na linguagem infantil, na linguagem falada não-planejada. O segundo modo se documenta nos crioulos, na linguagem adulta, na linguagem escrita planejada. Conclui-se que o Discurso givoniano é uma sorte de macro-sintaxe que toma o texto por objeto empírico, ou, por outras palavras, a acepção (3) acima.

Muitos ensaios sobre gramaticalização que adotaram esse ponto de vista versaram questões tais como a conectividade textual, a foricidade, a topicalização – em suma, as categorias comumente aceitas como textuais. Célia Maria Moraes de Castilho (com.

peçoal) alertou para o fato de que o “modo pragmático” de Givón segue muito de perto a teoria lingüística dos neogramáticos indoeuropeístas e romanistas da primeira metade do século passado. Autores como Friedrich Diez, Meyer Lübke, entre outros, acreditavam que a sintaxe das línguas passava por duas fases em sua história, indo de uma sintaxe aposicional ou paratática, para uma fase dependencial ou hipotática. No primeiro momento, as palavras se seguiam umas às outras, sem mecanismos gramaticais de conexão – este é o modo pragmático de Givón, o modo da “*loose syntax*”. No segundo momento, surgiam diferentes mecanismos gramaticais de conexão, tais como as flexões morfológicas, a transitividade, as preposições e conjunções – este é o modo sintático de Givón, o modo da “*tied syntax*”.

4.1 Discursivização de vez

Um estudo pormenorizado da utilização de *vez* na organização do texto deveria explorar sua possibilidade de funcionar como tópico discursivo (o que não mais parece ser o caso), de agregar informação secundária, via adjuntos (o que parece ser maiormente seu papel), de contribuir para a construção argumentativa do texto, de marcar a sucessão de determinação - indeterminação ou impessoalização do tema (cf. os efeitos de sentido de *uma primeira vez* e de *toda vez*), de caracterizar a tipologia textual e de até mesmo funcionar como articulador das unidades discursivas. Nesta fase da indagação, examinarei superficialmente apenas estas duas últimas faces da discursivização de *vez*.

O sentido primordial de “ocasião, oportunidade” permitiu que *vez*, na expressão *uma vez*, operasse como iniciador de narrativa, fato já observado por Ilari (1992: 183); vejamos os exemplos (89) e (91). Enquanto tal, parece comum sua co-ocorrência com um verbo monoargumental, como *ser* (*era uma vez*).

Como articulador discursivo, parece que *vez* está engatinhando. O exemplo forjado (90), em que o item vem convenientemente disposto na cabeça do enunciado, poderia documentar esse uso, apesar da dificuldade de captar o sentido de *das vez*. A pesquisa poderá revelar se esse item já funciona como conjunção macrossintática, ou se ainda precisaremos esperar por mais tempo até que essa hipótese se confirme, e assim *vez* tenha a sua vez.

Como articulador discursivo:

- (89) L1 - *por que o quê? por onde passa a barata?... os caminhos que ela faz?... os caminhos...*
L2 - *ah... verdade...*

D1 - e outros animais? como, que fazem pra... pra... com esses animais pra se livrarem deles...

L2 - eu **uma vez**...

L1 - para?

D1 - pra se livrarem deles não, ...

L1 - ah...

D1 - a senhora ia contar uma história... **uma vez**...

L1 - [Baygon...

L2 - ah... eu fui a uma casa antiga... uma casa que pertencia a uma família amiga... então eles queriam que nós fôssemos visitar aquela... aquele solar e... antes de eles venderem queriam que a gente conhecesse (RJ 374)

(90) *Das vez, se você prestar atenção, vai ver que não é bem assim... (port. pop., exemplo de R. Ilari).*

(91) *Uma vez, um rei procurava um príncipe para casar com sua filha.*

4.2 Discursivização das preposições do eixo transversal

Para o estudo das propriedades textuais das preposições, formularemos as seguintes perguntas: (i) que expressões preposicionadas topicalizam o enunciado, isto é, que expressões fornecem o quadro de referências dentro do qual deve ser entendido o enunciado que se segue? é possível identificar as funções dessas construções de tópico? (ii) que expressões operam como conectores do enunciado? (iii) houve variação entre as preposições que desempenham essas funções textuais?

A preservação das categorias de ESPAÇO (ou LUGAR) e TEMPO concorrem para seu funcionamento como CTs, desativando-se o valor de lugar físico e de tempo cronológico, ativando-se sentidos tais como “espaço do discurso”, “tempo do discurso”. Vejam-se os seguintes exemplos de CT Delimitadora:

(92) *Antes de tudo, me explique que assunto é esse.*

(93) [19 2 PE/RE CJ/R] **Ante** tão eloquentes e convicentes palavras, e, ainda mais, perante o § XIV do artigo 102 que, como dissemos, foi um corolano do artigo 5º da constituição do império, permita-nos o Excelentíssimo Senhor bispo que lbe digamos, com profunda magoa, que andou mal aconselhado o seu esclarecido espírito, quando deixou-se dominar pelas razões que exponden no citado capítulo IV da sua estirada pastoral.

(94) [19 2 BA/SA CJ/L] Para nós e **diant**e dos factos, reque- | rimentos e actos do governo o unico | concessionario(sic) em condições de dispor | da estrada é o senhor Leopoldo José da Sil- | va, que nos apresentou escriptura de | cessão em seu favor.

Em (94) são observadas duas CTs Delimitadoras expressas pelas expressões preposicionadas *para nós* e *diante dos fatos*.

Se o núcleo do SN relacionado pela preposição mantém muito vivaz o sentido lexical, bloqueia-se seu uso, o que explica a inexistência de CTs formadas a partir de *fron*te, *frente*, *face*.

São raros os usos destas preposições como conectivos textuais. Como era de esperar-se, restringem-se tais usos à preposição /+Posterior/, que associada a outro dêitico faz a ponte entre “o que foi” e “o que virá”, funcionando como seqüenciador do discurso:

- (95) [19 2 PR/CR CJ/R] **Depois disto**, *para que mais a minha prosa | charra, chilra, chôca, chula?*

Os pronomes-advérbios de mesmo étimo são muito freqüentes como conectivos textuais, como destacaram os pesquisadores do Projeto de Gramática do Português Falado, ao analisarem exemplos semelhantes a:

- (96) [19 2 PR/CR CJ/R] **Depois**, *o amor é extremamente, demasiada- | mente pueril, e até extravagante; é mais lyri- | co do que épico,*
- (97) [19 2 PR/CR CJ/R] **E depois** *o infinito! O céu e o mar; | aqui; ali, o céu e o mar; além ainda, o céu e | o mar! || O céu e o mar! As duas enormes circunfe- | rencias cujo centro está em toda a parte! || E depois Paris! Paris maravilhosa, mag- | nífica, sublime!*

Finalmente, a grande quantidade de adjuntos adverbiais constituídos por essas preposições mostram que seu papel discursivo mais importante é o de agregar informações secundárias à estrutura tópica.

5. Gramaticalização: a construção da sentença

A **gramaticalização** cinde-se em três subprocessos: fonologização (alterações no corpo fônico das palavras), morfologização (alterações que afetam o radical e os afixos) e sintaticização (alterações que afetam os arranjos sintagmático e sentencial), os quais ocorrem simultaneamente, sem uma hierarquia de precedência entre eles. O chamado princípio de unidirecionalidade só pode ser comprovado no interior de cada um desses subprocessos, e será no domínio da palavra que vai ficando o famoso princípio da unidirecionalidade. Acredito que a ação do dispositivo sociocognitivo, uma vez mais

detalhado e melhor entendido, fornecerá as bases teóricas para o entendimento da gramaticalização, da regramaticalização e da desgramaticalização. O produto da gramaticalização são as estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas.

5.1 Gramaticalização de vez

5.1.1 – Fonologização: no singular, o item perdeu uma sílaba, continuando dissilábico no plural. Isso mostra que a palavra não sofreu alterações fonológicas muito profundas, nem mesmo quando usado como afixo.

5.1.2 – Morfologização: a desnominização do item pode acarretar a perda da flexão de número, como em *das vez*.

5.1.3 – Sintaticização:

A defectividade morfológica de *vez* se reflete em suas propriedades funcionais. Com efeito, num pequeno corpus reunido aleatoriamente, *vez* exerce escassamente as funções nominais, predominando a função de adjunto adverbial (51,5%), e a de nexos (39,3%), somando-se as de conjunção e de articulador discursivo, em contraposição ao seu papel como argumento único (6%, exemplos [1] e [10]) e como complemento oblíquo (3,2%, exemplo [6]). Ernout-Meillet destacam que já no latim predominava o uso adverbial, agregando que ele ocorria seja no acusativo, seja no ablativo (como em *nice uersa*, literalmente, “alternado o lugar”).

O grau zero da gramaticalização de *vez* é atingido quando se omite o núcleo do sintagma nominal constituído por *vezes*, restando apenas o especificador quantificador preenchido por *muito*, *pouco*, *bastante*, numa forma aparentemente neutra, preservada a noção de iteratividade:

(98) *esta comida se faz muito na China,*

isto é,

(98 a) *esta comida se faz muitas vezes / habitualmente na China.*

(99) *eu que saio bastante (DID POA 45: 103),*

isto é,

- (99 a) *eu que saio bastantes vezes.*
 (100) *nós visitamos **muito pouco**.* (DID POA 45: 129)
 (100 a) *nós visitamos muito poucas vezes.*
 (101) *se usa **muito** o termo extrapolação.* (EF POA 279: 221)
 (101 a) *se usa muitas vezes o termo extrapolação.*
 (102) *a gente visita **tão pouco**.* (DID POA 45: 120)
 (102 a) *a gente visita tão poucas vezes.*

5.2 Gramaticalização das preposições do eixo transversal

Como hipótese inicial, agruparemos as preposições em pelo menos três pontos em sua escala de gramaticalização: (i) as mais gramaticalizadas, isto é, as que se comportam exclusivamente como preposições (como parece ser o caso de *de, em, a, para, com, por*), (ii) as medianamente gramaticalizadas (*sem, sob, sobre, até, entre, contra, desde, após*) e, finalmente, (iii) as menos gramaticalizadas (*ante, perante, durante, exceto, salvante, salvo, conforme, trás, segundo*). Essa espécie de “escala interna” vai dos itens mais freqüentes e com maior amplitude sintática, para os itens menos freqüentes, de menor amplitude sintática. Como se vê, a escala de gramaticalização das preposições nada tem a ver com sua escala semântica, apresentada no item 3.2, comprovando que não há determinações entre os sistemas lingüísticos.

5.2.1 – Fonologização:

Os itens estudados exemplificam o problema da paragoge de *-s* no pronomes-advérbio *antes*, a prótese de *a-* e a redução do grupo *ns* em *ad+trans* > *atrás*, por regramaticalização de *trans*, o mesmo tendo ocorrido em *post*, alterado para *depois* (<*de+post*), cujo iode deve ter resultado da ditongação da vogal acentuada *o* quando travada por alveolar surda (cf *arroz* > pop. *arroiz*). O item está sendo novamente regramaticalizado, na forma pop. *adispois*.

5.2.2 – Morfologização:

Tratando-se de itens invariáveis, as preposições não têm interesse para o estudo da morfologia flexional diacrônica. Sua importância neste aspecto da gramaticalização se concentra na morfologia derivacional que, entretanto, não será considerada nesta fase do trabalho.

5.2.3 – Sintaticização:

As preposições aqui estudadas desempenham as funções de argumento e adjunto adverbial, com larga predominância desta última função.

A Tabela 2 resume os achados até esta altura da pesquisa.

Tabela 2: Diacronia das funções sentenciais.

		/+ANTERIOR/					/+POSTERIOR/					
SÉC. XIX	Argumentos 5/92 – 6%	Adjuntos 87/92 – 94%					Argumentos 0/0	Adjuntos 25/25 – 100%				
	OI	OBL	Lugar	Tempo	Qualidade	OI	OBL	Lugar	Tempo	Qualidade		
	0/0	5/5	56/87	25/87	6/87	0/0	0/0	1/25	24/25	0/0		
		100%	64%	29%	7%			4%	96%			
SÉC. XX	0/0		10/10 – 100%			0/0		5/5 – 100%				
	0/0	0/0	7/10	2/10	1/10	0/0	0/0	2/5	3/5	0/0		
			70%	20%	10%			40%	60%			

Vejamos alguns exemplos:

(103) Argumento Oblíquo

- [19 2 RJ/RJ CJ/L] *porém recorde-se que temos o bastante coragem de chegarmos **ante os degraos** do THRONO e dizermos ao MONARCHA (...).*
- [19 2 BA/SA CJ/L] *E a prova é que o senhor Babiana confes- | sa esbarrar **dianete delle** quando, combi- | nando datas a seu bel prazer declara | que somente depois de 28 de fevereiro | proximo e no caso de não satisfazeremos | os nossos compromissos para com o senhor | Leopoldo é que elle reclamará o direito | de reversão da linha em seu favor.*
- [19 2 RJ/RJ CJ/L] *porém recorde-se que temos o bastante co- | ragem de chegarmos **ante** os degraos do THRONO | e dizermos ao MONARCHA – “SENHOR os mi- | nistros de V.M.I. arrede de S.I. esses TRAIADORES: o ministro da guerra é UM PREVARICADOR, o ministro do imperio é CONCUSSIO-NARIO, e o fazenda foi com- | vencido perante o jury desta côrte como TESTE- | MUNHA FALSA no processo do Illustre tutor de | V.M.I. E DE SUAS AUGUSTAS IRMÃAS.*

(104) Adjunto adverbial de lugar

- [19 2 MG/OP A] *Ernesto Augusto de Oli|veira, incumbem-se de procu|ratorios **perante** todas as | repartições publicas da ca |pital; e bem assim encarre |ga-se de qualquer negocio | concernente a sua profissão | de procurador. Escrip|torio | no largo junto á academia de | direitos. |Ouro Preto.*

- b) [20 2 BA/SA DID 135: 400] *Quando ela nasce, aqui, **por trás** desse casario, compreendeu (...)*

(105) Adjunto adverbial de tempo

- a) [19 2 BA/SA A] *COITADO! || Grande barulho entre dois ca|sados **antes do** jantar| coitados!!*
- b) [19 1 MG/OP CJ/L] *vem pois o supplicante requerer a vossa senhoria se **digne** man | dar que junta(sic) esta aos autos e sciente este juiz|o de | ter havido a absolvi|ção fique o supplicante exonerado | do deposito que assignou, visto que o mandado de | levantamento que o executado havia se passar **depois** | **da** absolvi|ção, ficou de nenhuma força e vigor e com | pletamente extinta a execução e penhora.*

(106) Adjunto adverbial de qualidade (causa)

- a) [20 2 SP/SP D2 360: 33] *é e:: mas... depois **diante das** dificuldades de conseguir quem me ajudasse... nós:s paramos no sexto filho...*

De um ponto de vista descritivo, a Tabela 3 confirma a assimetria entre as preposições /+Anterior/, em face de /+Posterior/:

(1) /+Anterior/ preenche todas as células dessa tabela, com a exceção esperada do Objeto Indireto, mostrando-se semanticamente conservadora em seus usos adjuncionais, em que predomina a categoria de base Lugar.

(2) /+Posterior/ não opera como introdutora de argumentos e não exemplifica os adjuntos adverbiais de Qualidade, mais alterados semanticamente que os de Lugar e Tempo. Em compensação, essa preposição oferece um percentual mais elevado de Tempo, valor quase categórico nesta subclasse das preposições do eixo transversal.

De um ponto de vista diacrônico, embora disponhamos ainda de poucos dados para o séc. XX, é notável

O desaparecimento do uso argumental nas duas subclasses, o que aponta para uma especialização dessas preposições.

No quadro dessa especialização, fica evidente entre as /+Anteriores/ a tendência a concentrar os usos adjuncionais em Lugar, sendo que as /+Posteriores/ atenuam a tendência a concentrá-los no valor de Tempo.

Vejamos agora a questão da colocação dos adjuntos adverbiais, em que se contata uma preferência pela posição adsentencial, com incursões pobres no interior da sentença, conforme demonstra a Tabela 3:

Tabela 3 – Diacronia da posição sentencial dos constituintes preposicionados

SÉCULO	Posição	/+ANTERIOR/				/+POSTERIOR/			
		Argumento	Adjuntos			Argumento	Adjuntos		
			Oblíquo	Lugar	Tempo		Qualidade	Oblíquo	Lugar
XIX	__S	--	6/56 11%	4/25 16%	--	--	--	11/24 46%	--
	S__	--	34-56 60%	17/25 68%	5/6 83%	--	--	7/24 29%	--
	S_V	--	5/56 9%	1/25 4%	--	--	--	2/24 8%	--
	V_O	5/5 – 100% (pós-verbal)	11/56 20%	3/25 12%	1/6 17%	--	1/1 100%	4/24 17%	--
XX	__S	--	4/7 57%	2/2 100%	1/1 100%	--	--	2/3 67%	--
	S__	--	3/7 53%	--	--	--	2/2 100%	1/3 33%	--
	S_V	--	--	--	--	--	--	--	--
	V_O	--	--	--	--	--	--	--	--

A Tabela 3 mostra que no séc. XIX os adjuntos adverbiais formados pelas preposições em estudo se situam predominantemente às margens da sentença, com 71% dos casos para os Locativos e 84% dos casos para os Temporais, predominando a posição pós-sentencial. Nos restantes casos, localizando-se os adjuntos, respectivamente, em 29% e em 16% no interior da sentença. Essa distribuição se acentua no séc. XX. O achado infirma por um lado a suposição corrente na literatura de que as expressões de Tempo situam-se adjacentes ao V, internalizando-se na sentença, e confirma por outro lado a análise de Tarallo-Kato *et alii* (1992), válida para a língua falada culta do séc. XX, segundo a qual os espaços mais permeáveis à inserção de elementos lexicais são aqueles entre o S e V, e os menos permeáveis são aqueles entre V e O. Seguem-se alguns exemplos:

(107) __S

- a) [19 2 PR/LO CJ/L] **Antes do** estabelecimento de um banco rural (...), não se deve esperar por um movimento lento em favor da colonização.
- b) [19 2 SP/SP A] **Diante de** vantagem tão reaes e incontestaveis, excusado é encarecer os meritos desta machina, e para sua significativa importancia nos limitamos a reclamar em |geral a atenção da lavoura do paiz, a favor da qual revertem os seus beneficios. |

(108) S__

- a) [19 2 SP/SP CJ/L] (...) *curvemos a cabeça **ante** os dictantes (sic) do Altíssimo [20 2 PE/RE DID 004] e nos mudamos... de qualquer forma... tanto que assim que as últimas janelas e as últimas portas foram pintadas já: **APÓS** a mudança...*

(109) S__V

- a) [19 2 PE/RE CJ/L]O seu comportamento **ante** o tribunal dos jurados ex- | *cedeu em exaltação insensata, em brutalidades vio- | lentas todos os actos da sua vida.*

(110) V__O

- a) [19 2 PR/LO CJ/L] *creio até que é uma razão para se organizar quanto **antes** a propaganda agrícola, pois mais depressa atingirá província á sciencia de seus interesses.*
- b) [19 2 BA/SA CJ/L] *sobre o crime do infeliz meu parente José Pinto | de Carvalho, corre-me o indeclinavel dever de affir- | mar que eu nunca me comprometi **perante** o meu | amigo o tenente-coronel Joaquim Elias Machado de | Faria de perseguir ao Srº José Pinto de Carvalho,*
- c) [19 2 PR/CR CJ/R] *Tenho **diante de mim**, e ao alcance da mão, | o excellente livro de versos de Emiliano Per- | netta - Musicas.*

Primeiras conclusões

Nesta proposta, sustento que a postulação da língua como um multissistema permite construir uma teoria da mudança entendida como um conjunto de processos (lexicalização, semanticização, semanticização e gramaticalização), guiados por um dispositivo sociocognitivo tal que em qualquer um desses processos podemos ter momentos de ativação / desativação / reativação de propriedades.

Obviamente os instrumentos de análise precisarão ser refinados, e aumentada a casuística. Com isto, o GT de mudança funcionalista do Projeto para a História do Português Brasileiro poderá organizar sua agenda de pesquisas. Algumas balizas poderiam orientar o debate.

A presente primeira versão desta proposta poderia ser assim sumariada:

- (1) A pesquisa sobre a mudança lingüística precisará definitivamente assumir um caráter interdisciplinar. É claro que para desenvolver indagações sobre a lexicalização, a semanticização, a discursivização e a gramaticalização teremos de reunir uma equipe formada por especialistas nessas diferentes disciplinas da Lingüística. Será esta a

característica mais propriamente funcionalista da presente proposta, se por Funcionalismo entendermos um conjunto de teorias unificadas pelos seguintes postulados: **Postulado 1:** Língua é competência comunicativa, observável em seus usos. Vinculam-se a este postulado as subteorias funcionalistas que sustentam (i) o fundamento cognitivo das línguas, (ii) a busca das regularidades lingüísticas no texto, (iii) a língua como processamento da informação. **Postulado 2:** As estruturas lingüísticas não são objetos autônomos, podendo ser descritas e interpretadas a partir das seguintes propriedades: (i) as estruturas são flexíveis e permeáveis às pressões do uso, e a estabilidade dos padrões morfossintáticos compete com a instabilidade das estruturas emergentes, (ii) as estruturas não são totalmente arbitrárias, (iii) as estruturas são dinâmicas e sujeitas a reelaborações constantes via gramaticalização. **Postulado 3:** a explicação lingüística deve ser buscada nos usos lingüísticos e numa percepção pancrônica da língua.

(2) O gatilho da mudança lingüística reside no dispositivo sociocognitivo, vale dizer, nas necessidades e nas estratégias conversacionais. E como esse dispositivo atua primariamente sobre o léxico, irradiando-se seus efeitos para o Discurso, a Semântica e a Gramática, assume-se que a mudança começa pela palavra. O ritmo da mudança decorre do entorno social, parecendo que comunidades mais heterogêneas aceleram a mudança enquanto as mais homogêneas a retardam. Como se sustenta que o momento decisivo da mudança está nesse dispositivo, reconhece-se a importância do indivíduo, dependendo de sua integração social o maior ou menor sucesso da mudança que possa ter empreendido.

(3) Particularmente com respeito à gramaticalização, seria conveniente deixar de lado a afirmação segundo a qual categorias menores derivam de categorias intermediárias, e estas de categorias maiores, num ritmo unidirecional. Os movimentos sociocognitivos contínuos e simultâneos de agrupamentos de propriedades parecem suficientes para explicar a criação das palavras, e mostram a multidirecionalidade desse processo, nos quadros da lexicalização. A criação do Vocabulário das línguas naturais deve proceder daqui, muito menos do que estranhas mudanças de uma classe para outra. O grande desafio continua a ser a identificação das categorias e subcategorias cognitivas, a cada uma das quais corresponde uma constelação de traços semânticos inerentes, tarefa que poderá desvendar esse mecanismo. Será necessário refinar as pesquisas nessa direção, somando esforços com aqueles que vêm trabalhando na Semântica Cognitiva e na Semântica de traços.

(4) Analogamente, deveríamos retirar de nossa agenda o tratamento derivativo que se estabeleceu entre Gramática, Discurso e Semântica. Deixando de lado uma percepção linear desses sistemas da língua, compreenderemos melhor as relações entre eles se postularmos que são de caráter (i) indeterminado, (ii) pancrônico, (iii) radial, (iv) multidirecional. Juntamente com a lexicalização, os processos de constituição linguística gerados nessas instâncias precisariam ocupar nossas atenções, concentrando-se nossos esforços para o entendimento das línguas naturais em sua dinamicidade. Parece-me claro que centralizar toda a criatividade linguística na gramaticalização restringe e obscurece o entendimento de como as línguas funcionam e de como elas mudam.

(5) No aperfeiçoamento desta proposta, após aumentada a casuística e aprimorada a percepção dos processos aqui mencionados, poderíamos investigar pelo menos os seguintes quesitos: (1) identificar certos correlatos entre categorias de um sistema e de outro, como a correlação entre polilexicalização e polissemia, para ficar com apenas um exemplo; (2) se a mudança tem seu gatilho no ato conversacional, e nos princípios aí fundamentados, quais os correlatos sociais que poderiam ser estabelecidos entre o perfil dos falantes envolvidos e a aceleração ou o retardamento da mudança: para algumas hipóteses, ver Castilho (2002); (3) finalmente, que se poderia aprender mirando a língua falada e a questão da pancronia.

Referências

- ABAURRE, Maria Bernadete M. / RODRIGUES, Ângela C. S. (Orgs. 2002). *Gramática do Português Falado*, vol. VIII: Novos estudos descritivos. Campinas: Editora da Unicamp.
- ABAURRE, Maria Bernadete M. / PAGOTTO, Emilio Gozze (2002). Palatização das oclusivas dentais no Português do Brasil. Em M.B.M.Abaurre / A.C.S.Rodrigues (Orgs. 2002: 557-602).
- ANDERSON, J. M. (1971). *The Grammar of Case. Towards a localistic theory*. Cambridge: CUP.
- BAIÃO, Rosaura de B. / ARRUDA, Júlia (1996). Gramaticalização de *até*. In M. Martelotta / S. Votre / M.M. Cezário (Orgs. 1996: 251-260).
- BARBOSA, Afrânio & LOPES, Célia R. (Orgs. 2002). *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores*. Rio de Janeiro: UFRJ [Projeto para a História do Português Brasileiro].
- BERLINCK, Rosane de Andrade (1997). Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. Com. Ao II Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul, Florianópolis, inédito.

BERLINCK, Rosane de Andrade (2000a). Complementos preposicionados. Variação e mudança no Português Brasileiro, inédito.

BERLINCK, Rosane de Andrade (2000b) Complementos preposicionados no português paulista do século XIX. Comunicação ao IV Seminário do Projeto para a História do Português Brasileiro, Teresópolis, 2001, inédito.

BISOL, Leda (1999/2002). A sílaba e seus constituintes. Em: Neves (Org. 1999/2002: 701-742).

BISOL, Leda (2002). Estudo sobre a nasalidade. Em: M.B.M.Abaurre / A.C.S.Rodrigues (Orgs. 2002: 501-536).

BONFIM, Eneida R. M. (1988). *Advérbios*. São Paulo: Ática.

BONFIM, Eneida R. M. (2000). Vestígios da língua antiga na língua moderna: a preposição *por* com valor final. *Revista do GELNE* 2 (1): 17-20, 2000.

BORBA, Francisco da Silva (1971). *Sistemas de Preposições em Português*. São Paulo: Universidade de São Paulo, tese de livre-docência inédita.

BORBA, Francisco da Silva (1972). Esboço de Fonologia Diacrônica. *Alfa* 18/19, 1972-1973: 245-274.

BRAGA, Maria Luiza (1999/2002). Os enunciados de tempo no português falado no Brasil. Em: Neves (Org. 1999/2002: 407-442).

CALLOU, Dinah Isensee / LOPES, Célia R. (Orgs. 1994). *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Rio de Janeiro*. Materiais para seu estudo. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPEL, vol. III, Diálogos entre dois informantes.

CALLOU, Dinah Isensee / LEITE, Yonne / MORAES, João (2002). Processo(s) de enfraquecimento consonantal no Português do Brasil. Em: M.B.M.Abaurre / A.C.S. Rodrigues (Orgs. 2002: 537-556).

CAMACHO, Roberto Gomes (199/2002). Estruturas coordenadas aditivas. Em: Neves (Org. 1999/2002: 351-406).

CAMACHO, Roberto Gomes (2002). Construções de voz. Em: M.B.M.Abaurre / A.C.S.Rodrigues (Orgs. 2002: 227-316).

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1942/1964/1975). *Princípios de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 4ª. ed.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1957/1972). *Ele* como acusativo no Português do Brasil. In: J. M. Câmara Jr. (1972) *Dispensos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 47-53 [tradução da primeira versão, publicada em francês].

- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1975). *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- CAMPBELL, Lyle / JANDA, Richard (2001). Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences* 23: 93-112, 2001.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (1967). *A Sintaxe do Verbo e os Tempos do Passado em Português*. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [Coleção de Estudos].
- CASTILHO, Ataliba T. de (1978). Para o ensino da história da língua portuguesa. Em A.T. Castilho (Org. 1978, vol. 6, pp. 91-123).
- CASTILHO, Ataliba T. de (Org. 1978/1988). *Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o segundo grau*. São Paulo/Campinas: Sec. da Educação/Universidade Estadual de Campinas, 8 vols. Republ.: São Paulo: Secretaria da Educação, 3 vols.
- CASTILHO, Ataliba T. / PRETI, Dino (Orgs. 1986). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. Materiais para seu estudo. São Paulo: TAQ/Fapesp, vol. I, Elocuções Formais.
- CASTILHO, Ataliba T. / PRETI, Dino (Orgs. 1987). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. Materiais para seu estudo. São Paulo: TAQ/Fapesp, vol. II, Diálogos entre dois informantes.
- CASTILHO, Ataliba T. de (1994). Um ponto de vista funcional sobre a predicação. *Alfa* 38:75-96.
- CASTILHO, Ataliba T. de (1997). A gramaticalização. *Estudos Linguísticos e Literários* 19: 25-63, 1997.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2001). Introdução à Linguística Cognitiva. Relatório à Fapesp, inédito.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2002a). Diacronia dos adjuntos adverbiais preposicionados no português brasileiro. In G. Massini-Cagliari (Org. no prelo). *Estudos Diacrônicos*. Atas do II EdIP. Araraquara: Unesp.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2002b). Unidirecionalidade ou multidirecionalidade? O problema da gramaticalização. Comunicação apresentada na Mesa-redonda sobre gramaticalização, GT de Sociolinguística / XVII Encontro da ANPOLL, Gramado, 2002.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2002c). Aspecto verbal no português falado. Em: M.B.M. Abaurre / A.C.S. Rodrigues (Orgs. 2002: 83-122).
- CASTILHO, Ataliba T. de (2003 a). Reflexões sobre a teoria da gramaticalização. Em: W. Dietrich / V. Knoll (Hrsg.) *Das brasilianische Portugiesische: Perspektiven der gegenwärtigen Forschung*. Münster, no prelo.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2003b). Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no português brasileiro. Em: J. Ramos / M. Alkmim (Orgs.) *Para a História do Português Brasileiro*, vol. VI, no prelo.

- CHEN, M. & WANG, W.S.-Y. (1975). Sound change: actuation and implementation. *Language* 51 (2): 255-281.
- CHOMSKY, Noam (1986). *Knowledge of language. Its nature, origin and use*. New York: Praeger.
- CRAIG, Colette G. (____). Ways to go in Rama: a case study in polygrammaticalization. Em: E. C. Traugott / B. Heine (Eds. 1991: vol. II, 455-492).
- CYRINO, Sonia Maria L. (1999/2002). Elementos nulos pós-verbais no português oral contemporâneo. Em: Neves (Org. 1999/2002: 595-628).
- ERNOUT, Antoine et MEILLET, Antoine (1967). *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, 4ème. éd. Paris: Klincksieck.
- FAUCONNIER, Gilles / TURNER, Mark (2000). *The Way we Think*, in press.
- FÁVERO, Leonor Lopes / ANDRADE, Maria Lúcia C.V.O. / AQUINO, Zilda Gaspar O. (1999/2002). A correção do texto falado: tipos, funções e marcas. Em: Neves (Org. 1999/2002: 53-76).
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FIORIN, José Luiz (2002). Adjetivos temporais e espaciais. Em: M.B.M. Abaurre / A.C.S. Rodrigues (Orgs. 2002: 59-82).
- FLEISCHMANN, Suzanne (1982). *The Future in Thought and Language*. Cambridge: CUP
- GAFFIOT, F. (1957). *Dictionnaire du latin*. Paris: Larousse.
- GIVÓN, Talmy (1979). *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press.
- GUEDES, Marymarcia e BERLINCK, Rosane de Andrade (Orgs. 2000). *E os Preços eram Commodos... Anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Humanitas, Série Diachronica, vol. 2.
- HEINE, Bernd / CLAUDI, Ulrike / HÜNNEMEYER, Friederike (1991). *Grammaticalization. A conceptual framework*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- HILGERT, José Gaston (1987). *A Paráfrase*. São Paulo: FFLCH / USP, tese de doutoramento
- HILGERT, José Gaston (Org. 1997). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de Porto Alegre*. Passo Fundo: Ediupf / Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs, vol. I, Diálogos entre informante e documentador.
- HOUAISS, Antônio / VILLAR, Mauro de Salles / MELLO FRANCO, Francisco Manoel (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- HOPPER, Paul J. and TRAUGOTT, Elizabeth Closs (1993 / 2003). *Grammaticalization*. Cambridge:

Cambridge University Press; 2nd. Ed., 2003.

HUMBOLDT, Wilhelm W. von (1822-1823/1973). *Sobre el Origen de las Formas Gramaticales y sobre su Influencia en el Desarrollo de las Ideas*, trad. esp. de Carmen Artal. Barcelona: Editorial Anagrama, s/d. [1973?]

ILARI, Rodolfo (1992), Sobre os advérbios aspectuais. Rodolfo Ilari (Org.), *Gramática do Português Falado*, vol. II: Níveis de análise linguística. Campinas, Editora da Unicamp, pp.153-192.

ILARI, Rodolfo (1998), *Pela primeira vez* e suas complicações sintático-semânticas. *D.E.L.T.A.* 14 (número especial): 133-153.

JAKOBSON, Roman (1948). L'Aspect phonologique et l'aspect grammatical du langage dans leurs interrelations. Em *Éssais de linguistique générale*. Paris: Les Éditions Minuôt, 1963, pp. 161-175.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu (1999/2002). Funções textuais-interativas dos parênteses. Em Neves (Org. 1999/2002: 131-158).

KATO, Mary / TARALLO, Fernando et alii (1993). Preenchedores sintáticos em fronteiras de constituintes. In: A. T. de Castilho (Org. 1993). *Gramática do Português Falado*. Campinas: Fapesp / Editora da Unicamp, vol. III, pp. 235-271.

KATO, Mary (1999). Estudos brasileiros na perspectiva de Princípios e Parâmetros. *Linguística* 11: 1999, 117-154, republicado em *D.E.L.T.A.*

KEWITZ, Verena (2002). *Gramaticalização de ser e estar no período medieval e no século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado.

KOCH, Ingedore G.V. (1999/2002). Segmentação: uma estratégia de construção do texto falado. Em Neves (Org. 1999/2002: 29-52)

LABOV, William (1972). *Sociolinguistics Patterns*. Oxford: Basil Blackwell.

LABOV, William (1981). Resolving the neogrammarian controversy. *Language* 57 (2): 267-308.

LAKOFF, George (1987). *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago: Chicago University Press.

LANGACKER, Ronald (1992). Prepositions as grammatical(izing) elements. *Leuense Bijdragen* 81: 287-309.

LEHMAN, Winfred Paul (Ed. 1967). *A Reader in Nineteenth-Century Historical Indo-European Linguistics*. Bloomington and London: Indiana University Press.

LEITE DE VASCONCELOS, José (1928). *Lições de Filologia Portuguesa*, 2a. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

- LEMLE, Miriam (1984). *Análise Sintática*. São Paulo: Ática.
- LIMA COUTINHO, Ismael de (1938). *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- LIGHTFOOT, David (1979). *Principles of Diachronic Syntax*. Cambridge: CUP.
- LIGHTFOOT, David (1999). *The development of language. Acquisition, change and evolution*. Malden / Oxford: Blackwell Publishers.
- LIGHTFOOT, David (2006). *How new languages emerge*. Cambridge: CUP.
- LOBATO, Maria Lúcia Pinheiro (1989). Advérbios e preposições, sintagmas adverbiais e sintagmas preposicionais. *D.E.L.T.A.* 5 (1):
- LONGO, Beatriz de O. / CAMPOS, Odette de S. (2002). A auxiliaridade: perifrases de tempo e de aspecto no português falado. Em: M.B.M.Abaurre / A.C.S. Rodrigues (Orgs. 2002: 445-478).
- LYONS, John (1977). *Semantics*. London: Longmans, 2 vols.
- MACÊDO, Anna Maria Nolasco de (1997). *Locuções Prepositivas na Constituição Histórica da Língua Portuguesa*. Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado.
- MACHADO, José Pedro (1956/1990). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 2 vols. / Lisboa: Livros Horizonte.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986). *História do Galego-Português. Estudo Lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (1999/2002). A hesitação. Em: Neves (Org. 1999/2002: 159-194).
- MARTELOTTA, Mário / VOTRE, Sebastião J. / CEZARIO, Maria Maura (Orgs. 1996). *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MARTINET, André (1955). *Économie des changements phonétiques*. Berne: Éditions A. Francke S.A.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas Trecentistas*. Lisboa: Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1991). *Português Arcaico: Fonologia*. São Paulo: Contexto.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1993). *Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1995). *Contradições no Ensino do Português*. São Paulo: Contexto.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1999). Orientações atuais da Lingüística Histórica brasileira. *Lingüística* 11:1999, 155-174. Reproduzido em *D.E.L.T.A.*
- MIOTO, Carlos / KATO, Mary A. (2002). Aspectos sintáticos da subordinação adverbial. Em: M.B.M. Abaurre / A.C.S. Rodrigues (Orgs. 2002, 379-409).

- MOLLICA, Cecília de M. (1996). A regência variável do verbo *ir* de movimento. In: G. M. de Oliveira e Silva e M.M. P. Scherre (Orgs. 1996). *Padrões Sociolinguísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Linguístico.
- MOLLICA, Maria Cecília (1995). *De que falamos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2001). Seria quatrocentista o português implantado no Brasil? Estruturas sintáticas duplicadas em textos portugueses do séc. XV. Em: R. V. Mattos e Silva (Org. 2001, tomo 1: 57-90).
- MORAIS, Maria Aparecida Torres (1999). Rastreamento aspectos gramaticais e sócio históricos do Português Brasileiro em anúncios de jornais do século XIX. Com. Ao III Seminário do PHPB.
- MOTA, Jacyra e ROLLEMBERG, Vera (Orgs. 1994). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de Salvador*. Materiais para seu estudo. Salvador: Instituto de Letras da UFBA, vol. I, Diálogos entre Informante e Documentador.
- MULLER, Ana Lúcia / NEGRÃO, Esmeralda Vailati / NUNES-PEMBERTON, Gelza (2002). Adjetivos no português falado: predicados, argumentos ou quantificadores? Em M.B.M.Abaurre / A.C.S.Rodrigues (Orgs. 2002: 317-344).
- NARO, Anthony Julius (1968/1973). *Estudos Diacrônicos*. Petrópolis: Vozes.
- NARO, Anthony Julius A.J. e VOTRE, José Sebastião (1992/1996). Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma. *D.E.L.T.A.* 8 (2) 285-290. Republicado em A.T.Macedo - C. Roncarati e M. C. Mollica (Orgs. 1996, pp. 51-62).
- NEVES, Maria Helena de Moura (1999/2002 a). As construções causais. Em: Neves (Org. 1999/2002: 461-496).
- NEVES, Maria Helena de Moura (1999/2002 b). As construções condicionais. Em: Neves (Org. 1999/2002: 497-544).
- NEVES, Maria Helena de Moura (1999/2002 c). As construções concessivas. Em: Neves (Org. 1999/2002: 545-594).
- NEVES, Maria Helena de Moura (2000). Estudos funcionalistas no Brasil. *Linguística* 11: 1999, 87-116.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2000). *Gramática de Usos do Português*. São Paulo, Ed. da Unesp.
- NEVES, Maria Helena de Moura / BRAGA, Maria Luiza (1998). Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e de condição. *D.E.L.T.A.* 14 (número especial): 191-208.
- NEVES, Maria Helena de Moura (Org. 1999/2002). *Gramática do Português Falado*, vol. VII: Novos estudos, 2ª. ed. São Paulo / Campinas: Humanitas / Fapesp / Editora da Unicamp.

- NEVES, Maria Helena de Moura / HATTNER, M. D. (2002). Construções comparativas. Em M.B.M. Abaurre / A.C.S. Rodrigues (Orgs. 2002: 123-184).
- NUNES, José Joaquim (1919). *Compêndio de Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- OLIVEIRA, Marco Antônio de (1991). The neogrammarian controversy revisited. *International Journal of the Society of Languages* 89: 93-105.
- OLIVEIRA, Marilza de (2001). A preposição nos grupos verbais: séc. XIX. Comunicação do IV Seminário do PHPB, Teresópolis.
- OLIVEIRA, Marilza (2002). As profrases assertivas no PB. Em: M.B.M.Abaurre / A.C.S.Rodrigues (Orgs. 2002: 413-444).
- OSTHOFF, Herman and BRUGMAN, Karl. (1878). Preface to morphological investigations in the sphere of the Indo-European languages I. Em: W.P. Lehman (Ed. 1967, pp. 18-97, 224).
- PAIVA, Maria da Conceição de / DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (Orgs. 2003). *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Faperj / Contracapa.
- PAUL, Herman (1880/1920/1970). *Princípios Fundamentais da História da Língua*, trad. port. de Maria Luísa Schemman, a partir da ed. definitiva, de 1920. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PEZATTI, Erotilde Goretti (2002). As construções conclusivas em português falado. Em M.B.M. Abaurre / A.C.S.Rodrigues (Orgs. 2002: 185-226).
- PEREIRA, Eduardo Carlos (1915/1933). *Grammatica Historica*, 8a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.
- POGGIO, Rosaura Maria Galvão Fagundes (1999/2002). *Processos de Gramaticalização de Preposições do Latim ao Português. Uma abordagem funcionalista*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia [tese de doutoramento defendida em 1999].
- PONTES, Eunice (1992) *Espaço e Tempo na Língua Portuguesa*. Campinas: Ed. Pontes.
- POTTIER, Bernard (1964). Vers une sémantique moderne. *Travaux de linguistique et de littérature* 2: 107-137.
- RISSO, Mercedes Sanfelice (1999/2002). Aspectos textuais-interativos dos marcadores discursivos de abertura *bom, bem, olha, ah* no português culto falado. Em: Neves (Org. 1999/2002: 259-296).
- ROCHA, Maura Alves de Freitas (1996). Adjuntos sem cabeça no português do Brasil. Em: A. T. de Castilho e M. Basílio (Orgs. 1996). *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp / Fapesp, vol. IV, pp. 341-376.

- ROCHA, Maura Alves de Freitas (2001). *Adjuntos e Adjunções em Fronteiras de Constituintes no Português do Brasil*. Campinas: Unicamp, tese de doutoramento.
- ROBERTS, Ian (1993). *Verb and Diachronic Syntax*. Dordrecht: Foris.
- RONCARATI, Cláudia / ABRAÇADO, Jussara (Orgs. 2003). *Português Brasileiro. Contacto lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Faperj / 7 Letras.
- SÁ, Maria Piedade Moreira - CUNHA, Dóris de Arruda C. da - LIMA, Ana Maria e OLIVEIRA JR., Miguel (Orgs. 1996). *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Recife*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, vol. I: Diálogos entre informante e documentador.
- SAPIR, Edward (1921/1954). *A Linguagem. Introdução ao Estudo da Fala*, trad. de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1917/1968/1972). *Cours de linguistique générale*. Genève: Droz. Trad. ital. de Tullio de Mauro: *Corso di Linguistica Generale*, Bari: Editori Laterza, 1968. Trad. port. de ?? *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- SEABRA, M.C.T.C. de (1994). *Uma Abordagem Diacrônica das Construções de Tópico em Português*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação de mestrado).
- SILVA, Ademar da (2002). A sobreposição modal em ir + infinitivo. Em: M.B.M. Abaurre / A.C.S. Rodrigues (Orgs. 2002: 479-500).
- SILVA, Giselle Machline de O. e (1999/2002). Anatomia e fisiologia dos marcadores discursivos não-prototípicos. Em: Neves (Org. 1999/2002: 297-350).
- SVOROU, Soteria. (1993) *The grammar of space*. Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins.
- SWEETSER, Eve (1990). *From Etymology to Pragmatics*. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge/New York: CUP.
- TARALLO, Fernando / ALKMIN, Tânia (1987). *Falares Crionlos. Línguas em Contacto*. São Paulo: Ática.
- TARALLO, Fernando / KATO, Mary (1990). Rupturas na ordem de adjacência canônica no português falado. Em: A. T. de Castilho (Org. 1990). *Gramática do Português Falado*. Campinas: Fapesp / Editora da Unicamp, vol. I, pp 29-93.
- TARALLO, Fernando / KATO, Mary et alii (1992). Preenchedores em fronteiras de constituintes. Em: R. Ilari (Org. 1992). *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, vol. II, pp 315-356.
- TARALLO, Fernando; KATO, Mary; OLIVEIRA, Célia Terezinha; CALLOU, Dinah; OLIVEIRA, Dercir Pedro; BRAGA, Maria Luíza; ROCHA, Mauro de Freitas Alves; BERLINCK, Rosane. (1990). Rupturas na ordem de adjacência canônica no português falado. Em: CASTILHO, A. T. (1990) (org.).

TRAUGOTT, Elizabeth Closs / HEINE, Bernd (Eds. 1991). *Approaches to Grammaticalization*, 2 vols. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1985). Sobre as possíveis razões da ausência e presença da preposição no objeto direto. *Letras e Letras* 1 (1): 15-38 [Universidade Federal de Uberlândia].

TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1999/2002). O relevo no português falado: tipos e estratégias, processos e recursos. Em: Neves (Org. 1999/2002: 77-130).

URBANO, Hudinilson (1999/2002). Aspectos basicamente interacionais dos marcadores discursivos. Em: Neves (Org. 1999/2002: 195-258).

VIARO, Mário Eduardo (1994). *Das Preposições Latinas às do Português e do Romeno: derivações semânticas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado.

VIARO, Mário Eduardo (1995). Sobre a presença de *tenus* no Ibero-Romance. *Confluência* 4: 269-277 [Assis, Faculdade de Ciências e Letras].

VIEGAS, M.C. (1987). *Alçamento das Vogais Médias Pretônicas*. Belo Horizonte, UFMG, Diss. de Mestrado.

WEINRICH, Uli (1972). Pesquisas em teoria semântica. Em: L.M.P. Lobato (Org. 1977). *A Semântica na Linguística Moderna*. O Léxico. Seleção, introdução e revisão técnica. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, pp. 165-273.

WEINREICH, Uriel / LABOV, William / HERZOG, Marvin (1968). Empirical foundations for a theory of language change. Em: W. Malkiel / Y. Malkiel (Eds.) *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, pp. 95-188.

ZÁGGARI, Carlos (1988). *Fonologia Diacrônica do Português*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.

CADEIAS DE GRAMATICALIZAÇÃO E LEXICALIZAÇÃO

por

Sônia Bastos Borba Costa

Universidade Federal da Bahia, Grupo PROHPOR

Sobre o tema que escolhi, receio só ter questionamentos a apresentar, pincelados por poucas intervenções propositivas. Mas espero poder contribuir com a aplicação de algumas das questões a dados de minha análise de cento e sessenta e um advérbios, simples e locucionais, de conteúdo semântico espacial e temporal, observados quanto a algumas subcategorias semânticas, à formação morfossintática e à foricidade, em nove textos do século XVI¹⁰⁶.

Observei também, sistematicamente, as ocorrências dos advérbios recolhidos, nos *Diálogos de São Gregório*, texto do século XIV, através da análise deles empreendida por Mattos e Silva (1989); no texto da *Lenda do Rei Rodrigo*, da *Crônica Geral de Espanha*, também do século XIV, na edição de Cintra (1964), e na *Crônica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, texto do século XV, na edição de Macchi (1966), os dois últimos a partir de minha leitura. Assistemáticamente, considereirei, também, em alguns casos, a situação do advérbio analisado no português atual, a partir de minhas próprias observações ou de estudos de outros.

A compreensão corrente do processo de Gramaticalização o entende como um dos processos de mudança lingüística, pelo qual itens lexicais, com referentes extralingüísticos, vão gradativamente assumindo sentidos e funções intralingüísticas, num crescendo funcional e abstratizante até que, após percorrer um pressuposto *continuum* de conceptualizações e funções lingüísticas, paralelamente a desgaste fônico,

¹⁰⁶ *Carta de Pero Vaz de Caminha*, texto de 1500, na edição de Silvio Batista Pereira (1964); *Cartas de D. João III* (vinte e duas cartas), escritas entre 1521 e 1532, na edição de J. D. M. Ford (1931); *Cartas da Corte de João III* (quarenta e seis cartas), escritas entre 1530 e 1562, na edição de J. D. M. Ford e L. J. Moffatt (1931); *Gramática da Língua Portuguesa*, texto publicado em 1536, de autoria de Fernão de Oliveira, na edição de Amadeu Torres e Carlos Assunção (2000); *Gramática da Língua Portuguesa, Diálogo em Louvor de Nossa Língua e Diálogo da Viciosa Vergonha*, textos publicados em 1540, de autoria de João de Barros, na edição de Maria Leonor Buescu (1971); *Ásia de João de Barros* (primeira e segunda década) textos de meados do século XVI, de autoria de João de Barros, na edição de Baião (1932); quota de 2.897 linhas.

podem vir a desaparecer enquanto formas ou reinserir-se no discurso, exercendo funções variadas. Assim, independentemente da denominação de *continuum*, cadeia, seqüência, linha ou *cline*, a concepção do que preferi aqui identificar por cadeia, tem como implícitas as noções de **continuidade**, **gradualismo** e **unidirecionalidade**, que, no meu trabalho, tenho identificado como propriedades do processo de Gramaticalização, já que são características definidoras do mesmo. Com efeito, senti necessidade de distinguir, no cipoal de termos que detalham o processo de Gramaticalização, as propriedades, que caracterizam **o que é** o processo (unidirecionalidade, gradualismo, trajetos universais, uniformitarismo), das motivações ou gatilhos, que estabelecem **o porquê** (como a expressividade, por exemplo), dos mecanismos, que estabelecem **o como** (como a metáfora ou a divergência), dos estágios, que estabelecem **o até onde** (como a sintaticização ou a redução fonológica), dos parâmetros, que estabelecem **medidas de avaliação dos estágios atingidos** (como peso e coesão).

Ao meu ver, na compreensão da cadeia, estão interrelacionados dois tipos de *continuum*: o *continuum* conceitual, que chamo de tipo a, e o *continuum* morfossintático, que chamo de tipo b, os quais caracterizo como a seguir:

a) conceitos-fonte → conceitos-alvo: este *continuum* diz respeito a processos produtores de significado, relativos ao mundo extralingüístico, que ligam o mundo real ao mundo mental;

b) discurso → sintaxe → morfologia → fonologia → Ø/discurso: este *continuum* diz respeito à passagem do mundo mental ao lingüístico e, neste, de níveis de estruturação mais amplos a mais restritos, tanto no sentido paradigmático quanto sintagmático, o que implica em maior paradigmaticidade e maior coalescência, no sentido de Lehmann (1982);

A Teoria da Gramaticalização parece também pressupor que os mecanismos de implementação desse processo de mudança gradual apresentem certa ordem de atuação, o que configura o que chamo de *continuum* do tipo c, ou seja, aquele que explicitaria a ordem de emergência dos mecanismos que estabelecem a passagem pelos estágios de sintaticização, morfologização, redução fonológica e estágio zero.

O tipo de *continuum* a, relativo aos processos mentais, cognitivos, costuma ser representado pela seqüência pessoa → objeto → atividade → espaço → tempo → qualidade, partindo da comprovação de que são as relações egocentradas aquelas a

que, muito freqüentemente, o falante recorre como ponto de partida da expressão lingüística. Assim, por exemplo, concentrando-nos na segunda metade do *continuum*, elementos que expressam locação se gramaticalizam em expressões de posse; elementos que expressam direção se gramaticalizam em expressões de finalidade; elementos que expressam companhia se gramaticalizam em expressões de instrumento e, posteriormente, causa, etc.

Relativamente a esse tipo de *continuum*, gostaria de trazer à nossa consideração algumas reflexões:

1) **A irreversibilidade da projeção metafórica** - A questão da unidirecionalidade é pleiteada, também, para processos cognitivos mais gerais que, de acordo com a teoria, estão implicados na Gramaticalização, como a extensão metafórica. Segundo Lakoff e Johnson (1980:108-109), a metáfora também é unidirecional, no sentido de que mapeia, projeta um domínio fonte em um domínio-alvo e não vice-versa. Assim, diz Lakoff (1998), se se diz *Deus é mulher*, destacam-se aspectos como a capacidade de alimentar, a bondade, o cuidado. Mas se se diz *Mulher é Deus*, outros aspectos do conceito de mulher podem interferir, como a interpretação de que as mulheres são perigosas, o que explicita que não se invertem aleatoriamente os termos de uma metáfora.

Como os caminhos da criatividade são vastos, lembro-me de uma frase que vi em vitrine que homenageava o Dia Internacional da Mulher:

(1) *É preciso ter peito pra ser mulher*

Para mim, o efeito expressivo dessa frase é exatamente a possibilidade da reversão metafórica. Assim, o sentido do nome peito, que é domínio-fonte da conhecida e, portanto, um tanto desgastada projeção metafórica *ter peito > ter coragem*, nessa formulação é ambíguo, porque tanto funciona como o referido domínio-fonte, para a leitura:

(1a) *É preciso ter coragem pra ser mulher,*

como recupera sua iconicidade, e portanto é revertida para uma leitura não-metafórica:

(1b) *Toda mulher tem peito.*

ou

(1c) *Só é mulher se tem peito.*

2) **A precedência de mecanismos cognitivos/semânticos em relação aos mecanismos morfossintáticos** - Em geral, admite-se, ainda que tacitamente, que os mecanismos de alteração semântica precedem os mecanismos que afetam a morfossintaxe, mas há indícios de que não há essa restrição. Bom exemplo é o do nome *fundo*, provindo de *fundūs*, *-i*, nome latino, ‘fundo, base’. Esse foi o núcleo lexical que predominou até o século XV para a expressão adverbial do plano inferior. A forma adverbial latina clássica *infra* não continuou, pelo menos como base de adverbiais, no vernáculo português, enquanto a forma do latim tardio *jusum* continuou no português arcaico *juso*, forma não documentada no *corpus* analisado por mim. Até o século XVI, a gramaticalização do termo *fundo* parece ter-se dado no nível morfossintático, evidenciando deslizamento no *continuum* estritamente lingüístico, mais que no *continuum* conceitual propriamente dito (semântico), visto que, de nome, elemento lingüístico mais lexical, signo lingüístico denominativo de elemento do mundo, passa, ao atuar precedido de preposições (**a, de, ataa, pera**), a componente de adverbial, sem que seu conteúdo significativo propriamente dito tenha sido recortado e/ou generalizado. Posteriormente, ao que parece, o adverbial veio também a gramaticalizar-se no *continuum* conceitual, posto que, na atualidade, é também reconhecido no sentido de ‘base mental, psicológica’, em frases como:

(2) *No fundo, ele te quer bem.*

3) **O entendimento de que a categoria tempo se segue à categoria espaço** - Estou aqui considerando pacífico que **espaço** é categoria cognitiva básica, tal como várias abordagens já demonstraram à larga (Lakoff e Johnson, 1980; Svorou, 1993; Lyons, 1978, entre outras), e que **tempo** é posterior a **espaço**. No *corpus* analisado, a incidência da cadeia **espaço > tempo** é observada em muitos casos, dos quais o quadro a seguir é ilustrativo:

Quadro 1: Quadro de trajetória semântica de algumas formas-fonte de adverbiais espaciais e temporais portugueses, do latim ao século XVI

	LATIM			PORTUGUÊS (CORPUS)			PORTUGUÊS ATUAL						
	ESPAÇO		TEMPO	NOÇÕES ABSTRATAS	ESPAÇO		TEMPO	OUTROS	ESPAÇO		TEMPO	OUTROS	
	estrito	extensivo			estrito	extensivo			estrito	extensivo			
<i>Āntē</i>	x		x			x	x	x	preferência	x	x	x	preferência
<i>Cymā</i>	x					x	x	x		x	x	x	acréscimo
<i>Fūndūs</i>	x					x				x	x		
<i>Hīc</i>	x					x	x	x	correlação aditiva	x	x	x	
<i>Hōrā</i>			x					x				x	alternância conclusão
<i>Īllīc</i>	x					x	x	x		x	x	x	
<i>Intūnc</i>			x					x	conclusão			x	conclusão encadeamento
<i>Jām</i>			x	correlação contrajuntiva				x	confirmação conclusão			x	contrajunção
<i>Īllac</i>	x					x	x		afastamento subjetivo	x	x	x	afastamento subjetivo
<i>Lōcūs</i>	x		x					x				x	conclusão
<i>mēdīum</i>	x		x			x	x			x	x	x	
<i>pūtāccīum</i>	x					x		x		x	x	x	
<i>Pōst</i>			x			x	x	x	acréscimo	x	x	x	acréscimo
<i>prāesto (*prettu)</i>	x					x	x	x		x	x	x	modo
<i>prīmāriūs</i>	x							x	modo	x	x	x	modo
<i>Sēmpēr</i>			x					x	confirmação			x	confirmação
<i>Trans</i>			x			x	x	x		x	x	x	

O que a minha análise me demonstrou, por repetidas vezes, e que, por isso, acho importante que se observe com cautela, é a posição, nessa sequência, do que chamarei espaço **estendido** (ou **não-físico**, ou **abstrato**). A partir dos meus dados, constatei que espaço **estendido** segue-se imediatamente a espaço **estrito** (ou **físico**, ou **concreto**), colocando-se, portanto, antes de **tempo** e não após **tempo**. O que categorizo como espaço **estendido** compreende, no *corpus* analisado, a referência à estrutura do texto, ou a referência à representação gráfica, ou ao desenrolar de um raciocínio ou de um relato. Vejam-se os exemplos:

(3) *E onde ham de servir e quantos accidentes tem, particularmente trataremos **ao diante**, no título da Ortografia (Gramática da Língua Portuguesa, p.296, ls.16-17).*

(4) *Esta letra .e. pequeno tẽ figura darco de besta cõ a polgueira **de cima** de todo em si dobrada. (Gramática da Linguagem Portuguesa, p.16, ls.11-12).*

(5) *A figura do .E. grãde parece hũa boca bẽ aberta com sua língua **no meyo** e tão pouco não tẽ outra diferença da força de .e. pequeno. (Gramática da Linguagem Portuguesa, p.16, ls.13-15).*

(6) *Onde [h]á sapiência, [h]á virtude, [h]á constância e fortaleza. (Diálogo da Viciosa Vergonha, p.456, l.8)*

Inicialmente, pensei tratar esse tipo de espaço, devido à sua “abstração”, como incluído na posição posterior a **tempo**, identificada às vezes, como **noção** ou **qualidade**, o que não se confirmou. Mas, se reservarmos ao espaço **estendido (abstrato)** a segunda posição, a sequência parece se confirmar.

A maior parte das questões em aberto relativamente à cadeia de gramaticalização, contudo, são afetadas ao *continuum* do tipo **b**. Esse *continuum*, intralingüístico, pode ser detalhado com mais segurança, se partirmos da sintaxe, visto que a ligação do nível do discurso com o nível sintático ainda permanece bastante obscura. Não se tem conseguido oferecer exemplos de seqüência ininterrupta, que cubra esses níveis como um todo, mas parcelas dela têm sido estabelecidas, como o entendimento de que frases se gramaticalizam em sintagmas ou nomes compostos, itens lexicais se gramaticalizam em itens gramaticais, dependentes ou presos, e morfemas se gramaticalizam em apêndices fônicos, com conteúdo semântico reduzido ou de todo apagado. Assim, em um pólo estão o que se costuma chamar os signos lexicais, de referentes extralingüísticos, e, no outro, o desaparecimento da forma enquanto signo, quer por sobrevivência apenas como som, quer por desaparecimento material, quer por se ressignizar, passando a elemento componente do discurso.

Segundo Castilho (2003:34), a sintaticização de um item lexical compreende dois domínios, a mudança de categoria sintática do item e a “incorporação de um item lexical na sentença, quando um predicador lhe atribui casos e papéis temáticos”. Ao nosso ver, a esse último domínio é que, mais propriamente, cabe o rótulo, ou seja, a captura de um item mais “solto” na composição discursiva para a estrita estrutura sintática da língua, isto é, a assunção de papéis temáticos, de acordo com o que pleiteia Givón

(1979), quando apresenta o nível do discurso e da sintaxe como os dois primeiros estágios do processo de Gramaticalização. Quanto ao primeiro domínio, ou seja, a mudança de categoria sintática, a denominação *sintaticização* não nos parece tão pacífica, visto que o item já estava sintaticizado, como argumentarei a seguir. Aliás, Castilho ressalta que, se cada item lexical dispõe de propriedades gramaticais que o integram em diferentes classes léxico-semânticas, sua gramaticalização será, portanto, mais propriamente um processo de *recategorização*.

Outra questão relativa a esse estágio é bem mais espinhosa e vamos sintetizá-la com a pergunta: É possível a existência de um item lexical, inserido na *fala*, sem que este seja sintaticizado? Sabemos que o discurso é estruturado, embora possamos ainda não saber bem como isso se dá. Qual seria o processo de estruturação discursiva, se não o considerarmos como sintaxe? Como já tratamos, parece-nos estranho colocar o discurso como primeiro ou como último nível, mas sempre fora do nível sintático. O entendimento de que o discurso é o ponto de partida, isto é, de que o elemento-fonte é extraído do discurso, não nos parece abordagem adequada, visto que, sendo a Gramaticalização um processo de mudança lingüística, claro está que todo seu devir se dá em discursos, através de discursos. Assim, tanto um elemento extenso como *vamos dizer assim*, quanto um elemento como *diz que*, quanto elementos em estágios finais de Gramaticalização, como *né?* ou *tá?* estão nos discursos. O discurso não deve ser considerado, ao nosso ver, como um dos elos da cadeia, que preceda, por exemplo, a sintaxe, ou que suceda, por exemplo, a morfologia ou a fonologia. O discurso os apropria todo o tempo. Se se quer insistir na metáfora visual da cadeia, ele a margeia, como a semântica margeia os níveis do significante (a sintaxe, a morfologia, a fonologia), sem precedê-los ou sucedê-los. Assim, o primeiro passo do processo de gramaticalização talvez não devesse ser referido, como fez Givón, como uma passagem do discurso à sintaxe, mas como uma passagem da *parole à langue*, como via Saussure, ou como da *fala à norma*, como viu Coseriu.

Outra questão inquietante, para a qual não encontramos ainda na bibliografia abordagem detida, é a que envolve os processos de “interderivação” lexical, como, por exemplo, a posição relacional de nomes e verbos entre si, no que diz respeito ao *continuum* categorial.

Na área intermédia do *continuum* do tipo **b**, situam-se as várias categorias de signos linguísticos cada vez mais referidas à própria estrutura linguística, à medida que avança o *cline*, a cadeia. Quando se observa a repetida proposta de cadeia morfossintática, a saber: N / V → ADJ / ADV → PREP / CONJ → MORFEMAS PRESOS, pode-se perguntar se, do ponto de vista semântico, está implícito que:

a) a denominação precede a predicação?;

b) as relações intercategoriais (coordenação, subordinação de variados tipos, complementação, adjunção) são posteriores à predicação? Ou seja, denominadores passam a predicadores que passam a interrelacionantes (nexos)?

É consensual admitir-se que os adverbiais ocupam, no *continuum* que identifiquei como **b**, posição intermediária, que partilham com os adjetivos, sendo que os adjetivos, na cadeia, precedem os advérbios. Do ponto de vista semântico, lemos essa formulação como a admissão de que, por exemplo, a vinculação ao espaço (localização) e ao tempo (temporalização) são secundárias relativamente à denominação, embora não necessariamente dispensáveis à formulação do enunciado, e precedem os elementos terciários (os nexos). De fato, a larga maioria dos advérbios do meu *corpus* confirma essa postulação: parecem ser provindos, quer ainda no latim, quer já no português, de nomes, adjetivos ou verbos e, muitos deles, produziram conjunções ou nexos discursivos vários.

Retomemos agora o ponto mais candente da questão da **unidirecionalidade** aplicada à Teoria da Gramaticalização: trata-se da fronteira entre léxico e gramática, aliás, a pedra de toque da pleiteada distinção entre processos de *gramaticalização* e processos de *lexicalização*. Traugott (2003:136) cita uma reflexão de Lass (2000), que questiona: se formas gramaticais sempre vêm de formas lexicais, então o princípio do uniformitarismo seria violado, visto que nunca houve uma língua só lexical, para que, em outro estágio dela, palavras gramaticais se desenvolvessem desses primitivos. Traugott contra-argumenta no sentido de que o processo de Gramaticalização não começa em itens lexicais como entidades independentes, mas a partir de certas construções. Além disso, continua, não há nem houve para nenhuma língua um tal estágio A, que tenha sido o repositório de todos os itens lexicais do estágio B. Lexemas diferentes se desenvolvem em diferentes épocas.

Ao nosso ver, até agora, há uma afirmação sobre as palavras ditas gramaticais que não apresentou contra-exemplos: desconhecem-se palavras gramaticais que não venham ou de uma palavra gramatical na língua originária ou de uma palavra lexical na língua em tela, ainda que a fonte de Gramaticalização seja apenas o morfema lexical básico do item lexical que irá constituir a nova palavra. Temos, como exemplo, casos de locução formadas por itens lexicais afetados por operadores de gramaticalização (geralmente preposições) que, diacronicamente, vêm a configurar itens gramaticais. Observe-se a seguinte possível seqüência:

- (7) *Aquela **vez** foi a primeira em que o vi.*
- (8) *Ela comprou tudo **de vez**.*
- (9) *Estudou português **em vez** de inglês.*
- (10) *Estudou português, **vez que** não encontrou professor de inglês.*

Até onde eu sei, desconhecem-se, também, cadeias reversas, no sentido de que o **mesmo** item gramatical tenha ocupado, no processo diacrônico, posições sucessivamente anteriores, até reverter a item lexical.

Para uma reflexão sobre a constituição do acervo lexical das línguas, lembro Heine, Claudi e Hünne Meyer (1991:27), quando apresentam os processos de *lexicalização* que poderíamos chamar de básicos, ou seja, processos que permitem o surgimento de novos itens lingüísticos em qualquer língua, aqui apresentados de forma aproximada e sem obedecer a sua ordem: criação de combinações arbitrárias de sons; criação de onomatopéias, ou seja, uso de combinações motivadas de sons; composição e derivação a partir de formas lexicais e gramaticais já existentes na língua; extensão de uso de formas já existentes, através de estratégias como transferência analógica, metonímia, metáfora e semelhantes; e adoção de empréstimos de outros dialetos ou línguas. Ou seja, tratam a questão de como morfemas lexicais básicos, raízes, são inseridos no sistema de uma língua.

Hopper (Ramat e Hopper, 1998: 149 e 154), tratando a incorporação de elementos no léxico de uma língua, propõe a denominação **fonogênese** para referir casos de perda de função do elemento lingüístico e conseqüente saída da gramática. Segundo ele, esse elemento pode contribuir para criar novo material lexical, o que faria do léxico uma camada sedimentada de morfemas desusados, uma espécie de “cemitério” de morfemas. Assim, poderíamos acrescentar aos processos de incremento lexical listados acima um outro que consistiria na incorporação de elementos ditos gramaticais, tornados obsoletos.

Já para Cabrera (Ramat e Hopper, op. cit.: 214, 217e 218), *lexicalização* é o processo de criação de itens lexicais a partir de unidades sintáticas. As unidades-fonte para a lexicalização não são itens lexicais, mas palavras ou frases sintaticamente determinadas. Expressões idiomáticas constituem os melhores exemplos desse processo. Avançando nessa linha de raciocínio, interpreta a criação lexical como decorrente de uma cadeia que atua exatamente na direção inversa à da gramaticalização, cujas propriedades seriam:

- a) Consistir em um processo lexicotélico
- b) Afetar palavras, frases e sentenças sintaticamente determinadas
- c) Alimentar o léxico e sangrar a sintaxe.

A mim parece que, embora os dois processos possam ser verificáveis, não se poderia atribuir a eles, com exclusividade, o incremento do acervo lexical de uma língua.

É sobre a questão de precisar em que ponto da cadeia morfossintática se localizará o morfema lexical inserido que proponho o seguinte raciocínio: ao meu ver, não importa em que ponto da estrutura o elemento venha a ser inserido, embora pareça ser mais natural a inserção como morfema lexical básico das ditas palavras *lexicais*. Se houve inserção, está disponível para preencher todas as categorias, sendo o léxico, portanto, como quer Castilho (2003:11-13), o módulo central de onde irradiam todos os outros. Mas o módulo central é o **acervo lexical**: não apenas os elementos lingüísticos que se costumam denominar *itens lexicais*, mas todos os morfemas lexicais, aí incluídos os derivacionais e os subsidiários (sufixos e prefixos, na terminologia tradicional). Por isso, em potencial, os morfemas lexicais básicos estão disponíveis para preencher qualquer posição. Admito, contudo, que, estando inicialmente inserido em uma das posições, contextos de uso impulsionem o morfema lexical básico **na direção proposta pelo pleiteado continuum do tipo b**. Mas nada impede que contextos de uso também estimulem a concretização de um preenchimento inicial de qualquer outra posição, anterior ou posterior, na cadeia. São posições que existem potencialmente e, a partir delas, o morfema também pode iniciar um percurso na direção proposta pelo pleiteado *continuum*.

Na verdade, para mim, o ponto de maior interesse parece ser o seguinte: os ditos elementos do léxico, em princípio, não têm poder gramaticalizador, não são operadores de Gramaticalização, não desencadeiam processos de conectividade discursiva. Contextos de uso selecionam alguns desses elementos e os tornam operacionalizadores de gramaticalização e são eles que, acoplados aos morfemas lexicais básicos (que afinal são morfemas presos) os inserem em uma das posições da cadeia. Então, qualquer posição categorial pode ser preenchida pela atualização de um elemento semântico-lexical, através de um gramaticalizador, que insere o elemento em um paradigma de qualquer das categorias. É, portanto, um operacionalizador morfossintático, provindo do acervo lexical, gramaticalizado em decorrência do uso, quer se trate de um morfema preso (uma vogal temática, por exemplo), quer de um clítico (uma preposição, por exemplo), quer do mecanismo mais abstrato da ordem sintática, que opera a inserção lexical. Assim, a cadeia se organiza, tendo por base elementos operacionalizáveis, alguns dos quais, por contextos de uso, se encaminham para tornar-se elementos operadores. Essa é, para mim, a fronteira: se um elemento ganha, por contextos de uso, *status* de operador, ele ultrapassa a fronteira do léxico.

Sabemos que se costumam considerar como processos de lexicalização casos problemáticos de possível reversão do *cline*. Tomo para ilustração exemplos como o

francês *tutoyer* (Hopper e Traugott, 1993:127), ou o inglês *an iffy proposition* (Detges e Waltereit, 2002:45), ou o português *porém* (conectivo e nome), nos quais morfemas, regularmente em uso gramatical, constituiriam lexicais básicos através de processos de derivação. Interpretação semelhante cabe para o propalado exemplo da forma *-ismo*, em português, que teria revertido a direção, passando de morfema preso a nome, em exemplos como:

(11) *Os ismos do mundo moderno.*

Novamente a questão me parece mal colocada. O conteúdo semântico concernente a *-ismo*, ou melhor, a *-ism*, em formas como *nacionalismo*, ou concernente a *tu*, em *tutoyer*, ou a *if*, em *iffy*, é um significante referido a uma parcela semântica, como aquelas concernentes a móvel ou *auto* no item lexical *automóvel*, e, portanto, está disponível para preencher posição de morfema lexical básico de verbo ou de adjetivo ou de nome, como veio a ocorrer ou de qualquer outra categoria. Por outras palavras, passamos a ter dois itens lexicais, a partir do mesmo morfema lexical básico, o que tradicionalmente chamamos de *cognatos*. Mas o nome *ismo* não se “deriva” do morfema derivacional *-ism*. Houve outra inserção lexical, houve *lexicalização*, propiciada por operadores gramaticais, uns concretos (presença de uma vogal temática, possibilidade de anteposição de artigo, por exemplo), outros abstratos (posição na cadeia sintática), e, por isso, esse fenômeno não deve ser identificado como reversão do *cline* da Gramaticalização. O morfema derivacional *-ism*, contudo, é, sem dúvida, mais gramaticalizado que o morfema lexical básico *-ism*, porque suas relações estão mais inseridas na estrutura linguística: o morfema derivacional não sofre, como um morfema lexical básico, a ação de um operador gramatical, ele é um operador gramatical, tendo, portanto, ultrapassado a barreira do léxico. Imaginemos que, espreado o uso do nome *ismo*, o morfema *-ism-* começasse a aparecer em contextos como:

(12) (?) *É um movimento ismista.*

(13) (?) *Você não deve fazer isso assim, de ismo / ismistamente.*

Teríamos aí um novo percurso de gramaticalização a partir do nome *ismo*. Mas não consta que tenha havido, em português, um nome *ismo*, que se gramaticalizou em morfema derivacional, tendo depois a forma revertido para nome.

Para refletir ainda sobre esse questão, selecionei, do meu *corpus* do século XVI, o caso do adverbial *tarde*. Se, como afirmam os dicionaristas, o latim apresentava as

formas cognatas de adjetivo e advérbio, respectivamente *tardus* e *tardē*, pode-se postular a ocorrência de gramaticalização unidirecional de adjetivo para advérbio, em latim. Se o português apresenta os adjetivos *tardo* e *tardio* e o advérbio *tarde*, pode-se argumentar que herdou essa cadeia. Mas como encaixar nessa cadeia, supostamente coerente com a unidirecionalidade, o nome português *tarde*, já que não há referência a uma forma nominal cognata em latim? A proposta dos etimologistas é de derivar o nome português do advérbio, latino ou português, o que contraria o postulado da unidirecionalidade. Para mim, não se trata de reversão da cadeia. Como já propus acima, o nome *tarde* representa nova inserção do morfema lexical básico *tard-* em outro ponto da cadeia, a partir do qual, por sinal, iniciou-se processo de gramaticalização, tendo como operacionalizador a preposição *de* ou *a*, através das locuções adverbiais temporais *de tarde* ou *à tarde*, essa, na verdade, gramaticalização do SN *a tarde*, enquanto o nome *tarde* continua.

Esse exemplo nos traz uma questão que se correlaciona com a compreensão do *continuum* do tipo **b**, a saber, a aplicação do mecanismo da **divergência**. Hopper (1991:22), que o pleiteou, assim o formulou: “quando uma forma lexical sofre gramaticização para um clítico ou afixo, a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças que itens lexicais comuns”.¹⁰⁷

Pergunto: só se deve entender que esse mecanismo se aplica quando a fonte permanece como um dos chamados itens lexicais? Coloco essa questão, aplicando-a ao advérbio espacial e temporal *antes*. Visto em diacronia, pode-se aventar para esse advérbio, ainda que temerariamente, a hipótese da ocorrência de processo de gramaticalização através de dupla atuação do mecanismo da **divergência**. Em um primeiro movimento de **divergência**, a preposição latina *āntē*, precipuamente espacial, continua como preposição espacial no português, e o advérbio latino de mesma forma, capaz de expressar sentido espacial, temporal e de predominância, continua nos três adverbiais portugueses de conteúdos semânticos idênticos (espaço, tempo e predominância/preferência). Numa segunda etapa, ocorre nova **divergência**, quando o advérbio espacial não parece ter produzido qualquer conjunção, enquanto o advérbio temporal produz a conjunção temporal, e o advérbio com sentido de predominância/preferência produz a conjunção comparativa e a adversativa, como entende Barreto (1999:336-340).

107 “When a lexical form undergoes grammaticization to a clitic or affix, the original lexical form may remain as an autonomous element and undergo the same changes as ordinary lexical items”.

Ao meu ver, a conceituação do mecanismo parece prender-se à bifurcação, ou não, do sentido e da função morfossintática do morfema lexical básico: se há bifurcação, configura-se a **divergência**, porque ou duas cadeias se abrirão ou uma se abrirá, enquanto o item permanecerá estacionado, também, na posição em que se encontrava. Mas observe-se que, no exemplo que apresento, o item que produziu a **divergência**, em ambos os momentos, já pertencia à categoria advérbio e à categoria preposição, o que não se coaduna perfeitamente com a conceituação de divergência por Hopper (1991).

Proponho, então, para terminar sem concluir, que, na abordagem do pleiteado *continuum* da gramaticalização, considere-se que:

a) é necessário explicitar que a questão tem sido enfocada relativamente ao *continuum* do tipo aqui tratado como **b**, mas também pode ser enfocada relativamente ao *continuum* de tipo **a**;

b) a inserção lexical é potencialmente livre de restrições quanto à posição na cadeia e o morfema lexical básico é devidamente operacionalizado por instrumentos de gramaticalização. Portanto o surgimento de um item lexical em posição anterior na cadeia não implica em “desgramaticalização”.

c) os itens operacionalizadores, ou seja, itens gramaticais têm, de fato, sua origem em morfemas operacionalizáveis, ou seja, em morfemas lexicais básicos.

d) a direção da cadeia é uma tendência.

Referências

- BAIÃO, A. (ed.) (1932) *Ásia de João de Barros: primeira década*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BAIÃO, A. (ed.) (1932). *Ásia de João de Barros: segunda década*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BARRETO, T. M. M. (1999). *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 4 v. Tese de Doutorado. Salvador: PPGLL/UFBA.
- BARROS, J. de. (1971 [1540]). *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Ed. crítica de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CABRERA, J. C. M. (1998) On the relationships between grammaticalization and lexicalization. In: ANNA G. RAMAT e PAUL HOPPER *The limits of grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

- CASTILHO, A. (2003) *Reflexões sobre a teoria da gramaticalização*: contribuição ao debate sobre a teoria da gramaticalização no contexto do PHPB. Kolloquium in Münster-Das brasilianische Portugiesisch: Perspektiven der gegenwärtigen Forschung, 17-18 de janeiro de 2003.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley. (1964) *A lenda do rei Rodrigo*. Lisboa:Verbo.
- COSTA, S. B. B. (2003) *Adverbiais espaciais e temporais do português*: indícios diacrônicos de gramaticalização. 3 v. Tese de Doutorado. Salvador: PPGLL/UFBA.
- DETGES, Ulrich; WALTEREIT Richard. (2002). *Grammaticalization vs. reanalysis*: a semantic-pragmatic account of functional change in grammar. (A sair em Zeitschrift für Sprachwissenschaft).
- FORD, J. D. M. (ed.) (1931). *Letters of John III, king of Portugal: 1521-1557*. Cambridge: Harvard University Press.
- FORD, J. D. M.; MOFFAT, L. G. (eds.) (1931). *Letters of the court of John III, king of Portugal*. Cambridge: Harvard University Press.
- GIVÓN, Talmy.(1979). *On understanding grammar*. New York/San Francisco/London: Academic.
- HEINE, B., CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. (1991). *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- HOPPER, P. (1991). On some principles of grammaticization. In: PAUL J. HOPPER e ELIZABETH CLOSS TRAUOGOTT. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOPPER, P.(1998). The paradigm at the end of the universe. In: ANNA G. RAMAT e PAUL HOPPER *The limits of grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. (1998). Cognitive semantics: in the heart of language. Fórum lingüístico. Florianópolis: UFSC, nº 1, jul-dez.
- LEHMANN, C. (1982). Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch. Arbeiten des Kölmer Universalien – Projekts 48. Clogne: Universitat zu Köln, Institut für Sprachwissenschaft.
- LOPES, Fernão. (1966 [séc. XV]). *Crónica de D. Pedro*. Ed. crítica con introduzione e glossario a cura di Giuliano Macchi. Roma: Edizione dell’Ateneo.
- LYONS, J. (1978). *Elements de Sémantique*. Trad. de J. Durand e D. Boulonnais. Paris: Larousse.
- MATTOS e SILVA, R. V. (1989). *Estruturas trecentistas*: elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: IN-CM.

OLIVEIRA, Fernão de. (2000 [1536]). *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Edição Crítica de TORRES, Amadeu e ASSUNÇÃO, Carlos. Lisboa: Academia de Ciência de Lisboa.

PEREIRA, S.B. (1964). *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: INL/MEC.

SVOROU, S. (1993). *The grammar of space*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co.

TRAUGOTT, E. C. (2003). From subjectification to intersubjectification. In: RAYMOND HICKEY (ed.) *Motives for language change*. Cambridge: Cambridge University Press.

A ESTRUTURA CORRELATIVA ALTERNATIVA 'QUER...QUER' DE UMA PERSPECTIVA MULTISSISTÊMICA

por

Marcelo Módolo

Pós-doutorando, Universidade Estadual de Campinas

Introdução

As gramáticas do português costumam definir a coordenação como a relação sintática entre duas sentenças independentes e a subordinação como a relação sintática em que uma sentença subordinada completa o sentido de uma outra, chamada matriz. Com efeito, definições como essas são precárias, quando aplicadas à prática de análise. O mesmo acontece na classificação dos pares correlativos, que são classificados tradicionalmente entre as coordenadas e as subordinadas.

Uma proposta mais coerente é substituir a dicotomia coordenação e subordinação por um *continuum*. Nesse sentido, a correlação é entendida como uma etapa intermediária recortando esse *continuum* e dividindo propriedades ora com as coordenadas, ora com as subordinadas.

Meu objetivo é mostrar a correlação como um conjunto de propriedades encontráveis no sistema discursivo, no sistema gramatical e no sistema semântico, restringindo-me, aqui, à formação do par correlativo alternativo *quer...quer*. Para tanto, assumo o quadro teórico que vem sendo desenvolvido em pesquisas recentes por Ataliba T. de Castilho (1998 e 2004) e analiso o par em questão qualitativamente, tendo por base uma amostra do exemplário retirado de GUEDES & BERLINCK (2000) e de BARBOSA & LOPES (2004).

1. Teoria multissistêmica da língua

A língua é um multissistema complexo e multifacetado, passível de ser compreendido somente como um conjunto de propriedades linguísticas. De acordo com a Teoria Multissistêmica proposta por CASTILHO (1998 e 2004), o léxico, que funciona como fonte irradiadora dessas propriedades, é seu componente central, ao qual estão ligados três outros sistemas.

O sistema discursivo abriga as negociações intersubjetivas que se desencadeiam no momento da enunciação: a constituição do locutor e do interlocutor, a seleção e elaboração de um tópico conversacional e as rotinas da conversação _ o texto é o resultado dessas negociações.

O sistema semântico é responsável pelos diferentes processos de criação dos sentidos lexicais (como a denotação, conotação, sinonímia, antonímia, hiperonímia, por exemplo); dos significados componenciais (predicação, dêixis, foricidade etc.); e das relações de sentido (como inferências, e pressuposições).

O sistema gramatical se ocupa das relações que se estabelecem entre as classes gramaticais, e das funções que essas classes desempenham no enunciado. Esse sistema compreende a fonologia, a morfologia e a sintaxe. Como unidades de cada um desses subsistemas, o fonema, o morfema, o sintagma e a sentença dispõem cada um de propriedades passíveis de serem descritas.

O léxico¹⁰⁸ corresponde aos itens armazenados em nossa memória, marcados com propriedades semânticas e gramaticais. Tais itens funcionariam como a matéria prima na qual os três sistemas operam. Para CASTILHO (1998 e 2004), nesse modo de ver a linguagem, não há prioridade de um sistema sobre o outro: os três agiriam concomitantemente — em forma radial¹⁰⁹ — sobre as propriedades alçadas (projetadas) pelo componente central do multissistema, o léxico.



¹⁰⁸ Vale lembrar FRANCHI (1998: 33), quando se refere ao léxico: “(...) o léxico é hoje o componente central das teorias lingüísticas mais prestigiadas”.

¹⁰⁹ Boa parte dos autores, como FRIEDERICI (2002), pautam-se pela disposição linear, seqüenciada, desses módulos: “Phase 1 (100–300 ms) represents the time window in which the initial syntactic structure is formed on the basis of information about the word category. During phase 2 (300–500 ms), lexical-semantic and morphosyntactic processes take place with the goal of thematic role assignment. During phase 3 (500–1000 ms), the different types of information are integrated.”

O ponto central desta proposta é que o léxico é governado por um *dispositivo sociocognitivo* de caráter pré-verbal, por intermédio do qual o falante ativa, reativa e desativa as propriedades lexicais, dando origem às categorias discursivas, semânticas e gramaticais. Esse dispositivo é “social” porque é baseado numa análise continuada das situações que ocorrem em um ato de fala. E é cognitivo porque lida com as categorias cognitivas e traços semânticos. Uma consequência dessa postulação é negar que as classes de palavra sejam deriváveis umas de outras.

A discursivização, a gramaticalização e a semanticização seriam, portanto, processos de criação lingüística na perspectiva adotada por Castilho. Tal perspectiva privaria a gramaticalização de sua atual centralidade nos estudos lingüísticos.

2. Amostragem da estrutura da correlação conjuncional

Os estudos sintáticos registram dois tipos de ligação: a coordenação e a subordinação, operadas geralmente por conjunções. A coordenação e a subordinação ligam em geral (i) constituintes de um sintagma, (ii) um sintagma a outro, e (iii) uma sentença a outra.

Trato, neste artigo, de um terceiro tipo de ligação sintática, o da correlação¹¹⁰.

Sejam os seguintes os exemplos de correlação:

— Correlação aditiva

(1) *“Ao obrigar a rede de 2º grau a preparar seus alunos para essas provas, a UNICAMP deu uma contribuição decisiva não só para a renovação pedagógica nos bons colégios públicos e privados mas, também, para a própria transformação dos livros didáticos (...).”* [SP/SP JT 20 2]¹¹¹;

— Correlação alternativa

(2) *“Agora tudo indica que Fernando Henrique terá condições de obter o apoio político necessário, seja porque existe uma predisposição da sociedade nesse sentido, seja porque pouca gente tem melhores condições de negociá-lo do que o novo ministro da Fazenda.”* [SP/SP FSP 20 2];

¹¹⁰ Autores como VAN VALIN & LAPOLLA (1997: 454) preferem rotular essas construções de “co-subordinadas”. O rótulo de “cosubordinadas” também é empregado por Kees Hengeveld (comunicação pessoal). Entretanto, seguimos a descrição lingüística brasileira e também a mais tradicional, mormente OITICICA (1952, 1962), que as classifica como “correlatas”.

¹¹¹ As siglas entre colchetes — que acompanham os exemplos — informam: estado e cidade; iniciais do nome do jornal; século e metade do século ao qual o texto corresponde (1ª. ou 2ª metade).

— Correlação consecutiva

(3) “*Dona ministra e sua coleção de escudeiras capricharam tanto para a coletiva que a mistura de perfumes deixou a galera mareada.*” [SP/SP FSP 20 2];

— Correlação comparativa

(4) “*Hoje eu tenho mais medo de economista do que de general.*” [SP/SP FSP 20 2].

Posso observar o seguinte:

Em (1), tenho uma correlação aditiva, pois há soma de dois complementos nominais de contribuição: “contribuição decisiva para a renovação pedagógica nos colégios públicos e privados” e “(contribuição) para a própria transformação dos livros didáticos (...)”. Essa correlação é dada pelas expressões *não só* (o “só” é uma focalização “quebrada” pelo *não*) e *mas também* (uma inclusão, operada pela locução “mas¹¹² também”).

Já em (2), a correlação alternativa é sugerida pelas conjunções *seja...seja* (dois focalizadores de sentença, pois destacam duas sentenças dentro de um período), em que observo duas orações de estruturas iguais, paralelas, que preservam sua integridade semântica, mas que não são sintaticamente autônomas, interligando-se pelas conjunções¹¹³.

Analisando (3), vejo que a primeira oração encerra o intensificador *tanto*, que exige, obrigatoriamente, na segunda, a conjunção *que*, o que se comprova pela agramaticalidade de (3a), em que omiti *tanto*¹¹⁴:

¹¹² O *mas*, nesse contexto, conserva nítido valor etimológico de inclusão. Relembro que *mas* deriva do advérbio latino *magis*, cujo valor semântico de base era estabelecer comparações de quantidades e de qualidades, identificando-se nele, ainda, valores secundários de inclusão de indivíduos/ objetos em um conjunto, conforme os exemplos: (a) *Contrataremos mais trabalhadores para a indústria*, (b) *Ele tem mais bugigangas do que seu pai*.

¹¹³ É preciso deixar claro que podemos ter ao mesmo tempo dois fenômenos diferentes: a coordenação de duas orações entre si e a subordinação de ambas a uma mesma oração regente. Processo distinto da correlação.

¹¹⁴ Do mesmo modo, a omissão de *que* tornaria a sentença agramatical:

(3b) * “*Dona ministra e sua coleção de escudeiras capricharam tanto para a coletiva a mistura de perfumes deixou a galera mareada.*”

(3a)* “*Dona ministra e sua coleção de escudeiras capricharam para a coletiva que a mistura de perfumes deixou a galera mareada.*”¹¹⁵

Vejo que *tanto* e *que*, conseqüentemente, estabelecem um encadeamento indissolúvel, de que deriva em (3) a noção de conseqüência.

Poderíamos pensar em uma outra interpretação para o par “tanto...que”, talvez até a estendendo para outras correlatas, tendo como base a sentença:

(3.1) *Ele comeu tanto que estourou.*

Segundo comunicação pessoal feita pelo Prof. Dr. Mário Alberto Perini, em *Ele comeu tanto que estourou*, temos o elemento *tanto*, que é objeto direto¹¹⁶ de *comeu*, e que faz parte da expressão *tanto que*, que está justamente ligando as duas sentenças. Ou seja, embora (*que*) *estourou* não seja termo da sentença matriz, ainda assim não está somente colocado ao lado dela, como as coordenadas.

Na verdade, o quantificador *tanto* estaria predicando um SN elidido, que serviria de objeto direto a *comeu*. Assim teríamos algo como:

(3.1a) *Ele comeu tanto (macarrão) que estourou.*

Finalizando os comentários aos exemplos, vejo que a sentença (4), em que o intensificador *mais* funciona como o primeiro termo da comparação, exige seu correlato

¹¹⁵ Como bem salientou a Profa. Dra. Lygia Correa Dias de Moraes — DLCV-USP, durante o Exame de Qualificação de minha tese de doutorado, provavelmente essa sentença seria gramatical na fala, por conta de uma prosódia distinta que seria possível imprimir a esse enunciado.

Para BARRETO (1914: 116-117), a elipse do primeiro elemento da correlação consecutiva é freqüente:

“Mas o que consecutivo emprega-se muitas vezes sem ser precedido de um antecedente como tal, de tal modo, de tal sorte, de maneira, etc. É elipse freqüente:

“Escura mesmo ao meio-dia, sempre alcatifada de lodo, onde os pés se atolavam até ao artelho, e estreita que dois vizinhos, estendendo o braço, podiam quase apertar as mãos de um lado a outro, a famosa rua...” (Reb. da Silva. De noite todos os gatos são pardos, p. 8);

“O pai de Álvaro foi hoje a nossa casa, atribulado que fazia dó!” (Camilo, Lágrimas abençoadas, liv. III, cap. 28, p. 168);

“Nisto a menina que estava ali a ouvir-me, rompeu a chorar que cortava o coração, e a clamar que queria ver seu pai” (O mesmo, O Regicida, cap. 19, p. 177).

¹¹⁶ A análise como objeto direto resolve o problema para o caso dos verbos transitivos. Mas o que fazer quando o verbo é intransitivo (como correr, caminhar, dormir)? Teríamos nesse caso, necessariamente, aquilo que a gramática latina chamava “acusativo do objeto interno”, isto é, *somniare somnium, prandere prandium*, etc?

do *que*, figurando este numa oração cujo sintagma verbal é normalmente omitido. A omissão do SV na segunda sentença é fato comumente aceito na análise sintática do português: MIRA MATEUS *et alii* (1989 : 316 -317).

Outra possibilidade de análise é considerar que o segundo termo da comparação estabelece uma relação de adjunção com a oração.

Já ABREU (1997: 34) afirma que as elisões do SV na segunda sentença são para evitar redundância discursiva, ou seja, os falantes preferem deixar elípticos elementos do predicado dessas sentenças. Ora, esse tipo de eclipse também é encontrado em sentenças coordenadas como:

- (5) *Fernando saiu de casa às dez horas e eu, às onze;*
- (6) *Marta comprou dois vestidos e Carla, três;*
- (7) *Mário está apaixonado pela Valéria e Telmo também;*

O que ocorre com essas sentenças é que o falante manifesta nelas também uma *intenção comparativa*. A frase (7) poderia, por exemplo, ser dita como: Mário e Telmo estão apaixonados pela Valéria.

A diferença é que a primeira versão reflete a atitude do falante em comparar a paixão de duas pessoas, o que não acontece nesta última. Em (5) e (6), também se comparam, pragmaticamente, horários de saída e compras de vestido. Vejo, por aí, que um fator pragmático (a intenção comparativa) acrescenta a uma oração coordenada a possibilidade de redução, neste caso, por elipse.

Assim, as orações (1), (2), (3) e (4) mostram um tipo de conexão feito com dois elementos, diferente da conexão por coordenação, pois não há independência sintática entre as sentenças, e diferente da subordinação, pois não há dependência de uma à outra.

Entendo aqui por dependência a ligação gramatical entre dois ou mais pontos diferentes em uma sentença. Nos casos de dependência, a presença ou ausência de um elemento ou a forma que ele assume num determinado ponto da sentença está diretamente ligada à presença, ausência ou forma assumida por um segundo elemento, num outro ponto da sentença. Segundo HJELMSLEV (1984: 42), podemos fazer as seguintes classificações: *A las dependencias mutuas, en las que un término presupone el otro y viceversa, las llamaremos convencionalmente interdependencias. A las dependencias unilaterales, en las que un término presupone el otro pero no viceversa, las llamaremos determinaciones. Y a las dependencias de mayor libertad, en las que dos términos son compatibles pero ninguno presupone le otro, las llamaremos constelaciones.* Assim, no plano sentencial,

teríamos esquematicamente: i) $a \leftarrow b$ (*interdependencia* ou correlação), ii) $a \longrightarrow b$, $a \longleftarrow b$ (*determinaciones* ou subordinação) e iii) $a \text{ --- } b$ (*constelaciones* ou coordenação).

Desse modo, as frases correlativas exemplificam uma relação de interdependência, isto é, a estrutura frásica das duas sentenças que se correlacionam está estreitamente vinculada por expressões conectivas. No caso, as conjunções: *não só...mas também, seja...seja, tanto...que e mais...do que*.

A interdependência tem sido destacada na literatura como o traço característico da correlação, como salientou BLANCHE-BENVENISTE (1997: 100):

Dans une corrélation, deux parties sont mutuellement dépendantes: Tantôt il pleure, tantôt il rit. Dire l'une sans l'autre fait l'effect d'un énoncé interrompu, Tantôt il rit..., éventuellement utilisé comme tel.

MELO (1954:121) tinha ido nessa mesma direção, quando esse autor descreve a correlação comparativa:

Correlação é um processo mais complexo em que há, de certo modo, interdependência. Dá-se, neste processo, a intensificação de um dos membros da frase, intensificação que pede um termo (de comparação).

Nesse sentido, a correlação, sempre conjuncional, é de uso relativamente freqüente quando se trata de emprestar vigor a um raciocínio, estabelecendo coesão entre sentenças e sintagmas, e aparece principalmente nos textos apologéticos e enfáticos. A correlação exerce aí um papel importante, pois concorre para que se destaquem as opiniões expressas, a defesa de posições, a busca de apoio, muito mais do que por informarem com objetividade os acontecimentos.

Esse artigo não apontará para processos correlativos mais amplos, como o da reduplicação sintática, por exemplo: (8) reduplicação sintática de clíticos pessoais “me...a mim” e (9) construções de tópico constituídas de SN e retomadas por pronome pessoal, tipo SN(i) [ele(i)+ v+ objeto]. Exemplos:

(8) *Leixade-me a mi ante aparelhar o coração de vossa madre pera todas estas cousas* [VPA1 184: 19] Apud MORAES de CASTILHO (2001: 74)

(9) *O menino, ele comprou uma bicicleta nova.*

Esses processos já foram, em parte, discutidos por MORAES de CASTILHO (2001). Igualmente, MULLER (1996) discutiu em exaustão o processo de reduplicação sintática nas orações subordinadas.

CÂMARA JR. (1975) e MULLER (1996) identificaram os processos correlativos à reduplicação sintática. Vejo aqui pelo menos dois problemas:

1) No caso da reduplicação pronominal como em (8), o segundo elemento pode ser descartado sem prejuízo para a gramaticalidade. Assim, tanto se pode dizer “entregaram-me a mim os livros” como “entregaram-me os livros”. O descarte do segundo elemento pode se explicar pela adjunção à predicação principal. Como um adjunto, ele pode deslocar-se no enunciado (como em “a mim, entregaram-me os livros”), tanto quanto se elidir (como em “entregaram-me os livros”).

2) Já no caso das correlatas, o segundo elemento não pode ser descartado, como demonstrado anteriormente.

Isto mostraria que as correlatas representam um redobramento mais gramaticalizado. Enquanto isso, na correlação, não podemos descartar nenhum dos dois elementos conjuntivos, pois eles verbalizam dois atos de fala com relacionamento recíproco.

3. O par correlativo *quer...quer*

Tendo como pano de fundo i) a explicitação da Teoria Multissistêmica, que vem sendo proposta por CASTILHO (1998 e 2004) e ii) o detalhamento do que são estruturas correlativas; passo a examinar a discursivização, a semanticização e a gramaticalização (morfologização e sintaticização) do par correlativo *quer...quer*.

3.1 Discursivização

Quando empregada na constituição do discurso, a estrutura correlativa alternativa *quer...quer* interliga atos de fala dialéticos, polifônicos. Ao utilizá-la, omite-se a opção por um eixo argumentativo, por um conteúdo proposicional único.

Entende-se aqui por polifonia, segundo KOCH (1996: 142), a noção que vem sendo elaborada por Oswald Ducrot e, entre os lingüistas brasileiros, por Carlos Vogt, que pode ser definida como a incorporação que o locutor faz ao seu discurso de asserções

atribuídas a outros enunciadores ou personagens discursivos — ao (s) interlocutor (es), a terceiros ou à opinião pública em geral.

Assim, na correlação alternativa *quer...quer*, teremos sempre dois eixos argumentativos. Exs.:

(1) A collectoria provincial faz ver aos possuidores de carroças **quer** de particulares, **quer** de fretes, que termina no ultimo do corrente o pagamento do imposto relativo ás mesmas, sem multa, (...) [FS/ BA AN¹¹⁷ 19 2]

(2) Na secção á pedido do *Diabinho* serão insertas todas e quaes *quer* reclamações que nos forem dirigidas pelos nossos assignantes, **quer** gregos, **quer** troyanos, com tanto que estejam escriptos em termos. [MG/OP DM 19 2]

(3) (...) Em ambas as phases, **quer** na monarchia, **quer** agora na republica, reconheci como chefe eminente meu ao *excelentissimo senhor* conselheiro Luiz Vianna, actualmente supremo magistrado d'este estado. [BA/SA JN 19 2]

Em (1), há a opção por dois tipos de carroças, as particulares e as de frete; em (2) o redator trata de uma certa seção, onde serão inseridas todas as reclamações feitas por quaisquer assinantes do jornal, isto é, “gregos ou troianos”; finalmente, em (3), há o reconhecimento da autoridade de Luiz Vianna tanto no período da monarquia, como da república brasileira.

A opção pela polifonia é a mesma opinião de PAULIUKONIS (2001:124):

Reiteramos, portanto, que a Correlação, deve ser analisada como uma operação mental em que o emissor, pelo cotejo de dois elementos interdependentes, procura abstrair argumentos capazes de captar a adesão do ouvinte para uma conclusão esperada.

Tal argumentação baseia-se nos princípios da semântica do discurso, segundo a qual a língua nomeia certos operadores argumentativos, cuja função é apontar as intenções do emissor para o interlocutor. Desse modo, haveria uma espécie de interdependência discursiva nos elementos correlativos alternativos *quer...quer*.

¹¹⁷ AN= Anúncios de Jornais, editados em GUEDES & BERLINCK (2000)

Ainda segundo PAULIUKONIS (2001: 124):

A Correlação como processo estruturador de cláusulas situa-se em um nível diferente do estabelecido para a coordenação e a subordinação, como já defendera Oiticica, **já que é um desses operadores que tem como escopo definido dar uma orientação argumentativa ao enunciado e cuja força provém da tensão provocada pelo enlace dos dois termos indissociáveis e co-relacionados.** (Negrito meu.)

3.2 Semanticização

3.2.1 A mudança semântica do item conjuncional *quer*

No latim clássico, o verbo *quaerere* (> *querer* port.) era biargumental e significava “procurar”. Ele projetava ainda sobre seu sujeito o papel temático de controlador e, por isso mesmo, selecionava um sujeito /+humano/. Portanto, não havia, na sua origem, marca de volição. Exs.:

- (1) *te ipsum quaerebam* TER HAUT (844) *apud* GAFFIOT (1934: 1288);
- (2) *Non vitae gaudia quaero* Virg. *apud* SARAIVA (1993: 988).

A mudança semântica, ou seja, o caráter volitivo adquirido provavelmente ainda no latim ibérico, segundo SILVA NETO (1988:259-260), explica-se por um processo metafórico: só se procura aquilo que se deseja. Esse traço volitivo de *quaerere* se hipertrofiou em relação aos demais para o português do século XIX, nos *corpora* analisados. É ainda o traço volitivo que é mantido no par correlativo *quer...quer*. Assim “quer”, como elemento conjuntivo, significa “querer identificar”. Ex.:

(3) Em ambas as phases, **quer** na monarchia, **quer** agora na republica, reconheci como chefe eminente meu ao *excelentissimo senhor* conselheiro Luiz Vianna, actualmente supremo magistrado d’este estado. [BA/SA JN 19 2]

(4) Na secção á pedido do *Diabinho* serão insertas todas e quaesquer reclamações que | nos forem dirigidas pelos nossos assignantes, **quer** gregos, **quer** troyanos, comtanto que estejam escriptos em termos. [MG/OP DM 19 2]

(5) Rogamos á Soares de Souza que se digne indicar quaes forão essas ameaças, pois temos certeza de jamais haver ameaçado **quer** á sua pessoa **quer** à sua entidade. [SP/SP CP 19 2]

3.2.2 O par conjuncional correlativo *quer...quer* funcionando como operador de focalização de sentenças e de sintagmas

O par correlativo alternativo *quer...quer* aparece nos *corpora* utilizados como operador de focalização de sentenças e de sintagmas.

Entende-se aqui como focalização o destaque que se dá a sentenças, a elementos da sentença ou do enunciado, por apresentarem a informação nova mais importante. A focalização pode ser operacionalizada por meios fonéticos ou morfossintáticos. No português falado, sempre podemos colocar em foco qualquer elemento, aplicando-lhe o acento de intensidade. Contudo, tanto o português falado como o escrito têm outros mecanismos para acionar a focalização, como, por exemplo, os vários tipos de clivagem. Poderíamos dizer ou escrever *É o Joaquim quem está precisando de um descanso*, colocando em foco *Joaquim*, ou *Aquilo de que Joaquim precisa é um descanso*, colocando em foco *um descanso*. Por isso, para alguns autores, focalização é sinônimo de ênfase.

A literatura de cunho funcionalista atesta uma diversidade de classificações no sistema de foco. Para esse artigo, recuperamos o trabalho de HYMAN & WATTERS (1984) feito com dados de línguas africanas.

3.2.2.1 A tipologia de HYMAN & WATTERS (1984): o foco auxiliar

A focalização por meio da morfologia verbal foi tipologicamente exposta através da noção de foco auxiliar de HYMAN & WATTERS (1984).

HYMAN & WATTERS (1984) alargaram o escopo do estudo de algumas das categorias descobertas em línguas bantóides de Camarões (ver WATTERS 1979), incluindo exemplos de línguas da família Benuê-Congo. Esta comparação providenciou análises relacionadas à extensão de foco com categorias de tempo, aspecto e modo. Esses lingüistas também abriram o caminho para se considerar este fenômeno como um dos traços areais mais interessantes para a lingüística africana.

Os autores apontam ainda o inglês como uma língua que apresenta uma situação potencial de controle pragmático e gramatical de foco auxiliar. Observe o exemplo abaixo:

- (1) a. Peter is the man who DID eat the cake.
- b. Peter is the man who ate the cake.

A sentença (1a) foi construída com o verbo auxiliar “did”, que marca foco de valor de verdade nesta sentença declarativa. Diferentemente, (1b) não tem esta marcação de foco de valor de verdade. Percebe-se que o falante de língua inglesa pode escolher entre produzir (1a) ou (1b). HYMAN & WATTERS denominaram essa escolha de controle pragmático de foco. Em outras palavras, o falante pode escolher o uso ou não de foco, bem como o tipo de foco (ex.: foco assertivo, foco contrastivo).

Assim, tomando como base o resumo da literatura exposta, observo que *quer...quer* correlaciona dois tipos de focalização:

3.2.3 Focalização auxiliar com o par correlativo alternativo “quer...quer” em sentenças

- (1) “*Quer* chova, *quer* faça sol, iremos ao jogo no Morumbi”.

Analisando a sentença acima, posso fazer as seguintes considerações:

O par correlativo *quer...quer* funciona como operador de dupla focalização, já que sua função está relacionada à intenção do falante em querer explicitar que, independente do acontecimento ou das condições do clima, a sua ida ao jogo no Morumbi é dada como certa, tanto que pode ser parafraseada da seguinte forma:

- (2) **Mesmo** com chuva (se chover), não deixaremos de ir ao jogo no Morumbi.
- (3) Iremos ao jogo no Morumbi **inclusive** sob a ameaça de chuva.
- (4) **Até** debaixo de chuva ou de sol iremos ao jogo no Morumbi.

Se a leitura como dupla focalização não fosse possível, por quais motivos então as paráfrases acima recuperariam seguramente o sentido expresso pela construção em questão? Se o par *quer...quer* não estivesse relacionado ao fenômeno de focalização, o mais esperado é que ele não mantivesse nenhuma correlação com as demais construções; isto é, dificilmente a construção “*Quer* chova, *quer* faça sol, iremos ao jogo no Morumbi” manteria alguma relação com as paráfrases 2, 3 ou 4. Pelo contrário, o que se vê é que as paráfrases, construídas com o auxílio de mecanismos gramaticais – mesmo, inclusive e até – já consagrados nos estudos do português como mecanismos de focalização, recuperam perfeitamente o sentido expresso pela construção correlativa.

Ou seja, *quer...quer* age como operador de foco auxiliar sobre dois verbos que se encontram no modo subjuntivo: chover e fazer. Observe que na expressão correlativa “*quer* chova... *quer* faça sol”, *quer...quer* funcionam como auxiliares, no caso auxiliares infinitivos, formando um tipo de núcleo do VP composto. Não seria esta uma estrutura que aponta para um elemento relacionado à morfologia do verbo em PB estritamente ligado a foco, como aconteceria no inglês ou em línguas africanas?

Prova disso é que podemos desfocalizar essa sentença, retirando os operadores “*quer...quer*”:

(1a) “Chova, (ou) faça sol, iremos ao jogo no Morumbi”.

Esse é o mesmo caso de exemplos que encontremos nos *corpora* aqui em análise:

(5) (...) he com tudo a que mostra mais coragem nas enfermidades, nas desgraças, e nos males, *quer* lhe *sejam* pessoas(sic), *quer afectem* o homem, a quem he unida: á este respeito reçar-se ella o que a natureza lhe negou de força phisica [BA/SA JSACIPB 19 1]

(5a) (...) he com tudo a que mostra mais coragem nas enfermidades, nas desgraças, e nos males, lhe *sejam* pessoas(sic) (ou) *afectem* o homem, a quem he unida: á este respeito reçar-se ella o que a natureza lhe negou de força phisica.

(6) Se tudo isto é assim, ja vejo que não ha remedio, e que havemos de morrer a fome, *quer queiramos*, *quer* não (Ø). [SP/SP FP 19 1]

(6a) Se tudo isto é assim, ja vejo que não ha remedio, e que havemos de morrer a fome, *queiramos* (ou) não (Ø).

(7) A estes, pois, *quer estejam* collocados em posição official, *ou* (Ø) em qualquer outra qualidade, havemos com os factos, e raciocinios profligal-os perante o publico, para que cessem os estorvos dos progressos da provincia. A redacção. [SP/SP CP 19 2]

(7a) A estes, pois, *estejam* collocados em posição official, (ou) (Ø) em qualquer outra qualidade, havemos com os factos, e raciocinios profligal-os perante o publico, para que cessem os estorvos dos progressos da provincia. A redacção.

Em 5a, 6a e 7a, foi possível efetuar a desfocalização das sentenças 5), 6) e 7). A ligação que era feita com um par correlativo alternativo passou a ser efetuada com um único elemento coordenativo alternativo. Reiteramos, portanto, que o falante pode escolher o uso ou não de foco, bem como o tipo de foco.

3.2.4 Focalização com o par correlativo alternativo “*quer...quer*” em sintagmas

O par correlativo alternativo *quer...quer* também pode funcionar como operador de focalização entre sintagmas:

(1) O destino das mulheres, pelo contrario, he differente do dos homens, *quer* na Ordem Social, *quer* na da natureza. [BA/SA JSACIPB 19 1]

(1a) O destino das mulheres, pelo contrario, he differente do dos homens, na Ordem Social ou na da natureza.

(2) Pois bem, saiba o publico e saiba o *Estimado Senbor* Vice-presidente, que não tenho actos na minha vida, *quer* publica, *quer* particular, que não possam apparecer e ser discutidos. [PE/RE DP 19 2]

(2a) Pois bem, saiba o publico e saiba o *Estimado Senbor* Vice-presidente, que não tenho actos na minha vida publica ou particular, que não possam apparecer e ser discutidos.

(3) (...) para o elogio feito ao Juiz de Paz, que fez fogo sobre quem fugia calcando assim *quer* leis positivas, *quer* (Ø) naturaes tão claramente exaradas no Direito das gentes. [RJ/RJ OSLRJ 19 1]

(3a) (...) para o elogio feito ao Juiz de Paz, que fez fogo sobre quem fugia calcando assim leis positivas ou (Ø) naturaes tão claramente exaradas no Direito das gentes.

Novamente em 1a), 2a) e 3a) foi possível operacionalizar a desfocalização dos sintagmas correlacionados, ligando-os com uma conjunção coordenativa. A focalização em 1), 2) e 3) distingue, portanto, a informação global transmitida pelo falante da informação mais restrita que está no centro (ou foco) do seu interesse comunicativo.

3.3 Morfologização

3.3.1. Perda do objeto direto

Para gramaticalizar-se em uma conjunção, o verbo *querer* seguiu o seguinte caminho: verbo pleno > verbo auxiliar > conjunção alternativa.

Na categoria de verbo auxiliar, “querer” não seleciona mais argumentos internos, como nos exemplos abaixo:

(1) *e nossas madres pois lá **queren** ir, queimen candeas por nós e por si Cantiga de Amigo de Pero de Viviaez, CV 336, CBN 698 apud FERREIRA NETTO (2003);*

(2) *Ai, dona fea, foste-vos queixarque vos nunca louv'en [o] meu cantar; mais ora **quero** fazer um cantar Cantiga de Amor de Joan Garcia de Guilbade, CV 1097, CBN 1486 apud FERREIRA NETTO (2003);*

(3) *Ao papa foy dicto como elrey dom affonso de portugal tiinha sua madre presa, e que a nom **queria** soltar (...) Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores, pp. 27-30 apud FERREIRA NETTO (2003);*

3.3.2 Restrição severa do quadro flexional

De todos os exemplos analisados, “*quer...quer*” sempre aparece com o caráter conjuncional, gramaticalizado, jamais flexionado no português do século XIX. Ex.:

(1) *Se tudo isto é assim, ja vejo que não ha remedio, e que havemos de morrer a fome, **quer** queiramos, **quer** não. [SP/SP FP 19 1]*

Quadro semelhante não acontece com outro par conjuncional alternativo, de origem verbal, o par *seja...seja*. Essa locução conjuntiva ainda se apresenta em processo de gramaticalização e, às vezes, com caráter verbal marcado, flexionada. Ex.:

(2) *Sempre discordam de tudo, **sejam** as discordâncias ligeiras, **sejam** de peso. KURY (1997: 68)*

(3) ***Sejas** tu ou **seja** eu, alguém tem de encontrar a solução do problema. MIRA MATEUS et alii (2003: 566)*

(4) *Fossem amoras (ou), fossem pêssegos, a moléstia atacava tudo o que era fruto.* MIRA MATEUS *et alii* (2003: 566)

3.4 Sintaticização

Tratar elementos conjuntivos como um único constituinte descontínuo não é incomum entre os lingüistas. Diferentemente, Simon Dik não aceita tratar esses elementos conjuntivos como constituintes descontínuos, pois ele mostra que o segundo elemento do par correlativo pode funcionar (i) sozinho ou (ii) combinado com o primeiro.

It is not advisable to treat correlative coordinators as parts of single discontinuous constituents. In a case like both...and, though it is true that both requires a following and, the reverse does not hold: and can occur without both. Moreover, if both...and were a single constituent, the same would apply to both...and...and, to both...and...and...and, and so on ad infinitum. (Dik 1972: 45-46)

Com efeito, empregar o termo ‘descontínuo’ para tratar de estrutura correlativa não parece ser adequado, pois os dois elementos que a constituem não são uma unidade que se descontinua. Ao contrário, nesse tipo de estrutura são dois elementos que se correlacionam. Considerados como uma única conjunção, seria presumivelmente impossível dar o significado descritivo de cada uma de suas partes, ou de apenas um dos elementos do par correlativo. Esse parece ser o caso do português. Por exemplo, fazendo alguns testes formais para comprovar a interdependência dos dois elementos e sua autonomia como elementos conjuntivos, mormente o segundo elemento do par conjuntivo.

(1) “Rogamos á Soares de Souza que se digne indicar quaes forão essas ameaças, pois temos certeza de jamais haver ameaçado **quer** à sua pessoa **quer** à sua entidade.” [SP/SP CP 19 2]

(1a)* Rogamos á Soares de Souza que se digne indicar quaes forão essas ameaças, pois temos certeza de jamais haver ameaçado **quer** à sua pessoa à sua entidade

(1b) Rogamos á Soares de Souza que se digne indicar quaes forão essas ameaças, pois temos certeza de jamais haver ameaçado à sua pessoa **quer** à sua entidade.

A construção (1a)* é agramatical. A (1b) não ocorreu nos documentos do séc. XIX, nos quais pesquisamos. Entretanto, segundo VITERBO (1966), podemos encontrar

“quer” no português arcaico — funcionando como elemento conjuntivo — sem ser duplicado: ‘*Pagará hum leitom, quer cem réis por elle. Mando a N. dous maravidés, quer huma pipa, que tem em casa*’. Documentos do século XIV. Vide Tremedal²¹¹⁸

Também encontramos o seguinte exemplo em FERREIRA NETTO (2003), com um único *quer* conjuntivo:

(2) “(...) nos põe no maior cuidado, se é tão grande, como aí se supõe, o prejuízo que pode resultar aos Príncipes vizinhos, na eleição do novo sucessor, se esta é a maior negociação que podemos ter naquela Corte, assim no caso com que queiramos a sucessão para nós, **quer** a queiramos para quem melhor nos convier, e se, para este grande projeto e execução, é necessária muita entrada e muito comércio, ¿como conservaremos em Madri um Enviado e não mandamos um Embaixador?” {JCBrochado_cartas_XVII}

Aqui é importante salientar que os pares *quer...quer, ora...ora e seja...seja* não podem ser analisados como elementos conjuntivos descontínuos. Prova disso é que esses pares podem aparecer correlacionados de forma “não espelhada”: *quer...ou, quer...como, quer...como também, ora...ou, seja...até*. Exs.:

(3) *No alto o neto dos conquistadores, o quase bidalgo, em que pese a mestiçagem, o condutício dos caudilhos, o irrequieto industrial das revoluções, o que se diz peruano, guardando intacta a velha altivez espanhola, quer a estadeie entre as opulências das haciendas, ou a levante, mais impressionadora, revestido de andrajos, e mendigando intimativamente como se fosse um gentil homem da miséria...* {ECunha_contrastes_confrontos}” apud FERREIRA NETTO (2003)

(4) “Parece necessário que os conselhos dirigindo representações motivadas sobre a execução da lei, tenham igualmente o direito de fazerem responder as partes a fim de que o governo possa, sem delongas, providenciar **quer** sobre a execução das leis, **como** sobre os infratores dela. {refleoes_dirigida_1824}” apud FERREIRA NETTO (2003)

(5) “(...) para realizar nossas satisfações pessoais, **quer** no campo sentimental **como também** no setor econômico.” apud CARONE (1988: 62)

¹¹⁸ Também HOUAISS (2001), ao comentar a “Gramática e uso” da conjunção *quer*, diz: “usa-se geralmente repetida”. O emprego do modalizador “geralmente” nos faz entrever que essa conjunção ainda pode ser empregada sem ser duplicada no português do séc. XX?

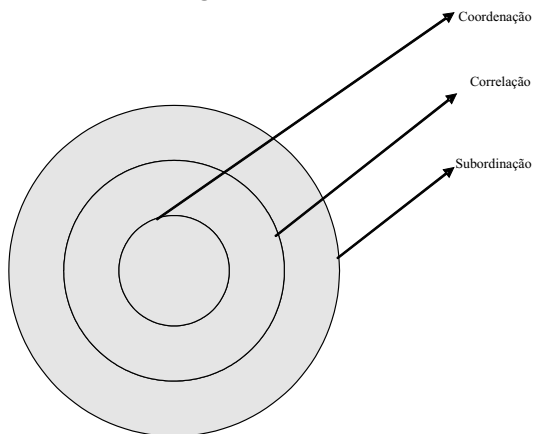
(6) “Esta compensação, **ora** surge no sentido de sermos uma máquina **ou** não, e assim por diante.” *apud* CARONE (1988: 62)

(7) “Todos desempenham um papel na sociedade, **seja** o de um mendigo **até** a uma posição mais elevada.” *apud* CARONE (1988: 62)

Se fosse uma única conjunção que se descontinua, o segundo segmento não poderia ser *ou*, *como*, *como também* e *até*, conforme se vê nos exemplos acima. Um morfema não poderia ser dividido ou ter uma parte substituída por um outro elemento conjuntivo. Essa é mais uma prova formal de que são dois elementos conjuntivos que se correlacionam. Desse modo, a interdependência entre dois elementos conectivos, autônomos, parece ser o traço sintático que, de fato, marca as estruturas correlativas.

Considerações finais

Procurei mostrar que a correlação conjuncional deve ser tratada como um processo distinto de ligação sintática, diferente do tratamento dado nas tradicionais classificações de coordenadas e de subordinadas. Partindo da idéia de um contínuo de propriedades sintáticas, a correlação conjuncional está em uma posição intermediária, que se localiza no intervalo entre as duas categorias tidas como prototípicas, a de coordenação e a de subordinação. Sendo assim, a correlação possui traços tanto da coordenação como da subordinação. Respeitando a idéia de mudança lingüística em forma radial (e não em forma de um *continuum*), como vem sendo proposto por CASTILHO (1998 e 2004); poderíamos representar a correlação da seguinte maneira:



Haveria franjas lingüísticas que se estenderiam da coordenação em direção à correlação, e da subordinação em direção à correlação. Os círculos estariam de acordo com uma representação multilinear e multidirecional das estruturas lingüísticas.

Mais especificamente no caso da correlação alternativa *quer...quer*, vista de uma perspectiva multissistêmica, discursivamente esse tipo de estrutura é polifônica, sempre com dois eixos argumentativos. Por isso, é uma estrutura particularmente freqüente em textos apoloéticos e enfáticos.

Semanticamente, o verbo *querer* sofre um rearranjo de traços, passando a ter um caráter volitivo. Esse caráter volitivo é que aparece no par correlativo *quer...quer*, quando a conjunção *quer* passa a significar “querer identificar”. Em seguida, destacaríamos que a estrutura *quer...quer* opera também como focalizador de Ss e de sintagmas, distinguindo a informação global transmitida pelo falante da informação mais restrita que está no centro (ou foco) do seu interesse comunicativo.

Morfologicamente, “*quer...quer*” sofre uma severa redução no quadro flexional, permanecendo sempre na terceira pessoa do indicativo e não selecionando mais argumentos. Finalmente — sintaticamente — os elementos conjuntivos correlativos *quer...quer* são interpretados como duas unidades autônomas que se correlacionam. Essa interdependência sintática é o traço que distingue a estrutura de correlação não só da relação de coordenação, mas também da relação de subordinação.

Referências

1) Corpus

BARBOSA, Afrânio & LOPES, Célia (orgs.) (2004). *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/ UFRJ/ Labor-Histórico. (versão eletrônica)

FERREIRA NETTO, Waldemar (Org.) (2003). *Corpus experimental do português*. São Paulo, FFLCH — USP. CD único.

GUEDES, Marymarcia & BERLINCK, Rosane de Andrade (Orgs.) (2000). *E os preços eram commodos: anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Humanitas.

II) Bibliografia gramatical e lingüística

- ABREU, A. S. (1997). “Coordenação e subordinação — uma proposta de descrição gramatical”, *Alfa*, São Paulo, n° 41, pp. 13-37.
- BLANCHE-BENVENISTE, Claire. (1997). *Approches de la langue parlée en français*. Paris: Ophrys (Collection L’Essentiel Français).
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1975). “Nomenclatura gramatical — 2ª aula”. In: *Dispersos*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 62-69.
- CARONE, Flávia de Barros. (1998). *Subordinação e coordenação. Confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática (Col. Princípios).
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1998). *A língua falada no ensino do português*. São Paulo: Contexto, 1998.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (2004). “Reflexões sobre a teoria da gramaticalização. Contribuição ao debate sobre a teoria da gramaticalização no contexto do PHPB”. pp. 203-230. In.: DIETRICH, Wolf & NOLL, Volker. *O português do Brasil*. Madri/ Frankfurt am Main, Iberoamericana/ Vervuert.
- DIK, Simon C. (1972). *Coordination: its implications for the theory of general linguistics*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company.
- FRANCHI, Carlos (1998). *Criatividade e gramática*. São Paulo: SE/CENP.
- FRIEDERICI, Angela D. (2002). “Towards a neural basis of auditory sentence processing” In.: *TRENDS in Cognitive Sciences*, Vol.6, No.2 (s.l): Elsevier Science Ltd.
- GAFFIOT, Félix (1934). *Dictionnaire illustré latin-français*. Paris: Hachette.
- GUIMARÃES, Eduardo. (1998). *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas: Pontes.
- HJELMSLEV, Louis (1984 [1943]). *Prolegómenos a una teoría del lenguaje*. 2.ª reimpressão, versión española de José Luis Díaz de Liaño. Madrid: Gredos (Biblioteca Románica Hispánica).
- HOUAISS, Antônio. (2001). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. (s.l.) Editora Objetiva.
- HYMAN, L. M. & WATTERS, Jr. (1984). “Auxiliary focus”, *Studies in African Linguistics*: 15, pp. 233-273.
- KOCH, Ingedore G. Villaça (1996). *Argumentação e linguagem*. 4. ed. São Paulo: Cortez.
- KURY, Adriano da Gama. (1997). *Novas lições de análise sintática*. 7. ed. São Paulo: Ática (Série Fundamentos).

- MELO, Gladstone. Chaves de. (1954). *Novo manual de análise sintática*. Rio de Janeiro: Organização Simões.
- MIRA MATEUS, Maria Helena *et alii*. (1989). *Gramática da língua portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Caminho (Coleção Caminho, série Lingüística).
- MIRA MATEUS, Maria Helena *et alii*. (2003). *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho (Coleção universitária, série lingüística).
- MÓDOLO, Marcelo. (2004). *Gramaticalização das conjunções correlativas no português*. 154 f. Tese (Doutorado em Letras. Área de Concentração: Filologia e Língua Portuguesa) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. (2001). “Seria quatrocentista o português implantado no Brasil? Estruturas sintáticas duplicadas em textos portugueses do século XV.” In: MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (org.) *Para a história do português brasileiro*. Vol. II, p. 59-91. São Paulo: Humanitas..
- MULLER, Claude (1996). *La subordination en français. Le schème corrélatif*. Paris: Armand Colin.
- OITICICA, José. (1952). *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Simões (Col. “Rex”). 60 pp.
- OITICICA, José. (1962). *Teoria da correlação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões (Coleção “Rex”) 56 pp.
- PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino (2001). “A estrutura correlativa como operador discursivo na articulação de cláusulas”. p. 119-125, *Scripta*, v. 5, n.º 9, 2.º semestre. Belo Horizonte: PUC Minas.
- SARAIVA, Francisco do Santos (1993). *Novíssimo dicionário latino-português*. 10. ed. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Garnier.
- SILVA NETO, Serafim da (1988). *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença.
- VAN VALIN Jr., Robert D. & LAPOLLA, Randy J. (1997). *Syntax: structure, meaning and function*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa. (1996). *Elucidário das palavras, termos e frases*. Edição crítica de Mário Fiúza. Porto/ Lisboa: Livraria Civilização.
- WATTERS, J. R. “Focus in Aghem”. (1979). In: L. M. Hyman (ed.). *Aghem grammatical structures*. Los Angeles: University of Southern California, Southern California Occasional Papers in Linguistics No. 7, pp. 137-97.

VARIAÇÃO DAS ORAÇÕES REDUZIDAS DE GERÚNDIO E ORAÇÕES DESENVOLVIDAS CONJUNCIONAIS:

sintaticização, semanticização e discursivização das orações reduzidas de gerúndio no português brasileiro¹¹⁹

por

José da Silva Simões

Doutorando, Universidade de São Paulo

*Para entender São Paulo,
ao passado vamos voltar.
Gente de outra nação,
nova pátria vem buscar.
Outras da mesma nação,
em busca de novo chão,
vem a São Paulo somar.*

*Desembarcando no Brás,
alguns vindo lá do Norte,
da aridez da caatinga
quase escapando da morte.
Em busca de novo rumo,
tentando achar o seu prumo
no Brás encontram seu norte¹²⁰.*

Introdução

Este texto apresenta um extrato de minha pesquisa de doutoramento sobre a gramaticalização das orações reduzidas de gerúndio no Português Brasileiro (PB). Entre as hipóteses, defendo que parece ter havido uma mudança no uso adverbial das orações

¹¹⁹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no VI Seminário Para a História do Português Brasileiro, em setembro de 2004 em Itaparica, Bahia.

¹²⁰ Versos de cordel de Cecília Maria Rodrigues Nahas, Ciça, nascida em Rondônia e moradora da cidade de São Paulo, in *Caros Amigos*, ano VIII, n.º 89, agosto, 2004, p. 38.

reduzidas de gerúndio em PB, por serem estas formas mais conservadoras e por estarem em competição, por um lado, com as orações adjetivas e adverbiais desenvolvidas e, por outro lado, com outras estruturas adverbiais, formas que atualmente seriam mais privilegiadas pelos falantes do PB.

O modelo de análise adotado é o da Teoria da Variação e da Proposta Funcionalista de Mudança Lingüística elaborada por Ataliba T. de Castilho (2004). Assim, neste esboço da pesquisa, apresento três planos da gramaticalização que julgo significativos para a análise das orações gerundivas em PB, a saber: a sintaticização do gerúndio, a semanticização do gerúndio e a discursivização do gerúndio.

Primeiramente, traço um perfil histórico da forma verbal gerúndio no Português Arcaico (PA), assumindo tanto a função adverbial como a relativa, em concorrência com as formas do particípio presente, posteriormente abandonado em português. Na mesma seção, apresento a sintaticização das orações gerundivas em PB dos séculos XVIII, XIX e XX com base no *corpus* do estágio atual do Projeto PHPB e também do Projeto NURC. Discuto a problemática que envolve o *status* das orações gerundivas no escopo das sentenças complexas, verifico o grau de aderência dessas orações à oração matriz, para identificar as propriedades que as acomodem no grupo da coordenação ou da subordinação. Para tal, apresento fatores que possam permitir essa classificação, tais como a motivação por iconicidade e por economia (Braga, 2002) como bases para explicar a redução. Ali, apresento e discuto os seguintes fatores: posição da oração gerundiva, explicitude do sujeito e a presença de nexos.

Em seguida, questiono as relações proposicionais expressas pelas orações reduzidas, bem como sua reversibilidade em orações desenvolvidas, investigando suas possibilidades e limitações. Verifico aí também as circunstâncias mais produtivas no uso das orações gerundivas. Também nesta seção discorro a respeito da interface sintaticização/semanticização, tomando como base a posição (anteposição, intercalação, posposição) das gerundivas em função das circunstâncias expressas, observando como se comportam estas estruturas no eixo diacrônico.

Por fim, demonstro, através de ocorrências de gerúndios em cabeça de sentença, o estágio de alta gramaticalização dessas formas gerundivas no PB, evidenciando no plano discursivo que orações gerundivas exercem uma função adverbial de caráter formulaico e que concorrem com outras formas adverbiais em PB.

O corpus de amostragem

Com a finalidade de evidenciar alguns destes aspectos sintáticos, semânticos e discursivos, selecionei exemplos de documentos de cinco séculos: i) século XIV: MARTINS, Ana Maria (2001). *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa – Da Produção Primitiva ao Século XVI*; ii) século XVI: CUNHA, CAMBRIA & MEGALE. (2001) *A Carta de Pero Vaz de Caminha*; iii) século XVIII: LOBO, Tânia (Org.) *Cartas Baianas Setecentistas* (2001) e cartas particulares do Projeto PHPB-RJ; iv) século XIX: BARBOSA, Afrânio & LOPES, Célia (Orgs.) (2002) *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores.*” e “GUEDES, Marymarcia & BERLINCK, Rosane de Andrade (Orgs.) (2000) *E os preços eram commodos: anúncios de jornais brasileiros do século XIX*”; v) Séc. XX: CALLOU, Dinah Isensee e LOPES, Célia R. (Orgs.) (1994). *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Rio de Janeiro*. Diálogos entre dois informantes e CASTILHO, Ataliba T. de / PRETI, Dino (Orgs.) (1987). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. Diálogos entre dois informantes e *Cartas de Leitores da Folha de São Paulo (10.02 a 12.02.1995)*.

Optei pela seguinte notação para as ocorrências enumeradas neste texto: i) CPVC = [C]arta de [P]ero [V]az de [C]aminha, 1v32= primeira folha, [v]erso, linha 32; ii) C-BA = [C]arta [BA]iana setecentista, Jag = [Jag]uaribe, SFC = [S]ão [F]rancisco do [C]ampo, Mar = [Mar]aú; iii) CJ = [C]arta de [J]ornal, iv) incluí, quando pude, a notação para as cidades de origem dos documentos = REC, RJ, SP e as seguintes notações para os títulos dos jornais: FSP = [F]olha de [S]. [P]aulo; CP = [C]orreio [P]aulistano.

1. O problema

1.1 Gerúndio como núcleo da sentença em adjunção

Este estudo trata da possibilidade de representação de determinadas orações em adjunção serem expressas tanto sob forma de uma oração subordinada desenvolvida conjuncional como por uma oração subordinada reduzida de gerúndio. Parto da hipótese de que parece ter havido mudança tanto na frequência do uso das reduzidas bem como a permanência de determinadas ocorrências de orações gerundivas estar condicionada a determinados fatores sintáticos, semânticos como também discursivos. Considero também a possibilidade dessas duas formas ainda estarem em competição, como o mostram exemplos de fases anteriores de PB:

(1) **efazendo** odizo | exame, acho serem dous clerigos assistentes | noCandiál (CBS-Jag21nov1789-JOJ-6)

(2) [...] **quando** enchem os rios estes moradores ficam privados | de virem a esta villa, perecendo assim os enfermos de suas | casas, não só por não se poder sahir para procurar reme- | dios, como nem o reverendissimo vigario não póde chegar | àquelle logar confessar os enfermos[...] (Carta 452-CP-26mar1859)

(3) Presente esta representação á camara municipal, deli- | berou ella que o fiscal fosse ao logar e que **examinando** | desse informação, o que immediatamente o fiscal, as- | siduo como é, no cumprimento dos seus deveres, dirigio-se | a esse logar e [...] (Carta 452-CP-26mar1859)

1.2 A etimologia do gerúndio

O gerúndio passou ao português, como às outras línguas românicas, oriundo do ablativo do gerúndio latino. Ao descrever a etimologia do gerúndio no português, autores como Julio Moreira (1907) e Epiphânio Dias (1918) tomam a forma verbal do particípio presente em *-ant* usual em francês e argumentaram em seus trabalhos que esse uso teria contaminado a língua portuguesa por influência galicista presente em decorrência de traduções dessa língua.

A forma verbal em *-ndo* representa etymologicamente o ablativo do gerundio latino; herdou, porém, em parte, os empregos syntacticos não só do ablat. do gerundio, senão também, e principalmente, do particípio presente latino.
in DIAS (1918:247)

O gramático Meyer-Lübke (1916) foi mais cuidadoso e aponta a concorrência dessas duas formas ainda no latim:

Êste fenómeno pode tomar-se por uma substituição do termo predicativo ou apostivo por um termo adverbial; e, posto que já ocorra em Tito Lívio e Vergílio, o seu uso não se estende até os escritores dos séculos IV e V; então adquire tal desenvolvimento, que tem de supor-se que existia na língua vulgar: *anumus qui esta in corpore medius contemnendo bona non complet reluctatque bonis in lectione sua* **Fungêncio**, 105, 19; *unus bene parcendo erigitur, alius male parcendo deicitur*, 157, 1.

A igualdade completa do gerúndio e do particípio do presente aparece nesta frase: *Transeuntia erant elementa ad maiorem gloriam inque ea permenenda*, Filástrico, 80,7. *in* MEYER-LÜBKE, W. (1916: 306-307).

Retorno a esta discussão quando trato da semanticização do gerúndio em português.

1.3 Usos atuais da forma nominal gerúndio no PE e no PB

Partindo do pressuposto de que para se estudar a mudança sintática é preciso reconstruir o espectro de ocorrências dos fenômenos sintáticos a serem estudados, faz-se necessário aqui observar, primeiramente na sincronia, os variados usos do gerúndio como forma nominal, a fim de poder interpretar, de maneira mais adequada, a variação que possa ter ocorrido na diacronia das orações subordinadas.

(i) *Perífrases com verbos aspectuais*

Em sua *Gramática de Usos do Português*, Neves (2000:63) apresenta o quadro de perífrases com verbos aspectuais que pode ser confrontado com usos da forma nominal gerúndio em concorrência com o infinitivo. A autora relaciona as formas de representação do aspecto em português, a saber: o aspecto cursivo, o habitual, o progressivo, o inceptivo, o terminativo ou cessativo, o iterativo ou freqüentativo, a consecução, a intensificação e, finalmente, a aquisição de estado. Retomo a questão do aspecto em (2.), quando apresento a questão da semanticização do gerúndio.

(ii) *Gerúndio como imperativo*

Indica ainda o gerúndio uma forma de imperativo em português: **Andando!**
Circulando!

(iii) *Gerúndio como núcleo da sentença em adjunção*

Em português reconhece-se ainda o uso da forma nominal gerúndio nas orações encaixadas às sentenças matrizes, ora funcionando como adjetivos (1) ou advérbios (2), (3) e (4).

(1) Publicámos hontem, por engano, um annuncio **convidando** os amigos e irmãos d'armas do finado alferes Jorge, para o officio no dia 28, na Sé, o que não é exacto.(CJ-SP- 489-CP-27jul1854)

(2) **Passando** pela freguezia do Arujá, tive ocasião de ver ali funcionando a escola pública regida pelo senhor Caetano Nunes de Siqueira, há pouco para ali removido. (CJ-SP- 512-DSP-23mai1874)

(3) Pedimos aos nossos assignantes em atraso o favor de mandar satisfazer a importancia de suas assignaturas podendo-o fazer pelo correio, **descontando** a importancia do registro. (CJ-SP-528-DL-04jan1886)

(4) **Em sendo** o Brasil um país altamente miscigenado, é de se causar grande espanto que exista uma família como a do deputado federal Sérgio Carminato, PTB-RO (aquele que deu graças a Deus por não ter nenhum negro em sua família) (CJ-SP - FSP-10fev1995)

Temos assim o seguinte quadro de possibilidades de uso da forma nominal gerúndio para o português:

- | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>(i) <i>Perífrases com verbos aspectuais</i></p> <ul style="list-style-type: none">Aspecto cursivoAspecto habitualAspecto progressivo? Aspecto inceptivo?/* Aspecto terminativo ou cessativo?/* Aspecto iterativo ou freqüentativo?/* consecução <p>(ii) <i>Imperativo</i></p> <p>(iii) <i>Gerúndios como núcleo da sentença em adjunção</i></p> <ul style="list-style-type: none">Orações adjetivas reduzidas de gerúndioorações adverbiais reduzidas de gerúndio |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

O presente trabalho concentra-se em (iii), no uso do gerúndio como forma de redução sintática expressa na adjunção de orações encaixadas. Retomando o objetivo proposto inicialmente, procuro investigar as mudanças ocorridas no uso das reduzidas de gerúndio no plano diacrônico.

2. O recorte teórico:

Sintaticização, semanticização e discursivização do gerúndio no PB

Parto do princípio de que há fenômenos responsáveis pela eventual mudança no uso das reduzidas de gerúndio no PB, a saber: a sintaticização, a semanticização e a discursivização. Caberá, a partir daqui, observar de que maneira o gerúndio foi se acomodando à fala dos brasileiros, em especial a partir do século XVIII, que parece ter sido um momento histórico decisivo para as grandes mudanças da língua portuguesa no Brasil.

Em sua *Proposta Funcionalista de Mudança Lingüística*, Castilho (2004) apresenta um histórico do que se tem proposto, a partir de Humboldt (*apud* Castilho, 2004), para o fenômeno que por ora convencionou-se chamar de gramaticalização. O autor faz um leitura exegética das proposições feitas por diversos autores a respeito do assunto, procurando organizar os argumentos que com o passar dos anos foram se somando, para, a partir daí, propor uma reordenação do conceito de gramaticalização em subitens, a saber: a fonologização, a morfologização, a sintaticização, a semanticização e, por fim, a discursivização.

Para este estudo importam os seguintes processos: (i) a **sintaticização**, entendida como processo sob o qual se dão “alterações que afetam os arranjos sintagmático e sentencial, os quais ocorrem simultaneamente, sem uma hierarquia de precedência entre eles” (Castilho, 2004); (ii) a **semanticização**, processo que resulta nos sentidos das palavras, nas “significações composicionais das expressões multivocabulares” e nos “significados inferenciais (*Semântica pragmática*), estes mais sujeitos que os anteriores à interação concreta entre indivíduos” e (iii) a **discursivização**, observável na organização do tópico discursivo, da agregação de informação secundária, na centração tópica e, por fim, na articulação do texto.

3. As hipóteses

Mudança por sintaticização, semanticização e discursivização

3.1 Gramaticalização do gerúndio

3.1.1 Morfologização: gerúndio x particípio presente

A incorporação do gerúndio ao quadro de conjugações do português a partir do latim tem explicações nas obras dos gramáticos a partir do século XIX: Jerônimo Soares

Barbosa (1822), Júlio Moreira (1907), Meyer-Lübke (1916), Epiphany da Silva Dias (1918), Silveira Bueno (1958), Said Ali (1975), Mateus *et alii* (2003).

Júlio Moreira (1907:92-101) explica em seus *Estudos de Língua Portuguesa* a origem do gerúndio:

O gerundio latino que tinha tres fórmãs (v. g.: amandum, amandi, amando) conservou-se em português com o seu emprego verbal mas com uma só fórmula, em virtude do desaparecimento dos outros casos, cujas relações passaram a exprimir-se com o infinitivo precedido de preposições.

Uma leitura dos gramáticos Jerônimo Soares Barbosa (1822), Júlio Moreira (1907), Meyer-Lübke (1916) e Silveira Bueno (1958) revela a grande confusão na interpretação do uso de duas formas distintas exercendo a mesma função: a relativização sentencial baseada no uso de participio presente ou de gerúndio.

O gramático Jerônimo Soares Barbosa (1822) em sua *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* argumenta a favor de uma mudança na representação sintática de relativização:

A terminação em ndo semelhante á dos Gerundios Latinos impoz a nossos Grammaticos para os terem por taes. Mas he mais provavel, que estes participios activos em ndo tivessem sua origem dos adjectivos verbaes em nte, a alguns dos quaes davão nossos antigos Escriptores o mesmo regime do verbo, donde se derivavão, como Amante a Deos, Temente a Deos Intemente a Deos, Annibal passante os montes Alpes; do que ainda temos restos em alguns nomes compostos, como Lugartenente, Malfazente, Maldizente, Missacantante, &c.

O autor parece falar da possibilidade de se expressar a relativização sentencial através de duas formas: o participio presente e o gerúndio. Na verdade, Jerônimo Barbosa não tinha em mente a possibilidade dessas formas estarem em concorrência em um determinado momento da língua, e, como veremos a seguir, o gerúndio passou a ser a forma privilegiada na expressão da relativização sentencial.

O gramático Júlio Moreira (1907:92-101) aponta também para o fato de que no português moderno o participio ativo do presente é representado “*geralmente só por adjectivos e substantivos, mas no periodo archaico da lingua tinha ainda o seu valor de fórmula verbal, função de participio*” e cita exemplos de Adolpho Coelho (*Theoria da Conjugação em Latim e Português, apud Moreira, idem*) como:

os quaes tementes¹²¹ nostro señor, palavras ociosas e riso moventes e de Leite de Vasconcellos (Estudos de philologia mirandesa, t. 1, p. 367, nota, apud Moreira, *ibidem*) que menciona também exemplos arcaicos e vestígios de participio do presente no português moderno, como na frase tirante isso, a que podemos acrescentar não obstante isso, passante de (...). Com valor semelhante há mais algumas palavras, como dependente de, aderente a, mal soante, bem fallante, etc.

Moreira (1907) dá pistas sobre a gramaticalização da função relativa:

O que todavia é verdade, é que a função dos participios do presente latinos é actualmente expressa, na syntaxe do português popular, por uma oração relativa e ainda por outros modos, como veremos adiante, mas não por meio de um participio.

Por fim, podemos dizer que o gerúndio, em comparação à forma do participio presente, tornou-se uma forma vitoriosa na sua função verbal. Meyer-Lübke (1916:306-307) atesta essa vitória no seguinte raciocínio:

Ao estudarem-se os derivados verbais, nota-se que o **uso do gerúndio** sofreu uma transformação profunda. O gerúndio teve no seu emprégo uma grande limitação; em primeiro lugar, por ser possível construir o infinitivo com toda a espécie de preposições, pelo que, pouco a pouco, é quase completamente substituído pelo infinitivo; em segundo lugar, porque o ablativo do gerúndio ocupou cada vez mais o lugar do participio do presente, que, por sua vez, passava a ser um mero adjectivo verbal.¹²²

3.1.1.1 Hipótese de contaminação galicista

Júlio Moreira e a crítica ao (suposto) galicismo no uso das formas gerundivas

Nas seção anterior tracei um histórico da incorporação do gerúndio ao português brasileiro e de suas formas concorrentes. Entre outras questões, como o tema das relações proposicionais expressas pelas orações subordinadas, apresento a partir de agora os questionamentos a respeito daquilo que alguns autores apontam como uma forma de contaminação sintática por empréstimo de outras línguas.

¹²¹ grifo meu.

¹²² grifo meu.

Júlio Moreira, em seus *Estudos de Língua Portuguesa* (1907:92-101), denuncia o que chamamos aqui de uma hipótese galicista para o uso do gerúndio em construções aspectuais, relativas e circunstanciais. Segundo o autor, no português teria havido uma contaminação sintática dos usos do gerúndio, tomados por empréstimo dos usos do particípio presente nos textos franceses publicados em jornais. Aponta que o francês conservou a forma invariável do particípio presente do latim em *ant*, diferentemente do português que teria apenas conservado a forma variável do particípio presente, reconhecidamente adjetivos (*passante, falante, dependente, aderente, soante, temente, tirante, obstante*). Moreira argumenta:

Em francês deu-se a confusão da forma do particípio do presente, que ao princípio só variava em numero, com a do gerúndio, de modo que, por exemplo, *aimant* significa “amando”, do latim *amando*, e “que ama” do latim *amante*. D’esta confusão nasceu a necessidade de estabelecer regras para os casos em que, segundo o sentido, esta forma deveria ter flexões, variar em genero e numero, vindo por fim a prevalecer a que formulou a Academia em 1679, e que determinava que a forma em *ant* deveria ser **invariável** quando designa acção e **variável** quando exprime estado.

De se haver conservado o particípio presente em francês, resultou ser muito mais extenso naquelle idioma o uso das formas verbaes em *ant* do que no nosso o dos formas do gerúndio, pois que na boca do povo, pelo menos, o particípio do presente, como acima se disse, desapareceu de todo, se exceptuarmos as formas, mais ou menos estratificadas, de que se fez menção. Mas em virtude da leitura de nossos jornaes, que em grande parte reproduzem notícias e assuntos tratados em jornaes franceses, cuja traducção, ou pela escassez de tempo ou descuido das redacções, é muitas vezes atabalhoadamente escrita, e ainda pela leitura de livros traduzidos pouco esmeradamente do francês, ou de obras originaes portuguesas cujos autores se deixam arrastar pelos usos d’aquella lingua, succede que modernamente se manifesta grande tendencia para largo emprego abusivo das formas do gerúndio.¹²³

Mais tarde, Said Ali (1975) irá criticar posições como esta de Júlio Moreira, argumentando que o gerúndio abarcava o valor semântico expresso tanto pelo particípio presente, indicando um valor relativo e de modo, tanto como pelo gerúndio, de valor mais circunstancial/adverbial. Da competição dessas duas formas no português arcaico, teria vencido a forma do gerúndio no português, tendo sido largamente utilizado inclusive por autores do século XVI, tais como Camões.

¹²³ grifo meu.

Júlio Moreira reforça a sua argumentação contra o que reconhecia como forma de galicismo no uso do gerúndio, demonstrando que os falantes do português tinham à disposição outros recursos sintáticos para exprimir a função do gerúndio sem fazer uso das formas gerundivas:

Vimos acima que em certos casos a forma do gerúndio é substituída na linguagem do povo por uma oração relativa ou por uma determinação precedida da preposição *com*; mas em outros, como no exemplo precedente, pôde ser representada pelo verbo no modo infinitivo regido da preposição *a*. Em vez de “um ninho *balouçando-se* num ulmeiro” dir-se-ha “um ninho *a balouçar-se* num ulmeiro”. A língua popular tem pois estes tres processos para exprimir a função do gerúndio nos casos de que falámos, e nunca emprega nesses casos a forma do gerúndio.

A evitação do gerúndio pela “*linguagem do povo*” a que Júlio Moreira se refere, parece indicar aqui uma forma de inovação no português europeu. Mais uma vez a teoria do uso galicista da forma é justamente refutada pelos próprios argumentos, se vistos à luz da semanticização do gerúndio em português. As circunstâncias adverbiais parecem ter seguido o mesmo caminho, realizando-se atualmente majoritariamente através de orações conjuncionais desenvolvidas. Devem exceptuar-se desse raciocínio, as construções com valor modal-temporal, que ainda parecem obedecer à forma conservadora com uso do gerúndio.

3.1.1.2 Said Ali contestando a interpretação galicista do uso das orações reduzidas: as provas do século XVI

Said Ali (1975:45-52), atenta para a “*largueza com que no século XIX se usou, como hoje, o gerúndio equivalendo a uma oração adjetiva*”. Ele usa como contra-argumento à tese de Júlio Moreira o fato de que também no século XVIII as mesmas formas podiam ser encontradas, tal como nos exemplos retirados da *Boêmia do Espírito*:

Carta de Lei DANDO o Régio Beneplácito à Bula Dominus ao Redemptor da extinção dos Jesuítas.

O autor confirma o uso do gerúndio como forma de linguagem recebida dos seiscentistas com base nos exemplos retirados de uma carta de D. Francisco Manuel de Melo, constante da *Boêmia do Espírito*:

Achar-se-ão na secretaria de V. M. papéis, cartas, e lembranças minhas, PREVENINDO, LEMBRANDO e PEDINDO a V. M. aquilo que, a meu fraco juízo, parecia mais conveniente às presentes ocorrências.

Para o século XVI, Said Ali apresenta exemplos de gerúndios desdobráveis em pronomes relativos, provenientes do volume *Vida do Arcebispo* de Fr. Luís de Sousa:

Acudiam cartas do nosso arcebispo a miúde, escritas com muito calor, e PEDINDO a Sua Santidade. (...)

Não faltam ali os raios, os trêmulos cometas IMITANDO (2,90); em vão assopra o vento, a vela INCHANDO (2,22).

Também Said Ali denuncia o emprego do participípio presente com o mesmo valor sintático do gerúndio, no exemplo de Camões:

Atenta a ilha Barem, que o fundo ornado tem das suas perlas ricas, e IMITANTES a cor da Aurora (...).

Ainda contra-argumentando com Leite de Vasconcelos, Said Ali diz que “*o confronto entre o nosso gerúndio e a forma francesa em –ant*” não é procedente, referindo-se ao fato de ceder o gerúndio freqüentemente o lugar ao participípio presente.

(...) já que isso se fez sem atender devidamente ao histórico destoutra formação e respectiva sintaxe, lembrarei aqui a flexão francesa não vem unicamente do participípio presente latino, como o faz crer Leite de Vasconcelos a fim de tornar palpável o antagonismo entre o seu emprego e o do gerúndio português. Chantant procede tanto de cantantem como de cantando. Quer isso dizer que, do ponto de vista genético, o participípio do presente confunde-se em francês com o gerúndio.

Enquanto se usou esse participípio com a flexão de número, a distinção ainda se podia fazer; mas desde que passou a ser invariável, cessou toda a diferença, cumprindo então pedir esclarecimentos à sintaxe.

Referindo-se à sintaxe do francês médio, diz Brunot: De la sorte, la notion de variabilité du participe commence à s’obscurcir, et on le trouve souvent complètement invariable: si lours et si peu entendant à leurs affaires (Comm., I, 97, 11). Dès lors, quand le sens n’indique pas impérieusement comme ici qu’on a affaire à un participe, il devient impossible de le distinguer et de remarquer le changement dont nous parlons.

Partindo desses pressupostos, o autor reconhece uma “*adaptabilidade*” que promovia uma confusão entre o participípio presente com o gerúndio do ablativo, fazendo

com que uma das duas formas tendesse a desaparecer, “*absorvidas as suas funções pela outra*”. O autor baseou-se em informações da gramática latina de Schmalz e Stolz (*apud* Said Ali,1975), na qual se lê que o gerúndio “*ocorre freqüentemente, como que em competência*”¹²⁴ com o *particípio do presente e o infinitivo, sendo que em face do gerúndio do ablativo, o qual se acrescenta (a outro termo) como vocábulo invariável, por assim dizer, à guisa de fórmula, muito se retrai o particípio e também o infinitivo.*”

Said Ali acrescenta mais um argumento em favor da gramaticalização do gerúndio no português, observando que

o retraimento, observável em latim, seria todavia coisa insignificante em comparação do que se passou nas línguas românicas, sobretudo no idioma português a partir do século XVI, em que largamente se começou a usar o gerúndio para dar forma concisa e elegante a toda a sorte de orações subordinadas. Não têm conta os dizeres deste gênero:

- cantando espalharei (por espalharei pelo cantar, ou enquanto canto);
- andando, as lácteas tetas lhe tremiam (= quando andava, ou enquanto andava, ou se andava, etc.);
- mas vendo o capitão que se detinha já mais do que devia, e o fresco vento o convida que parta... não se quer mais deter (= pelo processo de sonhar, ou enquanto se sonha, etc.);
- avante mais passaro não deixaram, querendo, se não torna, ali matá-lo (= porque queriam ali matá-lo, etc.);
- rogando-lhe que logo lha mandasse antes que anoitecesse, e não lha mandando que iria por ella, Castan. 5,65 (= se não lha mandasse, etc.);
- chamam-lhe fado mau, fortuna escura, sendo prudência de Deus pura (= ao passo que é , ou ainda que é prudência, etc.);
- viu Alexandre Apeles namorado da sua Campaspe e deu-lha alegremente, não sendo seu soldado experimentado, nem vendo-se num certo duro e urgente (= posto que não fosse seu soldado experimentado, nem se visse em cerco, etc.)¹²⁵

E arremata, agregando um argumento que favorece a leitura dos gerúndios sob o prisma da semanticização dessa forma no português:

¹²⁴ Observar que o termo competência está bem próximo da noção de “formas de gramáticas em competição” de gramaticalização.

¹²⁵ Segue um comentário de Said Ali sobre a relação psicológica que existe entre a oração adjetiva e a oração adverbial, impedindo muitas vezes que se possa distinguir a relação circunstancial da adjetiva nas cláusulas iniciadas por expressões gerundivas.

Quem identifica a forma invariável em *-ando, -endo, -indo, -ondo* do verbo português com o ablativo do gerúndio latino anda muito bem se considera a cousa do ponto de vista morfológico; mas desacerta, e muito, se, no tocante à significação, tem em mente apenas as noções de instrumento e meio do gerúndio primitivo, ignorando as demais funções tomadas ao participípio do presente, ou dele herdadas.

Textos mais antigos reforçam a argumentação de Said Ali. É o caso dos documentos notariais do Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho reunidos por Ana Maria Martins (2001) nos *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa*. Os exemplos abaixo, retirados das primeiras páginas desse volume, indicam a abundância de ocorrências de reduzidas de gerúndio numa fase primitiva do português:

(5) ... porque uos forades reuees nō **querēdo** purgar a reuelhia. nē star a dereyto. (S. Miguel de Vilarinho, 1293:8)

(6) Polha qual cousa mãdaua a todolhos Meyrios e iustiças do Reyno de Portugal. **chamādo** os como braço segral. (S. Miguel de Vilarinho, 1293:9)

(7) é **esgardādo** deus e ssa alma e ssē outra premha nehūa. e que ssa alma nō perigasse. nē nas almas de sseus fillos. (S. Miguel de Vilarinho, 1299:5)

(8) ...e a cada hūū de uos Saude en deus Sabede que eu sōō occupado dalgūos negoçios do dicto Senhor Arçebispo e conuēme dhír fora da dicta Cidade Porem **cõffiando** da uossa bondade e discreçom (S. Miguel de Vilarinho, 1356:45)

(9) Perante ffernã anes de sendj Juíz da dicta villa Pareçeu Dom Lourenço estevez Priol do Momsteiro de villařinho da hū parte e da outra Domĩgos martjnz de paradella **dizēdo** o dito priol que o dito Domĩgos martjnz. Auja de dar ã cada hūū Āno. (S. Miguel de Vilarinho, 1357:6)

(10) da hūa partte e lourçe stevez Priol desse Monsteiro da outra. **dizēdo** os dictos cõõigos em seu nome e do dicto Cõuēto que de costume antigo customarō dauer e ouuerom no dicto Monsteiro bõa raçom e mätijmēto. (S. Miguel de Vilarinho, 1364:6)

(11) E que ora. o dicto Priol **vijndo** contra o dicto costume e Sentenças. pelos tractár mal. lhís daua tam pequeno pam aluo. e carne ou pescado e tam mão (sic) viho que nõ quieriam beuer nõ sse mãteer pelo dicto mãtjnmẽto (S. Miguel de Vilarinho, 1364:9)

(12) ... e dy adeãte auer pella dita terra dez libras Ata que seia pago das dictas quorrẽta libras E **pagandoo** eu das dictas quorrẽta libras darne esta obrigaço e a Senteça e nõ mha dãdo que me page por ella quorrẽta libras e **Aconteçẽdo** que me fizesse deus mercçee (S. Miguel de Vilarinho, 1366:8-9)

(13) ... que o dito priol deMãda que o dito priol fazia Ao dito francisco martjnz per iista guisa **dizẽdo** que en como o seú Monsteiro de vilarinho E os priorrees que delle forõ e son Esteuesen ã pose des hio Anó e dos e dez e vinte E trintá e quarrentá E Centó Anós. (S. Miguel de Vilarinho, 1370:7)

(14) E Johã gonçallvez Priol do Momsteiro de villarinho da outra **dzendo** o dito Martim domingujz contra o dito {Martim} Prioll que **tragendo** el dito Martjm domingujz hũa vaca preta cõ sa ffilha que o dito prioll per sua força e Autorydade lha tomara **fforçãdóo** della A qual fforça djzia que lhj fezera no mes de Março Era de myll E quatroçentos E sete ânos (S. Miguel de Vilarinho, 1379:7-8)

(15) ... no Monsteiro dom Martim giraldiz, **dizẽdo**. que auyã dauer de Çeleyro e da adega do dito Monsteiro. cada hũu dels dez buzeos de trigo e dez de milho. pela uelha pera sas rações de pão de todo o Ano e sas rações de vinho assj como é de costume. (S. Miguel de Vilarinho, 1379:3)

Em resumo, através deste pequeno panorama histórico do gerúndio em português, pude mostrar que aquilo que outrora se via como latinismos, galicismos e, recentemente, anglicismos não podem ser simplesmente entendidos como formas de contaminação sintática provenientes de outras línguas. Trata-se muito mais de opções sintáticas dos falantes/autores que organizam seus enunciados em função de condicionamentos sintáticos orientados por processos específicos de gramaticalização, com base nos contextos discursivos dentro dos quais produzem os mesmos enunciados.

3.1.2 Sintaticização do gerúndio

3.1.2.1 O gerúndio como constituinte do SN

O uso adjetivo do gerúndio em confronto com o particípio presente

O reconhecimento da competição entre estas duas formas tornou a ser apontado por Silveira Bueno (1958:388-390), o qual, na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, apresenta o particípio presente como uma forma concorrente do gerúndio no português arcaico “*em sua função de verbo, regendo, portanto, complementos próprios.*” Exemplos:

Rei e senhor natural, não reconhecente superior em o temporal (Carros, Déc., 4-7, i)
Ilhéus de Ires e Meitarana, circunstante a Ternate (*Idem – ibidem*, 4, 7, 9).
Perlas ricas e imitantes a côr da Aurora (CAM., Lus., X, 102 – *apud* SAID ALI, Léx. do Port. Histór., 125)¹²⁶

O autor lembra que este “*emprego do particípio presente, com função verbal, desapareceu da nossa língua, substituído pelo gerúndio ou pela oração relativa, adjetiva: ‘Pérolas que imitam a côr da aurora’ – ‘Pérolas imitando a côr da aurora.’*”

Na mesma seção, o gramático fala da gramaticalização do particípio em *-nte*

como adjetivo simples, qualificativo: contente, sapiente, ouvinte, pedinte, poente (...). Tendo sido adjetivos, em muitos casos, passaram a substantivos, como em: estudante, assistente, crente, constituinte, lente. Em casos menos numerosos passaram tais particípios a palavras invariáveis, tais como: não obstante, tirante, não embargante, passante de, etc.

Silveira Bueno reconhece a substituição do particípio presente pelo gerúndio e propõe os seguintes testes para identificar uma e outra função.

O autor considera como formas de **particípio presente**:

(i) Oração adjetiva

Deixa assim de ser um espírito *falando* (que fala) a espíritos, passa a ser apenas um manipanso *terrorizando* (que terroriza) supersticiosos (Eça de Queiroz, Cartas de Inglaterra, 18)

¹²⁶ grifos meus.

(ii) Adjetivo, atributo do sujeito

Saiu como um leão *bramindo* = *que bramia*

(iii) Substituível pela forma arcaica

Pérolas imitando = imitantes a côr da aurora

Queimou-se com água *fervendo* = *fervente*

E considera como **gerúndio**:

(iv) Complemento circunstancial, oração reduzida

Cantando espalharei por tôda parte... (CAM, *Lus.*, I, 2)

(v) Substituível por infinitivo

Estávamos *estudando* = *a estudar*

O dia amanheceu *chovendo* = *a chover*

Na verdade, Silveira Bueno confunde-se ao conferir ao morfema *-ndo* rótulos diferentes por conta de seus usos. Ele mistura ao mesmo tempo a **forma** e a **função**. Aqui analisamos a forma *-ndo* como morfema que desempenha várias funções semânticas. Nesse sentido, não vale a pena diferenciar a forma gerundiva que ele chama de particípio presente, em função adjetiva, do gerúndio como expressão de complemento circunstancial ou como forma de expressão do aspecto verbal.

Em suma, através dos exemplos de estágios mais remotos da língua, a somatória dos argumentos apresentados por esses autores revela que tanto o particípio presente como o gerúndio eram formas em competição durante o período arcaico do português, tendo o gerúndio se tornado a forma vencedora na expressão da relativização sentencial em português moderno.

3.1.2.2 Infinitivo

O argumento de Meyer-Lübke citado na seção anterior serve para apresentar o infinitivo como outra forma concorrente do gerúndio, no português moderno, na expressão de relativização e adjunção adverbial.

Tanto no que tange às perífrases aspectuais como às orações reduzidas, o uso do infinitivo, em concorrência com o gerúndio, já vinha sendo apontado desde Meyer-Lübke (1916:306-307) que, no início do século passado, denunciava:

A ampliação do uso do infinitivo é antiga; e um pouco mais moderna a união com preposições, como *dare ad manducare*, que aparece na Vulgata, e se torna depois cada vez mais freqüente.

Em PE predominam as perífrases de verbos aspectuais com a forma infinitiva dos verbos. Em PB, as duas formas estiveram em concorrência durante séculos, mas a forma conservadora do gerúndio permaneceu nestes casos. Um estudo cuidadoso destas formas, o que não é meu objetivo, permitiria diferenciar que aspectos interferiram na competição das duas formas nominais dos verbos (gerúndio x infinitivo).

3.1.2.3 O gerúndio como núcleo oracional: gerúndios e conjunções

A ampliação do uso das conjunções no português através dos séculos apresenta o novo quadro de formas em competição na expressão da subordinação adverbial. Castilho (2004) defende que

as alterações na morfologia do verbo, tais como o desaparecimento do particípio presente e sua substituição pelo gerúndio, o declínio no uso dessa forma e do infinitivo, ocasionaram uma utilização mais freqüente das conjunções, no caso das sentenças encaixadas.

Este estudo pretende demonstrar que tipos de circunstâncias adverbiais podem ser expressas tanto por orações conjuncionais desenvolvidas como sob a forma de orações reduzidas de gerúndio.

- Mesmo **indo** de carro já é difícil, imagine a pé.
- **Se** você vai de carro já é difícil, imagine a pé.

Faz parte dessa investigação, portanto, estabelecer um paralelo entre o percurso diacrônico das conjunções e das orações reduzidas de gerúndio, a fim de verificar quais são os fatores condicionantes e quais formas ainda estão em competição.

O português que aqui aportou fez perdurar de forma conservadora as características sintáticas dessa língua no Brasil.

O gerúndio em PB continua sendo uma forma mais ou menos produtiva na expressão de determinadas relações semânticas da predicação, como é o caso dos aspectos verbais e dos contextos sintáticos de adjunção por relativização e adjunção adverbial.

Minha hipótese é que, em função da ampliação do uso das conjunções e de outros recursos sintáticos, tais como a coordenação de orações¹²⁷, o uso do gerúndio como expressão de determinadas circunstâncias diminuiu significativamente nos contextos de fala, à exceção das relações de tempo, modo e condição. Sua produtividade em contextos de escrita está condicionada a gêneros discursivos distintos, tais como relatos narrativos, documentos forais, relatórios técnicos, instruções. Todos estes gêneros revelam, no conjunto dos fenômenos lingüísticos ali presentes, formas conservadoras da língua no que se refere à sintaxe e ao léxico. É o caso, por exemplo, da ocorrência de gerúndios em cascata, apresentados no tópico (3.1.4.4), quando falo da discursivização do gerúndio.

Passo a discutir em detalhe a questão do estatuto sintático das orações reduzidas no subitem que se segue.

3.1.2.4 Coordenação, subordinação ou fórmulas com um estatuto sintático distinto?

No sexto volume da *Gramática do Português Falado*, estudando as orações reduzidas de gerúndio, Braga (*in* Koch, 2002:242) concentra-se nas orações de *tempo-condição* e procura estabelecer os limites entre as noções de subordinação e coordenação.

Para o meu trabalho, importa, portanto, no futuro, saber se o *status* de subordinação conceitual desempenhado através da realização de uma subordinação sintática gera uma ou outra escolha (orações desenvolvidas ou reduzidas) nos determinados momentos lingüísticos em que as ocorrências se apresentam. Para Braga (2002), a relação subordinação *versus* coordenação deve ser discutida primordialmente para as relações de tempo quando expressas pelas assim chamadas *subordinadas*, uma vez que elas introduzem a idéia de continuidade no eixo da *adição*, elas poderiam facilmente ser consideradas como formas de coordenação.

Tradicionalmente usa-se considerar as orações reduzidas como estruturas de subordinação. Entre os argumentos usados para defender esta idéia estão propriedades que podem ser apontadas para o grupo das subordinadas adverbiais (Mateus *et alii*: 2003):

¹²⁷ A questão da opção pelas orações coordenadas em oposição à escolha de uma conjuncional ou reduzida não faz parte do meu objeto de pesquisa.

- a) as adverbiais podem ser destacadas por clivagem como qualquer outro constituinte;
- b) orações subordinadas apresentam mobilidade sintática, ao contrário das coordenadas;
- c) as adverbiais não são argumentos do predicado principal.

Tal propriedade pode ser verificada a partir de testes de substituição das adverbiais por itens não argumentais, como os ADVs, os SADVs e SPs, e também “há a possibilidade de interpretação co-referencial do sujeito nulo da OS relativamente ao SN sujeito da outra oração”.

Alguns dados revelam as marcas tênues que impedem a adoção do termo subordinação para todos as reduzidas de gerúndio. O exemplo abaixo denota a idéia de adição a que se refere Braga (2002):

(16) ja depois deembarcado ede | bayxo daguarda dodito Tabaliaõ o investiraõ Lançandoo aomar | com animo deo afogarem, o que naõ sucedeu por lhacodirem al | guãs pessoas que otiraraõ domar, **fazendo** lhe os mes mos mulatos | varias injurias (C-BA-22 fev1765).

O exemplo (16) tanto pode ser interpretado como modal como temporal no eixo das proposições, mas, sintaticamente, a idéia de adição também lhe pode ser conferida. O mesmo pode ser dito para a ocorrência abaixo:

(17) em vista do local eh... das possibilidades e:... eh... e... do... do meio de... maior comunicação que parece que existe lá... diversão e tal... deixa assim elas mais à vontade mais... mais dadas... comunicativas isso... **fazendo** uma diferença entre as pessoas dos outros bairros né... (D2-RJ-147-séc.XX)

3.1.2.5 Quesitos a considerar

(i) Posição da oração gerundiva

Considera-se a variável *posição* como um parâmetro central na análise da organização das subordinadas¹²⁸, uma vez que a birecionalidade posicional (anteposição, posposição

¹²⁸ Chafe (1998) *apud* Braga (2002)

em relação à oração matriz) daquelas que se tem considerado chamar de subordinadas adverbiais seja “o único critério a diferenciá-las das coordenadas” (Braga, 2002:239).

Fará parte da investigação tentar estabelecer um paralelo entre as circunstâncias que são expressas pelas reduzidas de gerúndio e a posição não-marcada dessas estruturas e, a partir daí, verificar o grau de gramaticalização das orações reduzidas de gerúndio.

Analisando o português arcaico em seu estudo *Estruturas Trecentistas*, Mattos e Silva (1989) identificou que as subordinadas circunstanciais com verbo no gerúndio apresentavam na sua grande maioria as reduzidas de gerúndio temporais – dos 99 enunciados subordinativos circunstanciais com verbo no gerúndio, as ocorrências distribuíram-se da seguinte forma: 76 temporais, 7 que podem ser interpretadas ou como temporais ou como causais, 15 causais e uma concessiva.

Brito (1984 *apud* Mateus 2003:726) propõe que a oração reduzida de gerúndio, apesar de não ter nenhum conector temporal expresso, pode apresentar uma **posição de complementador disponível**. Isso pode acontecer quando essa posição for ocupada pela preposição *em*.

Quanto à sua posição dentro da sentença matriz, as orações reduzidas de gerúndio podem ocorrer nas três posições: anteposição, intercalação e posposição.

A seguir, apresento alguns exemplos da posição das reduzidas de gerúndio.

As antepostas

Os exemplos abaixo demonstram algumas ocorrências de anteposição através dos séculos:

(18) **Esendo** nos pela costa obra de x | legoas domde nos levamtamos acharam os ditos | nauios pequenos hũũ aRecife com hporto dentro | muito boo e muito seguro com hũũa muy larga | entrada e meteramse dentro e amaynaram. (séc XVI-CPVC-2r24)

(19) **Sendo** eu eLeyto noPelouro, que fez o Dezembargador Ouvidor da Co-| marca por Juiz ordinario da Villa doMaraú, aberto o ar- quivo, tomey posse dolugar de Juiz, que actualmente ocu-| po, enomesmo exercicio continuo, sem nota contraria a | obom zello dajustiça. (C-BA-Mar-06out1763)

(20) **Vencendo** o meu natural acanhamento eu terei a satisfação de me deregir pessoalmente a Sua Majestade **se** como no Senado, **passar** na Camara dos Deputados a dotação, mas faltão 7 dias para se fixarem os trabalhos legis lativos. (PHPB-RJ-15set 1833)

(21) {então... as pessoas não querem se envolver entende...} {você... você pode ver uma turma de... pessoal assim de:... típico de Ipanema por exemplo...} {muito difícil se o indivíduo não tem assim uma formação mais... eh:... humanista... mais assim.. é muito difícil} {**dependendo** da natureza da pessoa também né.. então... as pessoas não querem se envolver entende... } (D2-RJ-147-séc. XX)

As intercaladas

(22) Dezatendem | as justiças nos Seos officiaes, caindo em corpo de Ronda aos damili | cia deque ja Rezultou dar huã Conta o capitam mor desta vi lla | ao Governo Geral, que {**attendendo**} lhemandaraõ ordeens muito am | plas para proceder contra elles comprizoens (C-BA-SFC-22fev1765)

(23) Nesta sua ultima carta me dá Vossa Excelência atriste noticia de se achar indo mal restabelecido de huma grave molestia queacabava de padecer, o que {**deminuindo** bem o meu contentamento,} muito me penalizou (PHPB-RJ-14dez1800)

(24) De | volta sentei-me a descansar na ponte franca | e ai estão talvez ao mesmo fim dois su- | geitos, um dos quaes era um Portuguez | velho, e Brasileiro novo, digo Portuguez | velho, porque nasceu nas marges do Doiro, | e ja é avançado em annos, e Brasileiro no- | vo, porque **vivendo** entre nós, e **adherin-** | **do** á nossa causa tem tantos annos de Bra- | sileiro quanto o Brasil de Nação Indepen- | dente (CJ-SP- 389-FP-15mar1828)

(25) Um po- | bre môço carreiro de 10 a 12 annos que | servia de arrimo a sua desgraçada familia, | **tendo marchado** 3 ou 4 leguas por entre | mãos caminhos, chegou sem perigo | até as portas da Cidade; na continuação po- | rém da rua da Esperança quasi defronte | á casa do Conego Leão (**sendo** a rua prin- | cipal e unica para a entrada de todos os | carreiros & que vem de Sancto Amaro) em | um lamaçal tremendo que alli existe ato- | la-se o carro, perde o equilibrio, e **queren-** | **do** o infeliz **encostar** a lenha ficou espedaçado | debaixo do peso enorme; e no mais lamentavel | estado hontem deu-se á sepultura, **deixan-** | **do** sua familia **desolada**, e sem este arrimo. (CJ-SP- 390-FP-22mar1828)

(26) Notícia da edição de 31/01, {**informando** que fumar em estabelecimentos comerciais será proibido}, confirma uma velha característica de Paulo Maluf: o autoritarismo. E mostra uma nova faceta do seu jeito pessoal e permanente de ser ‘esperto’: explorar o filão do que é politicamente correto. (CJ-SP-FSP-séc. XX)

As pospostas

(27) Senhor Redactor. – Depois de cessar por um pouco essa abundante chuva, que | desde o anno passado tem caído todos os | dias sem interrupção, quiz ver o estado da | varzea do Carmo, e se com effeito tinha- | se conseguido o fim d’esgotál-a, dirigi-me | até a chamada ponte do ferrão, que foi | entulhada, e vi que o pêso das aguas, que | não respeita grandes barreiras, quanto | mais ás fracas havia aberto o seu antigo | caminho, **interrompendo** quasi a communi- | cação por aquelle lado, **causando** um in- | comodo indisivel, não só aos habitantes | da Cidade, como aos lavradores, que não | podem condusir seus generos; e o mais é | que ja está assim há muito tempo!!! (CJ-SP- 389-FP-15mar1828)

(28) Concorre mais adevassa, que tirey do so-| borno, com que foi feito odito Juiz deBarrete, **ficando** com-| prendidos nella aquelles mesmos (C-BA-Mar-06out1763)

(29) Ao Marquez que tanto me destinguio, espero lhe expresses minha amizade, e o dezejo que tenho da continuação da sua: directamente lhe escrevi **dando**-lhe parabens das honras que Sua Majestade lhe conferio, e cuja noticia me dêo prazer (PHPB-RJ-15set1833)

(30) E desejando eu, como offendido, que| o mencionado Lourenço soffra o devido castigo, tomei o ac|cordo de fazer este annuncio **declarando** pouco mais ou me|nos os signaes d’esse escravo Lourenço (AJ-SP-02out1841)

(31) ou o sr. Luís Nassif é um incompetente, irresponsável, que escreve sobre assunto que não entende, trabalha sobre informações que não foram cheçadas (**contrariando** princípios técnicos e éticos da profissão), **repassando** dados errados para a sociedade, **cometendo** falha grave (CJ-SP-FSP-séc. XX)

(ii) O contexto sintático das orações reduzidas de gerúndio

Com esta breve exposição a respeito da gramaticalização das orações reduzidas, não pretendo oferecer uma explicitação detalhada e quantificada dos dados. Assim, apresento agora as categorias que me parecem importantes para a futura investigação quantitativa das ocorrências. Para argumentar de maneira mais adequada a respeito da questão do estatuto sintático das reduzidas (coordenação ou subordinação), selecionei até o momento algumas variáveis que poderiam indicar as razões para a definição das mesmas como estruturas de coordenação ou subordinação. Destaco, entre essas variáveis, a explicitude do sujeito, a presença de nexos (conjunções e preposições).

Explicitude do sujeito

Um dos elementos que talvez possa permitir a adoção da idéia de que as reduzidas, tanto de gerúndio como de infinitivo, têm um *status* diferente no que tange à subordinação, é a presença (não-) marcada ou nula do sujeito. A seguir, apresento alguns exemplos para mera ilustração desses contextos.

(32) **Sendo** eu eLeyto noPelouro, que fez o Dezembargador Ouvidor da Co- | marca por Juiz ordinario da Villa doMaraú, aberto o ar- quivo, tome y posse dolugar de Juiz, que actualmente ocu- | po, enomesmo exercicio continuo, sem nota contraria a | obom zello dajustiça (C-BA-Mar-06out1763).

(33) como o fogo que sempre aparece debaxo das cinzas, a nossa tem pre- Valecido já **oubetendo** nós Centenças em duas couzas (PHPB-RJ-14dez1800)

(34) [...] mas ho- | je que por Deliberação de Sua Majestade Imperial foi | dada para o Estabellimento d'Academia | do Curso Juridico, melhor, que nunca | pode ter lugar a tal lembrança; **acrescendo** | eu a isto uma outra, que não deixará de | ser d'utilidade ao mesmo público; **vindo** | **a ser**, que aquella parte da cerca alem do cor- | rego se podia muito bem vender em | porções para n'ellas se edificar (CJ-SP-394-FP-10dez1828)

(35) [...] porém hoje | soube que [O Senhor Proffessor] continuava no mesmo deslei- | xo, **dando** Aula de 15, em 15 dias; outras | vezes **concedendo** ainda maiores ferias, de | maneira que o pequeno estudo (que ao | meu ver, não é nem-um) dos meninos | com umas tão longas, e continuadas ferias, | ficão no mesmo estado como que nunca es- | tudassem, e no entanto a soffredora Nação **concorrendo** com os 150:000 réis annuaes | sem que d'elles provenha-lhe o menor bem. (CJ-SP-393-FP-27ago1828)

Fica a pergunta: sempre foi necessária a explicitude do sujeito quando a reduzida de gerúndio estava em oposição? Isso mudou?

Claramente a explicitude do sujeito é um fenômeno que aparece até os dias de hoje nas reduzidas, assim como observou Braga (2002). Resta saber de que forma isso evoluiu e verificar se houve algum fator que provocou a perda da explicitude do sujeito em algumas das reduzidas.

A partir de um estudo das orações gerundiais circunstanciais de tempo-condição, Braga (2002) analisa três variáveis: posição da oração da oração reduzida em relação à

oração núcleo, identidade e explicitidade do sujeito, e nível sintático do constituinte ao qual a reduzida de gerúndio se articula. A partir dos resultados da análise, Braga sugere que essas reduzidas apresentam tanto propriedades das subordinadas como das coordenadas, o que evidenciaria um estatuto distinto para estas estruturas.

Mira Mateus *et alii* (2003) analisa em sua gramática o estatuto do sujeito nulo nas reduzidas de gerúndio temporais com a ocorrência da preposição *em*. “*se a oração gerundiva comportar a preposição em, a posição pré-verbal do SN sujeito é mais natural do que a posição pós-verbal, a não ser que haja uma interpretação de foco contrastivo*” (Mira Mateus *et alii*,2003:726-727):

- i. Em a Maria acabando o trabalho, vamos sair.
- ii. Em acabando A MARIA o trabalho, vamos sair.

Presença de nexos

A concomitância ou a ausência de conectivos explícitos na ocorrência de orações de gerúndio tem algo a ver com a opção entre uma desenvolvida e uma reduzida?

O que percebi durante a coleta dos dados é que os mesmos marcadores discursivos, cujos correspondentes hoje vemos marcados na fala, muitas vezes foram registrados na escrita, principalmente em documentos mais antigos. É como se não existisse o pudor de evitar marcá-los no texto escrito, ao contrário do que se observa hoje, quando ainda há um grande preconceito quanto à presença no texto (principalmente o escolar) de elementos exclusivamente orais.

Observe-se a presença de um tom “quase oral” em alguns exemplos de textos mais antigos:

(36) **olhando** nos | easentaramse. edespois dacabada amisa asee | tados nos aapregação aleuantaranse mujtos | deles etanjeram corno ou vozína ecomecaram | asaltar edançar huu pedaço. e alguus deles | se metiam em almaadias duas ou tres que hy | tijnham as quaaes nõ sam feitas como as que | eu javy. soomente sam tres traues atadas jumtas | ealy se metiam iiii ou b ou eses que quieriam | nõ se afastando casy nada daterra se nõ quanto | podiam tomar pee. (sécXVI-CPVC-5r26)

(37) Meu querido Pay eSenhor com o maior prazer recebia sua precioza carta dactada de 29 deJunho proximo passado as affectuozas expreções com que Vossa

Excelência nella metracta me Lizonjeião sumamente; **e ambicionando** eu cada ves mais asua estimação, e paternal affecto farei sempre toudo o exforço **por** merecer a sua continuação. (PHPB-RJ-14dez1800)

No exemplo (36) acima a recorrência do *e* parece confirmar a suspeita da oralidade. Já no exemplo (37) poderíamos dizer que o *e* serviria como marcador discursivo hipotático, introduzindo um comentário e demarcando assim a interrupção.

O mesmo acontece nos exemplos a seguir, nos quais a conjunção não está incorporada à estrutura da oração reduzida. É a reduzida de gerúndio que se intercala na estrutura coordenada, funcionando como digressão ou comentário.

(38) Si em São Paulo não houvesse ou- | tro lugar para esta especie de com- | mercio, teriao os carreiros alguma | raza, mormente aquelles que tra- | zem suas madeiras de Santo Amaro, | merecerião desculpa as autoridades | publicas em consentir neste deposi- | to, mas havendo como ha tantos lar- | gos, que não tem os mesmos incon- | venientes porque não intervem nes- | te abuso a policia, ou a camara ? (CJ-SP- 450-CP-29jul1857)

(39) De | volta sentei-me a descansar na ponte franca | e ai estavão talvez ao mesmo fim dois su- | geitos, um dos quaes era um Portuguez | velho, e Brasileiro novo, digo Portuguez | velho, porque nasceu nas marges do Doiro, | e ja é avançado em annos, e Brasileiro no- | vo, porque vivendo entre nós, e **adherin-** | **do** á nossa causa tem tantos annos de Bra- | sileiro quanto o Brasil de Nação Indepen- | dente (CJ-SP- 389-FP-15mar1828)

(40) Elle, que gosta tanto do theatro de São | José, onde vae sempre com 500 rés, nem isso mesmo | póde mais fazer, porque, se sahir á rua, ou ha de ser | reclutado, ou pegado p'ra voluntario, p'ra ir morrer no | theatro da guerra; sim, p'ra ir morrer, porque sendo | elle um rapazinho fraco, que até tem medo de defunto, | e que nunca fez mal a ninguem - a não ser aquellas | porretadas que deu aquella noite no Mané Bafejador, | não póde servir p'ra soldado. (CJ-SP- 475-CP-01set1865)

Preposições

Em estágios mais remotos da língua, como mostram os exemplos de (41) a (45) retirados da obra de Silveira Bueno (1958:384), podemos identificar o uso de algumas preposições regendo o gerúndio: *em* e *sem*.

(41) “... e estas danças eram a soom dhumas longas que entonce husavom, sem curando doutro estormento posto que o hi ouvesse...” (F. Lopes, Crôn. de Dom Pedro, apud Júlio Moreira, 1907:107)

(42) “Tirou suas testemunhas nesta cidade sem declarando onde queria fazer sua prova (Viterbo, Elucidário, apud Idem, ibidem)

(43) “dá-se-lhe de vós em fechando os olhos?” (Bern., Pão Partido em Pequens., II - § VII apud Silveira Bueno, 1958:384)

(44) “De ordinário, em se **fazendo** sinal nas igrejas às ave-marias se recolhia e fechava em sua câmara” (Sousa, Vida do Arc., I, 96 apud Silveira Bueno, 1958:384)

(45) Em sendo o Brasil um país altamente miscigenado, é de se causar grande espanto que exista uma família como a do deputado federal Sérgio Carminato, PTB-RO (aquele que deu graças a Deus por não ter nenhum negro em sua família) (CJ-SP - FSP-10fev1995)

Na falta de outros exemplos mais atuais, a intuição do autor leva a crer que atualmente as estruturas com preposições se restringem às expressões formulaicas das quais falaremos na última seção. Uma coleta mais ampla dos dados permitirá a verificação efetiva dessa intuição.

Pretendo futuramente estudar o uso da preposição “em” com base no trabalho desenvolvido por Célia Castilho (2004)

Em resumo, a fim de analisar a integração das reduzidas de gerúndio, vou lidar com os seguintes fatores sintáticos: (i) a posição da oração gerundiva e (ii) o contexto sintático das reduzidas de gerúndio (explicitude do sujeito, presença de nexos).

3.1.2.6 Interface sintaticização/semanticação

As circunstâncias tempo/condição

A partir de seu estudo das orações gerundiais circunstanciais de tempo-condição, Braga (2002) analisa três variáveis: posição da oração reduzida em relação à oração núcleo, identidade e explicitude do sujeito, e nível sintático do constituinte ao qual a reduzida de gerúndio se articula. A partir dos resultados da análise, Braga sugere que essas orações apresentam tanto propriedades das subordinadas como das coordenadas, o que evidenciaria um estatuto distinto para estas estruturas.

As circunstâncias tempo/modo

A análise do *corpus* selecionado para este estudo denuncia a grande recorrência de reduzidas de gerúndio com matiz de temporalidade acompanhando a interpretação modal das mesmas orações. Trata-se de uma decisão futura, definir as variáveis a partir das quais irei tratar a gramaticalização das orações gerundiais. Desse recorte faz parte também a opção pela coleta de orações conjuncionais desenvolvidas, tópicos sobre os quais passo a discutir na seção seguinte.

3.1.3 Semantização do gerúndio

As formas nominais dos verbos em *-ndo* têm como suporte de seus traços semânticos, por um lado, as perífrases verbais indicando aspectos e, por outro lado, as relações proposicionais/circunstanciais expressas na adjunção de sentenças. Eventualmente podem os gerúndios indicar a expressão imperativa. A partir desse estudo prévio da etimologia do gerúndio, esta seção tem por objetivo principal investigar a eventual mudança lingüística que possa ter ocorrido na escolha dos falantes pelas orações reduzidas. Assim, em (3.1.3.4) analiso a reversibilidade de orações gerundivas em orações conjuncionais desenvolvidas.

3.1.3.1 O aspecto verbal e o gerúndio

Assim como apontamos anteriormente em (3.1.2), quando falamos da sintaticização do gerúndio, uma característica semântica do gerúndio reside no seu uso em perífrases aspectuais. Em PB, verifica-se a possibilidade de se marcarem com formas do gerúndio os aspectos cursivo, habitual e progressivo. A seguir apresento um breve quadro desses usos a partir de Neves (2000)¹²⁹.

O **aspecto cursivo** indica o desenvolvimento do evento (*estar a fazer~fazendo, vir a fazer~fazendo, continuar a ler~lendo, ficar a estudar~estudando*):

(46) mas já está todo mundo naquele espírito de cada um viver sua vida... levar sua vida sem se preocupar com a do vizinho... que ninguém está se importando se você sai de vermelho com verde... amarelo... roxo... ninguém está querendo saber a não ser... agora isso também traz um problema de solidão... né... **se** você fizer uma análise da... solidão... (D2-RJ-147- séc.XX)

¹²⁹ Futuramente quero cotejar o problema do aspecto verbal com Castilho (2002)

O **aspecto habitual** pode ser expresso pelos verbos funcionais *viver* e *andar* (*viver a falar~falando, andar a estudar~estudando*):

(47) entã tornou-se ocapitã perabaixo peraaboca do Rio on de desembarcamos e aalem do Rio **amdauã** mujtos deles **damçando** e **folgando** hũus ante outros sem se tomarem pelas mãos e faziãno bem. (CPVC-7v8- séc XVI)

(48) em quanto esteuemos aamisa e aapregacom seriã na praya outra tanta gente pouco mais ou menos como os domtem cõ seus arcs e seetas os quaaes amdauam folgando colhando nos | e asentaramse. (CPVC-5r26- séc XVI)

O **aspecto progressivo** indica a evolução com os verbos suporte *estar* e *ir* (*estar a evoluir~evoluindo, ir a crescer~crescendo/a diminuir~diminuindo*):

(49) oh eu acho que em termos de:... centro por exemplo está começando a acontecer um negócio que... você vê normalmente em cidade americana grande (D2-SP-343-séc. XX)

O **aspecto inceptivo**, que denota início de evento, parece permitir apenas a perífrase com o infinitivo: *passar a, pôr-se a, desandar a, começar a~por*.

No entanto, a perífrase com gerúndio, com possível interpretação de aspecto inceptivo, pode ocorrer em contextos nos quais a circunstância de modo também pode ser reconhecida:

(50) AINDA? || O Estado quer continuar, porque quer continuar. || Faz mal. || Começa declarando aceitar nosso convite para o terreno da causa publica, mas, como as fora licito o desfatio, pela segunda vez, varia de objectivo, continua a apurar nugas e, o que é peor, está a nos attrahir para um terreno, que cuidadosamente temos evitado. (Carta 533-CP-17jun1890)

O **aspecto terminativo ou cessativo** realiza-se em português com auxiliares acompanhados predominantemente do infinitivo: *parar de falar~*falando, acabar de falar~?/*falando, deixar de falar~?/*falando, cessar de rir~*rindo, bastar de proteger~*protegendo, terminar por dar~?/*dando*.

O uso de alguns desses verbos com o gerúndio, que promovem a leitura de aspecto terminativo (*parar, acabar, deixar, terminar*), como em (51), inspira uma interpretação de **aspecto culminativo**, mais ou menos nos moldes de como o denomina Mira Mateus

(2003:151). É possível, tal como em (50), entrever uma interpretação circunstancial modal no uso do gerúndio.

(51) é meio incontrollável né? e acho que :... acho que esse negócio se repete ou acaba se repetindo em qualquer cidade que... atinge um certo tamanho (D2-SP-343-séc. XX)

A mesma interpretação vale para o **aspecto iterativo ou freqüentativo**. Quando há a idéia de **freqüência**, é possível apenas a perífrase com participípios ou infinitivos: **tenbo saído, costuma fazer, deu de teimar**. Se não há a **idéia de freqüência**, é possível encontrar formas tanto com o infinitivo como com o gerúndio, **voltou a falar~falando, tornei a entrar~falando**.

Neves (2002) aponta também outros verbos funcionais que indicam os aspectos de **consecução (chegavam até a beijá-la), intensificação (cansei-me de ir) e aquisição de estado (Bem queria que Aparício nunca viesse a saber deste desespero da nossa mãe)**. Nos três casos não foi possível verificar nenhuma perífrase com o gerúndio.

Um fenômeno que *a priori* tem sido interpretado como anglicismo e que é recorrente em contextos de comunicações telefônicas de caráter comercial, o assim chamado gerundismo, indica um uso do gerúndio com interpretação de futuro remoto (*vou estar mandando, poderei estar mandando*). No entanto, os exemplos (52), (53) e (54), apresentam ocorrências de uma forma germinal do hoje chamado gerundismo, o que confirma parcialmente a hipótese feita por Verena Kewitz (comunicação pessoal) de que essa estrutura já deveria estar disponível em PB em períodos anteriores.

(52) É preciso, Senhor Redactor, que o Corre- | io **va prestando** estes serviços ao interes- | se publico. | | **Eu me proponho á ir fazendo** estes e | outros lembretes, em quanto elles forem | recebidos gratis, pois não escrevo por | gloria, e sim por ser. (CJ-SP- 446-CP-12jul1854)

(53) mas isso eu estou falando a nível de elocubração porque também não me preocupa... inclusive sabe... eu não **vou mais estar vivendo**... o que me interessa é o espaço da minha vida sabe?...(D2-SP-343-séc.XX)

(54) então... em vez de estar trabalhando:... sei lá.... digamos... numa enxada **eu vou estar apertando** um botão de computador... qualquer coisa desse tipo (D2-SP-343-séc.XX)

3.1.3.2 Semanticização: relações proposicionais expressas pelas orações reduzidas

Além das propriedades de compor perífrases verbos aspectuais e de apresentar-se como uma opção para estratégias de adjunção por relativização, igualmente às suas correspondentes sob forma de orações subordinadas desenvolvidas, as orações reduzidas permitem uma interpretação de suas propriedades semânticas pelas relações proposicionais de *tempo, modo, condição e causa*. Com algumas restrições que podem ser feitas quanto à sua interpretação, encontramos exemplos de *concessão, finalidade e consequência*. Expressas apenas sob forma de orações desenvolvidas ou reduzidas de infinitivo, não encontramos no *corpus* as seguintes relações, a saber: *comparação, conformidade e proporção*.

É necessário fazer uma ressalva a respeito da necessidade que se impõe no estágio atual de minha pesquisa em agregar ao estudo das reduzidas as orações conjuncionais desenvolvidas, com a finalidade de investigar se houve mudança sintática envolvendo a realização desta ou daquela circunstância adverbial. As mesmas restrições de ordem discursiva apontadas sobre a constituição do *corpus* valem para este questionamento e só poderei fazer o recorte necessário, uma vez que o mesmo esteja estabelecido satisfatoriamente. Permanece essa questão dentro da agenda de estudos que envolvem a gramaticalização das orações reduzidas.

Um olhar superficial sobre os dados revela a predominância de realização de orações adverbiais com matiz modal-temporal sob a forma de orações reduzidas de gerúndio:

(55) Na correspondência de São Paulo encontramos o seguinte período: “- Vossamercê me tem recommendado verdade e moderação: eu quebraria seus conselhos se escrevesse **respeitando** prejuizos e conveniencias mal entendidas do lugar, principalmente da imprensa abastarda do Correio.” (CJ-SP- 497-CP-1855)

(56) Uma hora depois, indo avisar Dom Caralampio, do accordo, encontrei-o **altercando** com 3 meus empregados, que desde cedo havia mandado, para impedirem que a pedra fosse levada para outra casa, o que qualquer em meu lugar faria, porque quem não tem pedras, não tem tambem a ousadia de imprimir em pedra alheia, e sem consentimento do proprietario. (CJ-SP- 535-OSP-1891)

Os exemplos (55) e (56) permitem tanto uma leitura modal como uma leitura temporal. Uma forma de analisar estas construções seria verificar no plano semântico o acúmulo de funções decorrentes da opção pela forma reduzida. Mais adiante iremos comentar o caráter discursivo das reduzidas do gerúndio e lá ampliaremos o raciocínio de que a redução, vista sob o prisma da sua discursividade, é uma forma de preservação da face, evitando a possível asseveração que a mesma estrutura poderia insperar se realizada como uma oração desenvolvida.

No *corpus* selecionado para este trabalho, encontrei os seguintes exemplos de reduzidas de gerúndio, os quais irei comentando previamente, a título de amostragem do que pode ser futuramente analisado em meu estudo.

Adjetivas

(57) Os novos escriptores **possuindo** todos os elementos para discutirem convenientemente os interesses publicos, e livres da influencia do poder, encelão hoje a sua missão cheios de vida e confiança no concurso dos paulistas, afins de espancar-se a esterelidade que vae dominando a nossa época. (CJ-SP- 505-CP-29jul1857)

(58) Vi no Diario uma defesa, em favor da com- | panhia, **desmentindo** a primeira queixa pu- | blicada na Provincia, e não soube como de- | cidir-me, o que acontece a quem vive no | matto e não anda a par de todas as cousas. (CJ-SP- 514-APSP-12mar1857)

(59) O que | sei é que ja foi juiz, cujas bravatas existem | em cartorio onde exerceo esse cargo, **des-** | **pachando** em um inquerito onde disem, | era indiciado e hoje é representante da so- | ciedade. (CJ-SP- 525-CP-22jul1893)

Os exemplos abaixo evidenciam as relações proposicionais que também podem ser expressas por reduzidas de gerúndio.

Temporais

(60) ... para mim quando eu passo muito tempo na cidade também arde **andando** de carro inclusive. (D2-RJ-147-1976)

(61) o Tabelião Bonifacio Jo | ze Soares pertendia prendelo por cumprir com aobrigação [de] | | 1v seu officio, não So Senaõ ocultou, mas passando a mayor excesso | otem procurado muitas vezes em Sua propria Casa, **em contrando** o | em outra desta villa publica mente lheaRemeçou acara com hum | chapeo (C-BA-SFC-22fev1765)

Modais

(62) cõ jsto se volueo | bertolameu dijaz ao capitam eviemonos aas | naaos acomer **tanjendo** tronbetas e gaitas | sem lhes dar mais apresam e eles tornaramse | aasentar na praya Easy por entam ficarã./ (sécXVI-CPVC-5v29)

(63) Na correspondencia de São Paulo encontramos o seguinte periodo: “- Vossamercê me tem recommendado verdade e moderação: eu quebraria seus conselhos se escrevesse **respeitando** prejuizos e conveniencias mal entendidas do lugar, principalmente da imprensa abastarda do Correio.” (CJ-SP- 497-CP-1855)

Causais

(64) **Sendo** eu e Leyto no Pelouro, que fez o Dezembargador Ouvidor da Co-
| marca por Juiz ordinario da Villa doMarau, aberto o ar-| quivo, tomey posse
dolugar de Juiz, que actualmente ocu-| po, enomesmo exercicio continuo, sem
nota contraria a | obom zello dajustiça (C-BA-Mar-06out1763).

Condicionais

(65) [...] ora o | Estudante pobre, **vendo** que o rico pode | campar assim; não se
vexará não **poden-** | **do** trazer se não uma calça de ganga, umas | meias de lã ou de
algodão? (CJ-SP- 389-FP-15mar1828)

(66) seremos inda nisto novamente inquietádos, não **bastando** para hisso outra de
manda que inda resta com este homem, fora as mais que a sua fertil imaginação lhesugerir
dar (CJ-SP- particular-PHPB-RJ-14dez1800)

Os exemplos abaixo contêm gerúndios que podem, a priori, ser intepretados
com o valor proposicional de *concessão*, *finalidade* e *conseqüência*, respectivamente.

Concessivas

(67) Se/mesmo **indo** de carro já é difícil, imagine a pé. [exemplo meu]

Finais

(68) Humildemente supplicamos a Vossa Excelencia que por sua | innata benignidade /
attendendo as nossas sinceras intençoens/ nos Releve e per | doe os ditos culpaveis desacertos.
(C-BA-Jag16jan1797)

Conseqüenciais

(69) O pessoal da dogmática jurídica também faria a mesma coisa pensando sociologia é uma coisa, filosofia é outra. (EF-REC *apud* Braga, 2002:241)

Assim como anunciamos anteriormente, as circunstâncias de *comparação*, *conformidade* e *proporcionalidade* parecem não ter correspondentes gerundiais, como mostram os exemplos abaixo. Mas isso só poderá ser verificado à exaustão em face de um *corpus* melhor constituído.

Comparativas

(70) pero huu deles pos olho no colar do capitam e começou daçenar cõ amãão pera aterra e depois perao colar como que nos dizia que avia em tera outro. (CPVC-3r3-séc.XVI)

Conformativas

(71) Easy segujmos nosso caminho per este mar delomgo | ataa terça feira doitauas de pascoa que foram xxj | dias dabril que topamIosI algii synaaes de tera | seemdo da dita jlha **seguno** os pilotos dezia obra de | bjclx ou lxx legoas. (CPVC-1r32- séc.XVI)

Proporcionais

(72) **À medida que** avançavam, iam penetrando no coração da trovoada. (M. Torga, V, 195 *apud* Cunha & Cintra, p. 576)

3.1.3.3 O gerúndio e o imperativo

Indica ainda o gerúndio uma forma de imperativo em português: ***Andando!***
Circulando!

3.1.3.4 Reversibilidade de orações gerundivas em orações desenvolvidas: possibilidades e limitações

Como apontado anteriormente, um parâmetro da coleta de dados era verificar a reversibilidade de orações gerundivas em orações conjuncionais desenvolvidas, a fim de investigar a frequência do uso a partir da opção dos falantes por uma oração gerundiva em oposição à

conjuncional desenvolvida. Assim, pretendo estudar as circunstâncias mais produtivas no uso das orações gerundivas, tomado inicialmente como base o estudo de Braga (2002), que indica uma maior incidência da circunstância de tempo/condição com nuances de modo.

Uma análise da interface sintaticização/semanticização, levando em conta a posição das reduzidas em oposição às circunstâncias por elas expressas, pode indicar como se comportam estas estruturas no eixo diacrônico.

3.1.4 Discursivização

3.1.4.1 Gerúndios liberando propriedades do discurso

Em relação aos gerúndios em início de sentença, podemos encontrar orações reduzidas de gerúndio usadas como verdadeiros marcadores conversacionais, desempenhando funções similares àquelas apontadas por Castilho (2004) para as preposições : (1) introdução do tópico discursivo, (2) agregação de informação secundária, enriquecendo a elaboração do tópico, via adjuntos, (3) determinação / indeterminação / impessoalização do tópico, (5) articulação do texto, etc.

Os estudos de Análise da Conversação demonstram que há certas sentenças que são retomadas exaustivamente pelos falantes de uma língua natural. São provérbios, idiomatismos, expressões formulaicas que facilitam o processo de interação e muitas vezes denotam estratégias argumentativas ora relativamente fracas ora poderosamente fortes. Não é raro encontrar muitas destas expressões formulaicas em textos jurídicos, portanto, mais formais. Elas fazem parte de um ritual de “seriedade” ou “legitimidade” que se quer imprimir a um determinado texto.

A marcação fixa dessas expressões em anteposição em português confirma propriedades da gramaticalização que vão desde perda de autonomia de um elemento, passando pela diminuição na variabilidade sintática, com maior fixidez da ordem até a eventual perda na complexidade semântica, na significação funcional e no valor expressivo (Neves, 2001:121-122).

Em Braga (2002), a autora já argumentava que “*gêneros discursivos diferentes, graus de formalidade diversificados e o próprio sotaque sintático de cada falante*” propiciam superposições na interpretação dos sentidos das orações reduzidas. A opção pela redução poderia conter uma estratégia de “*encobertamento do tempo-modo verbal*”, exigindo do ouvinte um maior esforço na interpretação do significado e permitindo ao falante um menor comprometimento com as proposições depreensíveis dos enunciados.

Quero investigar no meu trabalho algumas dessas expressões que possam ser usadas sob forma de orações reduzidas de gerúndio e tentar identificar o que possa ter motivado a escolha pela forma gerundiva, se é que havia uma forma desenvolvida ou se ela fosse possível. A realização sob forma de reduzida de gerúndio deve, naturalmente, estar ligada às questões que anunciamos previamente: relações proposicionais, posição em relação à oração núcleo, etc.

3.1.4.2 Orações de gerúndio deslocadas para a esquerda em expressões formulaicas

Ao recolher os dados dos séculos XVIII e XIX, encontrei uma discrepância no número de exemplos de orações gerundiais entre esses dois séculos. Suponho, inicialmente, que isto se deva justamente à tipologia dos textos analisados. As cartas baianas apresentam linguagem formulaica e pouca narratividade, ao contrário das cartas de leitores e das cartas de redatores do séc. XIX, o que condiciona o número reduzido de gerúndios para aquele século. As escolhas dos autores destas cartas parecem estar condicionadas ao gênero discursivo em questão e ao grau de hierarquia (simetria/assimetria) entre os interlocutores. Dessa forma, parece necessário definir um *corpus* de investigação uniforme no que concerne à questão das tradições discursivas.

Os *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa* publicados por Ana Maria Martins (2001) evidenciam, no entanto, que, apesar de seu caráter formulaico, os textos oficiais da produção primitiva do português permitem entrever uma variação no uso dessas expressões.

Discorrendo a respeito do caráter variável da fórmula legal no discurso notarial, Martins (2001:30-32) lembra que

... é no plano sintático que o caráter variável da fórmula é mais notável. Manifesta-se tanto em aspectos em que as variantes constituem opções gramaticais em todas as épocas, como é o caso da variação na ordem de certos constituintes frásticos ou da alternância entre orações participais e orações gerundivas, como noutros dão testemunho de mudanças sintáticas na história do português, como é o caso da variação entre os auxiliares ‘ser’ e ‘estar’ (“seendo em Cabidoo” vs. “Estando todas Em cabidoo”) ou da variação VO/OV (“ffazendo cabidoo” vs. “cabidoo fazendo).

A autora colheu exemplos elucidativos a respeito desta variação:

(73) Espiçialmente pera esto chamada per cãpáa tãguda, asy como de custume (Chelas, anos de 1343)

(74) seendo em Cabidóo e **ffazendo** cabidóo per cãpãa tanJuda (Chelas, ano de 1345)

(75) Logo assüadas... em Cabidóo per Canpãa taniuda como he de sseu costume (Chelas, ano de 1357)

(76) todas Juntas per canpãá tanJuda cabidoo **fazendo** como ham de seu costume (Chelas, ano de 1417)

(77) **Estando** no dicto logo Em cabydoo per canpã tanguda como he de custume (Chelas, anos de 1429)

(78) todas Juntas **ffazendo** seu cabido segundo seu boom costume todas chamadas per som de campaa tangida (Chelas, ano de 1454)

(79) **Estando** todas Em cabido e cabido **ffazendo** per ssoo de canpaa tangida ssegundo sseu bõo costume (Chelas, ano de 1466)

(80) estando Juntas em cabydo e cabydo **fazendo** chamadas a elle per são de campãa tamgyda segumdo seu bõo e vyrtuoso costume especiallmente pera este auto ao dyante declarado (Chelas, ano de 1540)

O exemplo (80) aproxima-se da idéia de expressão formulaica a que me refiro, evidenciando uma espécie de forma já cristalizada na língua e usada freqüentemente pelos falantes. (82) a (84) são exemplos que criei para melhor elucidar as variadas formas para ilustrar o fenômeno a que me refiro:

(81) **Aproveitando** a oportunidade, a redacção desta folha participa ao publico que não acceita mais incumbencias desta ordem, visto como para dellas desempenhar-se, desde que se multipliquem, só o poderá fazer com prejuizo dos serviços da folha. (CJ-SP- 544-AN-19nov1898)

(82) **Falando de** carro, você já mandou consertar o seu?

(83) **Pra não falar que** eu não quis ajudar, eu já mandei uma bela bolada para eles.

(84) **Para que ele não diga que** eu não quis ajudar, eu já ...

Percebe-se que estas expressões foram se firmando historicamente, como podemos ver através do exemplo abaixo do século XVIII:

(85) por tal forma, que nos tem cauzado gravicimas enquietações, **sem** falar nos prejuizos são extraordinarios (PHPB-RJ-14dez1800)

3.1.4.3 A anteposição das orações reduzidas: gerúndios em cabeça de sentença

Como anunciado nas seções anteriores, a escolha do falante/autor pela anteposição parece estar associada a uma escolha discursiva, envolvendo a modalização do discurso, confirmando o que se tem pesquisado em Análise da Conversação sobre os tópicos, quando se diz que as posições mais exteriores dos enunciados são ocupadas por argumentos semanticamente mais significativos. No caso da anteposição das reduzidas de gerúndio, o raciocínio parece estar orientado para a idéia de condição prévia para o entendimento do enunciado. Esse argumento deve ser entendido como uma interface sintaxe-discurso da gramaticalização das orações gerundivas. Assim, as orações reduzidas de gerúndio em cabeça de sentença (anteposição) indicam ou apresentam o ponto de partida a partir do qual deve-se processar a informação que se segue. Trata-se de um processo de discursivização em cuja realização acumulam-se os traços de *lugar no tempo, condição*. Não é raro encontrar nessas formas de redução, exemplos de locativos indicando o ponto de referência a partir do qual o interlocutor deve processar o enunciado.

(86) **Passando** pela freguezia do Arujá, tive oc- | casião de ver ali funcionando a escola pu- | blica regida pelo senhor Caetano Nunes de Si- | queira, ha pouco para ali removido. (CJ-SP- 512-DSP-23mai1874)

(87) **Deparando** com uma noticia in- | serta nesta folha, em que se disse | que disparei 2 tiros de revólver em | Alfredo Raul, tenho a declarar que, | si assim procedi, foi po que esse in- | dividuo seduziu minha mulher, des- | honrando minha reputação, a ponto | de enconral-a em casa do sobredito | cujo Alfredo Raul. (CJ-SP- 526-CS-23set1899)

(88) **Indo** o collega destacado a primeiro periodo do segundo, que lhe é complementar e contem a illação a inferir-se das phrases que transcrevemos, evidentemente deixou nosso pensamento incompleto e assim exposto ás interpretações que deu, mas que não se compadecem com a nossa intenção, claramente expressa nos referidos periodos, acima reproduzidos. (CJ-SP- 531-CP-15jun1890)

(89) **Sabendo** eu desse facto na noite de 31 de Dezembro, mandei no dia 1o. do corrente cedo avisal o que não coasentia que ella fosse levada para outra lithographia: [...] (CJ-SP- 535-OSP-1891)

(90) **Agradecendo** a fineza ao illustre cidadão, recommendamos as cartas da Allemanha aos nossos leitores. (CJ-SP- 552-AP-30jul1897)

(91) **Rectificando** uma noticia dada hontem pelo nosso collega A Nação temos a informar aos nossos leitores que a fazenda do “Guatapará” de propriedade do doutor Martinho Prado, foi vendida a um syndicato hollandez pela quantia de 10.500 contos reservando o vendedor a colheita actual, e que a escriptura será passada logo que tiver concluida a colheita. (CJ-SP- 563-AN-30abr1898)

(92) **Tendo de ir** á côrte indaguei de alguns | amigos quando haveria vapor para lá e me | foi dito que sahia a 11 do corrente, o que por | mim foi verificado tambem no Diario de San- | tos, na parte que trata da sahida e entrada | de navios naquelle porto. (CJ-SP- 514-APSP-12mar1857)

3.1.4.4 Gerúndios em cascata: estruturas de coordenação ou subordinação?

Entre as permanências de seu uso desde o Português Arcaico, podemos reconhecer o uso em cascata de gerúndios, propiciando o traço de continuidade narrativa do contexto em que se encontram e permitindo uma leitura como estruturas coordenadas. As ocorrências (93) do séc. XIV, (94) do séc. XVIII e (95), do séc. XIX são exemplos de três momentos históricos nos quais o mesmo fenômeno já podia ser identificado.

(93) E Johã gonçallvez Priol do Momsteiro de villarinho da outra **dizendo** o dito Martim domingujz contra o dito {Martim} Prioll que **tragendo** el dito Martjm domingujz hũa vaca preta cõ sa ffilha que o dito prioll per sua força e Autorydade lha tomara **fforçãdóó** della A qual fforça djzia que lhj fezera no mes de Março Era de myll E quatroçentos E sete ânos (S. Miguel de Vilarinho, 1379:7-8)

(94) Illustrissimo eExcellentissimoSenhor. | **Ouvindo** aoSuplicado meRespondeo este que **executando** aAntonio Ferreira valle entre os bens que lhepinhorava fora | oCabra Manoel que dis oSuplicante ser seu filho e poressa execuçam | fora odito Cabra

aRematado pello Alferes Florencio deSilva | Joze aoqual depois otrapassara aelle Suplicado (e**fazendo** vir os au | tos daexecuçã aminha prezença porser amesma feita neste Juizo,| delles vi ser de facto pinhorado pelo Suplicado odito Cabra com | outros escravos deque fui eu oproprio depositario, e**fallecendo** | odevedor napendencia daexecuçã eser naContinuaçã desta | Comaviuva eherdeiros aRematado oexpressado Cabra, | pelo tal Alferes Florencio deSilva Joze: (C-BA-Jag2out1784)

(95) Amigo, nunca enganei-me contigo, conhe- | cendo o vosso genio bellicoso, e patriotico, o que com | este vosso procedimento mais confirma, desprezando o | socego, os carinhos de vossa boa mã e irmãs, trocando | com os trabalhos da vida militar só com o fim de vin- | gar o sangue brasileiro derramado vilmente pelo mal- | vado do Paraguay (CJ-SP- 466-CP-07abr1865)

Uma rápida leitura dos contextos sintáticos em que aparecem, permite interpretar (96) a (99) como exemplos de estruturas de coordenação, pois indicam concomitantemente uma independência sintática confirmada pela continuidade tópica promovida nos planos semântico e discursivo desses segmentos.

(96) [...] e quando este destino não | se possa verificar, então pode muito bem | servir de um cercado para se apascentarem | os gados que vem para o córte, e alli se con- | servarem até que se matem, **escusando-se** | por isto de estarem dias e dias enserrados | no curral, **perecendo** por consequencia a | fóme, e sêde, que quando vão morrer es- | tão enfeleados, da maneira, que jamais | pode ser boa a carne, mas até muito per- | necioza a quem a come. (CJ-SP- 394-FP-10dez1828)

(97) Senhores Redactores da Phenix. || Consta que o chefe bruto **lendo** o officio do Juiz | de Paz suspenso da Villa de Ubatuba ácerca da | denuncia dos 700 Africanos desembarcados na dic- | ta Villa, atirára para um canto o papel, e **olhan-** | **do** para o Cavalleiro da cara suja exclamara **rin-** | **do** se. Tanto mió p'ra mim, que agora comprei uma | fazenda bem perto d'esse lugar. || O anti Africanista. (CJ-SP- 438-AP-23jan1841)

(98) Erão hoje 5 horas da tarde, quando, | **estando** eu em minha casa, chegou | um homem, que parecia marinhei- | ro, de cara sinistra, tez morena, quei- | xo perpendicularmente longo, com | voz rouca e cavernosa, **soltando** bafo- | radas asquerozas, **arreganhando** seus | dentes semelhantes ao de um cão | de fila, **dizendo-**

me leia lá isso, ouviu? | **atirando**-me com um papel impres- | so, e **retirando**-se **cambaleando**. (CJ-SP- 451-CP-30dez1857)

(99) Aqui fico por ora (se assim qui- | zerem) **dando** no em tanto os para- | bem ao Senhor Doutor Getulio, pelos elo- | gios, (se os aceitar) que lhe tece | aquele homem, **declarando** porém, | que muito me glorio, em tê-lo por | meu inimigo, **rogando** ao mesmo | tempo a Sua Senhoria, q' quando es- | tiver com a vara de juiz municipa, | não sedeixe insuflar por algum baju- | lador, que o procure fazer persegui- | dor do escrivão da provedoria, o qual | não tem parte neste artigo, porque | me responsabilizo. (CJ-SP- 451-CP-30dez1857)

O exemplo (100) demonstra ainda a co-ocorrência dessas estruturas com orações desenvolvidas, denotando uma opção discursiva do falante em variar as formas nessa unidade.

(100) [...] Ora como é que esta comissão não havia de dar seu | parecer a favor de Victoriano, **vend**o elles o grande appa- | rato com que foram tratados, **ouvindo** missa na fazenda | do mesmo talvez para ficarem condoidos de tudo quanto | dizia Victoriano, e acreditarem em tudo quanto elle dizia[...] (CJ-SP- 452-CP-26mar1859)

Tomo o cordel apresentado na epígrafe deste texto como exemplo de que a função sintática dos gerúndios ali presentes, ao contrário de serem formas de redução de orações adverbiais, são formas de coordenação, dada a enumeração de gerúndios em cascata que à primeira vista inspiram uma leitura de orações adjetivas cuja sentença matriz parece ter o verso “*Gente de outra nação*” como argumento de onde partem os gerúndios sob forma de relativas, mas que revelam grande independência sintática, verificada antes de mais nada pelo distanciamento daquele eventual argumento matriz:

(101) “(...) Gente de outra nação,/ nova pátria vem buscar./ (...) **Desembarcando** no Brás,/ alguns **vindo** lá do Norte,/ da aridez da caatinga / quase **escapando** da morte./ Em busca de novo rumo,/ **tentando** achar o seu prumo/ no Brás encontram seu norte.”

3.1.4.5 As intercaladas e as digressões

As intercaladas também parecem indicar um uso formulaico, típico das intervenções sob forma de digressão:

(102) Dezatendem| as justiças nos Seos officiaes, caindo em corpo de Ronda aos damili| cia deque ja Rezultou dar huã Conta o capitam mor desta vi lla | ao Governo Geral, que {**attendendo**} lhemandaraõ ordeens muito am| plas para proceder contra elles comprizoens (C-BA-SFC-22fev1765)

(103) Nesta sua ultima carta me dá Vossa Excelência atriste noticia de se achar indo mal restabelecido de huma grave molestia queacabava de padecer, o que {**deminuindo** bem o meu contentamento,}muito me penalizou (PHPB-RJ-14dez1800)

(104) Notícia da edição de 31/01, {**informando** que fumar em estabelecimentos comerciais será proibido}, confirma uma velha característica de Paulo Maluf: o autoritarismo. E mostra uma nova faceta do seu jeito pessoal e permanente de ser ‘esperto’: explorar o filão do que é politicamente correto. (CJ-SP-FSP-séc. XX)

Futuramente, pretendo investigar de que maneira evoluiu o processo de discursivização, analisando os contextos em que as orações reduzidas aparecem em posição intercalada.

4. Metodologia: *corpus* e quantificação dos dados

Um dos problemas que se tem apresentado na análise diacrônica do PB é o de se estabelecer um *corpus* adequado à análise lingüística. De acordo com estudos já realizados, como os de Pessoa (2001), que fala de textos retirados da imprensa do Recife do século XIX, ou as reflexões de Mattos e Silva (2002), acerca da constituição de *corpora* para o Projeto “Para a história do português brasileiro”, é possível perceber uma preocupação por editar documentos que mantenham um caráter mais próximo da oralidade. Na UFRJ, o grupo de trabalho tem editado documentos da administração pública, documentos da administração privada, tais como cartas de comércio, cartas particulares, textos literários e de jornais, tais como cartas de leitor e de editor.

Algumas restrições impõem-se, no entanto, à adoção de textos dessa natureza. Naturalmente contextos discursivos distintos podem enviesar a interpretação de fenômenos lingüísticos submetidos a filtros que vão desde o caráter público/particular, simetria/assimetria entre autor/leitor, tradição discursiva (carta particular, carta de comércio, carta de leitor, carta de editor, texto literário, petição, requerimento, inventário, devassa, autos criminais, diálogos entre dois interlocutores, aula expositiva, etc.). Uma

leitura prévia do *corpus* de amostragem selecionado para esta comunicação denuncia essas irregularidades, definindo e restringindo o uso das orações reduzidas de gerúndio ao sabor da necessidade discursiva de cada autor ou falante.

Kabatek (2003:15) aponta para o risco de se enviesar a análise de mudança lingüística quando não se leva em conta as diferentes tipologias textuais:

A este problema se puede responder eligiendo textos de la misma tradición discursiva, pero entonces lo que se investigará no será la historia de la lengua sino la historia de un género concreto, con el peligro de que este género contenga elementos prácticamente ausentes en otras tradiciones (pensemos, por ejemplo, en el la historia del futuro de subjuntivo y el género jurídico castellano). Si por el contrario elegimos textos de géneros diversos, siempre existirá el peligro de que la cantidad de elementos varíe mucho por las características del texto en cuestión. Si se quiere investigar la gramaticalización de perífrases verbales temporales, por ejemplo, los resultados obtenidos en las crónicas serán, frente a los textos jurídicos, muy variados. Consecuencia de estas observaciones podría ser el rechazo completo de toda investigación del cambio lingüístico más allá de la investigación de la evolución de los enunciados o textos. La lengua y su evolución diacrónica serían ficciones construidas por los lingüistas, y en realidad no habría más que textos con sus respectivas tradiciones, con gramáticas emergentes casualmente sin historia propia alguna.

Mais adiante, o autor (Kabatek, 2003:16) enumera as questões que considera centrais na análise dos fenômenos lingüísticos na perspectiva da diacronia, se se levar em conta os condicionamentos impostos pelas tradições discursivas:

i) O que varia segundo as tradições discursivas em questão e o que não varia, já que além de toda diversidade textual há elementos no sistema de uma língua que se mantêm bastante estáveis através das tradições discursivas?

ii) Que elementos variam através das tradições discursivas?

iii) Qual é a possível relação (sincrônica e diacrônica) entre aquilo que é próprio das tradições discursivas e o que é próprio do sistema lingüístico?

Penso que (i) está atinente à minha preocupação em relação à opção por determinadas construções com orações gerundivas, no que se refere, por exemplo, às fórmulas mais ou menos estratificadas das cartas oficiais, petições, despachos, etc. O estudo empírico das ocorrências poderá deixar entrever se usos de determinadas orações gerundivas

povoam diferentes tradições discursivas, e ao detectar isto, estarei respondendo (ii). Para isto preciso estabelecer critérios bastante claros, ou seja, destacar fatores lingüísticos bastante evidentes que possam permitir essa leitura clara, tal como a identificação de índices de simetria ou assimetria entre os interlocutores, grau de publicidade, etc. Já a questão (iii) parece indicar uma limitação a que o meu próprio estudo estará submetida se eu não proceder a uma escolha variada dos *corpora* de análise. Assim, penso que se eu puder identificar claramente os fatores apontados em relação à questão (ii), terei subsídios adequados para responder (iii).

Uma vez que este trabalho fala da diacronia de um fenômeno lingüístico, é preciso ter em conta a própria historicidade dos textos. Kabatek (s/d, digitado) retoma Coseriu (1979)¹³⁰ que diferencia a historicidade em três níveis:

- a historicidade lingüística no sentido próprio (historicidade da língua em particular),
- a historicidade da tradição (repetição) de determinados textos ou de determinadas formas de textos,
- a historicidade genérica no sentido de uma “*Zur-Geschichte-Gebörens*” (pertença à história).

Quando fala da historicidade da língua em particular, o autor reflete a respeito do caráter individual que define a alteridade, a transferência de um para o outro do bem comum que é a língua. Isso se daria num nível primário da historicidade. O segundo tipo de historicidade refere-se a todas as demonstrações culturais, inclusive as lingüísticas. A repetição de objetos culturais, ao mesmo tempo que mantém esquemas predeterminados, força as mudanças:

Die Wiederholbarkeit von Textformen umfasst eine kontinuierliche Skala von minimalen Traditionsmarkierungen – etwa einer bestimmten Textbezeichnung oder einer bestimmten Formel in einem ansonsten nicht fixierten Text – über die durchgehende formale Organisation bis hin zur kompletten Fixierung des Textes. (Kabatek, s/d:2)¹³¹

Entendo isso como uma forma de interpretar as mudanças lingüísticas não só

¹³⁰ *apud* Kabatek, s/d:1, digitado.

¹³¹ Tradução minha: “*A repetição de formas textuais compreende uma escala contínua de marcas de tradição mínimas – quase como de uma determinada marca textual ou de uma determinada fórmula em um texto ainda não fixado – através de uma contínua organização formal até uma completa fixidez do texto*”.

em função de usos individuais e necessidade pragmáticas imediatas, mas sim como uma mudança dependente também dos contextos em que os fenômenos lingüísticos estão inseridos.

Estas reflexões prévias impõem, portanto, ao meu estudo uma seleção mais ampla de textos de variadas tradições discursivas. A seguir apresento uma proposta de constituição de *corpus* de análise que evite ao máximo uma interpretação enviesada do fenômeno da mudança no uso em competição das orações reduzidas de gerúndio e sua contrapartida sob forma de orações desenvolvidas conjuncionais.

4.1 A constituição do *corpus*

Futuramente, para efetivar a análise a que me proponho, partindo deste estudo, pretendo concentrar-me na variação entre reduzidas de gerúndio e desenvolvidas conjuncionais nos séculos XVIII, XIX e XX. Com a finalidade de investigar esse fenômeno de maneira mais adequada, e submeter os dados ao programa de análise lingüística VARBRUL, selecionei documentos que minimizem ao máximo as restrições apontadas acima (publicidade, simetria, tradição discursiva etc.).

Tradição discursiva		
Distribuição	A (circulação particular)	B (circulação pública)
TD1 = Carta pessoal	Carta pessoal simétrica	Carta pessoal assimétrica
TD2 = Relatos	Relato de viagem	Folhetins
TD3 = Cartas oficiais	Petição/Carta de comércio	Requerimento/Devassa/Processo Crime
TD4 = Diálogos	Diálogos entre dois informantes (D2)	Eloquções formais (EF)

Esta seleção aponta *a priori* para os filtros discursivos a que me referi anteriormente. Naturalmente devo proceder a uma definição mais detalhada das categorias comunicativo-pragmáticas dos textos a exemplo do que se tem feito em Análise da Conversação em relação à língua falada. Henne e Rehbock (1982:32-32) elaboraram um quadro para as categorias da fala que pode servir de norte para a construção de um quadro de categorias comunicativo-pragmáticas da escrita.

Categorias comunicativo-pragmáticas da conversação ¹³¹	
1. Tipologia da conversação	1.1 conversação natural 1.1.1 conversação natural espontânea 1.1.2 conversação natural planejada 1.2 conversação ficcional 1.3 conversação encenada
2. Relação de tempo-espço (contexto situacional)	2.1 comunicação de proximidade: temporalmente simultânea e espacialmente próxima (face-a-face) 2.2 comunicação à distância: temporalmente simultânea e espacialmente distanciada
3. Constelação dos falantes entre si	3.1 conversação interpessoal diádica 3.2 conversação em grupo 3.2.1 em pequeno grupo 3.2.2 em grande grupo
4. Grau de publicidade	4.1 privado 4.2 não-público 4.3 semi-público 4.4 público
5. Relação social dos falantes	5.1 relação simétrica 5.2 relação assimétrica 5.2.1 antropologicamente condicionada 5.2.2 socioculturalmente condicionada 5.2.3 condicionada por especialidade técnica e especificidade temática 5.2.4 condicionada pela estrutura dialógica
6. Dimensões da ação comunicativa	6.1 diretiva 6.2 narrativa 6.3 discursiva 6.3.1 cotidiana 6.3.2 científica
7. Grau de conhecimento entre os falantes	7.1 amigos falantes 7.2 bastante conhecidos 7.3 conhecidos 7.4 ligeiramente conhecidos 7.5 desconhecidos
8. Grau de planejamento temático	8.1 não preparado dos falantes 8.2 preparado rotineiramente 8.3 especialmente preparado
9. Fixidez temática da conversação	9.1 sem fixidez temática 9.2 núcleo temático fixado 9.3 tema altamente fixo

Naturalmente é preciso estabelecer critérios claros para identificar os traços discursivos mais nítidos das variadas tradições discursivas. É preciso, aqui, reconhecer a inadequação ao considerar-se um relato de viagem, uma petição ou uma carta de comércio como um

¹³¹ Tradução minha de Henne und Rehbock, 1982:32-33 em Simões (1997).

documento de circulação exclusivamente particular. Talvez não seja este o índice discursivo que permita alocar estes tipos de textos entre os documentos que indiquem características mais informais. Esses contornos deverão ser definidos durante minha pesquisa a respeito das tradições discursivas que pretendo ampliar durante o ano de 2005.

4.2 A quantificação dos dados

Para contabilizar as ocorrências, procederei da seguinte forma:

1. definirei um conjunto de textos de cada tradição discursiva - por exemplo, TD1 A e B – talvez três;

2. recolherei nesse conjunto de textos as primeiras 50 ocorrências sequenciais tanto de orações reduzidas de gerúndio, como de orações desenvolvidas conjuncionais (passíveis de reversibilidade para reduzidas de gerúndio).

Tabela 3

Número de ocorrências						
Século	Séc. XVIII		Séc. XIX		Séc. XX	
Distribuição	A	B	A	B	A	B
TD1 = Carta pessoal	50	50	50	50	50	50
TD2 = Relatos	50	50	50	50	50	50
TD3 = Cartas oficiais	50	50	50	50	50	50
TD4 = Diálogos	50	50	50	50	50	50

4.3 O tratamento dos dados

Serão definidos fatores lingüísticos para a interpretação dos dados, a saber:

1. Variáveis: oração gerundiva x oração desenvolvida conjuncional
2. Posição da oração gerundiva

- a. Anteposição
- b. Intercalação
- c. Posposição
3. Contexto sintático das orações gerundivas
 - a. Explicitude do sujeito
 - b. Presença de nexos na oração gerundiva (preposição e conjunção)
4. Circunstância adverbial expressa
5. Dados discursivos dos textos
 - a. tipo de texto
 - b. grau de publicidade
 - c. grau de simetria entre os interlocutores
 - d. fixidez temática
 - e. relação de tempo-espaço (contexto situacional: proximidade ou distância)
 - f. outras categorias a definir

Entre as categorias a definir estão os elementos discursivos que podem interferir na produção dos enunciados, tais como as dimensões da ação comunicativa (diretiva, narrativa, discursiva cotidiana ou científica), o grau de planejamento temático dos interlocutores, as especificidades da fixidez temática dos textos (sem fixidez, núcleo temático fixado, tema altamente fixo etc.).

Uma vez definidos estes critérios, os dados serão submetidos ao programa de análise lingüística VARBRUL e os dados serão interpretados à luz das considerações feitas anteriormente.

Conclusões

Com o trabalho aqui apresentado, não tive a pretensão de esgotar toda a problemática nele aventada sobre o uso das orações reduzidas de gerúndio.

Iniciei minha exposição apresentando o problema das orações gerundivas como possibilidade de representação das circunstâncias adverbiais em competição com a sua contrapartida sob forma de orações desenvolvidas conjuncionais. Levantei a hipótese da mudança tanto na freqüência do uso das reduzidas assim como a permanência de determinadas estruturas.

Após traçar um panorama dos usos atuais da forma nominal do gerúndio (perífrase com verbos aspectuais, relativização sentencial, adjunção sentencial adverbial), optei pela

análise das reduzidas de gerúndio, tomei como base de análise de mudança lingüística a proposta de Castilho (2004) e concentrei-me nos fenômenos de sintaticização, semanticização e discursivização das orações reduzidas de gerúndio em PB.

No que se refere à sintaticização do gerúndio em português, discorri a respeito da gramaticalização dessa forma nominal, enumerando os usos sintáticos que estiveram e estão em competição com as reduzidas de gerúndio (particípio presente, infinitivo, subordinadas conjuncionais desenvolvidas) e estabeleci algumas hipóteses para o trabalho futuro com as reduzidas. Argumento que, em função da ampliação do uso das conjunções e de outros recursos sintáticos, alguns usos de gerúndio em expressões adverbiais podem ter diminuído nos contextos de escrita e fala atuais, em parte por condicionamentos discursivos (gêneros discursivos distintos promovem o uso distinto de recursos sintáticos).

Ainda quanto à sintaticização, elenquei alguns fenômenos associados ao estatuto sintático das reduzidas dentro do quadro de classificação das mesmas como coordenação e subordinação. À luz de algumas ocorrências de orações reduzidas de gerúndio em cascata, de anteposições e intercalações, presença de preposições e elementos negativos, demonstrei que deve haver outros parâmetros de análise além daqueles estudados por Braga (2002), os quais servem para confirmar o estatuto de coordenação de determinadas formas de reduzidas.

No plano da semanticização, expus a problemática envolvendo a questão da possível contaminação sintática por empréstimo do latim vulgar, do francês e do inglês, baseando-me nas discussões de Júlio Moreira (1907), Leite de Vasconcelos (*apud* Said Ali, 1975) e Said Ali (1975). O último autor refuta a hipótese galicista do século XIX do uso do gerúndio em português, demonstrando através de provas dos séculos anteriores que as reduzidas de gerúndio, como forma de relativização sentencial, eram formas conservadoras cuja permanência no PB remonta aos usos do século XVI. Ampliei estes raciocínios com provas do português do século XIV, apontando condicionamentos sintáticos orientados por processos específicos de gramaticalização e levando em conta os contextos discursivos em que estas formas aparecem. Há especial atenção às reduzidas de gerúndio com matiz de tempo-modo e tempo-condição.

Em seguida, apresentei, apenas a título de exemplificação, algumas das circunstâncias adverbiais que podem ser expressas, ou não, sob a forma de reduzidas de gerúndio. Propus para a agenda posterior a este trabalho uma definição mais apurada a respeito da necessidade ou não de se coletarem as orações conjuncionais desenvolvidas para,

enfim, opô-las às gerundivas, de forma a identificar possíveis mudanças sintáticas, semânticas ou discursivas.

Na seção “discursivização do gerúndio” apresentei alguns aspectos do fenômeno da discursivização das reduzidas de gerúndio em PB. Entre estes aspectos, destaquei a ocorrência de gerúndios em cabeça de sentença como sinal de gramaticalização dessas formas com base na fixidez da ordem e na observância do estatuto formulaico dessas expressões. Em termos discursivos esses gerúndios em início de sentença parecem indicar ao ouvinte/leitor o ponto a partir do qual ele deve interpretar o enunciado. Por outro lado, a alta estratificação de determinadas estruturas formulaicas presentes em textos jurídicos e mais formais confirma a rigidez sintática que acompanha as formas mais cristalizadas da língua. Por fim, um outro aspecto apontado nesta seção refere-se ao caráter meramente discursivo presente no uso das reduzidas de gerúndio em posição intercalada, denunciando o valor de digressão ou comentário.

Na seção onde apresento a metodologia do trabalho tratei das restrições que se impuseram em relação à adoção de um *corpus* constituído por textos de tradições discursivas distintas (relato de viagem, cartas oficiais, cartas de leitores e editores de jornais, cartas particulares, diálogos entre dois informantes). Em função da diversidade de propriedades discursivas desses textos, tais como simetria/assimetria entre autor/interlocutor e grau de publicidade dos documentos, argumentei que a interpretação das ocorrências nos plano sintático, semântico e discursivo corre o risco de ser enviesada. Manifestei a necessidade de constituir um *corpus* diversificado em sua tipologia para empreender a investigação a que me proponho. Ali propus-me a definir melhor as categorias comunicativo-discursivas das tradições discursivas adotadas para a análise, estudo que pretendo ampliar até o final da pesquisa.

Referências

ALKMIN, Tania Maria (2002). *Para a História do Português Brasileiro, Vol. III, Novos Estudos*. São Paulo: Humanitas.

BARBOSA, Jerônimo Soares (1822). *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipographia da Academia das Sciencias.

BRAGA, Maria Luiza (2002). *Processos de redução: o caso das orações de gerúndio* in Koch, G.V (2002). *Gramática do Português Falado*. Vol. VI. Campinas: Ed. da Unicamp.

- BUENO, Franciso da Silveira (1958). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edição Saraiva.
- CALLOU, Dinah Isensee e LOPES, Célia R. (org.) (1994). *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Rio de Janeiro*. Materiais para seu estudo. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPEL, vol. III, Diálogos entre dois informantes.
- CASTILHO, Ataliba T. de / PRETI, Dino (orgs.) (1987). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. Materiais para seu estudo. São Paulo: TAQ/Fapesp, vol. II, Diálogos entre dois informantes.
- _____ (1998). *Para a História do Português Brasileiro, Vol. I, Primeiras Idéias*. São Paulo: Humanitas.
- _____ (2002). Aspecto verbal no português falado. In: *Gramática do Português Falado*. Vol III: Novos estudos descritivos. Campinas: Editora da Unicamp.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2004). Proposta Funcionalista de Mudança Lingüística. In: Lobo, Tânia (org.). *Para a História do Português Brasileiro*, vol. VI, no prelo.
- CASTILHO, Célia M. M. de (2004). *Primeiras histórias sobre a diacronia do dequeísmo: o clítico locativo 'en' e o dequeísmo das orações relativas no PM*. Texto apresentado no VI Seminário PHPB, set/2004
- CUNHA, CAMBRIA & MEGALE (2001). *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. In: Série Diachronica. Vol. 1. São Paulo, Humanitas, 2.a ed.
- DIAS, Augusto Epiphanyo da Silva (1918). *Syntaxe Histórica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Classica Editora. pp. 247-259.
- DUARTE & CALLOU (2002). *Para a História do Português Brasileiro, Vol. II*, UFRJ/Letras, Rio de Janeiro, Faperj.
- HENNE, Helmut & REHBOCK, Helmut: *Einführung in die Gesprächsanalyse*. Berlin, de Gruyter, 1982. (Sammlung Göschen)
- KABATEK, Johannes (2003). *Tradiciones discursivas y cambio lingüístico*. Texto inédito apresentado ao Seminario de Historia de la Lengua Española : nuevas perspectivas. Soria, España, 7-11 de julio de 2003.
- KABATEK, Johannes (s/d). *Zur Historizität von Texten* (digitado).
- LOBO, Tânia (org.) (2001). *Cartas Baianas Setecentistas*. São Paulo: Humanitas. Série Diachronica, vol. 3.
- LOPES, C (2001). O percurso de a gente em tempo real de longa duração. In: MATTOS E SILVA, ROSA V (2001). *Para a História do Português Brasileiro, Vol. II, Tomos I e II*. São Paulo: Humanitas, pp. 127-148.

- MARTINS, Ana Maria (2001). *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa – Da Produção Primitiva ao Século XVI*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa. Coleção Filologia Portuguesa.
- MATEUS, Maria Helena Mira et alii (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*, 2a. ed. Lisboa: Caminho.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Imprensa Nacional, Lisboa, Casa da Moeda.
- _____ (1991). *Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português* in Castro (1991), *Curso de História da Língua Portuguesa, Leituras Complementares, vol. 2*, Universidade Aberta, s/l.
- _____ (1991). *O Português Arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto.
- _____ (1993). *O Português Arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- _____ (1999). *Orientações Atuais da Linguística Histórica Brasileira*, Revista D.E.L.T.A., Vol. 15, N.º Especial, p.147-166, 1999.
- _____ (2001). *Para a História do Português Brasileiro, Vol. II, Tomos I e II*, São Paulo: Humanitas.
- MEYER-LÜBKE, W. (1916). *Introdução ao Estudo da Glotologia Românica*. Lisboa: Livraria Clássica Editora. pp. 306-307.
- MOREIRA, Júlio (1907). *Estudos de língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Classica Editora. 1907, pp. 92-101.
- NEVES, M.H.M (org) (1999). *Gramática do Português Falado, Vol. VII: Novos estudos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP; Campinas: Editora da Unicamp.
- _____ (2001). *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- PESSOA, M. de Barros (2001). Oralidade concepcional na impresa do Recife no século XIX. in MATTOS E SILVA, ROSA V (2001). *Para a História do Português Brasileiro, Vol. II. Tomos I e II*. São Paulo: Humanitas, pp. 25-38.
- SAID ALI, M (1975). *Investigações Filológicas*. Com um estudo de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: GRIFO/MEC, pp. 45-52
- SIMÕES, José S. (1997). *Marcadores interacionais e modalizadores do português e do alemão falados*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, digitado.

ABORDAGEM SOCIOFUNCIONALISTA DE USOS CONJUNCIONAIS CONTÍGUOS: UM PERCURSO PELOS MANUSCRITOS OFICIAIS DO SÉCULO XVIII

por

M^a Elizabeth A. Christiano

Universidade Federal da Paraíba

Camilo Rosa Silva

Univ. Federal do Rio Grande do Norte/ Univ. Federal da Paraíba

1. Introdução

Os dois processos sintáticos universais – a coordenação (parataxe) e a subordinação (hipotaxe) - têm sido explorados por diversos pesquisadores. O material disponível nos livros didáticos e em obras de referência é prova disso. Não se pode falar em coordenação e subordinação sem que a preocupação se volte para o estudo dos itens conectores responsáveis pelos elos que se estabelecem entre as orações que compõem o período composto.

O posicionamento teórico-metodológico daqueles que se dedicam aos estudos relacionados às conjunções e às estruturas complexas é relativamente pacífico, com divergências pouco marcantes. Pesquisas mais recentes têm lançado olhares para a trajetória sócio-histórica das conjunções. O presente estudo segue essa mesma trilha.

Utilizando textos que abrangem diferentes etapas do século XVIII, existentes no Núcleo de Documentação e Informação da História Regional da Paraíba (NDIHR), analisaremos especificamente os usos conjugados de itens conjuncionais da língua portuguesa presentes no referido período. Estamos chamando de *usos conjuncionais contíguos* àquelas formações em que há uma sucessão de elementos conjuncionais, sem qualquer intercalação de itens de natureza diferente, seja relacional, seja lexical. Nosso objetivo principal é mostrar que algumas dessas combinações, a depender da tipologia textual, podem apresentar um grau maior/menor de ocorrências, além de assumirem funções específicas, com valores semânticos diferenciados.

Para atingir tal propósito, o trabalho se fincará sobre bases teóricas que envolvem o funcionalismo lingüístico, especialmente o de cunho americano, aliado a orientações

metodológicas da sociolinguística variacionista, nos termos propostos por Labov. Tal junção teórica tem sido bastante evidenciada em estudos linguísticos recentes, numa confluência que se vem denominando de sociofuncionalismo.

Pautados em tais bases, ressaltaremos o caráter quantitativo da frequência dos itens encontrados, para em seguida analisar mais detidamente o comportamento funcional dos termos mais recorrentes, visando a anotar possíveis comportamentos que, pela rotinização, passam a constituir funções/subfunções gramaticais, levando em conta a concepção de gramática que rege os estudos realizados a partir da perspectiva funcionalista de estudo da linguagem verbal.

1.1 O *corpus*

O *corpus* em observação constitui-se, conforme já indicamos, de textos históricos, mais especificamente, correspondências oficiais procedentes da Paraíba e endereçadas, na sua maioria, ao Rei de Portugal, durante o século XVIII¹³².

A primeira fase de nossa pesquisa consistiu na transcrição dos referidos textos, um trabalho meticuloso e de alto grau de dificuldade, levando em consideração a engenhosa “caligrafia” praticada pelos escribas, que assumiam o papel de relatores de interessados em endereçar missivas ao Rei.

Vencida essa primeira e espinhosa tarefa, lançamos nosso olhar sobre as conjunções, objeto que tem ocupado nossa atenção tanto diacrônica quanto sincronicamente. Nesse momento, chamou-nos a atenção a recorrente presença de usos conjugados de itens conjuncionais, especialmente aqueles formados pelo conectivo *e*. Daí, tomamos a decisão de examinarmos mais detidamente tal fenômeno, para o qual apresentamos aqui os primeiros resultados.

1.2 Passos metodológicos

Cogitando a hipótese de que os diferentes gêneros discursivos apresentariam itens conjuncionais de feições e comportamento funcional distintos, selecionamos três gêneros

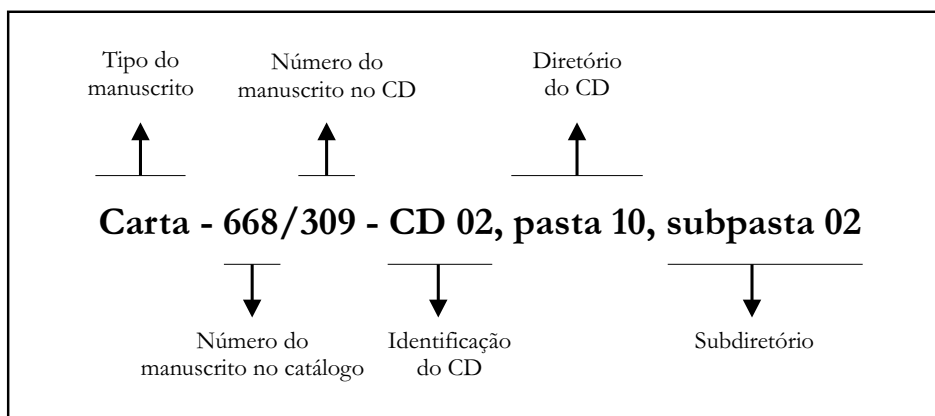
¹³² À disposição de pesquisadores em geral, encontramos no NDIHR, um acervo de documentos oficiais que abrange uma vasta coleção de textos dos mais variados gêneros e que representam um consistente panorama da língua escrita em uso na Paraíba ao longo de vários séculos, que vão do período colonial até final do século XIX. Há também um catálogo que apresenta todas as referências para a localização dos textos micro-filmados e devidamente gravados em CD-rom.

de correspondências oficiais já devidamente classificados no catálogo: cartas oficiais, requerimentos e ofícios.

Mesmo reconhecendo que os critérios estabelecidos pelos pesquisadores do NDIHR para a segmentação das correspondências em gêneros específicos apresentam falhas e inconsistências, resolvemos acatar tal classificação, por entendermos que, de um modo geral, algumas características apontadas realmente identificam estabilidades que delineiam um gênero em particular, a despeito de a maioria delas, tanto estruturais, quanto conteudísticas, se apresentarem comuns aos três gêneros.

Dessa forma, escolhidos os gêneros¹³³ (cartas, requerimentos e ofícios), identificamos as ocorrências de usos conjugados de itens conjuncionais, buscando aferir quantitativamente a frequência de cada grupo, conferindo as porcentagens que caracterizam usos distintos para os gêneros selecionados.

Os textos a serem analisados estão dispostos em 5 CDs e enumerados no catálogo **Projeto Resgate dos Documentos Manuscritos Avulsos sobre a Capitania da Paraíba**, como demonstrado abaixo:



Foi nesse universo textual que isolamos os itens mais recorrentes, para analisar seu comportamento sintático, semântico e discursivo, apontando funções e subfunções assumidas nas situações lingüísticas averiguadas.

¹³³ Ressaltamos que não consiste em foco deste trabalho a classificação dos gêneros discursivos; tampouco preocupa-nos a definição de tipologias textuais.

2. Aportes teóricos

2.1 O funcionalismo

A questão básica que sempre se coloca numa perspectiva de análise dita funcionalista comporta estudos que concebem a gramática como algo dinâmico, levando em conta que as formas lingüísticas adequam-se às necessidades comunicativas dos falantes. Para uma corrente dessa teoria, a sintaxe, motivada por fatores pragmático-discursivos, tem origem no discurso. Nas palavras de Neves (1997, p. 2) “ao lado da noção essencial de que a linguagem é um instrumento de comunicação, encontra-se nos funcionalistas um tratamento funcional da própria organização interna da linguagem.”

As circunstâncias discursivas relacionadas às estruturas lingüísticas e a seus contextos de produção são levadas em consideração neste tipo de abordagem. O conteúdo semântico está intrinsecamente relacionado ao propósito do ato de fala e ao teor cognitivo e cultural que o substancia. As mudanças de que são passíveis as estruturas da língua podem afetar esses dois aspectos, fomentando reformatações à estrutura.

Os estudos lingüísticos funcionalistas, uma vez influenciados por esses fatores, reformulam a maneira de encarar a preocupação com as situações reais de uso lingüístico. Assim, passa-se a dedicar maior interesse ao papel ativo desempenhado pelos usuários, vistos como potenciais transformadores das estruturas lingüísticas em efetivo funcionamento (Votre *et al.*, 1995). Há uma busca pelo conhecimento da estrutura no flagrante do uso real, levando em conta a aludida multiplicidade de fatores que envolvem o funcionamento da língua.

Repetindo as palavras de Silva (2004) é pertinente afirmar que ao incorporar a observação do uso à análise,

o funcionalismo se permite verificar o caráter dinâmico da linguagem, aferindo a pulsão das pressões externas que agem sobre o discurso. Assim, a análise funcionalista perscruta concomitantemente a engrenagem e as funções que lhes são atinentes, interpretando a língua como um complexo de relações estruturais e funcionais.

Investigar a língua em situações de uso significa, na visão de Halliday (1973), buscar explicações para sua natureza, pautando-se na observação de que a mesma é determinada pela função à qual serve concretamente.

Do exposto, podemos inferir que o funcionalismo não despreza as formas, mas investe no conhecimento de seus aspectos múltiplos a partir do uso real. Considera-se, então, que a estrutura gramatical é motivada, se não determinada, por efetivas situações comunicativas.

2.1.1 O princípio meta-icônico da marcação

Entre os princípios funcionalistas elencados por Givón (1995), destaca-se o Princípio Meta-Icônico da Marcação, evidenciado na análise das tendências de mudança e estabilização da língua em uso. Segundo o autor, o conceito é alvo do domínio do contexto, o que possibilita a uma mesma construção ser vista como marcada em um contexto e não-marcada em outro.

Os critérios básicos utilizados para definir a marcação de um item são a complexidade estrutural (a estrutura marcada tende a ser mais complexa - ou maior - que a equivalente não marcada), a distribuição de frequência (a categoria marcada tende a ser menos freqüente que a não marcada) e a complexidade cognitiva (a categoria marcada tende a ser mais complexa cognitivamente, em termos de demandar maior atenção, mais esforço mental e de tempo de processamento que a não marcada).

Assim, como exige maior capacidade de memória, mais esforço de atenção e um maior tempo para processamento, há uma tendência da categoria marcada a ser menos freqüente que a não-marcada.

O princípio da marcação apresenta uma formulação idealizada, pois, no entender de Givón (1991, p. 106), “categorias que são cognitivamente marcadas (i.e., complexas) tendem a ser marcadas estruturalmente.”

Visando a evitar o problema da circularidade, Givón (1995) recomenda que os aspectos envolvidos na marcação sejam examinados com base em dados empíricos. São os itens concretos que devem testar a validade da correlação função-forma, através de tratamentos estatísticos.

2.2 A sociolinguística variacionista

Em meados do século XX, a sociolinguística ganhou fôlego quando William Labov (1966) publicou o livro *The stratification of English in New York city*, em que enfatiza o papel decisivo dos fatores sociais (idade, gênero, origem étnica e atitude) na explicação da variação linguística. Com essa pesquisa, ele cria um modelo de interpretação do fenômeno linguístico no contexto social de comunidades urbanas conhecido como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação.

O objeto de estudo da sociolingüística é a língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, ou seja, em situações reais de uso. Procura buscar respostas para perguntas do tipo *quem fala o quê, onde, quando, como e por quê*. Ao estudar uma comunidade lingüística, encontraremos diferentes modos de falar, isto é, qualquer língua falada por qualquer comunidade sempre terá variações que, para a sociolingüística, representam uma qualidade constitutiva do fenômeno lingüístico. A essas variações, é reservado o nome de *variedades lingüísticas*.

A natureza variável da língua é um pressuposto fundamental para a sociolingüística. Toda língua apresenta variação, que é sempre potencialmente um desencadeador de mudança. Ambas estão intimamente relacionadas com a estrutura da sociedade e sua história. A variação está presente nos diferentes níveis da língua detectáveis no léxico, na fonética, na morfologia, na sintaxe e na semântica, sendo explicada com base na localização geográfica dos falantes e em aspectos sociais, tais como escolaridade e nível de formalidade da situação da fala. As mudanças por que passam as línguas, através dos tempos, podem ser sentidas de várias formas; basta compararmos, por exemplo, indivíduos de gerações diferentes para percebermos alterações lingüísticas.

Chagas (2002, p.141) enfatiza que os textos falados, documentados através de gravações, filmes, ou qualquer outro registro dessa natureza, nos permitem recuar cerca de um século no tempo. Afirma ainda que, se pretendemos ter uma noção das mudanças de alguma língua mais distante da atual, devemos nos debruçar sobre textos escritos. Mas é necessário saber interpretar o que está registrado nesses textos e em que medida eles são um retrato fiel da língua falada, porque, por mais que a língua escrita sofra mudanças, ela sempre será mais conservadora.

2.3 A conjunção e seus usos conjugados

A tradição gramatical tem considerado conjuncionais os itens que servem de conexão na construção das frases. De maneira predominante, tais itens ligam orações, não se podendo descartar, no entanto, casos de conexão entre itens lexicais. A classificação tradicional nomeia as orações de coordenadas ou subordinadas, de acordo com a relação sintática que estabelecem. Ao se considerar que as orações apresentam-se sintática e semanticamente independentes umas das outras, mesmo que formem um único período, tem-se a oração do tipo coordenada; a se registrar algum tipo de dependência sintática, ou seja, quando uma oração exerce uma função sintática na oração que a acompanha, tem-se a subordinação.

Evidentemente, essa classificação não se sustenta categoricamente para todas as produções lingüísticas possíveis na língua e não requer grande esforço citar numerosas situações em que tal categorização cai por terra, mesmo numa análise superficial dos critérios apontados.

Garcia (1997), no capítulo referente aos períodos compostos, define as orações coordenadas como estruturas sintático-gramaticais da mesma natureza, que se interligam por meio de conectivos, ocorrendo um paralelismo ou simetria de construção entre elas. No entanto, a dependência semântica, segundo o autor, também não pode ser ignorada. Para ele, há estruturas reveladoras de que, muitas vezes, um período só é coordenado aparentemente, isto é, ocorre uma coordenação gramatical, mas uma subordinação semântica ou psicológica.

Ao tratar dos períodos compostos por coordenação e subordinação, Carone (1993) enfatiza que a coordenação, aparentemente mais fácil de ser analisada, revela “zonas de penumbra” que merecem ser estudadas com mais cautela e, por essa razão, sugere que o estudo das orações subordinadas anteceda o das orações coordenadas.

Atento às dificuldades em se estudar inicialmente as orações coordenadas, Azeredo (2000) apresenta um estudo detalhado do processo de subordinação envolvendo aspectos semânticos e sintáticos, para depois mostrar como se processam as estruturas coordenadas. Para ele, os conectivos, de um modo geral, possuem uma carga semântica que, de acordo com o contexto, podem passar a idéia tanto de coordenação quanto de subordinação. Coordenação e subordinação remetem a processos estruturais de encadeamento oracional – não a uma “idéia”.

O item conjuncional **e**, focado neste trabalho, tem sido, historicamente, elencado entre as conjunções coordenativas, pautando-se tal classificação numa consideração do seu valor copulativo e aditivo. Entretanto, é relevante assinalar que nem sempre o **e** apresenta tal valor, sendo encontráveis, com facilidade, especialmente na língua em uso, exemplos de outras funções desempenhadas por esse conectivo.

É sempre possível questionar o valor semântico do item conectivo em si mesmo. Uma resposta plausível para esse tipo de questionamento é dada por Paiva (1991, p. 156), para quem os conectores assimilam propriedades discursivo-funcionais dos contextos em que se inserem; assim “a longo prazo, as propriedades passam a ser traços inerentes a esses elementos”. Ou seja, o valor semântico que se apresenta em contextos determinados, nos quais o uso de conectores específicos se repete, acaba se adesivando ao conector, que passa ele próprio a condutor de tal papel semântico-discursivo.

Qualquer observação realizada em produções lingüísticas, nas mais diferentes modalidades e registros, por mais desprezíveis que sejam, possibilita a constatação

de que o item **e** é um dos mais freqüentes na língua portuguesa. A recorrência tem possibilitado sua gramaticalização em funções distintas da conexão aditiva, que consiste em seu valor original, verificado a partir do surgimento, no latim, onde apresentava a forma *et*.

Estudos funcionalistas têm observado que, quanto mais abundante for a utilização de uma forma lingüística, mais provável será o seu deslocamento para o exercício de funções inovadoras no discurso. Além disso, a repetição de usos lingüísticos em determinadas posições estruturais, mesmo que estranhas aos usos consagrados, fixam e cristalizam novas funções para itens já existentes. Com o **e** não foi e não tem sido diferente.

Segundo Barreto (1999, p. 168), ainda no latim medieval, a “conjunção **et** aparece reforçada por outra conjunção ou por advérbios. Assim, encontram-se nos textos da época, as combinações **nec non et** e **atque etiam**; a primeira, com bastante freqüência, a última mais raramente.”

Estudos históricos têm apontado a origem do *et* no latim arcaico como item adverbial, proveniente do advérbio *eti*, numa longínqua fonte do indo-europeu. A partir desse uso adverbial é que o item evolui para uma função copulativa, figurando como conjunção (BARRETO *apud* TAVARES, 2003).

A reanálise que possibilitou a passagem do *et* advérbio para o *et* conectivo se impõe como mecanismo que também interfere nos usos cronologicamente subseqüentes do **e** no português brasileiro de séculos passados e mesmo de usos mais atuais.

Tavares (2003, p. 151) arrisca sugerir que:

talvez **et** tenha trafegado ao longo de níveis de articulação cada vez mais amplos, de acordo com os seguintes passos: ao tornar-se conjunção, interliga inicialmente sintagmas nominais, passando subseqüentemente a interligar sintagmas verbais; depois, é estendido para a articulação entre orações e, num crescente aumento de escopo, principia a marcar a seqüenciação entre segmentos e mesmo tópicos discursivos.

É importante destacar que as características estruturais do *et/e* tornam sua utilização mais facilmente decodificável em relação a outros itens lingüísticos, seja em função copulativa, seja no exercício de outras funções assumidas ao longo de seu processo evolutivo que o transformou num item polissêmico. Assim, entra em ação o princípio funcionalista da marcação, no tocante à concepção de que itens menos complexos estrutural e cognitivamente, são mais freqüentes porque apresentam menor grau de dificuldade interpretativa.

No presente estudo, lançamos nosso olhar sobre o **e**, perscrutando situações nas quais esse item conjuncional é usado ao lado de um outro item conjuncional, em situações aqui denominadas de usos conjugados.

Como este estudo se insere numa pesquisa mais abrangente que se preocupa, nesta fase, com o estudo do conectivo **e**, a análise proposta para os usos conjugados de itens conjuncionais leva em consideração, basicamente, as ocorrências que apresentem este item em sua forma. Entendemos o **e** como elemento acionador de um processo de seqüenciação, responsável pela continuidade e progressão das informações expostas textualmente.

É esse tema que focalizaremos na seção a seguir.

2.4 A seqüenciação

Como veremos adiante, partimos de uma concepção classificatória que entende o **e** como um item seqüenciador. A seqüenciação é por nós assumida nos termos de Tavares (2003, p. 20): “a forma material da seqüenciação é um conector seqüenciador que interliga nacos do discurso, tecendo partes de proporções variadas, desde informações interligadas localmente em orações, a tópicos/assuntos conectados globalmente.”

A autora identifica, em seus estudos sobre os conectores *e*, *aí*, *então* e *daí* cinco tipos de subfunções seqüenciadoras: i) a seqüenciação **textual**: “estratégia lingüística que assinala a ordem pela qual as unidades conectadas sucedem-se ao longo do tempo discursivo”; ii) seqüenciação **temporal**: “os eventos são apresentados de acordo com a ordem em que ocorrem no tempo”; iii) seqüenciação que marca **introdução de efeito**: “exibe a introdução de informações que representam consequência, conclusão, efeito ou resultado em relação ao que foi dito anteriormente”; iv) seqüenciação que representa uma **retomada**: “um alerta direcionado ao ouvinte para que perceba um movimento de recuperação do fluxo temático anterior, interrompido por uma digressão”; e v) seqüenciação que assinala **finalização**: “marca a adição de uma oração que sinaliza o final de um tópico/assunto ou subtópico.”

É a partir dessa proposta que analisaremos as ocorrências dos itens conjuncionais conjugados incidentes no *corpus* pesquisado.

3. Resultados e discussão

Para a identificação funcional do conectivo **e**, na pesquisa, partimos da seguinte classificação:

I - seqüenciador ligando itens

II - seqüenciador ligando sintagmas

III - seqüenciador ligando orações

IV - seqüenciador ligando sentenças/parágrafos

V - seqüenciador conjugado a outros itens relacionais

A análise do *corpus* chega aos seguintes dados, apresentados nas tabelas a seguir:

conectivo	E	%
tipo I	31	19,7
tipo II	45	28,7
tipo III	54	34,4
tipo IV	0	0
tipo V	27	17,2
TOTAL	157	100

Tabela 1: Ocorrências do conectivo **e** nas cartas.

A ocorrência mais freqüente é a que assinala o uso do conector **e** ligando orações, conforme percebemos na tabela 1, que aponta uma incidência correspondente a 34,4 % de tal uso. Observe-se que o item em foco não é acionado para ligar parágrafos, não sendo nem mesmo encontrado no início de sentenças, não se verificando ocorrências do tipo IV, detalhe que também se verifica nos ofícios e nos requerimentos, como veremos adiante.

Observemos os dados das tabelas 2 e 3:

conectivo	E	%
tipo I	12	20,7
tipo II	08	13,8
tipo III	24	41,4
tipo IV	0	0
tipo V	14	24,1
TOTAL	58	100

Tabela 2: Ocorrências do conectivo **e** nos requerimentos

conectivo	E	%
tipo I	6	12,5
tipo II	13	27,1
tipo III	17	35,4
tipo IV	0	0
tipo V	12	25
TOTAL	48	100

Tabela 3: Ocorrências do conectivo **e** nos ofícios

Os dados expostos nas tabelas 1, 2 e 3 deixam patente a alta frequência do item **e** nos textos examinados. Conforme indicado anteriormente, é esperado que elementos de reduzida estrutura e fácil decodificação cognitiva sejam mais frequentes no discurso que outros mais densos cognitivamente e lingüisticamente. É o que preconiza o princípio funcionalista da marcação (Givón, *op.cit.*). Assim, o **e**, como item menos marcado, deve apresentar maior índice de frequência que os demais conectores que possam cumprir função idêntica a sua.

Por outro lado, a recorrência acentuada do item **vai**, potencialmente, facilitar o seu uso para expressar valores novos no discurso. Com a rotinização, essas funções se cristalizam e passam a se mostrar cada vez mais presumíveis na língua em uso.

Destacam-se, entre os dados coletados, as ocorrências do **e** seqüenciador interligando orações, predominante nos 03 gêneros textuais analisados. Além disso, é relevante reafirmar a não ocorrência do referido item iniciando períodos ou parágrafos, usos já flagrados em textos de outras sincronias.

As tabelas 4, 5 e 6 expõem as ocorrências de usos do item **e** conjugado a outros itens conjuncionais. Apesar do registro, no *corpus*, de ocorrências com outros elementos, interessam-nos especificamente aquelas iniciadas por esse conector.

A tabela 4 apresenta a frequência dos usos do **e** conjugados a outros itens conjuncionais nos textos enquadrados no gênero cartas:

Locuções	Ocorrências	%
e que	04	19
e como	10	47,6
e assim	01	4,8
e porque	01	4,8
e quando	02	9,5
e sim	02	9,5
e ainda	01	4,8
TOTAL	21	100

Tabela 4: Frequência dos usos conjugados de itens conjuncionais nas cartas

Os números expostos nesta tabela indicam explicitamente que a frequência da construção **e como** é bem superior às demais (47,6 %). Outro dado relevante é o fato de que essa construção aparece em 07 das dez cartas examinadas; portanto, apresenta um importante grau de distribuição, sinalizando que o seu uso não é esporádico. Além desses usos conjugados formados com o **e**, registram-se as formações **ainda que** (01 ocorrência) e **para que** (04 ocorrências).

Locuções	Ocorrências	%
e como	02	15,4
e porque	07	53,4
e para	02	15,4
e quando	01	7,7
e assim	01	7,7
TOTAL	13	100

Tabela 5: Frequência dos usos conjugados de itens conjuncionais nos requerimentos.

Os 10 requerimentos examinados apresentam usos conjugados de itens conjuncionais: **e porque** aparece em 07 requerimentos, sendo não apenas o mais recorrente como também o melhor distribuído entre o recorte que compreende esse tipo textual. Além das construções com **e**, ocorre **ainda que** (01), **como também** (01), **posto que** (01), **não obstante** (01), **sem que** (1), **para que** (01).

Locução	Ocorrências	%
e para que	02	22,2
e que	02	22,2
e pelo que	01	11,1
e assim	01	11,1
e também	01	11,1
e por isso	01	11,1
logo que	01	11,1
TOTAL	09	100

Tabela 6: Frequência dos usos conjugados de itens conjuncionais nos ofícios.

Como se pode perceber, nos ofícios, há uma menor incidência de locuções em relação aos outros gêneros. Uma vez que as ocorrências parecem não apontar para um uso sistemático, a exemplo do que ocorre nos outros documentos, nossa análise restringe-se às construções **e como** e **e porque** que, nas cartas e nos requerimentos, respectivamente, mostraram-se as mais recorrentes.

Um primeiro aspecto que aproxima **e como** e **e porque** é o fato de se constituírem adjunções conjuntivas que apresentam um certo grau de afinidade, já que podem ter um valor coordenativo-explicativo.

Sabemos que as estruturas explicativas, algumas vezes, se confundem com as orações subordinadas adverbiais causais, particularmente porque ambas podem ser introduzidas pelas mesmas conjunções. As explicativas também se mesclam com as conclusivas, estabelecendo mútua relação de dependência entre elas, a ponto de a estrutura sintática do período assumir características de verdadeira subordinação de causa ou de consequência.

As semelhanças entre essas estruturas são observadas nos seguintes exemplos:

– *Choveu porque a rua está molhada* - A oração coordenada explicativa cumpre um papel de explicar o que foi afirmado na oração anterior.

– *Choveu, porque houve muita evaporação* - A oração subordinada adverbial causal cumpre o papel de advérbio da oração principal, ou seja, indica a causa da ação do verbo da oração principal. Neste caso, haverá sempre uma relação entre causa e efeito.

– *Choveu; por isso a rua está molhada* - A oração coordenada conclusiva exprime conclusão ou consequência lógica.

– *Choveu tanto que a rua ficou inundada* - A oração subordinada consecutiva expressa um efeito do fato da outra oração, o que não deixa de ser uma relação de causa e efeito presente em orações causativas e conclusivas.

Podemos perceber, então, que os tipos de orações acima ilustradas apresentam um cruzamento semântico quando elas, num determinado contexto, são equivalentes pelo sentido.

Não é nossa intenção, neste trabalho, entranhar-nos na discussão acerca da natureza sintático-semântica constitutiva das orações coordenadas ou subordinadas, mesmo

porque esse assunto já foi amplamente discutido por diversos estudiosos. Além disso, os textos em análise neste trabalho apresentam uma nítida indefinição estrutural em relação aos limites do período. Os sinais de pontuação parece serem usados sem um critério definido, ocasionando a produção de períodos que se esticam ao longo do texto.

É claro que as relações sintáticas, semânticas e discursivas que se estabelecem entre as orações poderiam ser usadas para classificar o tipo de entrelaçamento – coordenativo ou subordinativo – que relaciona as informações, mas consideramos que essa se constitui numa preocupação que extrapola nosso intento na presente análise. Afinal, o que objetivamos é investigar as semelhanças ou diferenças entre as construções *e como* e *e porque*, identificando, respectivamente, suas funções/subfunções, observando como elas se acomodam no discurso, independentemente de que a estrutura seja coordenada ou subordinada.

Vejam, a seguir, alguns fragmentos de manuscritos (transcritos para o português atual) que ilustram as funções/subfunções desempenhadas, inicialmente, pelo uso de *e + como*.

3.1.1.1.1

Texto 1

Carta – 668 / 309 – CD 2, pasta 10, subpasta 02

Paraíba, 22 de abril, 1732 – CARTA do [Capitão-mor da Paraíba], Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, ao rei [D. João V], sobre a visita do ouvidor geral da Paraíba, [Tomás da Silva Pereira], à fortaleza do Cabedelo, fazendo termo do estado em que se encontra.

A dezoito do presente foi o ouvidor geral desta capitania visitar a Fortaleza do Cabedelo, fazendo termo do estado em que se achava. e como esta Fortaleza não será castelo em que o dito ministro tenha jurisdição para obrigar os alcaide mores a sua edificação parece foi mais curiosidade odiosa para me incitar que zelo do serviço de Vossa Majestade.

É possível perceber, no texto 1, uma seqüência de informações expressa através do conector *e*. Nesse fragmento, a informação introduzida pelo referido item sucede-se textualmente em relação à informação já dada (*e como esta fortaleza não será castelo*). O

uso do **como** conjugado ao **e**, adiciona uma idéia de explicação ao contexto informacional. Assim, podemos dizer que **e como** exerce a função de Sequenciador Textual Explicativo.

Texto 2

Carta – 719 / 53 – CD 02, pasta 11, subpasta 01

Paraíba, 22 de agosto, 1733. CARTA do ouvidor-geral da Paraíba, Jorge Salter de Mendonça, ao rei [D. João V], sobre restituir ao provedor da Fazenda Real o que se produziu com a arrematação de escravos, gados e canoas sem donos.

*Pela provisão por cópia junta foi Vossa Majestade ordenar me fizesse logo Restituir ao Provedor de Sua Real Fazenda tudo aquilo que se intrometen a cobrar o meu antecessor produzido de umas arrematações de Escravos, gados e uma canoa sem donos... , **e como** não recebesse ordem alguma do sobredito tribunal entendi era obrigado dar-lhe a conta que por cópia lhe remeto a Vossa Majestade; e esta para que seja servido ordenar me*

Texto 3

Requerimento – 716/198 – CD 02, pasta 11, subpasta 01

Paraíba, 9, novembro, 1733. REQUERIMENTO do licenciado João de Freitas Lima, ao rei [D. João V], solicitando provisão par advogar na Paraíba e Pernambuco.

*A perto de ano e mais o que sirvo de ouvidor geral desta capitania, e quando entrei já achei o suplicante advogando nos Auditórios desta (ilégivel) ter continuado com boa aceitação por ser estudioso e versando na prática; Considera-lhe capacidade para poder aconselhar de partes justiça que lhe assistir, **e como** nesta capitania só haja um advogado formado na universidade de Coimbra dois em filosofia e um que não chegou a esses termos me parece que o suplicante não desmerece que pretende Vossa Majestade que ordenara o que for servido..*

Texto 4

Requerimento –1930 / 369 – CD 03, pasta 29, subpasta 22

Paraíba, 21, julho, 1772. REQUERIMENTO do padre Felix José Moraes, ao Rei [D. José I], solicitando confirmação da sesmaria de uma terra que lhe foi doada por seu cunhado, o mestre-de-campo Matias Soares Taveira, e sua mulher, D. Rosa Cândida de Aragão, e que faz limite com uma sesmaria que possui.

*Haja o Procurador
Fazenda Lisboa 21 de julho 1772*

Senhor

*Diz o Padre Felix José de Moraes, morador da capitania da Paraíba do Norte, no estado do Brasil, que o cunhado o Mestre de Campo Matias Soares Tavera, e sua mulher D. Rosa Cândida do Aragão, lhe fizeram uma doação pela escritura pública que ajunta de duas léguas e meia de terra e um de largo.... **E como** o dito doador nunca confirmou tal sesmaria por Vossa fidelíssima como nela se pôs por obrigação.... requer e pede a Vossa Majestade fidelíssima lhe faça mercê confirmar a dita sesmaria, e doação da dita escritura*

Nos textos 2, 3 e 4, há uma seqüenciação textual, tendo o item **e** a função de salientar o encadeamento de informações discursivas relacionadas a um mesmo tópico. A subfunção de **como** nesses mesmos textos é marcada por uma conclusão lógica. A essas construções, então, atribuímos a designação de Seqüenciador Textual Conclusivo.

O uso conjugado de tais itens possibilita que se avizinhem funções conectoras que, somadas, imprimem ao texto uma progressividade não restrita ao simples acréscimo de informações, o que seria típico do funcionamento do item **e** como seqüenciador. O **e** é aditivo e introduz o acréscimo de informações ao texto, enquanto o **como** marca as idéias de explicação e conclusão. Assim, mesmo considerando que os itens **e** e **como** mantêm em si mesmos os traços semânticos que os caracterizam como aditivo e conclusivo ou explicativo, podemos perceber que a sua união possibilita ao texto progredir

discursivamente, localizando-se no mesmo ponto estrutural as idéias de adição e conclusão/explicação.

Lancemos agora um olhar sobre algumas passagens que apontam para a utilização de **e porque**, para depois estabelecermos uma comparação com **e como**.

Texto 5

Carta – 717 / 49 – CD 02, pasta 11, subpasta 01

Paraíba, 20, agosto, 1733. CARTA do [capitão-mor da Paraíba], Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, ao rei [D. João V], sobre ter expedido ordem aos oficiais do Sertão da capitania, para inquirir em pessoas que possam apontar o criminoso que fugiu da prisão, condenado pelo crime da moeda falsa.

..... faço saber a voz capitão mor da capitania da Paraíba que o juiz ordinário da vila do Serro do Frio prendeu no Arraial do Tijuco fevereiro do ano passado a João Freire Solto Mayor.....pelo crime da moeda falsa; e porque [um destes delinquentes] fugiu da cadeia, poderá suceder que se reiterasse para o distrito de sua capitania....

O texto 5 mostra claramente a natureza conclusiva da construção **e porque**, recaindo sobre o **e** a função de seqüenciador textual, seguida da subfunção veiculadora de uma idéia de conclusão contida no item **porque**. Com o estabelecimento dessas características, temos nesse uso conjugado de itens conjuncionais um Seqüenciador Textual Conclusivo.

Texto 6

Requerimento – 686 / 418 – CD 02, pasta 10, subpasta 03

Paraíba, 26, janeiro, 1733. REQUERIMENTO do sargento-mor José Gomes de Faria ao rei [D. João V], solicitando provisão para o juiz do Piancó possa tombar e demarcar suas terras no sítio das almas.

*Diz o sargento Mor José E Gomes de Faria morador na Paraíba que é possuidor de várias terras citadas donde é a mão do sítio das almas. **E porque para** evitar contendas entre os confinantes sequer tombar demarcar para o que lhe é necessário provisão de Vossa majestade*

Já o texto 6 apresenta uma peculiaridade: **e porque**, seguido da preposição **para** indica finalidade: *e porque para*. A princípio, poderíamos pensar que há um esvaziamento semântico da construção conjuncional **e porque**. No entanto, o que ocorre é uma sobreposição de subfunções: o conectivo **e** permanece como seqüenciador textual, seguido de duas subfunções: uma com valor explicativo e a outra indicativa de finalidade. Temos aí um de Seqüenciador Textual Explicativo de Finalidade. Esse uso assinala o caráter polifuncional presente no termo em pauta.

Texto 7

Requerimento – 1346/28 – CD o2, pasta 20, subpasta 01

Paraíba, 14, dezembro, 1752. REQUERMNTO do morador no sertão do rio do Peixe, João Manoel Dantas, ao rei [D. José I], solicitando confirmação da carta sesmaria localizada no Sertão do Rio do Peixe, lugar do Olbinho D, água, chamado do Altos

*Diz João Manoel Dantas que o governador da mesma capitania lhe fez data e sesmaria..... chamado dos Altos como consta da carta junta **e porque conforme** das ordens de Vossa majestade a Deus confirmar portanto.*

O fragmento do texto 7 evidencia uma semelhança com o texto 6, uma vez que há também uma sobreposição de subfunções, destacando-se a polifuncionalidade de *porque conforme*. Ao estabelecermos essa relação entre função e subfunções, temos um Seqüenciador Textual Explicativo Conformativo.

Texto 8

Requerimento – 1401 / 141 – CD 02, pasta 21, subpasta 01

Paraíba, 28, novembro, 1733. REQUERIMENTO do Padre Luciano Pinto Nogueira de Sousa ao rei [D. José], solicitando provisão, mandando satisfazer-lhe as cômguas que têm vencido como vigário encomendado da igreja do Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande.

Diz o Padre Luciano de Nogueira de Souza que pelo provimento junta lhe tem Vossa Majestade feito a mercê de mandar satisfazer-lhe as cômguas que tem vencido como vigário encomendado da Igreja do Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande; e porque para com efeito se lhe pagarem necessita de provisão passada por esse conselho.

O fragmento do texto 8 aparentemente se assemelha ao texto 7, visto que há uma suposta sobreposição de funções, formando uma adjunção conjuntiva polifuncional: *e porque para com efeito*. No entanto, *para com efeito* é, na verdade, um advérbio que pode ser substituído por *efetivamente*. Dessa forma, ocorre apenas uma função e uma subfunção com valor explicativo, levando-nos a classificá-la como um Sequenciador Textual Explicativo. Por outro lado, não descartamos a possibilidade de uma conotação causal que se manifestaria na seqüência das informações.

Lembramos que é muito tênue a delimitação entre motivo, causa, justificativa e explicação. E todas essas idéias podem pairar entre situações contextuais que não explicitem a intenção do usuário, dificultando o processamento cognitivo no tocante a qual dos sentidos está sendo objetivamente veiculado.

Texto 9

Requerimento – 728 / 217 – CD 02, pasta 11, subpasta 02

Paraíba, 28, novembro, 1733. REQUERIMENTO de João Gonçalves, ao rei [D. João V], solicitando provisão para o suplicante ser tutor dos enteados e administrador dos bens dos citados órfãos.

..... e debaixo de sua administração tem os filhos do dito defunto os quais sustenta de tudo o necessário sem que até o presente o juiz dos órfãos lhe desse tutor que os administre (ilegível) suas

legítimas; e porque o superintendente o quer continuando administração , em que esta, e a dar-lhe os alimentos pelos rendimentos das suas legítimas.

Peço a Vossa Majestade lhe possa mercê, mandar passar por provisão para o superintendente o quer ser continuado ser tutor dos ditos órfãos e se lhe entregarem os seus bens dado fiança na forma da lei.

O último fragmento, o texto 9, mostra claramente a natureza explicativa da seqüência conjuntiva **e porque**, recaindo sobre o **e** a função de seqüenciador textual, seguida da subfunção propagadora de uma idéia de explicação do item **porque**. Com o estabelecimento desses traços, temos a adjunção dos itens conjuncionais em tela, um Seqüenciador Textual Explicativo.

4. Considerações finais

Nosso estudo mostra que, considerando o *corpus* aqui evidenciado, no século XVIII, a língua escrita, na Paraíba, apresentava, em relação aos nexos oracionais, uma insistente presença do item **e**, cujos usos conjugados a outros itens relacionais levaram-nos à constatação de que as adjunções de itens conjuncionais exerciam múltiplas funções.

Entendemos ser relevante destacar que o papel exercido pelo **e**, nessas construções, conserva o seu valor aditivo, funcionando sempre como seqüenciador.

Em relação ao gênero textual, podemos apontar uma utilização decrescente no número de itens conjuncionais conjugados: 21 ocorrências nas cartas, 13 nos requerimentos e 9 nos ofícios. Se considerarmos uma eventual gradação, supondo que o ofício seria mais formal que o requerimento e este mais formal que a carta, encontraríamos um indício de que o critério formalidade/informalidade seria relevante para observar características do uso dos nexos no *corpus* analisado. Assim, teríamos: quanto menor o grau de formalidade, maior a probabilidade de ocorrência de usos conjugados de itens conjuncionais.

Quanto aos usos de tais combinações, a análise nos permitiu constatar que em **e como** há maior uniformidade funcional, uma vez que a oscilação se dá apenas entre as subfunções conclusivas e explicativas. Já em relação ao **e porque**, seu uso admite a agregação de outros elementos que interferem e alteram seu valor semântico, ocasionando o fenômeno que rotulamos de polifuncionalidade.

Referências

- AZEREDO, José C. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BARRETO, Terezinha M. M. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador: UFBA, 1999. (Tese de Doutorado)
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999.
- CARONE, Flávia B. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- CHAGAS, Paulo. A mudança lingüística. In: José L. Fiorin. (org.). *Introdução à lingüística*: I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.
- DIK, C. S. Some principles of functional grammar. In: R. Dirven and V. Fried (eds.) *Functionalism in linguistics*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1987, p. 1-28.
- FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística histórica: uma introdução aos estudos da história da língua*. São Paulo: Ática, 1991.
- JOSEPH, Brian D. Historical linguistics. In: Mark Aronoff; Janie Rees-Miler. *The handbook of linguistics*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- FÁVERO, Leonor L. O processo de coordenação e subordinação: uma proposta de revisão. In: Marta H. B. Kirts e E. Clemente (orgs.). *Lingüística aplicada ao ensino do português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 17. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- _____. Serial verbs and mental reality event. Grammatical vs. cognitive packaging. In: E. Traugott and B. Heine (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1 Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- HALLIDAY, M. A. *Exploration in the functions of the language*. London: Edward Arnold Publishers, 1973.
- HARRIS, Alice C. ; CAMPBELL, Lyle. *Historical syntax in cross linguistics perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HOPPER, Paul. One some principles of grammaticalization. In Elizabeth Closs Traugott and Bernd Heine (eds). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Oxford: Basil Blackwell, 1972.

_____. *The stratification of English in New York city*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

MARTELOTA, Mário Eduardo. *Hierarquização das cláusulas*. (Relatório de Pesquisa CNPq). Rio de Janeiro, 1998.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1996.

MELO, Gladstone C. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC/ FENAME, 1986

MOLLICA, Maria Cecília (org.). Introdução à sociolinguística variacionista. *Cadernos didáticos da UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina (orgs.). Linguística textual. In: *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. vol.1. São Paulo: Cortez, 2001.

NARO, Anthony J. ; BRAGA, Maria Luiza. A interface sociolinguística/gramaticalização, *Gragoatá* 9, 125-24, 2000.

NEVES, Maria Helena de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, Elza R.; MENEZES, Mozart V. ; LIMA, M. da Vitória. *Documentos manuscritos avulsos referentes à capitania da Paraíba existentes no arquivo histórico ultramarino de Lisboa*. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

PAIVA, Maria da Conceição. *Ordenação das cláusulas causais: forma e função*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991 (Tese de Doutorado).

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

ROBERTS, Ian; KATO, Mary Aizawa (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SILVA, Camilo Rosa. Iconicidade no uso do conector *mas*. In: Maria E. A.Christiano; Camilo Rosa Silva e Dermeval da Hora (orgs.). *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Idéia, 2004.

TARALLO, F. *Tempos Linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TAVARES, Maria Alice. *A gramaticalização de e, aí, daí, e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Florianópolis: UFSC, 2003. (Tese de Doutorado)

VOTRE, Sebastião. *Um paradigma para a lingüística funcional*. In M. E Martellota; Sebastião Votre e M. M. Cezario (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ UFRJ, 1996.

**SINTAXE GERATIVA
X
SINTAXE FUNCIONAL**

NÓS SE CLITICIZOU-SE?

por

Marilza de Oliveira

Universidade de São Paulo

0. Introdução

O clítico *se* tem dois tipos de comportamento no Português Brasileiro contemporâneo. O primeiro deles diz respeito à sua realização lexical: pode ser suprimido (1), pode ser neutralizado na forma da 3ª. pessoa (2), pode ser inserido (3) e até mesmo “duplicado” (4). O apagamento do *se* parece ser uma característica do falar mineiro, a neutralização é um fenômeno panbrasileiro e a inserção bem como a “duplicação” do *se* é um fenômeno nordestino.

1. Eu __ conformei com a decisão dele.
2. Eu **se** conformei com a decisão dele.
3. Ele **se** ressuscitou.
4. Ela **se** conformou-**se** com a decisão dele.

O segundo tipo de comportamento é a duplicação com outras formas pronominais, como em (5), fenômeno característico do falar nordestino:

5. Ele **se** aproveitou muito **pra ele**.

Neste trabalho, pretendemos fazer uma descrição um pouco mais detalhada dos fenômenos acima arrolados, tomando como *corpus* transcrição de fala da Paraíba, de Fortaleza, da fala popular de São Paulo e da zona rural de Taubaté. Em seguida, faremos algumas observações sobre o estatuto dos fenômenos acima elencados.

1. O clítico *se* em algumas variedades da região sudeste do Brasil

Em estudo sobre o uso de verbos pronominais reflexivos e recíprocos e do pronome *se* como índice de indeterminação do sujeito na fala de mineiros e cariocas, d'Albuquerque (1984) observou o fenômeno do desaparecimento parcial do *se* anafórico no dialeto mineiro do município de Manhuaçu em favor do uso da categoria vazia.

Assis (1988) também observou a queda do reflexivo na fala de pessoas da zona rural pertencente à micro-região sanfranciscana de Januária no alto-médio São Francisco, Minas Gerais. Ressalte-se, porém, que a queda dos reflexivos em Minas Gerais não está associada a classes sociais ou nível de escolaridade, pois pessoas de nível sócio-econômico médio, de alta escolaridade, também apagam os reflexivos, como é o caso das frases a seguir, proferidas por uma pessoa de nível superior: *Depois do que aconteceu, ele arrependeu cv. Eu não sei onde eu estava com a cabeça. Fui lá e queixei cv.*

No que concerne aos pronomes reflexivos, d'Albuquerque destaca uma perda maior nos verbos acidentalmente pronominais em comparação aos essencialmente pronominais¹³⁴, embora naqueles o valor semântico do reflexivo fosse maior do que nestes. Como hipótese explicativa, propõe que no português brasileiro é comum um objeto nulo receber interpretação a partir do contexto discursivo, como em construções do tipo *Ele aborrecen quando perden os óculos*. A queda dos clíticos neste caso segue o processo geral de omissão do objeto direto (1984:116).

Galves (1987, 2001) observou que o pronome *se* tem tendência a desaparecer nas construções finitas do PB em todas as suas funções (sujeito indeterminado, pronome apassivador e reflexivos), enquanto que reaparece maciçamente nas infinitivas para expressar indeterminação.

Nunes (1995) analisou o uso do *se* anafórico em um *corpus* formado de 13 entrevistas com informantes paulistanos e registrou 52% de supressão de clítico. Essa média não se distribui homogeneamente, pois a supressão do clítico está condicionada ao grau de escolaridade e ao tipo de clítico. No que concerne à escolaridade, a supressão do clítico tende a ser maior nos informantes de 1º. e 2º. graus:

¹³⁴ Segundo a autora, são “verbos essencialmente pronominais aqueles cujos pronomes oblíquos não funcionam como objetos, ou seja, não podem ser substituídos por um nome substantivo e (...) verbos acidentalmente pronominais aqueles cujos pronomes oblíquos funcionam como objetos, visto poderem ser substituídos por um nome substantivo” (1984:98).

Supressão de *se* por nível de escolaridade: entrevistas

1º. grau	2º. grau	3º. grau
65%	57%	32%

No que diz respeito ao tipo de clítico, observou-se altíssimo percentual de supressão de *se* ex-ergativo (75%), seguido de *se* ergativo (53%)¹³⁵. O clítico que menos sofre o processo de apagamento é o quase-inerente (zero ocorrências) e o inerente (14%), conforme mostram os dados da tabela a seguir:

Supressão de clíticos por tipo de clítico: entrevistas (%)

	Reflexivo	Ergativo	Inerente	Ex-ergativo	Enfático	Quase-inerente
Entrevistas	36,0	53,0	14,0	75,0	50,0	–

No *corpus* escrito, extraído da revista *Veja*, verificou-se a supressão de três tipos de *se* anafórico: ergativo (35%), ex-ergativo (35%) e clíticos reflexivos (30%). A supressão dos clíticos mostrou-se condicionada pelo tipo de discurso, pois 61% da supressão de clíticos ocorreram no discurso direto. O autor observou também o fenômeno contrário. A inserção de clíticos anafóricos, um fenômeno também condicionado pelo tipo de discurso, aparece majoritariamente no discurso indireto (93%).

O menor percentual de apagamento do clítico anafórico no *corpus* escrito e o seu condicionamento por tipo de discurso, de um lado, e a inserção de clíticos no discurso indireto da escrita contemporânea formal são índices de avaliação positiva da presença do clítico anafórico na variedade paulista.

¹³⁵ O autor identificou 6 tipos de clítico anafórico *se*:

1. reflexivo: o clítico realiza o papel temático de argumento interno (exs.: *matar, explicar, levantar* etc.)
2. ergativo: o clítico é o operador lexical que detematiza a posição de sujeito de verbos transitivos (exs.: *magoar, machucar, preocupar, curar, enganar, acabar, lembrar* etc.)
3. ex-ergativo: designa o resultado de uma provável agentivização de construções com *se* ergativo (exs.: *esforçar, ocupar, casar, separar, prestar* etc.)
4. inerente: clítico fossilizado. Trata-se dos verbos “essencialmente pronominais” (exs.: *suicidar-se, arrepende-se, esbaldar-se, dignar-se, atrever-se, queixar-se* etc.)
5. quase-inerente: verbos como *portar-se, comportar-se* e *conduzir-se* que, na acepção de “agir”, apresentam a fusão lexical dos papéis de agente e de tema.
6. enfático: índice de espontaneidade (exs.: *aproveitar-se, utilizar-se, recusar-se, decidir-se, ir-se* etc.)

No que diz respeito à fala popular de São Paulo¹³⁶ e de Taubaté¹³⁷, observa-se o processo de neutralização da forma pronominal:

6. P³ que eu se dô com todo mundo aí né? (F, 35 anos, 4^o. ano primário, proveniente de Alagoas – *corpus* do Projeto Português Popular: Favela São Remo)

7. oi na na época to falanu pu sinhor...queu era moçu... que era ra:tava si formanu im ra...im ah:: comu diz? im adutu (M, 65 anos, proveniente da zona rural de Taubaté – *corpus* do Projeto Filologia Bandeirante)

8. ma dipoi eu si conformei qui eu memu achei qui tava fazenu erradu... (M, 65 anos, proveniente da zona rural de Taubaté – *corpus* do Projeto Filologia Bandeirante)

Como se observa nos exemplos acima, na variedade paulista, a neutralização do *se* pode ocorrer na 1^a. pessoa do singular de verbos simples ou compostos.

Resumindo: na zona mineira, a supressão do clítico anafórico *se* ocorre independentemente da tipologia do clítico e na região paulista a sua supressão é acentuada nos contextos de *se* ergativo, ex-ergativo e enfático. Na variedade paulistana a presença do *se* é avaliada positivamente, ainda que a ausência do *se* não seja sentido como estigma. Por fim, na variedade popular registra-se a neutralização da marca de pessoa e número do pronome, tornando o *se* uma mera partícula reflexiva.

2. O clítico *se* em algumas variedades nordestinas: século XX

Dada a inexistência de trabalhos sobre os reflexivos nas variedades nordestinas, passamos a arrolar maior número de exemplos para uma análise descritiva:

9. E sempre rodava o tambor do revólver só com uma bala, né? Mas ele quando rodou o tambor que apertou o dedo, aí se matou-se, a bala saiu. (Paraíba, M, 26 a 49 anos, analfabeto, p.51)

¹³⁶ Os dados do Português Popular foram extraídos da gravação de fala de uma informante nordestina que passou a residir em São Paulo.

¹³⁷ Os dados extraídos do *corpus* Filologia Bandeirante pertencem a falantes que nasceram e residem no Vale do Paraíba. Trata-se de falantes idosos que moram na zona rural, mas, em alguns casos, trabalham na cidade de Taubaté. Já os dados de Fortaleza foram extraídos de Aragão, M.S. & Soares, M.E. (1996) *A linguagem falada em Fortaleza*, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Os da Paraíba são creditados a Demerval da Hora.

10. O caba [te-] é pai contô um exemplo :: que: o camarada teve raiva do camarada :: áí se aperreô-se, né? (Paraíba, M, 26 a 49 anos, analfabeto, p.41)

11. Foru pra um um canto muito deserto pra uma ilha::, aí ele {inint.}, ela se [apo] a vó dele se apossou-se de um de um de outro neto dela pra fazer a mesma coisa que ele que ela fez com ele, sabe? (Paraíba, F, 26 a 49 anos, analfabeta, p.140)

12. ... quando chegou lá a mãe dele se agarrou-se com ele, começou a chorar... (Paraíba, F, 26 a 49 anos, analfabeta, p.151-2)

13. Entrou dentro de casa, saiu na cozinha, pulou o muro da outra casa vizinha, se danou-se pelo meio do mundo e os rapaze num pegaru. (Paraíba, M, +50 anos, analfabeto, p.79)

14. ...ele matou a mulher dele e o filho dele, na novela, ele ele só ficou com um filho pequeno, ele se revoltou-se ficou ficou quebrando os túmulo do do cemitério que ele era coveiro... (Paraíba, F, 26 a 49 anos, analfabeta, p.151)

15. Bem, Josiane teve um bucado duente. Teve uma uma vei qui se internou-se, mais era uma dor nas pernas... P. 185 (F, +50 anos, analfabeta/Paraíba)

16. Apitei no botão o o rapaz tava dormindo´ se acordou-se veio me atender (Fortaleza, F, 42 anos, analfabeta, p.132)

17. porque ela num queria que ele se apaixonasse por ninguém e ele se apaixonou-se por ela. (Paraíba, F, 26 a 49 anos, analfabeta, p.140)

18. Se a filha não fosse beata´ a filha tinha namorado´ a filha tinha dançado´ se acabou-se esse tempo´mamãe. (Paraíba, F, 42 anos, analfabeta, p.140)

Os dados acima apontam que a duplicação do “se” ocorre com verbo na 3ª. pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo e que cada reflexivo ocupa uma posição em relação ao verbo: *se acabou-se*.

A realização dupla do reflexivo pode estar associada à mudança na direção da cliticização no PB. Contrariamente às variedades lingüísticas do sudeste, a fala nordestina é marcada pela presença da ênclise, como se observa nos dados abaixo:

19. Aí foi que acabou-se o problema (Fortaleza, F, 42 anos, analfabeta, p.136)

20. E eu tô com seis meses que dou esse remédio a ele, acabou-se a bebida do homem (Fortaleza, F, 42 anos, analfabeta, p.138)

21. Levantou-se essa mulher aí em frente né aí entrou viu o ruge-ruge... (Fortaleza, F, 42 anos, analfabeta, p.150)

Note-se que nesses exemplos os verbos também aparecem na 3ª. pessoa do singular do pretérito perfeito. Além disso, integram a categoria de verbos inacusativos. É possível que no processo de mudança da direção da cliticização para a próclise no PB, alguns verbos – os inacusativos - tenham se articulado com os pronomes enclíticos.

Há de se salientar, entretanto, que também foi atestada a adjacência dos dois reflexivos em posição proclítica:

22. Então, isso aí, a gente se se acha numa situação muito difícil. (Paraíba, M. 26 a 49 anos, analfabeto, p.58)

23. Não, eu quero me casar com um homem assim, bonito, cheio do dinheiro, acaba a pessoa se se casando com um pobre feio, negro, do cabelo ruim. (Paraíba, F, 15 a 25 anos, analfabeta, p.99)

No caso das sentenças acima, a adjacência dos dois reflexivos pode ser uma marca de oralidade, em que ocorre a repetição. Já em (23, 24 e até em 33), o *se* proclítico é precedido do item *aí*, cujo uso discursivo parece ter o valor de fechamento de subtópico (Braga 2003). Esses dados sugerem uma leitura resultativa.

Nos exemplos com duplicação do reflexivo *se* parece ser possível fazer a leitura resultativa. Resultado: *ele se matou; ele se apaixonou; ele se acordou*. Surge a questão: qual a função de cada *se*? O fato de a “duplicação” ocorrer em um só tempo verbal parece ser indício de que o *se* proclítico tem traços do clítico ou de uma marca puramente reflexiva *self* e que o enclítico funciona como uma marca morfológica de aspecto. Desta maneira, “se” não pode ser considerado um elemento duplicador do reflexivo.

Um outro aspecto observado nos dados nordestinos é a neutralização do *se*, identificada seja na fala de informantes de Fortaleza, seja na fala de informantes paraibanos. Em ambos os casos, a forma de 3ª. pessoa *se* é usada para a primeira pessoa do plural (*Nós se mudamos*), bem como na 2ª. pessoa do singular (*Tu se lembra*):

24. então a mamãe com medo, aí nós se mudamos daqui (Fortaleza, F, 39 anos, 2º grau, p.84)

25. E até hoje nós somo assim que nem gato atrás do rato, num se damo bem. (Paraíba, M, +50 anos, analfabeto, p.73)

26. Eu conheci minha esposa numa brincadeira de carnaval. Aí começamos se namorar, lá vai, passamo muito tempos namorando. (Paraíba, M, +50 anos, analfabeto, p.87)

3. A duplicação pronominal nas variedades nordestinas do PB

Centrando nossa atenção em posições sintáticas, observamos que as duas variedades nordestinas em análise apresentam duplicação pronominal seja na função de objeto direto, seja na função oblíqua:

27. Minha mãe me criou-me, papai me deixou mamãe, eu estava com quatro ano. Aí mamãe me criou-me no cabo da enxada. (Paraíba, F, +50anos, analfabeta, p.175)

28. Ah, o meu relacionamento com meu filho eu eu [go] eu só gosto mais de educar. Não deixa-lo ele correr na rua, não se juntar com amigo... (Paraíba, M, 26 a 49 anos, analfabeto, p.53)

29. ...se arruma alguma mulher fora chega em casa me xingando, dizendo o que fez e o que não fez, fica me debochando de mim, dizendo que eu sou feia... (Paraíba, F, 26 a 49 anos, analfabeta, p.132)

30. Aí eu queria que [...] me amasse de verdade, [...], que me desse satisfação em casa a mim... (Paraíba, F, 26 a 49 anos, analfabeta, p.133)

31. Aonde eu moro se alguém tem raiva de mim nunca me chegou a mim pra dizer (Fortaleza, F, 42 anos, analfabeta, p.137)

32. O Antonio Arroz deu-lhe um chute nele. (Fortaleza, F, 42 anos, analfabeta, p.131)

À exceção da frase (25), nos exemplos arrolados, verifica-se a presença de um clítico em posição proclítica e um clítico em posição de ênclise (24) ou um pronome precedido ou não de preposição após o verbo (25-29). Em outras palavras, a mudança na direção de cliticização também se observa nessas duas variedades de fala nordestina, com a cliticização feita da esquerda para a direita. Entretanto, resquícios da antiga direção – da direita para a esquerda – são observados nas frases (24) e (25).

No que se refere especificamente à frase (25), tem-se o uso do clítico acusativo de 3ª. pessoa por um falante analfabeto. Observe-se, porém, que o clítico apresenta o *onset* silábico.

O que os dados sugerem é que a retomada do clítico pode ser feita por um pronome forte, mas há a possibilidade de o clítico ser retomado por uma forma também clítica. Essa tendência a duplicar clíticos se observa no campo dos reflexivos:

33. ...mas foi um governo que se preocupou muito com ele, num/ com as coisas que ele criou aí se aproveitou muito pra ele né (Fortaleza, M, 40 anos, 1º. grau, p.157)

No exemplo acima, o reflexivo é duplicado pelo pronome tônico precedido de preposição *pra ele*.

É provável que esse tipo de duplicação esteja associado ao fenômeno mais geral do sujeito duplo e da duplicação de pronomes na posição de sujeito, como vários trabalhos têm atestado (Braga 1987; Duarte 1995, 1998, 2000; Kato 1999, entre outros):

34. **A Clarinha ela** cozinha que é uma maravilha. (Duarte 2000)

35. Eu acho que **o povo brasileiro ele** tem uma grave doença. (Duarte 2000)

Tem-se assumido que o NP ocupa posição estrutural fora da sentença e o pronome ocupa posição de sujeito. Além do sujeito duplo na forma NP+pronome, o PB apresenta a duplicação de pronome na posição de sujeito:

36. **Eu, ô** adoro isso. (Kato, 1999)

37. **Você, cê** é meu amigo. (Kato, 2000)

38. **Ele, ele** é meu amigo. (Kato, 2000)

Adotando a proposta da existência de pronomes fortes e fracos (Cardinaletti & Starke 1994), Kato (2000) considera que o pronome na posição externa à sentença pertence à série de pronomes fortes e o que se encontra na sentença, precedendo o verbo, pertence à série de pronomes fracos. O aparecimento da série fraca está associado ao enfraquecimento da morfologia verbal, hipótese que tem sido defendida pelos gerativistas. Dentro do quadro de Princípios e Parâmetros, a série pronominal fraca teria a função, portanto, de substituir os morfemas número-pessoais da flexão verbal.

Nos dados em exame, a duplicação ocorre com outras posições sintáticas, o que pode ser indício de que a duplicação é um fenômeno mais geral na língua, conforme analisa Moraes Castilho (2005) para o português arcaico.

4. Considerações finais

O apagamento do “se” é amplamente favorecido em Minas Gerais, com qualquer tipo de verbo. Nas demais áreas, o apagamento se dá majoritariamente com verbos ergativos e ex-ergativos (Nunes 1995). Curiosamente, alguns desses verbos apresentam variação no uso do reflexivo também no italiano. Veja-se: *ho ricordato X mi sono ricordato* (lembrar-se); *ho dimenticato X mi sono dimenticato* (esquecer-se); *ho sbugliato X mi sono sbugliato* (enganar-se); *ho sposato X mi sono sposato* (casar-se) etc.

Um outro aspecto a ser levantado no italiano é o uso do “se” como parte da expressão lexical do verbo: *svignarsela* (dar no pé); *cavarsela* (sair-se bem); *fregarsene* (não se importar)¹³⁸. Estes casos nos remetem aos seguintes verbos que apresentam um “se” lexicalizado no PB: *ele se deu bem; ele se saiu bem, ele não se tocou, ele não sabe se virar, ele se mandou, ele é que se dane!*; *ele não se dá com a mulher*, etc. De acordo com D´Albuquerque, os mineiros também tendem a realizar foneticamente o “se” desses verbos.

Quanto à duplicação do reflexivo e à sua neutralização, pode-se pensar num processo de gramaticalização em curso, em que não se verifica perda de substância fônica. Há, porém, que se investigar se, ao passar a afixo, esse elemento perde ou ganha novo conteúdo semântico. Neste trabalho, levantamos a hipótese de que o “se” proclítico, seguindo a posição dos clíticos no PB, tem estatuto de reflexivo; o “se” enclítico tem natureza de afixo com marcação aspectual, uma vez que ocorre apenas na 3ª. pessoa do singular do pretérito perfeito. Isso nos remete aos dados de aquisição da linguagem, em

¹³⁸ Nesses casos, tem-se todo o paradigma dos reflexivos: *me ne frego, te ne fregbi, se ne frega, ce ne fregiamo, ve ne fregate, se ne fregano*.

que a criança tende a usar formas verbais na 3ª. pessoa do singular do pretérito perfeito não como marcação temporal, mas aspectual: *cabô, caiu* etc.

Entendemos que a primeira série pode ser interpretada no âmbito dos estudos de gramaticalização, entendido como o processo pelo qual um item lexical ganha o estatuto de gramatical. Nesse processo, tanto pode ocorrer a perda do conteúdo semântico como da substância fônica de um item lexical. Essa passagem deveria, segundo Hopper e Traugott (1991), obedecer às seguintes etapas:

Item com significado lexical > item gramatical > clítico > afixo

O estágio final é marcado pelo morfema nulo, resultado do apagamento do afixo. Nesse trabalho estudamos o comportamento do clítico anafórico *se*, um elemento que se acha, portanto, na posição à direita da escala acima esboçada. Pela sua posição, a última fase do processo de gramaticalização desse item deveria ser a forma de afixo e o seu apagamento. O apagamento é observado em Minas Gerais e a forma de afixo parece estar presente na variedade nordestina que apresenta o *se* duplo.

Outro aspecto interessante acerca do uso reflexivo dos pronomes oblíquos no PB foi apontado por Castilho (1997). Ao tratar dos processos de gramaticalização pelos quais podem passar os pronomes, o autor nos chama a atenção para o fato de o reflexivo *se* possuir uma tendência a generalizar-se para todas as pessoas, principalmente na modalidade não padrão da língua, como em “eu se lembro, você se lembra, ele se lembra” (CASTILHO, 1997:37). O autor atenta que o estágio sucessivo à perda da representação morfológica da categoria pessoa do reflexivo pode ser o a da cliticização e incorporação do reflexivo ao verbo, como se observa no francês não-padrão: *je sarrête, nous se reverrons, vous se privez*.

Ficam as questões que envolvem pesquisa histórica. Qual a origem do apagamento do reflexivo nas variedades da zona sudeste? Como se explica a neutralização do reflexivo em São Paulo? Enfim, como se explicam esses fenômenos na variedade paulista se as línguas românicas dos imigrantes (português, espanhol e italiano ou seus dialetos) exibem o reflexivo *se*? Seriam esses fenômenos decorrentes da influência da variedade nordestina no falar paulista?

Para início de reflexão, observamos que o uso do “se” neutralizado em termos de pessoa também se observa nos dados do português moçambicano. As frases a seguir mostram a neutralização do “se” na 1ª.pessoa do plural:

39. **Nós** dão-se bem mas não sempre (MF20YAI)

40. **Nós** éramos obrigados a alimentar-se de pão com peixe frito (MF1ANA)

Sabe-se que falantes de línguas do grupo banto (grupo a que pertencem os moçambicanos) fizeram parte de grandes levas de africanos trazidos como escravos. Pode ser que a neutralização do reflexivo esteja associado às línguas de base desses falantes. Convém, entretanto, observar que o francês também apresenta a neutralização com alguns verbos, o que pode ser indício de um processo comum às línguas românicas..

Enfim, em linhas gerais, pode-se pensar na tendência ao apagamento do “se” na região sudeste liderada por Minas Gerais e a sua conservação e extensão na região nordeste. Mineiros e nordestinos formam uma forte camada de imigrantes em São Paulo, que acolhe, portanto, tendências diversas. Além disso, há os imigrantes de línguas românicas, como o português, italiano e espanhol que preservam os reflexivos.

Nesse sentido, urge fazer um estudo mais abrangente dos reflexivos em São Paulo, a partir de um quadro mais geral dos reflexivos no Brasil, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento de uma teoria lingüística que envolve a questão do contato lingüístico.

Referências

ALMEIDA, Lúcia Quentel Novaes. (1964). *Os reflexivos em português*. Dissertação de Mestrado. Fundação Universidade de Brasília.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva; SOARES, Maria Elias (orgs.) (1996). *A linguagem falada em Fortaleza – Diálogos entre informantes e documentadores – materiais para estudo*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

BRAGA, M. L. (1987). Esta dupla manifestação do sujeito, ela é condicionada linguisticamente. 34^o. *Seminário do GEL*, Campinas, p.106-15.

_____. (2003). E aí se passaram 19 anos. In: M.C.Paiva & M.E. Duarte (orgs.) *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Faperj.

CARDINALETTI, Anna & STARKE, Michal. (1999). The typology of structural deficiency: A case study of the three classes of pronouns. In: Riemsdijk, Henk van (ed.) *Clitics in the Languages of Europe*, Berlin, New York: de Gruyter (= Eurotyp 20-5), 145-223.

- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1997). A Gramaticalização, *Estudos Lingüísticos e Literários* 19, 25-64.
- d'ALBUQUERQUE, Alair da Cruz Reis Cavalcanti. (1984). A perda dos clíticos num dialeto mineiro, *Tempo Brasileiro*, 78/79.
- DUARTE, M. E. (1995). *A perda do princípio "Evite Pronome" no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp.
- _____. (1998). Left-dislocation Subjects and Parametric Change in Brazilian Portuguese. *Proceedings of the 16th International Congress of Linguistics*.
- _____. (2000). The loss of the avoid pronoun principle in Brazilian Portuguese. In: M.Kato & E. Negrão (orgs.) *Brazilian Portuguese and the null subject*. Frankfurt am Main: Vervuert, pp.17-36.
- GALVES, Charlotte. (1987). A sintaxe do português brasileiro. *Ensaços de Lingüística*, vol.13, pp.31-49.
- _____. (2001). *Ensaços sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. (1991). On some principles of grammaticalization. In: Traugott, E. & Heine, B. (orgs.) *Approaches to grammaticalization*, vol.I. Amsterdam: John Benjamins, p.17-35.
- KATO, Mary. (1999). Strong and weak pronominals in the null subject parameter, *PROBUS*, 11: 1-37.
- _____. (2000). The partial Prod-Drop Nature and the Restricted VS Order in Brazilian Portuguese. In: M.Kato & E.Negrão (orgs.) *Brazilian Portuguese and the Null subject Parameter*, Frankfurt am Main: Vervuert.
- MORAES CASTILHO, M. Célia. (2005). *O processo de redobramento sintático no português brasileiro*. Tese de doutorado, Unicamp.
- NUNES. (1993). Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: I. Roberts & M. Kato (orgs.) *Português Brasileiro: Uma Viagem Diacrônica*, Campinas: Ed. da Unicamp, pp. 207-222.
- _____. (1995). Ainda o famigerado *se*, *D.E.L.T.A.*, 11: 201-240.

O MORRO É FEITO DE SAMBA: GRAMATICALIZAÇÃO, PROSÓDIA E O CADA VEZ MAIS FAMIGERADO SE

por

Uli Reich

Universidade de Colônia, Alemanha

Introdução

Minha contribuição tem dois objetivos. O primeiro é orientado para uma explicação de alguns processos particulares e aparentemente opostos na variação atual e, conseqüentemente, na mudança histórica do PB: (i) o apagamento do *se* em dialetos do sudeste (p.e. *ele arrependeu*) e (ii) o aparente pleonasma nos dialetos nordestinos (p.e. *ele se apaixonou-se por ela*). Nessa perspectiva, introduzo argumentos prosódicos na discussão sintática. Baseio-me ao longo do texto exclusivamente nos fatos lingüísticos apresentados e classificados em Oliveira (neste volume) e em Nunes (1995). O segundo objetivo é mais teórico e consiste na crítica do conceito clássico de gramaticalização como um processo universal e homogêneo, procurando uma alternativa que resgate os achados dessa teoria funcionalista.

1. Gramaticalização e prosódia

1.1 Criticando os *clines*

O conceito clássico de gramaticalização (Lehmann 1985, Hopper & Traugott. 2003) engloba processos muito diferentes. Por um lado, há o uso de itens lexicais para fins gramaticais, aproveitando processos semânticos, como metáforas e metonímias. Nesse uso, normalmente não há alteração alguma da forma fonológica dessas palavras, trata-se de uma recategorização estrutural baseada em diferentes aspectos da semântica lexical delas:

fonológicos subseqüentes, internos à forma fonológica da palavra, e de natureza assimilatória, se esse conceito se entende como redução da diferença sonora entre os traços que compõem a palavra. Assimilação pode-se observar na sonorização da segunda oclusiva em *comigo* do exemplo (4). Em (5), a construção de foco contrastivo no sintagma (5a) passa ao fundo em (5b), abrindo passo à perda da estruturação morfológica interna. Assim, podemos apreciar em (4) e (5) dois processos de demorfologização análogos, mas baseados em motivações diferentes.

Assim, se bem que há uma ordem diacrônica determinada entre esses três processos, eles se situam em níveis lingüísticos diferentes. Enquanto o primeiro dos processos referidos envolve a semântica e nenhuma alteração fonológica necessária, o segundo é um processo que depende da fonologia de uma dada língua e nada tem a ver com a semântica. O último parece ser uma combinação de reanálise morfológica com subseqüente lenição fonológica.

Assim, é óbvio que precisamos de conceitos diferentes para descrever e explicar cada um desses três processos de variação e mudança.¹⁴¹

1. Gramaticalização: conceitos de semântica cognitiva (metáfora, metonímia) para explicar a reanálise da categoria sintática (p.e. V > INFL, no caso dos tempora analíticos das línguas românicas);

2. Morfologização: conceitos de prosódia para dar conta da integração de clíticos em palavras fonológicas, ou seja, da passagem de clíticos para afixos;

3. Demorfologização: conceitos vários segundo o caso: mudanças tipológicas, como p.e., a relação posicional entre cabeça e complemento (cf. ex. 4) ou contato lingüístico (cf. as formas morfológicas invariáveis de verbos em línguas crioulas), entre outros.

A teoria canônica de gramaticalização visa captar esses processos com um conceito só que supõe um contínuo entre autonomia e dependência, ao longo do qual as formas perderiam peso semântico e material fonético. A imagem que se dá é a de rochas que viram pedrinhas ao descerem o morro da gramaticalização – a metáfora da “erosão fonética e semântica” transporta essa imagem muito bem. Contra essa imagem eu ponho a de uma festa lingüística, na qual uma forma continua dançando enquanto conseguir manter o ritmo do samba e o pique da hora.

¹⁴¹ Compare-se a crítica aqui proposta com argumentos afins em Castilho (2003).

1.2 Prosódia e mudança lingüística

Tratamos aqui de formas particulares de diferentes variedades do português. Entendo o estudo de formas divergentes nas variedades de uma língua em seus contextos sociais e situacionais como método de aproximação à compreensão dos processos que formaram uma língua na história. O que muda na história é a gramática particular de uma língua dada, mas não os princípios de otimização que desencadeiam a mudança: se um tipo de situação comunicativa é recorrente durante um período de tempo, a otimização da forma lingüística a esse tipo de situação pode-se tornar uma regra da norma dessa língua e, assim, entrar na mudança histórica dessa língua. Em perspectiva à formação das línguas européias, tais processos já foram chamados de *elaboração lingüística* (al. *Sprachausbau*).¹⁴² Acredito que podemos chegar a uma perspectiva mais clara na lingüística histórica se estudamos primeiro os processos estruturais observáveis diretamente na atuação lingüística atual, para correlacionar os resultados depois com a história social, que pode fornecer índices para a possível recorrência de situações comunicativas e condições sociais dos falantes. Sabemos, por exemplo, que situações de distância entre os falantes levam a dissimilações, enquanto situações de proximidade levam a assimilações,¹⁴³ e sabemos também que processos de analogia e harmonização sistêmica ocorrem com mais frequência em sociedades afastadas de instituições normativas. Essas condições se podem depreender diretamente da história social.

A importância do papel da prosódia na mudança estrutural das línguas é intuitivamente óbvia, mas os processos estruturais concretos são pouco estudados. Isso se deve a várias razões. Por um lado, é muito difícil depreender fatos prosódicos de um texto escrito, fonte única para a pesquisa em períodos lingüísticos anteriores à invenção de aparelhos de gravação sonora. Se a escrita revela ainda alguns fatos segmentais, entoação e ritmo se podem descobrir somente de forma muito indireta. Por outro lado, ainda não há acordo teórico sobre a relação da prosódia com a sintaxe, a abundância de teorias alternativas para o que se tem chamado *interface* mostra que resta ainda muito por esclarecer.

Reich (2005) propõe um modelo de prosódia histórica que visa dar conta da pluralidade de funções lingüísticas e para-lingüísticas da prosódia, ou seja, da

¹⁴² Cf. o artigo de Wulf Oesterreicher 2001 sobre a *historicidade* como propriedade universal da linguagem.

¹⁴³ Para uma abordagem teórica de processos de otimização de formas lingüísticas a situações comunicativas, cf. Dressler 1984, Reich 2004b.

construção de frases, dos padrões acentuais e da entoação: léxico e gramática, estrutura informacional, sócio-indexicalidade e emoção, bem como processos fonológicos para adaptar a articulação à situação comunicativa. Há que acrescentar ainda a pura eufonia como função secundária, mas que depende da margem que as funções sistêmicas das formas prosódicas deixam numa língua dada.¹⁴⁴ Nesse modelo, os padrões rítmicos de uma língua se impõem sempre quando não atrapalham funções sistêmicas. Em poesia métrica, a arte consiste justo na harmonização das funções sistêmicas e semânticas com a eufonia de padrões rítmicos. Em linguagem coloquial, essa última função é mais restrita pelo discurso mais espontâneo, que dá pouca margem à formação estética, mas ela continua sendo um objetivo da expressão lingüística.

A função sócio-indexical, que refere a identidade do falante e seu grupo social, é outra função que é altamente realizada pelos padrões rítmicos. Reconhecemos baianos e portugueses, suíços e coloneses, mas também indivíduos, pelo ritmo e pelos padrões da entoação. Há pesquisa experimental que mostra que o ritmo tem papel importante na identificação de mães por crianças recém-nascidas.¹⁴⁵ Podemos ainda reconhecer a rutinização da expressão e, como isso, a economia da articulação como uma das funções não-sistêmicas da prosódia.

Mudança lingüística histórica, no sentido estrito, radica necessariamente na variação da atuação lingüística, porque é nesse nível que a língua está em contato com a história social que determina as constelações particulares de cada época. Essa historicidade lingüística diz respeito às áreas comunicativas e suas atividades lingüísticas correspondentes, condições situativas da fala, bem como à determinação de parâmetros sociais decisivos, como a educação, o acesso à cultura escrita e outras mídias, o tamanho do grupo social, entre muitos outros fatores.¹⁴⁶

Nessa perspectiva global, insere-se a seguinte tentativa de explicação de algumas formas particulares em diferentes variedades do Português Brasileiro.

¹⁴⁴ Para uma hierarquia de funções prosódicas, cf. Dufter 2003, 115.

¹⁴⁵ Para variação regional de várias línguas européias, cf. por exemplo Gilles & Peters 2005, para o papel de padrões prosódicos na comunicação entre crianças e suas mães, cf. Ramus 2002.

¹⁴⁶ Para evitar confusões desnecessárias, gostaria de insistir em que essa afirmação não nega em absoluto que há também mudança sistêmica não vinculada à história social. Cf. Campbell 2004, 312-329, para uma discussão competente dessa questão. Talvez seja uma boa idéia se separarmos lingüística histórica de lingüística diacrônica.

2. Se ou não se – eis a questão

2.1 Resumo dos fatos

Partindo de Nunes (1995), Oliveira (2006) mostra os seguintes fatos do PB no tocante a construções que desde uma perspectiva de outras línguas românicas e da gramática normativa do Português se realizariam com o clítico *se*. Na fala do sudeste brasileiro, muitos verbos com dois argumentos nominais na sua estrutura semântica se constroem com somente um argumento expresso morfonologicamente, sem marca de reflexividade qualquer:

(6) Ele aborreceu quando perdeu os óculos.

Também verbos com, “clíticos fossilizados”, isto é, verbos cuja estrutura semântica passou de biargumental a monoargumental, mas que mantinham o clítico reflexivo que assim passou a ser não-referencial, se constroem no sudeste muitas vezes sem *se*:

(7) Depois do que aconteceu, ele arrependeu.

Esse fenômeno é rotulado *supressão*, se bem que não sabemos se realmente esse termo corresponde a uma realidade lingüística, seja histórica ou psicológica.

Na fala popular paulista (caipiras e imigrantes nordestinos) e nordestina (Fortaleza, Paraíba), nota-se um uso em que a marca *se* não é mais flexionada nas categorias de pessoa e número, fenômeno esse que a autora chama de *neutralização*:

(8) E se confirmei.

Finalmente, há *duplicação* da forma *se* na fala nordestina:

(9) Ele se revoltou-se.

Oliveira (neste volume) ainda sugere vinculações estruturais com formas sintáticas salientes no PB,¹⁴⁷ a saber, construções com objeto nulo (cf. Cyrino & Reich 2002) e, respectivamente, a duplicação pronominal (cf. Kato & Negrão 2000):

¹⁴⁷ Sempre desde uma perspectiva do Português Padrão, se bem que essa norma seja completamente abstrata e não corresponda a nenhuma realidade falada.

(10) Eu encontrei o João, mas não convidei. (exemplo construído; UR)

(11) O povo brasileiro, ele tem uma grave doença.

No que segue, eu tento esboçar o possível papel de padrões prosódicos no desenvolvimento de tais usos.

2.2 Ritmo e processos fonológicos no PB

Ritmo lingüístico se manifesta em relações periódicas de proeminência no tempo. Seguindo o raciocínio descrito acima, muitas vezes se trata de uma função secundária que depende das funções sistêmicas que essa proeminência realiza em outro plano (distinção lexical, acentos pragmáticos). Pode-se observar diferença entre as línguas na seleção do nível prosódico em que essa proeminência é realizada. Algumas línguas realizam um pé métrico, baseado na alternância de sílabas fortes e fracas, outras ressaltam o acento de palavra ou da frase fonológica, reduzindo a sonoridade nas outras sílabas. A unidade selecionada é alvo de processos fonológicos que melhoram a sua saliência para a percepção. Assim, numa língua de ritmo de sílabas (Espanhol, Italiano, PB), cujo padrão rítmico é a construção de pés, as sílabas são as constituintes prosódicas centrais para o ritmo (troqueus, iambos). Processos que melhoram sua percepção são sobretudo epênteses e supressão de material consonântico na coda, chegando assim a estruturas ótimas de CV.CV, acentos secundários são facilmente percebidos e podem ter a mesma intensidade que o acento primário. Por outro lado, numa língua de ritmo de palavras (Alemão, Checo, PE), reduções vocálicas em sílabas não-acentuadas e fortalecimentos consonânticos (dessonorização, oclusão) nas fronteiras levam a estruturas silábicas complexas e à carência relativa de acentos secundários.¹⁴⁸

(12) a. alemão padrão *geflogen* → bávaro [gflɔŋ], b. PE *percebeste* → [prsbɛst].

O PB¹⁴⁹ é uma língua com ritmo silábico que melhora as sílabas com epêntesis e supressão de material consoântico na coda (*flor* → [fu'lo], *fazer* → [fa'ze]). Os pés rítmicos são transparentes e há poucas reduções vocálicas em comparação com o PE.

¹⁴⁸ Para uma discussão mais extensa do conceito de *ritmo lingüístico*, cf. Auer 1993 e Dufter 2003 em geral, Frota & Vigário 2001, Reich 2003 e 2005 para línguas românicas.

¹⁴⁹ É evidente que há variação dentro do Brasil e em diferentes estilos. Sem outras indicações, PB é aqui o Português falado culto de São Paulo.

Universalmente, padrões rítmicos se descrevem através de três parâmetros binários (Hulst 1999, 27, trad. UR):

- (13) A) Construção de pé:
 1) cabeça na esquerda/cabeça na direita (*leftheaded/rightheaded*: LH/RH)
 2) direção da construção de pé: da esquerda para a direita ou da direita para a esquerda (LR/RL).
 B) Atribuição do acento primário:
 3) cabeça na esquerda/cabeça na direita (LH/RH), isto é, atribuição do acento primário ao primeiro ou ao último dos acentos secundários (de pé).

O primeiro dos parâmetros decide sobre o caráter moraico ou troqueico do pé. O segundo determina se uma palavra com três ou cinco sílabas/moras começa ou termina com uma sílaba isolada (*unparsed, stranded, trapped*):¹⁵⁰

- (14) palavra: (LH): x (LH): x
 pé: (LH, **LR**): (x x) (LH, **RL**): (x x)
 (σ σ) (σ σ) σ σ (σ σ) (σ σ)

Em geral, o PB é uma língua com pés que têm a cabeça à direita e que se constroem da direita para a esquerda, o acento primário coincide com a sílaba proeminente do último pé. Na literatura universalista, parte-se ainda do pressuposto que há só três pés possíveis:

- (15) Três pés universais (Hulst 1999, 37):

	construção do pé
Troqueu silábico	x ()
Troqueu moráico	x (μ μ)
Iambo desigual (<i>uneven</i>)	x (l)

¹⁵⁰ “(...) how trapped syllables are incorporated into the metrical structure is an open issue” (van der Hulst 1999, 26).

O troqueu moraico tem como base não as sílabas, mas moras (μ), unidades prosódicas entre segmento e sílaba que diferenciam sílabas pesadas de leves. Sílabas pesadas, ou bimoraicas, são sílabas com material consonântico nas codas ou com vogais longas ou nasais no núcleo. Em línguas de troqueu moraico com acento atribuído da direita para a esquerda, o acento primário recai na penúltima mora, isto é, na última sílaba se for pesada ou na penúltima se a última for leve. Justo isso é o caso nas variedades populares do PB.

O PB é uma língua de ritmo silábico, que mostra clara sensibilidade ao peso silábico. Nas variedades chamadas populares, observam-se formas que se encaixam diretamente nos padrões prosódicos sem respeitar formas canônicas dessas palavras. Assim, como é bem sabido, muitas palavras canonicamente proparoxítonas têm nessas variedades uma forma com troqueus na margem direita que leva o acento principal:

	forma canônica	forma popular
(16) abóbora:	[a'bo ɔ bora]	[a'bo ɔ bra]
acento:	*	*
moras:	$\mu(\mu \mu)\mu$	$\mu (\mu \mu)$
(17) homem:	[ɔ mêj]	[ɔ mi]
acento:	*	*
moras:	$\mu(\mu\mu)$	$(\mu \mu)$
(18) cantaram:	[kã' ɫ arãm]	[kã' ɫ aru]
acento:	*	*
moras:	$\mu\mu(\mu\mu)\mu$	$\mu\mu(\mu \mu)$

Assim, o padrão prosódico se mostra como alvo direto para as formas populares. Enquanto as falas cultas toleram exceções aos padrões prosódicos para manter a tradição das formas canônicas, as falas populares realizam esses padrões contra as tradições formais, seja porque os falantes desconhecem essas tradições, seja porque não acham sua manutenção adequada à situação social.

Há exceções a esse padrão. No português coloquial do Brasil, é inegável a recorrência de palavras oxítonas que terminam em sílabas abertas com núcleos orais monomoraicos, ou seja, de iambos e não de troqueus,¹⁵¹ como bem mostram os nomes próprios de dois jogadores importantes da seleção brasileira de futebol:

¹⁵¹ Agradeço a Mary Kato esse importante comentário.

(19) a. Kaká

b. Cafu

Junta-se a essa preferência no que diz respeito a nomes próprios também uma lista extensa de palavras emprestadas de outras línguas:

(20) a. maracatu

b. xodó

c. café

É óbvio que essas palavras mantiveram os acentos das fonologias de origem. O fato de não terem sido adaptadas ao padrão do português fornece argumentos para a tese de plurilingüismo estável durante muito tempo da história brasileira, dado que essa manutenção de padrões prosódicos de outras línguas se deve provavelmente à dominância dessas línguas em algumas partes da sociedade brasileira na época colonial. Empréstimos em sociedades monolingües normalmente se adaptam rapidamente aos padrões prosódicos da língua receptora.¹⁵²

Acredito que esses padrões iâmbicos de línguas de contato na história do português brasileiro expliquem também os nomes próprios exemplificados em (18). Podemos até pensar numa hipótese que diferencia entre iambos para nomes próprios e objetos de culturas indígenas e africanas, de uso freqüente em contextos familiares e locais, e troqueus generalizados no português em contextos de distância.

Muito diferente é o caso de palavras nas quais o acento é distintivo, fato esse que se pode deduzir também da hierarquia de funções lingüísticas dada acima. Esse é o caso em exemplos como o seguinte:

(21) a. avô

b. avó

Nesse exemplo, a função semântica do acento é “mais importante” que o padrão rítmico e não pode ser alterado.

Padrões rítmicos não são regras de ferro. Assim, há algumas exceções que não se explicam dentro da proposta aqui defendida. Eu achei a seguinte:

(22) maré

¹⁵² A observação de que há línguas nas quais empréstimos se adaptam e outras nas quais isso não acontece se encontra também na literatura formalista: “One of the striking differences between the Romance and Germanic languages is the treatment of loans. Whereas the Germanic languages did in general not adapt the loans to the stress rule of the language, but instead permitted words with a different stress pattern than the native words, the Romance languages, in general, adapted loanwords to the stress rule”, Lahiri & Riad & Jacobs 1999, 391.

De origem latina inegável e com acento iâmbico sem função, essa palavra é realmente uma exceção.

2.3 Prosódia e construções com e sem *se*

Se olharmos para os exemplos nordestinos discutidos em Oliveira (neste volume) na ótica desenvolvida acima, reparamos logo que as formas não-canônicas correspondem sempre aos padrões rítmicos do PB, os troqueus moraicos na direita da palavra. Assim, todas as 14 ocorrências de formas com *se* pré- e pós-verbal no Português têm a forma da terceira pessoa em perfeito simples, isto é, uma forma oxítone. A forma *se* pós-verbal torna essa forma um troqueu moraic perfeito:

	formas canônicas	formas populares
(23) matar, 3P-perf Oliveira, ms, 12	[sima'to] * μ μ (μ)	[,sima'tosi] * μ μ (μ μ)
(24) apossar, 3P-perf: cf. Oliveira, ms, 12	[si,apo'so] * * * μ(μ μ) (μ)	[siapo'sosi] * * * μ(μ μ)(μ μ)

Todos os exemplos em Oliveira (neste volume) seguem esse padrão. O argumento da motivação prosódica é corroborado pelo fato de que os mesmos falantes que usam as 'formas duplicadas' para construções reflexivas e pseudo-reflexivas na terceira pessoa do singular em perfeito não as usam se o verbo for conjugado numa forma que deixa um trouqueu na margem direita:

(25) eu me acho aqui satisfeita, não me acho melhor. (Fortaleza, Aragão & Soares 1996, 121)

[mi'aʃu]
*
μ (μ μ)

(26) tanto ele quanto ela, merece que se faça. (Fortaleza, Aragão & Soares 1996, 135)

[si¹fasa]
*
μ (μ μ)

Nesse *corpus*, não há nenhuma ocorrência de duplicação da forma *se* numa forma de conjugação que resulta em troqueus na margem direita do verbo.¹⁵³ É evidente que essas afirmações precisam ser conferidas numa pesquisa quantitativa mais exaustiva e com *corpora* preparados para análises acústicas, mas já podemos observar uma certa sistematicidade nos dados.

O mecanismo estrutural implícito é a reanálise do segundo clítico reflexivo que coincide com sua demorfologização. A posição sintática dos clíticos brasileiros é pré-verbal, é lá onde essas formas podem realizar seu papel coesivo. A forma pós-verbal é analisado como material mórfico do sufixo flexional, processo esse que espelha o do nosso exemplo de entrada, *comigo*, repetido em (28):

(27) se matou-se: [mat[[ou]_{flex}[-se]_{clit-reflex}]] → [mat[[ou-se]_{flex}]] = reanálise
nova forma reflexiva: → [se]_{clit-reflex} [mat[[ou-se]_{flex}]]

(28) comigo: [[me]_{pro}[cum]_{prep}]_{PP} → [mecum]_{pro} = reanálise
nova forma da PP: → [[co(m)]_{prep}][migo]_{pro}

No caso da forma *comigo*, o motivo da reanálise e da demorfologização de *-cum* deve ter sido a mudança na ordem de palavras no latim falado que se fixava e tornava a possibilidade de realizar posições menos acessível. Assim, o processo foi desencadeado por um processo de mudança tipológica e não por um princípio universal de gramaticalização. No caso da demorfologização da forma enclítica *-se*, a mudança que provocou a reanálise foi de ordem prosódica: é só nos casos de formas oxítonas na conjugação verbal que o padrão prosódico é melhorado pela presença do clítico reflexivo. Com formas paroxítonas, os clíticos pós-verbais deixam os padrões prosódicos menos salientes, já que na margem direita da palavra não segue uma sílaba ao troqueu:

¹⁵³ Um caso interessante é o infinitivo, que também não ocorre nunca com duplicação da forma *se* no *corpus* consultado. A forma de transcrição não indica a realização da última sílaba, se tem uma vibrante ou uma fricativa na coda, se o núcleo é longo ou aspirado. Por isso, não foi possível determinar se se trata de uma sílaba pesada ou leve.

(29) mata-se: ['matasi]
 *
 (μ μ)μ

O troqueu fica saliente com o clítico pré-verbal:

(30) se mata: [si'mata]
 *
 μ (μ μ)

Com a mudança posicional dos clíticos, desencadeada em tese por uma mudança de ritmo, o clítico pós-verbal perde sua estrutura morfológica e torna-se material mórfico da desinência. Em formas populares mantém-se essa forma por motivos de saliência da figura (al. *gestalt*) prosódica padrão, o troqueu moraico.

2.4 Correlações sintáticas

Oliveira (neste volume) levanta ainda a questão da possibilidade de analisar correlações sintáticas entre a duplicação do *se* e o caso do fenômeno muito discutido de sujeitos livres com clíticos/afixos correferenciais na mesma frase:

(31) Eu acho que o povo brasileiro, ele tem uma grave doença.

e com o fenômeno da presença de um clítico verbal em construções com PP com complementos pronominais:

(32) Aí eu queria que [...] me amasse de verdade, [...], que me desse satisfação em casa a mim.

Tal correlação parece problemática por causa das diferentes posições sintáticas das formas fortes e das formas fracas e/ou clíticas correferenciais. A meu ver, os clíticos fracos em questão não podem ser analisados como argumentos, mas sim como afixos anafóricos intra- ou extra-sentencias que podem controlar categorias vazias e que estabelecem relações de concordância com os complementos. Nessa análise, o papel temático corresponde ou ao NP, ao pronome forte ou à categoria vazia. A ocorrência desse tipo de construção depende fortemente da estrutura informacional, mais

precisamente, da realização de foco. Em Espanhol, construções do tipo (32) constituem uma regra canônica.

A correlação direta com construções em outros domínios da sintaxe sugerida em Oliveira (neste volume) parece muito mais plausível no caso das supressões observadas no Português falado no sudeste. A analogia estrutural entre clíticos reflexivos e os clíticos acusativos de terceira pessoa *o* e *a* que foram os primeiros a serem ‘suprimidos’ deve ter levado a um princípio geral que informalmente podemos esboçar assim:

(33) Usa clíticos pronominais só se o referente da categoria vazia não for evidente no discurso!

É óbvio que a possibilidade de ‘suprimir’ um clítico depende do contexto discursivo:

- (34) a. João_i caiu da bicicleta e machucou Ø_i.
b. * João_i bateu em José e machucou Ø_i.
c. João_i bateu em José e se_i machucou.
d. (João tem a mão engessada) João_i bateu em José e machucou Ø_i.

Se essa análise for certa, o princípio que imperou no desenvolvimento da possibilidade de ‘suprimir’ os clíticos reflexivos no sudeste foi a analogia com construções com objetos nulos que surgiram de processos fonológicos que elidiram os clíticos acusativos de terceira pessoa para melhorar a estrutura silábica mediante a estabilização dos núcleos vocálicos.¹⁵⁴ Assim, a supressão dos clíticos reflexivos não tem nada a ver com processos de gramaticalização e com a chegada ao aclamado estágio zero.

3. O morro é feito de samba

Na linha de argumentação aqui defendida, os processos localizados à direita dos *clines* de gramaticalização, a saber, a morfologização e a demorfologização de formas já gramaticais, possivelmente com subsequente perda dessas formas, dependem fortemente de constelações particulares e tipológicas de uma língua histórica. Nessa fase, padrões prosódicos parecem decisivos, sobretudo em formas populares que não aderem à tradição canônica. O morro da mudança nos sistemas pronominais do Português Brasileiro é feito de samba ao ritmo de troqueus moraicos.

¹⁵⁴ Para uma argumentação mais extensa nesse sentido, cf. Cyrino & Reich 2002.

Nessa perspectiva, mudança lingüística histórica se apresenta como um processo muito mais complexo do que o sugerido por modelos universalistas como o da teoria canônica de gramaticalização ou também o de conceituações modulares que focalizam só a sintaxe ou só a (mor)fonologia. Nos discursos, é aí onde a língua se liga à história, princípios, regras, restrições e padrões de todos os subcomponentes que separamos por necessidade metodológica interação de maneira particular a cada uma das línguas. É só tomando em conta a pluralidade das exigências funcionais a uma forma lingüística na atuação lingüística que podemos explicar as diferenças entre as línguas românicas e entre as variedades do Português.

Referências

- ARAGÃO, Maria do Socorro S. de & Maria Elias Soares (eds.) (1996). *A Linguagem Falada em Fortaleza*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- AUER, Peter (1993). *Is a Rhythm-Based Typology Possible? A Study on the Role of Prosody in Phonological Typology*, Universität Konstanz, FG Sprachwissenschaft (= KontRi Arbeitspapier 21).
- CAMPBELL, Lyle (2004). *Historical Linguistics. An introduction*. Cambridge: MIT Press.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (1997). “A Gramaticalização”, *Estudos Lingüísticos e Literários* 19, 25-64.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (2003). “Proposta funcionalista de mudança lingüística”. 1: Jânia Ramos (ed.). *Para a História do Português Brasileiro* vol. V. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003, 45-70.
- CYRINO, Sonia & REICH, Uli (2002). “Uma visão integrada ao objeto nulo no Português Brasileiro”, *Romanistisches Jahrbuch* 52 (2001), 360-386.
- DRESSLER, Wolfgang (1984). “Explaining Natural Phonology”, *Phonology Yearbook* 1, 29-51.
- DUFTER, Andreas (2001). *Typen sprachrhythmischer Konturbildung*. Tübingen: Niemeyer (Linguistische Arbeiten 475).
- FROTA, Sónia & Marina Vigário (2001). “On the correlates of rhythmic distinctions: The European/Brazilian Portuguese case”, *Probus* 13, 247-275.
- GILLES, Peter & Jörg Peters (eds.) (2004). *Regional Variation in Intonation*. Tübingen: Niemeyer.
- HOPPER, Paul & Elizabeth Closs Traugott (2003). *Grammaticalization*. Cambridge: CUP.
- HULST, Harry van der (ed.) (1999). *Word Prosodic Systems in the Languages of Europe*. Berlin: New York: de Gruyter.

- HULST, Harry van der (1999). "Word accent". In: Hulst (ed.), 3-115.
- KATO, Mary Aizawa Kato & NEGRÃO, Esmeralda Vailati Negrão (eds.) (2000). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 2000.
- LAHIRI, Aditi & Tomas Riad & Haike Jacobs (1999). "Diachronic prosody". In: Hulst (ed.), 334-422.
- LEHMANN, Christian (1985). "Grammaticalization: Synchronic variation and diachronic change", *Lingua e Stile* XX / 3, 303-318.
- NUNES, Jairo (1995). "Ainda o famigerado se", *D.E.L.T.A.* 11, 201-240.
- OESTERREICHER, Wulf (2001). "Historizität — Sprachvariation, Sprachver-schiedenheit, Sprachwandel", em: Has-pelmath, Martin & Ekkehard König & Wulf Oesterreicher & Wolfgang Raible (eds.): *Language Typo-logy and Language Universals*, vol 2., Berlin/New York: de Gruyter, (=Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft, 20.2), 1554-1595.
- OLIVEIRA, Marilza de (neste volume) "Nós se cliticiza-se?".
- RAMUS, Franck (2002). "Language discrimination by newborns: Teasing apart phonotactic, rhythmic, and intonational cues", *Annual Review of Language Acquisition* 2, 85-115.
- REICH, Uli (2004a). "Ritmo, saliencia prosódica y cliticización en portugués y español". In: Meisenburg, Trudel & Maria Selig (eds.): *Nouveaux départs en phonologie: les conceptions sub- et suprasegmentales*, Tübingen: Narr, 125-137.
- REICH, Uli (2004b). "Contatos e naturalidade". In: Dietrich, Wolf & Volker Noll (eds.): *O Português do Brasil. Perspectivas da pesquisa atual*. Frankfurt: Vervuert, 55-72.
- REICH, Uli (2005). "Salsa y Control – funciones e historicidad de figuras prosódicas en español y portugués", *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana (RILI)*, Volumen III/2 (6), 109-136.

FONÉTICA E FONOLOGIA

A EVOLUÇÃO FONÉTICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL: ARCAICIDADE E INOVAÇÃO

por

Volker Noll

Münster, Alemanha

A diferenciação fonética entre o português europeu (PE) e o português do Brasil (PB) é a consequência de evoluções divergentes em ambas as variedades.

Na perspectiva tradicional que define Portugal como ponto de partida, distinguem-se traços conservadores e inovadores com referência ao PB. É claro que os traços conservadores brasileiros correspondem, de sua parte, a inovações do lado europeu do Atlântico. Além disso, observam-se evoluções paralelas levando a resultados distintos nas duas variedades.

É notável o processo de diferenciação não comprovar amostras de maior influência regional portuguesa que teria determinado a evolução fonética do PB. Não se sustêm mais explicações comparáveis como a teoria andalucista do espanhol hispano-americano. Contudo, Antenor Nascentes declarou que “a língua que falamos é mais parecida com a do Alentejo e com a do Algarve, do que com as das províncias do norte e do centro e com as de Lisboa e Coimbra” (1960: 262), atribuindo este fato à proveniência meridional dos colonizadores. Embora sua observação fonética fosse correta, sabemos que a semelhança mencionada não decorre da colonização (cf. Elia 1966: 190). Há que levar em consideração que a distância fonética que constatamos entre os dialetos do Sul de Portugal e o centro com a fala de Lisboa se devem principalmente à evolução desta última no séc. XIX. Isto enfatiza a importância da fonética diacrônica ao julgarmos o estado atual das variedades.

Por conseguinte, este artigo se propõe a estabelecer uma cronologia da aparição ou formação dos traços característicos da fonética brasileira do séc. XVI até hoje. A esse respeito, alguns dados importantes ainda ficam dispersos nos textos e são pouco conhecidos. Ao mesmo tempo, este artigo visa a determinar os pontos que precisam ser mais esclarecidos. Existem dois artigos fundamentais sobre a evolução da pronúncia do PB, o de Israel Révah (1958) e o de Celso Cunha (1986). Trata igualmente da temática com citação de fontes *Das brasilianische Portugiesisch* (Noll 1999). No presente artigo, não serão discutidas razões eventuais da mudança lingüística como o caso dos “açorianos” em Santa Catarina ou as presumidas influências alogotas do tupi e das línguas africanas que, conforme os autores, respondem freqüentemente pelo mesmo traço (cf. Noll 1999: 178-181, 222-223).

Hoje em dia, há cada vez mais pesquisadores analisando as fontes históricas manuscritas no Brasil, conservadas apesar da destruição de um grande número de documentos da época da escravidão. Permanecem – seja em arquivos ou na mão de particulares e de forma dispersa – cartas familiares, testamentos, textos teatrais, jurídicos e outros escritos. Pode-se supor que contêm informações valiosas de índole também fonética. À parte observações metalingüísticas dispersas, dispomos apenas de duas fontes um pouco mais amplas para conhecer o PB antes de 1800¹⁵⁵. A primeira é uma peça de teatro portuguesa, *O Periquito ao Ar* (Rodrigues Maia c1800), que trata da temática do “mineiro fingido” (cf. Noll 1999: 126-134). Contém poucas informações fonéticas como a vogal final <-e> [-i] “mi” e a despalatalização de [ʎ] em *lle* “le” (311v). A segunda fonte consiste nos estatutos de duas escolas, o Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da cidade de Olinda (Azeredo Coutinho 1798a) e o Recolhimento de N. Senhora da Glória do lugar da Boa Vista, Recife (Azeredo Coutinho 1798b), que acolhiam órfãos e crianças de famílias pobres. Ambos os Estatutos datam de 1798, recomendando aos professores que corrigissem pronúncias populares (cf. Noll 1999: 137-140).

Os Estatutos são um testemunho importante pelas informações fonéticas contidas (cf. abaixo) assim como por aquelas que ainda não estão documentadas no texto de 1798.

Qual foi a primeira particularidade ou característica fonética do PB? Num artigo sobre a pronúncia brasileira, Antenor Nascentes achou detectá-la na fala do Padre Antônio Vieira (1608-1697): “[...] já apanhou uma ponta de sotaque” (1952: 180). Porém, o texto da *História de Antônio Vieira* de J. Lúcio de Azevedo, ao qual Nascentes se referia, apresentava o presumido fato apenas como uma hipótese: “Acaso também uma ponta de sotaque, que já nesse tempo adoçaria a fala do Brasil” (Azevedo 1931: 69-70). Na verdade, a diferenciação fonética entre o PE e o PB começou ainda mais cedo.

1. A arcaicidade do PB

1.1 Século XVI

1.1.1 A conservação das plosivas sonoras, fricativadas em Portugal

A diferenciação fonética entre o PE e o PB começou pouco tempo depois do Descobrimento. No último terço do séc. XVI, as plosivas sonoras intervocálicas estavam para fricativar-se em Portugal. As obras que tratam da história da língua não fornecem dados acerca deste fenômeno. Porém, o médico John David Rhys, originário de Gales,

¹⁵⁵ Indicamos aqui as fontes originais com sua paginação. Além disso, elas estão igualmente contidas com explicações em *Das brasilianische Portugiesisch* (Noll 1999).

observou a pronúncia fricativa de /d/ ([d]) na sua obra *De Italica pronvnciatione, & orthographia* em 1569:

Laxè ut plurimùm hanc literam efferunt Hispani, ac Lusitani unà cum Langobardis, ac eorum finitimis, quoties inter duas uocales collocatam reperiunt. Sit exempli gratiam Hispanica dictio Amortecido examinatus, Lusitanica Almufada puluinar, Italica spada Langobardorum more pro lata. In his enim atque similibus D Grecorum ð sono emulatur (Rhys 1569: 118).

Na *Ortografia* de Duarte Nunes de Leão, encontra-se igualmente uma amostra dessa pronúncia em 1576:

D, T, letras mudas, têm em si muita semelhança porque a pronunçiação de ùa e da outra, é quase de ùa maneira, com a língua posta no mesmo lugar, salvo quando o t se forma com mais espirito e com a língua mais levantada para o pàdar, e o d com ela entre os dentes (Ortografia 1576: 57).

A pronúncia fricativa do /d/ intervocálico (e das outras plosivas sonoras), por ser desconhecida no PB, consta então a primeira prova da diferenciação fonética entre o PB e o PE.

1.1.2 A conservação da nasalização heterossilábica

No PB, a nasalização heterossilábica (*cama* ['kẽ.ma] vs. PE ['kẽ.mɐ]), que depende sobretudo de uma nasal seguindo a sílaba acentuada (cf. Azevedo 1981: 24), é especialmente típica do Nordeste. Trata-se de um arcaísmo que se observa também em Portugal fora da língua padrão¹⁵⁶. De um ponto de vista histórico, as vogais nasais em português são o resultado de uma nasalização em sílaba fechada por nasal (lat. *can-tat*, port. *can-ta* ['kẽ.tɐ]) ou em sílaba aberta seguida de nasal (lat. *la-na* > port. ant. **lã-na* > **lãa* (séc. XI.) > port. *lã*).

Segundo a gramaticografia portuguesa, a nasalização heterossilábica já não fazia parte do padrão europeu no séc. XVI (cf. Révah 1959: 287)¹⁵⁷. No Brasil, sua conservação reflete as formas regionais da época. Outros regionalismos brasileiros (Paraná, dialeto caipira, NE) são as formas “*uã*” ([ũa]), “*luã*” ([lũa]) (cf. Amaral 1982: *s.v.*). No séc.

¹⁵⁶ Cf. Leite de Vasconcellos: “Dans la plus grande partie du pays, une consonne nasale intervocalique nasalise la voyelle qui précède, par ex. dans *cãma, pena, vinbô*” (1987: 75).

¹⁵⁷ Na língua francesa, a nasalização heterossilábica se perdeu no séc. XVII. Para Molière, *grammaire* e *grand-mère* eram ainda homófonos.

XVIII, o PE substituiu <hũa> na língua escrita. Persiste na língua popular de Portugal (cf. DELP, *um*).

1.1.3 A ausência da oposição fonológica entre /ɐ/ e /a/

No séc. XVII, desenvolveu-se no centro de Portugal a oposição fonológica entre /ɐ/ e /a/ que determina a distinção entre o presente e o pretérito perfeito simples no padrão europeu (EP *cantamos* vs. *cantámos*). No séc. XVI, [ɐ] e [a] eram ainda alofones (cf. Teyssier 1966: 143; Azevedo Maia 1986: 315).

Quanto as formas verbais, coincidiram em [ɐ] no Sul de Portugal assim como no PB (por causa da nasal [m]), enquanto o Norte de Portugal conservou [a] neste caso.

1.2 Século XVII

1.2.1 A variação pretônica (e postônica)

A conservação parcial da variação pretônica ([e - i], [o - u], [ẽ - ĩ]) no PB reflete o estado da língua até o séc. XVII. Em sua gramática, Fernão de Oliveira comprova esta variação (*dormir/durmir*, cf. Gramática 1536: 64). No PB, este fenômeno é muito complexo porque interfere com influências metafônicas (*menino* [mi'ninu]) e com a variação diastrática atual (*poder* [po'deː] vs. [pu'deː]). Além disso, a tendência a manter os valores etimológicos das vogais pretônicas no PB faz parte da variação pretônica. Do final do séc. XVII até meados do séc. XVIII, o PE reduziu a maior parte das vogais pretônicas /e/ > [ə], /a/ > [ɐ], /o/ > [u]. Do mesmo jeito, /e/ e /a/ postônicos se mantiveram no PB, enquanto o /o/ postônico concorda geralmente com a evolução em Portugal (> [u]).

1.2.2 A conservação do /s/ alveolar implosivo

O /s/ alveolar implosivo (*costa* [s], *mesmo* [z]) realizado sobretudo no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná), no Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais, no Espírito Santo, em Goiás e no extremo sul da Bahia representa o estado da língua do séc. XVII. No séc. XVIII, a pronúncia do PE se deslocou em direção à articulação prepalatal ([ʃ], [ʒ]). Esta se generalizou até meados do séc. XVIII (cf. Verney 1746: 77-78).

1.3 Século XVIII

1.3.1 A conservação das vogais finais átonas [-a], [-i]

Como no caso das vogais pretônicas (cf. 1.2.1), o PE reduziu também as vogais finais /a/ > [-ɐ], /e/ > [-ə]. Segundo o sistema ortográfico de João de Barros, parece que o /a/ final já se pronunciava [-ɐ] em Portugal no séc. XVI (cf. Teyssier 1966: 198). Não é claro se, nessa altura, era um processo ainda em curso. O PB, de sua parte, não adotou esta pronúncia, mantendo [-a] ou nivelando [-ɐ] à realização mais comum de /a/ que era [a]. Quanto a /e/ <-e>, a vogal transcorreu um estado intermediário, levantando-se a [-i] na primeira metade do séc. XVIII. Esta é qualidade que se conservou no Brasil, sendo documentada como particularidade brasileira no *Periquito ao Ar* (Rodrigues Maia c1800: 311v) e nos Estatutos do Seminário Episcopal de Olinda em 1798 (Azeredo Coutinho 1798a: 47). No PE, a vogal foi reduzida (> [-ə]) no mesmo século ainda. Entretanto, mantiveram-se vários bolsões com [-i] em Portugal (cf. Teyssier 1984: 59).

1.4 Século XIX

1.4.1 A conservação dos ditongos [ẽi], [ɛ̃i], [ẽi]

Na maior parte do centro e do Sul de Portugal (cf. Lindley Cintra 1983: 160- 161), o ditongo oral <ei> assim como seu correlativo nasal <em, en> se abriram até meados do séc. XIX (*peito* ['pẽitu]; *bem* [bẽi]). No PB, manteve-se a qualidade original ([ẽi], [ɛ̃i], [ẽi]). Ao mesmo tempo, o PB conservou a distinção entre [ẽi] e [ɛ̃i] (*seis* vs. *papéis*).

1.4.2 A conservação de [e] antes de palatal

A abertura vocálica que se realizou no centro de Portugal no séc. XIX (cf. 1.4.1) afetou também o /e/ antes dos palatais [ʎ n ʃ ʒ] (PE *espelho* [ɛ], *venho* [ɐ], *vejo* [ɐ] *fecho* [ɛ̃i]). Nestas posições, o PB manteve o /e/ fechado assim como a oposição entre *venho* [e] e *banho* [ɐ]. Convém acrescentar que antes de [ʎ], o PB nem sempre realiza /e/ fechado (cf. *velho*, PE, PB ['vɛlu]).

2. A inovação no PB

2.1 Século XVIII

2.1.1 A monotongação de [ẽi]

A monotongação de [ẽi] (*brasileiro* [e]) é muito comum no PB, exceto em palavras monossilábicas (*lei*), na desinência da primeira pessoa do singular do pretérito perfeito

simples (*cantei*) assim como antes de /t/ (*jeito*). Nos Estatutos do Seminário Episcopal de Olinda, critica-se a pronúncia “*Janero* em lugar de *Janeiro*” (Azeredo Coutinho 1798a: 47). No Alentejo, a monotongação está documentada em 1769 (cf. Teyssier 1984: 64, 107). Contudo, não se trata necessariamente de um meridionalismo português porque monotongações são freqüentes nas línguas românicas (cf. port. *cantarei*, esp. *cantaré*).

2.1.2 A perda das oposições pretônicas aberta e fechada

No séc. XVI, a língua portuguesa dispunha de 8 vogais orais em posição pretônica ([i e ε v a o ɔ u]). O PB eliminou as oposições entre as vogais pretônicas abertas e as fechadas, reduzindo este sistema às 5 vogais principais. Em 1767, Frei Luís do Monte Carmelo advertiu os brasileiros que confundiam os “*Accentos da nossa Língua*” em palavras distintas como “*Prégár. Publicar, &c. Pregár, he Fixar com prégos*” (1767: 128). Contudo, a evolução do séc. XVIII não eliminou as vogais pretônicas abertas no PB. No Brasil, existe uma repartição territorial entre a parte norte do país com as vogais pretônicas abertas e a parte sul onde aparecem fechadas. É sabido que esta característica constituiu o traço que determinou a divisão dialetológica fundamental de Antenor Nascentes em 1922 (cf. Nascentes 1953: 25). Porém, não é claro se o PB se formou com esta repartição pretônica desde o princípio ou se a abertura no Nordeste e Norte foi uma evolução posterior.

2.2 Século XIX

2.2.1 A inserção de vogais epentéticas

2.2.1.1 A epêntese de [j] em sílaba acentuada antes de /s/ final

À parte o Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná) e o estado de São Paulo, /s/ em sílaba final acentuada provoca a inserção de um /i/ epentético (*paɪz* [ˈpaɪs])¹⁵⁸. Num trabalho de mestrado, analisando textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia, Klebson Oliveira cita o seguinte trecho a esse respeito: “Ao sete dias do Meis de Novembro [...]” (Oliveira 2003: II, 405). Trata-se de um testemunho da ditongação de 1841. O mesmo fenômeno se encontra num poema de Braz Pitorras no Ceará em 1848 (cf. Seraine 1949: 62):

Minha Ignês, não posso mais
Tanto silêncio guardar
Novas tuas não me dás.

¹⁵⁸ Porém, a vogal epentética aparece também na língua popular do Paraná (cf. ALPar, mapa 113).

De acordo com a rima (“mais”), “dás” se pronuncia [ˈdajs]. Talvez exista um testemunho ainda mais antigo do que estes dois primeiros. Ao editar a *Poranduba Maranhense* de Frei Francisco dos Prazeres (1819), Francisco de Varnhagen juntou uma carta popular explicativa sem data, contendo a forma “treis”: “treis cuié di prata” (1891: 140). É provável que a epêntese de [i] em sílaba acentuada antes de /s/ final tenha se originado na primeira metade do séc. XIX.

2.2.1.2 A regularização silábica por inserção de [i]

O PB tem uma tendência para regularizar a estrutura silábica (CV), inserindo um [i] epentético para separar nexos consonânticos difíceis de pronunciar (*advogado* [adʒivoˈgadu]). Este fenômeno está mais divulgado na língua popular e ocorre mesmo em Portugal¹⁵⁹. No poema “A Manguieira” de Gonçalves Dias, o ritmo indica que a palavra *admirar* [adʒimiˈraː] consiste em quatro sílabas (cf. Sousa da Silveira 1921: 23).

Grata estação dos amores,
Abrigo dos que o não tem,
Deixa-me ouvir teus cantores,
Admirar teus verdores.

2.2.2 A evolução de /r̄/ e /r/

No séc. XIX, o PE velarizou, a partir de Lisboa, a realização do fonema /r̄/, dos alofones de /r/ em posição inicial assim como após [b l n z] nos dialetos centrais e meridionais (cf. Gonçalves Viana 1941: 24). O processo resultou na articulação uvular [R] dos sons. Numa evolução análoga, o PB (áreas ao norte de São Paulo) realizou este processo, chegando à articulação velar [x] que, entretanto, se estendeu também ao /r/ implosivo (*carta* [ˈkaxta]). Numa segunda fase, o /r̄/ forte [x] se abrandou, passando à aspiração (*rio* [ˈhiu]). Em posição final, o /r/ se realiza como fricativa muito leve que tem tendência para cair, o que não se limita mais só à língua popular.

Em 1883, Gonçalves Viana descreveu o uso freqüente da vibrante fricativa no PB, enquanto, no PE, era ainda uma particularidade de Lisboa (1941: 24-26). A queda do /r/ final está documentada no *Carapuço*, um jornal satírico, em 1842: “Muitos declarão guerra aos rr finaes, disem sempre *mandà, buscà, comê, dormí, singulà, &c. &c.*” (cf. Pessoa 1994: 78).

¹⁵⁹ “Dans *felor* = flor, *gueloria* = gloria, *pelantar* = plantar, les groupes FL, GL, PL sont détruits par l’intercalation d’un *e*” (cf. Leite de Vasconcellos 1987: 100).

2.2.3 A vocalização do /l/ implosivo

Na maior parte do Brasil, o /l/ implosivo se vocaliza (*bolsa* [ou], *Brasil* [iu])¹⁶⁰. Existe um testemunho isolado de 1669 no qual o nome do quilombo de Palmares aparece na forma “Paulmares”¹⁶¹. Antes de tudo, é difícil decidir se se trata de um erro ou se esta forma representa o topônimo na sua forma popular. No final desse século, num poema de escárnio, Gregório de Matos chamou o Governador Geral Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho de “meu Nausau ausônio” (Matos 1992: 179)¹⁶². Esta alusão à pronúncia de Câmara Coutinho que governou o Brasil de 1690 a 1694 insinua a vocalização da consoante (“Nausau” < nasal, nasão ?) ¹⁶³.

Contudo, há outro testemunho que atenua a possibilidade de uma vocalização prematura. No *Vocabulário Português-Brasílico* que se compilou no Maranhão por volta de 1700, aparece a palavra *arapineta*, adaptação tupi de *alfinete* (cf. Castro 1984: 362). Na forma tupi, a substituição de [l] por /r/, que se deve ao sistema fonológico desta língua, pressupõe a realização lateral da consoante implosiva em português nessa época. Se encontrássemos documentos comprovando a neutralização de [r] e [l] que se observa às vezes na língua popular, p.ex., *alto* [ˈaxtu] <arto>, poderíamos excluir a vocalização do /l/ implosivo também para a maior parte do séc. XVIII. Em todo caso, nos Estatutos de Olinda e da Boa Vista (Azeredo Coutinho 1798a, 1798b) não há menção da vocalização. Nas *modinhas* de Domingos Caldas Barbosa, encontra-se uma assonância interessante a esse respeito.

Se não tens mais quem te sirva
O teu moleque sou eu
Chegadinho do Brasil
Aqui stá que todo é teu.

Talvez a assonância de *eu* e *teu* com *Brasil* [braˈziù] (Viola de Lerno 1798- 1826: II, 44) seja o primeiro testemunho da vocalização do /l/ implosivo na virada dos séc.

¹⁶⁰ Há uma variação entre [ɬ] e [ɰ] em posição implosiva no Rio Grande do Sul. Além disso, Rafael Hoyos-Andrade já comentou nos '80: “Ninguém duvida de que essa vocalização seja um fenômeno fonético generalizado no Brasil” (1986-87: 70).

¹⁶¹ *Ordem do governador Bernardo de Miranda Henriques ao capitão-mor das Alagoas, acérca dos prêtos dos Palmares* (cf. Carneiro 1958: 224-225, 225).

¹⁶² “Ausônio” < *ousado* + *som*.

¹⁶³ Gregório de Matos assim como Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho nasceram no Brasil.

XVIII e XIX. Como se trata de uma assonância, o documento tem que ser interpretado cautelosamente. Estes testemunhos acerca da vocalização do /l/ implosivo comprovam quão difícil é, às vezes, explicar as fontes lingüísticas.

2.2.4 A fricatização de /t/, /d/ antes de [i]

A fricatização de /t/, /d/ antes de [i] (*tio* ['tʃiu], *dia* ['dʒia]) está quase generalizada hoje no que diz respeito à pronúncia padrão brasileira. No Nordeste, permanece uma área sem fricatização que se estende entre a Bahia rural e a divisa com o Ceará. Não temos testemunhos comprovando o começo desta evolução, que é um fenômeno evidentemente urbano. Neste contexto, a falta da menção do fenômeno nos Estatutos de Olinda e de Boa Vista (Azeredo Coutinho 1798a, 1798b) não fornece nenhum indício, pois a região não palataliza.

Porém, a situação de polimorfia, p.ex., na cidade de Ilhéus (BA) que se transmite nos graus variados de palatalização ([*'noit'i*], [*si'dad'i*]) e de fricatização, indica que se trata de uma evolução relativamente recente. É provável que se tenha originado no final do séc. XIX.

2.2.5 O chiamento geral (Rio de Janeiro, Belém) e parcial

A palatalização do /s/ implosivo, conhecido pelo termo chiamento, é antes de tudo uma característica do PE, enquanto o PB conserva o /s/ alveolar (cf. 1.2.2). Contudo, há áreas de chiamento geral como no Rio de Janeiro, existe uma faixa no litoral de Santa Catarina, aparece em Santos, há uma tendência para o chiamento final em Recife e outra mais fraca em Salvador (Noll 1999: 43-45). Uma artigo de Zilda Fernandes (1986) informa que o chiamento geral em posição implosiva aparece também na Baixada Cuiabana. Até há pouco tempo, o chiamento geral de Belém do Pará ainda não tinha sido comentado (cf. Noll 1997). Subindo o rio Amazonas, o chiamento se mostra algo reduzido em Santarém e em Parintins. Em Manaus, já não costuma mais aparecer em posição final e vacila em posição pré-consonântica. É um estado que corresponde também a uma grande área entre a Bahia e o Maranhão que eu chamaria de “área intermédia”, com /s/ final [-s] e um chiamento preconsonântico que aparece sobretudo antes de /t/ enquanto *espera*, p.ex., se pronuncia muitas vezes indiscriminadamente [*is'pera*] ou [*ij'pera*].

Vimos que o chiamento se originou em Portugal no séc. XVIII (cf. 1.2.2). No Brasil, a evolução não está esclarecida. Porém, encontramos-nos perante uma situação de

polimorfia, com algumas áreas mais avançadas, uma grande área intermédia no Nordeste e outra conservadora de Minas Gerais para o Sul do Brasil. A situação geolingüística indica que se trata de uma evolução relativamente recente.

Quanto ao Rio de Janeiro, nenhuma fonte do séc. XIX comenta o chimento tão típico da capital do Brasil. Ao contrário, José J. Paranhos da Silva explica em 1879 que seria uma “verdadeira calamidade para os ouvidos brásileiros” (p. 20) que todos os valores de /s/ “se reduzissem à chiente mourisca”, quer dizer, o [ʃ] que – segundo muitos autores – se deve presumidamente à chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808. Contudo, temos a informação de Antenor Nascentes, carioca de nascimento, que relata em 1921 que, no Rio de Janeiro, as “classes cultas pronunciam o *s* final, mudando entretanto numa chiente, como no Sul de Portugal” (p. 317). Nessa altura, o chimento evidentemente ainda não estava generalizado na cidade. É também claro que a difusão do chimento geral em Belém minimiza qualquer influência externa no Rio de Janeiro. A formação do chimento no PB parece uma evolução que surgiu na segunda metade do séc. XIX.

2.2.6 A redução de ditongos duplos

Nos verbos *pôr*, *ter* e *vir*, a 3ª pessoa singular, presente continha originalmente uma seqüência de dois ditongos (cf. PE *têm* [tẽĩẽ]). O PB reduziu esta seqüência (*haplogia*), o que documentei pelo ritmo do poema “Canção do Exílio” (*tem* : *têm*) de Gonçalves Dias (ed. M. Bandeira 1937: 37):

Nosso céu tem mais estrêlas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

2.3 Século XX

2.3.1 A inserção de [ª] epentético

No PB do séc. XX, observa-se sob o efeito do acento principal da palavra, uma tendência das vogais orais /i/, /e/, /o/ assim como das nasais correlativas para formarem uma vogal epentética fraca [ª]: *vida* ['vida > 'viªda], *mesa* ['mesa > 'meªsa], *forte* ['foxtʃi > 'foªxtʃi]. Este fenômeno lembra os encontros vocálicos em palavras romenas como *viata* ('vida'), *neagra* ('negra') e *foarte* ('forte'). Sabe-se que a inserção da vogal

depende às vezes de uma atitude interessada ou afetada do falante, mas faltam dados exatos relativos às primeiras ocorrências deste fenômeno no PB.

3. Tendências e tarefas

A diferenciação fonológica entre o PE e o PB concerne apenas ao fonema /v/ que formou uma oposição regional fraca com [a] a partir do séc. XVII, estabelecendo-se no padrão europeu. As outras mudanças ocorridas desde o séc. XVI são mudanças fonéticas. O processo da diferenciação fonética se fez sentir desde o séc. XVI pela fricativação das plosivas sonoras intervocálicas no PE assim como pela fechadura do /a/ final [-v] e a perda da nasalização heterossilábica. Este processo se acentuou nos séc. XVIII e XIX.

De parte portuguesa, trata-se de uma mudança maiormente vocálica pela redução geral das vogais átonas no séc. XVIII e pela abertura parcial de [ẽ̞ ẽ̞ ẽ̞ e] do séc. XIX que irradiou desde Lisboa sobre o centro.

O PB, no entanto, desenvolveu-se sobretudo no consonantismo. Neste âmbito, a vocalização do /l/ implosivo, a palatalização e fricativação de /t/, /d/ antes de [i] e a monotongação de [ẽ̞] se revelam tendências românicas conhecidas¹⁶⁴. Quanto ao chiamo brasileiro, trata-se de um processo paralelo retardado e parcial em comparação com o PE. Por sua vez, a velarização de /r̄/, /r/ surgiu mais cedo no PB e teve uma difusão alofônica mais ampla do que no PE.

Além disso, nota-se uma tendência para regularizar a estrutura silábica do PB. Por um lado, isto se manifesta na dissolução de nexos consonânticos pela inserção de uma vogal epentética [i]. Por outro lado, o PB visa a eliminar também as terminações consonânticas. Com essa finalidade, serve-se mais uma vez da consoante epentética (VARIG [ˈvarigi]). Esta tendência é ainda mais evidente na língua popular que suprime /r/, /l/ e /s/ finais. A esse respeito, o PB se aproximou ao tipo românico original caracterizado pelas finais vocálicas¹⁶⁵.

Quanto à cronologia das mudanças, precisaríamos de informações a respeito da distribuição histórica das pretônicas abertas e fechadas no Brasil. Para averiguar a possibilidade de uma vocalização do /l/ implosivo durante o séc. XVIII, faltam-nos dados acerca da neutralização de /r/ e /l/. Além disso, não temos nenhuma informação a respeito da palatalização e da fricativação de /t/, /d/ antes de [i]. A aparição das outras características deveria ser pesquisada nos manuscritos para ampliar e corrigir os dados disponíveis até agora (cf. Noll 2004).

¹⁶⁴ Cf. o francês antigo (*chevals* > *chevaux*) e o francês do Canadá (*tiens* [ts]).

¹⁶⁵ “Na língua do povo todas as palavras terminam em vogal. Apenas o *s* subsiste excepcionalmente no artigo, nos numerais e demonstrativos, quando está indicando a pluralidade: *os* home [...]” (Marroquim 1934: 77).

A diferenciação fonética entre o PE e o PB se baseia principalmente nas mudanças ocorridas no PE (séc. XVIII), no padrão europeu (séc. XIX) e no PB (séc. XIX). Quanto ao PB, sua evolução fonética se inscreve no quadro de sua diferenciação como variedade da língua portuguesa. Assim poderá contribuir para estabelecer uma periodização do PB que leve mais em conta a evolução interna da língua que os acontecimentos históricos.

Referências

- ALPar: AGUILERA, Vanderci de Andrade (1994). *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba 1994.
- AMARAL, Amadeu (1982⁴, 1920). *O dialeto caipira*. Gramática – Vocabulário. São Paulo.
- AZEVEDO, J. Lúcio de (1931², 1918). *História de Antônio Vieira*. I. Lisboa: Clássica.
- AZEVEDO, Milton M. (1981). *A Contrastive Phonology of Portuguese and English*. Washington: Georgetown Univ. Press.
- BANDEIRA, Manuel (1937). *Antologia dos poetas brasileiros da fase romancista*. Rio de Janeiro: Nacional.
- CARMELO, Frei Luís do Monte (1767). Compendio de orthographia, com sufficientes catalogos, e novas regras, para que em todas as provincias, e dominios de Portugal, 11 “Na lingua do povo todas as palavras terminam em vogal. Apenas o *s* subsiste excepcionalmente no artigo, nos numerais e demonstrativos, quando está indicando a pluralidade: *os* home [...]” (Marroquim 1934: 77). 12 possam os curiosos compreender facilmente a orthologia, e prosódia, isto he, a recta pronunciaçam, e accentos proprios, da lingua portugueza [...]. Lisboa.
- CARNEIRO, Edison (1958²). *O quilombo de Palmares*. São Paulo: Nacional.
- CASTRO, José A. (1984). “Língua, sociedade e cultura no Brasil”, in: *Miscelânea de estudos literários*. Homenagem a Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Pallas, 343- 366.
- CINTRA, Luís F. Lindley (1983). *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- COUTINHO, Jozé J. da Cunha de Azeredo (1798a). *Estatutos do Seminario Episcopal de N. Senhora da Grasa da Cidade de Olinda de Parnambuco* [sic]. Lisboa: Na Typografia da Acad. R. das Ciencias.
- COUTINHO, Jozé J. da Cunha de Azeredo (1798b). *Estatutos do Recolhimento de N. Senhora da Gloria do lugar da Boa-Vista de Parnambuco* [sic]. Lisboa: Typografia da Acad. R. das Siencias.
- CUNHA, Celso (1986). “Conservação e inovação no português do Brasil”, in: *O eixo e a roda*. Revista de literatura brasileira 5: 199-230.
- DELP: MACHADO, José P. (1977³). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 5 vol. Lisboa: Horizonte.

DIETRICH, Wolf/Noll, Volker (2004, ed.). *O Português do Brasil*. Perspectivas da pesquisa atual. Frankfurt/M.: Vervuert.

ELIA, Sílvio (1966). “O português do Brasil. Aspectos coloniais”, in: *Homenaje*. Estudios de filología e historia literaria lusohispanas e iberoamericanas para celebrar el tercer lustre del Instituto de Estudios Hispánicos, Portugueses e Iberoamericanos de la Universidad de Utrecht. La Haya: Van Goor, 185-208.

FERNANDES, Zilda (1986). “Aspectos lingüísticos da Cuiabania: características fonéticas”, in: *Atas do I Simpósio sobre a diversidade lingüística no Brasil*. Salvador: UFBA, 85-87

Gramática (1536). Fernão de Oliveira, *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria L. Carvalhão Buescu. Lisboa 1975.

HOYOS-ANDRADE, Rafael E. (1986-87). “Proposta de notação fonológica do português do Brasil”, in: *Alfa* 30-31: 65-78.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1986). *História do galego-português*. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno). Coimbra: INIC.

MAIA, Manuel Rodrigues (c1800). *O Periquito ao Ar, ou O Velho Uzurário*. Farça que se reppresentou no Theatro Nacional do Salitre com geral acceitação, composta pelo profeçor Manoel Rodrigues Maia, ampliada por por Alexandre José Victor da Costa Sequeira, copiada aos 19 de Janeiro de 1818.

MARROQUIM, Mario (1934). *A lingua do Nordeste* (Alagôas e Pernambuco). São Paulo: Nacional.

MATOS, Gregório de (1992³). *Obru poética*. Edição de James Amado. 2 vol. Rio de Janeiro: Record.

NASCENTES, Antenor (1921). “Variante carioca de um subdialecto brasileiro”, in: *Revista do Brasil* 18: 312-321.

NASCENTES, Antenor (1952). “A pronúncia brasileira da língua portuguesa”, in: *Mélanges de linguistique et de littérature romanes offerts à Mario Roques*. III. Paris: Didier, 177-183.

NASCENTES, Antenor (1953², 1922). *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões. 13

NASCENTES, Antenor (1960³, 1926-29). *O idioma nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

NETO, Serafim da Silva (1988⁵, 1952). *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença.

NOLL, Volker (1996). “Rio de Janeiro und das *chiamento* im brasilianischen Portugiesisch”, in: *Iberoromania* 43, 1996, 1-9.

NOLL, Volker (1997). “Portugiesische Sprachgeschichte: das uvulare /r/”, in: *Zeitschrift für Romanische Philologie* 113, 568-570.

- NOLL, Volker (1999). *Das brasilianische Portugiesisch. Herausbildung und Kontraste*. Heidelberg: Winter.
- NOLL, Volker (2004). “A formação do português do Brasil”, in: Wolf Dietrich/Noll, Volker (ed.), *O português do Brasil. Perspectivas da pesquisa atual*. Frankfurt/M.: Vervuert, 11-26.
- OLIVEIRA, Klebson (2003). *Textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia do século XIX: fontes do nosso latim vulgar?* 3 vol. Salvador (Dissertação de Mestrado).
- Ortografia (1576). Duarte Nunes de Leão, *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Nacional.
- PESSOA, Marlos (1994). “«A linguagem bordalenga de muita gente»: o conteúdo lingüístico de importante fonte para o conhecimento do português brasileiro do século XIX”, in: *Lusorama* 25: 70-80.
- RÉVAH, Israel S. (1958). “L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVI^e siècle à nos jours”, in: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro. Bahia - 1956*. Rio de Janeiro, 387-402.
- RÉVAH, Israel S. (1959). “Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVII^e et XVIII^e siècles?”, in: III Colóquio internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Lisboa - 1957. Actas. I. Lisboa, 273-291.
- RHYS, John D. (1569). De Italica pronvnciatione, & orthographia, in: Nicoletta Maraschio (ed.), *Trattati di fonetica del Cinquecento*. Firenze: Crusca, 1992, 91- 193.
- SERAINE, Florival (1949). Aspectos históricos da língua nacional no Ceará”, in: *Revista do Instituto do Ceará* 63: 49-74.
- SILVA, José J. Paranhos da (1879). *O idioma do hodierno de Portugal comparado com o do Brazil. Por um brasileiro*. Rio de Janeiro: Winter.
- SILVEIRA, Álvaro F. de Sousa da (1921). “A língua nacional e seu estudo”, in: *RLP* 9: 17-32.
- TEYSSIER, Paul (1966): “La prononciation des voyelles portugaises au XVI^{ème} siècle d'après le système orthographique de João de Barros”, in: *Annali dell'Istituto Orientale di Napoli* (Sezione Romanza) 8: 127-198.
- TEYSSIER, Paul (1984², 1975). *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- VARNHAGEN, Francisco A. de (1891). “Poranduba maranhense ou Relação historica da provincia do Maranhão”, in: *RIHGB* 54: 9-184.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1987³, 1901). *Esquise d'une dialectologie portugaise*. Lisboa.
- VERNEY, Luís A. (1746). *Verdadeiro método de estudar*. I. Estudos linguísticos. Ed. A. Salgado Jr. Lisboa: Sá da Costa, 1949.

14 VIANA, Aniceto R. Gonçalves (1941²). *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne*. Lisboa: Fernandes. [primeira edição: Romania 12, 1883, 29-98]

Viola de Lerenó (1798-1826). Domingos Caldas Barbosa, *Viola de Lerenó*. 2 vol. Rio de Janeiro: Nacional, 1944.

AS VOGAIS: ESTUDO DIACRÔNICO

por

Dermeval da Hora

Universidade Federal da Paraíba

Stella Telles

Universidade Federal de Pernambuco

Estudos acerca das vogais médias no Português do Brasil, tanto sob a perspectiva sincrônica, como sob a perspectiva diacrônica, datam de vários momentos do século XX, mas seus resultados ainda não são conclusivos.

Com esse estudo, o nosso objetivo é tratar diacronicamente as vogais tanto em posição pretônica como em posição postônica não-final. Sabemos da dificuldade da tarefa, mas não a vemos como impossível. De início, e neste texto, deter-nos-emos nos dados obtidos em manuscritos restritos a Pernambuco e à Paraíba. De Pernambuco, utilizamos o *corpus* constituído a partir do acervo de manuscritos depositados na Divisão Histórica da Universidade Federal de Pernambuco que foi selecionado e recebeu tratamento paleográfico pela equipe de bolsistas orientada pelo Prof. Marlos Pessoa, que coordena o Projeto de Português Histórico no departamento de Letras da UFPE. Da Paraíba, analisamos 60 cartas oficiais de caráter administrativo, escritas entre 1774 e 1874, preservadas no Arquivo Histórico da Paraíba, utilizadas pela Profa. Maria Cristina de Assis P. Fonseca em sua tese de doutorado.

Procuraremos observar a ocorrência das vogais átonas (pretônicas e postônicas), quanto ao seu comportamento fonológico em processo de alçamento e abaixamento. Mapeando tais fenômenos, tivemos como objetivo secundário (não enquanto interesse, mas tarefa realizada) hipotetizar motivações fonológicas plausíveis para o entendimento dos processos verificados, através da observação de regularidades das variações em meio a variações não relevantes (estritamente da escrita).

Para tanto, alguns problemas à consecução da tarefa se impõem, sobretudo devido ao período dos textos escolhidos, problemas esses que repousam em questões de natureza e pesos diferentes, tais como:

- Dificuldade de conhecimento quanto à forma e à antiguidade das palavras frente ao seu ingresso no léxico da língua.
- Registros escritos extremamente variados entre si, refletindo, por sua vez, escritores e níveis de literacia provavelmente distintos também.
- Pouca ou mínima garantia quanto à recuperação (saliente-se parcial) dos fatos fonéticos da época.

A variação vocálica histórica, especialmente observada na posição pretônica, seja inicial ou medial, que no português hodierno é verificada em *kũ'madri* ~ *kõ'madri*, *atri'vidu* ~ *atre'vidu*, *hekirì'mentu* ~ *hekerì'mentu* ~ *hikiri'mentu*, encontra-se relatada em compêndios de gramáticas históricas do português, tais como Nunes (1945) e Silva Neto (1952). Confrontando fatos da atualidade com os dos manuscritos históricos, podemos constatar vários casos em que a alternância vocálica existente no presente espelha diretamente os fenômenos descritos nos textos históricos, representando manifestações do português arcaico.

Recuperar os detalhes fonéticos nos textos da época representa um grande desafio, dado que a grafia dos textos apresenta irregularidades que podem ser explicadas historicamente, sem, portanto, refletirem necessariamente a indicação de prováveis realizações fonéticas do período. Além disso, sabemos que alguns traços fonéticos e fonológicos, por limitações gráficas, uma vez que sistemas de escrita nunca são inteiramente fonéticos, não eram indicados na escrita da época. Dessa forma, assim como na escrita atual, nos textos históricos não eram sinalizadas as diferenças de grau de abertura das vogais médias. Com isso, entendemos, claro está, que a evidência das alternâncias fonéticas das vogais (mesmo considerando as vogais altas e baixas), a partir de textos históricos, ao passo que parece incontestável, é ao mesmo tempo tarefa de singular desafio.

Os fatos de variação da escrita que se supõem fonéticos são mais evidenciados pela ocorrência de formas variantes de um mesmo vocábulo na escrita que são encontradas sistematicamente nos textos históricos. Essas ocorrências, portanto, podem fortalecer as hipóteses de que pelo menos algumas dessas variações vocabulares estivessem presentes ou decorressem da variação fonética da época. E, confrontando os fenômenos em textos históricos com a fala atual, pode-se constatar que, em muitos casos, a variação vocálica da escrita, para certos vocábulos, corresponde, em fato, ao que se realiza com os mesmos itens, no curso atual.

Apesar de o *corpus* selecionado ser restrito, o que poderia abrir a críticas quanto ao poder de generalização do presente estudo, as conclusões ou os resultados alcançados,

por sua vez, curiosamente já encontram correspondência com os resultados apresentados em Viegas (2001) e as explicações encontradas em gramáticas históricas (Barros 1957, Nunes 1945). Nesse sentido, julgamos nossos conclusões, ainda que insipientes frente ao material observado, significativas e promissoras.

Nos passos adotados para a análise, recorremos à elaboração de duas listagens de itens lexicais, uma em que verificamos as variações de vogais pretônicas e outra em que observamos o mesmo fenômeno com as vogais postônicas.

1. Vogais pretônicas

Para as vogais pretônicas, compusemos dois quadros, o primeiro relativo ao processo de assimilação e o segundo referente à dissimilação desses segmentos, cada um compreendendo os casos de alçamento e abaixamento vocálico, a fim de podermos mais facilmente visualizar o comportamento das vogais em processos recorrentes, e possibilitar-nos a identificação de regras fonológicas variáveis que atuam nos processos em questão.

O Quadro I, a seguir, apresenta exemplos de assimilação, sobretudo a regressiva, que foi mais amplamente encontrada nos dados. Através desse processo, a vogal seguinte à pretônica alçada, podendo ser pretônica medial ou tônica, exerce influência sobre a primeira, resultando em sua variação, como se observa no dado (05). Verificamos que a assimilação é predominantemente regressiva, o que se conforma à naturalidade desse processo nas línguas do mundo, comparado ao tipo progressivo. Casos mais escassos, entretanto, de assimilação progressiva também foram identificados, embora não facilmente atestados.

Alguns dados suspeitos, como *desempararaõ*, que sugeriria um exemplo de assimilação progressiva, perdem essa escolha interpretativa pela ocorrência, no mesmo texto, do dado *emparados*, que vem mais plausivelmente demonstrar que o alçamento da vogal inicial seguida pela consoante nasal obedecia, em fato, a uma variação por motivação posicional, quando a sílaba inicial era formada por V + N, comum no português arcaico, como cita Nunes (1945, 64): “*An- e en- tendem a permutar entre si, como se vê nos seguintes exemplos: a) atenatu, enteado ou anteado, anguila, enguia ou anguia, ...*”.

Abaixo seguem as palavras distribuídas em quadros de ocorrência, por fenômenos identificados.

Quadro I - Vogais Pretônicas - Assimilação¹⁶⁶

	ALÇAMENTO		ABAIXAMENTO
01	custuma	13	desposição
02	sintiraõ	14	chrestandade
03	escandelozo	15	regoroso
04	requirimentos ~ riquirimentos	16	defecultando
05	açessinos	17	cerconvezinhos
06	legoas	18	compremento
07	dicizão	19	artelharia
08	impreiteiro	20	remedear
09	similhantes	21	admenstração
10	mimoria	22	sogeitei
11	milhoramento	23	despende
12	induricido	24	molher

A assimilação, resultado do alçamento ou abaixamento vocálico, de acordo com os dados constantes no Quadro I, decorre quase que estritamente da harmonia do grau de abertura das vogais. Nesse processo, a assimilação tanto pode ser total, como nas palavras em (01, 02), quando as vogais em questão compartilham lexicalmente do mesmo ponto de articulação; ou parcial, quando as vogais têm pontos articulatórios distintos, como em (08, 09, 24), por exemplo. Nos dois processos citados anteriormente, temos “vogal média” (daqui por diante M) passando a (>) “vogal alta” (daqui por diante A), nos casos de alçamento, ou o inverso, com A > M, nos casos de abaixamento. Entretanto, há casos nos quais a vogal harmonizada não só sofre a mudança do grau de abertura, como também modifica seu ponto de articulação, como em (03 e 05), em que a vogal central baixa (B) é anteriorizada.

Por outro lado, a ocorrência da dissimilação foi muito mais restrita nos dados. Parece mais provável que tal processo tenha resultado em realizações de motivações mais lexicais, enquanto percurso histórico de itens em separado do que oriunda de processo freqüente interlexical, verificado na língua em geral

¹⁶⁶ As vogais que apresentam variação, por terem sofrido aparente assimilação – mesmo considerando-se o texto escrito –, estão grafadas em negrito, para facilitar sua identificação.

Quadro II - Vogais Pretônicas - Dissimilação¹⁶⁷

	ALÇAMENTO		ABAIXAMENTO
01	dispois	06	prezioneiros
02	sirventia	07	desacete
03	piquena	08	sobordinadas
04	milhor	09	deminuissent
05	pera	10	necessaria

A partir dos resultados das alternâncias das vogais pretônicas, as quais estão exemplificadas nos Quadros I e II acima, podemos alcançar as seguintes generalizações:

1 – variação vocálica mais freqüente com as anteriores, enquanto poucos casos com as posteriores foram atestados.

2 – tendência ao abaixamento, sendo que o caso mais freqüente é o de $A > M$, enquanto que poucos foram os casos observados com $M > B$.¹⁶⁸

3 – nos casos de alçamento, sendo esses menos incidentes, as vogais que sofrem processos, freqüentemente, formam sílabas pesadas com coda sibilante ou nasal.

Os resultados 1 e 2 coincidem com aqueles apresentados em Viegas (2001), como já foi salientado anteriormente. A evidência desses fatos, portanto, naturalmente confirma o processo evolutivo em geral presente em gramáticas históricas, que reflete o estágio arcaico da língua quando transplantada para o além-mar.

Também para assomar e fornecer suporte ao estudo fonológico das vogais, o qual se coloca no âmbito centradamente lingüístico, importa lembrarmos fatores extralingüísticos, afetos à história social da época, que contextualizavam a sociedade dos textos do século XVII. A esse respeito, chamamos a atenção para o fato de que a sociedade de então encontrava-se em franca formação no Brasil, particularmente tratando-se do local onde se encontrava a sede da Capitania Geral de Pernambuco, na qual veio a se constituir politicamente o atual estado de Pernambuco, e onde as cartas sob estudo foram produzidas. Enquanto sociedade em formação, podemos imaginar sua marcada heterogeneidade, sendo a mesma constituída por portugueses egressos de diferentes regiões dialetais da antiga Coroa e de pessoas do próprio Reino da Espanha, na época aliado ao primeiro.

¹⁶⁷ Segue o mesmo procedimento adotado e indicado na nota 155.

¹⁶⁸ Lembramos nesse ponto que uma possível variação entre vogais médias não pode ser recuperada/identificada na escrita.

Do ponto de vista da diversidade lingüística quanto às origens dos integrantes desse povo em formação, se apenas nos ativermos às línguas neolatinas português e espanhol, esse contexto definia uma sociedade altamente variada lingüisticamente, para a qual suporíamos plausivelmente uma riqueza dialetal (entre o contínuo português – espanhol) bastante expressiva, e que pode ser, em medida, capturada em seus registros escritos. Esse quadro era conjugado à realidade histórico-circunstancial da normatização existente para a escrita, que, caso se caracterizasse pela ausência de rigor prescritivo, favorecia, por outro lado, o registro e a permanência da variação sob questão.

Dessa feita, poderíamos supor que a variação encontrada nos textos da época sinaliza que a variação da escrita refletiria a variação da fonética, aqui nos referindo particularmente às vogais. Essa correspondência fala-escrita, em termos fonéticos, também se evidencia e se justifica pela ampla ocorrência da variação vocálica verificada em diferentes grafias de uma mesma palavra.

Apesar de tentarmos percorrer caminhos que expliquem os fenômenos vocálicos dos textos sob estudo, procurando ainda encontrar uma pista, tênue que seja, do fio de Ariadne para clarear fatos da fala atual de Recife e João Pessoa, em particular, entendemos que tal tarefa exige muito mais tempo e, sobretudo, material, fonte, para que se faça provável, em se tratando de nuances fonéticas muitas vezes sutis, e que, mesmo com a merecida acuracia, não podem ser recuperadas facilmente nos materiais disponíveis.

Entrementes tais considerações e voltando-nos às interpretações fonológicas, frente ao percurso diacrônico dos fenômenos observados (alçamento e abaixamento), somos tentados a acreditar que nos dados observados não se apresentam fortes argumentos em termos de condicionamento regulares que motivassem os processos de assimilação ou dissimilação. Nesse sentido, os fatos apresentados e as generalizações propostas são interpretados como fenômenos derivados em regras pós-lexicais (tal parece ocorrer ainda hoje no falar do NE, com o abaixamento possível encontrado em algumas palavras, tais como: *sisudo* > *sesudo*, *liame* > *leame*).

Nesse sentido, a fala “vagarosa” do português arcaico devia-se, pelo menos em parte, a essa tendência de produção vocálica mais articulada, diga-se aberta, que deveria resultar, por sua vez, em uma produção com um nível mais alto de sonoridade (segundo o pressuposto teórico em Clements). Essa observação de Clements, mesmo que apriorística, senão impressionista, quanto ao português arcaico, parece valer muito adequadamente para certos falares (mais marcados em algumas variantes) do NE, os quais são caracterizados por uma notável abertura das vogais pretônicas, e que se não é largamente operante em $A > M$, em muitos vocábulos, permaneceu – considerando-se a possibilidade de sua pré-existência arcaica – em M (alta) > M (baixa).

Assim, as produções das vogais iniciais, como em [eva'dih] (*evadir*), [ɛʃ'pera] (*espera*), [hezi'di] (*residir*), [ɔ'hivew] (*horrível*), *por exemplo*, podem ser justificados pela fala do passado, representando, dessa forma, seus reflexos naturais.

Voltamos a salientar, ainda, que essa tendência ao abaixamento na fala atual é freqüente em alguns falares/variantes no NE, mais aplicada entre as vogais médias, e não mais tão freqüente entre vogais altas para médias, como é encontrado nos textos históricos, e como está indicado no item dois acima. Quanto ao item três, também devemos considerar que o comportamento do português atual corresponde, em linhas gerais, à tendência maior de alçamento das vogais em sílaba pesada, quando a coda é nasal ou sibilante, como em *escola* > *iscola*, *então* > *intão*, tal como foi identificado no *corpus*. Dessa feita, no português atual, observamos, comparativamente aos textos escritos históricos, muito freqüentemente, o alçamento variando pós-lexicalmente com o de abaixamento, correspondendo, em linhas gerais, portanto, ao observado nos textos.

2. Vogais postônicas

Os estudos realizados sincronicamente sobre as postônicas não-finais têm confirmado sua tendência, já na passagem do Latim para o Português, de apagamento. Como constata Amaral (2002, p. 101), “*a variação das proparoxítonas é um fenômeno difundido em todo território, não só na fala normal dos menos escolarizados como na fala espontânea dos mais escolarizados, em determinadas situações?*”.

A observação dos dados nos manuscritos mencionados, entretanto, não oferece evidências que ratifiquem essa constatação presente na fala. Nas cartas avaliadas, encontramos grafadas as seguintes palavras com vogais postônicas não-finais:

vocabulo	maritimo
numero	proximo
catolica	principe
sequito	maximas
polvora	unica
publica	paroco

Observamos que elas mantêm exatamente a vogal que na fala pode ser apagada.

Na fala, o apagamento das vogais, nesta posição, acaba sendo previsível, isto porque a ordem dos segmentos no ataque silábico não pode contrariar o padrão da língua em

termos do Princípio de Seqüenciamento de Soância (cf. CLEMENTS, 1990, p.283-284), como nos casos abaixo

xícara ~ xicra
árvore ~ arvre
chácara ~ chacra
víbora ~ vibra
véspera ~ vespra

Caso não ocorra o apagamento, outras alterações podem ser encontradas, como em:

pílula ~ piula
príncipe ~ prinspe
sábado ~ sabo
católico ~ catóico
relâmpago ~ relampo
estômago ~ estombo

Considerando que as cartas apresentam uma linguagem cuidada, se as comparamos com a fala popular, podemos dizer que esta é a justificativa para a não ocorrência da síncope, mas o que não significa que ela não tenha ocorrido.

3. Conclusão

O estudo das vogais pretônicas e postônicas em documentos manuscritos nos leva a observar que estamos diante de dois comportamentos diferenciados. Se a variação na pretônica acontece tanto em nível da fala como da escrita, o mesmo não podemos dizer em relação às postônicas, cujas evidências na fala não se confirmam no texto manuscrito, pelo menos nos documentos analisados. Quanto às pretônicas, processos de alçamento e de abaixamento são encontrados com freqüência, mas não é difícil constatar que os documentos nunca nos dirão sobre as realizações variáveis que dividem o Brasil, opondo vogais médias abertas a vogais médias fechadas, oposição que caracteriza falares regionais.

4. Referências

BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia. *Fonologia e variação*. Porto Alegre: EDIPUC, 2001.

CLEMENTS, George Nick. The role of the sonority cycle in core syllabification. In: KINGSTON, J.; M. Beckman (eds.) *Papers in laboratory Phonology 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NARO, Anthony J. *Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes, 1973.

NUNES, Joaquim J. *Crestomatina arcaica*. Lisboa: Livraria Clássica, 1945.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.

VIEGAS, Maria do Carmo. *O açamento de vogais médias pretônicas e os itens lexicais*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

AQUISIÇÃO DA ESCRITA EM TEXTOS DE AFRICANOS E AFRO-DESCENDENTES NO BRASIL DO SÉCULO XIX: GRAFIAS PARA SÍLABAS COMPLEXAS, POR EXEMPLO

por

Klebson Oliveira

Doutorando, Universidade Federal da Bahia, Grupo PROHPOR

Para Afrânio Gonçalves Barbosa e Volker Noll

0. Introdução

Para indivíduos em fase de aquisição da escrita ou para aqueles que não a dominam com destreza, a representação gráfica de sílabas que se afastem da estrutura canônica CV, não marcada, não é etapa por que se passe com ligeireza¹⁶⁹. Se o afastamento da canonicidade silábica encontra razão de ser por incluir um segmento líquido, aumentam-se as chances de transcrições desviantes. É isso, então, que vêm mostrando alguns dados, tanto do passado como do presente: grafias irregulares para seqüências silábicas complexas com segmentos líquidos, principalmente o /r/¹⁷⁰, parecem ser traço atemporal e a-histórico, pelo menos em algumas línguas. Foi essa a característica mais marcante das mãos inábeis portuguesas do século XVII estudadas por Marquilhas (2000: 246) (*afrimar* por *afirmar*, *fazre* por *fazer*, *cabars* por *cabras*, *cirstão* por *cristão*); Blanche-Benveniste (1998: 138) pontua o fenômeno em mãos de crianças francesas dos séculos XIX e XX (*devert* por *devret* = *devraient*); Abaurre (2001: 63-85) e Zorzi (1998: 80-82) documentam-no sobejamente na escrita de crianças

¹⁶⁹ Segundo Abaurre (2001: 63), estruturas silábicas do tipo V também são potencialmente não marcadas, porque são produzidas sem dificuldade alguma por crianças falantes do português em estágios iniciais de aquisição da linguagem oral.

¹⁷⁰ Por questões de economia na descrição, utilizar-se-á, assim como fizeram Marquilhas (2000: 245-257) e Gonçalves (1999: 159-163), /r/ para se referir à vibrante em todas as posições silábicas em que pode ocorrer. Do mesmo modo, empregar-se-ão o /l/ para a lateral e o /s/ para a sibilante. Quando se mencionar a transcrição gráfica dos segmentos, valer-se-á de <r>, <l> e <s>, respectivamente.

brasileiras da atualidade (*magar* por *magra*, *pober* por *pobre*, *quato* por *quarto*, *entoru* por *entrou*) e, em textos de adultos brasileiros em fase inicial de aquisição do código escrito, Kleiman (2001: 232) e Picoli (2001: 115) indicam que também esses teriam pela frente o aspecto a ser devidamente apropriado (*aleguer* por *alegre*) e (*pobemas* por *problemas*). Mas ver, para o passado, produtos gráficos inesperados para sílabas complexas que incluem líquidas como resultantes apenas de dificuldades e inseguranças na sua representação é certeza que não se pode ter por inteira, porque mãos portuguesas habilidosas do final do século XVIII deslocam <r> nessas estruturas – *perciso* por *preciso*, *traja* por *tarja*, *perjuizo* por *prejuízo*, conforme Barbosa (1999: 163-165)¹⁷¹.

Os estudos que se voltaram para a questão em sincronias passadas não o revelam, mas também o /s/, quando em sílabas complexas, conduz, pelo que mostram os dados da escrita infantil, à variação ortográfica: *suto* por *susto*, *foreta* por *floresta* (Abaurre, 2001: 64-77) e *fantama* por *fatasma*, *depoi* por *depois*, *tritesa* por *tristeza* (Zorzi, 1998: 54). Ao lado de formas como *Ademinitador* (*administrador*), *tarbalho* (*trabalho*), *Jonal* (*jornal*), *Frenandes* (*Fernandes*), *Aberto* (*Alberto*), *Senbela* (*assembléia*), há outras – *Catical* (*castiçal*), *compota* (*composta*), *Sini* (*Cisne*) –, reveladoras de que, nas produções de negros forros da Bahia do século XIX, o /r/, o /l/ e o /s/, todos eles, levavam essas mãos, com frequência variada, a incorrerem em irregularidades ortográficas¹⁷². O que pode estar por trás de formas como essas é aquilo a que se refere Abaurre (2001: 67): o esforço de decidir sobre o número dos segmentos que devem ser representados, assim como o lugar a ocupar na estrutura das sílabas. É verdade que, no geral dos dados que aqui se analisam, os exemplos que incluem as líquidas, o /r/ sobretudo, são bem mais numerosos, mas não se pode desconsiderar o fato de que, nessas estruturas, ocupam um lugar a mais que o /s/, o de ataque ramificado.

O que a bibliografia sobre o tema vem mostrando também é que, por trás de fenômenos - omissões e deslocamentos - que envolvem a grafia de sílabas complexas, pode estar uma espécie de empreendimento analógico, em que é o padrão CV, 'ótimo', porque não marcado e mais natural, o que se busca representar; daí algumas soluções que se podem interpretar, pelo menos na escrita, como um esforço de tornar CV aquilo que não o é, ou seja, as

¹⁷¹ É bem verdade que, como assinala Barbosa (1999: 162), o traço parece ser restrito: incide, com maior frequência, nos cognatos dos verbos *determinar* e *pretender*.

¹⁷² O *corpus* com que se trabalha nesse artigo é composto por 297 documentos (atas, circulares, discursos etc.) escritos ao longo do século XIX por africanos e afro-descendentes, todos livres, na cidade de Salvador. Estão preservados no acervo particular da Sociedade Protetora dos Desvalidos, irmandade negra fundada por africanos em 1832, e integram a parte da edição filológica da tese de doutoramento do autor, intitulada provisoriamente *A escrita entre os seus: sócio-história, edição filológica e estudo lingüístico de documentos escritos por negros no Brasil oitocentista*, em andamento no Programa de Pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, orientada e co-orientada, respectivamente, pelas Professoras Doutoras Rosa virgínia Mattos e Silva e Tânia Lobo.

estruturas silábicas mais complexas. Os documentos analisados testemunham que, mesmo não estando em causa tais estruturas, a transcrição de uma palavra pôde ter sido conduzida por analogia ao padrão CV. Júlio Capitolino da Boa Morte e Antônio José Bracete não se contentaram com uma função do <n> que marcasse apenas o traço de nasalidade; para desfazer a aparência de sílaba complexa, a inserção de uma vogal depois desse grafema foi a solução encontrada, o que resultou escritas como¹⁷³: *Duzenetos* por *duzentos* (JCB, 16.28), *Fernanadis* por *Fernandes* (JCB, 08.08), *ficinado* por *ficando* (AJB, 25.19-20), *manisipado* por *emancipado* (JCB, 24.28), *Sindicanaça* por *sindicância* (JCB, 05.13). Que não se espere, porém, regularidade em um expediente utilizado; esses mesmos autores escrevem *ezememplo* para *exemplo* (AJB, 22.103) e *Terenensio* para *Terêncio* (JCB, 13.21).

Para a grafia das sílabas complexas com as líquidas, registram-se procedimentos mais e menos comuns. Dentre esses últimos, os não tão recorrentes, está aquele de inserir uma vogal, quando o segmento forma ataque ramificado ou quando ocupa a posição de coda em final de palavra. Em ambos os casos, foram atingidas principalmente cadeias silábicas que incluem o /r/: *aporovação* por *aprovação* (AJB, 20.27-28), *disquiriçaõ* por *descriçaõ* (JCB, 06.31; JCB, 23.20-21), *enterege* por *entregue* (AJB, 32.30), *Rodiriques* por *Rodrigues* (LSS, 04.08), *Espelicacãõ* por *explicação* (SRS, 02.30-31), *querere* por *querer* (JPS, 01.16), *Relatare* por *relatar* (SRS, 03.22). Se também o /s/ ocorre em posição de coda em final de palavra, seria de esperar que a inserção de grafema se estendesse também a sílabas que não incluam necessariamente segmentos líquidos. Embora poucas e assentadas por uma mesma mão, as ocorrências seguintes confirmam isso: *fixi* por *fix* (JCB, 12.49, JCB, 17.41); *Mexi* por *mês* (JCB, 17.30); *Seixasi* por *Seixas* (JCB, 05.17); *seixasi* por *Seixas* (JCB, 05.22).

Porém, com números muito maiores de ocorrências e, portanto, mais generalizados, a ausência de representação gráfica e o deslocamento do grafema, esses, sim, encontraram nos documentos lugar privilegiado.

1. Grafias de sílabas complexas com o /r/

É o /r/ em ataque ramificado e em coda que será focalizado, até porque é em estruturas silábicas que o incluem nessas posições que se concentram as grafias irregulares. Mas cabe um sobreaviso: o de que, assim como ocorre com os inábeis portugueses

¹⁷³ Os exemplos em exposição devem ser lidos assim, inclusive quando forem expostos em quadros, como se verá mais adiante: indica-se, primeiro, a forma encontrada nos documentos e, depois, a sua grafia atual. As informações seguintes são para a sua localização na edição filológica: a abreviatura do(s) nome(s) do(s) autor(es) responsável(is) pela forma, bem como o número e a linha do documento em que se localiza. A lista completa das abreviaturas correspondentes aos nomes dos autores vai no final do artigo, como anexo.

seiscentistas (Marquilhas, 2000: 247), também aqui o /r/ em ataque simples parece não oferecer problemas que conduzam a transcrições desviantes. As 19 ocorrências encontradas no *corpus*, que sugerem dificuldades em representar o segmento nesse lugar, emergem como fenômeno localizado, porque 18 incidem sobre um único item lexical e são produtos de uma mesma mão - *antreou* por *anterior* (AJB, 15.07; AJB, 17.07; AJB, 21.07; AJB, 26.07; AJB, 31.06). É esta a outra ocorrência a assinalar: *ers* por *réis* (JCB, 07.19).

1.1 Grafias com o /r/ em ataque ramificado

Ficar carente de transcrição gráfica (as omissões) ou mudar o grafema de seu lugar original (os deslocamentos): é o que acontece quando o /r/ forma ataque ramificado. O padrão silábico do tipo C/r/C é o mais recorrentemente atingido:

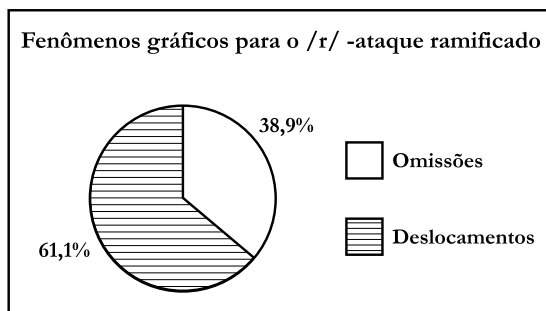
Exemplos de omissões em ataque ramificado.

grafia	localização
Ademinitador (administrador)	MVS, 06.02
balausto (balaustre)	LSS, 44.05; LSS, 44.07
Cobador (cobrador)	FJS, 03.07
Compemento (cumprimento)	MC, 02.10-11
Compiu (cumpriu)	AAC, 04.03-04
entaraõ (entrarão)	FJS, 03.269
escupulos (escrúpulos)	MCS, 01.12
estaordinaria (extraordinária)	MJR, 12.03; MJR, 13.02-03
Lavar (lavar)	AJB, 21.131; AJB, 24.34; JTS, 02.34
Padoeira (padroeira)	SFR, 01.13
palava (palavra)	JCB, 06.46
pezente (presente)	AJB, 26.06
Pizidenti (prezidente)	JCB, 13.47
podijicar (prejudicar)	LSS, 22.32
Povedor (provedor)	JNJ, 02.08
propio (próprio)	AJB, 31.15; FJS, 04.17; MLF, 08.28
pucurador (procurador)	LSS, 01.20
Rodego (Rodrigo)	MVS, 05.02
Segetario (secretário)	LSS, 23.49; LSS, 32.17
Silvesti (Silvestre)	JCB, 09.24-25

Exemplos de deslocamentos em ataque ramificado

grafia	localização
Ander (André)	AJB, 28.27; AJB, 28.63; AJB, 30.18; AJB, 30.63
Barzelio (Brasil)	MVS, 03.07
encrontou (encontrou)	FJS, 04.18
escortínio (escrutínio)	AJB, 25.19; JFO, 13.03; MJR, 07.39
escurtino (escrutínio)	MJR, 06.13
enter (entre)	AJB, 21.58; AJB, 33.07
Fergezia (freguesia)	MVS, 03.08
Grabiél (Gabriel)	AJB, 16.97; AJB, 18.148; MAC, 01.76; TMJ, 02.07
Liver (livre)	MVS, 03.06
Menbor (membro)	FPF, 10.17
pertender (pretender)	MJR, 07.11
palavar (palavra)	FJS, 03.10
Perferido (preferido)	MLF, 11.01
porcidimento (procedimento)	AJB, 18.125
porcisão (procissão)	SFR, 01.85
poribe (proíbe)	TMJ, 01.12
porquorando (procurando)	LSS, 45.41
Porvedor (provedor)	AJB, 09.09; MVS, 06.02; MVS, 07.11
Predeiro (pedreiro)	SRS, 02.13
ters (três)	AJB, 24.24

As 131 ocorrências expõem que, na posição referida, será o deslocamento a ocorrer com mais freqüência, porque os números se distribuem assim: deslocamentos – 80 (61.1%); omissões – 51 (38.9%).



Quanto a possíveis fatores que, talvez, possam estar determinando as representações gráficas desviantes para o /r/ em ataque ramificado, os dados sugerem que dois são os mais relevantes: o acento e a extensão do vocábulo. Para o acento, observe-se, na tabela seguinte, que não há comportamento desigual dos dados em relação aos fenômenos. Ambos atravessam, maioritariamente, as formas em cujas sílabas pretônicas está o segmento. Quanto às outras, as tônicas e postônicas, o que se nota é isto: que as primeiras levam uma pequena vantagem sobre as segundas, mas tanto umas como outras, mesmo que quantitativamente menos representadas, também deslocam ou omitem o grafema tradutor de /r/.

/r/ em ataque ramificado – acento da sílaba

	omissões	deslocamentos	geral
pretônica	30 (58.8%)	61 (76.2%)	91 (69.5%)
tônica	13 (25.5%)	11 (13.8%)	24 (18.3%)
postônica	8 (15.7%)	8 (10.0%)	16 (12.2%)
TOTAL	51 (100%)	80 (100%)	131 (100%)

Do mesmo modo, comportam-se os dados em relação à extensão da palavra: o seu papel parece ser o de levar à variação ortográfica sílabas complexas com o /r/ em ataque ramificado, mas não o de decidir sobre omissões e deslocamentos, porque os números, os referentes à incidência dos fenômenos e aos dados gerais, exibem a mesma tendência, o que permite a referência a uma escala de atuação: as palavras com 3 ou mais sílabas são aquelas que, de longe, são mais receptivas aos fenômenos; depois, as que se formam com duas sílabas. A ocorrência única da incidência de um deslocamento em uma palavra com 1 sílaba parece querer indicar que seriam essas, as monossilábicas, as mais resistentes.

/r/ em ataque ramificado – extensão do vocábulo

	omissões	deslocamentos	geral
1 sílaba	0 (0.0%)	1 (1.2%)	1 (0.8%)
2 sílabas	14 (27.5%)	11 (13.8%)	25 (19.1%)
3 ou mais sílabas	37 (72.5%)	68 (85.0%)	105 (80.1%)
TOTAL	51 (100%)	80 (100%)	131 (100%)

1.2 Grafias com o /r/ em posição de coda

As grafias desviantes com o /r/ em posição de coda contam 257, que incidem, sobretudo, no padrão silábico CV/r/, mas também, com números reduzidos, no padrão V/r/ e em outros mais complexos¹⁷⁴.

A exemplo do que sucede em ataque ramificado, também se omite e se desloca o grafema, quando está em causa o /r/ em coda:

Exemplos de omissões em coda

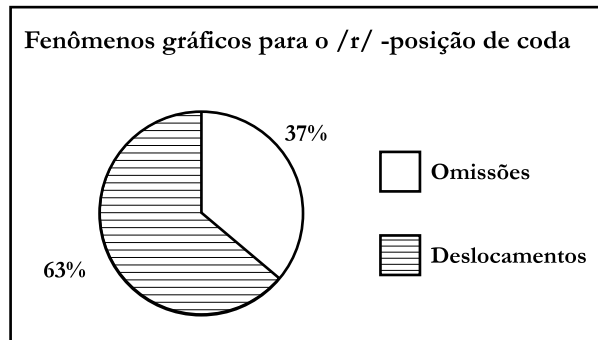
grafia	localização
achace (achar-se)	LSS, 37.42; LSS, 37.44
Atigo (artigo)	AJB, 28.39; MVS, 01.05; MVS, 07.13
Bernadino (Bernardino)	MES, 10.17; MJR, 01.14
Cavalhos (Carvalhos)	AJB, 14.29; AJB, 32.53
emfemo (enfermo)	FJS, 02.24-25
Eminijido (Ermenegildo)	JCB, 10.21
extraordinario (extraordinário)	JDS, 02.02-03
fimeza (firmeza)	MC, 01.10
Guilheme (Guilherme)	AJB, 17.104; AJB, 23.43; AJB, 25.93; AJB, 28.67
Imaõ (irmão)	AAC, 01.16
macou (marcou)	AJB, 29.27
odinario (ordinário)	MES, 02.15
Onivesario (aniversário)	LSS, 30.44
pertubando (perturbando)	FJS, 03.50-51; FJS, 03.52; FJS, 03.55; FJS, 03.56-57
petecente (pertencente)	LSS, 12.22-23; LSS, 34.20
Repatir (repartir)	MVS, 04.05
Sevir (servir)	AJB, 27.52; LSS, 17.23
tratace (tratar-se)	LSS, 07.39; LSS, 08.26; LSS, 09.20; LSS, 12.34
tratamos (tratarmos)	JFO, 05.06
tratasi (tratar-se)	JCB, 16.42

¹⁷⁴ Assinala-se, todavia, que lidar com este traço, a escrita de sílabas complexas com o /r/ em coda, requereu que sobre os dados se operasse do seguinte modo: a) desconsideram-se formas portadoras de omissões em posição de coda em final de palavra, porque o que se pensou foi que, nesses casos, não está em causa uma omissão do <r> que se relacione com a grafia da sílaba complexa; a motivação é outra: a escrita se espelhou na oralidade – *esprica* por *explicar* (LSS, 37.44), *Qualque* por *qualquer* (SRS, 02.32), *Inperado* por *imperador* (AJB, 08.06); b) como um único vocábulo foram tratadas estruturas com verbo no infinitivo + o clítico *se*, pelo que formas como *tratace* por *tratar-se* (LSS, 07.39; LSS, 13.30), *respondese* por *responder-se* (MLF, 07.58) e *eLgge-se* por *eleger-se* (JFO, 09.04) foram interpretadas como tendo /r/ em posição de coda medial. São raras no *corpus* as ocorrências de verbo no infinitivo + outro clítico e, quanto a elas, não se incorreu em grafias irregulares.

Exemplos de deslocamentos em coda

grafia	localização
aprate (aparte)	AJB, 31.94
cardeneta (caderneta)	LSS, 03.12
confrome (conforme)	FPF, 11.18; FPF, 12.43
detreminou (determinou)	AJB, 25.74; JMS, 05.08
Fremeza (firmeza)	MVS, 03.10
EntreVale (intervalo)	SRS, 01.29
Erzesiço (exercício)	SRS, 01.39
execircio (exercício)	FJS, 04.147
Frenandes (Fernandes)	AJB, 14.16; AJB, 15.03; AJB, 17.03; AJB, 18.03
intrepelação (interpelação)	FJS, 02.95
Orputuna (oportuna)	LSS, 18.40
prefas (perfaz)	AAC, 04.24
pregunto (perguntou)	LSS, 26.23; LSS, 32.26
premitia (permitia)	AJB, 22.18; FJS, 01.58
pro (por)	FJS, 03.114; JCB, 03.32; MVS, 06.06; MVS, 08.07
quatroze (quatorze)	FPF, 12.15-16; FPF, 12.31-32; FPF, 12.32-33
Sartunino (Saturnino)	FJS, 01.03; LSS, 24.24; MLF, 05.21; MLF, 05.62
trade (tarde)	SFR, 02.100
treçeiro (terceiro)	MJR, 07.13
tremo (termo)	FPF, 05.18; FPF, 06.16

Deslocar o grafema firma-se como estratégia mais recorrente, porque também cá, em posição de coda, teve quase o dobro de ocorrências em relação à omissão. Entre as 257 formas, assiste-se ao deslocamento em 162 (63.0%); a omissão atingiu 95 dados (37.0%).



De novo, parecem ser o acento e a extensão da palavra fatores que podem, também para o /r/ em coda, levar a que se incorra em transcrições variadas sílabas complexas. Os números gerais apontam as pretônicas e tônicas, exatamente nessa ordem, como as únicas a desviarem-se. Mas pegando-se por um ângulo mais focalizado, aquele que considere separadamente os fenômenos, atesta-se uma inversão: a omissão atinge mais as tônicas e o deslocamento, as pretônicas. Não se pode perder de vista, entretanto, que ter considerado, como vocábulos únicos, aquelas estruturas com verbo no infinitivo + *se*, cujas sílabas tônicas acolhem apenas omissões, pode ter motivado esse comportamento desigual.

/r/ em coda – acento da sílaba

	omissões	deslocamentos	geral
pretônica	38 (40.0%)	105 (64.8%)	143 (55.6%)
tônica	57 (60.0%)	57 (35.2%)	114 (44.4%)
postônica	0 (0.0%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)
TOTAL	95 (100%)	162 (100%)	257 (100%)

Já quanto ao tamanho da palavra, quanto a isso, os números gerais acompanham os referentes à incidência dos fenômenos e os dados parecem mostrar que, em posição de coda, o /r/ está sujeito tanto ao deslocamento quanto à omissão se a palavra se compõe de 3 ou mais sílabas. Não é que isso não ocorra com vocábulos de corpo menor, porém parece certo que, quanto maior a extensão da palavra, maiores, muito maiores, as chances de ter sílabas complexas grafadas de outro modo.

/r/ em coda – extensão do vocábulo

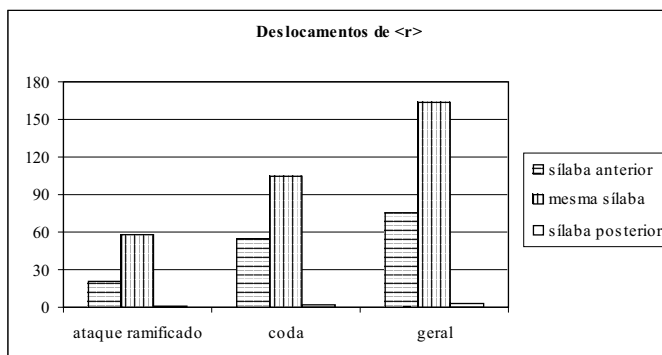
	omissões	deslocamentos	geral
1 sílaba	0 (0.0%)	6 (3.7%)	6 (2.3%)
2 sílabas	9 (9.5%)	6 (3.7%)	15 (5.9%)
3 ou mais sílabas	86 (90.5%)	150 (92.6%)	236 (91.8%)
TOTAL	95 (100%)	162 (100%)	257 (100%)

Observe-se, porém, que não foi desacertada a exclusão de dados com a omissão do grafema em posição de coda em final de palavra da análise, porque os números gerais ajustam-se ao que já se observou para o /r/ em ataque ramificado e apontam, de fato, as sílabas postônicas e as palavras monossilábicas como as mais resistentes aos fenômenos da omissão e do deslocamento. Se não se detecta omissão em sílabas postônicas - nem poderia, já que a ausência do <r> gráfico aponta para uma escrita fonográfica -, também ali o deslocamento inexistente; se palavras compostas por sílaba única não atestam a omissão, porque, mais que logográficas, seriam também elas fonográficas, os 6 dados referentes ao deslocamento, estampadas por vários autores, mas que dizem respeito a um único item lexical – *pro* por *por* –, sugerem que não se trata, efetivamente, de dificuldades na grafia da sílaba, mas que tiveram também inspiração fonética.

1.3 Algumas notas a mais sobre o /r/ em sílabas complexas

Os deslocamentos que envolvem o /r/ em ataque ramificado e em coda, esses merecem mais algum comentário, porque podem render comparações proveitosas.

Quando deslocado, é na mesma sílaba que permanece o grafema, na ampla maioria dos casos. Mas pode acontecer também de ir buscar “um cantinho de seu” em sílabas anteriores e, mais raramente, em sílabas posteriores.



Está aqui um traço que afasta os membros da Sociedade Protetora dos Desvalidos (doravante também SPD) dos inábeis seiscentistas estudados por Marquilhas (2000: 249-253). Revisitando-se os dados fornecidos pela autora, o que se verifica é que, de mãos portuguesas do século XVII estacionadas em nível de competência gráfica elementar, sai o deslocamento do <r> apenas para a mesma sílaba. E já que se está aludindo ao que os diferencia, assinala-se que o deslocamento não foi só o fenômeno mais marcante daquelas mãos, mas o único, uma vez que não se registram omissões.

Mas isso não significa dizer que a possibilidade de alocação do <r> em sílabas outras, que não as originais, seja inovação da escrita de negros, porque comportamento semelhante apresentam crianças brasileiras em estágios iniciais de aquisição do código escrito:

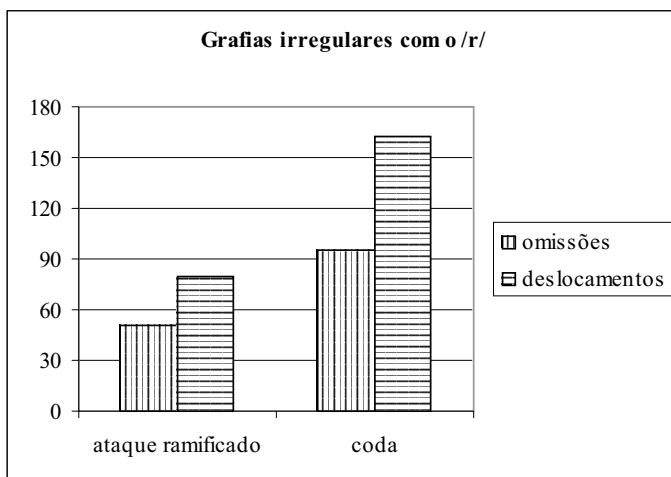
Em primeiro lugar, mais freqüentes foram as inversões que dizem respeito a sílabas terminadas com a letra *r*. Palavras como *perdido*, *zelador* e *gorduchinho* são grafadas, respectivamente, como *predido*, *groduchinho* e *zeladro*. Há uma tendência, pois, de a letra *r* mudar de posição dentro de sua sílaba original, como em *encugar* – *encugra* e *perguntar* – *perguntra*, assim como também é possível observar seu deslocamento para outra sílaba, resultando em grafias como *aniversário* – *anirvesario* e *mordomo* – *modormo*. (Zorzi, 1998: 81)

Se não fosse por 3 dados (*Atrigo* por *artigo*, *dretimina* por *determina*, *obresevar* por *observar*), a formulação seguinte seria geral: quando migra para outra sílaba, o grafema é acolhido na mesma posição que lhe é correspondente na sílaba original, ou seja, será inscrito em posição de coda ou em ataque ramificado se esse é o seu lugar na sílaba de origem:

Deslocamentos de <r> para outra sílaba

Ataque ramificado		Coda	
At R > At R	22 (100%)	C > C	54 (94.7%)
At R > C	0 (0.0%)	C > At R	3 (5.3%)
TOTAL	22 (100%)	TOTAL	57 (100%)

Isso pode estar sugerindo que os padrões silábicos em que figura o /r/ em sílabas complexas, tanto em grupo consonântico, quanto em coda, estão estabilizados na representação fonológica dos membros da SPD; a topografia do grafema na palavra, essa é que apresentava dificuldades. Mas é a posição de coda aquela a se apresentar como a mais difícil para a transcrição do /r/:



O gráfico traduz isto: que 131 formas deslocam ou omitem o <r> incluso em cadeias consonânticas e 257 o fazem em coda. E a comparação com os inábeis de seiscentos, mais uma vez, é irresistível, porque, para eles, era o /r/ em ataque ramificado, mais distante do padrão CV do que o /r/ em coda, que se tornava mais problemático:

Mas o afastamento do canône silábico CV, esse sim, determinava que os inábeis portugueses do século XVII incorressem frequentemente na irregularidade ortográfica. O que os dados parecem sugerir (considerada a lista de erros em formas com a estrutura C/r/V, onde é sistemática a inscrição de <r> como se ocupasse uma posição de coda, quer medial quer final) é que a estrutura CV/r/ se apresentaria mais natural. (Marquilhas, 2000: 248)

Para cá, referir-se a uma estrutura silábica como a ‘mais natural’ é coisa que os dados não permitem, a não ser, talvez, que se pluralize a expressão. As omissões confirmariam o padrão mais natural de todos, o CV, porque foi para ele que convergiram cadeias do tipo C/r/V e CV/r/, mas também o V, pelo que se pode atestar do fenômeno nas seqüências V/r/¹⁷⁵; os deslocamentos em ataque ramificado testemunhariam, talvez, que também o tipo CV/r/ se mostrasse como mais natural que C/r/V, porque divide com o padrão CV a mesma ordem na seqüência dos dois primeiros segmentos, o consonântico e o vocálico. Mas ter-se-ia de parar por aqui, porque, nos deslocamentos em coda, numerosíssimos, a constante foi a inscrição do <r> como se preenchesse a posição de ataque ramificado e o que se está a atestar é o inesperado: a passagem de um padrão silábico mais para outro menos natural. Seja como for, que dificuldades na transcrição do segmento se concentrem na posição de coda, mais que na de ataque ramificado, talvez não seja fato tão inesperado assim. Alvarenga e Oliveira (1997: 131, *apud* Tasca, 2002: 30), analisando a instabilidade de consoantes em posição final na escrita de crianças em idade escolar, dizem ser a coda um lugar privilegiado para grande número tanto de alofonias na fala como de variações na escrita.

2. Grafias de sílabas complexas com o //

Se comparadas ao /r/, são pouquíssimas as formas que expõem grafias desviantes com o /l/ em sílabas complexas: 35. Mas essa desproporção aponta para a mesma constatação de Marquilhas (2000: 257), ou seja, também para os negros do século XIX é a lateral um segmento mais estabilizado que a vibrante.

Os 35 dados gerais indicam, também cá, que o /l/, quando em palavras com três ou mais sílabas, seria alvo mais fácil de ser acertado ou pela omissão ou pelo deslocamento, porque em 30 formas (85.7%) assim constituídas se atesta a atuação dos fenômenos¹⁷⁶. Quanto ao acento, é isto: as sílabas postônicas, sem nenhum registro que denuncie problemas de representação gráfica para a lateral, parecem ser as que mais resistem; para as outras, as pretônicas e tônicas, as ocorrências estão em equilíbrio: 17 (48.6%) e 18 (51.4%), respectivamente. Vejam-se alguns exemplos e observe-se que não se anotam omissões de <l> em ataque ramificado:

¹⁷⁵ Abaurre (2001: 63) nota que as crianças demonstram dominar rapidamente na escrita as estruturas silábicas do tipo CV e também V.

¹⁷⁶ Não se consideraram formas que omitem o <l> em posição de coda em final de palavra, porque se admitiu que estas estariam a espelhar um traço da oralidade, não se relacionando, desse modo, a dificuldades de transcrições gráficas de sílabas complexas – *Abri* por *abril* (MLF, 07.12), *mi* por *mil* (JCB, 10.14), por exemplo.

Exemplos de omissões em coda

grafia	localização
Aberto (Alberto)	LSS, 07.29
acance (alcance)	JPS, 01.07
anafabetos (analfabetos)	AJB, 33.25
dificuldade (dificuldade)	AJB, 31.78
emboço (embolso)	FJS, 04.15; FJS, 04.65
Eminijido (Ermenegildo)	JCB, 10.13; JCB, 10.21
fatarem (faltarem)	AJB, 20.113
fatas (faltas)	MC, 02.17
Izattado (exaltado)	SFR, 02.48; SFR, 02.49
Jerado (Geraldo)	SRS, 03.08; SRS, 03.08; SRS, 03.17; SRS, 04.21
matratada (maltratada)	LSS, 25.43; LSS, 29.22
mutiplicar (multiplicar)	MSC, 14.11
quaquer (qualquer)	FJS, 03.128; LSS, 39.28, LSS, 49-50
rezover (resolver)	LSS, 33.49-50
Rezutados (resultados)	SRS, 02.41

Exemplos de deslocamentos em coda e em ataque ramificado

grafia	localização
gelra (geral)	AJB, 10.04
responcalve (responsável)	AAC, 04.16
Anclemo (Anselmo)	AJB, 29.45
aSembela (assembléia)	AJB, 30.08-09
compelta (completa)	FPF, 03.04
conpelto (completo)	AJB, 13.39
espilcação (explicação)	JCB, 10.19
recalmo (reclamo)	AJB, 18.74
reflita (reflita)	AJB, 18.44
Senbela (assembléia)	AJB, 28.08

Para o que resta dizer sobre o /l/ em sílabas complexas, observe-se a tabela seguinte:

Grafias irregulares para o /l/

	omissões	deslocamentos	geral
ataque ramificado	0	7	7
coda	25	3	28
TOTAL	25	10	35

Que é a posição de coda, novamente, aquela a se apresentar como a mais dificultosa para a transcrição do segmento, é isso o que se quer mostrar com a tabela. No entanto, verifica-se um comportamento desigual em relação ao /r/, uma vez que, nos dados referentes à vibrante nesse lugar, os deslocamentos foram mais constantes do que as omissões. Saber o porquê disso pode revelar aspectos do conhecimento dos membros da SPD sobre as possibilidades do sistema de escrita do português, mas não é essa uma explicação que se dê com brevidade. Começa-se, então, com os grupos consonânticos que incluem a lateral, possíveis em língua portuguesa, e o número de suas ocorrências em todo o *corpus*.

Grupos consonânticos com a lateral /l/ no *corpus*

Grupos	Grafias	Ocorrências
/pl/	<pl>, <Pl>, <ppl>, <pll>	130
/bl/	<bl>	107
/tl/	---	00
/kl/	<Cl>, <cl>	163
/gl/	<gl>	07
/fl/	<Fl>	11
/vl/	---	00

Que não existam no *corpus* grafias que transcrevam /tl/ e /vl/ não é fato com que se supreenda: em português, só ocorrem em alguns contextos:

a. /dl/ não ocorre e /vl/ ocorre apenas em um grupo restrito de nomes próprios que são empréstimos (ex: Wladimir, Wlamir etc)

b. /vr/ e /tl/ não ocorrem em início de palavra e apresentam distribuição restrita, ou seja, com poucos exemplos. (Cristófaros-Silva, 1999: 157)¹⁷⁷

Porém, os números dizem que /gl/ e /fl/ são representados, mas pouco representados, aliás as 11 ocorrências que traduzem /fl/ devem-se exclusivamente à presença de um nome próprio, *Florêncio*, e, se não fosse a referência a um banco, o *Inglês*, /gl/ só contaria com 1 dado. /pl/, /bl/ e /kl/, aí estão as cadeias consonânticas mais produtivas com a lateral.

Guarde-se ainda a observação antes feita a que, quando se opera o deslocamento com o <r>, é na mesma sílaba, preferencialmente, que permanece o grafema migrado e, secundariamente, na sílaba anterior. Para o /l/, também é assim: nos 10 dados em que se conta o fenômeno, o grafema que o traduz ficou na sílaba original em 8 e em 2 passou para a anterior, ocupando a mesma posição que lhe seria devida. Esteja em causa o /r/ ou o /l/, componha ataque ramificado ou preencha a posição de coda, migre o grafema que os traduz para outra ou permaneça na mesma sílaba, desloque-o de modo que ocupe a posição de ataque simples, isso, não há um único dado que o estampe, indício claro de que tinha o seu lugar dentro da sílaba, mas não o primeiro.

Reunidas essas informações, é hora de aventar uma possível interpretação para o comportamento desigual antes mencionado.

Em padrão silábico do tipo VC, um deslocamento atuando sobre o <l> o colocaria como se ocupasse a posição, inaceitável, de ataque simples, daí que a omissão pode ter sido não apenas uma solução, mas a única possível – *Aberto* (*laberto?*) e *acança* (*lacaça?*). <nl>, <zl>, <rl>, <ml>: assim poderiam aparecer grafias que deslocassem o <l> em formas como *anafabetos*, *Rezutados*, *Jerado* e *matratada*, mas essas não fazem parte das possibilidades do sistema de escrita do português e, sentidas como tal, foi preferível a omissão. Isso também estaria motivando o acolhimento do grafema em outra sílaba: *gelra*. Quanto a <fl> e <vl>, omitir o grafema (*fatarem*, *fatas*) ou desloca-

¹⁷⁷ Nossos os grifos. Acrescenta-se que é possível a ocorrência de /vr/ em início de palavra em dialetos populares: *vrído*, por exemplo.

lo para outro lugar (*responcalve*) pode estar indicando, com base na sua infreqüência no *corpus*, a estranheza que estariam causando às mãos de que saíram. Restariam, assim, poucas formas para as quais esse racionínio não se estenderia (*emboço, dificuldade*), porque grafias que traduzem /bl/ e /kl/ são abundantes. Mas o que se disse pode ser o suficiente para mostrar que aquela contradição apontada – a de que, em posição de coda, se desloca mais a letra tradutora da vibrante e se omite mais a da lateral – pode ter a sua razão de ser. Cabe a nota de que os grupos consonânticos que incluem o /r/, mesmo aquele com ocorrência restrita, o /vr/, encontram no *corpus* centenas de transcrições.

Indo um pouco mais além, mas no nível das sugestões, e considerando-se também os dados para o /r/, pode estar aí a explicação que aponta o acento e a extensão da palavra, em ataque ramificado ou em posição de coda, como possíveis fatores determinantes para a variação ortográfica em sílabas complexas, mas que não definem acerca das omissões ou deslocamentos, porque esses estariam sendo condicionados em função desse conhecimento sobre as possibilidades das grafias dessas mesmas sílabas em português. Os dados para o /s/ aclaram mais essa questão.

3. Grafias de sílabas complexas com o /s/

Quando em sílaba complexa, a outra posição, além da de ataque simples, que cabe ao /s/ é a de coda. Nesse caso, qualquer deslocamento, dentro da mesma sílaba, que ocorra com o grafema que o transcreva gerará grafia, por assim dizer, ou inaceitável, porque, necessariamente, ocuparia a posição de ataque simples – *seta* por *esta*, por exemplo –, ou produziria seqüências de grafemas não previstas nas possibilidades de escrita do português – *dsetino* por *destino*, por exemplo. Mas está-se a admitir que é exatamente esse um aspecto que impede que formas como as mencionadas acima apareçam no *corpus* e, desse modo, quanto a grafias para o /s/ em sílabas complexas, tem de ser a omissão, e não o deslocamento, o expediente mais recorrente para que a hipótese se confirme. Não foi outra a situação: dos 90 dados, 84 (93.3%) não apresentam transcrição gráfica para o /s/¹⁷⁸.

¹⁷⁸ Também aqui, a exemplo do que ocorreu com os dados com o /r/ e o /l/, não se levaram em conta formas que omitem o <s> em posição de coda em final de palavra. A razão foi a mesma: tais formas, mais que atestarem problemas com a escrita do segmento em sílabas complexas, estariam se apoiando na oralidade – *asinamo* por *assinamos* (MC, 01.10), *Borge* por *Borges* (MJR, 08.06; MJR, 09.15), *Fernande* por *Fernandes* (MLF, 06.06; SRS, 01.21).

Exemplos de omissões em coda

grafia	localização
avita (a vista)	MLF, 07.25; MLF, 07.51
Anatacio (Anastácio)	SRF, 01.05; SRF, 02.69
Catical (castiçal)	AJB, 30.46; AJB, 31.141
conpota (composta)	MLF, 07.30
Cotume (costume)	JPS, 02.05
decutir (discutir)	MVS, 07.09; MVS, 07.09
deta (desta)	MLF, 07.46
devalidos (Desvalidos)	JFO, 08.04
dipuzisaõ (disposição)	MLF, 07.07-08; MLF, 09.07
Dreminitador (administrador)	MVS, 01.02
Escriturario (escriturário)	AJB, 29.48
esistente (existente)	LSS, 32.28
Esptos (espostos)	LSS, 45.25
eteja (esteja)	AJB, 14. 71-72
Fautinno (Faustino)	JCB, 12.45
Fical (fiscal)	FPF, 11.14; MES, 10.08
Iclarissimento (esclarecimento)	SFR, 01.72
memo (mesmo)	JFO, 11.06
proteto (protexoto)	MVS, 01.03
reposta (resposta)	FSF, 05.15

Mas há os deslocamentos, muito poucos - 06 (6.7%), e neles, como seria de esperar, com exceção de 1 dado – *susbtituir* por *substituir* (FJS, 04.24) –, migra o grafema não para a mesma sílaba, como aconteceu com o <r> e o <l>, mas para a anterior: *sastifasaõ* por *satisfação* (FJS, 01.45), *sastifeita* por *satisfeita* (MJR, 06.18)¹⁷⁹.

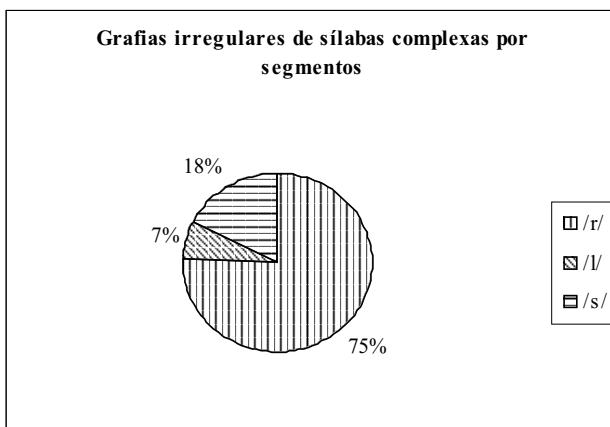
¹⁷⁹ Alerta-se: para esses casos em que ocorreu o deslocamento o <s> para a sílaba anterior, pode estar em causa uma transcrição fonográfica.

Quando em sílaba pretônica, as chances de transcrições irregulares parecem aumentar, pois 72 dados (80.0%) registram o segmento incluso nessa posição. Nas 18 formas restantes (20.0%), é em sílaba tônica em que se localiza. Como outro possível fator que também determina a variação ortográfica está a extensão do vocábulo: 23 dados (25.6%) são formas compostas por 2 sílabas e 67 (74.4%), por 3 ou mais; nenhuma ocorrência se registra para palavras monossilábicas. Mas para o /s/, e só para ele, os dados parecem indicar que, se a sílaba que inclui o segmento se localiza na primeira posição da palavra, se teria, além dos já citados, um fator a mais a perturbar a transcrição, porque, das 90 formas, 69 (76.7%) trazem o /s/ nesse contexto.

Para além desses, sugere-se ainda a dificuldade em lidar com o /s/ em situações mais localizadas. Uma é aquela em que se formam os designados grupos impróprios: *Sobcrevi* por *subcrevi* (FZC, 05.11), *Subcrevi* por *subcrevi* (FPF, 09.31), *subtituidos* por *substituidos* (FJS, 03.153-154), *subtituir* por *substituir* (FJS, 04.129); e a outra diz respeito à convivência que teria de ter o grafema que o traduziria com um outro que assinala a nasalidade de uma vogal. Quanto a isso, anotam-se, de um lado, grafias como *contar* por *constar* (MES, 02.16), *Contado* por *constado* (AJB, 22.130), *Contatino* por *Constantino* (JCB, 17.20; LSS, 20.18; LSS, 30.26) e, de outro, *Costar* por *constar* (AAC, 04.25), *Costava* por *constava* (AJB, 18.113), *demonstrando* por *demonstrando* (LSS, 17.17), *demonstrar* por *demonstrar* (LTG, 09.15). É como se a presença de um, do <n> ou do <s>, implicasse a ausência do outro. Duas mãos, inclusive, viram a possibilidade de se substituírem: *sumpinsão* por *suspensão* (MLF, 08.31), *sumtentar* por *sustentar* (MLF, 11.10), *Surpender* por *suspender* (AJB, 23.23), *virgança* por *vingança* (AJB, 25.49). Porém, em ambas as situações, o que pode estar em causa é a estranheza com que poderiam estar sendo sentidas seqüências como <bs> e <ns>.

4. Enfim...

Foram 513 formas a atestarem que o /r/, o /l/ e o /s/, formando ataque ramificado ou em posição de coda, levam os membros da SPD a incorrerem em variação ortográfica. O que de novidadeiro se aponta é que não só as líquidas desviam a transcrição de sílabas complexas, mas também a sibilante. Novidadeiro em relação a trabalhos que trataram do tema em sincronias passadas (Marquilhas, 2000; Barbosa, 1999), porque esse é um aspecto a aproximar os negros do século XIX das crianças brasileiras em estágios iniciais da escrita (Zorzi, 1998; Abaurre, 2001). Olhando-se todas as ocorrências e separando-as, agora, quanto à inclusão dos segmentos, visualiza-se o seguinte:



De longe, é o /r/ a perturbar com mais frequência a escrita das sílabas. Mas o /l/ não é só o segmento mais estabilizado em relação à vibrante, mas também em relação à sibilante. As percentagens permitem, dessa maneira, que se diga o seguinte: na representação dos membros da SPD, é o /r/ o segmento mais instável, depois o /s/ e, por fim, o /l/.

Tanto as omissões quanto os deslocamentos de grafemas incidem, sobretudo, em sílabas pretônicas e tônicas e em palavras compostas por três ou mais sílabas, o que indica que fatores como o acento e a extensão do vocábulo podem estar contribuindo na representação gráfica irregular de sílabas complexas. No entanto, o que estaria por condicionar a incorrência em omissões ou deslocamentos seria uma espécie de conhecimento sobre as possibilidades de escrita em português, isto é, um saber acerca da legitimidade das combinações de grafemas para a transcrição dessas sílabas. Quanto às líquidas, sobre a grafia de sílabas com a sua presença, é a posição de coda aquela a se apresentar como a mais problemática e, tanto aí, como em grupo consonântico, deslocar o grafema para a mesma sílaba ou para a sílaba anterior foi o expediente de que mais se valeram os negros de oitocentistas.

Há, contudo, um conjunto expressivo de dados, 109, que insinua que isso não seja tudo o que se tenha a dizer sobre a grafia de sílabas complexas com o /r/, o /l/ e o /s/. Não que venha a trazer acréscimos substanciais ao que já se fez referência; mas é exatamente nisso que pode ser proveitosa alguma leitura sobre esses dados: no fato de eles poderem confirmar alguns aspectos já aludidos.

5. Um pouquinho mais sobre o tema

Porque as formas partilham do fato de incluírem, verdadeiramente, os segmentos mencionados em sílabas complexas, em posição de coda ou de ataque ramificado, começa-se com um subgrupo, que conta com 53 dados.

Ao se referir ao que estaria subjacente às inversões de <r> nos dados da aquisição da escrita, foi a seguinte a explicação de Zorzi (1998: 81):

As crianças que cometem erros desse tipo estão mostrando, por um lado, que são capazes de identificar a presença dos sons que compõem a palavra mas que, por outro lado, não têm segurança acerca de qual posição exata que as letras representando tais sons devem ocupar dentro da seqüência.

Ou seja: a incerteza sobre a topografia do grafema na palavra conduziu à sua inscrição indevida na mesma ou em outra sílaba. O que irá mostrar, de forma decisiva, que também cá está essa motivação; serão 51 ocorrências em que se acertou na grafia das sílabas, porque a repetição do grafema na palavra foi estratégia que levou a isso:

grafia	localização
apartes (apartes)	FJS, 02.92
arguardava (aguardava)	LSS, 43.43
arpartes (apartes)	LSS, 22.47; LSS, 37.54
Brarcete (Bracete)	AJB, 31.95
farzer (fazer)	MVS, 07.03
Jrformação (informação)	LSS, 25.42; LSS, 25.49
Leornado (Leonardo)	MJE, 05.14
morador (morador)	LSS, 36.28
Predro (Pedro)	FJS, 01.15
Sercurlar (circular)	AJB, 25.24
Torquarto (Torquato)	JCB, 01.16; JCB, 23.47; JCB, 24.22
Consteste (conteste)	AJB, 14.76
discustindo (discutindo)	FJS, 02.83
escristo (escrito)	AJB, 22.41
Protesta (protesta)	MC, 02.01
sastisfasçaõ (satisfação)	FJS, 03.136
sastisfazer (satisfazer)	JCB, 08.30
difilculdades (dificuldades)	JCB, 23.48
responçalvel (responsável)	JMS, 02.13
Flaltor (faltou)	TMJ, 02.05

Mas, em três ocorrências, o expediente não garantiu a grafia esperada: *argardo* por *agrado* (LSS, 33.35), *tarbralho* por *trabalho* (AJB, 15.66) e *Sorberçerver* por *subscreever* (MVS, 03.13-14). Menciona-se, ainda, uma forma, porque o seu autor, mesmo que tenha acertado na grafia da sílaba com o /r/ valendo-se da repetição do grafema, foi o único a ir na contramão do que se disse e produziu uma seqüência gráfica ilegítima em português: *Sraceutario* por *secretário* (MVS, 03.13); mas foi essa mesma mão que, tendo de transcrever o segundo elemento de uma cadeia consonântica, cogitou de duas possibilidades, <vl> e <vb>: *Li**l**be* por *livro* (MVS, 07.04). Talvez, para ela, as possíveis seqüências gráficas tradutoras de estruturas silábicas mais complexas não fossem algo tão óbvio assim.

A respeito de quais segmentos seriam mais estáveis na representação dos membros da SPD, aqui estão os dados a confirmarem o já dito, exatamente na mesma ordem, do menos para o mais: 33 incluem o /r/, 16 o /s/ e 04 o /l/. Em 47 formas, estão os segmentos em sílaba pretônica ou tônica e, em 45, as formas são constituídas por 3 ou mais sílabas; de certo modo, era já o previsto. Acantonando-se as formas com as líquidas, 37, outra confirmação: que é a posição de coda, com 30 dados, mais que a de ataque ramificado, com 07, aquela a se apresentar como a mais problemática para se transcrever os segmentos.

Quanto ao outro subgrupo, o que inclui 56 dados, pode até ter um rótulo, o de *Falsas sílabas complexas*, porque foi isso o que se verificou: a inserção de um <r>, de um <l> ou de um <s> gráficos como se estivessem a ocupar a posição de coda ou de ataque ramificado. Sendo o <r>, principalmente, “uma letra de muita mobilidade, uma vez que pode aparecer em muitos pontos dentro da palavra” (Zorzi, 1998: 81), e o grafema que traduz o mais instável dos segmentos, nada mais natural que a sua presença, mesmo em ataque simples, conduza a grafias de formas que não estão a atestar dificuldades de transcrição para o segmento nessa posição e que nada tenham a ver com sílabas complexas; é simplesmente a letra que pode estar em vários lugares e, assim percebida, basta que esteja aqui para também estar acolá – *Brareito* por *Barreto* (AJB, 14.19), *ent**r**eros* por *enterros* (AJB, 17.62), *ir**r**emo* por *iremos* (FJS, 01.64), *pr**r**ara* por *para* (MJE, 05.21), *Fr**r**erreira* por *Ferreira* (AJB, 16.81; AJB, 18.140), *sor**r**corro* por *socorro* (FJS, 03.86). Pode, ainda, ser uma espécie de grafema ‘curinga’, quando estiverem em causa vacilações na escrita de formas que não incluam o segmento – *discur**t**ido* por *discutido* (FB, 08.21), *oit**r**o cento* por *oitocentos* (MCS, 01.02), *Oit**o** Cent**r**o* por *oitocentos* (LSS, 43.07), *Seit**e**Cent**r**o* por *setecentos* (LSS, 07.25). Desse modo, restam pouquíssimas as ocorrências em que se constata o aspecto para o <l> e o <s>: *fal**l**milia* por *família* (FJS, 02.63); *discul**l**ção* por *discussão* (JCB, 08.15), *Repl**l**ido* por *repelido* (SFR, 02.26); *res**l**forme* por *reforme* (MES, 02.16).

A consideração final vai para o fato de que, mesmo que se tenham considerado, e conseqüentemente excluído da análise, como fonográficas as formas que não transcrevem os segmentos em final de palavra, mesmo assim grafias elencadas acima podem ter tido inspiração fonética. Ou seja: uma distinção clara entre grafias que espelhariam apenas dificuldades de transcrição gráfica e aquelas que estariam, de fato, atestando fenômenos fônicos não é de todo possível. A Sociolingüística, por exemplo, aponta, para a fala vernácula brasileira da atualidade, que a supressão do /r/, em grupos consonânticos, é condicionada quando existem nos itens lexicais uma outra líquida que se inclua ou não em outra seqüência consonântica (Mollica, 2000: 39). E aqui está esse mesmo contexto em *propiedade* (AJB, 13.30; AJB, 31.120; JCB, 20.12), *propio* (AJB, 31.15; FJS, 04.17; MLF, 08.28), *pocurador* (LSS, 01.21), *progreso* (FJS, 03.103). O tempo presente talvez permita que, para formas como *analfabetos* por *analfabetos* (AJB, 33.25), *reçover* por *resolver* (LSS, 33.49-50), *matratada* por *maltratada* (LSS, 29.22), seja admitida a hipótese de que a grafia tenha se apoiado na fala, mas não parece ser esse o caso de *Aberto* por *Alberto* (LSS, 07.29), *fatas* por *faltas* (MC, 02.17), *Izattado* por *exaltado* (SFR, 02.48), *Jerado* por *Geraldo* (SRS, 03.08; SRS, 03.17). Para os deslocamentos, saber se, de fato, não estariam correspondendo a metáteses, termo consagrado pela tradição historicista¹⁸⁰, o critério de seqüências impronunciáveis se aplica bem aos dados de Marquilhas (2000: 255) – *abirl* por *abril*, *madarsta* por *madastra*, *dizre* por *dizer*, *sreta* por *certa* – mas não aos daqui, porque formas como *paragarfo* por *parágrafo* (FPF, 03.07-08), *Dreminitador* por *administrador* (MVS, 01.02), *govreno* por *governo* (AJB, 13.27), *trade* por *tarde* (SFR, 02.100) podem sim causar estranheza, mas impronunciáveis elas não são¹⁸¹.

Duas últimas observações:

Só se documenta, no português brasileiro, o apagamento de /r/ em coda, na sílaba interna, em trabalhos do final da década de 30 e início de 40 do século XX (Oliveira, 1982, *apud* Oliveira, 1999: 14); se vistas como fonográficas grafias como *Atigo* por *Artigo* (AJB, 28.39; MVS, 01.05), *Cavalhos* por *Carvalhos* (AJB, 14.29), *Imão* por *Irmão* (AAC, 01.26) e *Repatir* por *repartir* (MVS, 04.05), entre muitíssimas outras, este trabalho

¹⁸⁰ Segundo Nunes (1989: 156): “Consiste esse processo glotológico em deslocar quer uma vogal para junto da tónica, com a qual forma ditongo, quer uma consoante só ou duas, que se substituem mutuamente.”

¹⁸¹ Em função do conhecimento sobre combinações gráficas legítimas em português, para a transcrição de sílabas complexas, referido anteriormente, subentende-se, de certo modo, que isso impediria os membros da SPD de incorrerem em seqüências impronunciáveis.

pode estar recuando para o século XIX o aparecimento do traço, pelo menos nas mãos dos que escreveram no âmbito da Sociedade Protetora dos Desvalidos.

Quanto ao aspecto descrito e tudo o que se disse sobre ele, em nada distinguem africanos de brasileiros, a não ser em termos quantitativos, porque grande número das ocorrências sai de textos escritos por aqueles que nasceram no Brasil. Diferente não poderia ser, afinal, dos 297 documentos analisados, os africanos são responsáveis só por 50. Por esse prisma e guardadas certas especificidades, inclusive o fato de que as inúmeras antologias oferecidas acima podem conter escritas fonográficas, africanos e afro-descendentes do Brasil do século XIX juntam-se às mãos inábeis portuguesas do século XVI (Marquilhas, 2000), aos portugueses hábeis e pouco hábeis do século XVIII (Gonçalves, 1999), às crianças francesas do século XIX e XX (Blanche-Benveniste, 1998), às crianças e aos adultos brasileiros do século XX (Abaurre, 2001; Zorzi, 1998; Picoli, 2001; Kleiman, 2001), mostrando todos que grafias irregulares para sílabas complexas parecem, de fato, ser traço atemporal e a-histórico.

Referências

- ABAURRE, Maria Bernadete Marques. (2001). Dados iniciais da escrita infantil: indícios de construção da hierarquia de constituintes silábicos? In: Hernandorena, Carmem Lúcia M. (Org.). *Aquisição de língua materna e de língua estrangeira: aspectos fonéticos-fonológicos*. Pelotas: EDUCAT/ALAB, pp. 63-85.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. (1999). *Para uma história do português colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*. 2 v. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BLANCHE-BENVENISTE, Claire. (1998). *Estudios lingüísticos sobre la relación entre oralidad y escritura*. Barcelona: Gedisa.
- CRISTÓFARO-SILVA, Thaís. (2001). *Fonética e fonologia do português*. 5. ed. São Paulo: Contexto.
- KLEIMAN, Ângela B. (2001). O processo de aculturação pela escrita: ensino da forma ou aprendizagem da função? In: Kleiman, Ângela; Signorini, Inês *et alii*. (orgs.). *O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, p. 223-243.
- MARQUILHAS, Rita. (2000). *A faculdade das letras. Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MOLLICA, Maria Cecília. (2000). *Influência da fala na alfabetização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. (1999). *O apagamento do /R/ implosivo na norma culta de Salvador*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PICOLI, Fabíola. (2001). 'Para mio a mudasa na tie probemas': as primeiras produções escritas do alfabetizando adulto. In: Kleiman, Ângela; Signorini, Inês *et alii*. (orgs.). *O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, p. 103-122.

TASCA, Maria. (2002). *Interferência da língua falada na escrita das séries iniciais: o papel de fatores lingüísticos e sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

ZORZI, Jaime Luiz. (1998). *Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico*. Porto Alegre: Artes Médicas.

ANEXO

Abreviaturas e nomes dos autores correspondentes

abreviatura	Nome do autor
AAC	Agostinho Antônio da Cunha
AJB	Antônio José Bracete
FJS	Faustino Joaquim de Santana Cisne
FPF	Feliciano Primo Ferreira
FB	Filipe Benício
FFS	Félix Fernandes de Santana
FSF	Florêncio da Silva Friandes
FZC	Francisco Zacarias das Chagas
GMS	Gregório Manoel Bahia
JDS	João de Deus de Santa Rosa
JTS	João Teodoro da Soledade
JNJ	Joaquim do Nascimento de Jesus
JMS	Joaquim Malaquias de Santana
JFO	José Fernandes do Ó
JPP	José Pedro da Silva Paraguaçu
JCB	Júlio Capitolino da Boa Morte
LSS	Luciano da Silva Serra
LTG	Luís Teixeira Gomes
MAC	Manuel Anastácio Cajueiro
MC	Manuel da Conceição
MCS	Manuel de Carvalho Santarém
MES	Manuel do Espírito Santo de Carvalho
MSC	Manuel do Sacramento e Conceição Rosa
MJE	Manuel José d'Etre
MLF	Manuel Leonardo Fernandes
MVS	Manuel Vítor Serra
MJR	Marcos José do Rosário
SFR	Saturnino Francisco da Rocha
SRS	Saturnino Rodrigues da Silveira
TMJ	Tomé Manuel de Jesus

Este livro foi publicado no formato 160 x 220 mm
Com as fontes Garamond 11/14 e Arial rounded 12/14
Miolo em papel 75 g/m²
Impressão do miolo: setor de reprografia da EDUFBA
Capa e acabamento: ESB Serviços Gráficos
Tiragem 300 exemplares

